RONALDO VAINFAS
SHEILA DE CASTRO FARIA
JORGE FERREIRA
GEORGINA DOS SANTOS
HISTÓRIA 2
ENSINO MÉDIO
MANUAL DO PROFESSOR
COMPONENTE
CURRICULAR
HISTÓRIA
2º ANO
Editora
Saraiva

COMPONENTE CURRICULAR
HISTÓRIA
2ª ANO
ENSINO MÉDIO

RONALDO VAINFAS
- Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo
- Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

SHEILA DE CASTRO FARIA
- Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense
- Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

JORGE FERREIRA
- Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo
- Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

GEORGINA DOS SANTOS
- Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo
- Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

HISTÓRIA 2

Capitalismo em marcha: liberalismos, nacionalismos, imperialismos

ENSINO MÉDIO

MANUAL DO PROFESSOR

3ª edição • 2016 • São Paulo

Editora Saraiva

História 2 – 2016 (Ensino Médio)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História 2 : ensino médio / Ronaldo Vainfas...[et al.]. -- 3. ed. -- São Paulo : Saraiva, 2016.

Outros autores: Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira, Georgina dos Santos
Suplementado pelo manual do professor.
Bibliografia.
ISBN 978-85-472-0549-2 (aluno)
ISBN 978-85-472-0550-8 (professor)

1. História (Ensino médio) I. Vainfas, Ronaldo. II. Faria, Sheila de Castro. III. Ferreira, Jorge. IV. Santos, Georgina dos.

16-02691 CDD-907

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Ensino médio 907

Mulher da tribo Bodi. Vale do rio Omo, Etiópia. Fotografia de Eric Lafforgue, 2012.

Diretora editorial Lidiane Vivaldini Olo
Gerente editorial Luiz Tonolli
Editor responsável Kelen L. Giordano Amaro
Editores Carlos Eduardo de Almeida Ogawa, Vanessa dos Ouros
Editor assistente Adele Motta
Gerente de produção editorial Ricardo de Gan Braga
Gerente de revisão Hélia de Jesus Gonsaga
Coordenador de revisão Camila Christi Gazzani
Revisores Carlos Eduardo Sigrist, Cesar G. Sacramento, Lilian Miyoko Kumai, Sueli Bossi
Produtor editorial Roseli Said
Supervisor de iconografia Sílvio Kligin
Coordenador de iconografia Cristina Akisino
Pesquisa iconográfica Daniela Ribeiro
Licenciamento de textos Erica Brambila
Coordenador de artes Narjara Lara
Capa Sergio Cândido
Design Márcia Signorini
Edição de arte Rodrigo Bastos Marchini
Diagramação Lima Estúdio Gráfico
Assistente Camilla Felix Cianelli
Cartografia Mario Yoshida, Sonia Vaz
Tratamento de imagens Emerson de Lima
Protótipos Magali Prado
077676.003.001 **Impressão e acabamento**

SAC 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Avenida das Nações Unidas, 7221 – 1º andar – Setor C – Pinheiros – CEP 05425-902

APRESENTAÇÃO

Caros estudantes

Para que serve a História? Essa é uma pergunta que muitos de vocês fazem quando deparam com a disciplina. Para que estudar sociedades que não existem mais, homens e mulheres que já morreram, modos de vida totalmente superados pelo enorme avanço tecnológico do mundo contemporâneo?

Uma das respostas mais comuns a essa inquietante pergunta é: estudar o passado é essencial para compreender o presente. Mas será mesmo? O presente não pode ser compreendido em si mesmo, por meio da leitura de jornais, da mídia televisiva ou da navegação na internet? Em parte, sim; a informação e mesmo opiniões críticas sobre o mundo contemporâneo podem ser obtidas por esses meios.

Mas como avaliar criticamente a informação e a opinião veiculadas pela mídia? É nesse ponto que a História faz diferença, pois é nela que encontramos os problemas que a humanidade enfrentou em várias épocas, bem como as soluções que buscou. Encontramos as crises econômicas, sociais e políticas do passado; os argumentos, os valores, as crenças; os conflitos sociais; as discriminações raciais; as lutas coletivas contra opressões e preconceitos.

A História pode ajudar, sim, a compreender melhor o presente, a avaliar criticamente a sociedade e o mundo no qual a cidade, a região e o país em que vivemos estão inseridos. Mas o valor da História, como conhecimento, não é somente esse. Ela também permite, sobretudo, conhecer o passado — outros tempos, outros modos de vida, outras sociedades.

Esta coleção procura levar o leitor a fazer uma grande viagem no tempo. Conhecer outras sociedades, outros valores. Compará-los, buscando formar um juízo crítico sobre o passado. Compreender o passado segundo os valores da época e das sociedades estudadas, sempre considerando certos princípios éticos que, sem dúvida, são uma conquista do mundo contemporâneo: o direito à liberdade, o respeito à diferença, a luta pela justiça.

Neste sentido, a História mantém um compromisso permanente com a construção da cidadania. Um compromisso ligado ao conhecimento histórico, em si mesmo, e à sua vocação humanista.

Estudar a História equivale, portanto, a valorizar a democracia, respeitar as diferenças e as divergências, apostar na pluralidade. Evitar, a todo custo, as verdades acabadas, as explicações com base em um único ponto de vista, típicas das doutrinas e não do pensamento livre.

Os autores

CONHEÇA ESTE LIVRO

Abertura de unidade

Traz uma **imagem** e uma **epígrafe** relacionadas a algum dos temas principais da unidade, listados em um **quadro-resumo**.

Abertura de capítulo

Inicia com um **texto de introdução**, uma questão que trabalha conhecimentos prévios (*Puxando pela memória*) e a reprodução de uma **imagem** relacionados ao tema a ser desenvolvido.

Não escreva neste livro. Faça todas as atividades no caderno.

Outra dimensão

Seção que complementa o tema central do capítulo com informações paralelas ao conteúdo ou mais aprofundadas. Há oito subtipos: **Cidadania**, **Conflitos sociais**, **Representações do tempo**, **Linguagens**, **Cotidiano**, **Cultura**, **Economia** e **Personagem**.

A História no seu lugar

Estimula a pesquisa de campo, articulada à História e às experiências locais.

Imagens contam a História

Propõe a análise de imagens relacionadas ao capítulo, trabalhando a interpretação de fontes históricas.

Fique de olho!

Ao lado do texto, estão as sugestões de **leituras**, **filmes** e **páginas da internet** sobre temas tratados no capítulo, acompanhadas de breves sinopses.

Investigando o documento

Fontes documentais e textos selecionados complementam, ampliam e enriquecem os assuntos desenvolvidos no capítulo.

Cronologia

Disposta de forma contínua no alto das páginas, apresenta fatos marcantes do período em estudo, organizados em ordem cronológica (sem a representação dos recortes temporais).

Glossário

Junto do texto, o glossário facilita o estudo e a compreensão de assuntos abordados no capítulo.

Conversa de historiador

Aborda polêmicas historiográficas, explicitando pontos de vista diferentes sobre alguns dos temas ou conceitos estudados.

Roteiro de Estudos

Propostas de atividades, ao final de cada capítulo, que estimulam o desenvolvimento de diferentes habilidades e competências. Há quatro subseções:

Para organizar: Questões sobre os tópicos mais importantes do capítulo.

Reflexões: Atividades, em geral para fazer em grupo, que propiciam a reflexão sobre assuntos polêmicos ou de ordem conceitual.

Vamos testar?: Questões de provas do Enem, de vestibulares e formuladas pelos autores.

Conexões: Atividades que trabalham a interdisciplinaridade — a articulação da História com outros componentes curriculares.

SUMÁRIO

1 Colapso do absolutismo e do colonialismo mercantilista

2 No tempo da indústria

3 Américas independentes

4 A expansão do mundo burguês

Unidade 1

Colapso do absolutismo e do colonialismo mercantilista

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Nesta gravura do século XVIII, escravos lutam contra a população branca durante a Revolução Haitiana. Biblioteca de Artes Decorativas, Paris, França.

NESTA UNIDADE

- Iluminismo
- Revolução Francesa
- O governo de Napoleão Bonaparte
- Revolução Americana
- Revolução no Haiti
- Independência da América espanhola
- Ouro no Brasil
- Tempos de Pombal
- Inconfidências e conjurações na colônia
- Independência do Brasil

"Em 1793, quatro anos após a eclosão da Revolução Francesa, numa época em que Robespierre definia seu governo como o despotismo da liberdade [...], Condorcet resumiu o que todos sabiam: a palavra revolucionário só pode ser aplicada a revoluções cujo objetivo seja a liberdade [...]."

ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1995. p. 22.

Capítulo 1

Iluminismo, revoluções e reformas

RAYMOND DUMOUX. O SÉCULO XVIII – O ILUMINISMO. 2006.

O Século XVIII – O Iluminismo, obra de Raymond Dumoux, 2006.
Observe: no centro da imagem se destaca um vendedor de panfletos. Muitos desses panfletos divulgavam, em linguagem popular, as novas ideias dos filósofos. Coleção particular.

Puxando pela memória

No século XVIII, um filósofo francês desafiou o preceito religioso segundo o qual o homem nascia impuro, contaminado pelo pecado original de Adão e Eva. Em nome da razão, afirmou que "o homem nasce bom e a sociedade o corrompe". Você sabe quem foi o autor dessa famosa frase?

Em boa parte do século XVIII, consolidou-se, na França dos reis Luís XIV, Luís XV e Luís XVI, o exemplo mais evidente de governo absoluto.

Mas, ao longo daquele século, um bom observador logo notaria intensos sinais de mudanças. Nas ruas de Paris, capital da França, era possível encontrar ambulantes vendendo panfletos que divulgavam as novas ideias dos filósofos, em uma linguagem fácil e acessível.

Muitas dessas ideias defendiam a construção de uma sociedade bem diferente da que vigorava. Havia desde os que eram a favor de impor limites ao poder dos governantes até aqueles dispostos a formar uma sociedade de cidadãos, com direitos políticos e sociais, em que todos fossem iguais perante a lei.

Para muitos, o fim do século XVIII na Europa foi um tempo de liberdade de pensamento e de triunfo da razão.

Cronologia deste capítulo

1735	1740
Carlos Lineu publica o *Sistema natural*, com sua taxonomia dos seres.	Início do reinado de Frederico II na Prússia, conhecido como déspota esclarecido.

Professor: A **Cronologia** de cada capítulo é apresentada de forma contínua ao longo das páginas, sem escala dos recortes temporais. Os fatos importantes relacionados ao capítulo estão aí dispostos sem a representação da medida de tempo, para permitir aos estudantes a visualização imediata dos processos históricos.

1 Conceito de Iluminismo

Em 1784, um jornalista de Berlim perguntou ao filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) sobre o significado de um termo que começava a entrar em voga na segunda metade do século XVIII: "O que é o Iluminismo?". A resposta nos ajuda a compreender esse conceito e o movimento de renovação de ideias que tomou corpo naquela época.

Kant definiu o Iluminismo como um processo de "esclarecimento", a partir do qual o ser humano sairia de sua "menoridade" graças ao uso da **razão** e ao exercício da **liberdade de pensamento**. Por sua associação com "esclarecimento", o **Iluminismo** é também chamado, por muitos historiadores, de **Ilustração**.

A **razão** é a palavra-chave para entender o Iluminismo: é considerada o instrumento fundamental para o ser humano lidar com a natureza e a sociedade. O Iluminismo foi, portanto, um conjunto de ideias desenvolvido na Europa, sobretudo na França, que defendia o **racionalismo** como valor essencial da sociedade. Daí a ideia de luz, em oposição ao que os iluministas consideravam **trevas:** o pensamento religioso dominante desde a Idade Média.

É certo que a chamada "revolução científica" do século XVII não deixa dúvida sobre o avanço do racionalismo antes mesmo de o Iluminismo tomar forma. Naquele século, Galileu Galilei aprofundou a teoria heliocêntrica de Copérnico; Johanes Kepler estudou o movimento dos planetas; Isaac Newton descobriu a lei da gravitação universal, fundando a Física moderna.

Em resumo, os séculos XVII e XVIII representaram o predomínio progressivo da **razão** sobre a **religião** e apontaram para uma transformação de valores que estariam na base de formação do mundo contemporâneo. É por isso que se pode definir o Iluminismo como um conjunto de ideias que, tendo a razão como valor fundamental, conduziu a um processo de laicização do mundo ocidental, em prejuízo da mentalidade religiosa. É também por isso que o século XVIII é considerado o **Século das Luzes**.

Fique de olho!

- *Jeanne Poisson, Marquise de Pompadour*. Direção: Robin Davis. França, 2006.

  O filme conta a vida de Madame Pompadour, a jovem marquesa que seduziu o rei Luís XV, resgatando a vida e o ambiente de Paris no tempo do Iluminismo.

Laicizar ▸ tornar laico, leigo, retirando o elemento religioso da organização estatal, da explicação dos fenômenos naturais etc.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Gravura de Simon Boizot, feita em 1793, representando a Liberdade atingindo a Ignorância e o Fanatismo com os raios do cetro da Razão. Essa obra está localizada no Museu Carnavalet, na cidade de Paris, França.

Fique de olho!

- *O século das Luzes*. Telecurso 2000, Aula 28. Disponível em: <http://educacao.globo.com/telecurso/videos/ensino-medio/t/historia/v/telecurso-ensino-medio-historia-aula-28/3874175/>. Acesso em: 20 jan. 2016.

  Panorama sobre as ideias iluministas e seu impacto social na Europa no século XVIII.

Montesquieu publica *O espírito das leis*.	D. José I inicia reinado (até 1777) em Portugal, tornando-se um déspota esclarecido.
1748	1750

2 A *Enciclopédia* e os enciclopedistas

O símbolo desse movimento de renovação materializou-se numa obra fundamental: a *Enciclopédia* (*L'Encyclopédie*), publicada na França entre 1751 e 1772, sob a direção dos filósofos Denis Diderot e Jean d'Alembert. Foi inspirada numa obra inglesa publicada em 1728 por Ephraim Chambers – *Cyclopaedia, dicionário universal das ciências e das artes* –, o que demonstra o intercâmbio de ideias entre os dois países e como os ingleses produziram inovações fundamentais no pensamento ocidental, apesar de a França ser reconhecida como o berço do Iluminismo.

A *Enciclopédia* compreendia 17 volumes e foi organizada com base na "árvore de conhecimentos humanos" (ciência, arte, música, literatura, política, religião, matemática etc.) apresentada pelo inglês Francis Bacon no livro *Novum organum* (1620). Também se inspirou no *Discurso do método* (1637), do francês René Descartes.

Fique de olho!

- CHEVÉ, Joëlle. A *Enciclopédia*, rescenseamento do saber. *História Viva*. São Paulo, Duetto, 2006, n. 74. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_enciclopedia_recenseamento_do_saber.html>. Acesso em: 20 jan. 2016.

  No século XVIII, Diderot e D'Alembert organizaram a primeira obra que colocava ao alcance dos leitores o conjunto dos conhecimentos filosóficos e científicos disponíveis na época. Era o início de uma revolução intelectual.

Entre os colaboradores da *Enciclopédia* estiveram alguns dos mais importantes pensadores do Iluminismo, que, por isso mesmo, passaram a ser conhecidos como "os filósofos" ou "os enciclopedistas". O próprio Diderot escreveu sobre filosofia e religião; D'Alembert escreveu sobre matemática; Charles Louis Secondat, o Barão de Montesquieu, escreveu sobre o gosto; François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire, escreveu sobre literatura e história; François Quesnay, médico, escreveu sobre agricultura; Jean-Jacques Rousseau escreveu sobre música e política. A obra foi uma espécie de manifesto do pensamento iluminista que, em nome da razão, valorizava o estudo das ciências, das artes, da geografia, da história, libertando o conhecimento dos preceitos religiosos.

O espírito da obra era nitidamente laico, isto é, oposto às explicações oferecidas pela religião para a natureza e a sociedade, sublinhando que o conhecimento era um processo humano e não um legado divino. Ela desafiava os dogmas católicos ao classificar a religião como um entre outros ramos da filosofia.

Embora a Igreja tivesse condenado a *Enciclopédia*, a obra continuou a ser redigida e publicada até sua conclusão, em 1772.

ENCYCLOPEDIE,
OU
DICTIONNAIRE RAISONNE
DES SCIENCES,
DES ARTS ET DES MÉTIERS,
PAR UNE SOCIETÉ DE GENS DE LETTRES.

Mis en ordre & publié par M. *DIDEROT*, de l'Académie Royale des Sciences & des Belles-Lettres de Prusse; & quant à la PARTIE MATHEMATIQUE, par M. *D'ALEMBERT*, de l'Académie Royale des Sciences de Paris, de celle de Prusse, & de la Société Royale de Londres.

Tantùm series juncturaque pollet,
Tantùm de medio sumptis accedit honoris! HORAT.

TOME PREMIER.

A PARIS,

Chez
BRIASSON, *rue Saint Jacques, à la Science.*
DAVID l'aîné, *rue Saint Jacques, à la Plume d'or.*
LE BRETON, *Imprimeur ordinaire du Roy, rue de la Harpe.*
DURAND, *rue Saint Jacques, à Saint Landry, & au Griffon.*

M. DCC. LI.
AVEC APPROBATION ET PRIVILEGE DU ROY.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Frontispício de um dos volumes da *Enciclopédia* (1751-1772), dirigida por Denis Diderot e Jean d'Alembert, obra emblemática do pensamento iluminista francês. Biblioteca Municipal de Amiens, França.

Diderot e D'Alembert iniciam a publicação da *Enciclopédia*, a "bíblia" do Iluminismo.

1751

Rousseau publica *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*.

1754

3 Racionalismo e ciência

Seria interessante propor uma atividade com o professor de Física para explicar as diferenças entre as escalas de temperatura Celsius e Fahrenheit, situando-as no contexto dos conhecimentos de Física na época do Iluminismo.

As transformações na produção do conhecimento ao longo do século XVIII abriram as portas para as invenções que marcaram o século seguinte, em que a ciência transformou profundamente a sociedade.

Há vários exemplos dessa "febre científica" do Iluminismo, revelando o esforço dos pensadores da época em conhecer o mundo natural e o espaço sideral.

O francês Antoine Lavoisier (1743-1794) estabeleceu a lei da conservação da massa, ampliou a lista dos elementos químicos e ainda demonstrou que o gás produzido no tratamento do óxido de mercúrio com ácido nítrico era o oxigênio. Ficou celebrizado como o "pai da química moderna". Lavoisier provinha de família rica de Paris e, na época da Revolução Francesa, era administrador de uma companhia privada que arrecadava impostos para o Estado. Foi preso como especulador pelo governo revolucionário na fase do Terror e condenado à morte por traição.

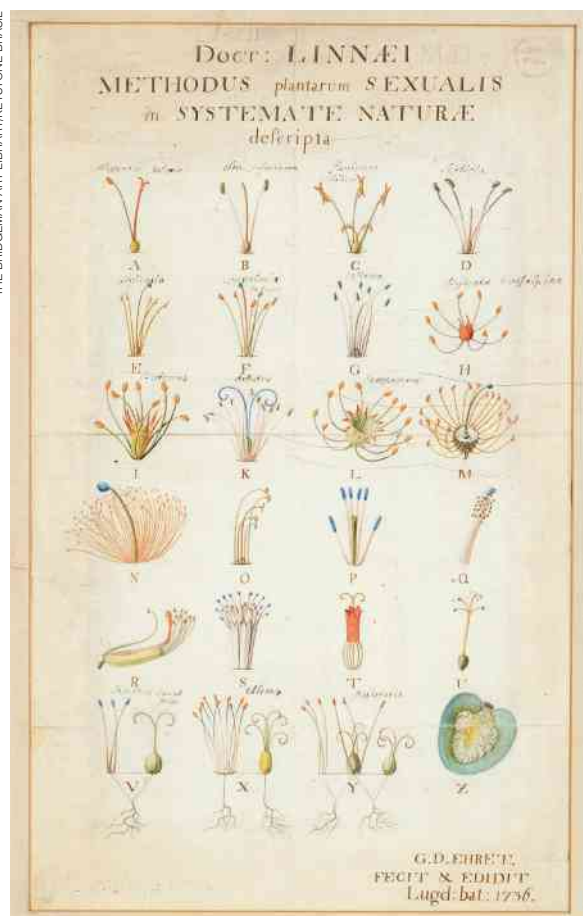
O alemão Daniel Fahrenheit (1686-1736) e o sueco Anders Celsius (1701--1744) criaram as escalas de temperatura hoje conhecidas por seus nomes, aperfeiçoando o termômetro inventado por Santorio no século XVI.

O francês Charles Du Fay (1698-1739) foi um dos pioneiros no estudo da eletricidade, descrevendo a atração/repulsão das cargas elétricas e as propriedades elétricas de diversos materiais.

No campo da zoologia e da botânica, o sueco Carlos Lineu (1707-1778) criou a taxonomia (classificação) das espécies vegetal e animal até hoje utilizada, ao publicar sua principal obra, *Sistema natural* (1735). Originalmente, essa taxonomia dividia os seres em reinos (animal, vegetal e mineral), que se desdobravam em filos, classes, ordens, famílias, gêneros e espécies, cada categoria com suas devidas ramificações na ciência biológica.

ART IMAGES ARCHIVE/GLOW IMAGES

Equipamento criado pelo químico francês Antoine Lavoisier para estudar a composição dos gases. Século XVIII. Esse objeto está localizado no Conservatório de Artes e Ofícios, em Paris, França.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Aquarela de Georg Ehret, do sistema de classificação sexual de plantas, desenvolvido por Carlos Lineu, publicado em 1736. Essa obra está localizada no Museu de História Nacional, na cidade de Londres, Inglaterra.

Fique de olho!

- GUERRA, Andreia. *Lavoisier e a ciência do Iluminismo.* São Paulo: Atual, 2000.

  Panorama da obra de Lavoisier, tanto como cientista nas áreas de mineralogia, geologia e química quanto como político e funcionário real na época da Revolução Francesa.

Os franceses Pierre Maupertius (1698-1759) e Charles La Condamine (1701--1774) comprovaram a teoria do achatamento da Terra nos polos a partir de expedições científicas.

O astrônomo anglo-germânico William Hershel (1738-1822) descobriu o planeta Urano e mapeou a Via Láctea, embora tenha se enganado ao dizer que o Sol ocupava posição central na Galáxia.

Claude-François-Dorothée (1751-1832) construiu o primeiro navio a vapor em 1776, então pouco eficiente, que foi aperfeiçoado em 1783, com a introdução de um cilindro horizontal acionado por um pistão. O invento ficou conhecido como Pyroscape e conseguiu navegar por 15 minutos contra a corrente do rio Saône, na França.

O francês Georges Louis Leclerc (1707-1788), conde de Buffon, publicou sua *História natural* em 36 volumes, numa linguagem acessível aos leigos.

O século XVIII foi considerado o tempo dos naturalistas, entre eles zoólogos, botânicos, geógrafos – todos colecionadores e classificadores das espécies naturais. No campo da sexualidade humana, vários médicos enfrentaram as antigas noções de virtude e pecado, em favor da saúde dos indivíduos.

Em resumo, o Iluminismo pôs abaixo as explicações que o cristianismo oferecia sobre a natureza e a humanidade, estimulando a experiência científica em todas as áreas. Cumpriu ainda importante papel no campo da política, já que as ideias dos filósofos iluministas foram decisivas para a onda revolucionária que dominou a Europa a partir do final do século XVIII.

Lembrar que a sociedade do Antigo Regime também era desigual no aspecto jurídico: dependendo da qualidade da pessoa, os julgamentos e as penalidades eram diferentes. Um nobre, por exemplo, não podia ser condenado à forca ou aos açoites, pois isso era considerado pena vil, ou seja, aplicável a pessoas vis, pessoas do povo.

4 O Iluminismo contra o absolutismo

Além de se chocar com a Igreja, os iluministas enfrentaram também o absolutismo e o Antigo Regime, uma sociedade caracterizada pela rígida estratificação social, com três grandes estados (ordens ou estamentos): o clero, a nobreza e o restante da população, chamado de terceiro estado.

Tratava-se de uma versão atualizada da antiga hierarquia feudal. O mundo havia mudado bastante naqueles últimos séculos, mas o modelo de sociedade continuava basicamente o mesmo. O terceiro estado compreendia todos os grupos sociais não incluídos no clero ou na nobreza: as burguesias mercantil e manufatureira, o campesinato, os artesãos, os trabalhadores urbanos.

Antigo Regime ▸ a maneira pela qual os adeptos da Revolução Francesa chamaram, a partir de 1789, a sociedade contra a qual lutavam.

O Antigo Regime era uma sociedade que celebrava a desigualdade, legalizando privilégios os quais somente uma pequena parcela dos súditos do rei (o clero e a nobreza) podia desfrutar. Alguns estavam isentos de impostos e outros pagavam taxas muito pequenas ao rei. Sua base de sustentação era o **absolutismo**, um poder que controlava toda a economia e que se justificava, em maior ou menor grau, na crença de que o poder do monarca vinha de Deus.

A História no seu lugar

O filósofo Montesquieu, expoente do Iluminismo francês no século XVIII, escreveu que "uma injustiça feita ao indivíduo é uma ameaça para toda a sociedade". Pesquise, na história de sua cidade, um caso de injustiça cometida contra alguém, bem como a repercussão do caso em nível local ou nacional.

Os filósofos do Iluminismo, embora não tenham sido eles próprios revolucionários, criticaram frontalmente esse tipo de sociedade e, sobretudo, as ideias que a justificavam. Foi o caso de Montesquieu, cuja principal obra, *O espírito das leis* (1748), sustentava a divisão do poder do Estado em três instâncias: executivo, legislativo e judiciário.

Nesse modelo, que décadas depois seria adotado pelos governos liberais, os governantes deviam executar as leis elaboradas pelas assembleias representativas da sociedade; a justiça ficava a cargo de um poder independente. Montesquieu

considerava ultrapassado o modelo das três ordens da sociedade, defendendo a separação entre a esfera pública e os interesses privados, cuja mistura era vista como fonte de corrupção. Era monarquista, mas contrário à concentração de poderes característica do absolutismo.

Voltaire foi outro intelectual importante da época, autor de vasta obra literária e filosófica, como o *Dicionário filosófico* (1764). Era a favor de uma "monarquia ilustrada": considerava que o Estado não deveria existir para servir ao rei, mas para atender às necessidades dos súditos e defender a "felicidade pública".

As ideias de Voltaire e Montesquieu teriam peso considerável no futuro político da França e do mundo ocidental. Defendiam a propriedade privada e as liberdades políticas e econômicas, prefigurando a ideologia liberal do século XIX, como veremos nos capítulos seguintes.

Fique de olho!

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

  Texto clássico de Rousseau, publicado em 1762, defendendo a república, a democracia e a igualdade política entre os cidadãos.

CONVERSA DE HISTORIADOR

Exclusão da mulher pelos filósofos da Razão

O historiador Renato Sena Marques apontou que os iluministas, embora progressistas em termos gerais, mantiveram uma visão extremamente preconceituosa em relação às mulheres, característica da época:

> *[...] seres tomados por paixões, as mulheres não raciocinavam com a cabeça, e sim com a genitália. Pelo menos era nisso que acreditava o filósofo Denis Diderot, que ainda emendava: as mulheres estariam tão submetidas a seus impulsos que suas almas – se é que mulher possuía alguma – estariam em suas vaginas [...].*
>
> *Diderot não foi o único a pensar na mulher desta forma. Boa parte dos "romances filosóficos" concebia suas personagens femininas como "emocionalmente desequilibradas" e "irascíveis em suas paixões", mais propensas a caírem, inclusive, em um desregramento sexual. A origem desses romances, no século XVIII, está relacionada ao Iluminismo".*
>
> *Até mesmo Rousseau, o mais radical dos filósofos franceses em termos políticos, sustentou a inferioridade das mulheres.*
>
> *Em seu romance* A Nova Heloísa, *as mulheres não foram descritas apenas pelo ângulo das "paixões".*
>
> *O "belo sexo" passava a ser relacionado também a uma ideia de virtude, que estava estreitamente ligada a três pilares: à virgindade na juventude [...], ao matrimônio e à maternidade. Segundo Rousseau, quando adulta, a mulher deveria saber qual é o seu lugar.*
>
> *A "mulher virtuosa" seria a esposa casta e submissa e a mãe que prepara os filhos para serem educados pelos homens.*

MARQUES, Renato Sena. As perseguidas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 79, abril de 2012. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/as-perseguidas>. Acesso em: 19 jan. 2016.

- Com base no texto de Renato Sena Marques, comente a seguinte afirmação de Rousseau, retirada da obra *Do contrato social*, de 1762: "Renunciar à própria liberdade é o mesmo que renunciar à qualidade de homem [...].".

Em busca do contrato

Jean-Jacques Rousseau foi bem mais radical que Montesquieu e Voltaire. Escreveu textos fundamentais, como o polêmico *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1754) e o clássico *Do contrato social* (1762). Rousseau defendia que, em seu estado natural, o indivíduo era bom e só se corrompia na sociedade.

Fique de olho!

- ELIAS, Rodrigo. Essa luz. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Sabin, n.108, 2014. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/essa-luz>. Acesso em: 20 jan. 2016.

Breve reflexão sobre o conceito de Iluminismo em linguagem acessível e didática.

Rousseau afirmava que as primeiras sociedades humanas, vivendo em conformidade com a natureza, revelavam a igualdade ideal.

Com o desenvolvimento da economia e da propriedade, surgiram as ambições, a competição, o individualismo, corrompendo-se a natureza humana, que ele considerava boa, na essência.

Rousseau discordava totalmente do inglês Thomas Hobbes, filósofo que, no século anterior, em seu clássico *Leviatã* (1651), sustentava que a natureza humana era essencialmente egoísta ("o homem é o lobo do homem"), o que justificava a existência do Estado – organismo que resultaria de uma espécie de "contrato" ou "pacto" entre as pessoas, que delegavam a uma autoridade o poder de frear as ambições destrutivas de cada um.

Já o **contrato social** proposto por Rousseau era totalmente diferente. Para resgatar o espírito de fraternidade característico do indivíduo natural, esse filósofo defendia um Estado representativo da soberania do povo: o soberano só seria legítimo como mandatário do povo; do contrário, seria tirano.

Rousseau considerava a República a forma mais perfeita de governo. Pode-se dizer que suas ideias exerceram enorme influência no processo revolucionário francês, sobretudo em sua fase radical.

O pensamento de Rousseau não representava a totalidade das opiniões dos iluministas franceses do século XVIII.

A maioria defendia reformas que, conservando a monarquia, modernizariam o Estado, garantindo melhores condições de igualdade civil e liberdade para o progresso da sociedade. Isso fez do Iluminismo, em certo sentido, um ideário burguês.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO

A maldade dos reis

Do contrato social foi uma das obras mais importantes do filósofo Jean-Jacques Rousseau.

Publicada em 1762, defendeu que a criatura humana é boa por natureza, sendo, porém, corrompida pela sociedade. Também neste livro, ele criticou abertamente o estilo de governo dos reis daquele tempo.

Os melhores reis querem ser maus, caso lhes agrade, sem deixar de ser senhores. Será grato a um pregador político dizer-lhes que, sendo sua força a do povo, seu maior interesse estará em ver o povo florescente, numeroso, temível: eles sabem muito bem que isso não é verdade.

O seu interesse pessoal estará principalmente em ser o povo fraco, miserável, e nunca possa oferecer-lhe resistência.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. In: *Rousseau*. São Paulo: Abril, 1973. p. 94-95. (Coleção Os Pensadores)

Com base na leitura desse texto, discuta em grupos para responder às seguintes questões:

1. O que parece incomodar mais a Rousseau no comportamento dos reis?
2. É possível dizer que Rousseau admitia a monarquia desde que os reis fossem bons governantes?
3. Segundo Rousseau, por que os reis preferiam governar um "povo fraco, miserável"?
4. Quem seria o pregador político que aconselharia os reis a melhorar a vida dos povos governados?
5. Comparando o texto acima com as informações sobre Rosseau na página seguinte, qual aspecto de seu pensamento ainda não aparece nesse documento?

O balão Montgolfier atravessa o Canal da Mancha, voando da Inglaterra à França.
1785

Início da Revolução Francesa.
1789

OUTRA DIMENSÃO CIDADANIA

Os filósofos iluministas levantaram questões sobre diversos assuntos, divinos e humanos. Alguns deles, porém, propuseram questões que atravessaram os séculos e são muito discutidas na atualidade: a moral dos indivíduos, a organização do poder político, a questão da cidadania.

Montesquieu e o primado da lei

Charles Louis de Secondat, barão de Montesquieu, nasceu em 1689 perto de Bordeaux, no sul da França, e morreu em Paris, em 1755. Foi um dos maiores filósofos franceses do século XVIII, autor das *Cartas persas* (1721) e de *O espírito das leis* (1748). Nesta obra, Montesquieu advogou a separação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, influenciando os debates constitucionais da Revolução Francesa (1789). Considerava que a lei devia ser como a morte, sem excluir nenhuma pessoa, de forma que nem o monarca deveria estar acima das leis. Retrato de Montesquieu. Óleo sobre tela, autor desconhecido, 1728.

MUSEU NACIONA, PALÁCIO DE VERSALHES, VERSALHES, FRANÇA. THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

MUSEU DA CIDADE DE PARIS, MUSEU CARNAVALET, PARIS, FRANÇA/THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Voltaire, ilustrado e liberal

François-Marie Arouet, conhecido como Voltaire, foi um dos principais pensadores iluministas da França, defensor das liberdades civis e religiosas. Entre suas grandes obras, encontram-se *Zadig* (1747) e o *Dicionário filosófico* (1764). Foi também autor de várias peças e textos históricos, como *A era de Luís XIV* (1752). Em termos de cidadania, Voltaire não advogava a igualdade entre os indivíduos, exceto a igualdade civil: "Somos todos iguais como homens, mas não somos iguais na sociedade". Retrato de Voltaire, de Nicholas de Largilliere, século XVIII.

Rousseau, o iluminista radical

O suíço Jean-Jacques Rousseau tornou-se um dos filósofos que mais influenciaram as ações radicais da Revolução Francesa (1789). Suas principais ideias foram expostas nas obras *Do contrato social* (1762) e *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1754), em que antecipou as ideias socialistas que floresceriam no século XIX: "A propriedade privada introduz a desigualdade entre os homens, a diferença entre o rico e o pobre, o poderoso e o fraco, o senhor e o escravo, até a predominância do mais forte. O homem é corrompido pelo poder e esmagado pela violência". Retrato de Rousseau, de Maurice Quentin de la Tour, final do século XVIII.

MUSEU DA CIDADE DE PARIS, MUSEU CARNAVALET, PARIS, FRANÇA/THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

- Com alguns colegas, discutam o pensamento dos três filósofos aqui resumidos e indiquem qual deles, na opinião do grupo, oferece as melhores ideias para pensar o mundo atual.

Propor uma discussão em sala sobre a utilização do conceito de "despotismo esclarecido" para designar as monarquias encabeçadas por reis, rainhas ou ministros ilustrados. Na França não houve espaço para um regime do tipo "despotismo esclarecido" porque, em primeiro lugar, a divulgação das ideias ilustradas assumiu desde cedo o lado mais crítico do pensamento ilustrado; em segundo lugar, a monarquia não pareceu disposta a fazer quaisquer reformas que afetassem o poder real ou os privilégios do clero e da nobreza (quando se dispôs a isso, em 1789, já era tarde – ver capítulo 2 deste volume).

Fique de olho!

- *Amadeus*. Direção: Milos Forman. Estados Unidos, 1984.

  Filme sobre o músico austríaco Wolfgang Amadeus Mozart que recria o ambiente cultural de fins do século XVIII.

5 O despotismo esclarecido

Em seu livro *Os princípios do pensamento da Europa das Luzes* (1971), o filósofo francês George Gusdorf considerou que a expressão **despotismo esclarecido**, muito utilizada pelos historiadores europeus, sugere uma combinação contraditória. Como um déspota poderia ser, ao mesmo tempo, esclarecido?

Mas foi isso que ocorreu no século XVIII em vários reinos europeus cujos monarcas e ministros assimilaram parte das ideias iluministas em voga na França e na Inglaterra, num esforço para modernizar o Estado. Eles buscavam libertá-lo da influência da religião, sobretudo nos países católicos, e utilizar o governo para fomentar a economia e aumentar a riqueza da sociedade.

Esse processo foi típico de reinos como Espanha, Portugal, Prússia e até mesmo a Rússia, todos com papel secundário no jogo político do continente. Na Grã-Bretanha, país onde ocorreu pela primeira vez a derrota do absolutismo (1688), não havia espaço para despotismo, fosse ou não esclarecido. Na França, o cenário mais destacado das Luzes, a filosofia iluminista alimentou a inquietação revolucionária. Assim, foi nos países europeus com economia mais fragilizada que o Iluminismo serviu para reforçar o absolutismo, e não para destruí-lo.

Os países ibéricos são bons exemplos desse processo. Na Espanha, o apogeu do despotismo esclarecido ocorreu no reinado de Carlos III, da dinastia de Bourbon, responsável pela:

- criação de um sistema de instrução pública;
- abolição do sistema de porto único no comércio colonial;
- criação de companhias de comércio;
- extinção dos impostos que prejudicavam o mercado interno e restrição de certos privilégios da nobreza.

O mesmo caminho seguiu o reinado de d. José I, em Portugal, cujas reformas foram conduzidas pelo poderoso Marquês de Pombal, principal ministro do rei.

Nas monarquias ibéricas, o pensamento ilustrado ganhou corpo entre homens do Estado ou ligados à monarquia; por isso, em vez de estimularem "revoluções", estimularam reformas no próprio absolutismo monárquico. Um bom exemplo foi o combate às principais agências do poder eclesiástico, como a Companhia de Jesus e a Inquisição, com o objetivo de secularizar o Estado.

A grande batalha do despotismo esclarecido nos países ibéricos foi contra a influência exercida pelos jesuítas e pela Inquisição. O governo português foi o primeiro a expulsar os jesuítas do reino e das colônias, em 1759-1760, no que foi seguido pela Espanha, em 1767. Já os tribunais da Inquisição continuaram a existir, servindo como mecanismo de censura das ideias "revolucionárias" que marcaram o século XVIII, frequentemente chamadas de "ideias francesas". A Inquisição só seria extinta no início do século XIX, com a ascensão do liberalismo em Portugal e na Espanha.

A ascensão da Rússia

Outro reino que conheceu reformas inspiradas no Iluminismo foi a Rússia, país resultante da expansão do Grão-Ducado de Moscou para leste (Urais e Sibéria), noroeste e sul.

A adoção de costumes da Europa ocidental pela Rússia, a exemplo da corte ao estilo francês, tinha se iniciado no reinado do czar (imperador) Pedro, o Grande. A época áurea do despotismo esclarecido, entretanto, ocorreu no reinado de Catarina II, também conhecida como Catarina, a Grande, incentivadora das ciências e das artes.

OUTRA DIMENSÃO **PERSONAGEM**

Emergência da Rússia no tempo de Catarina II, a Grande

Catarina II, prussiana de nascimento, manteve permanente correspondência com filósofos franceses, como Voltaire, que chegou a visitar a corte de São Petersburgo, então capital russa. Muitos historiadores afirmam, porém, que as "luzes" da imperatriz foram mais lenda que realidade, embora tenha realizado reformas administrativas importantes: incentivou as universidades de Moscou e São Petersburgo, estimulou as ciências naturais, apoiou a agricultura na Ucrânia e nas margens do Volga e adotou uma política de tolerância religiosa.

Seu reinado (de 1762 a 1796) foi também marcado pela repressão violenta de diversas revoltas, pelo apoio à nobreza e pela opressão do campesinato, submetido à corveia obrigatória. A servidão camponesa teria vida longa na Rússia, só extinta em 1861.

A imperatriz Catarina II foi quem conduziu a Rússia à condição de potência na geopolítica europeia – posição conquistada não apenas por conta do tamanho de sua população (então com cerca de 12 milhões de pessoas, 97% residentes no campo), mas também pela organização de um forte exército.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Detalhe de retrato de Catarina II (1770). Pintura de Fedor Stepanovich Rokotov. Museu Hermitage, São Petersburgo, Rússia.

- Com base no texto desta seção, discuta com os colegas, em grupos, qual seria o aspecto despótico do governo de Catarina II na Rússia.

O despotismo esclarecido na Prússia: Frederico II

Outro caso importante de despotismo esclarecido, que muitos historiadores consideram clássico, foi o da Prússia, em especial no reinado de Frederico II (de 1740 a 1786), mais conhecido como Frederico, o Grande.

O soberano – ele próprio um filósofo iluminista, autor de *Refutação do Príncipe de Maquiavel* (1738) – defendia a ideia de que o dever do rei era servir ao Estado e, embora não fosse apegado à religião, considerava útil a fé da população como fonte de solidariedade e obediência.

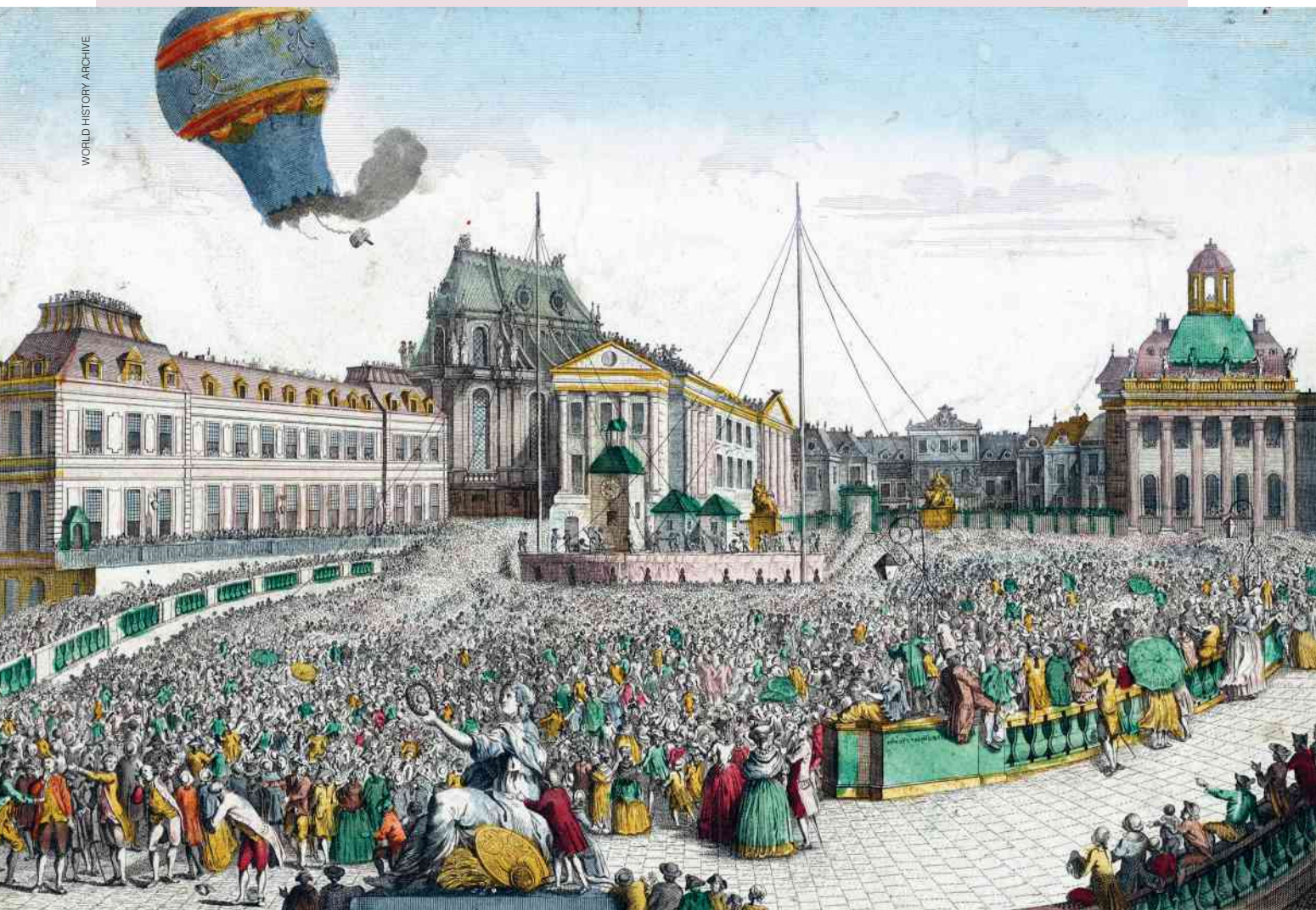
Frederico II foi o maior responsável pela organização do exército e da burocracia prussianas, além de incentivar a manufatura, o comércio, a agricultura, o ensino público e as ciências naturais. Apesar das reformas, preservou ao máximo a nobreza prussiana, garantindo investimentos agrícolas e proibindo a venda de terras da aristocracia rural.

Durante seu reinado, os prussianos venceram vários reinos inimigos na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), trazendo a Prússia para o cenário das potências europeias no final do século XVIII.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

Um balão alça voo nos jardins de Versalhes

Um exemplo da paixão pela ciência no século XVIII foi dado pelos irmãos Joseph e Jacques Montgolfier, que inventaram o balão movido a ar quente (depois a hidrogênio).

A gravura abaixo retrata a cerimônia na qual o balão dos irmãos Montgolfier levantou voo, em setembro de 1783. O evento foi realizado nos jardins do palácio de Versalhes, nas cercanias de Paris, sede da monarquia francesa.

Representação do voo do balão dos irmãos Montgolfier. Coleção particular.

1. Observe a imagem acima e discuta, em grupos, a seguinte questão: considerando a multidão que assiste ao lançamento do balão, é possível afirmar que este foi um evento popular?
2. Com base na imagem, responda: qual era a relação da monarquia francesa com a produção de conhecimento?

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. Entre os iluministas, a "razão" assumia importância fundamental. Explique o significado da razão no pensamento iluminista.
2. Qual a característica fundamental da *Enciclopédia*, obra organizada por Diderot e D'Alembert?
3. Estabeleça uma relação entre o pensamento iluminista e a ideia de revolução no século XVIII.
4. Compare o pensamento de Montesquieu e o de Rousseau quanto ao modelo ideal de poder político.
5. Relacione o pensamento iluminista com o desenvolvimento da ciência.
6. Indique um país onde o pensamento iluminista contribuiu para reforçar o absolutismo e cite exemplos de políticas adotadas nesse país.

Reflexões

Luzes em ação

Entre vários iluministas, o conhecimento produzido assumia forte caráter militante: servia como oposição à situação existente e até mesmo como incentivo para as pessoas mudarem sua forma de agir.

No texto a seguir, o filósofo Kant definiu o grande propósito do Iluminismo:

O Iluminismo representa a saída dos seres humanos de uma tutela que estes mesmos se impuseram a si. Tutelados são aqueles que se encontram incapazes de fazer uso da própria razão independentemente da direção de outrem. É-se culpado da própria tutela quando esta resulta não de uma deficiência do entendimento, mas da falta de resolução e coragem para fazer uso do entendimento independentemente da direção de outrem. Tem coragem para fazer uso da tua própria razão! – esse é o lema do Iluminismo. [...]

KANT, Immanuel. "Resposta à pergunta: O que é 'Esclarecimento'?". In: *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 100-117.

- Em grupo, discutam o texto de Kant. Depois, respondam:
  - a) Quem tutelava e quem era tutelado?
  - b) Como mudar essa condição de tutela?

Vamos testar?

1. (Enem-2013)

Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja limitado pelo poder.

[...]

Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as querelas entre os particulares.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 167-168.

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja:

a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.

b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.

c) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.

d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.

e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

2. (Enem-2013)

O Iluminismo representa a saída dos seres humanos de uma tutela que estes mesmos se impuseram a si. Tutelados são aqueles que se encontram incapazes de fazer uso da própria razão independentemente da direção de outrem. É-se culpado da própria tutela quando esta resulta não de uma deficiência do entendimento, mas da falta de resolução e

coragem para fazer uso do entendimento independentemente da direção de outrem. Tem coragem para fazer uso da tua própria razão! – esse é o lema do Iluminismo.

Inércia e covardia são as causas de que uma tão grande maioria dos homens, mesmo depois de a natureza há muito tê-los libertado de uma direção alheia [...], de bom grado permaneça toda vida na menoridade, e porque seja tão fácil a outros apresentarem-se como seus tutores.

KANT, Immanuel. "Resposta à pergunta: O que é 'Esclarecimento'?". In: *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 100-117.

Kant destaca no texto o conceito de Esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa:

a) a imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.
b) o exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.
c) a reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.
d) a compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da falta de entendimento.
e) a emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.

Conexões História e Arte

Século das Luzes

Esta imagem, de autoria não identificada, apresenta Voltaire em seu gabinete. Foi produzida no século XVIII, o chamado "Século das Luzes".

Em grupo, identifiquem os elementos da imagem que exprimem aspectos do Iluminismo, justificando cada um dos elementos selecionados com base no conteúdo do capítulo.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Retrato de Voltaire. Óleo sobre tela, século XVIII.
Museu da Cidade de Paris, Museu Carnavalet, Paris, França.

Capítulo 2

França revolucionária

AKG-IMAGES/DE AGOSTINI PICTURE LIB./G. DAGLI ORTI/FOTOARENA

Alegoria relativa à *Declaração dos Direitos do Homem*, Barão Jean-Baptiste Regnault (1754-1829). Museu Nacional, Palácio de Versalhes, Versalhes, França.

A partir de 1789, as ideias tecidas pelos pensadores iluministas ganharam corpo e começaram a tomar as ruas. Tinha início a Revolução Francesa. A sensação era a de que se defendia o nascimento de uma nova sociedade, de um novo tempo. Em poucos anos, tudo o que pertencia ao absolutismo parecia destruído, inclusive o rei, guilhotinado.

Os ideais pregados pela Revolução – **liberdade**, **igualdade** e **fraternidade** – teriam ampla repercussão. Sem dúvida, foi um dos movimentos sociais que mais influenciou os povos, incentivou conspirações, ações armadas ou tentativas pacíficas de mudar o poder político.

O capítulo ajuda a pensar sobre esses temas fundamentais da história europeia e do mundo ocidental.

Puxando pela memória

Provavelmente, você já ouviu falar de Maria Antonieta, a rainha decapitada em meio à Revolução Francesa. Você saberia dizer qual era o lema desta Revolução?

Cronologia deste capítulo	1787	1788
	Luís XVI convoca a Assembleia dos Notáveis, buscando aprovar o pagamento de impostos pela nobreza e pelo clero.	Luís XVI convoca a Assembleia dos Estados-Gerais.

Por conta da quantidade de informações, alguns anos se repetem na Cronologia deste capítulo. Nesses casos, as informações estão organizadas por mês.

1 Absolutismo desafiado

No final do século XVIII, os franceses mergulharam numa crise que levaria ao mais importante movimento revolucionário do mundo ocidental, marco inaugural dos tempos contemporâneos, conhecido como **Revolução Francesa**.

Luís XV, neto de Luís XIV, tinha apenas cinco anos em 1715 quando se tornou rei da França. Só assumiu de fato o poder em 1743, estando a administração confiada por décadas a regentes e ministros. Na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a França foi derrotada pela Inglaterra e seus aliados. O rei teve, então, de administrar forte crise financeira até sua morte, em 1774.

O sucessor, Luís XVI, herdou um Estado falido e, desde o início, enfrentou forte oposição – situação que se agravaria por conta das más colheitas da década de 1780. Até a nobreza defendia a restrição do poder real. Em 1777, a crise atingiu o ápice com o envio de tropas francesas para lutar a favor da independência das colônias inglesas na América do Norte – uma espécie de revanche da Guerra dos Sete Anos que sangrou ainda mais o tesouro real.

O rei mostrava-se disposto a fazer reformas que, sem prejuízo do poder absolutista, fortalecessem as finanças reais. Aspirava ser um déspota esclarecido.

Em 1787, o governo propôs uma grande reforma tributária, que previa o pagamento de impostos por parte da nobreza e da Igreja católica – um ato de ousadia que balançava a tradição do absolutismo francês. Para discutir a proposta, o rei convocou uma assembleia que reuniu nobres e membros do alto clero, conhecida como **Assembleia dos Notáveis**. Completo fracasso: tais grupos não estavam dispostos a perder nenhum privilégio.

Ironicamente, o primeiro passo para o processo revolucionário que acabou com o Antigo Regime resultou da insatisfação dos grupos beneficiados pelo absolutismo.

O rei insistiu na reforma, mas os "notáveis" não cederam. Diante do impasse, o ministro das Finanças, Jacques Necker, sugeriu ao rei a convocação dos **Estados-Gerais** – a assembleia representativa das três **ordens** ou **estados** do reino (clero, nobreza e povo), que não se reunia desde 1614.

Neste quadro de Louis-Charles-Auguste Couder (1839), vê-se a abertura dos Estados-Gerais, em 1789, presidida pelo rei. Museu Nacional, Palácio de Versalhes, Versalhes, França.

LOUIS-CHARLES-AUGUSTE COUDER. ABERTURA DOS ESTADOS GERAIS EM VERSAILLES, EM 5 DE MAIO DE 1789. 1839.

O começo da Revolução

A convocação dos Estados-Gerais atendia a expectativas contraditórias de vários setores sociais. A nobreza e o alto clero pretendiam obter o apoio de setores burgueses para limitar o poder real e continuar a não pagar impostos. A alta burguesia, por sua vez, queria livrar a economia de diversos entraves, mas via com bons olhos a extinção dos privilégios fiscais da nobreza e do clero. Os grupos populares do campo e da cidade não tinham representantes nem mesmo no **Terceiro Estado**, mas aguardavam os acontecimentos com a expectativa de amenizar sua miséria. Fizeram chegar aos deputados suas reivindicações por meio dos Cadernos de Reclamações (*Cahiers de Doléances*), feitos em diversas vilas do reino.

Em 5 de maio de 1789, os representantes de cada **ordem** compareceram à sala onde se reuniria a Assembleia dos Estados-Gerais, no Palácio de Versalhes. As cartas pareciam embaralhadas: muitos burgueses enobrecidos apoiavam a nobreza, e alguns nobres esclarecidos apoiavam as reformas. O alto clero (arcebispos e bispos) tendia ao conservadorismo, e o baixo clero (curas de paróquias) tendia a apoiar as reformas. Aliás, foi de autoria de um clérigo – o abade Emanuel Sieyès, vigário-geral de Chartres – o texto que acabou representando uma espécie de manifesto das aspirações burguesas e populares: "O que é o Terceiro Estado? Tudo. Que tem sido ele até agora na ordem política? Nada. Que pede ele? Tornar-se alguma coisa".

Nesse emaranhado, a inclinação dos Estados-Gerais era conservadora: pretendia-se fazer mudanças profundas na ordem econômica, mas sem alterar radicalmente a organização social e a estrutura de poder. A vitória do conservadorismo era certa, porque o voto na assembleia não era individual, como queria o Terceiro Estado, mas por estado ou ordem, cada qual reunida num salão próprio. A nobreza (Segundo Estado) e o clero (Primeiro Estado) se uniram contra as propostas mais radicais do Terceiro Estado (o povo).

Apesar da tendência conservadora, a Monarquia temia que os Estados-Gerais afetassem sua autoridade. Assim, o rei resolveu dissolver a assembleia. Em reação, os representantes do Terceiro Estado invadiram o salão de jogos do palácio onde a nobreza jogava a pela (uma forma antiga de tênis em quadra fechada) e determinaram: só sairiam dali quando fosse votada uma Constituição para o reino. Em 20 de junho de 1789 fizeram o **Juramento da Sala do Jogo da Pela**, criando a Assembleia Nacional, logo transformada, em 9 de julho, em Assembleia Constituinte. Começava a revolução – embora o projeto se limitasse, nessa altura, a instaurar uma monarquia constitucional, restringindo o poder do rei.

A História no seu lugar

Liberdade, **igualdade**, **fraternidade**: esse é o lema da Revolução Francesa. Faça uma pesquisa em seu bairro perguntando aos entrevistados o que eles sabem a propósito desse lema. Pergunte, no mínimo, a dez pessoas. Organize depois as respostas, seguindo a orientação do professor, e apresente o resultado na sala de aula.

ACTIVE MUSEUM /ALAMY/FOTOARENA

O juramento do jogo de pela, de Jacques-Louis David, século XVIII. Essa obra está localizada no Museu da Cidade de Paris, Museu Carnavalet, Paris, França.

2 Antigo Regime espatifado

A população entrou em cena, criando um clima de guerra civil. Nas cidades, sobretudo em Paris, os populares entusiasmados com a revolução ficaram conhecidos como *sans-culottes* ("sem calção"), por causa das calças largas de tecido grosseiro que costumavam vestir, em comparação com o *culotte*, calção elegante, justo até os joelhos, comum à nobreza.

A burguesia, embora desejasse mudanças na ordem política, temia tanto a reação aristocrática como os levantes populares. Tratou então de organizar uma milícia, a **Guarda Nacional**, confiando seu comando a um nobre simpático à revolução, o marquês de La Fayette.

Os grupos populares já tinham deflagrado, porém, sua própria revolução no campo e nas cidades. Os camponeses exigiam a propriedade plena da terra que cultivavam e a abolição das taxas feudais que ainda perduravam no reino. Nas cidades, artesãos, operários e desempregados exigiam melhores condições de vida e participação política, embora suas aspirações fossem, em geral, pouco nítidas. A revolta da *sans-culotterie* foi, antes de tudo, uma explosão dos grupos populares contra a penúria e a exploração econômica.

Em 14 de julho de 1789 – dia que se tornou símbolo da Revolução Francesa –, uma multidão invadiu a Bastilha, uma prisão real praticamente desativada, mas que conservava sua força simbólica. A tomada da Bastilha foi um ato de enorme importância, pois exprimiu a revolta popular contra o absolutismo. O levante alastrou-se para o campo, onde muitas propriedades foram saqueadas e castelos incendiados. Muitos nobres deixaram a França para se abrigar em Estados absolutistas, como a Prússia e a Áustria. Era o **Grande Medo**, que assombrou a aristocracia entre julho e agosto de 1789.

AKG-IMAGES/FOTOARENA

Camponeses trucidam nobres com foices em gravura colorizada de 1790. Biblioteca Nacional, Paris, França.

Decisões revolucionárias

Sensível à revolta camponesa e procurando manter a ordem social, a Assembleia aprovou várias leis: aboliu os impostos senhoriais que pesavam sobre o campesinato e confiscou os bens da Igreja. Com isso, acabava com os vestígios do feudalismo que ainda sobreviviam em várias regiões.

Em 26 de agosto de 1789, a Assembleia aprovou a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, reconhecendo o direito de todos à liberdade, à propriedade, à igualdade jurídica e a resistir a qualquer forma de tirania ou opressão.

Em 12 de julho de 1790, foi aprovada a **Constituição Civil do Clero**, que, entre outras medidas, separava Igreja e Estado. Em setembro do ano seguinte seria

Julho: a Assembleia aprova a Constituição Civil do Clero, separando Igreja e Estado.

1790

Junho: Luís XVI tenta fugir para a Áustria, mas é interceptado em Varennes.

1791

aprovada a Constituição, confirmando a abolição do dízimo eclesiástico, a proibição da venda de cargos públicos e a suspensão dos privilégios fiscais da nobreza. O direito ao voto ficou restrito, porém, aos homens que pudessem comprovar renda ou propriedade, o chamado **voto censitário**; dele, ficavam de fora trabalhadores e mulheres. A França se tornava uma Monarquia Constitucional, com divisão de poderes. O rei passava a ser considerado "rei dos franceses e não mais da França".

O Antigo Regime foi espatifado, e o rei ficou submetido à Constituição. Luís XVI via seu poder reduzir-se ao exercício do poder executivo, privado de fazer leis e de julgar o que fosse. Na prática, o poder real ficaria limitado à prerrogativa de nomear e demitir ministros. Por isso, passou a conspirar com nobres de países absolutistas um meio de deter a onda revolucionária no reino que considerava seu.

Em junho de 1791, Luís XVI tentou fugir para a Áustria, mas foi descoberto no meio do caminho, em Varennes, na fronteira com os Países Baixos, e voltou escoltado a Paris.

Fique de olho!

- *Maria Antonieta*. Direção: Sofia Coppola. EUA, 2006.

  Reconstituição da corte francesa de Luís XVI às vésperas da Revolução, a partir da vida de Maria Antonieta. Excelente como retrato da corte, apesar de algumas cenas anacrônicas por conta da proposta artística da diretora.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO

A Constituição francesa de 1791

Aprovada pela Assembleia em 1791, a primeira Constituição Francesa limitou o poder real, mas foi muito cautelosa em termos políticos e sociais.

Leia com atenção os trechos a seguir:

Título III – DOS PODERES PÚBLICOS

Artigo 1 – A soberania é una, indivisível, inalienável e imprescritível. Ela pertence à Nação; nenhuma seção do povo, nenhum indivíduo pode se atribuir o exercício dela.

Artigo 2 – Todos os poderes emanam unicamente da Nação; não se pode exercê-los senão por delegação. A Constituição Francesa é representativa: os representantes são os corpos legislativos e o rei.

Artigo 3 – O Poder Legislativo é delegado a uma Assembleia Nacional composta de representantes temporários, eleitos livremente pelo povo, para ser exercido por ela, com a sanção do rei, da maneira que será determinada abaixo.

Artigo 4 – O governo é monárquico: o Poder Executivo é delegado ao rei, para ser exercido sob a sua autoridade, pelos ministros e outros agentes responsáveis, da maneira que será determinada abaixo.

Artigo 5 – O Poder Judiciário é delegado a juízes eleitos periodicamente pelo povo.

CAPÍTULO 1 – DA ASSEMBLEIA NACIONAL LEGISLATIVA

[...]

Artigo 5 – O Corpo Legislativo não poderá ser dissolvido pelo rei.

Constituição francesa de 1791. Disponível em: <www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/constitution-de-1791.5082.html>. Acesso em: 20 jan. 2016. (Tradução dos autores.)

- Com base no documento acima, nas informações deste capítulo e no que você aprendeu no capítulo anterior sobre as ideias iluministas, discuta com os colegas, em grupos, as seguintes questões:
  - **a)** A divisão dos poderes do Estado proposta por Montesquieu, em 1748, foi adotada pela Constituição de 1791? Justifique.
  - **b)** Considerando que a Assembleia Nacional Legislativa seria formada por representantes eleitos livremente pelo povo, é possível afirmar que a Constituição adotou o pensamento democrático de Rousseau?
  - **c)** Identifique um ou mais artigos da Constituição que extinguiram o absolutismo na França.
  - **d)** Defina, em uma expressão, o regime político instituído pela Constituição de 1791.

Fique de olho!

- VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa explicada à minha neta*. São Paulo: Unesp, 2007.

  Livro sobre a Revolução Francesa, com abordagem de como o encontro das aspirações da burguesia e das classes populares, mesmo finalizando o feudalismo, criou bases em que se apoiou a sociedade liberal do século XIX.

Facções revolucionárias

A Assembleia manteve atividade febril até 1792. A divisão das forças políticas na instituição era evidente: de um lado, estavam os grupos "patrióticos", adeptos das mudanças; de outro, os defensores do Antigo Regime, cada vez menos numerosos. Os primeiros sentavam-se à esquerda do plenário (ou do rei); os segundos, à direita (daí a origem dos termos esquerda/direita na linguagem política atual); no centro, os moderados e indecisos.

Pouco a pouco, as forças revolucionárias foram se dividindo, e duas tendências se destacaram: de um lado, os **girondinos** (nome derivado de Gironda, região situada no sudoeste da França), que defendiam posições moderadas e representavam os interesses da alta burguesia; de outro, aqueles que apoiavam mudanças radicais, os **jacobinos**, nome derivado do Clube dos Jacobinos, criado por esses deputados na Capela dos Jacobins de Saint-Honoré, em Paris. Os jacobinos sentavam-se à esquerda do plenário e os girondinos, à direita.

Dentre os jacobinos, destacavam-se lideranças como Georges Danton, Jean-Paul Marat, Louis-Antoine Saint-Just e Maximilien Robespierre, que chegou a defender o sufrágio universal masculino na Assembleia Constituinte.

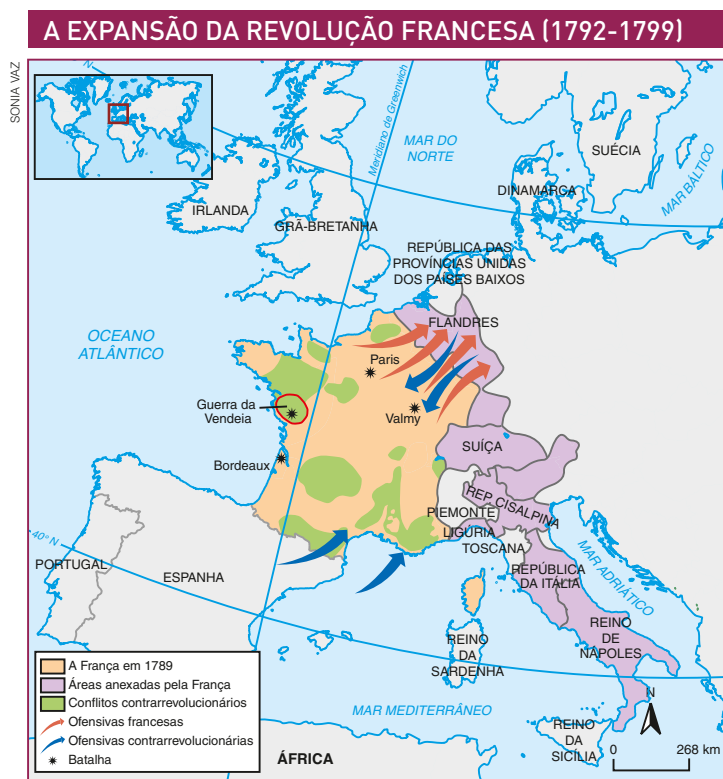
3 Terror jacobino

Em agosto de 1791, os governos da Prússia e da Áustria assinaram a Declaração de Pillnitz, anunciando a intenção de intervir na França para deter a Revolução.

O rei francês, disposto a tudo para recuperar seu poder, incentivou uma declaração de guerra contra as monarquias vizinhas. Contava com o apoio de lideranças burguesas que temiam a radicalização da Revolução e desejavam a guerra para lucrar e fazer triunfar o "liberalismo político e econômico" nas monarquias então absolutistas.

Os jacobinos, embora tentados a apoiar a guerra para expandir a Revolução, foram contidos por Robespierre, líder máximo do grupo, que temia o colapso do movimento em caso de derrota.

Apesar dos fracassos iniciais, os franceses saíram vitoriosos do conflito. Houve adesão fanática de batalhões de *sans-culottes*, que fizeram recuar o exército prussiano na Batalha de Valmy, em 20 de setembro de 1792.

A EXPANSÃO DA REVOLUÇÃO FRANCESA (1792-1799)

Fontes: DUBY, Georges. *Atlas Historique Mondial*. Paris: Larousse, 2006. p. 83; OVERY, Richard. *A história completa do mundo*. Rio de Janeiro: Reader's Digest, 2009. p. 226-229.

Os ataques de outros reinos esquentaram o clima interno: vários suspeitos de conspirar com o inimigo foram fuzilados, incluindo padres que se recusaram a jurar a Constituição Civil do Clero – chamados de **refratários**.

Fortalecia-se a ideia de que a revolução devia avançar, contando com uma nova Constituição que abolisse a Monarquia. A maioria dos revolucionários percebia, agora com nitidez, que o rei traíra os franceses.

Inaugurou-se, em setembro de 1792, uma assembleia denominada **Convenção**, eleita por sufrágio universal. De início foi controlada pelos moderados girondinos. Nela, os jacobinos passaram a ser também conhecidos como *montagnards* (montanheses), por ocuparem os assentos do alto do salão (**Montanha**). Os deputados girondinos se reuniam à direita. No centro ficava a maioria dos deputados, que não se identificava com aquelas facções; eram conhecidos como deputados da **Planície**.

Mas o poder legal dessa assembleia rivalizava, na prática, com o da Comuna Insurrecional de Paris, criada em 10 de agosto, de orientação completamente jacobina.

O rei, que tinha sido preso em agosto, junto com a família real, teve seus poderes suspensos. Foi proclamada a República por unanimidade, em 21 de setembro.

Abolida a Monarquia, instaurou-se processo contra o rei, acusado de alta traição. Foi guilhotinado em Paris, em 21 de janeiro de 1793. Meses depois, em 16 de outubro, seria a vez da rainha Maria Antonieta.

ANÔNIMO. MORTE DE LUÍS CAPETO, 16º DE SEU NOME, EM 21 DE JANEIRO DE 1793. SÉCULO XVIII.

Em 21 de janeiro de 1793, oficial de justiça exibe a cabeça de Luís XVI, conduzido à guilhotina em uma carruagem – última homenagem ao rei condenado. Museu das Civilizações da Europa e do Mediterrâneo, Marselha, França.

Abril: Criação do Comitê de Salvação Pública e início do Terror, comandado por Robespierre.

1793

Julho: É instituído o sufrágio universal. Assassinato de Marat.
Outubro: Maria Antonieta é guilhotinada.

1793

CONVERSA DE HISTORIADOR

A guilhotina tem sua história

Em plena Revolução, o médico e deputado Joseph Ignace Guillotin recomendou a utilização de um aparelho que abreviasse o sofrimento dos condenados à morte. O aparelho consistia num grande suporte (4 m de altura) no qual ficava suspensa, por uma corda, uma pesada lâmina diagonal (de cerca de 40 kg). Quando a corda era liberada, a lâmina caía sobre o pescoço da vítima, imobilizada.

O aparelho não era novo, pois fora utilizado na Itália 200 anos antes, onde era conhecido como *mannaia*. Guillotin defendeu o uso do instrumento por razões humanitárias, mas acrescentou que seu uso deveria ser comum a nobres e plebeus, propondo, assim, a "democratização" dos métodos de execução da pena capital. Tal aparelho foi chamado, na França, de *guillotine* (guilhotina), em homenagem a seu defensor.

A primeira pessoa a ser guilhotinada, em 25 de abril de 1792, não foi nenhum aristocrata ou eclesiástico, mas o artesão Nicolas Jacques Pelletier, acusado de sabotar a Revolução. Instituída pelos jacobinos, a guilhotina não poupou reis, duques, girondinos, monarquistas, membros do alto clero, padres refratários, salteadores, especuladores e criminosos comuns. Nem mesmo os jacobinos escaparam.

Mais de 3 mil pessoas foram executadas dessa forma, a grande maioria entre 1793 e 1794.

AUTORIA DESCONHECIDA. REVOLUTION FRANCAISE: 'LE BOURREAU SE GUILLOTINANT LUI MEME'. 1794.

Alegoria da Revolução que assiste, impassível, à execução de seus inimigos (gravura de 1794). As cabeças decepadas aparecem amontoadas em grupos ou tipos, conforme o delito contrarrevolucionário cometido pelos condenados. Museu da Cidade de Paris, Museu Carnavalet, Paris, França.

- Como explicar a guilhotina? Democratização da pena de morte ou abolição dos privilégios do Antigo Regime? Formem grupos para discutir o assunto.

Explode o radicalismo

A Revolução se radicalizava. Os girondinos, enfraquecidos, acabaram por perder o controle do processo para os jacobinos. Para tanto, contribuiu o grande levante camponês de março de 1793, a **Revolta da Vendeia**. O estopim foi a rejeição do recrutamento militar pelos camponeses, estimulada por padres refratários e apoiados até pelos poucos nobres franceses que ainda desafiavam a Revolução. Os jacobinos aproveitaram para fazer da Vendeia um exemplo do perigo contrarrevolucionário, e assim assumiram o poder. Proclamaram a necessidade de endurecer o regime, ao que chamaram de **despotismo da liberdade**.

A grande bandeira dos jacobinos era deter a contrarrevolução, combatendo os inimigos externos e internos. Para conseguir o apoio do campesinato, diversas leis foram votadas, suprimindo de vez os direitos feudais e prevendo o loteamento das terras dos nobres emigrados para os camponeses que pudessem adquiri-las. Para garantir o apoio da *sans-culotterie*, foram votadas leis rigorosas contra a especulação com o preço do trigo e tabelados os preços máximos dos gêneros de primeira necessidade (a **Lei do Máximo**).

No plano político, fez-se uma nova interpretação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, reconhecendo, por exemplo, o direito à insurreição, e não somente o de resistir à opressão. Além de consagrar o regime republicano, a Constituição de junho de 1793 reforçou o poder legislativo, eleito pelo sufrágio universal masculino. Submetida a um plebiscito popular, a chamada **Constituição do Ano II** foi referendada por quase 2 milhões de votos, sendo apenas 17 mil contrários. Mas, na prática, os jacobinos preferiam governar por decretos.

A Constituição de 1793 ainda estabeleceu o ensino público gratuito e um novo calendário, de caráter anticlerical. No mesmo sentido, visando diminuir a influência da Igreja católica, a Revolução instituiu o culto ao “Ser Supremo”: uma espécie de deus da justiça e da razão. A própria catedral de Notre-Dame de Paris foi rebatizada como Templo da Razão, por influência de Robespierre.

A Marselhesa

La Marseillaise (*A Marselhesa*) foi composta pelo oficial Claude Joseph Rouget de Lisle, em 1792, e foi considerada uma canção revolucionária. Adquiriu grande popularidade, sobretudo entre os batalhões do exército.

A canção foi escolhida como hino pela Convenção em 14 de julho de 1795 e suprimida várias vezes até 1879, quando foi definitivamente confirmada como o hino nacional francês.

AUTORIA DESCONHECIDA. CHOUANS NA VENDEIA. SÉCULO XIX.

Na Revolta da Vendeia, os camponeses combateram a Revolução. Da recusa ao recrutamento militar, passaram a apoiar a restauração da monarquia e do catolicismo tradicional. Essa obra está localizada no Museu de História e das Guerras da Vendeia, em Cholet, na França.

Julho: Tratado da Basileia entre França e Espanha. Fracasso do golpe monarquista.	Agosto: Constituição do Ano III, moderada. Início do Diretório.	Outubro: Graco Babeuf organiza a Conjuração dos Iguais.
1795	1795	1795

OUTRA DIMENSÃO REPRESENTAÇÕES DO TEMPO

A linguagem da Revolução

Para os revolucionários radicais, não bastava modificar a estrutura de poder. Eles também pretendiam transformar toda a sociedade, apagar cada traço do Antigo Regime. Para isso, lançaram novos símbolos, em substituição aos antigos. Buscava-se legitimar os novos tempos.

A tentativa mais drástica concretizou-se com a Constituição de 1793. A intenção era substituir o calendário gregoriano – católico – e tornar-se universal. O ano passou a ter 12 meses de 30 dias; e cada mês se dividiu em três semanas de 10 dias.

Cada semana (decâmero) era numerada de um a três. E os dias, de um a dez, no respectivo decâmero, recebendo nomes de *primidi*, *duodi*, *tridi*, *quartidi*, *quintidi*, *sextidi*, *septidi*, *octidi*, *nonidi*, *décadi*. Os decâmeros receberam nomes de plantas, animais e objetos associados à agricultura. O dia foi dividido em 10 horas de 100 minutos, cada qual com 100 segundos de duração. Os nomes dos meses inspiraram-se nas estações do ano. Aos 360 dias acrescentavam-se cinco complementares, anualmente, e um sexto a cada quatriênio. O ano desse calendário revolucionário começou à meia-noite do equinócio do outono, segundo o meridiano de Paris, em 22 de setembro.

A eliminação das festas religiosas de origem católica, dos nomes de santos e, sobretudo, do domingo, compensado pelo *décadi*, contrariou a população. Com a ascensão de Napoleão, o calendário gregoriano foi restabelecido em 1º de janeiro de 1806.

Meses do calendário revolucionário:

- no outono:
Vendémiaire (vindimiário):
22 de setembro a 21 de outubro – colheita
Brumaire (brumário):
22 de outubro a 20 de novembro – bruma, nevoeiro
Frimaire (frimário):
21 de novembro a 20 de dezembro – geada

- no inverno:
Nivôse (nivoso):
21 de dezembro a 19 de janeiro – neve
Pluviôse (pluvioso):
20 de janeiro a 18 de fevereiro – chuva
Ventôse (ventoso):
19 de fevereiro a 20 de março – vento

- na primavera:
Germinal:
21 de março a 19 de abril – germinação das sementes
Floréal (florial):
20 de abril a 19 de maio – flores
Prairial (pradial):
20 de maio a 18 de junho – prados

- no verão:
Messidor:
19 de junho a 18 de julho – colheita
Thermidor (termidor):
19 de julho a 17 de agosto – calor
Fructidor:
18 de agosto a 20 de setembro – frutas

- Os nomes dos dias e das semanas do novo calendário permitem identificar o grupo social escolhido para simbolizar a Revolução Francesa. Qual grupo parece ter sido escolhido para simbolizar a Revolução? Justifique.

O Tribunal Revolucionário

Os próprios jacobinos começaram a divergir sobre os rumos da Revolução, dividindo-se em três facções. A mais radical era comandada pelo jornalista Jean-Paul Marat, editor de *O Amigo do Povo*, e seus membros eram chamados de **enraivecidos.** No polo oposto, os **indulgentes** eram liderados por Georges Danton, favorável à moderação no combate aos inimigos da Revolução. No centro, pontificava a facção de Robespierre, que primeiro esvaziou a facção dos **enraivecidos**, em 1793 (o próprio Marat morreu assassinado por uma girondina, em 13 de julho), e depois voltou-se contra os **indulgentes**, em 1794.

Essa fase da Revolução foi marcada pela ação do Comitê de Salvação Pública, com sua Lei dos Suspeitos (1793), do Comitê de Segurança Geral, da Comuna Insurrecional de Paris e do Tribunal Revolucionário, comandado por Robespierre, que se autoproclamava "O Incorruptível". O Terror, como ficou conhecido esse momento da Revolução, levou milhares de pessoas à morte: nobres, camponeses, salteadores, especuladores, padres, bispos, qualquer pessoa considerada suspeita. Muitos girondinos foram decapitados pela famosa guilhotina. Até mesmo Georges Danton, jacobino da primeira hora, acabou guilhotinado, acusado de traição por tentar deter a fúria do Terror. Do ataque "aos inimigos da Revolução", os jacobinos passaram a um furor autodestrutivo que lhes custaria caro.

A sensação era a de que a Revolução ultrapassara os limites, ao ceifar vidas em todos os grupos sociais e políticos, incluindo os jacobinos. Em julho de 1794, o tal despotismo da liberdade dava visíveis sinais de esgotamento.

A Revolução Francesa separou o Estado da Igreja e, na fase do Terror, executou clérigos católicos na guilhotina. Chegou ao ponto de abolir o catolicismo, instalando em seu lugar o Culto ao Ser Supremo, uma espécie de deus revolucionário, divindade abstrata da Razão. Era uma forma de se opor a uma das instituições que reunia enorme poder no Antigo Regime. *Celebração ao Ser Supremo no Campo de Marte*, imagem de Pierre-Antoine Demachy, século XIX. Museu da Cidade de Paris, Museu Carnavalet, Paris, França.

ANTOINE DEMACHY. FESTIVAL DO CULTO DO SER SUPREMO, 1794. 1794.

Com a Lei dos Suspeitos, qualquer indivíduo poderia ser preso, julgado e condenado à morte no caso de haver indícios de que era contrarrevolucionário. Ser contrarrevolucionário podia significar desde estocar trigo para especular com o preço do pão até fazer críticas públicas aos procedimentos arbitrários do Comitê revolucionário.

OUTRA DIMENSÃO **PERSONAGEM**

Robespierre e a liberdade despótica

Nascido em 1758, Robespierre formou-se em Direito, atuou como advogado e, quando estourou a Revolução, afirmou-se como uma de suas principais lideranças. Foi grande defensor da execução de Luís XVI e Maria Antonieta. Comandou o processo revolucionário em 1793, dirigindo o Comitê de Salvação Pública. Considerava-se incorruptível, modo como ficou conhecido nos anos de glória do Terror jacobino, quando defendia o "despotismo da liberdade". O golpe termidoriano de 1794 derrubou Robespierre e seus colaboradores. Foi guilhotinado em 28 de julho.

- Considerando as informações do capítulo, você e seus colegas irão realizar o "julgamento" de Robespierre. Ele traiu o valor da liberdade defendido pela Revolução Francesa? A turma deve ser dividida em dois grupos, um para defender Robespierre, outro para acusá-lo.

Detalhe de retrato de Robespierre, pintura do século XVIII. Museu da Cidade de Paris, Museu Carnavalet, Paris, França.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

4 Golpes reacionários

Com os excessos do Terror, Robespierre perdeu apoio político. Os Comitês revolucionários divergiam entre si, e os mais radicais estavam sempre em busca de novos "indulgentes" para guilhotinar. Ninguém mais se sentia seguro. O poder de Robespierre se restringia, a essa altura, aos *sans-culottes* e à Comuna Insurrecional de Paris – que, no entanto, parecia cada vez mais desmobilizada. Organizou-se um complô envolvendo girondinos insatisfeitos, deputados moderados da **Planície** e até mesmo jacobinos arrependidos, todos assustados com a escalada do Terror.

Em 27 de julho de 1794 (9 de Termidor do ano II), Robespierre e Saint-Just acabaram presos. No dia seguinte, foram guilhotinados junto com 19 partidários, sem julgamento. Depois, mais 71 cabeças de jacobinos rolaram em Paris e motins dos *sans-culottes* foram esmagados. Era o terror para acabar com o Terror! A queda da Convenção ficou conhecida como "reação termidoriana", pondo fim à fase mais radical do processo revolucionário.

Em agosto de 1795, foi votada nova Constituição, bem menos radical que a do ano II (1793). A Convenção foi substituída pelo Diretório. O voto passou a ser novamente censitário, sublinhou-se o direito à propriedade e ao lucro, definiu-se que a igualdade se restringia aos direitos civis. A revolução se aburguesava. Mas a guilhotina não parou de funcionar, embora em ritmo mais lento.

Aproveitando a derrota dos jacobinos, os monarquistas articularam um golpe, em 1795, facilmente reprimido. No polo oposto ao dos monarquistas, uma ala ultrarradical da revolução entrou em cena, liderada por François Noel Babeuf, conhecido como Graco Babeuf. Neste caso, o projeto revolucionário esboçava ideias claramente socialistas. Foi a Conjuração dos Iguais, que chegou a defender o fim da propriedade privada. A conspiração foi logo reprimida e Babeuf, guilhotinado em 1797.

AUTORIA DESCONHECIDA. C. 1796.

Fuzilamento dos seguidores de Babeuf, em maio de 1796, acusados de tentar sublevar parte do exército para derrubar o Diretório. Gravura do século XVIII, localizada na Biblioteca Nacional, Paris, França.

A Constituição de 1795 previa a separação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O Legislativo foi confiado a dois conselhos: o Conselho dos Antigos (250 membros com mais de 40 anos) e o Conselho dos Quinhentos (500 membros com mais de 30 anos). O novo governo não confiava em jovens, nem em pobres! O Executivo nacional coube ao Diretório, uma comissão formada por cinco diretores da República com mandato eletivo. Como prova de moderação, as igrejas foram reinstaladas e o catolicismo, permitido. A Revolução aspirava à estabilidade burguesa.

No plano externo, as guerras prosseguiam contra a Primeira Coligação, lideradas no continente pela Áustria e pela Prússia, apesar do esforço diplomático do novo governo, que chegou a celebrar diversos tratados de paz e cooperação, inclusive com a Prússia. No plano interno, o governo entrou em conflito com o Legislativo, que se mostrava disposto a facilitar o retorno dos nobres emigrados e dos padres deportados.

Instalada a crise, o Diretório endureceu. Em 4 de setembro de 1797 (18 Frutidor), o governo restaurou a legislação rigorosa contra nobres e padres, fechou 42 jornais de oposição e estabeleceu o direito exclusivo de proclamar o estado de sítio em caso de desordem. Instaurava-se, assim, um regime de exceção conhecido como Terror Diretorial, embora mais brando que o dos tempos jacobinos.

Mas o Diretório e a República estavam com os dias contados. Em 18 Brumário do ano VIII (9 de novembro de 1799), uma conspiração burguesa, temendo novas radicalizações, deu o poder a um destacado general: Napoleão Bonaparte. Concretizava-se o temor de Robespierre, nos idos de 1792, de que um general de sucesso viesse a comandar o país e a própria Revolução.

5 A Revolução em grande escala: a era napoleônica

Nascido na ilha mediterrânica da Córsega, a oeste da península Itálica, Napoleão Bonaparte fez carreira brilhante como general do exército francês nas guerras contra prussianos e austríacos. Isso o credenciou a integrar o novo governo instaurado com o famoso golpe de 18 Brumário.

O novo regime tinha o nome de Consulado. Napoleão não governava sozinho, embora fosse o primeiro cônsul: compartilhava o poder com Emanuel Sieyès (o clérigo que havia escrito, em 1789, *O que é o Terceiro Estado?*) e Roger Ducos (um deputado da Planície). Mas o poder de Napoleão logo atropelou o dos colegas e ele se tornou, em 1802, cônsul vitalício da França, por meio de um plebiscito.

Em 1804, Napoleão convocou plebiscito para consultar sobre a implantação de um império. Obteve 60% de votos favoráveis ao regime monárquico e, em 2 de dezembro do mesmo ano, foi coroado Imperador da França. No auge da cerimônia, tomou a coroa das mãos do papa Pio VII, que tinha ido a Paris especialmente para coroá-lo, e a pôs na própria cabeça! Em seguida, coroou sua esposa, a imperatriz Josefina.

Amparado na força do exército, onde gozava de imensa popularidade, consolidou diversas conquistas da Revolução Francesa. Negociou com o papa Pio VII o direito de o Estado escolher os bispos da França e confirmou o confisco dos bens do clero. Em troca, reconheceu o catolicismo como religião majoritária e se comprometeu a sustentar o clero no país.

Fique de olho!

- *Napoleão*. Direção: Yves Simoneau. França, 2002.

  O filme conta a história de Napoleão, desde suas vitórias como general até sua queda, em 1815, e o exílio na ilha de Santa Helena.

1802	1804
Napoleão se torna cônsul vitalício.	Napoleão é coroado Imperador. Código Napoleônico (civil).

JACQUES-LOUIS DAVID. A CONSAGRAÇÃO DO IMPERADOR NAPOLEON (1769-1821) E A COROAÇÃO DA IMPERATRIZ JOSEPHINE (1763-1814) PELO PAPA PIO VII, 02 DE DEZEMBRO DE 1804. 1806-1807.

A coroação de Napoleão e Josefina (1805-1807). Óleo sobre tela de Jacques--Louis David. Napoleão coroa a si mesmo! Num simples gesto, certamente calculado, derrubou uma tradição que vinha desde a Idade Média: a coroação dos reis da França pela Igreja de Roma. Essa obra está localizada no Museu do Louvre, em Paris, França.

Napoleão fez aprovar o chamado Código Civil, consagrando o direito à propriedade privada, instituindo o casamento civil, a igualdade de todos perante a lei e o direito à liberdade individual. Promoveu a divulgação do *Catecismo Napoleônico*, no qual se ensinavam aos franceses os deveres para com Deus e o Imperador. Incentivou uma estrutura nacional de educação através da criação dos liceus. Fez concessões aos camponeses, facilitando o acesso à propriedade da terra. Estimulou o desenvolvimento da indústria por meio da criação do Banco da França e adotou uma política protecionista, estabelecendo altos impostos sobre produtos importados.

A chamada Era Napoleônica significou, internamente, a consolidação das conquistas da burguesia e do campesinato no processo revolucionário.

Napoleão espalha a Revolução

Napoleão pretendia espalhar a Revolução pelo mundo. Ambicionava derrubar príncipes e reis em toda a Europa, enterrando de vez o absolutismo. Pretendia submeter a Europa continental à sua influência e impor a preponderância francesa nos mercados do continente. O resultado foi uma sucessão de guerras. Seus exércitos invadiram a Prússia, a Áustria, a Holanda, a Bélgica, a Suíça, as penínsulas Itálica e Ibérica. Napoleão destronou reis e nomeou seus parentes para governar diversos principados ou reinos.

A Inglaterra, rival dos franceses desde o século XVIII, estava disposta a impedir a hegemonia da França no continente europeu. Mas os ingleses só tiveram êxito na guerra marítima, vencendo a Batalha de Trafalgar, na costa espanhola, em 1805. No mesmo ano, Napoleão impôs o Bloqueio Continental à Inglaterra, proibindo que todos os países europeus continentais, aliados ou não, comercializassem com os ingleses. Até o czar da Rússia, Alexandre I, aderiu ao bloqueio por meio do Tratado de Tilsit, em 1807.

No continente, a coligação de exércitos prussianos, austríacos e russos não resistiu ao furacão napoleônico. Na Batalha de Austerlitz, em 1805, Napoleão usou seu gênio estratégico para massacrar os exércitos inimigos.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Napoleão conferencia com seus oficiais na Batalha de Austerlitz, em 1805, antes de esmagar as tropas russas e austríacas. Óleo sobre tela (1808) de Louis Lejeune. Museu Nacional, Palácio de Versalhes, Versalhes, França.

Na Espanha ocupada, Napoleão deu a coroa ao irmão José Bonaparte, forçando a abdicação de Carlos IV. Pelo Tratado de Fontainebleau, assinado entre França e Espanha em 1807, ficou ainda estabelecida a anexação de Portugal, que foi invadido em 1808, após seu governo se recusar a aderir ao Bloqueio Continental. A Família Real fugiu para o Brasil no dia 29 de novembro, um dia antes de o exército francês tomar Lisboa.

Sobre a fuga da Família Real portuguesa, ver capítulo 5.

A invasão da Rússia

A próxima campanha militar de Napoleão foi a desastrosa invasão da Rússia, depois que o czar Alexandre I resolveu romper, em 1812, o Tratado de Tilsit. O grande exército de Napoleão entrou na Rússia de forma avassaladora, quase sem resistência, sobretudo por conta do recuo estratégico dos russos, que adotavam a tática conhecida como terra arrasada: queimavam os campos e recuavam. Sem ter onde se abastecer, os soldados franceses padeciam de fome e caíam doentes. Muitos desertavam.

Napoleão chegou a tomar Moscou, após vencer os russos na Batalha de Borodino, em setembro de 1812, o mais sangrento de todos os combates da Era Napoleônica. Venceu, mas não levou: a falta de suprimentos, agravada pelo intenso frio do inverno russo, arrasou o exército francês. Em dezembro, sob uma temperatura de quase 40 graus negativos, o exército napoleônico bateu em retirada, reduzido a pouco mais de 100 mil homens, dentre os mais de 600 mil que começaram a campanha.

Invasão de Portugal, cuja Família Real foge para o Brasil.	Napoleão decreta novo Código Penal.	Nasce Napoleão II (morto em Viena, em 1832).
1808	1809	1811

O IMPÉRIO NAPOLEÔNICO

Fontes: ZANGHELLINI, Valery (Org.). *Histoire* – initiation économique. Paris: Belin, 1992; DUBY, Georges. *Atlas Historique Mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 84-85; OVERY, Richard. *A história completa do mundo*. Rio de Janeiro: Reader's Digest, 2009. p. 226-229.

6 Derrota napoleônica: último suspiro do Antigo Regime

De volta a Paris, Napoleão desbaratou uma conspiração militar que intentava derrubá-lo. Seu poder minguava. O exército, enfraquecido, era incapaz de deter a nova coligação que reunia os exércitos da Prússia, da Rússia e da Áustria. O imperador francês tinha perdido a Batalha de Leipzig, antes mesmo de retornar a Paris, em 1813, e no mesmo ano seus exércitos foram derrotados na Espanha. Os franceses foram expulsos de cada uma das "províncias" conquistadas, como Bélgica, Holanda, Suíça, Espanha.

Em 1814, Paris foi invadida pelos inimigos e Napoleão, obrigado a abdicar. Em maio, foi exilado na ilha de Elba (a vinte quilômetros do litoral ocidental da Itália), com 800 homens, e a dinastia dos Bourbon foi restaurada: a coroa passou a Luís XVIII, irmão do guilhotinado Luís XVI.

Luís XVII, filho de Luís XVI, morreu na infância, durante o seu aprisionamento pelos revolucionários.

Com o apoio de boa parte dos oficiais, Napoleão fugiu da ilha de Elba e regressou à França, em março de 1815. Reassumiu o poder, expulsando Luís XVIII, e iniciou o chamado "governo dos Cem Dias". Foi derrotado definitivamente na Batalha de Waterloo, na Bélgica, em junho de 1815.

Luís XVIII recuperou a coroa francesa e reinou até sua morte, em 1824, embora com poderes limitados. Napoleão morreu pouco antes, em 1821, prisioneiro dos ingleses na ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul.

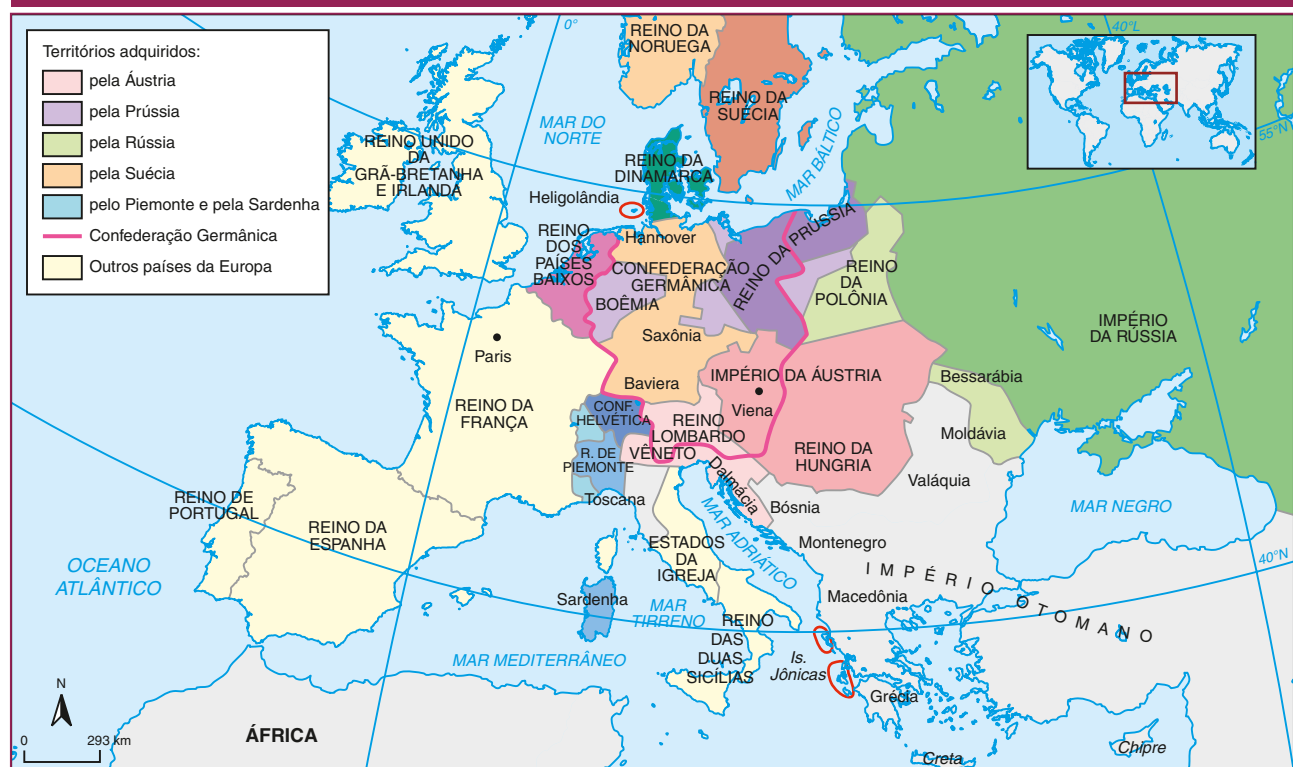
Fracasso de Napoleão na Rússia.	Derrota na Batalha de Leipzig.	Coalizão invade Paris. Napoleão é exilado na ilha de Elba. Luís XVIII assume a Coroa.
1812	1813	1814

O Congresso de Viena

Em 1814, reuniu-se o Congresso de Viena, encontro diplomático de importância fundamental para redesenhar o mapa político europeu na era pós-napoleônica.

Embora fossem muitos os países representados, as grandes decisões foram tomadas pela cúpula de cinco potências: França, Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia. O príncipe austríaco Klemens von Metternich foi a grande estrela do Congresso.

Em 1815, o Congresso elaborou um novo mapa europeu. Buscando um equilíbrio no continente, beneficiou sobretudo a Prússia, que anexou a Saxônia, a Westfália, parte da Polônia e a região do rio Reno, retirada da França. A Áustria anexou parte da região balcânica, mas perdeu a Bélgica e teve de aceitar a Confederação Germânica, formada por 38 estados, dos quais a maior parte daria origem à Alemanha. A Rússia recebeu a Bessarábia e parte da Polônia e da Finlândia. A Inglaterra obteve pontos estratégicos para seu crescente comércio marítimo: a ilha de Malta, no Mediterrâneo; a colônia do Cabo, no extremo-sul da África; e o Ceilão, no Índico.

A EUROPA APÓS O CONGRESSO DE VIENA

Fonte: DUBY, Georges. *Atlas Historique Mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 86.

A Restauração e a Santa Aliança

Com base no princípio da legitimidade, foram restauradas as dinastias absolutistas destronadas por Napoleão, como a dos Bourbons, na Espanha e na França, e a de Bragança, em Portugal. Restauração é a palavra-chave para entender o grande objetivo do Congresso de Viena, com a restauração do Antigo Regime, das monarquias absolutistas, dos privilégios da nobreza e do clero.

Assim surgiu o acordo conhecido como Santa Aliança, que dava aos países signatários (entre eles Prússia, Áustria e Rússia) o poder de intervir nos países que se vissem ameaçados por movimentos nacionalistas ou liberais, bem como nas colônias em que ocorressem rebeliões contra as respectivas metrópoles. Foi o princípio da intervenção idealizado por Metternich. O governo inglês não aderiu à Santa Aliança porque estava de olho no livre comércio que as independências na América espanhola, então em curso, lhe poderiam abrir.

O Congresso de Viena e a Santa Aliança deram novo fôlego ao absolutismo, derrotado pela Revolução Francesa e pela expansão napoleônica. Mas foi apenas uma sobrevida. Na Europa do século XIX, não havia mais chance de restaurar, de fato, a ordem anterior a 1789. O liberalismo estava em marcha, alimentando diversos movimentos em toda parte. Nas Américas, era tempo de independência. E, com a indústria a pleno vapor, a Inglaterra se tornava a grande potência, mudando radicalmente o perfil da economia mundial.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

As mulheres na Revolução Francesa

A gravura a seguir mostra um episódio especial da Revolução Francesa, ocorrido em 5 de outubro de 1789: cerca de 10 mil mulheres seguiram para Versalhes para reclamar da falta de pão. Acabaram forçando o rei a retornar a Paris.

AUTORIA DESCONHECIDA. SÉCULO XVIII.

Gravura do século XVIII que mostra mulheres francesas marchando em direção a Versalhes para reivindicar pão. Essa obra se encontra no Museu da Cidade de Paris, Museu Carnavalet, Paris, França.

- Observe atentamente a gravura e discuta com os colegas, em grupo:
  - a) Como definir a condição social das mulheres representadas na imagem?
  - b) Existe alguma mulher na imagem cuja representação difere da maioria? Justifique.
  - c) Qual atributo, na época considerado masculino, é representado nessa imagem das mulheres revolucionárias?

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. Qual a posição da aristocracia francesa diante das reformas anunciadas por Luís XVI e qual a importância disso para o início da Revolução?

2. Explique as diferenças entre os projetos políticos de girondinos e jacobinos.

3. Quais os interesses e as atitudes dos chamados *sans-culottes* e do campesinato no processo revolucionário?

4. Caracterize o papel do governo de Napoleão Bonaparte na tentativa de consolidar internamente e expandir externamente a Revolução Francesa.

5. Embora marcada pela emergência de diversos projetos políticos e sociais, não raro opostos entre si, a Revolução Francesa é considerada pelos historiadores como uma "revolução burguesa". Avalie a validade dessa interpretação.

Reflexões

Como nascem os lemas

Até os dias de hoje, a Revolução Francesa se traduz no lema: "**liberdade**, **igualdade**, **fraternidade**". A expressão é atribuída a Jean-Nicolas Pache, nascido em 1746. Foi secretário do Ministro da Marinha e inspetor da moradia do rei. No início da Revolução, serviu na burocracia e foi eleito suplente de deputado por Luxemburgo, em 1793. Sempre foi um girondino moderado, embora próximo de Marat. Foi preso em maio de 1794 e por pouco não acabou na guilhotina por manter relações com os inimigos de Robespierre. Em 1799, retirou-se da vida pública. Faleceu em 1823.

O lema cunhado por ele sobreviveu e tornou-se símbolo da Revolução Francesa e posteriormente um grande ideal da humanidade no Ocidente.

- Estabeleça os significados para os termos: liberdade, igualdade e fraternidade.

Incentive os estudantes a revisitar as ideias de Montesquieu, Voltaire e Rousseau, expostas no capítulo anterior.

Vamos testar?

1. (Enem-2004)

Algumas transformações que antecederam a Revolução Francesa podem ser exemplificadas pela mudança de significado da palavra "restaurante". Desde o final da Idade Média, a palavra *restaurant* designava caldos ricos, com carne de aves e de boi, legumes, raízes e ervas. Em 1765 surgiu, em Paris, um local onde se vendiam esses caldos, usados para restaurar as forças dos trabalhadores. Nos anos que precederam a Revolução, em 1789, multiplicaram-se diversos *restaurateurs*, que serviam pratos requintados, descritos em páginas emolduradas e servidos não mais em mesas coletivas e mal cuidadas, mas individuais e com toalhas limpas.

Com a Revolução, cozinheiros da corte e da nobreza perderam seus patrões, refugiados no exterior ou guilhotinados, e abriram seus restaurantes por conta própria. Apenas em 1835, o *Dicionário da Academia Francesa* oficializou a utilização da palavra restaurante com o sentido atual. A mudança do significado da palavra restaurante ilustra:

a) a ascensão das classes populares aos mesmos padrões de vida da burguesia e da nobreza.

b) a apropriação e a transformação, pela burguesia, de hábitos populares e dos valores da nobreza.

c) a incorporação e a transformação, pela nobreza, dos ideais e da visão de mundo da burguesia.

d) a consolidação das práticas coletivas e dos ideais revolucionários, cujas origens remontam à Idade Média.

e) a institucionalização, pela nobreza, de práticas coletivas e de uma visão de mundo igualitária.

2. (Enem-2010)

Em nosso país queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinharia dos grandes pela grandeza do homem.

HUNT, L. Revolução Francesa e Vida Privada. In: PERROT, M. (Org.). *História da vida privada*: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4.

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

a) À alta burguesia, que desejava participar do poder legislativo francês como força política dominante.

b) Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.

c) A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.

d) À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.

e) Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.

3. (UFPB-2009)

A Revolução Francesa teve numerosos desdobramentos, possibilitando transformações políticas no Estado e na sociedade em vários países. Considerando os impactos sociais e políticos da Revolução Francesa, identifique as afirmativas corretas:

a) O fim do Absolutismo e a instauração de Monarquias e Repúblicas constitucionais, especialmente na Europa.

b) O fim da propriedade privada, como resultado direto dos ideais inscritos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de clara inspiração socialista.

c) Uma base político-ideológica, a partir do jacobinismo, para os modernos movimentos de origem popular de contestação à ordem burguesa.

d) O fim da servidão e a afirmação da igualdade jurídica entre todos os cidadãos, independente da sua origem social.

e) O fortalecimento do domínio ideológico da Igreja, especialmente sobre o ensino, e a consolidação da sua hegemonia nas questões de Estado.

4. (Cesgranrio/RJ-2012)

O que é o Terceiro Estado?

O plano desse escrito é muito simples. Temos três questões a tratar:

1. O que é o Terceiro Estado? Tudo.

2. Que foi ele até a presente ordem política? Nada.

3. Que solicita? Tornar-se alguma coisa.

Assim, o que é o Terceiro Estado? Tudo. Mas um tudo livre e florescente? De que lhe serviria participar dos Estados Gerais se o interesse contrário ao seu aí predominasse? Assim é bem certo que ele não pode vir votar nos Estados Gerais se não tiver, ao menos, uma influência igual à dos privilegiados.

Abade Sieyès, janeiro de 1789. In: MELLO, L.; COSTA, L. *História moderna e contemporânea*. São Paulo: Scipione, 1999. p. 155. (Adaptado.)

No manifesto de Sieyès, encontra-se uma referência à seguinte reivindicação básica do Terceiro Estado:

a) os representantes do Terceiro Estado devem ser em número equivalente ao do clero e da nobreza somados.

b) o Terceiro Estado deve ter peso proporcional ao das outras ordens no exercício pleno do poder absoluto.

c) o Terceiro Estado deve ter maior participação que os representantes da nobreza nos trabalhos particulares.

d) a realeza e o clero devem ampliar a proporção de sua atuação efetiva relativa às funções públicas.

e) a votação nos Estados Gerais deve-se realizar por Estado em vez de votos somados por cabeça.

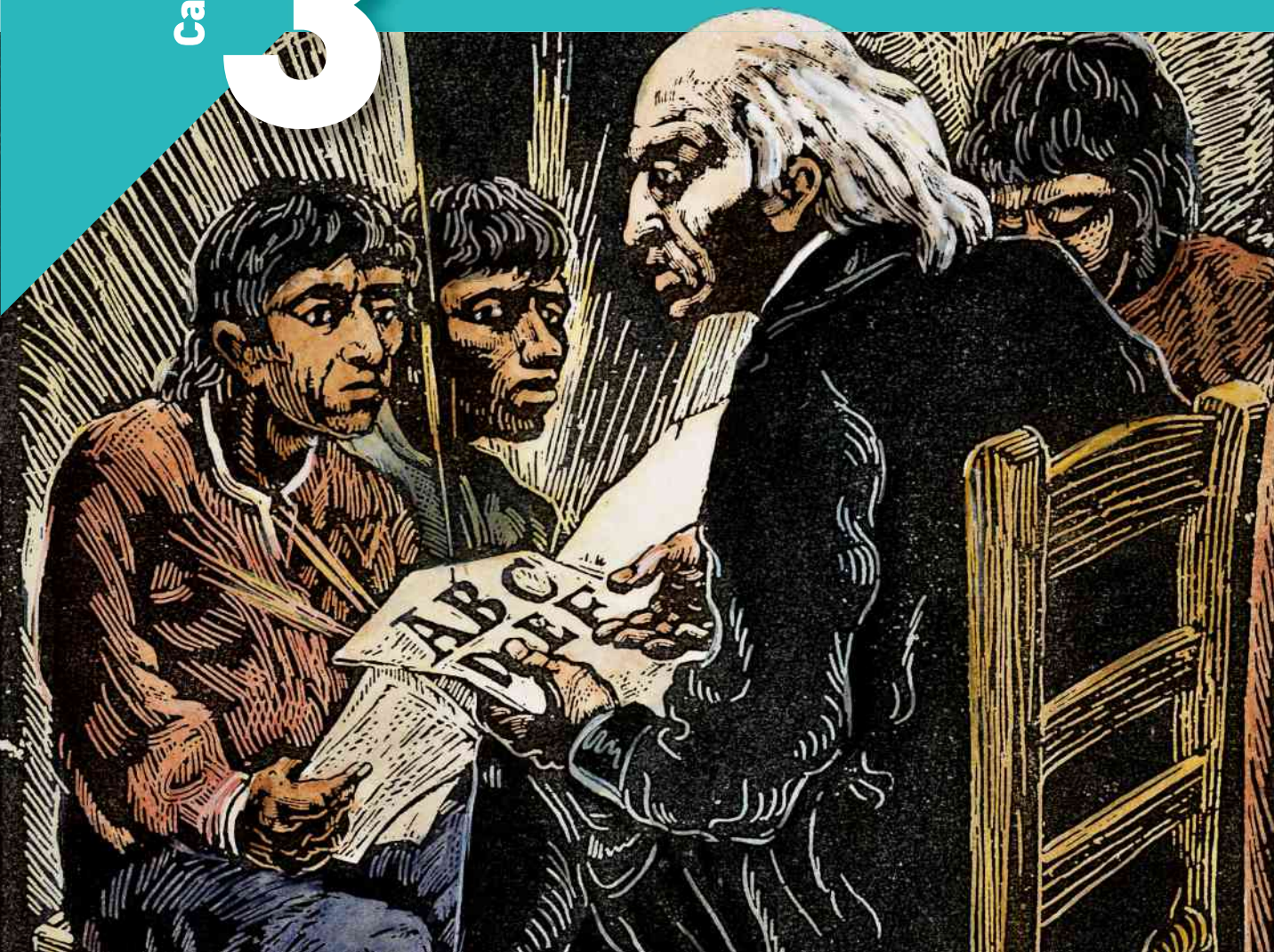
Conexões História e Filosofia

A filosofia de Hegel

Um dos expoentes da filosofia alemã foi Georg Hegel (1770-1831), reconhecido pelo seu idealismo dialético e por sua filosofia da História. A filosofia hegeliana sustentava que o motor da História eram as ideias. Hegel tinha 36 anos e lecionava na Universidade de Jena, na Turíngia, quando as tropas de Napoleão entraram na cidade. Olhou com enorme admiração o imperador à frente do exército, montado em seu cavalo branco. Percebeu a importância daquele homem a ponto de dizer: "Napoleão é o espírito do mundo a cavalo". A versão vulgarizada da frase é: "Napoleão é a própria ideia montada a cavalo".

- Qual ideia ou espírito poderia encarnar Napoleão segundo Hegel, considerando o papel histórico de Bonaparte? Discuta com seus colegas em grupo.

Capítulo

3 Revoluções nas Américas

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

A imagem mostra Miguel Hidalgo ensinando os indígenas a ler. Detalhe de xilogravura de autor desconhecido, de cerca de 1930, colorida posteriormente. Coleção particular.

As ideias iluministas atravessaram o Atlântico ainda no século XVIII e resultaram em uma onda de movimentos de contestação às metrópoles europeias. Iniciou-se, então, a era das independências.

Na imagem acima, Miguel Hidalgo dá exemplo de liderança que pensava a independência não só como movimento contrário à dominação espanhola, mas como meio de mobilização popular. Os movimentos de independência nas Américas abrigaram projetos políticos diferentes, muitas vezes opostos. Foram todos movimentos violentos, não apenas porque desafiaram com armas as metrópoles europeias, mas também porque, em diversas conjunturas e situações, assumiram o caráter de autênticas guerras civis.

O episódio visto na imagem levanta uma reflexão: até que ponto o lema "liberdade, igualdade e fraternidade", que marcou a Revolução Francesa, esteve presente nos movimentos de independência das colônias americanas? Até que ponto eles trouxeram mudanças significativas?

Puxando pela memória

Hugo Chávez, ex-presidente da Venezuela, aparecia frequentemente na mídia defendendo a autonomia da América Latina em face do imperialismo estadunidense, causa a que nomeou Revolução Bolivariana (alguns a denominaram simplesmente de "chavismo"). Você saberia dizer a origem do termo "bolivarianismo", usado por Chávez para designar sua alegada revolução?

Cronologia deste capítulo	Fim da Guerra dos Sete Anos. Proclamação de Jorge III contra os anglo-americanos.	Lei do Açúcar taxa a importação do melado para os colonos anglo-americanos.
	1763	1764

1 Revolução Americana: primeira independência

Na Guerra dos Sete Anos, Grã-Bretanha e França combateram em diferentes regiões do mundo por territórios e mercados. As duas metrópoles enviaram poderosos exércitos para as suas colônias na América, investindo muitos recursos no conflito. Os britânicos contaram com o apoio dos colonos, enquanto os franceses tiveram a maioria dos grupos indígenas a seu lado. Derrotada, a França perdeu muitos territórios no continente, como o Québec, no atual Canadá.

O primeiro movimento de mudanças, que prenunciava as grandes transformações ocorridas na América e na Europa em fins do século XVIII, ocorreu nas Américas: as Treze Colônias inglesas da América do Norte romperam com o colonialismo mercantilista inglês.

Em decorrência das dívidas contraídas durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), o governo inglês resolveu introduzir políticas monopolistas em suas colônias. Dessa maneira, boa parte dos lucros obtidos pelos comerciantes coloniais seria transferida para a metrópole, em especial para o governo britânico. Se, desde o século XVII, essas colônias tinham ampla liberdade comercial, agora pretendia-se um controle mais rígido.

O primeiro ato foi a Proclamação de 1763, votada pelo Parlamento inglês e assinada pelo rei Jorge III, que proibia os colonos de ocuparem terras recém-conquistadas da França na Guerra dos Sete Anos. Os objetivos eram reservá-las aos investidores britânicos e monopolizar o comércio de peles da região.

Em 1764 foi imposta a Lei do Açúcar, taxando a importação do melado que os mercadores da Nova Inglaterra compravam nas Antilhas para o fabrico do rum. Golpe duríssimo. No ano seguinte, vieram a Lei do Selo e a Lei do Aquartelamento, a primeira taxando jornais e documentos legais, a segunda obrigando os colonos a receber tropas e oficiais britânicos em suas fazendas e casas.

Os colonos reagiram a essas imposições. Em 1766, representantes de nove colônias se reuniram em Nova York, no chamado Congresso da Lei do Selo, forçando a Inglaterra a suprimir a lei. Mas, no mesmo ano, o Parlamento britânico aprovou a Lei Declaratória, afirmando seu direito de legislar sobre os assuntos coloniais.

O que estava em jogo não era apenas a questão econômica ou fiscal, com os ingleses tentando se beneficiar de suas colônias, mas a legitimidade das leis britânicas: os colonos se recusavam a pagar taxas votadas por um parlamento no qual não tinham representantes. Em certo sentido, utilizavam e até radicalizavam os mesmos argumentos que os ingleses tinham usado contra o rei absolutista Carlos I no século XVII, quando impunha taxas sem ouvir a Câmara dos Comuns.

Fique de olho!

- BONWICK, Colin. Thomas Jefferson – a contradição democrata. *História Viva*. Ano VI, n. 57, São Paulo: Duetto, 2008. Disponível em: <www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/jefferson_-_a_contradicao_democrata_7.html>. Acesso em: 11 abr. 2016.

  Reflexão sobre a contradição entre liberalismo *versus* escravidão no pensamento de lideranças da independência dos Estados Unidos.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Os colonos rejeitam a Lei do Selo. Caricatura inglesa de 1766. Coleção particular.

Negociação impossível

O governo inglês prosseguiu com a escalada de taxações. Em 1767, o Parlamento aprovou as Leis Towshend, impondo novas tarifas sobre diversos produtos (entre eles, vidro, chumbo, papel e chá) importados pelas colônias. Os colonos reagiram, sabotando o comércio oficial e praticando o contrabando. O principal incidente foi o chamado Massacre de Boston. Em 5 de março de 1770, colonos revoltados atacaram um destacamento militar britânico que protegia os fiscais aduaneiros. Os soldados atiraram e cinco colonos foram mortos. Foram as primeiras mortes da "Guerra da Independência".

As Leis Towshend foram amenizadas em 1770, mas o conflito ganhou novo impulso com a Lei do Chá, de 1773, que previa a venda direta desse produto pela Companhia das Índias Orientais (uma imensa empresa mercantilista) aos lojistas das Treze Colônias, eliminando do circuito os mercadores da América. A reação foi brutal. Em Boston, em 13 de dezembro, um navio carregado de chá foi invadido e a mercadoria, lançada ao mar, causando enorme prejuízo à companhia monopolista. Em Charleston, na Carolina do Sul, o chá foi posto em porões úmidos. Em 1774, foi a vez dos colonos de Nova York de destruir o produto. Em outros portos deu-se o mesmo. Os colonos recusavam-se a comprar o chá; se o fizessem, admitiriam o direito do Parlamento de tributá-los.

A reação inglesa veio com o que os colonos chamaram de Leis Intoleráveis. Entre outras medidas, o governo fechou o porto de Boston e restringiu o autogoverno de Massachusetts, desafiando a forte tradição das colônias inglesas da América do Norte. Em 5 de setembro de 1774, os representantes de todas as colônias, exceto Geórgia, promoveram o Primeiro Congresso Continental, na Filadélfia (Pensilvânia), primeiro passo da Revolução Americana. Nele, os representantes dos colonos exigiram a suspensão dos impostos britânicos mais pesados e o direito de participar do Parlamento britânico. Tudo em vão.

A declaração de guerra era questão de tempo.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Só faltava um incidente, como em todas as guerras, para o conflito estourar de vez. E isso ocorreu em Lexington (Massachusetts) quando, em 19 de abril de 1775, tropas britânicas foram abordadas por milícias de colonos, denominadas Patriotas. Gravura colorida do século XIX retratando a Batalha de Lexington. Coleção particular.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Homens de todas as idades se uniram nas Treze Colônias para combater os ingleses. As milícias contaram com grande apoio de voluntários. Imagem do século XIX. Coleção particular.

A Declaração de Independência

Em 10 de maio de 1775, o Segundo Congresso Continental, novamente reunido na Filadélfia, nomeou o fazendeiro George Washington, da Virgínia, como comandante-geral do exército revolucionário (chamado de Exército Continental). Em janeiro de 1776, Thomas Paine publicou seu famoso panfleto *Common sense* (Senso comum), lançando a ideia de independência, no qual exclamava: "É hora de nos separarmos!".

Os congressistas, entretanto, hesitaram antes de decidir pela revolução. Uma comissão acabou por redigir o que veio a ser a Declaração de Independência, no dia 4 de julho de 1776. Thomas Jefferson deu forma final ao texto: "[...] estas colônias unidas são e de direito têm de ser Estados livres e independentes [...] e toda a ligação política entre elas e a Grã-Bretanha já está, e deve estar, totalmente dissolvida".

A guerra foi longa. Embora a grande maioria dos colonos tenha aderido à revolução, muitos – os "lealistas" – continuaram hesitantes e permaneceram fiéis aos ingleses. Após a rendição britânica em Saratoga, em 17 de outubro de 1777, os triunfos dos rebeldes se multiplicaram, contando com o apoio de tropas francesas, holandesas e até espanholas. Em 1781, exércitos comandados por George Washington cercaram o principal exército britânico em Yorktown, na Virgínia. No mar, a esquadra francesa preparava o ataque final. O general inglês se rendeu.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO

A Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776)

A Declaração de Independência foi o último recurso dos delegados das colônias representadas no Segundo Congresso Continental da Filadélfia. A guerra já havia começado, de fato, em abril do ano anterior. Os representantes estavam hesitantes ao aprovar essa medida extrema. Havia tensões no interior da assembleia sobre como as instituições do país se organizariam em caso de vitória. O fato de algumas colônias serem escravistas também gerava incertezas. Mas a Declaração triunfou, aprovada por 57 delegados.

Leia, a seguir, o trecho inicial da Declaração de Independência dos Estados Unidos.

Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário a um povo dissolver os laços políticos que o ligavam a outro e assumir, entre os poderes da Terra, posição igual e separada, a que lhe dão direito as leis da natureza e as do Deus da natureza, o respeito digno para com as opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação [...]. Quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos Guardiões para sua futura segurança. Tal tem sido o sofrimento paciente destas colônias e tal agora a necessidade que as força a alterar os sistemas anteriores de governo. A história do atual Rei da Grã-Bretanha compõe-se de repetidas injúrias e usurpações [...]. Nós, por conseguinte, representantes dos Estados Unidos da América, reunidos em Congresso Geral, apelando para o Juiz Supremo do mundo pela retidão das nossas intenções, em nome e por autoridade do bom povo destas colônias, publicamos e declaramos solenemente: que estas colônias unidas são e de direito têm de ser Estados livres e independentes; que estão desobrigados de qualquer vassalagem para com a Coroa Britânica, e que toda ligação política entre elas e a Grã-Bretanha já está, e deve estar, totalmente dissolvida [...].

DRIVER, S. Schwartz. *A Declaração de Independência dos Estados Unidos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

- Pesquise o texto da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que você estudou no capítulo anterior, e compare com o trecho da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Em seguida, identifique princípios e objetivos comuns.

1776	1780	1781
Thomas Paine publica o *Common sense*. Declaração de Independência dos EUA.	Revolta de Tupac Amaru II, no Peru.	George Washington cerca o Exército britânico. Tupac Amaru II é supliciado em Cuzco.

A consolidação da Independência

Em 1783 foi assinado o Tratado de Paris, no qual o governo inglês reconheceu a independência das Treze Colônias. Benjamin Franklin foi o embaixador nesse acordo diplomático. O novo país possuía terras que iam dos Grandes Lagos à fronteira da Flórida (que só foi incorporada em 1819) e do Atlântico ao Mississípi, exceto a Louisiana, que estava em posse da França (foi comprada pelo governo estadunidense em 1803).

Em 1787, aprovou-se a Constituição dos Estados Unidos da América, estabelecendo um regime republicano presidencial e federalista, sem negar o direito dos estados-membros da União de terem constituições próprias. O presidente seria eleito para um mandato de quatro anos por um colégio eleitoral composto de representantes dos estados, e assim é até hoje. O poder Legislativo foi confiado a duas casas: a Câmara de Representantes, com deputados eleitos pelos estados em número proporcional à população de cada um, e o Senado, com até dois representantes por estado. O máximo poder Judiciário foi atribuído à Suprema Corte.

Por reivindicação dos estados escravistas do sul, aprovou-se que um terço dos escravos seria computado como parte da população desses estados – para efeito de cálculo do número de deputados que poderiam eleger para a Câmara de Representantes. Mas nenhum escravo tinha direito a voto. Também as mulheres estavam privadas desse direito, e o voto masculino era, em geral, restrito aos adultos que pudessem comprovar determinada renda ou propriedade. O direito ao voto, portanto, era censitário e restrito aos homens brancos nos primórdios da democracia estadunidense.

AS TREZE COLÔNIAS E OS TERRITÓRIOS ESPANHÓIS (1776)

MARIO YOSHIDA

Fontes: WALDMAN, Carl. *Atlas of North American Indian*. Nova York: Facts on File, 1985; ZANGHELLINI, Valéry. *Histoire – initiation économique*. Paris: Belin, 1992; VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico*. São Paulo: Scipione, 2011. p. 132.

Com o Tratado de Paris, firmado em 1783, a independência dos Estados Unidos foi enfim reconhecida, com o território restrito, basicamente, ao das antigas Treze Colônias. A Louisiana permaneceu com a Espanha (que havia obtido a região em 1763, depois da Guerra dos Sete Anos) e foi comprada por Napoleão em 1800. Os Estados Unidos só comprariam o território em 1803, e a Flórida seria adquirida em 1819.

Tratado de Paris reconhece a independência dos EUA.	Aprovada a Constituição dos EUA.	Início da Revolução Francesa.	Governo jacobino francês abole a escravidão nas colônias.
1783	1787	1789	1793

2 Revolução do Haiti: escravidão abolida

Fique de olho!

- *Queimada*. Direção: Gillo Pontecorvo. Itália, 1969.

  Filme clássico sobre uma rebelião de escravos no Caribe, inspirado no ambiente revolucionário dos quilombolas haitianos na década de 1790.

Poucos anos depois da independência das Treze Colônias inglesas, os habitantes de uma colônia francesa pegaram em armas pela independência. Era Saint Domingue, a parte ocidental da ilha de São Domingos, ocupada pelos franceses no século XVII e transformada, no século XVIII, numa das maiores produtoras de açúcar do Caribe.

A colônia tinha o perfil das ilhas escravistas da região, com uma minoria de senhores, administradores e comerciantes brancos e uma imensa maioria de escravos de origem africana: cerca de 85% de uma população de 800 mil habitantes. Os quase 30 mil mestiços e negros libertos tinham papel importante na economia local, dominando cerca de um terço dos negócios na ilha.

Ao longo do século XVIII, os grandes senhores ou seus representantes, chamados de *grands blancs*, tiveram de conviver com dois tipos de pressão: a ação dos quilombolas, muito ativos na região, e a dos mestiços e libertos, chamados de *affranchis*, que lutavam por direitos políticos e igualdade civil.

Affranchi ▸ liberto, alforriado, em francês.

A eclosão da Revolução Francesa causou enorme impacto. Em princípio, dividiu os *grands blancs* entre os partidários do movimento e os leais ao Antigo Regime. Depois, abriu espaço para as reivindicações dos *affranchis*, que exigiram enviar representantes aos Estados-Gerais, convocados pelo rei Luís XVI em Paris. Os *grands blancs* se opuseram, e Vincent Ogé e Jean-Baptiste Chavannes lideraram uma insurreição contra os brancos, em 1790, na qual buscaram o apoio da Inglaterra, rival da França. Mas o golpe foi abortado e os líderes da rebelião, executados.

COLÔNIA FRANCESA DE SAINT DOMINGUE

Fontes: *Atlas Encyclopédique Mondial*. Paris: Nathan, 1998; *Atlas Hachette*. Paris: Hachette, 2006.

Napoleão ascende ao poder na França. Toussaint assume o comando da rebelião no Haiti.	Napoleão restaura a escravidão e envia exército a Saint Domingue. Toussaint é capturado.	Toussaint morre na França.
1799	1802	1803

Independência e abolição!

O quadro se agravou com o levante geral dos escravos e quilombolas, liderados por Boukman, Biassou e Jean-François, em 1791. Nessa altura, *grands blancs* e *affranchis* se uniram e pediram a intervenção da metrópole, que se encontrava dilacerada por conta da Revolução Francesa.

Ainda assim, a França enviou 6 mil soldados em 1792, sob o comando do girondino Santhonax, para conter a rebelião e defender a colônia de um eventual ataque inglês. Para complicar a cena, os espanhóis resolveram retomar a ilha toda, enviando tropas de Santo Domingo (o lado leste da ilha, colônia espanhola).

Em 1793, na fase radical da Revolução Francesa, sob a influência da *Societé des Amis des Noirs* (Sociedade dos Amigos dos Negros), o governo francês aboliu a escravidão nas colônias. Santhonax, com isso, incorporou cerca de 4 mil soldados negros ao exército francês.

O comando-geral do exército recaiu sobre o negro Toussaint-Louverture, que venceu os espanhóis e dirigiu suas tropas contra as milícias dos *grands blancs*, inconformados com a abolição da escravidão.

Mas Toussaint se conduziu de forma ambígua em todo o processo. No início do conflito com os espanhóis, mostrou-se leal à República francesa. Foi promovido, por esse motivo, a general de brigada do exército. Mas, com a mudança do quadro político na metrópole, adotou posições conservadoras, obrigando os negros a voltar a trabalhar nas plantações. Sua tentativa de manter o poder a qualquer preço descontentou a França e os generais negros ao mesmo tempo.

Em 1802, após a ascensão de Napoleão Bonaparte (1799), o governo francês decidiu restabelecer a escravidão em Saint Domingue e enviou à ilha um poderoso exército de 60 mil homens – comandados pelo general Leclerc, cunhado de Napoleão. Toussaint-Louverture ainda conseguiu mobilizar suas tropas, agora contra os franceses, iniciando a luta pela independência. Mas sua liderança estava com os dias contados.

Nessa altura, as lutas pela independência de Saint Domingue e pela abolição da escravidão eram faces da mesma moeda. Toussaint-Louverture foi capturado pelos franceses e morreu na França, mas a luta prosseguiu sob o comando de Jean-Jacques Dessalines e Alexandre Pétion, generais oriundos do exército quilombola.

A fundação do Haiti

Em 1804, o exército rebelde, composto de africanos e seus descendentes, incluindo escravos, libertos e quilombolas, triunfou sobre os franceses. Foi proclamada a independência, escolhendo-se para o novo Estado o nome de Haiti (derivado de *Ahti*, nome indígena da ilha antes da colonização). Muitos brancos do Haiti foram massacrados ou expulsos e muitos fugiram, deixando seus bens para trás.

Mas as lutas prosseguiram internamente. Dessalines opôs-se a outro general, Henri Cristophe, que em 1811 estabelecera o regime monárquico no norte da ilha, enquanto no sul vigorava uma república. A população do Haiti mergulhava numa crise da qual jamais sairia, perdendo o lugar de grande produtor de açúcar que ocupara até fins do século XVIII.

Na América, o Haiti foi o único caso de movimento no qual convergiram abolição da escravidão e proclamação da independência, incluindo o massacre de brancos vencidos. Tornou-se, por isso mesmo, um fantasma que assombrou por décadas os senhores escravistas do continente.

A História no seu lugar

A identidade africana, em especial a religião do vodu, foi muito importante para mobilizar a população de Santo Domingo a lutar pela independência.

O Brasil também é rico em manifestações religiosas de origem africana, a exemplo da umbanda e do candomblé, embora nenhuma delas tenha estimulado revoluções. Indique um templo de religião afro-brasileira em seu município, um terreiro ou uma casa de santo, identificando que tipo de culto é ali praticado.

Segundo o etnólogo Roger Bastide, o vodu haitiano tem origem na religião praticada no Daomé pelos grupos fon. Nela, os deuses são chamados de loas, organizados em famílias de divindades. A família dos Ogon, por exemplo, inclui Papa Ogou, que é general, Ogou Ferraille, protetor dos soldados, Ogou Ashadé, mestre das plantas medicinais, e Olisha, mágico.

OUTRA DIMENSÃO PERSONAGEM

O rei do Haiti

Nascido na ilha de Granada, em 1767, Henri Cristophe foi vendido como escravo em Saint Domingue. Em 1779, já alforriado, lutou nas tropas francesas que auxiliaram a guerra de independência dos EUA, liderando um batalhão de *gens de couleur* (gente de cor). Em 1791, aderiu ao exército de Toussaint, tornando-se um de seus principais generais. Com a vitória da revolução, participou do golpe contra Dessalines, em 1806, e assumiu o governo do norte do Haiti. Implantou ali o regime monárquico em 1811, coroado como Henri I, e procurou copiar a corte francesa. Nomeou 4 príncipes, 7 duques, 22 condes, 40 barões e 14 cavaleiros. Incentivou a economia de *plantation* com base no trabalho compulsório dos ex-escravos. Tornou-se impopular e cometeu suicídio em 1820, com um tiro. Sua história foi consagrada na peça *A tragédia do Rei Cristophe*, de Aimé Césaire (1963).

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Gravura do século XIX representando a coroação de Henri I, do Haiti. Coleção particular.

- Quem foi Aimé Césaire? Qual a sua importância para a literatura africanista e sua relação com o conceito de negritude? Pesquise.

3 As revoluções conservadoras: independências hispano-americanas

Fique de olho!

- DANTAS, Pedro. Revolução nos Andes. *História Viva*. Ano IX, n. 86, São Paulo: Duetto, 2010.

  Reconstituição da rebelião indígena liderada pelo cacique Tupac Katari, irrompida em Chayanta, na atual Bolívia, que precedeu a grande rebelião liderada por Tupac Amaru II, no Peru.

Desde a segunda metade do século XVIII, as colônias espanholas na América eram palco de inquietações. O crescente controle da metrópole sobre os negócios coloniais resultou no aumento dos impostos e no rigor dos monopólios comerciais. Entre as elites, passou a existir grande tensão entre os funcionários da Coroa, responsáveis pelo governo e pela política fiscal, e os poderosos locais.

Além disso, a Coroa passou a excluir os senhores locais das altas posições do governo para reservá-las aos espanhóis, ao contrário do que ocorria desde o século XVII. Essa foi a raiz da tensão entre os **peninsulares** (representantes do rei, naturais da Espanha), denominados pejorativamente de ***chapetones***, e os ***criollos***, membros das elites locais. Estes costumavam chamar os espanhóis de "godos" (por conta de sua origem visigótica), o que, na época, tinha sentido injurioso.

As tensões também se faziam presentes nos grupos populares, cada vez mais explorados pela Coroa Espanhola. O maior exemplo dessa tensão foi a insurreição no Vice-Reinado do Peru, em 1780, liderada por José Gabriel Condorcanqui, que se proclamou sucessor do último imperador Inca, com o título de Tupac Amaru II.

À frente de um poderoso exército indígena, Tupac Amaru II colocou-se em defesa das aldeias, exigindo a abolição do trabalho compulsório (mita). Na fase mais radical da revolta, lutou pela restauração do Império Inca. Foi, porém, derrotado e executado brutalmente: teve a língua cortada, o corpo atado a quatro cavalos, que o esticaram até desmembrá-lo, e, finalmente, foi decapitado. Suas partes foram expostas nas principais vilas das províncias rebeldes.

AMÉRICA ESPANHOLA ATÉ 1808

Fontes: *Atlas Bordas Historique et Géographique*. Paris: Larousse/Bordas, 1998; VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico*. São Paulo: Scipione, 2011. p. 123.

OUTRA DIMENSÃO CONFLITOS SOCIAIS

O inca rebelde

José Gabriel Condorcanqui nasceu no Peru, em 1742, filho de um chefe indígena que descendia dos incas. Herdou o cargo de cacique e desfrutou os diversos privilégios que a Coroa espanhola concedia aos líderes indígenas. Fixou residência em Cuzco. Além de supervisionar o trabalho em suas terras, onde praticava a agricultura, dedicava-se ao comércio de mulas. Apesar da posição social elevada, sensibilizou-se com a vida que os indígenas levavam no Peru, opondo-se aos rigores da mita (trabalho forçado). De início, tentou negociar com o vice-rei a abolição da mita, o que se mostrou inviável. Organizou, então, uma insurreição indígena como Tupac Amaru II, em honra a seu antepassado que havia comandado a resistência indígena no século XVI.

- Com base no texto desta seção, discuta com os colegas, em grupos, se Tupac Amaru II, ao chefiar a rebelião no Peru, expressou sua própria posição social ou assumiu as expectativas dos indígenas no Peru.

STOCKXPERT/IMAGE PLUS

Na imagem de 1987, vê-se Tupac Amaru II estampado em nota de 500 intis – moeda oficial do Peru de 1985 a 1991. Coleção particular.

O contexto das independências

As guerras de independência ocorreram no contexto das revoluções europeias, sobretudo durante a fase napoleônica. Quando o exército de Napoleão invadiu a Espanha, em 1808, os espanhóis organizaram em Cádiz um governo de resistência, que não tinha a mínima condição de governar a metrópole, quanto mais as colônias. Em 1812, o governo de Cádiz proclamou uma Constituição liberal, que transformava a Espanha – ainda sob ocupação francesa – em uma monarquia constitucional.

A primeira reação das elites coloniais (peninsulares e *criollas*) foi organizar juntas leais à Junta Suprema de Espanha (o governo de resistência), entre 1808 e 1810. Logo, porém, instalou-se o caos político, com as câmaras locais (*cabildos*) divididas e se contrapondo aos vice-reis e demais burocratas peninsulares.

Nesse momento, as colônias espanholas viviam uma fase de virtual liberdade econômica, uma vez que a Inglaterra passou a ser o grande parceiro comercial da América espanhola. Os ingleses, em reação ao Bloqueio Continental, impediram os navios franceses de chegar à América.

Os movimentos avançam

A partir de 1810, os conflitos armados estouraram em várias partes da América.

Nesse ano, no atual México (territórios unidos do Vice-Reinado da Nova Espanha), o conflito adquiriu, de início, caráter popular, chefiado pelo padre Miguel Hidalgo, que tentou combinar a ideia de independência com as reivindicações dos povos indígenas. Morreu fuzilado e foi substituído por outro padre, José Maria Morelos, também fuzilado.

No Vice-Reinado do Rio da Prata, as milícias coloniais depuseram o vice-rei e proclamaram a independência, em 1810, na chamada Revolução de Maio. No Vice-Reinado de Nova Granada e Capitania Geral da Venezuela, coube a Simón Bolívar o comando do Exército dos Libertadores.

A Espanha do governo de Cádiz procurou reagir por meio de medidas liberalizantes, como a aprovação do livre-comércio para as colônias, em 1812. Mas o processo revolucionário já havia avançado muito em várias regiões. Após a primeira derrota napoleônica, Fernando VII assumiu o trono espanhol e anulou as medidas liberais da Constituição de 1812, provocando nova leva de guerras, que consolidaram a independência de várias colônias (ver **Cronologia**).

Nesses conflitos se destacaram importantes líderes militares, que ficaram celebrizados como os **Libertadores**. José de San Martín consolidou a independência da Argentina e lutou contra os espanhóis, atravessando os Andes e reforçando a luta no Chile, em cuja independência destacou-se o militar Bernardo O'Higgins. Antonio José de Sucre lutou nos atuais territórios de Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

No entanto, as medidas de Fernando VII para reatar os vínculos coloniais não estimularam a independência em todas as regiões. Algumas adotaram posições leais à Espanha, como a Nova Espanha (México) e o Vice-Reinado do Peru. Nesses lugares, as elites coloniais temiam que levantes populares pudessem ameaçar seus privilégios. O maior inimigo das elites *criollas* eram as chamadas *clases peligrosas* (classes perigosas), como havia demonstrado a insurreição de Tupac Amaru II no Peru, em 1780, e as de Hidalgo e Morelos no México, entre 1810 e 1815.

OUTRA DIMENSÃO **CONFLITOS SOCIAIS**

Um padre revolucionário

Miguel Hidalgo nasceu em Guanajuato, México, em 1753, filho primogênito do *criollo* Don Cristóbal Hidalgo. Estudou em colégio de jesuítas e tornou-se padre aos 26 anos. Aos quase 60 anos, liderou uma grande rebelião popular, inicialmente voltada contra a dominação francesa na Espanha.

Em 16 de setembro de 1810, Hidalgo deu o famoso "Grito de Dolores", um discurso em que convocava o povo às armas em nome do rei da Espanha e da Virgem de Guadalupe (que se tornou a padroeira do México).

A rebelião acabou se voltando contra o vice-rei da Nova Espanha, em favor da independência do México. Capturado, julgado e condenado à morte, Hidalgo foi fuzilado em 30 de julho de 1811. É considerado o "Pai da Pátria" mexicana.

- Onde reside o aspecto tradicional do movimento revolucionário liderado por Miguel Hidalgo?

As declarações de independência

A independência do México só aconteceu em 1821, em decorrência da Revolução Liberal na Espanha. As elites coloniais, temendo que o liberalismo se alastrasse pela região, fizeram uma independência conservadora e antiliberal, adotando o regime monárquico. Em 1822, o general Agustín Iturbide assumiu o poder. Logo foi deposto e fuzilado, em 1824, instituindo-se uma república igualmente conservadora.

Na América do Sul, o Peru somente alcançou a independência em 1824, após a Batalha de Ayacucho; a Bolívia, somente em 1825.

Os movimentos pela independência na América espanhola tiveram forte caráter de guerra civil: com o "vazio" de poder na Espanha, entre 1808 e 1815, facções locais e regionais lutaram aguerridamente pelo poder, esfacelando a estrutura político-administrativa dos vice-reinados e capitanias gerais. A solução política foi o regime republicano, com exceção (temporária) do México.

Quanto aos ventos liberais que sopravam da Europa, as elites americanas somente adotaram o livre-comércio em benefício próprio e da Inglaterra. A escravidão foi abolida de imediato somente onde não tinha importância econômica, como na atual Argentina. O lema "liberdade, igualdade e fraternidade" foi varrido das independências hispano-americanas. Os movimentos populares com bandeiras "jacobinas" ou indígenas foram massacrados.

4 União impossível

A única liderança hispano-americana que esboçou um plano de unificação da América espanhola, ainda que limitado, foi Simón Bolívar, conhecido como Libertador. Em 1815, o exército chamado de bolivariano consolidou a independência na Colômbia e na Venezuela e se alastrou para o Alto Peru, dando origem ao Equador e, mais tarde, à Bolívia (nome adotado em homenagem ao Libertador).

Tradicionalmente, atribui-se a Bolívar o papel de precursor do pan-americanismo, sobretudo por conta das ideias unificadoras que exprimiu na Carta da Jamaica (1815) e no Congresso do Panamá (1826). Mas há exagero nessa avaliação: quando muito, ele ambicionava a união das antigas colônias hispano-americanas a partir da **Gran Colombia**.

CONVERSA DE HISTORIADOR

As independências hispano-americanas

Refletindo sobre as guerras de independência na América Espanhola, a historiadora Maria Lígia Coelho Prado conclui que, do ponto de vista das expectativas liberais, os resultados foram decepcionantes:

Na concepção dos letrados liberais, a liberdade, a justiça, o progresso e a riqueza deveriam florescer na América. Entretanto, a guerra nas colônias espanholas foi longa e cruel, e o sofrimento visível. Assistia-se ao espetáculo da ruína econômica e da devastação geral. Muitas das riquezas produzidas tinham sido destruídas: plantações, criação de gado, minas. Os tesouros públicos encontravam-se esgotados, os líderes políticos disputavam o poder, divididos em facções.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX*: tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp, 1999. p. 68-69.

- Considerando as informações do capítulo, discuta o texto acima com os colegas, em grupos, a partir das seguintes questões:
  a) Como a autora argumenta sobre o fracasso das expectativas liberais no campo econômico?
  b) Qual passagem do texto identifica as lutas hispano-americanas como "guerras civis"?
  c) Identifique o principal resultado político-institucional da luta de facções característica desses movimentos.

FRACIONAMENTO TERRITORIAL DA AMÉRICA ESPANHOLA (SÉCULO XIX)

Fontes: *Atlas Encyclopédique Mondial*, 1998; *Quid Monde*, 2006.

Fracasso do pan-americanismo

A base do projeto pan-americano de Bolívar era precaríssima. Muitas lideranças disputavam o poder com o Libertador, com a intenção de manter o controle de governos regionais. Nem mesmo a base política e territorial da Gran Colombia era consistente. No Congresso do Panamá, só compareceram representantes de Colômbia, Venezuela, Equador, México, Federação Centro-Americana (que reunia os futuros países da Nicarágua, Guatemala, Costa Rica e Honduras) e Peru. O projeto da América do Sul unida não saiu do papel, e a região se esfacelou em várias repúblicas – independentes, mas que conservaram a herança colonial, exceto quanto ao livre-comércio.

O próprio Bolívar deu o tom do conservadorismo, em discurso de 1819, ao defender que o Estado deveria ser controlado pelas classes decentes, isto é, os proprietários de terras e comerciantes, com o poder executivo forte e o legislativo formado a partir do voto censitário (eleitores homens com renda mínima estabelecida por lei), excluídos os pobres.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

Toussaint-Louverture

Toussaint nasceu na plantação de Breda, em Saint Domingue, em 1743, filho de um escravo da Guiné. Daí seu nome original: Toussaint Breda. Alforriado aos 33 anos, estudou e enriqueceu com terras e escravos. Quando se converteu em líder militar, passou a chamar-se Toussaint-Louverture, "despertar de todos os santos". É considerado pelos historiadores o primeiro líder da revolução haitiana.

Detalhe de gravura colorida do século XIX representando o general haitiano Toussaint-Louverture. Biblioteca Nacional, Paris, França.

AUTORIA DESCONHECIDA. SÉCULO XVIII.

- Com base no texto desta seção e nas informações do capítulo, analise a gravura de Toussaint e discuta com os colegas, em grupos, até que ponto ela retrata a revolução haitiana como um movimento quilombola que lutou pela independência do Haiti e pela abolição da escravidão.

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. É correto afirmar que o governo britânico assumiu posições claramente mercantilistas em relação a suas colônias, em contradição com o liberalismo econômico praticado no país?
2. Explique por que a Revolução haitiana pode ser considerada uma exceção no conjunto dos movimentos de independência ocorridos nas Américas.
3. O Peru foi um dos últimos países a se tornar independente na América espanhola. Relacione essa independência tardia com os processos sociais ocorridos na região em fins do século XVIII.
4. Identifique a influência francesa nas independências das Treze Colônias britânicas, do Haiti e da América espanhola.
5. Por que o lema da Revolução Francesa "liberdade, igualdade e fraternidade" não triunfou nas independências hispano-americanas?
6. A rebelião das colônias que formaram os Estados Unidos, a partir de 1776, foi motivada por razões antifiscais ou por divergências políticas de fundo?
7. Indique o projeto político que surgiu nas últimas décadas na América Latina que assumiu como bandeira o pensamento de Bolívar.

Reflexões

As independências foram revolucionárias?

Para historiadores de inspiração marxista, o conceito de **revolução** só pode ser utilizado quando existem mudanças radicais na sociedade, em geral decorrentes das lutas de classes. Nesse caso, a ideia está estreitamente relacionada à transformação social.

Em outras palavras, o conceito de revolução não seria aplicável à maioria dos movimentos de independência ocorridos na América entre o final do século XVIII e o início do XIX, com exceção do Haiti, onde o processo pela autonomia se somou à luta pela liberdade movida pelos escravos e quilombolas da colônia francesa.

A independência das Treze Colônias inglesas da América do Norte, por sua vez, foi política; não rompeu com as bases sociais vigentes no período colonial, mantendo até mesmo o regime escravista. As independências das colônias hispano-americanas foram ainda mais conservadoras no que diz respeito às hierarquias sociais.

Para além dessa discussão, o certo é que todos os movimentos de independência ocorridos nas Américas produziram mudanças políticas radicais. Afinal, ao suprimirem o sistema colonial mercantilista, criaram condições para a formação de Estados soberanos.

1. Com um grupo de colegas, discuta até que ponto os movimentos de independência ocorridos na América provocaram rupturas históricas significativas.
2. A partir da discussão, apresente argumentos contrários e favoráveis ao uso do termo "revolução" nesses processos.

Vamos testar?

1. **(Enem-2007)**

Em 4 de julho de 1776, as treze colônias que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA) declaravam sua independência e justificavam a ruptura do Pacto Colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados.

Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França.

POMAR, Wladimir. *Revolução chinesa.* São Paulo: Unesp, 2003 – com adaptações.

Considerando o texto anterior, acerca da independência dos EUA e da Revolução Francesa, indique a opção correta.

a) A independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.

b) O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.

c) Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.

d) Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da independência norte-americana.

e) Ao romper o Pacto Colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.

2. (PUC/RJ-2005)

Assinale a opção correta a respeito das lutas de independência no Haiti (1791-1804) e nas Treze Colônias Inglesas (EUA-1776-1783).

a) Ambas promoveram a instalação de governos republicanos e a imediata abolição do trabalho escravo.

b) O ideal federalista conformou a implantação do regime republicano no Haiti e nos EUA no momento imediatamente posterior à independência.

c) As pressões dos grandes proprietários de terras, tanto no Haiti quanto nas Treze Colônias Inglesas, resultaram na manutenção do trabalho escravo.

d) Diferentemente do que ocorreu nas Treze Colônias, as lutas de independência no Haiti estiveram associadas a uma série de rebeliões escravas que conduziram à abolição da escravidão.

e) Tanto no Haiti quanto nas Treze Colônias Inglesas, facções da burguesia comercial, na defesa de seus monopólios junto às antigas metrópoles, tentaram impedir a proclamação da independência política.

Conexões História e Literatura

O chileno Pablo Neruda, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura (1971), foi um dos principais poetas latino-americanos. Em 1950, publicou *Canto geral*, uma história da América Latina em versos. No capítulo 4 da obra, "Os Libertadores", Neruda se dedicou às independências na América Latina.

Intelectual marxista, Neruda celebrou alguns personagens que vimos neste capítulo, como Toussaint-Louverture, líder da revolução haitiana. O extrato do poema a seguir, porém, é uma homenagem a Bernardo O'Higgins, filho do vice-rei do Peru, educado em Londres, que se tornou líder da independência e primeiro presidente do Chile com o título de Diretor Supremo.

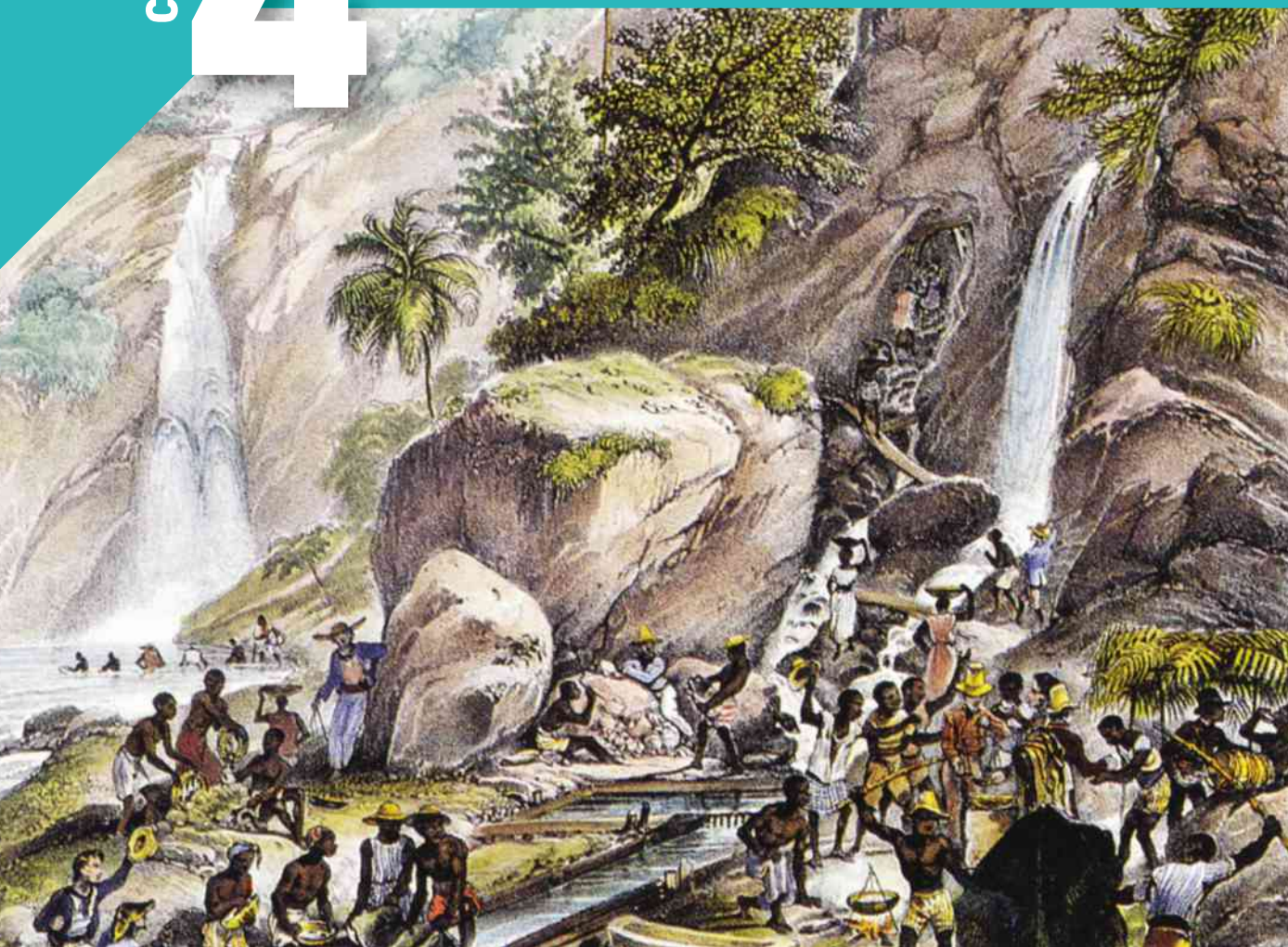
Os Libertadores

Fecha os olhos, dorme, sonha um pouco,
o único sonho, o único que volta
a teu coração: uma bandeira
de três cores no sul, a chuva
caindo, o sol rural sobre a tua terra,
os disparos do povo em rebeldia
e duas ou três palavras tuas quando
fossem estritamente necessárias.
Se sonhas, o teu sonho hoje está cumprido.
Sonha-o, pelo menos, em teu túmulo.
Nada mais saibas porque, como antes,
depois das batalhas vitoriosas,
dançam os senhores no palácio
e o mesmo rosto faminto
espia da sombra das ruas.
Porém herdamos a tua firmeza,
o teu inalterável coração calado,
a tua indestrutível posição paterna,
e tu, entre a avalancha cegadora
de hussardos do passado, entre os ágeis uniformes
azuis e dourados,
estás hoje conosco, és nosso,
pai do povo, imutável soldado.

NERUDA, Pablo. *Canto geral.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

- Considerando as informações do capítulo e a leitura do trecho do poema de Pablo Neruda, discuta, em grupos com os colegas, as seguintes questões:
  - **a)** É possível afirmar que Neruda lastimava a manutenção da opressão social, apesar da independência política do Chile?
  - **b)** Há contradição entre a posição de Neruda em favor das causas populares e a celebração de Bernardo O'Higgins?
  - **c)** Neruda menciona a palavra "hussardos" no poema. Pesquise o seu significado.

Capítulo 4

O Brasil entre o ouro e a rebeldia

JOHANN MORITZ RUGENDAS, LITOGRAFIA DE ENGELMANN. LAVAGEM DO MINÉRIO DO OURO: A MONTANHA ITACOLOMI. 1835.

Extração de ouro, pintura de Johann Moritz Rugendas, 1835. O ouro do Brasil foi basicamente de origem aluvial, extraído principalmente por escravos, de rápida e fácil extração, mas também de esgotamento mais rápido ainda. Coleção particular.

D. João V, rei de Portugal entre 1706 e 1750, assim definiu seu governo: “Meu avô temia e devia; meu pai devia; eu não temo nem devo”. E tinha motivos de sobra para essa afirmação. Poucos anos antes de assumir o poder, os bandeirantes paulistas finalmente encontraram ouro em abundância em regiões onde hoje estão os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

A enorme riqueza rapidamente se traduziu em estabilidade financeira para o reino, em maior poder de compra de africanos escravizados e na realização, em Portugal, de obras suntuosas. Um estrangeiro que visitou a construção de uma dessas obras afirmou que o ouro do Brasil havia se transformado em pedra. No final do século XVIII, entretanto, a extração do ouro havia estagnado.

A Revolução Francesa, bem como as revoluções nos Estados Unidos e no Haiti, apontava para novos tempos. Como resultado, as cenas de fartura e tranquilidade foram sobrepostas pelas imagens de revolta, com especial destaque para a Conjuração Mineira e a Conjuração dos Alfaiates.

Podemos dizer que o reino voltou a temer e a dever?

Puxando pela memória

Você conhece a expressão “santo do pau oco”? Sabe o que ela significa hoje em dia? O que essa expressão tem a ver com o Brasil no século XVIII?

Cronologia deste capítulo	1693	1695
	Primeira descoberta de veios auríferos em Minas Gerais.	Criada na Bahia a Casa da Moeda, para cunhar as peças de ouro das Minas Gerais.

1 Ouro e diamantes do Brasil

Sobre a Insurreição Pernambucana de 1654, ver capítulo 17 do volume 1.

O fim da União Ibérica em 1640 e a consequente ascensão ao poder da dinastia de Bragança criaram mais problemas do que soluções para Portugal. Além de enfrentar uma longa guerra contra a Espanha, que se prolongou, com enorme custo, até 1668, os portugueses foram obrigados a pagar indenizações à Holanda depois da vitória na Insurreição Pernambucana, em 1654, sob o risco de suas colônias e navios serem atacados pela poderosa marinha flamenga.

A situação se agravou na segunda metade do século XVII. Apesar da recuperação das capitanias açucareiras do Brasil, os portugueses tiveram de conviver com a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas inglesas, francesas e holandesas. Os mercadores holandeses, por exemplo, eram os maiores distribuidores do açúcar na Europa e, obviamente, priorizaram a mercadoria de suas ilhas caribenhas depois de expulsos do Brasil.

Na década de 1690, um fato espetacular mudou totalmente esse quadro de penúria: a descoberta de uma quantidade até então nunca vista de ouro de aluvião no interior do Brasil, numa região que passou a ser conhecida como Minas Gerais. Uma onda impressionante de aventureiros do Brasil e de Portugal se dirigiu para o lugar em busca do metal precioso que, de tão abundante, parecia inesgotável.

Fique de olho!

- *Chico Rei*. Direção: Walter Lima Jr. Brasil, 1985.

  Filme sobre o lendário Chico Rei, escravo africano que comprou sua liberdade em Minas Gerais.

Os bandeirantes paulistas estavam acostumados, desde o século XVI, a armar expedições ao interior do território para escravizar indígenas, e foram eles os responsáveis pela descoberta do ouro. Os paulistas solicitaram o monopólio das explorações, não sendo atendidos. Não puderam controlar a entrada dos emboabas (estrangeiros), como eram denominados pelos paulistas os portugueses vindos do reino e os que chegavam de outras capitanias.

Em 1707, estourou a chamada Guerra dos Emboabas, que durou até 1709, com a derrota dos paulistas. Para melhorar a arrecadação dos impostos e submeter a população, em 1709 foi criada a capitania de São Paulo e Minas do Ouro separada da capitania do Rio de Janeiro. Surgiram vilas e outros núcleos urbanos para receber a burocracia administrativa e o aparelho fiscal.

Apesar de vencidos e, num primeiro momento, expulsos das áreas de conflito (vales do rio das Velhas e do rio das Mortes), o fato era que somente os paulistas tinham experiência em encontrar jazidas de ouro. Foram formalmente perdoados pelo governador da nova capitania, o Conde de Assumar, em 1717. Os dirigentes metropolitanos não só reconheciam sua competência nas explorações, mas também avaliavam que somente com eles não era possível organizar estabelecimentos fortes e duradouros. Logo que se esgotava uma mina, saíam em busca de novos veios. Assim, os paulistas foram obrigados a compartilhar a exploração do ouro com os emboabas. Mas mantiveram suas andanças exploratórias, descobrindo campos auríferos ainda em Goiás e Mato Grosso.

Representação de Mariana, em Minas Gerais, feita em grafite e nanquim, no século XIX. Acervo Instituto Moreira Salles.

CARL FRIEDRICH PHILLIP VON MARTIUS (ATRIBUIÇÃO). MARIANNA, SÉCULO XIX.

Fique de olho!

- FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil colônia*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2005. (Coleção Descobrindo o Brasil).

  O livro traça um panorama das inúmeras rebeliões que ocorreram na América portuguesa nos séculos XVII e XVIII e como essas lutas fizeram emergir uma nova identidade colonial.

Organizando a exploração

O governo tomou diversas e duras medidas para controlar a região aurífera. Criou em 1702 a **Intendência das Minas**, órgão que tinha entre suas funções zelar pela cobrança do **quinto real**, reprimir o contrabando e repartir os lotes de terras minerais – denominados **datas**.

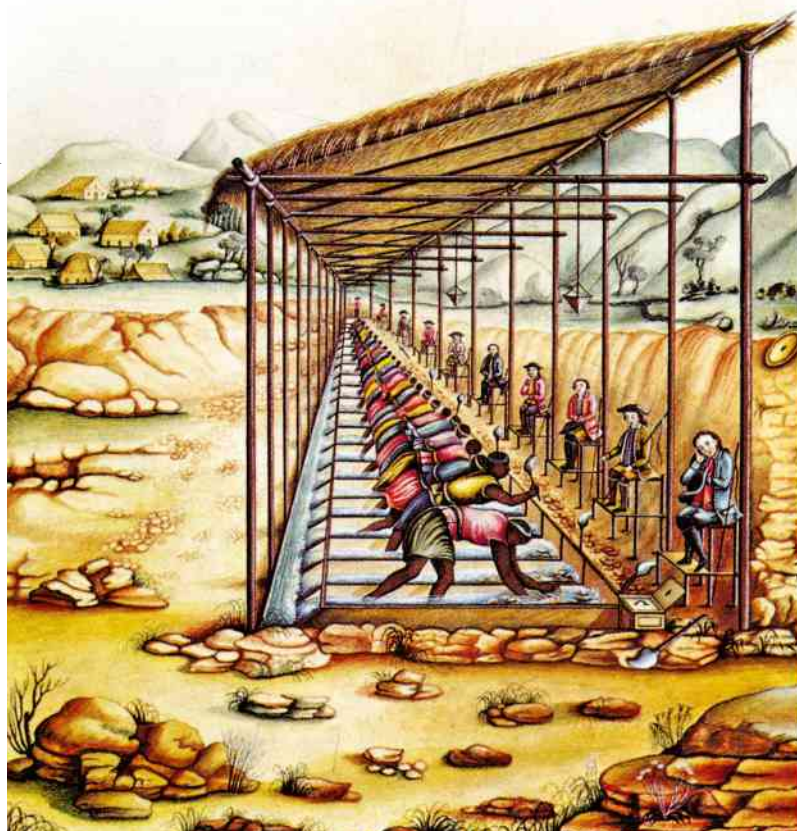
Quando da descoberta de algum veio aurífero, o descobridor deveria comunicar o fato às autoridades. Em tese, todas as jazidas eram propriedade do rei, que poderia conceder a particulares o direito de explorá-las. O intendente, então, repartia as datas, sorteando-as aos solicitantes. O descobridor escolheria as duas datas que mais lhe interessassem, livrando-se do sorteio. O Guarda-Mor da Intendência escolhia, em nome da Fazenda Real, a data do rei, que era leiloada e arrematada por particulares, os contratadores, em troca de um pagamento.

Só podiam solicitar datas os proprietários de escravos. Cada escravo representava, em medidas da época, o equivalente a 5,5 metros de terreno, e um proprietário poderia ter no máximo 66 metros em quadra, denominada **data inteira**.

Para explorar as jazidas das datas, organizavam-se as lavras, forma de exploração em grande escala com aparelhamento para a lavagem do ouro. O ouro encontrado fora das datas, em locais franqueados a todos, era minerado pelos faiscadores, homens que utilizavam somente alguns instrumentos de fabricação simples, como a bateia e o cotumbê, trabalhando por conta própria.

Foram criadas ainda as **Casas de Fundição**, vinculadas às Intendências. Elas deviam recolher, fundir e retirar o **quinto** da Coroa, transformando-o em barra, única forma autorizada para a circulação do metal fora da capitania.

Desde o início, a mineração exigiu maior centralização administrativa, o que diferenciava as Minas de outras regiões exportadoras da Colônia. As Intendências, por exemplo, eram subordinadas diretamente à metrópole, e não às autoridades coloniais. A descoberta de diamantes, em 1729, no que então passou a chamar-se Distrito Diamantino, com sede no Arraial do Tejuco, provocou medida ainda mais drástica: o ir e vir de pessoas ficou condicionado à autorização do intendente.

CARLOS JULIÃO. SERRO FRIO: TRABALHO DE LAVAGEM DO CASCALHO, FEITO POR ESCRAVOS. SÉCULO XVIII.

Desenho de Carlos Julião, século XVIII, representando a mineração de diamantes em Serro. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Tratado de Methuen entre Portugal e Inglaterra. Casa da Moeda vai para o Rio de Janeiro.	Morte de d. Pedro II de Portugal e início do reinado de d. João V.	Início da Guerra dos Emboabas, encerrada em 1709 com a derrota dos paulistas.
1703	1706	1707

O ouro quintado

O ouro era recolhido, fundido e "quintado" nas casas de fundição, que o transformavam em barras para circular livremente. Dentro da capitania de Minas Gerais, entretanto, poderia ser comercializado em pó, devido à impossibilidade de alguns mineradores juntarem ouro suficiente para ser transformado em barra. Foi comum, em Minas Gerais, atribuir-se o valor dos produtos em oitavas de ouro (cada oitava equivalia a 1$200 – um mil e duzentos réis).

Fique de olho!

- *Xica da Silva.* Direção: Cacá Diegues. Brasil, 1976.

  Filme sobre o romance entre a escrava Chica da Silva e o contratador João Fernandes no século XVIII. Reconstitui a "sociedade aluvial" das Minas Gerais no século do ouro.

OUTRA DIMENSÃO PERSONAGEM

Em Diamantina: Chica da Silva

Francisca era filha da negra Maria da Costa e do português Antônio Caetano de Sá. Escrava de Manuel Pires Sardinha, com ele teve um filho, Simão, libertado pelo pai quando batizado.

Em 1753, foi comprada e alforriada pelo contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, português. Adotou o nome de Francisca da Silva de Oliveira e viveu com o contratador entre 1753 e 1770, em um relacionamento estável que resultou em treze filhos. João Fernandes reconheceu – legitimou – todos os filhos, prática comum na época, mas não se casou com Chica da Silva, nome pelo qual ficou conhecida.

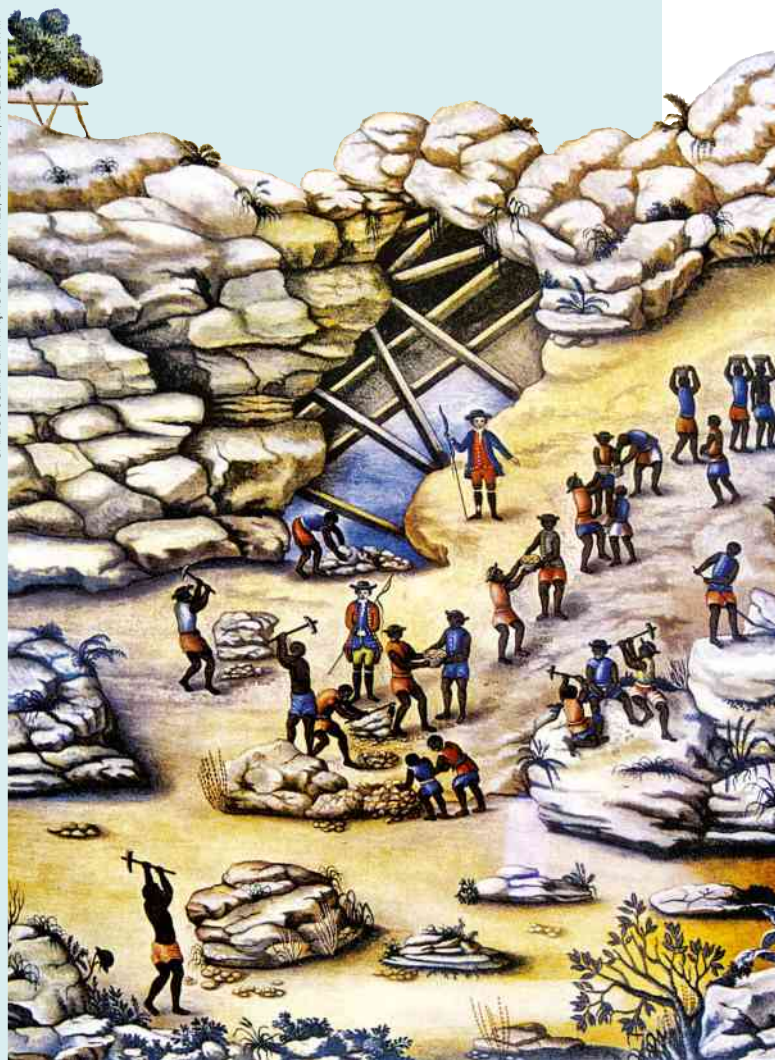
Chica adotou os costumes dos grupos de elite de Minas Gerais. Aprendeu a ler e a escrever, foi proprietária de vários escravos e de uma casa com capela.

João Fernandes teve de voltar a Portugal em 1770, mas manteve contato e deu apoio a todos os filhos, concedendo dotes às filhas que casaram com pessoas da elite.

Chica morreu em 1796, recebendo cortejo fúnebre como pessoa de importância.

Chica da Silva teve uma história de vida parecida com as de algumas ex-escravas do período colonial do Brasil. Após se libertar do cativeiro, conseguiu ascender socialmente e usufruir o prestígio reservado aos membros mais proeminentes da sociedade de Minas Gerais, mesmo não sendo casada pelos laços sagrados do matrimônio católico.

Esse esboço de sua vida contrasta com a imagem divulgada no Brasil até pouco tempo atrás: a de uma mulher sensual e lasciva.

CARLOS JULIÃO. EXTRAÇÃO DE DIAMANTES, SERRO FRIO, MG. SÉCULO XVIII

Em 1729, descobrem-se minas de diamantes na região denominada Distrito Diamantino (atual Diamantina), onde viveu Chica da Silva. Aquarela de Carlos Julião, cerca de 1776. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

- A relação entre homens portugueses e negras e índias foi muito comum. Em termos demográficos, o que isso representa para a composição da população do Brasil no período colonial?

A integração da economia colonial

Na época da descoberta do ouro, havia dois caminhos que levavam às Gerais: um que partia de São Paulo (que ficou conhecido como Caminho Velho das Gerais) e outro do porto de Parati; eles se encontravam na serra da Mantiqueira (veja o mapa abaixo). Para ir do Rio de Janeiro às Minas, o viajante tinha de ir de barco até Parati e, de lá, após atravessar a serra do Mar, encontrar o caminho de São Paulo. Era um caminho muito acidentado e, para percorrê-lo, demorava cerca de dois meses, viajando-se, como era o costume, até o meio-dia.

Foi determinada a construção de uma nova via, ligando diretamente a cidade do Rio de Janeiro às Minas de Ouro, conhecida como Caminho Novo das Gerais.

Em todos os caminhos foram estabelecidos **registros**, que funcionavam como postos de fiscalização e de cobrança de taxas sobre os produtos vendidos na região. Era tarefa dos agentes conferir se o ouro que era transportado para o Rio de Janeiro havia sido tributado. Também os registros foram objetos de contratos entre a Real Fazenda e particulares (contratadores), que poderiam, por um certo tempo, explorar a arrecadação.

O ouro do Brasil permitiu à Coroa portuguesa considerável aumento de suas rendas. Sua exploração possibilitou ainda uma maior ocupação do interior do Brasil, empurrando cada vez mais os limites da linha de Tordesilhas para o oeste. Incentivou, também, o surgimento de atividades econômicas complementares à mineração, como a criação de mulas no Rio Grande do Sul, os únicos animais capazes de transportar mercadorias nos íngremes caminhos das Minas.

O declínio da mineração foi tão rápido quanto o aumento de sua produção. Em 1780, a renda obtida com a mineração era menos da metade do que em seu apogeu, trinta anos antes. Esse declínio se deveu, basicamente, ao fato de a maior parte do ouro das Minas ser de aluvião, facilmente encontrado e extraído e rapidamente esgotado.

A ECONOMIA MINERADORA NO BRASIL (SÉCULO XVIII)

Fontes: RESENDE, M. E.; MORAES, A. M. *Atlas histórico escolar do Brasil*. Belo Horizonte: Vigília, 1987; *ATLAS histórico escolar*. Rio de Janeiro: MEC/Fename, 1987; CAMPOS, F.; DOLHNIKOFF, M. *Atlas História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1994; VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico*. São Paulo: Scipione, 2011. p. 102.

OUTRA DIMENSÃO ECONOMIA

Contratadores

Para estimular os negócios e garantir a arrecadação de impostos, o governo português utilizou um mecanismo eficaz: a transferência, por meio de leilões, do direito da cobrança de tributos a particulares, o que despertava enorme interesse entre os grandes comerciantes, chamados de comerciantes de grosso trato ou "grande comércio", similar ao que hoje conhecemos como comércio atacadista.

No leilão, o **contratador** arrematava, por tempo determinado e valor fixo, o direito à arrecadação do imposto sobre algum tipo de produção, comércio ou alfândega de um porto. Se o valor anual do imposto cobrado pelo contratador fosse superior à quantia adiantada à Coroa, seu lucro era certo. Do contrário, ele teria de arcar com o prejuízo.

- Em quais situações específicas da região mineradora houve a participação dos contratadores?

CONVERSA DE HISTORIADOR

Seria interessante apresentar aos alunos, junto com os professores de Geografia e de Química, as diferenças na formação do ouro de aluvião e o subterrâneo.

Minas Gerais: uma sociedade "aluvial" e urbana

O ouro de aluvião é encontrado em depósitos de cascalho, areia e argila que se formam junto às margens dos rios, sendo de fácil e barata extração – ao contrário da prata do Peru e do México, encontrada em grandes profundidades da terra e que exigia altos investimentos para ser extraída.

Apesar de o escravo ter sido a principal mão de obra na mineração do Brasil, a facilidade da extração do ouro de aluvião fez com que milhares de pessoas sem grandes posses tentassem a sorte na região das minas. A migração para o Brasil na "idade do ouro" foi tamanha que as autoridades portuguesas chegaram a temer que Portugal ficasse despovoado de população masculina. Uma lei de 1720 proibiu o embarque de portugueses para o Brasil, exceto para ocupar cargo público. A lei era frequentemente burlada, mas restringiu um pouco a migração. A mineração estimulou o tráfico de cativos da África, fazendo de Minas Gerais uma das regiões com a maior concentração de escravos da Colônia, somente atrás da Bahia e do Rio de Janeiro.

Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda, na época do auge do ouro, um terço da população das minas se dedicava à exploração do metal precioso. Os demais estavam ligados ao comércio, à lavoura de alimentos, ao tropeirismo (transporte de mercadorias através de tropas de mulas), ao artesanato e às profissões liberais. O expressivo mercado interno e a maior centralização administrativa teriam criado em Minas Gerais uma sociedade com características urbanas, diferente das outras regiões coloniais, dominadas pelo mundo rural. Minas se distinguiria do resto do Brasil por ser uma sociedade mais diversificada e com hierarquias mais fluidas. Uma sociedade de meio "aluvial", como bem caracterizou Sérgio Buarque de Holanda.

1. Em grupo, e com base no texto acima, façam uma lista das características da sociedade que se formou na região das minas.
2. Agora, discutam e respondam às questões:
   a) Que motivos teve o historiador Sérgio Buarque de Holanda ao comparar a sociedade mineradora a uma mineração "aluvial"?
   b) Segundo o historiador, a sociedade mineradora, no auge da extração aurífera, era composta por somente um terço de pessoas ligadas à atividade aurífera. Em que medida essa informação se relaciona com o mercado interno?

2 Ajustes colonizadores: as reformas pombalinas

A exploração de ouro e diamantes no Brasil permitiu ao governo português resolver por bom tempo o problema do déficit de sua balança comercial. A economia portuguesa era dependente das importações, sobretudo de trigo e têxteis.

O Tratado de Methuen, firmado em 1703 entre os governos português e inglês, favoreceu em grande medida essa transferência, pois isentava de tributos os tecidos de lã britânicos vendidos em Portugal e, em contrapartida, os vinhos portugueses exportados para a Grã-Betanha. Porém, Portugal precisava muito mais de tecidos que a Inglaterra de vinhos. E, não satisfeitos, os mercadores ingleses também contrabandeavam barras de ouro em seus navios de guerra, oficialmente isentos de vistoria. Assim, grande parte do ouro foi transferida para outros reinos, principalmente a Grã-Bretanha.

Além disso, o longo reinado de d. João V foi um período de extravagâncias, em que foram erigidas construções imponentes – como as do Palácio e Real Convento de Mafra e do Aqueduto das Águas Livres – e montadas magníficas bibliotecas, como a de Coimbra, a de Mafra e a do Colégio Oratoriano de Lisboa. Nas duas audiências públicas semanais, o rei dava moedas de ouro aos pobres. Em outras palavras, a maior parte do ouro arrecadado pela Coroa foi utilizada em obras suntuosas de elevado custo. Muitos estrangeiros, na época, criticavam essa escolha, pois achavam que o rendimento do ouro deveria ser investido na economia.

A Coroa portuguesa continuou dependente dos rendimentos de suas colônias de além-mar e das importações, para suprir as necessidades do mercado interno. D. João V morreu, em 1750, deixando o governo atolado em dívidas. O reino que d. José I assumiu naquele ano estava economicamente comprometido. Várias autoridades das Minas Gerais já informavam que a produção do ouro estava em declínio.

Palácio e Real Convento de Mafra, obra feita com recursos do ouro extraído do Brasil. Em estilo barroco, o lugar possui uma das mais importantes bibliotecas de Portugal, com obras compradas em várias partes do mundo, encadernadas em couro e gravadas a ouro. Gravura de Henry L'Évêque, cerca de 1810. Essa obra se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal.

HENRY L'ÉVÊQUE. C. 1810.

O terremoto de Lisboa e a ascensão de Pombal

Professor, informar aos estudantes que a residência do rei foi destruída no terremoto e que a Real Barraca da Ajuda, construída pouco tempo depois, foi a residência oficial da corte por quarenta anos.

Nesse contexto, Sebastião José de Carvalho e Melo se tornou o ministro mais importante do reinado de d. José I. Conhecido como Marquês de Pombal (título obtido só em 1770), seu prestígio cresceu após o terremoto que sacudiu Lisboa em 1755. O abalo sísmico, agravado por inúmeros incêndios, destruiu quase dois terços da cidade, arrasando igrejas, casas e prédios públicos.

Cerca de 10 mil pessoas morreram no dia da catástrofe, e milhares ficaram desabrigadas. O rei, forçado a abandonar o Palácio da Ribeira, mandou erigir um complexo de tendas no alto da freguesia da Ajuda, de onde despachava com seus ministros. O novo "palácio" acabou conhecido como "Real Barraca da Ajuda"!

O futuro Marquês de Pombal convenceu o rei a reconstruir Lisboa, em vez de transferir a capital para Coimbra, como alguns sugeriam. O ministro tornou-se, a partir de então, o real governante de Portugal, conduzindo o Estado com mão de ferro até a morte de d. José I, em 1777.

ALBUM/AKG-IMAGES/FOTOARENA

O terremoto de Lisboa ocorreu no dia 1º de novembro de 1755, Dia de Todos os Santos. A população atribuiu a causa da tragédia à ira de Deus. A reconstrução da cidade foi feita à custa da criação de impostos, principalmente no Brasil. Coleção particular.

As companhias de comércio

O período pombalino causou enorme impacto em Portugal e suas colônias. A política econômica do ministro foi traçada para fortalecer as finanças reais e incentivar o comércio.

A algumas companhias privilegiadas foi concedido o monopólio do comércio de uma região ou produto por prazo determinado. Assim surgiram as Companhias de Comércio do Estado do Grão-Pará e do Maranhão (1755), da Pesca das Baleias (1756), de Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756) e de Pernambuco e Paraíba (1759). A criação dessas companhias descontentou uma infinidade de comerciantes de Portugal, da África, da Ásia e do Brasil.

Igualmente polêmico foi o incentivo às manufaturas em Portugal, por meio de empréstimos e isenções fiscais concedidos aos fabricantes de têxteis, ferragens, vidros, louças e papel. Nesse caso os descontentes foram os comerciantes que lidavam com importação.

1761	1763
Pombal restringe a escravidão negra em Portugal. O jesuíta Gabriel Malagrida é queimado pela Inquisição.	Brasil é elevado a Vice-Reinado e sua capital transferida de Salvador para o Rio de Janeiro.

Informar aos estudantes que uma das decisões para restringir a escravidão em Portugal foi não permitir mais a entrada de escravos em seu território. Mas os escravos que lá estavam continuavam escravos. A escravidão só foi abolida, mesmo, em meados do século XIX.

As tentativas para modernizar a economia portuguesa incluíram ainda a criação de escolas de comércio e de leis restritivas à escravidão no reino (1761). Uma decisão importante foi a abolição da diferença entre cristãos-velhos e cristãos-novos (1773), livrando os comerciantes de origem judaica da ameaça inquisitorial. Tratava-se de uma política de aproximação entre o Estado e os comerciantes – muitos dos quais eram cristãos-novos –, e resultou no progressivo enfraquecimento da Inquisição.

A oposição ao ministro se manifestou em muitos lugares, até mesmo com revoltas e motins. Mas ele suprimiu toda e qualquer contestação com máximo rigor, chegando a prender ou mandar executar diversos opositores. A nobreza tradicional, provocada pelo ministro desde o início do reinado de d. José I, era um de seus mais fortes opositores. Pombal havia restringido, por exemplo, a importação de tecidos, carruagens e móveis, atingindo os hábitos de consumo aristocráticos.

Após 1755, o ministro passou a nomear somente pessoas de sua confiança para os cargos-chave do Estado, contrariando as tradicionais indicações da alta nobreza – que também não tolerava o fato de o filho de um modesto fidalgo de província exercer tamanho poder no reino português.

OUTRA DIMENSÃO **CULTURA**

A usura era considerada pela Igreja católica um dos sete pecados capitais desde o século XIII, e a Inquisição perseguiu os cristãos-novos desde a sua criação, em 1536, até o período de Pombal.

De cristão-novo a nobre: o comerciante português

Desde o século XVI que a denominação "cristão-novo" (judeu convertido ao cristianismo) era usada como sinônimo de "mercador" e "homem de negócio", sugerindo que o comércio era uma prática de descendentes de judeus. Essa imagem da atividade comercial resultava da visão tradicional católica e da Inquisição.

Mas a figura do mercador sofreu transformações no decorrer do século XVIII. Paulatinamente, o "homem de negócio", que vivia do comércio atacadista e da usura (empréstimo de dinheiro a juros), foi alçado a um patamar social mais elevado do que o "comerciante de loja", que pesava, media e empacotava mercadorias com suas próprias mãos. Pombal foi particularmente importante para mudar esse quadro, consciente da importância do comércio na economia portuguesa. Duas medidas foram fundamentais: em 1773, aboliu a distinção entre cristão-velho e cristão-novo e atribuiu o estatuto de nobre àqueles que possuíssem mais de dez ações das Companhias de Comércio. Ao se tornar nobre, o comerciante passou a gastar em bens que indicassem seu novo *status*, comprando sobrados, móveis, roupas finas e alimentos requintados.

- Relacione a decisão de Pombal em conceder título de nobreza aos comerciantes acionistas das Companhias de Comércio, a abolição entre cristão-novo e cristão-velho e as hierarquias da sociedade portuguesa do século XVIII.

Administração pombalina na colônia

O ministro dedicou grande atenção ao mundo colonial, em especial ao Brasil. Extinguiu e criou órgãos, sempre com o objetivo de centralizar o poder na metrópole, reduzindo a autonomia local. Transformou as capitanias hereditárias que ainda estavam em mãos de particulares em capitanias reais. Transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro e elevou o Brasil à categoria de Vice-Reinado.

Além de criar as companhias de comércio, promulgou o Diretório dos Índios, passando a jurisdição dos aldeamentos indígenas, antes sob controle de ordens religiosas, para funcionários reais (diretores). Converteu os indígenas em "súditos livres da Coroa" e proibiu o ensino da língua geral, tornando obrigatório o aprendizado da língua portuguesa.

Adepto dos ideais iluministas e do estímulo ao comércio, Pombal estava convencido de que os privilégios da nobreza deviam ser restringidos. Acreditava, também, que os jesuítas detinham um poder exagerado, sujeitando-se pouco à Coroa portuguesa.

Em 1759, Pombal expulsou os jesuítas do império português e confiscou todos os bens da Companhia de Jesus. Uma das principais consequências desse ato foi a reforma do ensino, sobretudo a do currículo da Universidade de Coimbra: o ensino passou a priorizar as Ciências Naturais, a Filosofia e a Matemática. Pombal estava determinado a secularizar a sociedade portuguesa, isto é, a remover a forte influência do poder eclesiástico e da religião nos negócios do Estado.

Em resumo, a política pombalina foi conduzida com determinação e violência.

A História no seu lugar

Depois que os jesuítas foram expulsos dos domínios portugueses, em 1759, os bens da Companhia de Jesus foram confiscados pela Coroa.

Você tem conhecimento de algum caso de confisco de bens no município ou estado onde você vive?

3 Rebeldias, inconfidências e conjurações

O final do século XVIII foi marcado pela Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (1776), pela eclosão da Revolução Francesa (1789) e pela Revolução do Haiti (1790). Esses acontecimentos tiveram enorme repercussão na Europa e no mundo ultramarino. O absolutismo e o sistema colonial mercantilista foram colocados em xeque.

O Brasil não ficou de fora desse contexto revolucionário. A Inconfidência Mineira de 1789 é a rebelião mais famosa, mas houve outras que merecem atenção: a Conjuração do Rio de Janeiro (1794) e a Conjuração dos Alfaiates, na Bahia (1798). Nenhuma dessas revoltas, porém, chegou a se concretizar, sendo abortadas ainda no estágio inicial.

Viradeira reacionária

Com a morte de d. José I, em 1777, o trono português foi assumido por sua filha: d. Maria I. A expectativa dos portugueses era a de que a rainha virasse pelo avesso a política de Pombal. Por isso, sua política foi conhecida como Viradeira.

De fato, assim que assumiu a Coroa, d. Maria I libertou cerca de 800 pessoas presas por motivos políticos e repatriou outras, exiladas pelo ministro. As companhias de comércio do Brasil também foram abolidas, favorecendo a participação de um número cada vez maior de comerciantes nos circuitos do Atlântico.

Muitas medidas tomadas por Pombal, entretanto, permaneceram inalteradas, principalmente a de estimular as manufaturas em Portugal. Em 1785, a rainha proibiu as atividades de ourives e a instalação de manufaturas no Brasil (com exceção dos tecidos grosseiros de algodão, destinados aos mais pobres e aos escravos), na tentativa de criar na colônia um mercado consumidor exclusivo das manufaturas portuguesas.

O reinado de d. Maria I também teve de enfrentar levantes, como uma conspiração na colônia de Goa, na Índia, em 1787, severamente reprimida, e as conjurações no Brasil. A essas ameaças somava-se o pavor de uma revolta de escravos, como a que ocorrera no Haiti. O Brasil, afinal, possuía uma das maiores concentrações de escravos da América.

D. Maria I governou até 1792, quando caiu em estado de demência, abalada com a morte do esposo, o príncipe consorte d. Pedro III, e de seu primeiro filho. O governo de Portugal foi assumido por d. João, duque de Bragança, elevado a príncipe regente.

A Inconfidência Mineira

A discussão sobre a adequação ou não do uso da palavra inconfidência é tratada na seção Outra dimensão: conflitos sociais. A derrama em Minas Gerais.

Fique de olho!

- RODRIGUES, André Figueiredo. Bravas inconfidentes. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, jan. 2011. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/bravas-inconfidentes>. Acesso em: 20 jan. 2016. Artigo sobre algumas mulheres envolvidas nas lutas da Inconfidência Mineira.

A Inconfidência Mineira foi articulada por homens da elite de Minas Gerais, incluindo intelectuais, grandes negociantes, elementos do clero e até membros da administração da capitania. A razão imediata foi a ameaça, em 1788, do governador de Minas Gerais, Visconde de Barbacena, de cobrar todos os impostos atrasados de uma só vez – medida conhecida como derrama.

Em Minas Gerais havia muitos homens formados nas universidades europeias, em particular em Coimbra. Em torno deles, surgiram grupos para discutir poesia, filosofia e os acontecimentos do mundo.

O grupo de Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto) era o mais destacado, com três grandes lideranças: o secretário do governo de Minas, advogado e poeta Cláudio Manuel da Costa; o ouvidor da capitania e também poeta Tomás Antônio Gonzaga; e o cônego Luís Vieira da Silva, entusiasmado com a independência dos Estados Unidos.

A situação em Minas inspirava cuidados. Os mais importantes **contratadores** de impostos deviam somas enormes à Real Fazenda, e os responsáveis pela fiscalização nada haviam feito para cobrá-las. A chegada do governador, em 1788, agravou as tensões, porque tinha instruções expressas para cobrar os impostos atrasados.

Uma conspiração foi articulada pelo grupo de Vila Rica, vários deles contratadores em débito com a Coroa, como resposta às atitudes do novo governador. Previam a adesão da população de Minas à revolta caso a derrama fosse executada.

Alguns conspiradores chegaram a esboçar um projeto de emancipação política, inspirados no sucesso da independência dos Estados Unidos. A ideia era fazer a independência de Minas e proclamar uma república, com capital em São João Del Rei – cujo lema, em latim, era *Libertas quae sera tamem* ("Liberdade ainda que tardia").

A república imaginada pelos inconfidentes se limitava basicamente a Minas Gerais ou, quando muito, às capitanias próximas. Nela seriam criadas uma universidade, uma casa da moeda e uma fábrica de pólvora.

Nenhuma intenção foi escrita, para não figurar como prova da conspiração; se alguém fosse apanhado, deveria negar a existência de qualquer movimento.

O projeto, entretanto, foi por água abaixo. A derrama foi suspensa em março. Desapareceu o principal motivo para a adesão da população ao movimento. Mas, nos bastidores, houve uma denúncia. Joaquim Silvério dos Reis, membro da conspiração e um dos maiores devedores de Minas, denunciou a conjuração ao governador, fornecendo os nomes dos principais envolvidos. Silvério dos Reis recebeu em troca o perdão de sua dívida.

Muitos inconfidentes foram presos e interrogados. Surpreendeu a todos a prisão de homens prestigiados na capitania, entre eles Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, que consta ter se suicidado na prisão, embora alguns achem que foi assassinado. Proclamada em 1791, a sentença foi duríssima: onze réus foram condenados à forca e sete, ao desterro (exílio) na África. Mas, no ano seguinte, a pena de morte de todos foi transformada em desterro, exceto no caso do alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes.

Tiradentes era o mais ardoroso dos inconfidentes, divulgando abertamente suas ideias. Preso, manteve-se fiel às suas crenças até o final e foi apontado como o principal líder do movimento, o que não era verdade.

Tiradentes foi executado na forca, na cidade do Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1792, e depois esquartejado. Sua cabeça foi exposta num mastro erguido na praça principal de Vila Rica, e as demais partes do corpo foram afixadas nos caminhos para as Minas.

Fique de olho!

- *Os inconfidentes*. Direção: Joaquim Pedro de Andrade. Brasil, 1972. Filme clássico do Cinema Novo sobre a Inconfidência Mineira, sugerindo paralelo entre a repressão dos inconfidentes e a ditadura militar brasileira no governo do general Médici.

Morte de d. José I e início do reinado de d. Maria I. Pombal é exonerado do ministério.	Tratado de Paris confirma a independência dos Estados Unidos.	Alvará de d. Maria I proíbe manufaturas no Brasil.
1777	1783	1785

Herói?

Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, foi um dos mais entusiasmados participantes da Inconfidência Mineira, de 1789. Depois de sua morte por enforcamento e posterior esquartejamento, foi considerado por alguns historiadores como revolucionário; por outros, como um falastrão. Na segunda metade do século XIX, mesmo admitindo-se seu papel secundário no movimento, sua imagem foi comparada à de Cristo, beijando os pés e as mãos de seu carrasco, e Joaquim Silvério dos Reis, o delator, foi comparado a Judas. Depois da proclamação da República, em 1889, adquiriu o *status* de mártir da Independência. Em 1890, o dia 21 de abril, data de sua execução, foi transformado em feriado nacional. Um decreto de 1965 proclamou-o "patrono cívico da nação brasileira".

DÉCIO VILLARES.TIRADENTES. S/D.

Tiradentes, em gravura de Décio Villares, c. 1890. Criada a pedido dos afiliados do positivismo, corrente filosófica francesa com grande influência no Brasil, é a primeira vez que a figura de Tiradentes é retratada para se parecer com a de Jesus Cristo. Essa obra se encontra no Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

OUTRA DIMENSÃO CONFLITOS SOCIAIS

A sublevação de Goa

Ver mapa do Império Marítimo Português no volume 1.

AKG-IMAGES / DE AGOSTINI PICTURE LIBRARY / FOTOARENA

A presença portuguesa em Goa, a partir do século XVI, foi expressiva, resultado do intenso comércio de especiarias das Índias na economia portuguesa e da tentativa de Portugal em frear as investidas de outros reinos europeus na área. O Estado da Índia, como ficou conhecido, expandiu-se pelo litoral (não se interiorizou) por meio da fundação de fortalezas e feitorias. Além da capital, Goa, os portugueses controlaram o comércio marítimo de outros portos da Ásia, como Ormuz, Malaca e Macau. Na imagem, vista de Goa em gravura do século XVIII, localizada no Museu Marítimo, Rotterdam, Holanda.

Dois anos antes da Inconfidência Mineira, ocorreu na cidade um movimento denominado Sublevação dos Pintos, sobrenome da principal família envolvida no episódio. Consta que queriam proclamar uma república.

Dias antes da data marcada para a revolta, houve uma denúncia e os suspeitos foram presos. Julgados pelo crime de lesa-majestade, foram sentenciados à pena de morte. Dois dos principais acusados foram amarrados a caudas de cavalo e arrastados até onde estavam as forcas. Antes, tiveram suas mãos decepadas. Suas cabeças ficaram expostas em postes.

Nos autos da devassa da Inconfidência Mineira, os depoimentos informam que os conspiradores do Brasil tiveram notícia do "levante da Índia", demonstrando que as ligações entre as possessões portuguesas eram corriqueiras – o que não era de espantar, pois Goa mantinha intenso comércio com diversas áreas do império português.

- Na investigação ocorrida após a sublevação de Goa, o padre Caetano Francisco do Couto, um dos acusados, confessou que, no início de 1787, viajou com o padre José Antônio Gonçalves de Lisboa para Goa, que comunicou a ele "[...] o pensamento que tinha de mover uma sublevação para pôr Goa em melhor fortuna, libertando os naturais do jugo dos portugueses e estabelecendo uma República". Outro acusado informou que o padre Gonçalves falou a ele sobre a "liberdade dos americanos" e disse: "Quando nos livrará Deus a nós?". A que movimento e que sistema de governo o padre Gonçalves estava se referindo?

OUTRA DIMENSÃO **CONFLITOS SOCIAIS**

A derrama em Minas Gerais

Desde 1750, a Coroa portuguesa estipulava a cota de 100 arrobas anuais de ouro para enviar à metrópole, suspeitando, com razão, de que muito ouro estava sendo contrabandeado. Em 1788, a capitania devia à Real Fazenda a impressionante quantidade de 538 arrobas de ouro. O risco da derrama produziu um duplo descontentamento: da população, com a possibilidade de ter de arcar com despesas para as quais não tinha recursos suficientes, e dos contratadores, apavorados com a execução de suas dívidas. Foi a motivação da Inconfidência ou Conjuração Mineira.

Arroba ▸ medida de peso equivalente a 14,7 kg, aproximadamente.

1. Discuta com um grupo de colegas: pode-se considerar a Inconfidência Mineira um movimento provocado por ideais revolucionários ou um episódio em que algumas pessoas, pressionadas pelas dívidas com o tesouro metropolitano, viram a possibilidade de se livrar das cobranças?
2. Pesquise em um dicionário as palavras "inconfidência" e "conjuração", ambas aplicadas por historiadores ao movimento de Minas Gerais de 1789. Na verdade, elas representam a visão de quem está analisando o episódio. Sendo assim, defina sob qual perspectiva – da metrópole e dos colonos do Brasil – se emprega um ou outro termo. Discuta com seu grupo qual delas melhor define o movimento de Minas Gerais, tendo por base as informações do capítulo.

A Conjuração do Rio de Janeiro

A chamada Conjuração do Rio de Janeiro sequer chegou a se articular de fato, a ponto de alguns historiadores a chamarem de "a conjuração que não houve". O vice-rei Conde de Resende, escaldado com o caso de Minas Gerais, passou a desconfiar das reuniões que membros da elite intelectual do Rio de Janeiro realizavam na Sociedade Literária, fundada na década de 1770.

Mas as reuniões eram inofensivas: não passavam de encontros para discutir filosofia, religião e política, como na maioria das academias literárias da Colônia. Se de fato alguns dos participantes possuíam, em suas bibliotecas, livros considerados subversivos, não existe nenhuma evidência de que conspiravam contra Portugal. O vice-rei, em dezembro de 1794, mandou prender vários membros da Sociedade Literária, que acabaram processados pelo crime de conjuração. Nenhum deles foi condenado, por absoluta ausência de provas incriminadoras.

A Conjuração dos Alfaiates

A Conjuração dos Alfaiates, também conhecida como Conjuração Baiana, foi diferente das duas anteriores. Nela, estiveram envolvidos membros dos grupos populares, como alfaiates, soldados e ex-escravos, além de poucos intelectuais.

Imagem da cidade de Salvador, na baía de Todos-os-Santos, onde ocorreu a Conjuração dos Alfaiates. A cidade era uma das que mais concentravam população escrava do Brasil, um dos motivos para reprimir violentamente qualquer manifestação popular. Litografia de Dufourcq, 1782. Instituto Histórico da Bahia, Salvador.

ALBERT DUFOURCQ. A BAHIA DE TODOS OS SANTOS. 1782.

Em 12 de agosto de 1798, foram colados panfletos em diversos pontos de Salvador contendo as mais variadas reivindicações: aumento do soldo das tropas, liberdade para comerciar com outros países, combate aos preconceitos contra negros e mestiços e, o que mais incomodou as autoridades, a intenção de proclamar uma "República Bahiense", em que todos teriam "liberdade, igualdade e fraternidade". As autoridades coloniais logo partiram para a repressão do movimento.

Como nas outras conjurações, muitas prisões foram realizadas e vários suspeitos foram processados. Mas, no caso baiano, a repressão foi feroz: dois soldados e dois alfaiates, um deles ex-escravo, foram enforcados em 1799. A sentença dos quatro condenados foi praticamente idêntica: enforcamento seguido de degola e esquartejamento. É mais do que evidente que a ferocidade da repressão na Bahia se deveu à condição popular dos acusados.

OUTRA DIMENSÃO CULTURA

O barroco no Brasil

O estilo barroco da Europa havia sido reproduzido por diversos artistas, que recebiam os ensinamentos de mestres em oficinas de talha e escultura espalhadas pelas cidades da colônia. As obras dos artistas de Minas Gerais também sofreram influência desse estilo, mas foram elaboradas com materiais existentes no Brasil, como a pedra-sabão.

A principal expressão artística do Brasil no século XVIII foi a obra de **Antônio Francisco Lisboa**, o **Aleijadinho**.

Os dados de sua vida não são bem conhecidos. Consta que nasceu em Vila Rica, filho de um arquiteto português e de sua escrava, nascida na África. Era, portanto, um mestiço. Teria nascido em 1730 e falecido em 1814.

Aleijadinho foi vítima de uma doença que lhe consumia os dedos dos pés e das mãos. Foi escultor, entalhador e arquiteto. Projetou a igreja de São Francisco de Assis, de Vila Rica (atual Ouro Preto). Sua obra mais conhecida é o conjunto de estátuas dos doze profetas de Congonhas do Campo, em Minas Gerais, todas em pedra-sabão.

RICARDO AZOURY/PULSAR IMAGENS

Detalhe de Abdias, um dos doze profetas esculpidos em pedra-sabão por Aleijadinho entre 1795 e 1805 no Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais.

Valentim da Fonseca e Silva, o **Mestre Valentim**, outro artista de porte e da mesma época, também natural de Minas Gerais e mestiço, foi o idealizador e criador do Passeio Público do Rio de Janeiro, de diversos chafarizes em ferro fundido e de imagens sacras. Assim como Aleijadinho e muitos outros, suas origens não são conhecidas. Presume-se que tenha nascido em Serro do Frio, em Minas Gerais, em torno de 1745, e falecido no Rio de Janeiro, em 1813.

- As estátuas dos doze profetas, esculpidas por Aleijadinho, ainda estão expostas em seu local original, no átrio da igreja do Bom Jesus de Matosinhos, na cidade de Congonhas, em Minas Gerais. Em grupos, discutam e decidam sobre um possível destino para esse conjunto escultórico, um dos mais importantes da arte barroca do Brasil. Considerem as seguintes informações: o material utilizado nas estátuas é a pedra-sabão, que se desgasta com o tempo; as estátuas estão ao ar livre; as estátuas são objeto de devoção dos católicos; a cidade conta com um turismo cultural intenso, relacionado às obras de Aleijadinho. Considerem dois destinos para as estátuas:
  - mantendo-as onde estão, desde sua concepção original;
  - levando-as para um museu fechado e colocando réplicas em seu lugar.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

Tropa de mulas

Desde o século XVIII, e até o século XX, as mulas foram criadas nos campos do atual estado do Rio Grande do Sul. Dali eram conduzidas para as famosas feiras de Sorocaba, em São Paulo, percorrendo cerca de 2 mil quilômetros e passando por invernadas, principalmente nos campos do Paraná. De Sorocaba eram comercializadas para as mais variadas regiões do Brasil. Éguas madrinhas, experientes, enfeitadas com arreios de prata, guizos no peitoral e chapéu de pluma na cabeça, dirigiam os lotes de muares.

JOHANN MORITZ RUGENDAS. CARAVANA DE NEGOCIANTES INDO PARA TIJUCA. SÉCULO XIX.

O transporte de carga para a região das minas tinha de ser feito em lombo de mulas, animais resistentes e adequados ao terreno acidentado da região. Na imagem acima, aparece não só a tropa de mulas carregadas de mercadorias, como também viajantes, incluindo mulheres, que se dirigiam para o Arraial do Tejuco, atual cidade de Diamantina. Escravos a pé acompanhavam a tropa. Gravura de Johann M. Rugendas, século XIX. Coleção particular.

- Observe a imagem acima, de uma tropa de mula conduzindo carregamento, no início do século XIX, na capitania de Minas Gerais, período em que o ouro já não era mais facilmente encontrado. Agora, responda:
  a) A criação de muares da região do Rio Grande atendia a que mercado consumidor?
  b) O termo "tropeiro" pode se referir ao condutor das mulas que seriam vendidas (no sul eram chamados de "condutores de tropas" ou "peões de conduta"), ao negociante de mulas, ao dono das tropas de mulas que transportavam mercadoria, ao condutor da tropa (não necessariamente o proprietário) carregada de mercadoria. Com base nessas informações, que tipo de tropa era essa e que personagens podem ser identificados na imagem?
  c) A viagem era demorada, obrigando a tropa a passar várias noites acampada. Faça uma pesquisa e descubra que alimentos eram consumidos pelos animais e pessoas das tropas. Um deles é famoso até hoje e faz parte da comida típica mineira. Você sabe dizer qual é?

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. Em que aspectos a sociedade que se formou em Minas Gerais se diferenciava daquelas que surgiram na América portuguesa anteriormente?
2. *A explicação coerente e aparentemente correta, de que o nome escolhido de emboabas era o mesmo empregado na língua geral, também comum no século XVII aos naturais de São Paulo, para a designação das aves calçudas [aves que têm as pernas cobertas de penas], prestava-se para designar os forasteiros cobiçosos do metal precioso que aos paulistas tanto trabalho dera para encontrar [...].*

   HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 25.

   A que movimento esse trecho se refere? O que ele representava?
3. Quais eram os principais objetivos da administração de Pombal e quais suas medidas mais marcantes?
4. Por qual motivo a política da rainha de Portugal, d. Maria I, foi denominada de "Viradeira"? Seu governo foi realmente oposto ao anterior?
5. A exploração do ouro foi responsável por várias mudanças no Brasil do século XVIII, inclusive em Portugal. Explicite algumas delas.
6. Relacione as imagens abaixo ao sistema de tributação montado na região das minas.

FOTOGRAFIAS: RÔMULO FIALDINI/ TEMPO COMPOSTO

Medidores de ouro em pó e balança para ouro dos séculos XVIII e XIX.

Barras de ouro quintado da Casa de Fundição de Vila Rica.

Reflexões

A Inconfidência Mineira não foi o primeiro movimento de rebelião ocorrido em Minas Gerais. Houve outros, como em Curvelo (1760-1763 e em 1776), em Mariana (1768) e em Sabará (1775). Neles, atacava-se o rei com palavras insultuosas, como demente e tirano, e seu ministro, o Marquês de Pombal. Naquele período, era considerado crime de inconfidência atacar, mesmo que verbalmente, a figura do rei. A diferença entre essas revoltas e a Inconfidência de 1789 é que esses movimentos não tiveram motivações separatistas em relação a Portugal. Foram sedições que demonstravam o desagrado de muitos em relação às ações da Coroa, como a expulsão dos jesuítas, e as rivalidades entre os poderosos da região mineradora.

- Podemos considerar que essas manifestações tiveram alguma influência na Inconfidência de 1789?

Vamos testar?

1. **(Fuvest-2009)**

E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moeda para os reinos estranhos e a menor quantidade é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil...

ANTONIL, João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, 1711.*

Esta frase indica que as riquezas minerais da colônia:

a) produziram ruptura nas relações entre Brasil e Portugal.

b) foram utilizadas, em grande parte, para o cumprimento do Tratado de Methuen entre Portugal e Inglaterra.

c) prestaram-se, exclusivamente, aos interesses mercantilistas da França, da Inglaterra e da Alemanha.

d) foram desviadas, majoritariamente, para a Europa por meio do contrabando.

e) possibilitaram os acordos com a Holanda que asseguraram a importação de escravos africanos.

Conexões — História e Arte

Xica da Silva, o filme

O cartaz ao lado é do filme *Xica da Silva* (1976). Para elaborar seu roteiro, o diretor Cacá Diegues se baseou em romances escritos no século XX.

Em qualquer romance ou filme é permitido criar fatos ou situações, sem necessidade de comprovação da veracidade do que é apresentado. Para escrever História, entretanto, os documentos (textos, registros, imagens etc.) que a comprovam são essenciais e devem ser analisados com rigor para constatar sua autenticidade.

XICA DA SILVA. DIREÇÃO: CACÁ DIEGUES. BRASIL: EMBRAFILME, 1976.

Cartaz do filme *Xica da Silva*, de Cacá Diegues.

- Se possível, assista ao filme *Xica da Silva* e identifique a diferença entre a imagem da personagem no filme e a história real de Francisca da Silva de Oliveira (Chica da Silva), baseada em documentos históricos. Discuta com seus colegas sobre a linguagem cinematográfica aplicada a situações históricas e sobre a pertinência de diretores e roteiristas inserirem passagens que estão mais em sua imaginação do que em documentos históricos. Levem em consideração a máxima defendida por muitos como a liberdade poética ou literária.

Capítulo 5 Brasil: independência de um império escravista

GEOFF HUNT. CHEGADA DA FAMÍLIA REAL AO RIO DE JANEIRO EM 7 DE MARÇO DE 1808. S/D.

Em 7 de março de 1808, a Corte portuguesa chegava à baía da Guanabara. O navio maior é o *príncipe real*, em que estavam a rainha, d. Maria I, o príncipe d. João e seu filho d. Pedro. À esquerda da imagem, um navio inglês, já com as velas recolhidas, disparava salvas de canhões. À direita, o navio em que estavam d. Carlota Joaquina, esposa de d. João, e quatro filhas. Em pequenas embarcações, autoridades portuguesas que estavam no Rio de Janeiro vão se encontrar com o príncipe regente a bordo. Começava o processo de independência do Brasil. Obra de Geoff Hunt, de 1999. Acervo Kenneth H. Light.

Durante anos o pesquisador Kenneth Light analisou livros de bordo de oficiais britânicos que faziam parte da escolta da família real portuguesa que veio para o Brasil. Com o pintor inglês Geoff Hunt, recompôs o momento da chegada ao Rio de Janeiro. Essa imagem foi feita em 1999, quase dois séculos depois da chegada da Corte.

No final do século XVIII, a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e a Revolução do Haiti transformaram totalmente o mundo – e não só o Ocidente. Surgiu o que conhecemos como mundo contemporâneo, nosso mundo, o mundo de hoje.

O nascimento do Brasil como país independente se insere nesse contexto, de crise do Antigo Regime e do sistema colonial mercantilista.

O processo de independência do Brasil começou com um rei europeu fugido da avalanche napoleônica e a ideia de formar um império luso-brasileiro nos trópicos. O plano não deu certo, mas outro império se formou: o do Brasil.

Puxando pela memória

Você sabe qual é a diferença entre uma monarquia absolutista e uma monarquia constitucional?

Cronologia deste capítulo

Por conta da quantidade de informações, alguns anos se repetem na cronologia deste capítulo.

1 A fuga da Corte portuguesa

No início do século XIX, os planos de expansão do imperador francês Napoleão Bonaparte estavam em franco desenvolvimento. Em sua pretensão de conquistar a Europa, acabou desafiando a Grã-Bretanha. O exército napoleônico era imbatível, mas a supremacia da marinha britânica era incontestável. A França napoleônica decretou, então, o Bloqueio Continental, que consistia em impedir os navios ingleses de ancorar nas cidades portuárias europeias. A expressão “bloqueio continental” remete ao decreto de Napoleão Bonaparte, de 1806, que declarava estar a Inglaterra em “estado de bloqueio”, ou seja, que estava proibido o comércio com os ingleses. Napoleão, então, passou a forçar os outros reinos europeus a aderirem ao bloqueio.

Sobre Napoleão Bonaparte, ver capítulo 2.

Foi nesse contexto que o governo de Napoleão voltou seus olhos para o pequeno reino de Portugal, aliado à Grã-Bretanha havia mais de um século, que poderia abrir o caminho da França para a Ásia, a África e, principalmente, o Brasil, fonte principal das rendas portuguesas.

D. João exercia a regência de Portugal desde 1792, pois sua mãe, d. Maria I, abalada pela perda de um filho e do marido em um curto período de tempo, estava impossibilitada de reinar.

Apesar de pressionado pelos franceses, o príncipe regente d. João e seus conselheiros evitavam aderir ao Bloqueio Continental e se indispor com os ingleses. Chegaram a esboçar o fechamento dos portos lusitanos aos ingleses, no entanto voltaram atrás. D. João parecia vacilar, mas procurava ganhar tempo. Com isso, conseguia contornar as pressões da França, sem ferir diretamente a Inglaterra. Entretanto, essa era uma estratégia com dias contados.

A partir de julho de 1807, Napoleão ameaçou invadir o território português caso d. João não rompesse com a Inglaterra. Todos os meios diplomáticos de Portugal foram acionados para tentar demover os franceses dessa decisão, sem resultado. Nesse meio-tempo, o ministro inglês, lorde Strangford, auxiliado pelo português d. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, tentava convencer d. João a mudar a sede do reino para o Brasil.

Embarque da Família Real no cais de Belém, em novembro de 1807. Essa imagem retrata figurativamente o embarque da Corte portuguesa para o Brasil, no porto de Belém, em Lisboa. Observe a quantidade de pessoas amontoadas nos coches e os navios ao longe, à espera da partida. O embarque da família real se deu dois dias antes, mas uma tempestade reteve a frota até o dia 29. Pintura de Nicolas Louis Albert Delerive, de 1807-1818. Museu Nacional dos Coches, Lisboa, Portugal.

NICOLAS LOUIS ALBERT DELERIVE. EMBARQUE DE D. JOÃO, PRÍNCIPE REGENTE DE PORTUGAL, PARA O BRASIL, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1807. 1807-1818.

O objetivo imediato da mudança para o Brasil era fugir de Portugal para manter intacta a Coroa portuguesa. Mas o plano de alguns conselheiros era mais ambicioso: formar um imenso império luso-brasileiro no Atlântico, transferindo a sede do governo português para o Rio de Janeiro, capital do Vice-Reinado do Brasil.

Os preparativos para a viagem foram acelerados com a notícia de que o general francês Jean-Andoche Junot, à frente de um exército de 23 mil homens, estava prestes a invadir Lisboa, vindo da Espanha. A esquadra, levando boa parte da Corte portuguesa, partiu na manhã de 29 de novembro de 1807, escoltada por navios britânicos. Logo em seguida, as tropas francesas chegaram à cidade. Segundo relatos, o tão temido exército era bem menos numeroso e estava bastante enfraquecido, com soldados maltrapilhos, esfomeados e sem munição suficiente para conquistar o que quer que fosse.

Fique de olho!

- *Carlota Joaquina – Princesa do Brazil*. Direção: Carla Camurati. Brasil, 1994.

  Prometida a d. João VI aos 10 anos de idade, a princesa espanhola Carlota Joaquina se decepciona com o futuro marido, tendo início uma trajetória de brigas, infidelidades e muitos filhos.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO

A fuga da família real

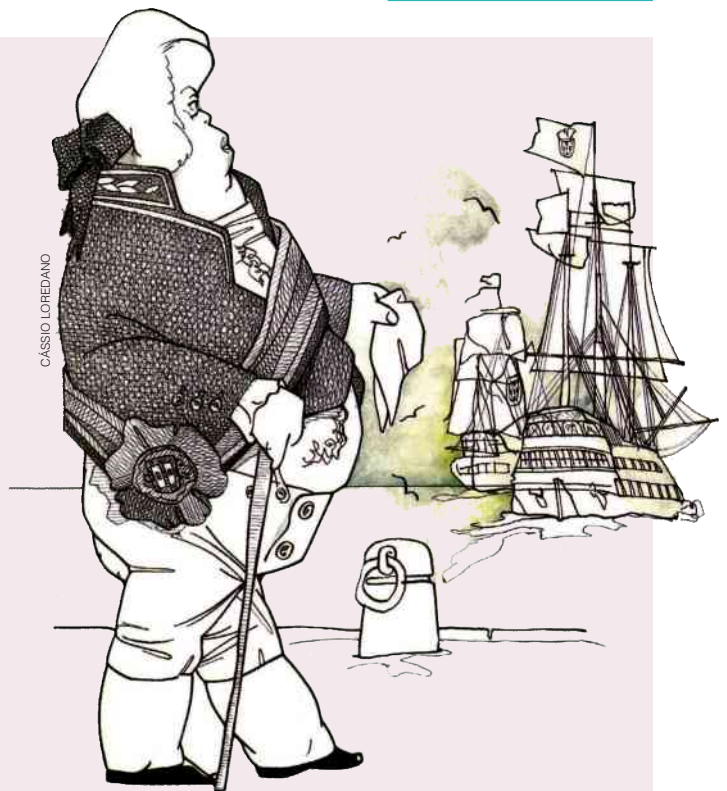
As crônicas sobre a saída da Corte portuguesa da Europa são contraditórias. Contam que na noite de 26 de novembro nobres esbaforidos teriam corrido rumo ao cais e alguns, na tentativa de alcançar a nado as embarcações, teriam morrido afogados. Consta que d. João seguiu para o cais disfarçado, tendo sido levado nos braços até a embarcação.

Hoje, os historiadores alegam que essa imagem está mais para o anedótico do que para a realidade, embora concordem que a situação não foi nem um pouco tranquila.

Saída confusa ou não, o certo é que não era uma viagem de indivíduos com seus pertences pessoais: era todo o aparato necessário para manter os negócios do governo e a dinastia de Bragança no poder que se transferia para o Brasil. Um observador da época afirmou:

"A desgraça, a desordem e o espanto existiam por toda a parte em Lisboa, quer em terra quer no mar (...). Copiosas e tristes algumas lágrimas derramaram-se por esta ocasião, uns choravam a separação de pais, maridos, filhos e mais pessoas queridas, outros a criticar posição da pátria invadida por exército inimigo e ao recordarem-se dos males que iriam sofrer ficando sem protetores e no meio dos terríveis franceses."

SCHWARCZ, Lilia Moritz. "O dia em que Portugal fugiu para o Brasil". *Revista de História da Biblioteca Nacional.* Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-dia-em-que-portugal-fugiu-para-o-brasil>. Acesso em: 11 jan. 2016.

CÁSSIO LOREDANO

Desde que a população portuguesa e demais reinos europeus tomaram conhecimento da partida da corte de d. João para o Brasil, os relatos em tom de ironia começaram a surgir. Já no Brasil, o monarca português teve diferentes avaliações: foi considerado, por alguns, uma boa alma, mas incapaz de governar, bonachão, comilão e indeciso; por outros, um excelente estadista, firme, bondoso e tolerante. A imagem popular que se cristalizou no decorrer do tempo foi a primeira, e se mantém, no senso comum, até os dias de hoje.

- Em grupo, façam um elenco de prós e contras da decisão política do governo em fugir de Portugal, considerando também a situação da população que ficou em Portugal.

No Brasil

Lembrar os estudantes de que, apesar de os metais preciosos de Minas Gerais terem escasseado, a exportação de ouro e diamantes se manteve por vários anos do século XIX. O mesmo acontecia com o pau-brasil.

D. João chegou a Salvador, na Bahia, em 22 de janeiro de 1808, onde permaneceu por um mês.

Na antiga capital da colônia, o príncipe assinou a Carta Régia que liberou os portos brasileiros às nações amigas. Com a ocupação francesa em Portugal, o governo tinha de providenciar com rapidez o acesso a sua principal fonte de receitas: os impostos alfandegários.

A Carta ordenava que todas as mercadorias fossem admitidas nas alfândegas do Brasil, transportadas ou não por navios portugueses, pagando o imposto de 24% sobre seu valor. Determinava, também, que tanto os súditos de Portugal como os estrangeiros poderiam exportar para qualquer porto os produtos do Brasil – com exceção do pau-brasil e do diamante –, pagando os impostos usuais.

Os comerciantes locais ficaram muito satisfeitos, pois se abriu a possibilidade de negociarem diretamente com outros mercados. Estavam preparados para o novo papel, pois praticavam rotineiramente, desde o século XVIII, o tráfico de escravos, em um comércio que envolvia várias praças mercantis do Brasil, da Ásia e da África.

Os grandes prejudicados foram os comerciantes de Portugal, que perderam a exclusividade na intermediação entre os mercados colonial e europeu.

A História no seu lugar

Em 2008, comemorou-se o bicentenário da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, fato que mudou os rumos da história da então colônia de Portugal. Pesquise na internet ou em arquivos de jornais se houve comemorações do bicentenário na cidade onde você vive. Você participou de alguma delas? Qual a repercussão, na sua cidade, dos 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil?

OUTRA DIMENSÃO COTIDIANO

Residências nobres

Quando da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, o vice-rei do Brasil, o conde dos Arcos, reservou seu palácio para moradia da família real e sede do governo. Mas d. João preferiu ter como domicílio a Quinta da Boa Vista, oferecida pelo negociante português de escravos Elias Antônio Lopes, em troca de inúmeros benefícios.

Muitos dos demais nobres requisitaram outras residências para o príncipe regente e foram atendidos. Era um privilégio da nobreza de Portugal tomar posse de moradias, mesmo que os proprietários as habitassem.

Na verdade, havia um sistema chamado de “aposentadoria”, que consistia em dar alojamento (aposento) a quem estivesse a serviço do rei ou o acompanhasse em alguma viagem. Era o caso dos funcionários reais e dos nobres que chegaram ao Rio e que solicitavam uma moradia ao príncipe regente.

Na casa em questão, colocava-se a sigla P. R. (príncipe regente), e os ocupantes eram obrigados a sair, mesmo sendo os proprietários da moradia. O proprietário não perdia o imóvel, que passava a ser alugado pelos novos moradores.

Quando uma residência era requisitada, a população ironizava, dizendo que a sigla representava “Ponha-se na rua” ou “prédio roubado”.

- O sistema de aposentadoria servia para que os funcionários da Coroa, a trabalho, pudessem ter acesso a uma habitação no local para onde foram enviados. Por que essa prática se tornou odiosa para a população do Rio de Janeiro?

Congresso de Viena. Brasil elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves.	Morre a rainha d. Maria I. Chega ao Brasil a Missão Francesa, liderada por Joachim Lebreton.
1815	1816

2 Inglaterra monitora o Brasil

Em troca da escolta à família real, os ingleses exigiram, entre outras medidas, acesso privilegiado ao mercado consumidor do Brasil. A abertura dos portos coloniais, em 1808, significou uma concessão aos britânicos, pois apenas eles podiam suprir o mercado colonial com bens industrializados. Por conta das invasões napoleônicas, os comerciantes da França e da Espanha estavam proibidos de entrar nesse negócio.

Como sempre, d. João, ouvindo ministros, foi cauteloso e custou a executar o combinado. Mais que isso, proibiu que a navegação costeira fosse feita por estrangeiros e diminuiu de 24% para 16% as tarifas alfandegárias pagas por comerciantes portugueses. Os ingleses, insatisfeitos, intensificaram a pressão sobre o governo português.

Em 1810, graças à influência do ministro conde de Linhares, defensor da aliança com a Inglaterra, d. João assinou dois tratados com os britânicos: o de Aliança e Amizade e o de Comércio e Navegação. O principal artigo estipulava o imposto de 15% sobre os produtos ingleses, menos do que os produtos portugueses, que continuavam taxados em 16%. Os demais países pagariam 24% de imposto. Um dos resultados desse tratado foi a entrada impressionante de comerciantes e de produtos ingleses no Brasil.

Fique de olho!

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *D. João Carioca*: a corte portuguesa no Brasil (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. História em quadrinhos que conta sobre a família real portuguesa, que teve de governar seu reino na colônia da América.

OUTRA DIMENSÃO **ECONOMIA**

O aprendizado dos ingleses

Após a abertura dos portos houve uma entrada espantosa de produtos ingleses, intensificada com os tratados de 1810. Só que, nesses primeiros tempos, os ingleses não conheciam bem o clima do Brasil nem o tipo de produto que aqui teria mercado. Assim, chegaram itens completamente inadequados, como patins de gelo e roupas de lã, selas, chicotes e rédeas muito caros, lustres de cristal e machadinhas de exploradores. Todas essas mercadorias ficaram empacadas na alfândega.

Com o tempo, os comerciantes ingleses passaram a selecionar artigos mais adequados, como tecidos de algodão, linho e lã, roupas prontas azuis ou pretas para os homens e vestidos para as mulheres, chapéus de pano, botas e sapatos, espelhos, latas, fósforos, vidros e artigos de bronze, ferro e chumbo. Com isso, eles influenciaram de forma significativa o jeito de ornamentar as casas e de vestir dos habitantes do Brasil, mais do que os prestigiados franceses.

- Os ingleses não influenciaram os costumes brasileiros somente pelas mercadorias que aqui vendiam. Também mudaram costumes por sua presença constante e modo de vida diferente do dos habitantes das grandes cidades do Brasil. Pesquise sobre outros aspectos da influência inglesa nos hábitos dos habitantes do Brasil.

PIANOS INGLEZES

Legitimos afiançados e por preços commodos.

61. RUA DOS OURIVES 61.

ATTENÇÃO.

PIANOS DE ERARD

INCONTESTAVELMENTE RECONHECIDOS OS PRIMEIROS PIANOS DO MUNDO.

UNICO DEPOSITO LEGITIMO

PIANOS INGLEZES

Os pianos inglezes são os que mais resistem ao variavel clima do Brazil.

IN: JORNAL DO COMMÉRCIO, SETEMBRO DE 1851.

Nas casas dos proprietários mais abastados, rurais ou urbanas, não podia faltar o piano, importado da Inglaterra ou da França. Representava sinal de prestígio e educação as mulheres saberem tocar e cantar lendo partituras. A imagem mostra a propaganda de pianos ingleses, em meados do século XIX, que rivalizavam com os franceses. *Jornal do Commércio*, setembro de 1851. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Novos rumos

Com a derrota definitiva de Napoleão, em 1815, o governo de d. João restabeleceu relações diplomáticas com a França e os demais reinos até então ocupados pelos exércitos napoleônicos.

Com a intenção de ampliar as relações externas portuguesas, providenciou-se o casamento do príncipe d. Pedro com a princesa da Áustria, d. Leopoldina, irmã da segunda esposa de Napoleão Bonaparte. Outra medida importante foi a elevação da colônia à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, por sugestão do ministro francês Talleyrand. Com isso, o Rio de Janeiro passou a ser reconhecido como sede da monarquia lusa, garantindo a participação portuguesa no Congresso de Viena. Esse ato parecia demonstrar que d. João pretendia manter definitivamente a Corte no Rio de Janeiro.

Sobre o Congresso de Viena, ver capítulo 2.

JEAN-BAPTISTE DEBRET. D. PEDRO I E D. LEOPOLDINA. C.1818.

D. Pedro e d. Leopoldina, imperadores do Brasil. Casaram-se por procuração, em 1817, sem nunca se terem visto. D. Leopoldina chegou ao Brasil junto com a "missão francesa", formada por naturalistas, desenhistas e pintores. Sua irmã, Maria Luiza, era a segunda esposa de Napoleão Bonaparte. As duas mantiveram correspondência constante, e grande parte das cartas indicava o amor que Leopoldina tinha pelo marido e o sofrimento que ele lhe causava com seus casos amorosos. Dois de seus filhos morreram ainda crianças; ficaram duas filhas e Pedro, futuro d. Pedro II, imperador do Brasil. Aquarela de Jean-Baptiste Debret, de cerca de 1818. Museus Castro Maya, Rio de Janeiro.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO

Os testemunhos dos viajantes

Com a abertura dos portos, a chegada de estrangeiros ao Brasil tornou-se mais frequente. Alguns viajantes deixaram registros demonstrando a primeira impressão que tiveram do Brasil quando desembarcaram, como ocorreu com o escocês George Gardner, em 1836:

Sendo o aspecto do país e a natureza da vegetação tão diferentes dos da minha velha pátria, mais estranhos eram ainda os seres humanos que ao desembarcar me apareceram. [...] Negros são os transeuntes que passam pelas ruas longas e estreitas, seminus muitos deles, suando sob pesados fardos [...]. Raramente se vê um rosto branco.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.* Itatiaia: Belo Horizonte, 1975. p. 20.

- Pesquise sobre os personagens e as atividades realizadas nos espaços públicos urbanos das grandes cidades do Brasil na época e avalie se o viajante tinha razão sobre a impressão que registrou.

3 Reino tropical: período joanino

Comentar com os estudantes que, até a chegada da família real, eram proibidas no Brasil as escolas de nível superior, tipografias e a imprensa.

Além da abertura dos portos às nações amigas, outras medidas importantes foram tomadas pelo governo de d. João, como a suspensão da proibição de manufaturas estabelecida por d. Maria I, em 1785.

No governo “joanino”, criou-se o primeiro Banco do Brasil, fundou-se o Jardim Botânico, organizou-se a Academia Militar, a Escola de Belas-Artes e a Biblioteca Real (futura Biblioteca Nacional), com cerca de 60 mil obras vindas de Portugal. Instalou-se também o primeiro curso superior do Brasil: a Escola de Cirurgia da Bahia. Várias instituições foram transferidas de Lisboa para o Rio de Janeiro. Liberou-se a tipografia, antes proibida, permitindo que se criassem jornais e se editassem livros. A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro jornal a ser editado no Brasil, em setembro de 1808. Depois dele, apareceram outros, como o *Jornal do Commércio*, publicado até os dias de hoje.

Por influência do conde da Barca, adepto da aproximação com a França, um grupo de artistas foi convidado para vir ao Brasil divulgar os aspectos louváveis da cultura francesa, na época considerada o ideal de civilização.

Em abril de 1816, chegou ao Rio de Janeiro o que se convencionou chamar de missão artística francesa, liderada por Joachim Lebreton, os irmãos Taunay (um pintor e o outro escultor), o arquiteto Grandjean de Montigny e o famoso pintor Jean-Baptiste Debret. Todos haviam servido ao governo de Napoleão e caíram em desgraça após a derrota do imperador e a Restauração dos Bourbons ao trono francês.

O termo “missão”, utilizado para denominar os artistas europeus que vieram para o Brasil nas primeiras décadas do século XIX, foi utilizado pelo historiador Afonso D’Escragnolle Taunay no livro *A Missão Artística de 1816*. O autor considerava que, antes da chegada dos artistas estrangeiros, as artes plásticas eram inexistentes no Brasil, daí o termo “missão” (no sentido de ensino ocidental, de civilização), para designar os grupos de artistas que criaram a Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro. O professor pode propor uma discussão sobre o assunto, citando obras como as de Aleijadinho, Mestre Ataíde e Mestre Valentim, sem mencionar as inúmeras obras anônimas feitas durante o período colonial e que se encontram em igrejas, praças e outros locais.

Mas não vieram só franceses. Naturalistas de várias partes do mundo estiveram no Brasil para estudar suas exuberantes flora e fauna, destacando-se o príncipe prussiano Maximilian von Wied-Neuwied, o francês Auguste de Saint-Hilaire, o barão Georg Heinrich von Langsdorff, Karl Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix.

O pintor austríaco Thomas Ender veio na comitiva da princesa Leopoldina e, junto com os naturalistas Martius e Spix, compôs a missão austríaca.

Outros estrangeiros deixaram abundantes registros sobre o Brasil, como o português de origem inglesa Henry Koster, que se tornou senhor de engenho em Pernambuco, o comerciante inglês John Luccock e o comerciante francês Louis-François de Tollenare.

Os relatos das viagens e o material iconográfico deixados por eles são, até hoje, valiosíssimos para o conhecimento do Brasil desse período.

No campo militar, o governo português mandou invadir a Guiana Francesa, em 1809, em retaliação à invasão napoleônica do reino, e conquistar a Cisplatina, futuro Uruguai, em represália à conquista de Olivença, no reino, pelos espanhóis. Não foi pouco!

AUTORIA DESCONHECIDA, 1906.

Fachada de uma fábrica de tecidos no bairro de Bangu, no Rio de Janeiro. Ela foi construída em 1889 com estilo arquitetônico inglês. Essa fotografia está localizada na Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

D. João VI retorna a Lisboa, deixando d. Pedro no Brasil, como príncipe regente.

1821

Em 3 de junho, d. Pedro convoca eleições provinciais para eleger deputados para uma Assembleia Constituinte no Brasil.

1822

4 Fracasso da outra independência: Pernambuco

Os pernambucanos tinham uma tradição de luta que vinha desde a invasão holandesa (século XVII) e da Guerra dos Mascates (início do XVIII). A capitania de Pernambuco, açucareira, contava com famílias tradicionais de grandes senhores de escravos e comerciantes ricos. A intensa atividade econômica tornava-a uma das capitanias que mais sofriam com os impostos da Coroa.

A instalação da Corte portuguesa na América trouxe para a população mais pobre a esperança de um período de prosperidade. Ao contrário disso, a necessidade de aumentar os impostos para implantar a Corte no Rio de Janeiro provocou descontentamento ainda maior em todos os segmentos da população. O quadro se agravou com a seca de 1816, que afetou a economia açucareira e a produção de alimentos.

O incidente que provocou o início da chamada Revolução Pernambucana foi a prisão, em 1817, de um grupo de militares que o governador julgou suspeito de sedição. Ao executar a ordem do governador, um dos militares matou seu comandante, provocando um motim que se espalhou pelas ruas de Recife, com ataques às autoridades portuguesas. O governador negociou sua retirada para o Rio de Janeiro, sem tentar conter os revoltosos.

Sedição ▸ revolta contra um sistema estabelecido.

Vendo-se senhores da situação, os amotinados constituíram um governo provisório, nos territórios que hoje pertencem aos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, criando uma república com o intuito de elaborar uma constituição. Chegaram a buscar apoio em Washington e Londres, solicitando, sem sucesso, o reconhecimento da separação de Portugal e do governo sediado no Rio de Janeiro.

As lideranças do movimento, entretanto, dividiram-se quanto ao projeto de abolição da escravidão. Enfraquecidos pelo não reconhecimento externo da independência e pela divisão interna, os rebeldes não resistiram ao bloqueio marítimo e às tropas enviadas da Bahia. Em 19 de abril, Recife foi retomada, seguindo-se uma intensa perseguição aos amotinados. Vários líderes foram executados e mais de 250 pessoas foram enviadas às prisões da Bahia, até a anistia aprovada pelas Cortes portuguesas, em 1821.

Fique de olho!

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Revolução Pernambucana de 1817*. São Paulo: Ática, 2004. (Coleção Guerras e Revoluções Brasileiras). A análise do historiador Manuel Correia de Andrade sobre essa significativa revolta colonial.

JOHANN MORITZ RUGENDAS, THIERRY FRÈRES, SUCC. DE ENGELMANN E C. (LITOGR.). JUNTA DE PERNAMBUCO. SÉCULO XIX.

Gravura de Johann M. Rugendas retratando uma reunião em Pernambuco, provavelmente similar a muitas que aconteceram durante a Revolução Pernambucana de 1817. Coleção particular.

5 Independência monárquica

A vinda da Corte portuguesa para o Brasil estava de acordo com o projeto de vários políticos e intelectuais de formar um império luso-brasileiro com sede no Rio de Janeiro. Mas o período joanino não foi nada tranquilo, com muitas guerras e conflitos, como a invasão da Guiana Francesa (1809) e da Banda Oriental do rio da Prata (1816) e o movimento separatista em Pernambuco (1817).

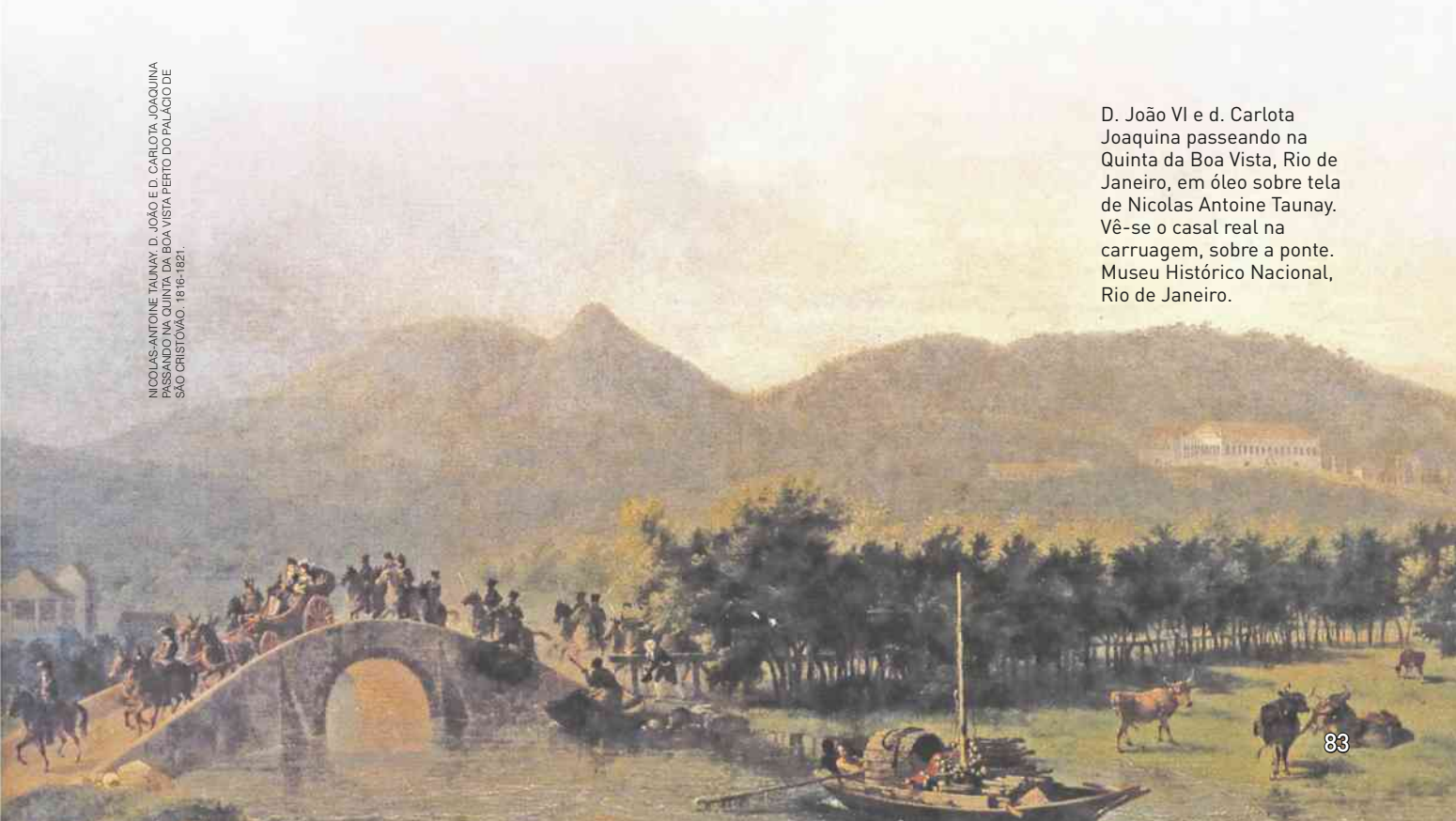
Em Portugal, sobravam problemas com a permanência da Corte no Rio de Janeiro. Na cidade do Porto, em 1818, comerciantes, magistrados e militares criaram uma sociedade secreta, o Sinédrio, para discutir as ideias liberais e contestar o regime absolutista dos Bragança e a presença militar inglesa, comandada pelo marechal Beresford, titulado Lorde Protetor de Portugal. Em 1820, o grupo iniciou uma insurreição, conhecida como Vintismo ou Revolução Constitucionalista do Porto, que acabou por tomar as ruas e se estender pelo restante de Portugal, incluindo Lisboa.

Vitoriosos, os rebelados criaram juntas governativas e iniciaram os preparativos para elaborar uma Constituição que colocasse limites ao poder real. Eleições para uma constituinte foram convocadas e realizadas em Portugal e no Brasil. Em 1821, reuniram-se as Cortes portuguesas, formadas por deputados eleitos no reino e nas províncias ultramarinas, que transformaram o reino numa monarquia constitucional.

D. João VI e seus conselheiros oscilavam entre duas possibilidades: voltar a Portugal com a Corte e aceitar a Constituição, mantendo-se rei, ou permanecer no Brasil sob o risco de ser destronado em Portugal.

D. João decidiu retornar a Lisboa, o que fez em 26 de abril de 1821, deixando no Brasil seu filho mais velho e herdeiro, d. Pedro, como príncipe regente. A permanência de d. Pedro tinha como objetivo criar na antiga colônia uma autoridade central para controlar as províncias, evitando a fragmentação do território.

NICOLAS-ANTOINE TAUNAY. D. JOÃO E D. CARLOTA JOAQUINA PASSANDO NA QUINTA DA BOA VISTA PERTO DO PALÁCIO DE SÃO CRISTÓVÃO. 1816-1821.

D. João VI e d. Carlota Joaquina passeando na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, em óleo sobre tela de Nicolas Antoine Taunay. Vê-se o casal real na carruagem, sobre a ponte. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

As Cortes de Lisboa

Em Portugal, as Cortes de Lisboa tenderam a tratar cada província do Brasil como uma unidade autônoma, de modo a diminuir o poder centralizador que d. Pedro tentava impor. Desgastado financeiramente, já que a Corte de d. João levara para Portugal todas as reservas dos cofres, d. Pedro chegou a solicitar a d. João, em carta, dispensa "deste emprego".

Lembrar a frase atribuída a d. Pedro, que passou a integrar o folclore político brasileiro: "Se é para o bem do povo e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico".

Nesse meio-tempo, começaram as pressões das Cortes portuguesas e do próprio d. João VI para que o príncipe regente também voltasse a Portugal. Após receber uma representação de mais de 8 mil assinaturas de pessoas do Rio de Janeiro, ele decidiu, em 9 de janeiro de 1822, permanecer na América, mantendo vivo o projeto do Brasil como Reino Unido a Portugal. O episódio acabou conhecido como o Dia do Fico.

Os integrantes das Cortes portuguesas, ao mesmo tempo que defendiam uma monarquia constitucional para Portugal, inspirada no liberalismo, pensavam em rebaixar o Brasil à condição que possuía antes de 1815: colônia. Foi nessa altura que, como reação às tentativas de recolonização, começou a ganhar corpo entre as elites brasileiras a proposta de independência. O primeiro a defender a ideia publicamente foi Joaquim Gonçalves Ledo, no jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, em 30 de abril. O clima ficou cada vez mais favorável à ruptura, com a circulação de panfletos e jornais em defesa da emancipação.

Fique de olho!

- CAMPOS, Raymundo. *Viagem ao nascimento de uma nação*. O diário de Maria Graham. São Paulo: Atual, 2001. (Coleção O Olhar Estrangeiro). Relato da inglesa Maria Graham em viagem feita ao Brasil na década de 1820.

Enquanto isso, d. Pedro escolhia um novo ministério, liderado por José Bonifácio de Andrada e Silva, natural da cidade de Santos, em São Paulo. Ele tornou-se o principal conselheiro do príncipe e, por isso, ficou conhecido como o Patriarca da Independência, embora sua posição tenha sido antes de tudo cautelosa. Em 3 de junho de 1822, d. Pedro convocou eleições provinciais para compor uma Assembleia Constituinte para o Brasil, demonstrando que estava disposto a enfrentar Lisboa.

O ato que marcou o rompimento definitivo com Portugal foi, porém, o decreto assinado por d. Pedro em agosto, definindo como inimigas todas as tropas enviadas de Lisboa sem o seu consentimento. Em 7 de setembro de 1822, d. Pedro proclamou a independência no famoso Grito do Ipiranga. O Brasil manteve a sua integridade territorial e passou a ser uma das únicas monarquias da América de vida longa.

O México tentou, em duas ocasiões, adotar o regime da monarquia constitucional, entre 1822 e 1823 e entre 1864 e 1867, mas sem sucesso.

Panorama da cidade de São Paulo em aquarela de Arnaud Julien Pallière, 1821-1822. Coleção particular.

ARNAUD JULIEN PALLIÈRE. PANORAMA DA CIDADE DE SÃO PAULO, VISTO DO RIO TAMANDUATEÍ. C.1821-1822.

CONVERSA DE HISTORIADOR

O Grito do Ipiranga

Em agosto de 1822, d. Pedro estava em viagem política pela província de São Paulo quando chegou ao Rio de Janeiro um navio com documentos das Cortes de Lisboa que limitavam o poder e a autoridade do príncipe regente. Tais informações foram enviadas a d. Pedro junto com cartas de d. Leopoldina, dos conselheiros e de José Bonifácio, todas insistindo na separação imediata de Portugal. A de José Bonifácio dizia: "Senhor, o dado está lançado: de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores". Decidindo-se, d. Pedro teria dado o brado de "Independência ou morte!". O dia era 7 de setembro, e o lugar, as margens do rio Ipiranga.

O evento não teve grande repercussão, nem mesmo quando, no dia 20 do mesmo mês, o periódico *O Espelho* publicou um artigo referindo-se ao grito de "Independência ou morte" como "o grito acorde de todos os brasileiros", apresentando os motivos que justificavam o rompimento com Portugal: "os decretos injustos e cruéis" de uma facção arrogante, que prevaleceu nas Cortes de Lisboa e que sacrificou a união de dois hemisférios à sua ambição, ao atropelar os "direitos inauferíveis do cidadão".

Para os historiadores, dois fatores explicam a pouca importância dada ao 7 de setembro: o fato de a Independência já estar consumada desde a convocação, em 3 de junho, de uma Assembleia Constituinte e por terem sido declaradas inimigas as tropas enviadas por Portugal (decreto de agosto). A transformação do 7 de setembro em data comemorativa oficial da Independência do Brasil só aconteceu bem depois. Havia outras datas mais apropriadas para comemorar o Império, de acordo com o governo, como a da aclamação de d. Pedro I, em 12 de outubro de 1822, a da coroação, em 10 de dezembro do mesmo ano, e a da outorga da primeira Constituição, em 25 de março de 1824.

- Em grupo, façam uma lista dos acontecimentos que marcaram, segundo a opinião de vocês, o processo de separação entre Brasil e Portugal.

Independência ou morte, interpretação romântica do episódio do Grito do Ipiranga feita pelo pintor Pedro Américo (1843-1905). A pintura foi realizada muito tempo depois, em 1888, encomendada pelo governo do Brasil. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEDRO AMÉRICO. INDEPENDÊNCIA OU MORTE!. 1888.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

A Proclamação da Independência

A obra foi uma encomenda do governo de d. Pedro II ao pintor francês François-René Moreaux, concluída em 1844. Moreaux, nascido na França em 1807, chegou ao Brasil somente em 1838. Portanto, ele não foi testemunha do processo de independência.

Leia, a seguir, um texto da antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz sobre as perspectivas de Moreaux ao desembarcar no Brasil.

A trajetória de Moreaux seria semelhante à de outros pintores franceses que, a exemplo da colônia de artistas que chegou ao Brasil em 1816, viram nesse país tropical a oportunidade de "fazer a América" e conseguir algum dinheiro, mas também de ampliar perspectivas e paisagens. O país tinha fama de ser um paraíso natural, e de, por conta do sistema monárquico, guardar certa calma, sobretudo diante da "anarquia" reinante entre os vizinhos latino-americanos. Por outro lado, a posição de "pintor da Corte" era conhecida e estimada. Não poucos estrangeiros engalfinharam-se para conseguir tal honraria e distinção, mesmo nessa monarquia tropical. [...]

A tela de Moreaux representa o exato momento em que o príncipe d. Pedro I proclama a Independência do Brasil. Tal qual uma estátua equestre, imóvel no gesto que procura dar imortalidade ao acontecimento datado, o futuro imperador, com a mão direita erguida, segura e agita o seu chapéu bicorne. O artista joga luz em D. Pedro e em seu cavalo, elevando ligeiramente a real figura, com o objetivo de destacá-la das demais. Ao fundo estariam os bosques que margeiam o rio Ipiranga. No entanto, a obra deve muito mais à imaginação do que à realidade. Era fato que as pinturas acadêmicas deveriam inspirar moralmente mais do que pretender retratar a realidade objetivamente. [...]

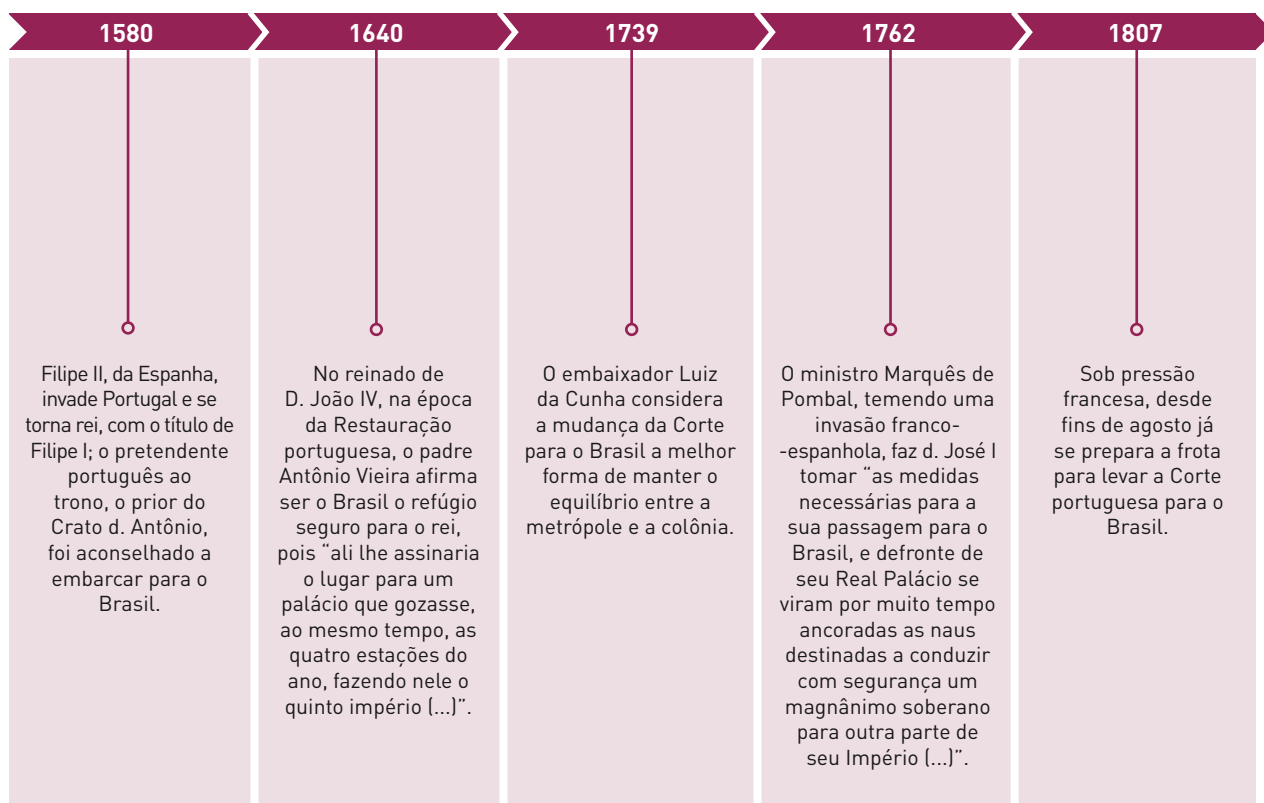
SCHWARCZ, Lilia. Reino da imaginação. *Revista Brasileira de História*, 2009. Disponível em: <http://revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/reino-da-imaginacao>. Acesso em: 5 jan. 2016.

FRANÇOIS-RENÉ MOREAUX. A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA, 1844. MUSEU IMPERIAL, PETRÓPOLIS.

- Observe a pintura, descreva os elementos representados nela e responda: é possível dizer que François Moreaux recorreu a uma paisagem brasileira para representar a Proclamação da Independência?

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. Observe a linha do tempo a seguir e responda à pergunta.

Com base nas informações da linha do tempo acima, é possível dizer que a decisão de transferir a família real para o Brasil foi impensada, tomada de última hora em uma fuga desordenada? Justifique sua resposta.

2. Qual foi a primeira medida econômica tomada pelo príncipe regente d. João ao chegar ao Brasil? Qual era o objetivo dessa medida?

3. Por que é comum afirmar que o Brasil deixou de ser colônia de Portugal para se tornar "colônia" da Inglaterra?

4. O movimento ocorrido em Pernambuco, em 1817, foi uma tentativa regional separatista fracassada, sendo considerada pelos políticos conservadores uma **anarquia**. Explique.

5. Maria Graham, viajante inglesa que esteve no Brasil em 1821, assim descreveu o comércio do Rio de Janeiro:

As ruas estão, em geral, repletas de mercadorias inglesas. A cada porta as palavras Superfino de Londres saltam aos olhos: algodão estampado, panos largos, louça de barro, mas, acima de tudo, ferragens de Birmingham, podem-se obter um pouco mais caro do que em nossa terra nas lojas do Brasil (...).

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/diario-de-uma-viagem-ao-brasil-e-de-uma-estada-nesse-pais-durante-parte-dos-anos-de-1821-1822-e-1823/pagina/211>. Acesso em: 11 jan. 2016.

a) Que motivos podem ser apontados para a predominância de artigos ingleses?

b) Por que se pode considerar correta a afirmação de que as ferragens de Birmingham teriam um preço um pouco maior do que na própria Inglaterra?

6. Os franceses invadiram Portugal com a intenção de forçar o reino a aderir ao Bloqueio Continental. Mas havia outras vantagens: ao ocupar Portugal, a França poderia abrir caminho para o comércio com a Ásia, a África e principalmente a América. O que fazia os franceses terem a expectativa de se inserir nesse comércio?

Reflexões

Quantas independências?

A interpretação sobre a independência do Brasil provocou e ainda provoca muitas divergências.

Alguns historiadores interpretam a Revolução Pernambucana de 1817 como um dos marcos principais do processo de independência do Brasil. Outros, porém, afirmam que esse movimento não teve relação com a conquista da autonomia brasileira, pois seu projeto era republicano e visava à separação de algumas províncias do atual Nordeste do Brasil.

A Revolução de 1817 seria uma "outra independência", nas palavras do historiador Evaldo Cabral de Mello, sufocada pelo projeto centralista de d. João e continuada por seu filho, d. Pedro. Mas deixou clara a insatisfação com o papel de metrópole assumido pelo Rio de Janeiro, com a presença da Corte.

Do ponto de vista econômico, alguns pesquisadores defendem que a separação ocorreu de fato em 1808, com o fim do monopólio comercial por meio da abertura dos portos ao comércio internacional.

Outros, com interpretações mais políticas, indicam o 7 de setembro de 1822, embora nenhuma medida formal tenha sido tomada nessa data — tratou-se de um ato simbólico! Depois da Guerra do Paraguai, jornais republicanos argumentavam que a independência comemorada no 7 de Setembro não fez mais do que manter os brasileiros sob o "odioso poderio da família bragantina".

1. No que se refere à independência do Brasil, identifique as duas interpretações sobre o movimento pernambucano de 1817.
2. Tome posição nesse debate, expressando e justificando a sua opinião.

Vamos testar?

1. (Enem-2014)

A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem

a) incentivado o clamor popular por liberdade.
b) enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
c) motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.
d) obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
e) provocado os movimentos separatistas das províncias.

2. (Enem-2010)

Em 2008 foram comemorados os 200 anos da mudança da família real portuguesa para o Brasil

Brasil, onde foi instalada a sede do reino. Uma sequência de eventos importantes ocorreu no período 1808-1821, durante os 13 anos em que D. João VI e a família real portuguesa permaneceram no Brasil. Entre esses eventos, destacam-se os seguintes:

- *Bahia – 1808: Parada do navio que trazia a família real portuguesa para o Brasil, sob a proteção da marinha britânica, fugindo de um possível ataque de Napoleão.*
- *Rio de Janeiro – 1808: desembarque da família real portuguesa na cidade onde residiriam durante sua permanência no Brasil.*
- *Salvador – 1810: D. João VI assina a carta régia de abertura dos portos ao comércio de todas as nações amigas, ato antecipadamente negociado com a Inglaterra em troca da escolta dada à esquadra portuguesa.*

- *Rio de Janeiro – 1816: D. João VI torna-se rei do Brasil e de Portugal, devido à morte de sua mãe, D. Maria I.*
- *Pernambuco – 1817: As tropas de D. João VI sufocam a revolução republicana.*

GOMES, L. *1808*: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2007 (adaptado pela instituição).

Uma das consequências desses eventos foi:

a) a decadência do império britânico, em razão do contrabando de produtos ingleses através dos portos brasileiros.

b) o fim do comércio de escravos no Brasil, porque a Inglaterra decretara, em 1806, a proibição do tráfico de escravos em seus domínios.

c) a conquista da região do rio da Prata em represália à aliança entre a Espanha e a França de Napoleão.

d) a abertura de estradas, que permitiu o rompimento do isolamento que vigorava entre as províncias do país, o que dificultava a comunicação antes de 1808.

e) o grande desenvolvimento econômico de Portugal após a vinda de D. João VI para o Brasil, uma vez que cessaram as despesas de manutenção do rei e de sua família.

3. (Mackenzie/SP-2006)

As três proposições seguintes referem-se ao Período Joanino (1808-1821) da história brasileira.

I. A Abertura dos Portos coloniais, ao extinguir o "exclusivo comercial", beneficiou internamente os proprietários rurais, cuja produção (como a de açúcar e algodão) destinava-se em geral à exportação.

II. Os tratados assinados pela Coroa Portuguesa com a Inglaterra, em 1810, acabaram por dar aos comerciantes ingleses um maior controle sobre o comércio brasileiro, em parte graças à menor taxação sobre mercadorias daquele país exportadas para o Brasil.

III. A Revolução Pernambucana de 1817, de forte caráter antilusitano, manifestou a insatisfação de diversas camadas da sociedade pernambucana em relação à situação da capitania após a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil.

Indique:

a) se apenas I é correta.

b) se apenas II é correta.

c) se apenas I e II são corretas.

d) se apenas I e III são corretas.

e) se I, II e III são corretas.

Conexões História e Sociologia

Quem era brasileiro em 1822?

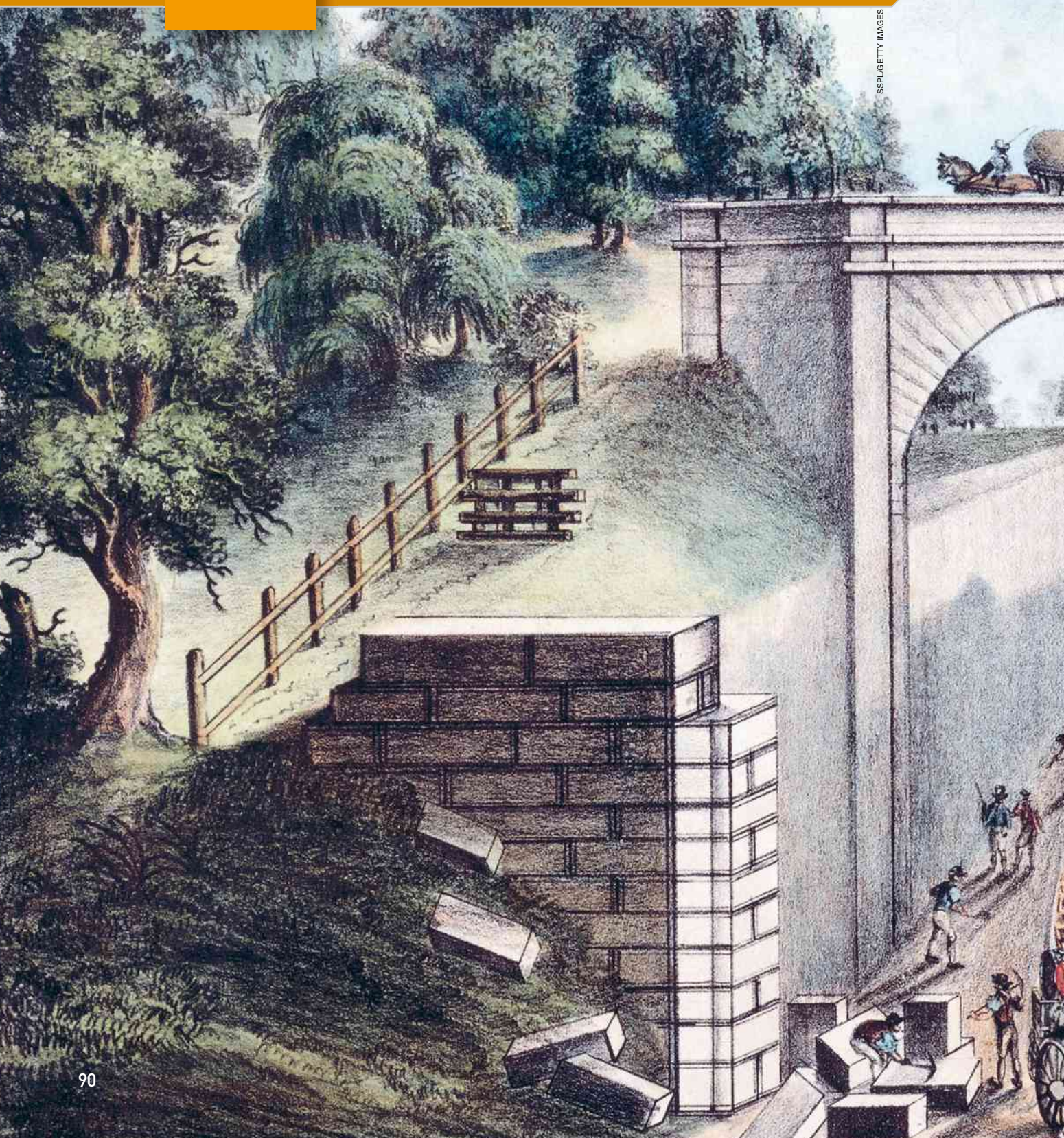
O texto a seguir é trecho de um artigo divulgado em um periódico radical, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, de Joaquim Gonçalves Ledo, líder do grupo brasiliense. Foi publicado no dia 3 de setembro de 1822.

Ainda nenhum brasileiro disse: eu não quero constituição; nenhum exclamou também: separemo-nos da Mãe Pátria; mas o capricho de alguns deputados nas Cortes de Lisboa tem-nos grandemente aproximado de um termo, em que os brasileiros todos gritaremos unânimes: temos pátria, temos constituição, temos rei e bastante denodo para defendermos a nossa liberdade, para conservarmos as nossas leis e a nossa política gloriosa de representação nacional.

LEDO, J. G. *Revérbero Constitucional Fluminense*, n. 15, Rio de Janeiro, 3 set. 1822. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. A "guerra de penas": os impressos políticos e a independência do Brasil. *Revista Tempo*, Niterói: 7Letras, n. 8, ago. 1999, p. 10.

- Sobre o texto, responda:
  a) Como o artigo se posiciona em relação à separação de Portugal?
  b) O que significam as expressões: "eu não quero constituição" e "separemo-nos da Mãe Pátria"?
  c) No dicionário da língua portuguesa de Antônio Moraes e Silva, publicado em 1789, o autor assim define **pátria**: "a terra donde alguém é natural". Ou seja, ele resume pátria ao lugar, à terra de nascimento. Realmente, pátria (*patra*, *patris*) significa, em latim, "terra dos pais". Mas que terra é essa? Uma localidade, uma aldeia, uma cidade ou um Estado/país? Podemos considerar que o termo "pátria" varia conforme o período histórico? Segundo interpretação sociológica, como você definiria o conceito de pátria nos dias de hoje?

Unidade 2

No tempo da indústria

SSPL/GETTY IMAGES

As ferrovias construídas com mão de obra masculina e adulta se espalharam por grande parte do mundo no século XIX. A imagem é da construção da ferrovia entre as cidades inglesas de Liverpool e Manchester, inaugurada em 1830, a primeira a transportar também passageiros, além de mercadorias. Gravura de William Smoult. Coleção particular.

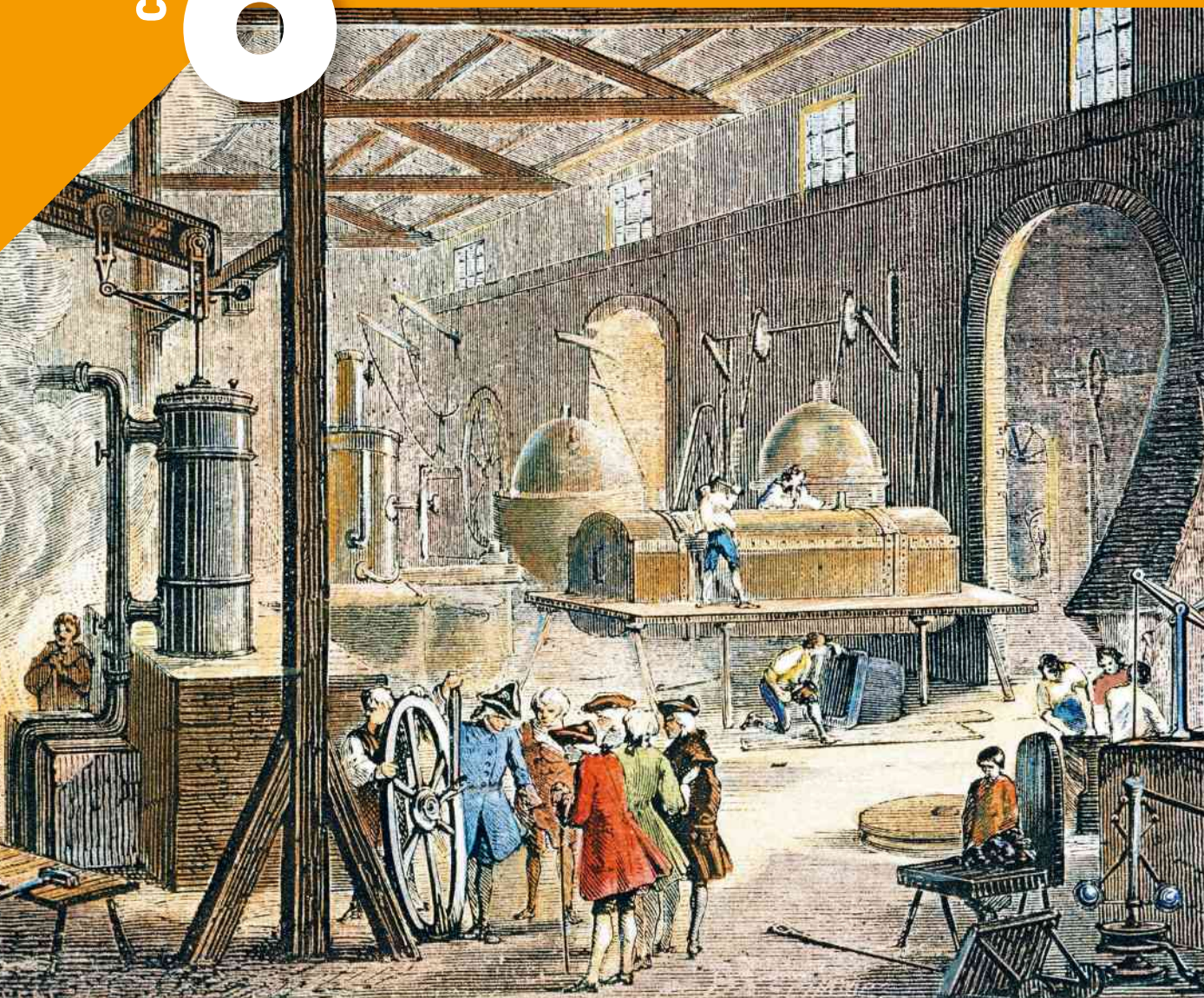
NESTA UNIDADE

- Revolução Industrial
- Expansão do capitalismo
- Unificações da Itália e da Alemanha
- A organização dos operários
- Ideias socialistas
- O nacionalismo na Europa

"[...] a Revolução Industrial criou o mundo mais feio no qual o homem jamais vivera, como testemunhavam as lúgubres, fétidas e enevoadas vielas dos bairros baixos de Manchester [centro industrial da Inglaterra]? [...] Ninguém podia negar que havia uma pobreza espantosa. Muitos sustentavam que estava mesmo aumentando e se aprofundando. E ainda assim, pelos eternos critérios que medem os triunfos da indústria e da ciência, poderia até mesmo o mais lúgubre dos observadores racionalistas sustentar que, em termos materiais, o mundo estava em condições piores do que em qualquer época anterior [...]? Não poderia."

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções*: (1789-1848). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 322-323.

Capítulo 6

O capitalismo industrial

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Na imagem, a fábrica de James Watt e seu sócio, Matthew Boulton, na cidade de Birmingham, centro da Inglaterra. A fábrica produzia motores a vapor no final do século XVIII. Gravura francesa do século XIX. Coleção particular.

Puxando pela memória

A Revolução Industrial fez duas classes ou grupos sociais se tornarem os principais protagonistas da História no mundo ocidental, substituindo os nobres e os camponeses. Quais foram esses grupos?

Quando a indústria têxtil, tanto a de lã quanto a de algodão, utilizou a força motriz do vapor para impulsionar as suas recém-criadas máquinas, nas últimas décadas do século XVIII, houve um impressionante crescimento na produção de tecidos. Foi uma revolução. Depois, essa energia foi utilizada nas locomotivas, já no início do século XIX, puxando vagões de carga e, com o tempo, vagões para passageiros. Em seguida, o vapor passou também a impulsionar navios. Foi uma outra revolução, a dos transportes. E todas essas transformações começaram na Inglaterra.

Neste capítulo, vamos analisar o processo de transição do mundo ocidental em direção ao capitalismo, ocorrido a partir do fim do século XVIII, que teve como pioneira a Inglaterra e sua Revolução Industrial.

1 O conceito de Revolução Industrial

Ficaram conhecidas como Revolução Industrial as transformações econômicas ocorridas na Grã-Bretanha a partir das últimas décadas do século XVIII, tempo em que a máquina a vapor passou a ser sistematicamente utilizada na produção de mercadorias, em especial na fabricação de tecidos, na mineração e na metalurgia.

Tais transformações levaram à implantação da indústria contemporânea. Criaram-se, ainda, novos mercados consumidores, muitos pela força das armas. Afinal, à medida que se industrializavam, os países precisavam ampliar mercados em várias partes do mundo.

Essas mudanças não foram rápidas: ocorriam desde o início da Época Moderna, com a expansão marítima, que colocou em contato regiões muito distantes.

Mas foi na segunda metade do século XVIII e no início do XIX que as mudanças se aceleraram, configurando a Revolução Industrial.

Alguns historiadores distinguem, na verdade, dois momentos da Revolução Industrial:

- Primeira Revolução Industrial, compreendida entre fins do século XVIII e a década de 1830. O foco foi a renovação do sistema fabril ligado à produção de tecidos de algodão;
- Segunda Revolução Industrial, cujo apogeu ocorreu a partir de 1850 e é caracterizada pelo avanço da metalurgia, sobretudo da indústria do ferro, e pela construção de ferrovias.

CONVERSA DE HISTORIADOR

Quando a Inglaterra virou Grã-Bretanha?

É comum os livros de História tratarem os termos "inglês" e "britânico" como sinônimos. Se isso não chega a ser errado, com certeza é inexato.

A Inglaterra, na verdade, é o principal país da Grã-Bretanha, mas não o único.

A unificação da Grã-Bretanha deu seu primeiro passo ainda no século XVI, quando o rei Henrique VIII anexou o País de Gales à Coroa inglesa. Embora a dinastia Stuart tenha reinado na Inglaterra e na Escócia durante o século XVII, os reinos permaneceram separados.

A Grã-Bretanha propriamente dita somente surgiu após a Revolução Gloriosa, ocorrida em 1688. Em 1707, o Ato de União reuniu os parlamentos da Inglaterra e da Escócia. Um novo Ato de União, firmado em 1800, incluiu a Irlanda, e assim, no século XIX, surgiu o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, tendo Londres como sede da monarquia. Ainda assim, Escócia e Irlanda mantiveram elevado grau de autonomia.

Com a independência do sul da Irlanda, reconhecida pela Inglaterra em 1921-1922, a Grã-Bretanha passou a ser chamada de Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Assim, o mais correto é usar os termos Grã-Bretanha e britânicos para os séculos XVIII e sobretudo XIX. Antes não havia britânicos, mas ingleses, escoceses e irlandeses.

- Durante o século XIX os britânicos e suas companhias de comércio se espalharam pelo mundo, dominando política ou economicamente grande parte dele. O território que ocupavam passou a ser denominado, então, de Império britânico.
  Esse império ainda existe? Pesquise.

2 Pioneirismo britânico: explicações

No final do século XVII, a Inglaterra era um país rico, com a maioria da população vivendo no campo. Em 1700, a população girava em torno de 6 milhões de pessoas, com cerca de 70% ocupadas nas atividades agrárias. A produção agrícola, entretanto, vinha sofrendo mudanças importantes.

Nos campos e pastos antes deixados em pousio, introduziu-se o plantio de outras culturas, em especial a do nabo e da batata, que não desgastavam o solo e forneciam mais alimentos. Alguns estudiosos denominam essa etapa de "revolução agrícola". Na pecuária, a estocagem de forragens, como o feno, melhorou a qualidade do gado bovino e ovino, sendo este último a principal fonte de matéria-prima da manufatura inglesa: a lã.

Pousio ▸ técnica agrícola em que a terra é deixada sem cultivo com o objetivo de recuperar os nutrientes do solo.

Foi importante também o rápido aumento no processo de cercamento das terras comuns, que ocorria há séculos na Inglaterra, mas que sofreu enorme impulso na segunda metade do século XVIII e início do século XIX. As terras comuns eram aquelas que os camponeses e os aldeões, embora não fossem os proprietários, tinham o direito de utilizar para caçar, pescar, retirar lenha e madeira e usar como pasto.

Por meio dos chamados cercamentos (*enclosures*), o governo inglês livrava os proprietários de qualquer tipo de restrição quanto ao uso de suas terras, incluindo as comuns, podendo vendê-las ou arrendá-las. Houve, na verdade, uma redefinição da propriedade agrária e das relações de trabalho no campo.

Como todas as terras, incluindo as comuns, passaram a ser alienáveis, os camponeses não puderam mais usá-las em proveito próprio. Passaram a trabalhar por jornada para os proprietários ou arrendatários mais ricos ou migraram para outros lugares.

Alienável ▸ passível de ser vendido.

Arrendatário ▸ aquele que aluga um pedaço de terra.

O rompimento da forma tradicional com a qual os trabalhadores rurais se relacionavam com a terra e as novas condições agrárias representaram um duro golpe ao campesinato: o contrato de trabalho passou a ser individual, e não mais por grupo familiar. Embora não tenha sido um processo imediato, a verdade é que o "trabalho camponês familiar" desapareceu.

Com o cercamento dos campos, os proprietários ou os arrendatários mais ricos puderam introduzir novos métodos agrícolas e de criação de animais, como o rodízio de cultura, e ampliar o uso do arado triangular (que reduziu o custo de preparação do solo), da semeadeira mecânica e de adubos. Com o aumento da produtividade das terras em decorrência das novas técnicas, só acessíveis aos mais ricos, o preço do arrendamento subiu muito e os pequenos arrendatários não puderam mais arcar com o aluguel. Acabaram expulsos da terra, assim como os camponeses proprietários de pequenos lotes, pressionados a vendê-los.

Em 1700, estima-se que metade das terras cultiváveis inglesas ainda era utilizada por meio da exploração dos campos comuns. Ao fim do século XVIII, eles praticamente já não existiam. O fim das terras comuns e o cercamento dos campos concentraram a propriedade fundiária nas mãos de cada vez menos pessoas.

Pintura a óleo do início do século XVIII, retratando os campos cercados da zona rural inglesa. Ela está localizada no Museu Real de Armas, em Leeds, Grã-Bretanha.

AUTORIA DESCONHECIDA. PERSPECTIVA DE LITTLECOTE. C.1720.

OUTRA DIMENSÃO **COTIDIANO**

Batata e indústria

A batata é um tubérculo originário da região sul-americana dos Andes, onde estão atualmente o Peru e a Bolívia. Foi introduzida na Europa logo após a Conquista, no século XVI, mas só era usada para consumo dos animais.

Havia grande preconceito em utilizá-la, pois a base da alimentação europeia eram os cereais, como o trigo e o centeio, e os tubérculos eram considerados indignos para alimentação humana. Foi na Irlanda que o consumo de batata se popularizou desde o século XVII, mas somente no século XVIII ela passou a ser um dos principais alimentos das populações mais pobres não só na Irlanda, como em toda a Grã-Bretanha. A grande vantagem da batata é seu alto grau de resistência, pois suas raízes ficam armazenadas e preservadas no solo, brotando sem necessidade de novo plantio.

O fato de a população pobre da Irlanda depender quase que exclusivamente da batata foi, em certa ocasião, desastroso. Entre 1845 e 1847, um fungo destruiu praticamente toda a produção irlandesa de batata. Surgiu então a "Grande Fome", e milhares de pessoas se dirigiram para a Inglaterra, aumentando a oferta de trabalhadores para a indústria ferroviária, em franca expansão, ou imigraram para a América. Nos anos que se seguiram à "Grande Fome", a população da Irlanda diminuiu em cerca de 2 milhões de pessoas.

VINCENT VAN GOGH. THE POTATO EATERS. 1885

A pintura *Comedores de batata*, de Vincent van Gogh, de 1885, retrata camponeses holandeses no momento da refeição. A batata aparece como o único alimento, evidenciando a vulgarização de seu consumo entre a população mais pobre da Europa. Museu Van Gogh, Amsterdã, Holanda.

- Em grupo, discutam e respondam às questões abaixo:
   a) Durante a "Grande Fome", muitos indivíduos morreram por doenças relacionadas à pobreza nutricional da alimentação. Era frequente que pessoas sucumbissem a doenças que seriam curadas facilmente caso elas tivessem acesso a uma alimentação rica em nutrientes. Relacione, na perspectiva da nutrição atual, a falta de imunidade do organismo ao consumo de somente um tipo de alimento.
   b) Na época da "Grande Fome", toda a ilha da Irlanda fazia parte do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, tendo Londres como sede da monarquia. As políticas londrinas para resolver o problema da fome na Irlanda foram desastrosas e pouco eficientes. Alguns políticos ingleses chegaram a afirmar que a culpa era do próprio povo irlandês, e não consideravam um problema vê-lo migrar para as grandes cidades industriais da Grã-Bretanha. Qual pode ser a lógica econômica dessa política?

Farta mão de obra

O cercamento dos campos foi elemento decisivo para o desenvolvimento da indústria. Com o aumento da produtividade por meio do avanço técnico da agricultura, permitiu-se a produção de matéria-prima para as fábricas. As transformações no campo também resultaram em mais alimentos para a população e, como consequência, em menos mortalidade, o que representou aumento demográfico.

Um grande contingente de trabalhadores passou a se ocupar de outras atividades, como nas minas de carvão e de ferro e nas fábricas nascentes. O excesso de pessoas sem trabalho fez com que surgissem, desde o século XVI, Leis Anti vadiagem, que podiam punir até com a morte pessoas que não trabalhassem. É certo que essas mudanças transformaram profundamente o universo econômico e cultural dos antigos camponeses, que tiveram de se submeter a uma ordem nova: a do capital. Tornaram-se assalariados no campo e nas cidades.

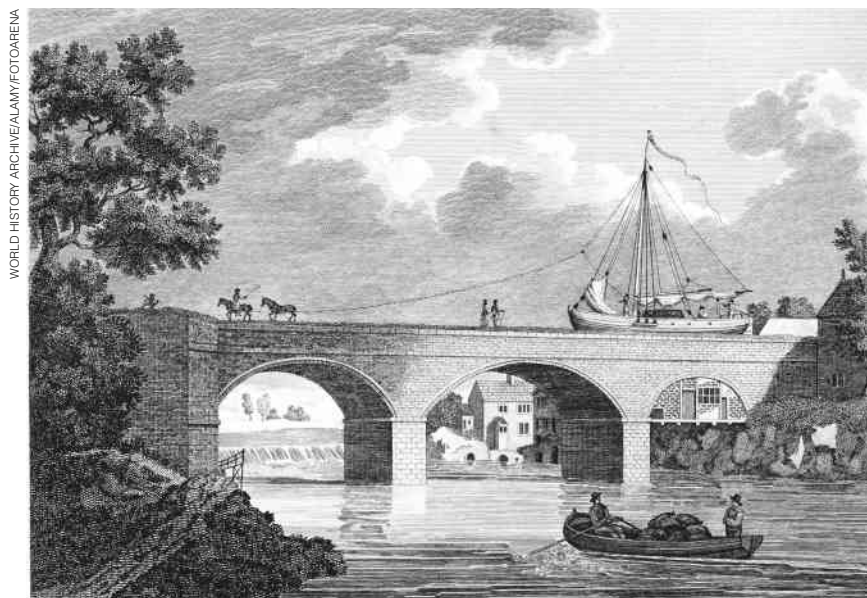
A mão de obra das primeiras fábricas têxteis inglesas, no final do século XVIII, resultava também do aumento demográfico. Nessa época, houve um aumento da população urbana e rural na Grã-Bretanha, que saltou dos 6 milhões para 10 milhões de pessoas, em fins do século XVIII, e para impressionantes 18 milhões na década de 1840.

Redes fluviais

O pioneirismo inglês na industrialização ocorreu, ainda, devido à existência de amplas vias fluviais. Elas viabilizaram um rápido e eficiente sistema de transportes entre o interior e os portos marítimos, além de serem mais econômicas do que as terrestres no transporte de mercadorias pesadas ou volumosas, como o carvão.

Desde o século XVI, os ingleses se preocuparam em melhorar as vias fluviais para fornecer carvão aos moradores das cidades, que o utilizavam para cozinhar alimentos e se aquecer, e às pequenas fábricas (panificações, forjas, curtumes, refinarias de açúcar e cervejarias). Para isso, alteravam o curso dos rios e abriam canais. Quando começou a industrialização, havia cerca de 2 mil quilômetros de águas navegáveis na Inglaterra. Até o final do século XVIII, foram construídos outros mil quilômetros, o que criou boas condições às novas fábricas para receber matéria-prima e escoar mercadorias.

Em resumo, a Revolução Industrial ocorreu especialmente na Inglaterra por um conjunto de fatores. Embora restrita a alguns produtos e centralizada em certas regiões, transformou a Inglaterra na principal economia do mundo.

WORLD HISTORY ARCHIVE/ALAMY/FOTOARENA

O aqueduto representado na gravura ao lado foi construído para que os navios atravessassem o rio Irwell, entre as cidades de Manchester e Leigh, na Inglaterra. Foi encomendado para o transporte de carvão de minas em Worsley para Manchester e inaugurado em 1761. Coleção particular.

Primeira edição de *A riqueza das nações*, do escocês Adam Smith, tido como o pai do liberalismo econômico.

1776

3 Tecnologias: o papel da máquina a vapor

Desde o século XVI, o vapor era visto como uma possibilidade de fonte de energia na exploração do ferro e do carvão, em especial para bombear as águas que com frequência inundavam as minas.

Nenhuma das máquinas a vapor criadas, porém, mostrava-se eficiente. Somente em 1712, após anos de trabalho, o inglês Thomas Newcomen aprimorou uma máquina para retirar água das minas e distribuí-la às cidades.

O custo da máquina de Newcomen era muito elevado. James Watt, em 1769, melhorou essa máquina, baixando os custos de produção. Com isso, ela foi adaptada para diversos usos industriais, alcançando sucesso num ramo específico da indústria inglesa: a fabricação de fios e tecidos de lã e de algodão.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Fotografia de máquina a vapor de James Watt, de 1781, que aperfeiçoou a máquina de Newcomen, de 1712, e tornou-a economicamente viável ao incluir um condensador. Os princípios técnicos da máquina de Watt tornaram-se a base de todas as máquinas a vapor posteriores, para os mais variados fins. Conservatório Nacional de Artes e Ofícios, Paris, França.

Os aprimoramentos na fiação e tecelagem da lã ocorriam havia muito tempo. No século XVIII, a Inglaterra produzia tecidos de lã finos e bem aceitos no mercado externo. O mesmo não ocorria com os tecidos de algodão, pois não havia técnicas para produzir fios finos e resistentes. Para não arrebentar, o fio de algodão era feito junto com o linho, o que resultava em um produto de qualidade inferior. Assim, o grande investimento tecnológico no setor têxtil se dirigiu para a produção de tecidos de algodão.

Inovações mecânicas na fiação

Até a Revolução Industrial, produzir fios que depois se transformariam em um tecido era tarefa demorada. As fiandeiras manuais faziam somente um fio de cada vez. O desafio tecnológico era o de fazer mais fios em menos tempo. Conseguiram. Inventaram máquinas com mais fusos trabalhados por somente uma pessoa, como a de James Hargreaves, que desenvolveu a *spinning jenny*, em 1767, que consistia em uma roda com oito fusos trabalhados com a mão. Com o tempo, essa máquina foi aperfeiçoada e, no final do século XVIII, as maiores máquinas desse tipo possuíam até 120 fusos. A *spinning jenny* foi um sucesso absoluto: por ser barata e de fácil manuseio, acabou adotada por fiandeiras de toda a Inglaterra, que se mantinham trabalhando no espaço doméstico.

Pouco tempo depois da invenção da *spinning jenny*, em 1769, surgiu uma fiandeira mais potente, movida pela força da água. Era a fiandeira hidráulica (*water frame*), criada por Richard Arkwright, que permitia produzir fios de algodão resistentes sem mistura com o linho. Essa máquina era de fácil manuseio e, por isso, não requeria mão de obra especializada. Mas tinha alguns inconvenientes: era muito cara e precisava ser instalada ao lado de um rio. Foi uma máquina industrial desde o início, principalmente na região de Lancashire, no noroeste da Inglaterra.

O grande desafio foi usar o vapor para impulsionar essas máquinas, tecnologia desenvolvida em 1785 pelos sócios James Watt e Matthew Boulton. Ficaram muito mais rápidas e eficientes. Além do mais, as fábricas se libertaram da necessidade de estar próximas a rios. Abriu-se definitivamente o caminho para um novo sistema de produção, dessa vez em grande escala.

A *water frame*, de Richard Arkwright. Em 1769, ele patenteou a máquina de fiar impulsionada pela força hidráulica, depois adaptada para funcionar com a energia do vapor (1785). Gravura do século XIX. Coleção particular.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Tecelagem do algodão

Cardar ▸ desenredar a trama de uma matéria-prima para confeccionar fios.

Se a fabricação de fios avançou a passos largos no século XVIII, o mesmo não ocorreu com as máquinas na tecelagem. Em outras palavras, a confecção de fios era mais rápida que a produção dos tecidos. Em 1784, o reverendo Edmund Cartwright inovou com o tear mecânico. A máquina, porém, tinha muitos problemas, e somente foi aprimorada no início do século XIX.

Mas outros inventos do final do século XVIII melhoraram o fabrico de tecidos de algodão. Foi o caso da introdução de novos processos de cardar, de limpar e de desfiar o algodão. Aprimoraram-se o branqueamento e os processos de tingir. Nos anos 1790, a máquina de separar as sementes de algodão criada por Eli Whitney, nos Estados Unidos, diminuiu consideravelmente o preço da matéria-prima.

Apesar dos avanços, nas duas últimas décadas do século XVIII, a lã ainda se mantinha como o principal produto têxtil inglês. Para se ter uma ideia, em 1800, os tecidos de algodão alcançavam apenas 5% dos valores das exportações britânicas. Mas o cenário estava em mudança acelerada. Em 1830, os produtos têxteis de algodão já eram responsáveis por mais da metade do valor total das exportações britânicas.

A matéria-prima vinha principalmente dos Estados Unidos e da Índia. No início da década de 1780, a quantidade de algodão importado equivalia a menos de 4 600 toneladas. Na década de 1840, esse peso saltou para aproximadamente 227 mil toneladas.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Plantação de algodão na Geórgia, Estados Unidos, o principal fornecedor de algodão para a Inglaterra do período. Na fotografia, família escrava trabalhando, em cerca de 1860. Coleção particular.

Informar aos estudantes que, tradicionalmente, os camponeses confeccionavam seus próprios tecidos de lã, cardando, fiando e tecendo. No século XVI, entretanto, os negociantes de tecidos passaram a intermediar esse processo: compravam a lã crua de camponeses e pequenos produtores e a entregavam às fiandeiras, que trabalhavam em suas casas. Compravam de volta os fios e os entregavam aos tecelões, também eles trabalhadores rurais. Depois, faziam o mesmo com as demais etapas do processo, como o tingimento. Pagavam por quantidade, com valor pré-fixado, num sistema que ficou conhecido como "*putting-out system*".

4 Nova divisão do trabalho, proletariado fabril

A fabricação de tecidos era uma atividade tradicional na Inglaterra. A maioria das famílias camponesas estava, de alguma forma, envolvida com o processo de fiar e tecer. A introdução de uma nova matéria-prima, o algodão, no final do século XVIII, não mudou em princípio essa organização.

A nova máquina de fiar de Hargreaves, que se baseava no trabalho doméstico camponês, ainda manual, tornou possível a fabricação doméstica de tecidos de algodão no mesmo sistema utilizado com os tecidos de lã. Mesmo com o aparecimento das fábricas de fiação, nas primeiras décadas do século XIX, a maior parte da produção ainda resultava do trabalho doméstico. O mesmo ocorria com a tecelagem dos fios, entregue às oficinas de tecelões nas aldeias ou vilas.

A introdução das máquinas no processo produtivo aumentou o montante dos investimentos no setor têxtil, restringindo o número de empresários com dinheiro para montar fábricas. A propriedade das máquinas concentrou-se na pessoa do industrial/capitalista, que contratava os operários pagando salários pelas jornadas de trabalho.

Na fábrica, os operários atuavam somente em uma etapa da produção – uma mudança radical na forma de realizar seu trabalho. Em outras palavras, o processo produtivo nas fábricas tendia a se fragmentar: estava em curso uma nova divisão do trabalho!

No contexto fabril, essa divisão do trabalho mostrava-se mais produtiva e capaz de atender ao aumento do consumo – o consumo em massa. Dessa forma, os trabalhadores eram tragados por um sistema em que a máquina era o centro do processo produtivo.

Fique de olho!

- *Oliver Twist*. Direção: Roman Polanski. Estados Unidos, 2005. Oliver Twist cresceu em um orfanato e foi vendido para um coveiro. Por conta dos maus-tratos recebidos, ele foge para Londres, onde se junta a um grupo de menores treinados para roubar, tendo como mestre um adulto.

Crescem as cidades

Os tecidos de algodão da Índia já eram conhecidos e aceitos na Europa, negociados pelos britânicos através da Companhia das Índias Orientais. Quando os ingleses passaram a produzir tecidos de qualidade semelhante à dos indianos, já havia um mercado consumidor estruturado. Os preços mais baixos permitiram aos tecidos ingleses competir nos mercados.

Na Inglaterra, o centro da produção estava na cidade de Manchester. Com a utilização cada vez maior da fiandeira hidráulica, inacessível aos camponeses, as fábricas de fiação se multiplicaram, mantendo um ritmo de trabalho diário e ininterrupto. Tradicionalmente, eram mulheres e crianças os principais trabalhadores domésticos da fiação. E os negociantes mantiveram o emprego dessa força de trabalho em suas fábricas, cuja disciplina era muito mais rigorosa do que no sistema de fiação doméstico.

Com as transformações radicais no regime de trabalho, entre os séculos XVIII e XIX, milhares de trabalhadores passaram a se concentrar em fábricas, sob um regime de serviço intenso e rigoroso. Sem uma regulamentação específica, calcula-se que a jornada diária de trabalho era superior a 12 horas. Somente em 1847 apareceram regulamentações que limitavam a jornada a dez horas diárias. Em 1850, outra lei estipulou um horário para encerrar a atividade semanal: duas horas da tarde de sábado, com descanso no domingo – dia tradicionalmente reservado à religião.

Fábrica de roupas com maquinaria movida a vapor e baseada na divisão do trabalho, em que a confecção de uma peça passava por várias mãos, cada uma fazendo uma única operação (uma calça passava por dezesseis pares de mãos durante a produção, cada qual cumprindo uma tarefa específica no processo). Gravura publicada em 1854 no jornal *The Illustrated London News*, de Londres. Coleção particular.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Fique de olho!

- ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. *Germinal* é um clássico da literatura mundial, publicado em 1885. Trata da vida dos mineradores de uma mina de carvão na França do século XIX, onde ocorre uma greve sangrenta e um acidente fatal.

O sistema de fábrica impulsionou outras mudanças. Ampliou consideravelmente a população urbana, especialmente com a expansão desse sistema para outras produções, como as de chapéus, sapatos, ferramentas e alimentos. Diversificou-se o setor de serviços, sobretudo o comércio. Também cresceu a oferta de empregos domésticos – criadas, cozinheiras e arrumadeiras – nas casas dos novos e ricos empresários.

Na passagem do século XVIII para o XIX, o aumento da população nas cidades, que não estavam preparadas para receber tanta gente, teve repercussões sociais significativas. Em cidades como Londres, Manchester, Liverpool e Leeds, multiplicavam-se os bairros pobres, e os governos locais não conseguiam atender à nova demanda e promover reformas do espaço urbano. Havia ruas sem calçamento, lixo por todos os cantos, muitas pessoas morando numa mesma casa. A situação era propícia para a disseminação de doenças, com epidemias frequentes de cólera e tifo. Aprofundaram-se as desigualdades sociais entre ricos e pobres.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO

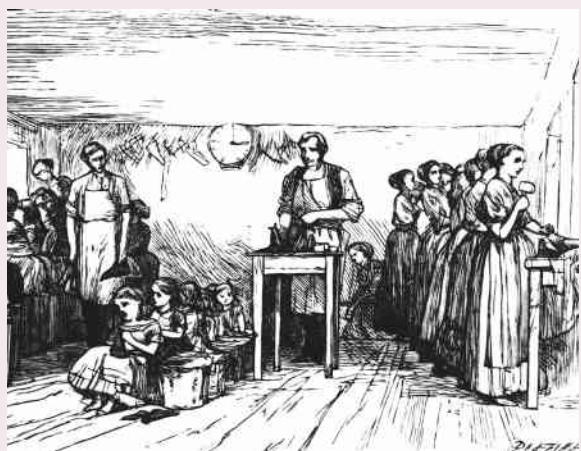
Mulheres, crianças e a produção fabril

A maioria dos historiadores concorda que as relações de trabalho definem traços essenciais de uma sociedade. Antes da chamada Revolução Industrial, a forma com que proprietários e trabalhadores se relacionavam era muito diferente daquela estabelecida pela produção fabril, que a substituiu.

Antes da Revolução Industrial, mulheres e crianças já trabalhavam na produção de tecidos. Porém, com o sistema fabril, elas se tornaram a mão de obra preferencial de quase toda atividade ligada ao vestuário. Nas imagens a seguir, mulheres e meninas trabalham na confecção de tecidos e sapatos; na primeira, ainda predominava o sistema artesanal; na segunda, cada grupo de mulheres foi representado fazendo uma tarefa específica, de acordo com a nova divisão do trabalho, sob a supervisão de homens.

UNIVERSAL HISTORY ARCHIVE/UIG/THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL. COLEÇÃO PARTICULAR.

Gravura do século XIX representando artesãs produzindo fios.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL/COLEÇÃO PARTICULAR

Gravura do século XIX representando uma fábrica de sapatos.

- Leia o depoimento a seguir e, com base na observação das duas gravuras desta seção e no que você aprendeu no capítulo, responda: quais as principais diferenças entre o trabalho do camponês no sistema doméstico e a nova divisão do trabalho em uma fábrica?

"Na verdade não havia horas regulares: patrões e administradores faziam conosco o que queriam. Normalmente os relógios das fábricas eram adiantados pela manhã e atrasados à tarde e em lugar de serem instrumentos de medida do tempo eram utilizados para o engano e a opressão."

Anônimo. Capítulos na vida de um menino operário de Dundee, na Escócia, em 1887.

5 Significados do livre-comércio

Em meados do século XVIII, na França, apareceram os primeiros estudos ou reflexões dos fisiocratas franceses, que criticavam as políticas mercantilistas dos Estados europeus. Entre os fisiocratas estava o médico François Quesnay.

A principal base do pensamento fisiocrata é a do direito natural: todos têm direito de usufruir a vida e de exercer suas faculdades, tendo como limite o respeito à vida e aos bens dos outros. Os fisiocratas defendiam que a agricultura era a principal produtora de riquezas, e que era um erro privilegiar o comércio e a produção manufatureira, pois estes não criavam produtos, só os faziam circular ou os transformavam.

Também fizeram críticas ao protecionismo alfandegário, defendendo a liberdade de comércio como a única saída para um bom desempenho econômico.

O liberalismo

Contemporâneo dos fisiocratas e por eles influenciado, o escocês Adam Smith foi o mais prestigiado dos teóricos do liberalismo econômico, em oposição às teorias mercantilistas (que defendiam a intervenção do Estado na economia, sobretudo com a fixação de monopólios, o controle e a taxação do comércio exterior).

Adam Smith seguiu a linha dos fisiocratas franceses na crítica ao mercantilismo, considerado um grande problema para o desenvolvimento econômico. Os países, segundo ele, não tinham de promover o crescimento com políticas que arruinavam outros povos. Mas, se os fisiocratas defendiam a agricultura como fundamento do crescimento econômico, Adam Smith sustentava que a riqueza era essencialmente produto do trabalho humano. Mais ainda: "a opulência nasce da divisão do trabalho" e da especialização, seja na agricultura ou na indústria.

Os fisiocratas e Adam Smith são considerados os fundadores da Economia Política moderna. A frase "*Laissez faire, laissez passer*", "Deixai fazer, deixai passar", tornou-se um emblema do liberalismo econômico. Apesar de ser uma simplificação, ela reproduzia a ideia de que era necessário defender a liberdade econômica em oposição ao controle por parte do Estado ou de qualquer instituição contrária à liberdade humana.

O principal livro de Adam Smith, *A riqueza das nações*, foi sucesso imediato. Lançado inicialmente em 1776, em 1800 já estava na oitava edição, publicado também nos Estados Unidos, na Irlanda e na Suíça. Alguns anos depois, recebeu edições em dinamarquês, holandês, francês, alemão, italiano e russo. Estava claro que seus pressupostos foram muito bem aceitos, em particular pelos grandes empresários. Os governos, entretanto, insistiram no controle sobre as esferas da produção, até mesmo na Inglaterra.

A ênfase na divisão do trabalho foi considerada como acertada. Mas não se pôde fazer muito em relação à liberdade de comércio. As tarifas alfandegárias e protecionistas permaneceram, de alguma forma, em todas as grandes economias europeias e nos Estados Unidos. Mas, em termos teóricos, os ingleses foram os mais ardorosos defensores do livre-comércio, sobretudo porque suas mercadorias – principalmente os tecidos de algodão – não encontravam concorrentes no mundo.

Não resta dúvida de que as teorias do liberalismo econômico foram um grande estímulo à iniciativa privada na Inglaterra e à formação do futuro Império britânico.

CONVERSA DE HISTORIADOR

Evolução ou Revolução Industrial?

A origem do termo Revolução Industrial é bastante controversa. Os que viveram na época, mesmo intelectuais do porte do escocês Adam Smith, não identificaram seus sinais. O conceito começou a ser utilizado no século XIX, e tudo indica que foi o alemão Friedrich Engels o primeiro a usá-lo no livro *Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845.

O termo aparece, também, no livro do inglês Stuart Mill *Princípios de economia política* (1848) e no de Stanley Jevons *A questão carbonífera* (1865). O alemão Karl Marx foi quem teorizou sobre esse processo, no primeiro volume do livro *O Capital*, de 1867, dedicado ao surgimento do capitalismo industrial.

Mas o primeiro a tratar exclusivamente do tema foi Arnold Toynbee, numa série de conferências proferidas em 1881, que resultaram no livro *Conferências sobre a Revolução Industrial do século XVIII*.

Ao longo do tempo, muitos historiadores criticaram o uso do termo revolução para o fenômeno, sublinhando que, em economia, não há revoluções, mas evoluções. É certo que há períodos, como o das duas últimas décadas do século XVIII, de mudanças tecnológicas muito rápidas.

Para o historiador Eric Hobsbawm:

> *(...) chamar esse processo de revolução industrial é lógico e está em conformidade com uma tradição bem estabelecida, embora tenha sido moda entre os historiadores conservadores – talvez devido a uma certa timidez face a conceitos incendiários – negar sua existência e substituí-la por termos banais como "evolução acelerada". Se a transformação rápida, fundamental e qualitativa que se deu por volta da década de 1780 não foi uma revolução, então a palavra não tem qualquer significado prático. De fato, a revolução industrial não foi um episódio com um princípio e um fim. (...) sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou norma desde então.*

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções:* 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 44-45.

- Em sua opinião, as transformações desse período podem ser consideradas realmente uma revolução? Podemos comparar o impacto dessas transformações com o da Revolução Francesa, que todos concordam ter sido realmente uma revolução?

6 A locomotiva domina o mundo

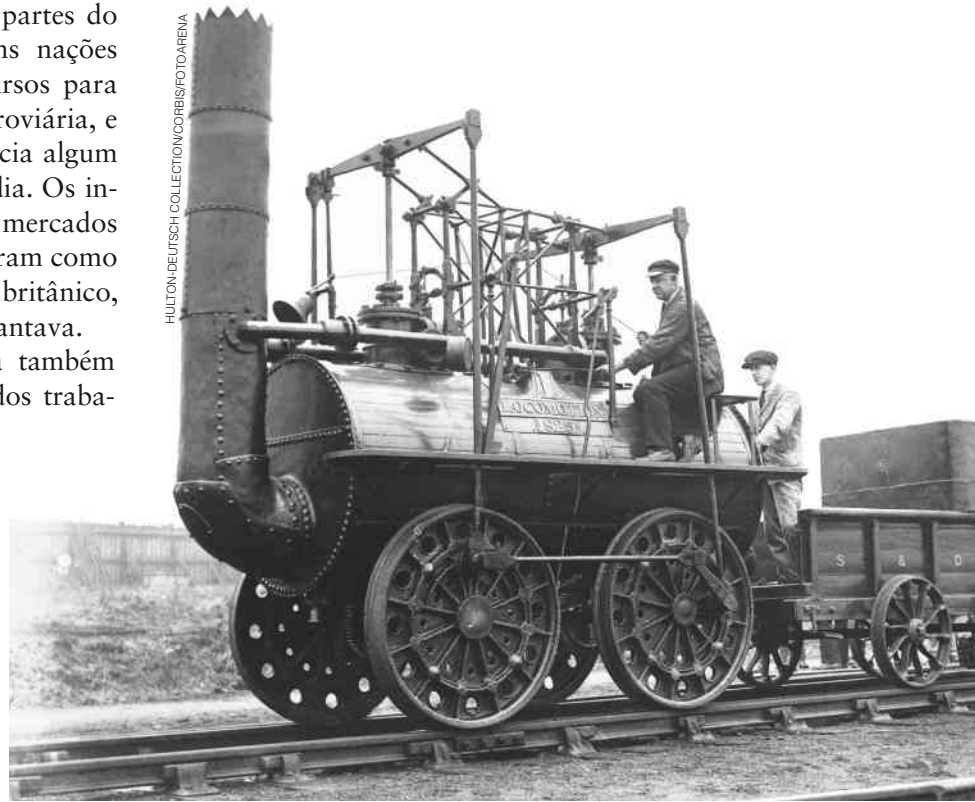
No início do século XIX, a Inglaterra era a sociedade mais rica da Europa, com uma industrialização em franca expansão e uma sólida monarquia parlamentar. Uma novidade, surgida na década de 1820, aumentou ainda mais o poder dos ingleses: a ferrovia.

Em 1823, foi inaugurada a Estrada de Ferro Stockton-Darlington, mas a "Era das Ferrovias" começou mesmo em 1829, com a linha entre o porto de Liverpool e o principal centro industrial inglês, a cidade de Manchester. Foi o início da moderna indústria pesada: a de bens de produção ou bens de capital. A ferrovia foi revolucionária até pelo seu efeito multiplicador, estimulando diversos ramos industriais e comerciais ligados ao novo sistema de transporte.

Em um ritmo impressionante, a Inglaterra passou a ser cortada por linhas ferroviárias, financiadas por capitais privados, sem participação direta do governo. No início, os vagões foram utilizados principalmente para o transporte de mercadorias, em particular as pesadas, com os comboios se movendo vagarosamente. O surgimento das locomotivas, mais possantes e velozes, diversificou o sistema e permitiu o transporte de passageiros com custos bem menores do que o das carruagens e diligências.

Dominando essas tecnologias, a Inglaterra pôde abrir ferrovias em várias partes do mundo. Assim ocorreu nas jovens nações da América, que não tinham recursos para custear a construção da malha ferroviária, e nas áreas em que a Inglaterra exercia algum controle político, como Egito e Índia. Os industriais britânicos dominaram os mercados mundiais, reduziram custos e lucraram como nunca. Nasceu, assim, o "leão" britânico, imagem de um império que se agigantava.

O desenvolvimento da ferrovia também mudou o quadro da composição dos trabalhadores na Inglaterra. Nas indústrias de bens de consumo, como de tecidos, calçados, roupas e alimentos, a mão de obra predominante era feminina e infantil. Já nas indústrias de bens de produção e na construção de estradas de ferro, a mão de obra era masculina. Engenheiros e técnicos, mais especializados, tornaram-se fundamentais. A procura por mão de obra tornou-se intensa.

HULTON-DEUTSCH COLLECTION/CORBIS/FOTOARENA

Dois homens dirigem uma das primeiras locomotivas a vapor inventadas pelo engenheiro inglês George Stephenson, na década de 1820. No Brasil, elas ficaram conhecidas como "marias-fumaça", devido à densa nuvem de vapor e poeira que expeliam pela chaminé. Fotografia do século XIX.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO

Um viajante deslumbrado

As ferrovias não foram sempre recebidas com alegria e naturalidade. No início da expansão ferroviária, uma geração inteira ficou dividida entre o ceticismo e a admiração por aqueles vagões a correr sobre trilhos, soltando espessas nuvens de fumaça. Houve os que se recusavam a viajar por julgar que a velocidade do trem poderia causar cegueira. Outros temiam perder o juízo se fixassem os olhos num comboio em trânsito, pela razão de considerar espantosa a rapidez de seu movimento. Para os padrões da época, os trens eram mesmo de uma rapidez extraordinária. Mas, na verdade, a velocidade, na década de 1830, chegava somente a 30 km/h... Contudo, na década de 1850, a velocidade dos trens já passava dos 60 km/h.

Esse extraordinário avanço fez com que pessoas se maravilhassem. O historiador francês Jules Michelet viajou de trem entre Londres e Liverpool, em meados do século XIX. Descreveu, deslumbrado:

Cinquenta léguas em quatro horas. Nada pode dar a ideia da fulminante velocidade com que se desenrola, como num conto de fada, este surpreendente panorama. Não corremos, mas voamos por cima dos campos [...]. Planamos sobre os abismos.

MICHELET, Jules. In: HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital*: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

- O que o historiador francês Jules Michelet quis dizer com a expressão "Planamos sobre os abismos"? Obtenha informações e, se possível, imagens que justifiquem essa descrição.

Expansão britânica nos trilhos do trem

A hegemonia nos setores têxtil e ferroviário permitiu que a Grã-Bretanha liderasse com folga, entre os europeus, a corrida em direção a outros continentes. A Nova Zelândia começou a ser colonizada por ingleses em 1837, e a Austrália, até então um lugar de desterro, foi povoada por massas de imigrantes britânicos a partir de 1840. O Canadá também foi o destino escolhido por muitos colonos ingleses. O problema do desemprego, que começava a afligir os ingleses, foi parcialmente contornado por essas colonizações.

O século XIX foi o tempo de consolidação da classe operária inglesa – o proletariado (ver seção *Reflexões*, na página 111). Cada vez mais afastados das formas domésticas de produção, os trabalhadores se agrupavam nas grandes fábricas. Já nas minas de carvão, apesar das bombas e guindastes mecânicos, era por meio do trabalho braçal que se extraía o carvão mineral.

A Inglaterra tornou-se, no decorrer do século XIX, o país com o maior e mais poderoso grupo de industriais, que de longe empregavam o maior número de operários no mundo fabril. Tornou-se, sem trocadilho, a locomotiva do mundo. Os demais países tiveram de embarcar nesse processo de industrialização, sob risco de cair na total dependência do leão britânico.

Todos os países do mundo interessados em implantar o sistema de transporte ferroviário tiveram de apelar para a Inglaterra, único país capaz de um investimento de tamanha envergadura. Foi assim que os empréstimos, as empresas, os técnicos, as locomotivas e os ingleses começaram a se espalhar pelo mundo.

Nos Estados Unidos, após o sucesso dos primeiros experimentos dos trens ingleses, um grupo de empresários da Pensilvânia comprou uma locomotiva na Inglaterra. Logo começaram as construções e os investimentos, num ritmo ainda mais rápido do que na Europa. A rede ferroviária estadunidense saltou de modestos 65 quilômetros, em 1830, para 4 500 quilômetros, em 1840. Na década seguinte, os Estados Unidos contavam com uma malha ferroviária de 14 400 quilômetros.

A História no seu lugar

Na região ou município onde você vive, existe ou já existiu alguma ferrovia? Pesquise:

a) a época em que foi implementada;

b) a época e os motivos de ter sido desativada, caso não exista mais;

c) em caso de não ter existido, o porquê.

MARC FERREZ. 1895

São Paulo Railway, fotografia de Marc Ferrez, 1895. Coleção particular.

São Paulo Railway

O Brasil não ficou de fora da expansão ferroviária inglesa. A Estrada de Ferro São Paulo Railway, inglesa, ligava o porto de Santos, em São Paulo, à capital e à vila de Jundiaí. Passou a funcionar em 1867. Seu traçado visava escoar a produção de café e açúcar dessa região. Foi construída com capital, técnica e mão de obra especializada (engenheiros) britânicos. O trajeto, que incluía a escarpa do planalto, implicou a construção de túneis, pontes e viadutos. Em 1946 foi encampada pelo governo brasileiro e transformada na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

Primeiro trecho ferroviário no norte alemão. Início da "coqueluche ferroviária" na França, encerrada em 1837.

1835

7 Nações emergentes: França e Alemanha capitalistas

A Inglaterra se industrializou sem planejamento prévio, utilizando o capital privado. Os empresários investiam no setor industrial em busca do lucro e não para transformar a economia britânica. O mesmo não ocorreu com os demais países europeus. Cada lugar teve de lidar com suas próprias especificidades e recursos. Foram, portanto, industrializações posteriores, e, por vezes, mais rápidas e eficientes. Na passagem do século XIX para o XX, alguns países já podiam concorrer com a Inglaterra na economia mundial, principalmente Alemanha e França.

A França

A França era um país de grande extensão territorial, mas desprovido de meios de transporte adequados para formar um mercado integrado. Prevaleciam os negócios locais ou regionais, em geral em torno de uma economia agrária. A Revolução Francesa, embora tenha destroçado o poder da nobreza e do clero, aprofundou essa estrutura rural ao conceder terras ao camponeses.

Assim, tudo contribuía para que os franceses não conseguissem deslanchar uma economia capitalista similar à inglesa, apesar do caráter burguês da Revolução. Enriquecidos, os burgueses preferiram adquirir cargos nobiliárquicos ou artigos de luxo, imitando um estilo de vida aristocrático que a Revolução de 1789 havia derrubado.

A solução encontrada pelos industriais franceses foi investir no que já era tradicional no mercado interno: os artigos de luxo consumidos pela burguesia urbana e pelos proprietários rurais aristocráticos, como mobiliário, tecidos de seda, rendas, roupas, chapéus, plumas, perfumes e adereços variados. Grande parte dessa produção era executada por profissionais experientes e foi exportada para o mundo.

Por volta de 1840, a expansão da economia francesa exigia maior exploração das minas de ferro e de carvão, o que esbarrava na precariedade do sistema de transportes.

Tornou-se urgente a construção de uma rede ferroviária. Para tanto, era preciso organizar um sistema bancário, associar capitais e construir uma rede comercial em grande escala. Era uma empreitada difícil. Os poucos bancos franceses tinham sido criados nas décadas de 1820 e 1830 e eram dominados por um pequeno grupo de empresários de Paris.

A introdução da ferrovia, financiada por ingleses associados a uns poucos empresários parisienses, contribuiu um pouco para mudar o quadro. Isso só mudou de fato na segunda metade do século XIX, com fatores políticos decorrentes da ascensão ao poder de Napoleão III, sobrinho de Napoleão Bonaparte, em 1852.

Entre os anos de 1830 e 1840, surgiram, em Paris, as grandes lojas de departamentos, os *magasins de nouveautés*. Neles, eram vendidos tecidos, roupas, joias, peles, botões, luvas etc. Na imagem, a gravura representa o Magasin Crespin Dufayel, em Paris, no século XIX. Ela está localizada no Museu de Artes Decorativas, na cidade de Paris, na França.

O bonapartismo

Sobre Napoleão III, ver capítulo 8.

A partir da chegada ao poder de Napoleão III, os industriais franceses passaram a ter reconhecimento público, a ocupar posições no Estado e a influir nas decisões governamentais. Essa situação levou a uma participação decisiva do Estado na economia, sobretudo nos anos 1850, em especial nos investimentos de infraestrutura.

Ao final do século XIX, a França se apresentava como um país industrial, com suas instituições bancárias e financeiras bastante desenvolvidas e investindo em indústrias, em particular nas de ferro e aço nas regiões mineradoras, como na província de Lorena, e nas minas de carvão do norte. Em 1914, quando estourou a Primeira Guerra Mundial, a França ocupava a terceira posição entre as economias capitalistas da Europa. Na frente dos franceses, somente a pioneira Inglaterra e a Alemanha.

A Alemanha

Sobre a unificação alemã, ver capítulo 8.

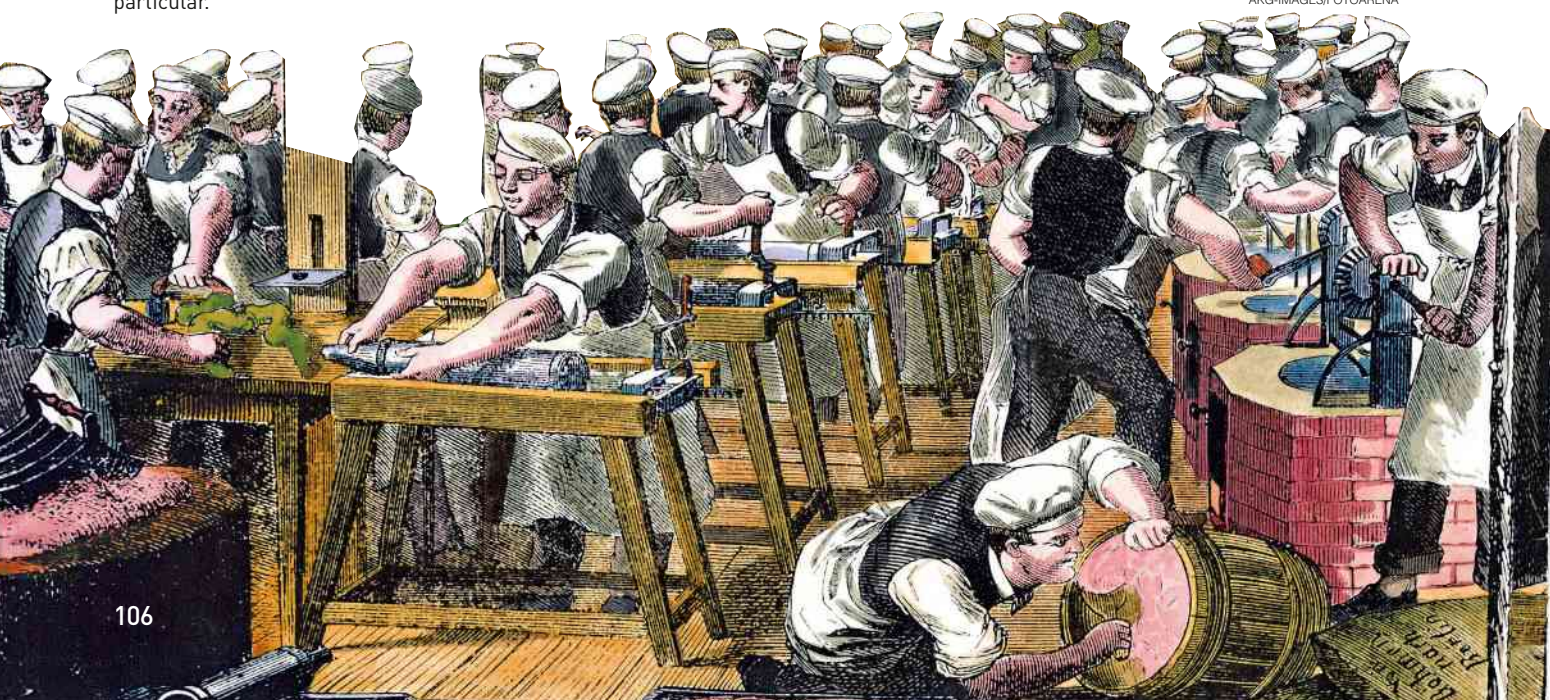
No início do século XIX, era considerável a diversidade entre os Estados germânicos. Mas havia traços comuns que lembravam os pequenos reinos ou principados dos séculos anteriores: uma política de impostos elevados; concentração de recursos no financiamento de exércitos; economia agrária, com forte presença da servidão camponesa.

Na primeira metade do século XIX, os altos cargos nos Estados germânicos eram ocupados, em grande parte, por homens formados nos princípios da Ilustração (do Iluminismo), ou seja, que compreendiam bem o sentido do liberalismo.

Apesar do espírito conservador, vários Estados germânicos, em particular a Prússia, apoiaram ou bancaram o estabelecimento de empresas capitalistas, na exploração de minas e na criação de indústrias. A Prússia havia saído fortalecida das guerras napoleônicas, com o território intacto, ao contrário de vários outros Estados duramente atingidos. Isso facilitou a hegemonia prussiana sobre o território germânico.

O primeiro grande passo para essa hegemonia foi dado em 1834, com a criação de uma união aduaneira, o *Zollverein*. Incluía 38 Estados do norte e do centro do território, aos quais aderiram os Estados do sul, em 1867. A gradual eliminação das barreiras alfandegárias e a centralização das decisões criaram excelentes condições para a industrialização.

AKG-IMAGES/FOTOARENA

Indústria alimentícia na Prússia, em cerca de 1870. Homens fabricando salsichas para o exército. Xilogravura colorida de 1870-1871. Coleção particular.

Seguindo a onda liberal que varreu a Europa na primeira metade do século XIX, os príncipes germânicos aboliram a servidão, favorecendo a difusão do trabalho assalariado. O território da futura Alemanha possuía, assim, por volta de 1850, ao menos o esboço das condições fundamentais para o desenvolvimento capitalista: mercado interno e trabalho livre.

A implantação dos trilhos e a industrialização

No decorrer da década de 1840, favorecidos pela união aduaneira, os grandes proprietários rurais da futura Alemanha passaram a apoiar a implantação de ferrovias, percebendo que poderiam aumentar suas vendas e lucros. Os militares, por sua vez, perceberam a importância da ferrovia para o transporte de matérias-primas, soldados e armamentos. Com isso, estimularam o Estado a investir na malha ferroviária.

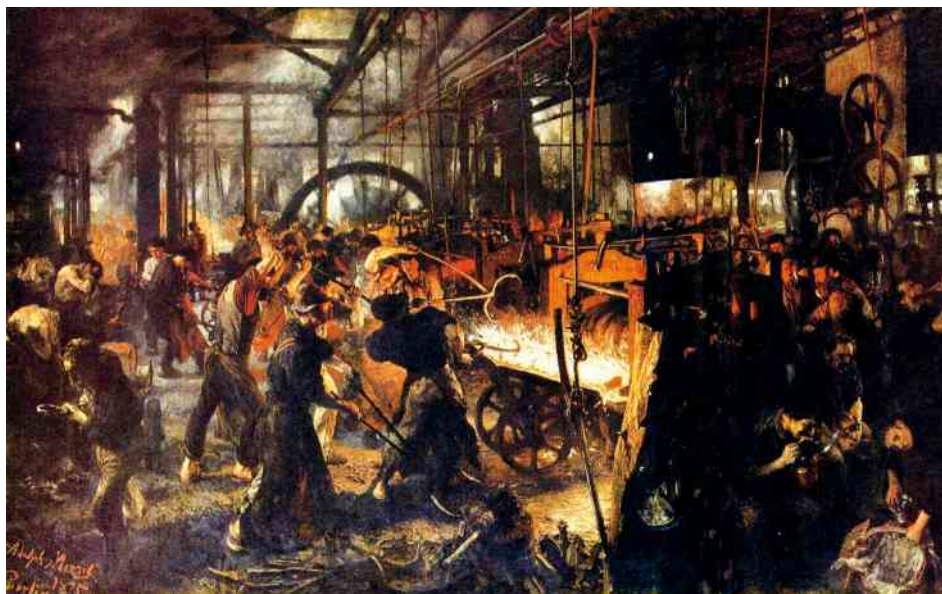
O sistema ferroviário foi um dos principais responsáveis por desenvolver significativamente a economia dos Estados inseridos no *Zollverein*. A indústria têxtil, até então incipiente, tomou novo impulso e, embora incapaz de concorrer com os têxteis ingleses, conseguiu se expandir no mercado interno.

Os bancos tiveram papel de destaque no investimento de capitais em ferrovias, nas grandes indústrias de base e na abertura de minas, em contraste com o que ocorreu na Inglaterra. A indústria pesada – de bens de capital, como a de metalurgia – foi o carro-chefe da industrialização, alimentada pelo capital financeiro, com o apoio do Estado.

Uma das principais inovações nesse processo de industrialização foi o investimento dos diversos governos na educação, especialmente nos níveis técnicos e científicos, criando profissionais altamente qualificados. Os alemães chegaram a desenvolver tecnologia de ponta que superava, em muitos aspectos, a dos ingleses, em especial no setor químico.

Em resumo, os Estados germânicos reuniram todas as condições para um processo de industrialização eficiente: grande mercado consumidor interno; grande oferta de mão de obra, alimentada por um crescimento demográfico expressivo; recursos minerais adequados à tecnologia existente; empresas estrangeiras interessadas em investir na economia alemã; estrutura bancária estável; investimento na educação técnica e científica.

O processo de industrialização alemão, por conta do grande investimento do Estado, foi denominado de "revolução pelo alto". Recebeu ainda o nome de "modernização conservadora", por não ter removido, como na França, o poder da aristocracia rural. Ao contrário, a aristocracia *junker* comandou o processo.

Fábrica de fundição de ferro, na região da Silésia, pintura de Adolph Menzel, c. 1875. O autor apresentou as várias etapas do trabalho: ao fundo, à esquerda, trabalhadores "brilham" sob a luminosidade das fornalhas e do metal incandescente; no centro, a fundição do ferro e produção de lâminas; à direita, pausa para a comida, trazida por uma menina; ao fundo, trabalhadores se limpam para sair da fábrica; à esquerda, moldado pela luminosidade das fornalhas, o inspetor da fábrica observa todo o processo. Menzel quis demonstrar as duras condições de trabalho na indústria pesada da Alemanha recém-unificada e rapidamente industrializada com o apoio do Estado. Antiga Galeria Nacional, Berlim, Alemanha.

ADOLPH MENZEL. THE IRON ROLLING MILL (MODERN CYCLOPES). 1872-1875.

8 Conceito de capitalismo

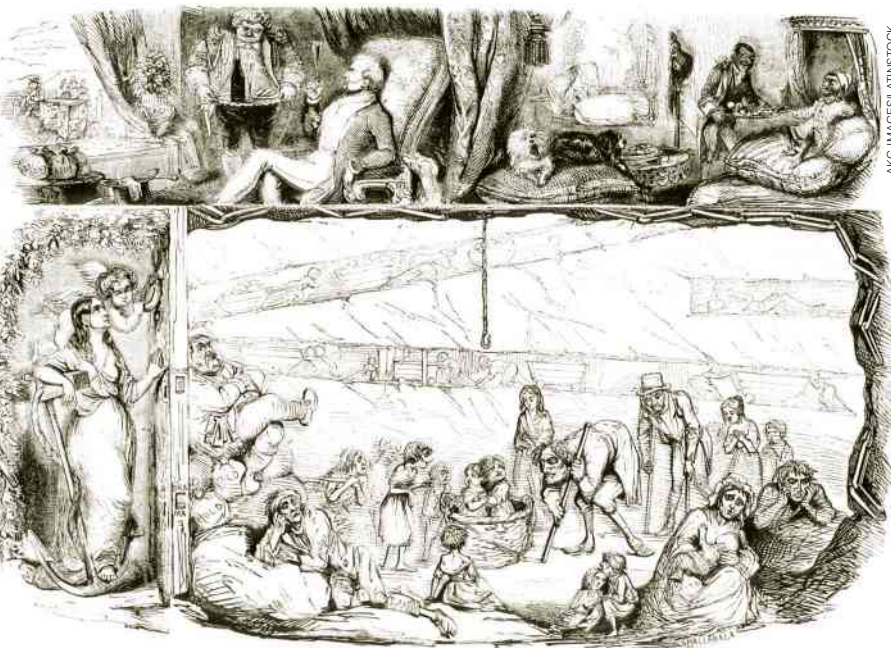
O termo **capital** era usado em latim com função de adjetivo. A expressão *pars capitalis debiti*, por exemplo, significava "a parte principal de um débito". Com o tempo, a palavra passou a ser sinônimo de "conjunto dos bens em comércio ou na produção". No século XVII, começou a ser usada como substantivo sinônimo de "riqueza, valor; um cabedal, a maior expressão da riqueza do homem".

O termo **capitalista**, por sua vez, já era usado no século XVIII. Dele se originou a palavra **capitalismo**, que define uma forma específica de agir econômico, datado historicamente, e parte de um sistema político e social maior.

Vários pensadores elaboraram teorias sobre o capital e o capitalismo, em especial os alemães Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920).

Karl Marx deu maior importância ao modo como se organizava a produção. Para ele, só existia capitalismo nas sociedades em que predominava o pagamento de um salário ao trabalhador. A condição fundamental era o trabalhador ser livre para vender sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção (os instrumentos de trabalho, as máquinas, a terra etc.). Segundo Marx, o período compreendido entre os séculos XV e XVIII não pode ser caracterizado como capitalista, pois o trabalho assalariado, embora existisse, não era predominante. O capitalismo teria se desenvolvido, segundo essa teoria, a partir das últimas décadas do século XVIII, com a crescente industrialização e a progressiva transformação dos camponeses e artesãos em assalariados, sobretudo na Inglaterra.

Max Weber definiu o capitalismo como uma economia baseada no mercado, na compra e venda de mercadorias, independentemente da forma como se organiza a produção dos artigos comercializados. Para ele, o período compreendido entre os séculos XV e XVIII – em que prevaleciam as políticas mercantilistas – pode ser caracterizado como capitalista. Afinal, o comércio era a fonte principal da riqueza, pouco importando o tipo de relações de trabalho predominantes na época.

Weber não levou em consideração o fato de que, na Europa, os trabalhadores eram camponeses sujeitos às relações de servidão ou artesãos inseridos em corporações de ofício. Também não deu importância ao fato de que, na América, a maior parte do trabalho era realizada por escravos e pessoas em regime de servidão, de origem africana ou indígena. Como a produção estava voltada para o mercado, havia capitalismo: o capitalismo comercial.

AKG-IMAGES/LATINSTOCK

Capital e trabalho, caricatura de 1843 que mostra as diferenças de modo de vida entre ricos e pobres, entre o capital e o trabalho. Publicada na *Punch Magazine* de Londres, 1843. Coleção particular.

Capitalismo industrial e financeiro

Ao longo do século XIX, o capitalismo se tornou muito mais complexo. Embora a economia fabril, voltada para a produção de bens de consumo (como tecidos, roupas e alimentos), tenha se ampliado, no fim do século a economia capitalista era eminentemente produtora de bens de produção ou bens de capital, como a metalurgia, as máquinas, a energia e, em especial, os transportes movidos a vapor: ferrovias e navios.

O necessário aumento do volume de investimentos para fazer funcionar esse capitalismo restringiu, cada vez mais, o número de empresários que participavam do negócio. O capitalista individual e a empresa familiar perderam importância. E o capitalismo tendeu a se concentrar em grandes empresas, em geral associadas ao sistema bancário. Ocorreu uma espécie de fusão entre o capital industrial e o capital financeiro.

Em resumo, no século XIX, nas regiões mais dinâmicas, consolidaram-se o capitalismo e a sociedade industrial – e, com eles, a concentração da população em zonas urbanas, a formação de um mercado de trabalho assalariado, o predomínio dos bens industrializados na economia, a concentração da riqueza e do capital em grandes empresas e a venda desses produtos para um mercado mundial.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

A charge estadunidense, chamada *Os barões usurpadores da atualidade*, de 1889, ironiza a história, afirmando que ela se repete: os ladrões do povo da Idade Média deram lugar aos donos das fábricas do mundo industrial. Repare na diferença de tipo físico entre proprietários e trabalhadores: gordos – fartura; magros – miséria. Coleção particular.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

A paisagem de Manchester

A pintura abaixo retrata a cidade de Manchester, o maior centro de produção de tecidos de algodão da Inglaterra. Sua população, no início do século XVIII, era de cerca de 10 mil pessoas. No final do mesmo século, a cidade já contava com quase 90 mil habitantes, chegando a ter, em meados do século XIX, época em que essa pintura foi feita, cerca de 400 mil. Esse aumento estupendo da população foi resultado mais da migração do que dos nascimentos, pois a taxa de mortalidade infantil era altíssima. Tendo sempre em mente que as pinturas não representam necessariamente a realidade e que o artista, nascido na Itália e vinculado à pintura romântica, escolheu o tema da obra, observe a imagem e responda às questões propostas a seguir.

WILLIAM WYLD. MANCHESTER FROM KERSAL MOOR. 1852.

Manchester vista de Kersal Moor, pintura de William Wylde, 1852. Coleção Real de Sua Majestade Elizabeth II, Grã-Bretanha.

1. Qual o principal contraste da cena retratada? Formule uma explicação para o que o artista poderia querer mostrar.
2. Mesmo que a imagem não seja um retrato fiel da realidade, ela indica a principal fonte de energia das fábricas da cidade. Que fonte é essa e qual era o principal combustível utilizado para obtê-la?
3. A mortalidade infantil era muito alta. Qual poderia ser uma das causas das doenças infantis?

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. Em 1799, um proprietário rural de Cheshunt Park recebeu a seguinte carta anônima:

Somos os Associados da Paróquia de Cheshunt em defesa de nossos direitos paroquiais de que o senhor quer ilegalmente nos privar (...). Se o senhor pretender cercar nossos campos comuns, (...) esse ato sanguinário e ilegal vai deixar seus corações sem sangue (...). Declaramos que o senhor não poderá dizer "estou seguro" quando for para a cama; esteja alerta para que, ao abrir os olhos, não se veja entre chamas (...).

Citado em: THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. vol. 2. p. 47.

a) Contra o que os habitantes de Cheshunt se rebelavam?

b) A que grupo social esses habitantes pertenciam?

c) O que eram "campos comuns" no sistema agrário inglês?

2. Que relação de trabalho passou a predominar depois da Revolução Industrial?

3. Além do papel determinante da energia a vapor, que outras condições fizeram da Inglaterra a pioneira na criação do complexo fabril conhecido como Revolução Industrial?

4. Relacione o aprimoramento tecnológico da indústria têxtil ao processo de concentração de trabalhadores em fábricas.

5. No novo sistema de fábrica que se criava na Inglaterra do século XVIII, como se estruturou a divisão do trabalho?

6. Estabeleça as principais diferenças entre a teoria econômica mercantilista e a do liberalismo.

7. Comente a afirmativa: a Inglaterra converteu sua economia baseada na madeira e na água para uma alicerçada no carvão e no ferro.

8. Estabeleça as principais diferenças entre a Inglaterra, a França e os Estados germânicos no que diz respeito à instalação do transporte ferroviário, relacionando-as com o papel do Estado.

9. Em que diferem as explicações de Max Weber e Karl Marx sobre o capitalismo?

Reflexões

Burguesia e proletariado

A palavra **burguês** se originou do termo francês *bourgeois*, que, até o século XVIII, significava o habitante da cidade de Paris que gozava de direitos políticos. Depois, passou a designar o cidadão com direitos políticos em qualquer parte da França e, também, o grupo mercantil, os comerciantes de qualquer país. Mas foi com as teorias de luta de classe marxistas que se tornou um conceito.

No *Manifesto Comunista*, de 1848, Karl Marx e Friedrich Engels afirmavam que a burguesia "desenvolveu-se, aumentou seu capital e deixou para trás todas as classes oriundas da Idade Média", tanto camponeses quanto aristocratas. Para eles, o Estado representativo moderno tornou-se um "comitê para administrar os interesses comuns de toda a burguesia". Entrando no terreno da luta de classes, a burguesia "deu vida aos homens que vão empunhar essas armas – a classe trabalhadora moderna, os proletários". Os burgueses, para eles, eram os que detinham a propriedade da terra, das fábricas e dos instrumentos de trabalho – do capital, em suma. Os trabalhadores só eram proprietários de sua força de trabalho.

Já o termo **proletário** se originou do latim *proletarius*, *proletarii*, pertencente à camada mais baixa da Roma antiga e considerado cidadão que nada oferecia à sociedade, exceto filhos. Até o século XIX, era pouco comum e usado com uma conotação de desprezo para indicar as condições dos pobres, em geral, ligados à ociosidade, à criminalidade, ao trabalho manual, à ignorância. Foi também com o *Manifesto Comunista* que o termo assumiu um significado diferente, político, referindo-se aos trabalhadores assalariados industriais e agrícolas – os que não possuíam capital e precisavam trabalhar para sobreviver.

- Avalie a pertinência dos conceitos apresentados no texto em dois casos:

a) o processo de industrialização alemão;

b) a situação da classe operária inglesa.

Vamos testar?

1. (Enem-2009)

A prosperidade induzida pela emergência das máquinas de tear escondia uma acentuada perda de prestígio. Foi nessa idade de ouro que os artesãos, ou os tecelões temporários, passaram a ser denominados, de modo genérico, tecelões de teares manuais. Exceto em alguns ramos especializados, os velhos artesãos foram colocados lado a lado com novos imigrantes, enquanto pequenos fazendeiros-tecelões abandonaram suas pequenas propriedades para se concentrar na atividade de tecer. Reduzidos à completa dependência dos teares mecanizados ou dos fornecedores de matéria-prima, os tecelões ficaram expostos a sucessivas reduções dos rendimentos.

THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979 – adaptado.

Com a mudança tecnológica ocorrida durante a Revolução Industrial, a forma de trabalhar alterou-se porque

a) a invenção do tear propiciou o surgimento de novas relações sociais.

b) os tecelões mais hábeis prevaleceram sobre os inexperientes.

c) os novos teares exigiam treinamento especializado para serem operados.

d) os artesãos, no período anterior, combinavam a tecelagem com o cultivo de alimentos e a criação de animais.

e) os trabalhadores não especializados se apropriaram dos lugares dos antigos artesãos nas fábricas.

Conexões História e Sociologia

O campesinato às vésperas da Revolução Industrial

Houve camponeses e sistemas de campesinato em várias partes do mundo. Na Europa, em linhas gerais, considera-se campesinato o conjunto de vizinhos de uma determinada região, membros de uma aldeia e de uma paróquia e ocupantes de terras de propriedade ou sob o domínio de um senhorio.

Durante a Alta Idade Média – auge do trabalho sob base camponesa –, esses habitantes conquistaram certos direitos de uso da terra. Em alguns casos, os proprietários concediam lotes de terras (chamados tenências, na Inglaterra) para cada família camponesa, que os cultivavam, pagando pelo uso em produtos e em trabalhos variados para o uso comum, como estradas, moinhos, silos, currais etc. Em outros casos, o pagamento era em dinheiro. Havia ainda outra situação, em que camponeses eram proprietários de fato de lotes de terra, sendo considerados camponeses livres, mas nem por isso deixavam de ser aldeões sob o domínio de um senhorio, pagando taxas pré-fixadas a ele.

Os camponeses faziam parte de uma sociedade hierarquizada e, nela, eram dependentes, subordinados. As comunidades camponesas tinham certos direitos coletivos sobre rios, lagoas e terras comuns, como florestas e pastos. Por séculos os senhorios tentaram diminuir esses direitos, que eram defendidos zelosamente pelos camponeses, criando fortes laços de solidariedade aldeã.

A família era uma instituição social fundamental, na qual os membros produtivos cuidavam de crianças, velhos e inválidos. Todos trabalhavam e contribuíam para a economia doméstica, desde que tivessem idade ou condições físicas para tanto. O tempo de trabalho era determinado pela família camponesa.

Havia desigualdade, como em qualquer comunidade: em uma mesma aldeia havia camponeses ricos, letrados e proprietários de terras ao lado de analfabetos e pobres. Muitas vezes os camponeses mais ricos se valiam do trabalho dos mais pobres, pagando por ele. Com mais mão de obra, aumentavam os rendimentos de suas terras. Mas também era comum a ajuda mútua, a solidariedade, em casos de tragédias familiares.

- Sob o ponto de vista sociológico e com base nessas informações, explique o impacto, no mundo camponês, do cercamento dos campos na Inglaterra e a consequente concentração da propriedade fundiária. Por que podemos dizer que isso representou o fim de uma "cultura camponesa" inglesa e, até mesmo, do camponês? Compare o tipo de trabalho do camponês com o sistema de fábrica ou agricultura mecanizada.

Capítulo 7

Os trabalhadores vão à luta

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY / KEYSTONE BRASIL

Gravura de Gustave Doré, de 1872, mostra a superpopulação, a sujeira e a pobreza nas ruas e becos de Londres no século XIX. Coleção particular.

Esta imagem mostra a impressão que o pintor tinha sobre o modo de vida da população de uma grande cidade do século XIX. Ele não foi o único a retratar a vida nas ruas sujas, populosas e insalubres das cidades industriais europeias. O grande fosso entre esses modos de vida foi um dos responsáveis pelas revoluções e revoltas populares do século XIX, ao mesmo tempo em que teorias socialistas vinham dar o embasamento erudito às reivindicações dos trabalhadores. É o que vamos ver neste capítulo.

Puxando pela memória

Trabalhar 8 horas por dia (44 horas por semana); receber um salário a mais por ano (13º salário); ter férias. Esses são, atualmente, alguns dos direitos dos trabalhadores de vários países, inclusive dos brasileiros. Todos eles foram conquistas dos trabalhadores ou concessões de seus patrões?

1 O proletariado britânico

Ao final das guerras napoleônicas, em 1815, a burguesia inglesa estava bastante otimista. Acreditava que o fim do conflito traria a abertura de vários mercados. Mas, ao contrário, ocorreu uma queda brusca na procura por manufaturados, sobretudo porque o conflito provocou o empobrecimento das populações de muitos países.

Para compensar a retração da demanda na Europa continental, os exportadores ingleses encontraram mercado na Índia, no Extremo Oriente, no Brasil e nas demais colônias americanas, em processo de independência. Mas, como esses produtos não eram adequados aos consumidores desses locais, os estoques se avolumaram, os preços despencaram e começaram sérios problemas de desemprego.

A indústria pesada, muito ligada à fabricação de armamentos, foi a mais atingida, em decorrência do fim das guerras napoleônicas. O preço da tonelada do ferro, por exemplo, diminuiu de 20 para 8 libras. Milhares de operários da siderurgia foram demitidos. O desemprego era agravado pela entrada de 300 mil ex-soldados no mercado de trabalho, desmobilizados com o fim da guerra.

Na zona rural ocorreram revoltas e invasões às grandes propriedades, em especial nas áreas reservadas à caça, onde o camponês ia buscar complemento para sua alimentação. O governo tomou medidas severas contra aqueles que circulassem armados nos campos sem autorização para praticar a caça. Em três anos (1827-1830), mais de 8500 pessoas foram condenadas.

Em 1830, explodiram inúmeras revoltas rurais, provocadas pela adoção da debulhadora mecânica na agricultura, que substituía inúmeros trabalhadores e fez aumentar o desemprego. A situação foi agravada por uma diminuição das colheitas e pela morte de 2 milhões de ovelhas por doença.

Fique de olho!

- DECCA, Edgar de; MENEGUELLO, Cristina. *Fábrica e homens*. A Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores. São Paulo: Atual, 1999.

  O livro apresenta o contraste entre o modo de vida no campo e na cidade, nos primeiros tempos da industrialização, além do cotidiano nas fábricas, as organizações sindicais, lazer e as festas operárias.

O capital rejeita os trabalhadores

As associações de trabalhadores eram antigas na Inglaterra; funcionavam, em geral, como instituições de ajuda mútua. Com a industrialização, os sindicatos entraram em cena, lutando por melhores salários e condições de trabalho. Nessa época, o Estado apenas reprimia as manifestações operárias. A função do Estado liberal era manter a ordem; não interferia nas relações entre patrões e trabalhadores. Afinal, a Câmara dos Comuns era domínio da burguesia...

Em 1799, o Parlamento britânico aprovou a *Combination Acts*, leis que proibiam a associação de trabalhadores, ou seja, o sindicato. Existia um forte preconceito em relação aos trabalhadores (*working class*), tanto por parte da burguesia quanto dos governantes. Eram considerados indivíduos inferiores, brutos, sem educação e com nível intelectual baixo. Mesmo assim, as elites temiam tanto os trabalhadores como os desocupados, considerados perigosos. Receavam os quebra-quebras, as invasões de fábricas por multidões enfurecidas, as passeatas de pobres e desocupados pelas ruas.

Em 1850, cerca de 50% da população da Inglaterra vivia em cidades, ocupada em várias atividades, sobretudo industrial. Em 1871, eram 65% – uma concentração urbana que apavorava as elites. Londres era vista como o maior perigo; mas as populosas cidades industriais do norte do país também preocupavam. Para muitos, esses bolsões de miséria, com seus desempregados e os que viviam da mendicância, precisavam ser extirpados.

Grande parte da burguesia não acreditava que esses trabalhadores tivessem capacidade de se organizar politicamente. Estava completamente enganada. Ao longo do século XIX, a classe operária inglesa se organizou contra os abusos do capitalismo, promovendo ações que iam desde a destruição de máquinas até a luta pelo direito de voto. Mostrava, portanto, consciência de seus interesses.

MARY EVANS/DIOMEDIA

Encontro de sindicalistas em Birmingham, na Inglaterra (século XIX). A sociabilidade entre operários era essencial para a união da classe na luta por direitos trabalhistas e políticos. Obra de Henry Harris, publicada em agosto de 1832. Coleção particular.

2 Ser operário: conceito e cotidiano

Entre os historiadores, o debate é intenso: com o advento da indústria e do capitalismo, as condições de vida da classe trabalhadora teriam melhorado ou piorado? A discussão mostra, sobretudo, as dificuldades para avaliar o assunto.

Sem dúvida, a industrialização trouxe, ao longo do tempo, benefícios para toda a sociedade. Mas também acabou gerando sofrimento para os trabalhadores, até mesmo pela ausência de leis que colocassem limites à cobiça dos patrões. Milhões de trabalhadores rurais foram afetados pelas leis que permitiram aos senhorios alienar os campos comuns (os cercamentos dos campos) e acabaram se dirigindo às cidades. Mas a utilização indiscriminada das mulheres e crianças no serviço fabril fazia com que a concorrência baixasse os salários. Na década de 1830 e, principalmente, em meados da década de 1840, outro problema: os salários diminuíram bruscamente, com o aumento rápido da oferta de mão de obra provocado pela imigração de irlandeses que fugiam da fome.

Mundo fabril

As condições de trabalho nas fábricas inglesas da primeira metade do século XIX inspiraram muitos livros. Vários escritores mostraram-se hesitantes entre celebrar o progresso técnico ou lamentar a miséria por ele causada. O certo é que a descrição das fábricas foi sempre negativa: baixos salários, umidade ou frio excessivo, jornadas de até 16 horas diárias, ar poluído, sujeira, humilhações sofridas pelos trabalhadores, acidentes com máquinas que provocavam mutilações e até morte. Os operários eram constantemente vigiados e obedeciam a horários rigorosos, uma disciplina que não excluía a violência física dos capatazes. Eram regras exclusivamente impostas pelos interesses dos patrões.

O fantasma do desemprego estava sempre presente, obrigando o trabalhador a suportar esse regime disciplinar. Fora das fábricas as condições também eram péssimas: muitos se entregavam ao alcoolismo; as habitações urbanas eram muito ruins; a falta de saneamento era propícia às epidemias mais virulentas, que causavam grande número de vítimas em todos os grupos sociais, principalmente nas camadas mais pobres da população.

3 Ludistas e cartistas em busca de direitos

A primeira metade do século XIX foi marcada por rápidas transformações nos ofícios tradicionais da indústria têxtil, em grande parte como resultado da introdução das máquinas, mais eficientes, e do subemprego. A ordem social baseada nos ofícios, nos costumes tradicionais e na vida comunitária perdia lugar para a fábrica e suas tecnologias.

Essa situação incentivou a formação de movimentos contra o uso das máquinas. Entre 1811 e 1819, houve uma série de ataques às fábricas: homens armados com martelos, machados e pistolas, com rostos pintados de preto e envoltos em cachecóis, invadiam as instalações para quebrar as máquinas, vistas como responsáveis por roubar o emprego dos trabalhadores – em particular dos tecelões.

Os primeiros ataques do chamado **movimento ludista** ocorreram em Nottingham, onde coexistiam a produção doméstica de tecidos em oficinas e empresas dotadas de máquinas a vapor. O movimento se irradiou para outras regiões, contando com enorme apoio popular. Calcula-se que o quebra-quebra dos ludistas tenha causado um prejuízo de 1,5 milhão de libras esterlinas e a destruição de 30% das máquinas de Nottingham.

A reação do governo foi violenta, com enforcamentos, masmorras e deportações. Uma lei de 1817, conhecida como Lei da Rolha, proibiu reuniões públicas e distribuição de panfletos que incitassem revoltas. O governo chegou a infiltrar pessoas para fomentar desordens e, dessa forma, poder estimular medidas ainda mais severas. A repressão inibiu a atuação dos ludistas a partir de 1819.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Litografia de James Tingle que representa mulheres trabalhando em fábrica, c. 1830. Coleção particular.

Comentar que Robin Hood é o protagonista de uma lenda inglesa de origem medieval do século XIV. Na maioria das versões, Robin era o chefe de uma quadrilha de ladrões da floresta de Sherwood, que assaltava nobres para distribuir o produto do roubo entre os camponeses.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO

Carta do general Ludd a um proprietário (1812)

Algumas vezes, antes do ataque a uma fábrica, o proprietário recebia uma carta anônima de alerta, assinada pelo general Nelson Ludd – personagem imaginário criado a partir da história de Robin Hood.

Possuímos informações de que você é um dos proprietários que têm um desses detestáveis teares mecânicos e meus homens me encarregaram de escrever-lhe, fazendo uma advertência para que você se desfaça deles... Atente para que se eles não forem despachados até o final da próxima semana enviarei um dos meus lugares-tenentes com uns 300 homens para destruí-los, e, além disso, tome nota de que se você nos causar problemas, aumentaremos o seu infortúnio queimando o seu edifício, reduzindo-o a cinzas; se você tiver o atrevimento de disparar contra os meus homens, eles têm ordem de assassiná-lo e de queimar a sua casa. Assim você terá a bondade de informar aos seus vizinhos de que esperem o mesmo destino se os seus tricotadores não forem rapidamente desativados.

Ass.: General Ludd, março de 1812.

Citado por: SALE, Kirkpatrick. *Inimigos do futuro*. A guerra ludista contra a Revolução Industrial e o desemprego. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 196.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK / FOTOARENA

Um líder dos ludistas, gravura inglesa anônima do século XIX publicada por Mess, Walker e Knight. Sátira publicada em 1812 que mostra um líder ludista com roupas e adereços femininos. A imprensa, na época, oscilava entre a admiração pelos avanços tecnológicos e a detração à modernização. Apesar dos quebra-quebras de instrumentos de trabalho não terem sido incomuns na história do trabalho na Grã-Bretanha, a organização dos ludistas incomodou a muitos, sejam parlamentares, sejam jornalistas ou editores de periódicos. A imagem acima, que mostra um líder ludista em trajes femininos, indica que, para o autor (anônimo), o movimento não podia ser levado a sério. Museu Britânico, Londres, Inglaterra.

- A partir desse documento, um verdadeiro ultimato contra o dono de um tear mecânico, é possível afirmar que o chamado ludismo declarava guerra contra o capitalismo na Inglaterra? Justifique.

Protestos e massacres

Em 1819 ocorreu outro grande tumulto, dessa vez em reação à chamada Lei dos Cereais, de 1815. O governo decidira proibir a importação de trigo, para manter os preços altos, em benefício dos proprietários rurais e prejuízo dos pobres, que pagavam caro pelo pão.

Cerca de 80 mil pessoas se reuniram em Manchester para ouvir um orador radical. A mando dos proprietários rurais, comerciantes e donos de fábricas, a milícia investiu sobre a multidão, matou 15 e feriu cerca de 700 pessoas, incluindo mulheres. O episódio ficou conhecido como o “Massacre de Peterloo”. A extrema

violência, com apoio explícito do governo, levou os trabalhadores a clamar por reformas legislativas, apoiados por setores médios da sociedade, temerosos de uma guerra civil.

Em novembro de 1819, o Parlamento aprovou leis que reforçavam o poder dos juízes na repressão de reuniões com mais de 50 participantes, na permissão de inspeções em casas particulares suspeitas de conter armamentos e na punição de responsáveis por publicações consideradas "difamatórias, sediciosas ou irreverentes". As penas variavam da prisão ao degredo. Essas leis criminalizavam os trabalhadores, sobretudo os militantes, empurrando-os cada vez mais para a clandestinidade.

A luta por direitos políticos

No final da década de 1830, surgiu o movimento **cartista**, organizado e centrado em reivindicações políticas. A iniciativa partiu da Associação dos Trabalhadores de Londres, com a divulgação da Carta do Povo (origem do nome **cartismo**), redigida por William Lovett e enviada ao Parlamento em 1838.

A reivindicação de pagar salário aos parlamentares permitiria que pessoas sem recursos fizessem parte do Parlamento. Caso não fosse pago, somente as pessoas mais ricas poderiam oferecer seus serviços, pois não precisavam do salário para sobreviver.

Os cartistas queriam a aprovação de uma reforma parlamentar que garantisse uma representação mais equilibrada nas eleições distritais; a abolição do censo eleitoral exigido dos candidatos ao Parlamento; o sufrágio universal masculino para os maiores de 21 anos; mandatos parlamentares anuais; voto secreto; pagamento de salário aos parlamentares; reforma dos distritos eleitorais. O objetivo era claro: democratizar o Parlamento, permitindo maior acesso de diversos grupos sociais ao poder legislativo na Inglaterra.

As petições cartistas foram apoiadas por milhares de operários. Em julho de 1838, a carta já tinha quase 1,3 milhão de assinaturas. Mas, apesar da mobilização popular, não foi aceita pelo Parlamento, o que desencadeou novas manifestações, reprimidas pela polícia. Lovett foi preso, assim como outros 450 integrantes do movimento.

Em 1840, com a gradual libertação dos cartistas, o movimento ganhou novo fôlego – em especial com a formação da Associação Cartista Nacional, origem do primeiro partido político popular da época contemporânea. Organizado em seções locais, chegou a contar com mais de 40 mil associados.

Cartistas pressionam o Parlamento

Os cartistas permaneciam distantes dos sindicatos, o que constituía um problema para o movimento. Para se aproximar, enviaram representantes, favorecendo a "politização" dos sindicatos, até então dedicados quase exclusivamente às questões ligadas ao trabalho, emprego e salários.

O movimento cartista enviou então um novo projeto de lei ao Parlamento, dessa vez incluindo reivindicações por melhores salários, redução da jornada de trabalho e uma legislação trabalhista. Também se posicionou contrário à Lei dos Cereais, ainda em vigor, que encarecia o pão ao sobretaxar a importação de trigo.

A elevação dos preços do trigo e a carestia provocadas pela má colheita de 1845, bem como o aumento do desemprego na Inglaterra, fizeram o cartismo ganhar força. O movimento se espalhou mais rapidamente do que na vez anterior, com a segunda Carta do Povo recebendo mais de 3,3 milhões de assinaturas – número superior à metade da população masculina adulta da Grã-Bretanha. O Parlamento, porém, tornou a rejeitar o projeto de reforma,

em maio de 1842. A recusa gerou greves, assim como nova onda repressiva. Ainda uma terceira Carta foi enviada ao Parlamento, com 2 milhões de assinaturas, tendo o mesmo destino: rejeitada.

Apesar dessas derrotas, o saldo do movimento cartista na defesa da classe trabalhadora foi razoável. Os representantes da burguesia no Partido Liberal perceberam a necessidade de conceder certos direitos aos trabalhadores, para bem da economia. Assim, o Parlamento aprovou a jornada de trabalho de 10 horas, em 1842; proibiu o trabalho de crianças e mulheres na limpeza de máquinas em funcionamento, em 1844; no mesmo ano, reduziu para meio período a jornada de trabalho dos menores de 13 anos; revogou a Lei dos Cereais, em 1846. Os sindicatos (*trade unions*), no entanto, só seriam reconhecidos na década de 1870, mesmo assim com limitações.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

A gravura representa o gigantismo da classe trabalhadora e do movimento cartista diante de um parlamentar franzino e assustado. Cartum da *Punch Magazine*, de 1848. Coleção particular.

OUTRA DIMENSÃO CONFLITOS SOCIAIS

A classe operária na Inglaterra

Diferente de outros países europeus, desde fins do século XVIII os trabalhadores ingleses vivenciavam uma série de conflitos com dirigentes políticos e empregadores. Esses embates permitiram que identificassem seus interesses, em contraposição aos interesses das elites políticas e patronais. Percebiam-se, assim, como classe, em oposição aos burgueses.

Além do mais, eles tiveram vitórias políticas e sociais, mesmo que não correspondessem totalmente ao que reivindicavam. O ludismo e o cartismo, em associação com as práticas tradicionais de mobilização dos trabalhadores, foram experiências fundamentais para a constituição da classe trabalhadora. Agora, no mundo industrial, os trabalhadores criavam novos caminhos, construíam novos vínculos.

Enquanto em 1848 inúmeras revoltas eclodiram nas cidades e nos campos da Europa Continental, na Inglaterra começava um período de vertiginosa expansão econômica, com ampla oferta de empregos. Essa prosperidade beneficiava todos os setores da sociedade, embora de forma desigual. Tal situação levou os trabalhadores a recuarem em suas mobilizações.

Leia a avaliação de Friedrich Engels, parceiro de Karl Marx na luta por uma revolução socialista, sobre o ano de 1848 na Inglaterra:

O proletariado inglês está se tornando cada vez mais burguês, de sorte que a mais burguesa de todas as nações aspira visivelmente possuir uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês, além de uma burguesia. Para uma nação que explora o mundo inteiro, isto é naturalmente até certo ponto justificável.

MARX, K.; ENGELS, F. Carta de 7 de outubro de 1858. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. 3 v.

- Relacione a avaliação pessimista de Engels do potencial revolucionário na Inglaterra, constatando o desinteresse do operariado inglês pela alternativa revolucionária, com a política e a economia do período.

4 Projetos de socialismo

Ao longo do século XIX, surgiram várias doutrinas socialistas, a maioria herdeira do pensamento jacobino que marcou a fase radical da Revolução Francesa. Essas doutrinas ganharam corpo e se difundiram em meio à formação e expansão das sociedades industriais.

Para os primeiros socialistas, as desigualdades provocadas pela intensa concentração de riquezas no mundo industrial eram inaceitáveis. Para solucionar esse problema, formularam projetos revolucionários ou reformistas.

O termo **socialismo** tornou-se conhecido a partir das doutrinas do britânico Robert Owen (1771-1858), empresário que propunha um sistema econômico baseado na formação de cooperativas de trabalho, que incluíam escolas e moradias para os trabalhadores.

Owen fundou várias cooperativas, dotando-as de residências aceitáveis para os trabalhadores; criou armazéns para vender mercadorias mais baratas; controlou a venda de bebidas alcoólicas; fundou escolas e reduziu a jornada diária de trabalho para dez horas e meia. Tratou-se, porém, de uma iniciativa isolada, motivada pelo espírito filantrópico de "humanizar o capitalismo" sem destruí-lo.

Na mesma época, um filósofo francês, conde de Saint-Simon (1760-1825), formulou ideias semelhantes. Reconhecia que o desenvolvimento técnico e o avanço da ciência eram importantes para a sociedade, mas criticava a exploração do trabalhador por um grupo formado por poucos, cada vez mais ricos. Propunha uma nova ordem social, baseada na administração coletiva da economia e da política.

O francês François-Marie-Charles Fourier (1772-1837) foi outro pioneiro das ideias socialistas. Suas teorias eram divulgadas no jornal *Le Phalanstère*, que começou a circular em 1822. Criticava abertamente a sociedade industrial, denunciando suas contradições e injustiças, e propondo uma sociedade onde trabalho e prazer estivessem ligados.

A nova sociedade seria composta de comunidades reunidas em habitações mistas, os **falanstérios**. Neles, o amor seria livre; a educação, adequada a cada criança; e o trabalho, realizado conforme a vocação pessoal. Fourier, como outros socialistas, era inconformado com o gigantismo da sociedade industrial e com a miséria da maioria. Sonhava com uma sociedade mais simples, onde a fraternidade e a igualdade prevalecessem sobre as ambições materiais.

Nessa época, existiram ainda projetos socialistas que pregavam a revolução social, como o formulado por Auguste Blanqui (1811-1882) na França. O chamado **blanquismo** baseava-se na fase mais radical da Revolução Francesa. Recorria a métodos conspiratórios, com uma organização secreta liderando a revolução social. Assim, desprezava os métodos institucionais e era contrário à participação política dos trabalhadores por meio das eleições.

A busca de um socialismo científico

Dentre as propostas formuladas no século XIX, aquela que obteve maior repercussão foi a de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), autores do projeto socialista que mais inspirou revoluções sociais ao longo do século XX.

Marx e Engels formularam um pensamento original que buscava se diferenciar de todos os projetos socialistas criados até então, alegando que eles se limitavam a oferecer alternativas circunstanciais para enfrentar a exploração da classe operária. Segundo eles, tais projetos acenavam, quando muito, com melhorias nas

condições de vida dos trabalhadores, sem apresentar alternativas revolucionárias capazes de destruir a sociedade burguesa. Por isso, enquadraram tais projetos na categoria de socialismo utópico, romântico ou reformista, qualificando o seu próprio projeto como **socialismo científico** e revolucionário.

Em 1848, em meio às **revoluções liberais**, Marx e Engels publicaram o *Manifesto do Partido Comunista*, a pedido de uma organização que reunia intelectuais e associações ligadas aos movimentos sociais. O conteúdo do manifesto não deixava dúvida sobre o caráter internacionalista da proposta: *"Trabalhadores do mundo! Uni-vos!"*. Era uma propaganda explícita pela união do proletariado contra a burguesia, uma forte oposição ao nacionalismo burguês, que então prosperava por toda Europa e por diversas partes do mundo. Assim, implacável com a burguesia, o manifesto respeitava as organizações operárias existentes, incentivando a união proletária.

Fique de olho!

- PAULO NETTO, José. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros Passos.

  O livro tem como objetivo esboçar uma introdução à teoria marxista para iniciantes, em linguagem acessível.

ALBUM/ORONOZ/FOTOARENA

Marx e Engels examinam a prova de um jornal, em 1848, em Colônia, atualmente na Alemanha. Instituto Marx-Engels, Moscou, Rússia.

O marxismo

O projeto **marxista** se baseava na concepção de que a história da humanidade era determinada pela base econômica de cada sociedade historicamente considerada (modo de produção) e pela dinâmica das relações de classe correspondentes a essa base econômica. Desse modo, as transformações históricas ocorriam a partir do conflito entre os organizadores da produção e os produtores diretos, ou seja, entre a classe dominante (proprietários dos meios de produção) e a classe dominada (trabalhadores, proprietários de sua força de trabalho). Por essa razão, segundo Marx e Engels, "o motor da história da humanidade residia na luta de classes".

Segundo eles, no comunismo primitivo imperava um estado de igualdade originária, superado com o desenvolvimento das forças produtivas, da propriedade privada e das relações de classe, como no escravismo antigo e no feudalismo europeu medieval.

O capitalismo foi por eles considerado como a forma mais desenvolvida da sociedade de classes, na medida em que o trabalhador, despossuído dos meios de produção, era levado a vender sua força de trabalho aos empresários.

A exploração do trabalho passou a se dar sem o uso da força física, como na servidão e na escravidão, por exemplo, mas através da própria economia, isto é, na diferença entre o preço de determinada mercadoria e o valor monetário recebido pelo operário para produzi-la: a **mais-valia**.

No raciocínio de Marx, se determinada mercadoria fosse vendida por 10 libras e, para produzi-la, o trabalhador recebesse 2 libras de salário, e os gastos com matéria-prima e demais insumos industriais fossem 3 libras, a mais-valia seria de 5 libras, base do lucro burguês na produção daquela mercadoria.

Assim, a superação do capitalismo dependeria, antes de tudo, de uma tomada de consciência do operariado sobre a exploração a que estava submetido, condição necessária para uma ação de expropriação dos meios de produção das mãos da burguesia. Era esse o projeto de **revolução socialista** de Marx e Engels, cuja meta a ser alcançada era a igualdade total numa sociedade sem classes: a **sociedade comunista**.

5 Anarquistas em cena

O termo **anarquismo** vem do grego *anarkhía* e significa "ausência de poder". O **movimento anarquista** ganhou força a partir da industrialização e da organização dos operários no século XIX. Era baseado em uma idealização do passado remoto, uma nostalgia dos tempos primitivos em que as comunidades não tinham chefes e cada um contribuía para as necessidades do grupo.

O anarquismo considerava o Estado uma invenção catastrófica, submetendo a maioria à vontade de poucos – ao contrário do liberalismo, que via no Estado um instrumento essencial para garantir as liberdades individuais e o interesse comum. Acreditava na fraternidade natural do ser humano, atribuindo ao Estado a degeneração da sociedade, sobretudo nas sociedades industriais do século XIX.

Os anarquistas repudiavam uma revolução que levasse à formação de qualquer organismo com poder coercitivo sobre os indivíduos. Nisso se distanciavam das propostas de Marx e Engels, que defendiam a formação de um Estado controlado pelo proletariado – a **ditadura do proletariado** – antes de se atingir o comunismo.

Os principais expoentes do pensamento anarquista foram o francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e o russo Mikhail Bakunin (1814-1876). Proudhon foi autor da célebre frase "A propriedade é um roubo", base de seu projeto revolucionário em prol de uma sociedade igualitária de pequenos produtores associados, no campo e na cidade. Para ele, a abolição dos bancos e do dinheiro criaria de imediato as condições para uma sociedade saudável. Sua atuação junto aos trabalhadores franceses tornou-o conhecido em toda a Europa. Já Bakunin depositava suas esperanças nos camponeses russos e nos trabalhadores italianos e espanhóis, apostando que a revolução partiria de grupos sociais em países que estavam à margem das grandes sociedades industriais.

6 Os trabalhadores na Primeira Internacional

No início dos anos 1860, em vários países, os trabalhadores estavam organizados em sindicatos e associações para lutar por seus direitos.

Para Marx, era preciso unificar a atuação desses grupos, formar um organismo independente das práticas liberais que congregasse os operários e, ao mesmo tempo, conquistasse o apoio de outros setores sociais explorados no mundo capitalista.

Em 1864, em Londres, realizou-se a primeira reunião da **Associação Internacional dos Trabalhadores** (AIT). Conhecida como **Primeira Internacional**, a nova organização tinha como objetivos valorizar a ação sindical e outras formas de luta dos trabalhadores por seus direitos políticos e sociais e, sobretudo, viabilizar a conquista do poder pelos trabalhadores. Seus lemas eram: a permanente solidariedade entre os trabalhadores e suas lutas; promoção do trabalho cooperativo; redução da jornada de trabalho das mulheres e das crianças; difusão da lei da jornada de 10 horas pelos outros países; estímulo à organização sindical.

Participaram do encontro pessoas ligadas às mais variadas tendências: sindicalistas, cooperativistas, democráticos radicais, republicanos, antigas lideranças cartistas, blanquistas, anarquistas. A proposta de Marx de fazer da AIT um partido de massas na luta pelo poder político sofreu críticas de muitas organizações, como a dos anarquistas. Para eles, um partido político, mesmo que da classe operária, era um instrumento de poder.

A História no seu lugar

A formação de sindicatos foi uma conquista dos trabalhadores.

Hoje, há sindicatos para praticamente todas as profissões. Em sua cidade certamente existem alguns. Escolha um deles e faça uma entrevista com seu representante a respeito da época de sua fundação, quais ideias norteiam a atuação do sindicato, que movimentos organizaram, quais os resultados etc.

Fique de olho!

- *Os companheiros*. Direção: Mario Monicelli. Itália, 1963.

  Filme clássico sobre o movimento operário italiano no século XIX.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

A Primeira Internacional, em 1864, foi um marco na organização do proletariado europeu na luta contra o capitalismo. Ao mesmo tempo, foi cenário da primeira grande divisão entre os revolucionários, característica que se tornaria uma regra na história da esquerda mundial. Museu Karl Marx e Friedrich Engels, Moscou, Rússia.

Divisão no movimento operário

A Primeira Internacional dos Trabalhadores teve vida curta. As divergências colocaram marxistas e anarquistas em lados opostos. Em vez de estimular a união, a revolta dos trabalhadores na Comuna de Paris, em 1871, agravou as divergências.

Em 1872, no encontro de lideranças revolucionárias na Holanda, essas divergências chegaram ao extremo e Bakunin foi expulso da Associação. A cisão do movimento de trabalhadores era incontornável.

Mesmo assim, a Primeira Internacional foi um grande marco na história dos movimentos sociais, ao atribuir à classe operária uma missão revolucionária: derrubar o capitalismo no mundo e impor uma sociedade igualitária e livre de qualquer forma de exploração.

7 A Comuna de Paris: a classe operária no poder

Sobre a guerra franco-prussiana ver capítulo 8.

A guerra franco-prussiana foi um conflito entre a França e os estados alemães liderados pela Prússia que resultou em derrotas, invasão e ocupação da França pelos alemães. Diante da fragilidade do governo de Napoleão III, a Assembleia Nacional proclamou a Terceira República. Seus líderes, entretanto, negaram-se a aceitar a derrota para os prussianos. Paris foi cercada durante quatro meses, com o armistício sendo assinado em janeiro de 1871. Pouco depois, Guilherme I seria coroado imperador da Alemanha, em pleno palácio de Versalhes, próximo a Paris.

Fique de olho!

- *A comuna.* Direção: Peter Watkins. Inglaterra/França, 2000.

  Primeiro filme sobre a Comuna de Paris, instalada em 1871, no contexto da queda de Napoleão III.

Em março, a Assembleia francesa confirmou a deposição de Napoleão III e negociou o tratado de paz com o governo alemão, pelo qual se comprometia a pagar pesada indenização, ceder a Alsácia e a Lorena e aceitar a realização de uma parada triunfal das forças alemãs em Paris.

Nesse contexto ocorreu um movimento revolucionário, conhecido como **Comuna de Paris**. Com duração de 72 dias, é considerada por muitos historiadores como a primeira experiência de um governo operário. Teve início em 18 de março de 1871, quando a Guarda Nacional se recusou a reprimir os revoltosos. Os governantes franceses, ao perder o controle da situação, fugiram para Versalhes, e os rebeldes organizaram um governo popular em Paris.

O novo governo determinou a ocupação das fábricas abandonadas e proibiu o trabalho feminino e infantil. No campo político, a principal vitória da Comuna foi a adoção do sufrágio universal para preencher, por via eleitoral, todos os cargos administrativos, judiciais e educacionais da República.

A Comuna, entretanto, ficou restrita a Paris. O exército do governo de Versalhes aumentou seu contingente de 30 mil para 130 mil homens, com os soldados libertados pelos alemães. A Comuna estava condenada. A repressão foi sangrenta, resultando em milhares de mortos. A repercussão dos acontecimentos estimulou os governos a reprimir com truculência os movimentos operários e as ações de partidos ou movimentos inspirados nas ideias de revolução social.

AFP

Fotografia da proclamação da Comuna de Paris, em 1871: a classe operária alcança o poder político pela primeira vez na história.

CONVERSA DE HISTORIADOR

A Comuna de Paris, desde a sua eclosão, ocupou um lugar de destaque nos debates entre os socialistas. Para Karl Marx, foi o primeiro governo operário da História, tese que defendeu ainda na época dos acontecimentos e que resultou no livro *A Guerra Civil na França*, traduzido em várias línguas ainda em 1872. Marx era então o dirigente da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), e a seção francesa da AIT teve papel destacado na Comuna de Paris. Definir a Comuna como um governo operário teve e tem consequências políticas.

Quase um século depois, na década de 1960, começou a se desenvolver uma outra teoria sobre o movimento: a Comuna teria sido a última ação das revoluções burguesas que se iniciaram no fim do século XVIII, com a Revolução Francesa, e não um primeiro capítulo de uma revolução operária. Tentava-se destruir o "mito socialista" da Comuna.

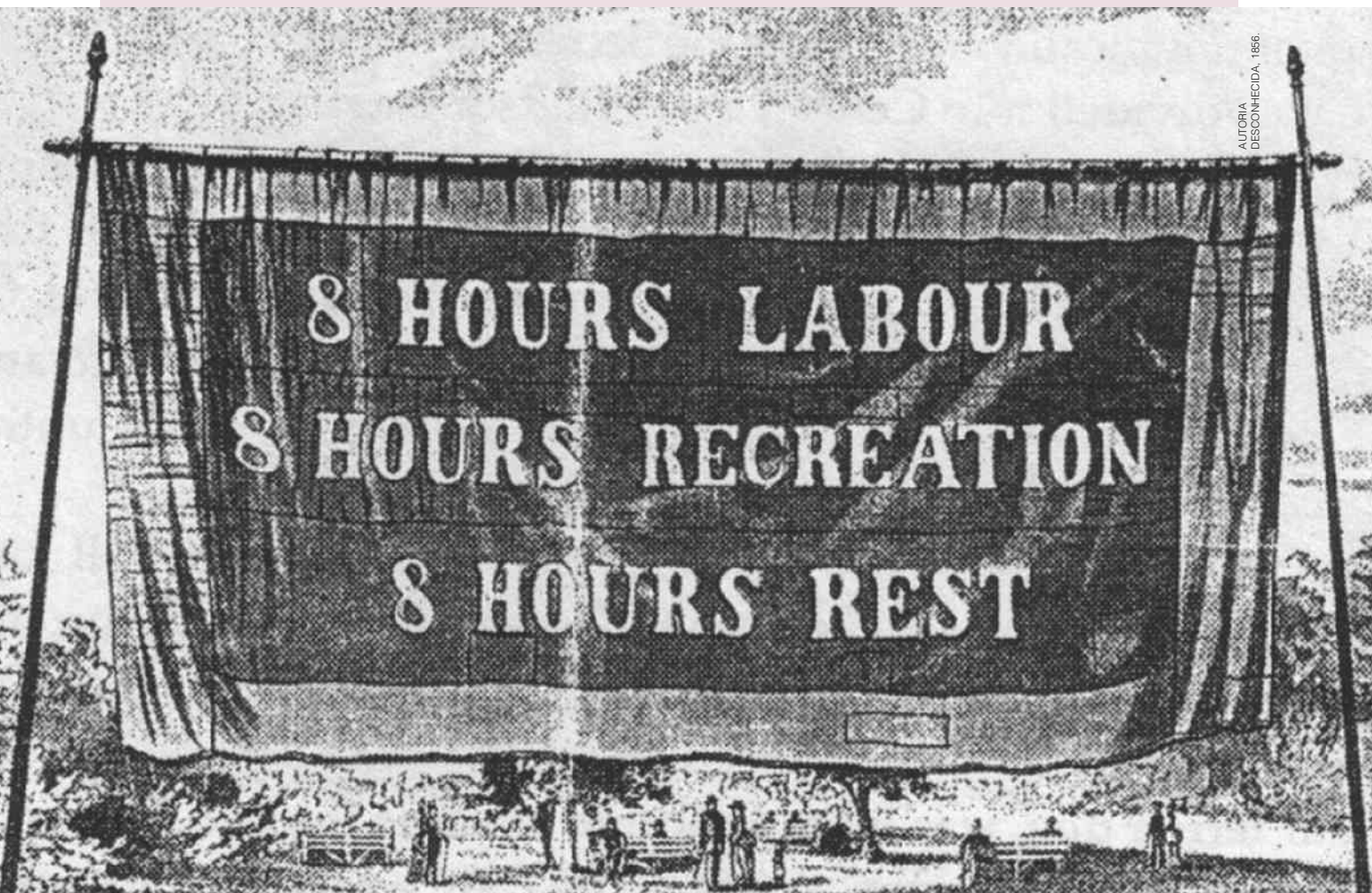
É consenso, entre os historiadores, que da Comuna participaram efetivamente uma maioria de operários, mas os líderes não eram, em sua maioria, socialistas.

Em grupo, discutam o texto e façam o que se pede.

1. Com base nas informações do capítulo, as manifestações operárias e os projetos socialistas são a mesma coisa?
2. Na opinião de vocês, a Comuna foi a última revolução burguesa ou a primeira revolução operária?

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

Trabalho, lazer e descanso

Observe esta imagem da segunda metade do século XIX.

Gravura de 1856 com a principal reivindicação dos trabalhadores ingleses daquele período. Coleção particular.

O cartaz foi uma forma de manifestação visual importante nos movimentos de reivindicação dos trabalhadores de todo o mundo. Nessa imagem, de 1856, está escrito:

"8 horas de trabalho
8 horas de lazer
8 horas de descanso"

1. O que pretendiam os trabalhadores com esse cartaz?
2. O objetivo do movimento operário expresso no cartaz foi alcançado nos países europeus?
3. E no Brasil? Como isso aconteceu?

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. Compare as ideias ludistas e cartistas no movimento operário inglês no século XIX.
2. O que Marx e Engels queriam dizer com "proletariado burguês"?
3. Quais as diferenças mais expressivas entre os projetos socialistas e os projetos anarquistas?
4. Em relação ao Estado, qual a diferença fundamental entre o pensamento liberal, que você estudou no capítulo anterior, e o anarquista?
5. Identifique a primeira experiência de "governo operário" ocorrida na Europa no século XIX.
6. Qual a relação entre o avanço da industrialização e o surgimento de projetos socialistas e anarquistas na Europa no século XIX?
7. Por que os socialistas científicos consideravam utópica a ação dos socialistas reformistas?
8. O que faz alguns historiadores considerarem a Comuna de Paris o primeiro governo proletário da Europa? Você concorda com essa afirmação?
9. Que motivos podem ser apontados para o fracasso da Primeira Internacional dos Trabalhadores?

Reflexões

História do *Manifesto Comunista*

Por mais que tenham mudado as condições nos últimos vinte e cinco anos, os princípios gerais expressados nesse Manifesto *conservam, em geral, toda a sua exatidão. Em algumas partes certos detalhes devem ser melhorados. Segundo o próprio* Manifesto, *a aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes [...]. Hoje em dia, esse trecho seria redigido de maneira diferente em alguns aspectos. Em certos pormenores, esse programa está antiquado, levando-se em conta o desenvolvimento colossal da indústria moderna desde 1848, os progressos correspondentes da organização da classe operária e a experiência prática adquirida, primeiramente, na Revolução de Fevereiro e, mais ainda, na Comuna de Paris, onde coube ao proletariado, pela primeira vez, a posse do poder político, durante quase dois meses. A Comuna de Paris demonstrou especialmente que "não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins" [...]. Além do mais, é evidente que a crítica da literatura socialista mostra-se deficiente em relação ao presente, porque se detém em 1847; as observações sobre as relações dos comunistas com diferentes partidos de oposição [...], embora em princípio corretas, na prática estão desatualizadas, pois a situação política modificou-se totalmente e o desenvolvimento histórico fez desaparecer a maior parte dos partidos aí enumerados.*

[...]

Porém, o Manifesto *tornou-se um documento histórico que não nos cabe mais alterar.*

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003. p. 7-8.

1. Pode-se afirmar que Marx e Engels atribuíam ao *Manifesto Comunista* um sentido exclusivamente doutrinário, voltado para a conscientização revolucionária do proletariado? Justifique.
2. Explique por que os autores consideraram o *Manifesto* em muitos pontos desatualizado e antiquado, mas, ao final, afirmaram que se tratava de um documento histórico "que não nos cabe mais alterar".

Vamos testar?

1. (Enem-2010)

Leia o texto a seguir.

Homens da Inglaterra, por que arar para os senhores que vos mantêm na miséria?

Por que tecer com esforços e cuidado as ricas roupas que vossos tiranos vestem?

Por que alimentar, vestir e poupar do berço até o túmulo esses parasitas ingratos que exploram vosso suor — ah, que bebem vosso sangue?

SHELLEY. Os homens da Inglaterra. Apud HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 206.

A análise do trecho permite identificar que o poeta romântico Shelley (1792-1822) registrou uma contradição nas condições socioeconômicas da nascente classe trabalhadora inglesa durante a Revolução Industrial. Tal contradição está identificada:

a) na pobreza dos empregados, que estava dissociada da riqueza dos patrões.

b) no salário dos operários, que era proporcional aos seus esforços nas indústrias.

c) na burguesia, que tinha seus negócios financiados pelo proletariado.

d) no trabalho, que era considerado uma garantia de liberdade.

e) na riqueza, que não era usufruída por aqueles que a produziam.

Conexões História e Sociologia

A Igreja e a luta de classes

Em 1891, a Igreja católica tomou posição sobre vários aspectos da formação das sociedades industriais e dos movimentos operários na encíclica *Rerum Novarum* (que significa "das coisas novas"), do papa Leão XIII.

Nessa encíclica, além de tratar das relações entre patrões e empregados, do Estado e da Igreja, o papa rejeitou o socialismo, por seu caráter materialista e contrário a qualquer forma de religião, defendendo a propriedade privada e o capital.

Em contrapartida, condenou as desigualdades sociais e criticou os patrões por não darem a seus empregados remuneração justa.

Leia um trecho do documento.

O primeiro princípio é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os socialistas; mas, contra a natureza, todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. [...]

O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, dum conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens. Ora, para dirimir este conflito e cortar o mal na sua raiz, as Instituições possuem uma virtude admirável e múltipla. E, primeiramente, toda a economia das verdades religiosas, de que a Igreja é guarda e intérprete, é de natureza a aproximar e reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus deveres mútuos e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça.

Dada em Roma, junto de S. Pedro,
a 15 de Maio de 1891, no décimo quarto
ano do Nosso Pontificado. PAPA LEÃO XIII.

LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum Novarum. Sobre a condição dos operários*. São Paulo: Edições Loyola, 1991. p. 16.

- Faça um resumo da explicação oferecida pela Igreja, na encíclica *Rerum Novarum*, para as relações entre as classes no mundo capitalista. Tome como referência o aparecimento de projetos socialistas na segunda metade do século XIX.

Capítulo 8

Primavera dos povos e nacionalismos

FELIX PHILIPPOTEAUX. ALPHONSE DE LAMARTINE REFUSANT LE DRAPEAU ROUGE POUR LE DRAPEAU TRICOLORE, A L'HOTEL DE VILLE. PARIS, 26 FEVRIER 1848. SÉCULO XIX.

Conflito popular em Paris, em 26 de fevereiro de 1848. Óleo sobre tela de Felix Philippoteaux. Museu de Belas Artes da Cidade de Paris, Museu do Pequeno Palácio, Paris, França.

Na Europa do século XIX as monarquias absolutistas foram definitivamente derrotadas e o capitalismo triunfou. A beneficiária foi a burguesia, que se consolidou como força aglutinadora da sociedade, em detrimento do clero, da nobreza e dos camponeses, paulatinamente transformados em operários pelo desenvolvimento das fábricas em espaço urbano. Durante esse processo, a noção de nacionalismo foi figura de destaque e a Primavera dos Povos representou o triunfo da cidadania relacionada ao Estado e não mais à figura do rei. Este capítulo vai mostrar essa história de perto.

Puxando pela memória

Um habitante de Paris, na primeira metade do século XIX, referia-se a si mesmo como um francês? E uma pessoa nascida na Sardenha, na península Itálica, considerava-se italiana? E um outro, da Prússia, identificava-se como alemão? Que diferenças havia entre eles?

Cronologia deste capítulo

1815 — Congresso de Viena cria a Confederação Alemã.

Por conta da quantidade de informações, alguns anos se repetem na Cronologia deste capítulo.

1 Europa em chamas

A primeira metade do século XIX foi uma era de superlativos, dizia o historiador Eric J. Hobsbawm. A população e o tamanho das grandes cidades aumentavam de uma forma nunca vista. A produção industrial e o comércio internacional se multiplicavam. Parecia um grande triunfo. Mas nem todos participavam desse progresso. Grande parte da população europeia vivia em estado de penúria, situação que muitos atribuíam ao desenvolvimento do capitalismo industrial.

A classe trabalhadora das fábricas cresceu vertiginosamente, mas sua organização ainda era incipiente. As monarquias continuavam a ser a forma predominante de governo na Europa, algumas delas ainda absolutistas; contudo, o liberalismo estava em ascensão.

Durante a Revolução Francesa, as massas populares despertaram e o grande medo dos governos era que elas se rebelassem. Afinal, os trabalhadores pobres tinham aprendido que não precisavam aceitar passivamente as injustiças. Em alguns países, os regimes monárquicos e absolutistas tentavam se adaptar aos novos tempos. Em regiões como a península Itálica e os Estados germânicos, aumentava o interesse político e popular pela criação de Estados unificados.

A Primavera dos Povos

Sobre o *Manifesto Comunista*, ver o capítulo 7.

A partir de meados da década de 1840, uma grave crise agrária (com escassez de trigo e batata, principalmente) levou à morte populações inteiras de várias regiões da Europa. Foi uma crise social e política que, em 1848, culminou no que os historiadores chamam de Primavera dos Povos — movimentos revolucionários em várias cidades europeias, iniciados pelas massas populares, cada uma com seus problemas específicos. Tais movimentos tiveram o apoio dos socialistas e foram agravados pelas aspirações dos republicanos, dos partidários de monarquias constitucionais e dos "patriotas" defensores da unificação.

Os trabalhadores urbanos apareciam pela primeira vez como um grupo a ser levado em conta pelos patrões e pelos dirigentes políticos. Não por acaso, esse é o ano de publicação do *Manifesto Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, convocando o proletariado mundial a se unir contra o capitalismo. A Primavera dos Povos mudou o perfil político do mundo europeu.

AKG-IMAGES/LATINSTOCK

Litografia da Revolução de 1848. Coleção particular.

Irrupção do nacionalismo

O **nacionalismo** despontava como o grande aglutinador de forças. Na França, o ideal serviu para que classes populares reivindicassem o direito ao voto. Nos movimentos de unificação da Itália e da Alemanha, lutava-se também por cidadania (direitos civis e direitos políticos).

Longo caminho percorrido, muitas insurreições realizadas. As revoluções de 1848 foram determinantes para que as monarquias ainda absolutistas se tornassem constitucionais ou acabassem substituídas por regimes republicanos. Colaboraram também para preparar o caminho para unificações nacionais e o surgimento de novos Estados, redesenhando o mapa político europeu. Mais do que isso: serviram para afastar a Igreja católica dos governos, introduzir o proletariado como grupo a ser considerado na participação política e abrir caminho para o voto universal.

2 Entre dois Napoleões: a França

Após a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte, em 1815, o poder voltou à dinastia dos Bourbons, com Luís XVIII. Inaugurou-se, então, um período de grande ambivalência política entre o liberalismo introduzido pela Revolução de 1789 e os anseios restauradores do Antigo Regime encarnados no próprio rei.

O parlamento, ora majoritariamente monárquico e apoiante do absolutismo, ora liberal, não foi capaz de dar sustentação política ao regime. A monarquia bourbônica, por sua evidente filiação ao passado absolutista, não correspondia aos anseios da burguesia emergente no processo revolucionário, nem às aspirações republicanas da pequena burguesia, em parte formadora da opinião pública nas grandes cidades.

O reinado de Carlos X, sucessor de Luís XVIII em 1824, foi o último suspiro dos Bourbons na França. As tentativas do rei de reviver o absolutismo, em 1830, rompendo a liberdade de imprensa e dissolvendo a Câmara, levaram à mobilização popular, com grande participação da classe trabalhadora e da pequena burguesia de Paris, em geral favoráveis à implantação de um regime republicano. O rei viu-se forçado a abdicar, em julho, mas a Monarquia não foi abolida. A grande burguesia, temerosa do radicalismo popular, apressou-se em colocar no trono Luís Filipe de Orleans, que ficou conhecido como "O Rei Burguês". A antiga nobreza francesa – ou o que restava dela – foi definitivamente afastada do poder com a chamada "Monarquia de Julho".

Durante o reinado de Luís Filipe, a industrialização avançou rapidamente, estimulando o aumento da população urbana e das classes trabalhadoras. Contudo, vivendo em condições precárias, boa parte dessa população encontrava-se ameaçada de desemprego. O Estado, então sob a influência do liberalismo, estava decidido a não interferir nas relações entre patrões e empregados. Tudo constituía campo fértil para a disseminação das ideias socialistas.

O estopim da crise política foi a crise agrícola dos anos 1845-1846: uma série de más colheitas que assolou não só a França, mas também outros países do norte europeu, gerando carestia e aumento de preços. O protesto social se desdobrou em reivindicações políticas: exigência de reformas parlamentares e, sobretudo, a introdução do voto universal masculino.

Em 23 de fevereiro de 1848, as tropas francesas enfrentaram à bala um protesto popular espontâneo, resultando em mais de 500 mortos. A matança desencadeou

novas sublevações, com a tomada dos quartéis. Setores da Guarda Nacional se recusaram a atacar os manifestantes e aderiram à rebelião. Foram distribuídos panfletos em que se exigia, entre outros objetivos, a abdicação do rei e a proclamação da República.

Luís Filipe abdicou no dia seguinte e fugiu. De nada valeu a tentativa da família real de passar a coroa ao neto do rei foragido, pois a pressão popular foi mais forte, levando à proclamação da Segunda República francesa (1848-1852). Simbolicamente, o povo, em praça pública, pôs fogo no trono real.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Revolução de 1848: combatentes populares enfrentam as tropas francesas em Paris. Em 24 de fevereiro daquele ano, foi proclamada a Segunda República, na França. Coleção particular.

A breve Segunda República

Os revolucionários criaram um governo provisório, composto principalmente de republicanos, mas também de socialistas. O grupo majoritário pretendia substituir a monarquia por uma república democrática, com voto universal. Outros integrantes, como o socialista Louis Blanc, propunham mudanças mais profundas, com a criação das **oficinas nacionais** – fábricas com capital estatal geridas pelos próprios operários.

Com o governo provisório, certas reivindicações do operariado foram atendidas, como a diminuição da jornada de trabalho; também foram tomadas medidas contra o desemprego, como o serviço obrigatório a jovens desempregados entre 18 e 25 anos. Aboliu-se a pena de morte por crime político, o que eliminou os temores da volta da guilhotina (que marcou a Revolução Francesa de 1789). A escravidão foi abolida nas colônias francesas. Foi também garantida a liberdade de imprensa.

O voto universal masculino foi aprovado, o que ampliou o número de eleitores de 240 mil, em 1830, para mais de 9 milhões, em 1848. Em abril, realizaram-se eleições para a Assembleia Constituinte, com os republicanos moderados obtendo maioria, quase 600 deputados dos 880 eleitos, superando os socialistas – o Partido da Ordem elegeu quase 600 deputados, enquanto socialistas e republicanos radicais não chegaram a eleger 100. A vitória dos moderados demonstrava que a população preferia os líderes mais tradicionais, não apenas no meio rural, mas também em Paris.

A vitória dos conservadores na Assembleia Constituinte indicava que algumas decisões do governo provisório que beneficiavam os trabalhadores seriam suprimidas, entre elas as oficinas nacionais. Os operários começaram a protestar.

Em 22 de junho, diversas iniciativas foram tomadas para reprimir as manifestações do povo. Revoltados, milhares de trabalhadores e desempregados tomaram as ruas de Paris com barricadas. A Assembleia Constituinte reagiu, decretando estado de sítio. A repressão foi implacável. E, depois de quatro dias, não puderam resistir aos tiros e à violência das tropas militares. Calcula-se que cerca de 25 mil foram presos. O episódio ficou conhecido como "Jornadas de Junho".

Em novembro de 1848, a Assembleia promulgou a nova Constituição da França. O regime tornou-se presidencialista. Tanto o presidente quanto os deputados passaram a ser eleitos pelo voto universal e direto.

Fique de olho!

- *Henry Dunant: do vermelho sobre a cruz*. Direção: Dominique Othenin-Girard. França, 2006.
A história de um homem que, em 1859, durante uma viagem de negócios, se vê envolvido na Batalha de Solferino, onde as tropas de Napoleão III lutavam contra os austríacos. Mostra sua iniciativa, que resultou na fundação da Cruz Vermelha.

Luís Napoleão Bonaparte, presidente da França

Um dos candidatos a presidente era Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão. Em decorrência de seu sobrenome, ele representava a possibilidade de manutenção da ordem. Apoiado por uma hábil propaganda e tido como inteligente, Luís Napoleão acreditava ser possível afastar a "ameaça vermelha", restaurar a grandeza do Império Napoleônico e fortalecer a França diante das potências europeias.

Realizada em 10 de dezembro de 1848, a eleição presidencial consagrou Luís Napoleão como o novo presidente, com cerca de 5,5 milhões de votos contra 1,4 milhão de seu principal oponente. Luís Napoleão tornou-se o novo chefe de Estado e de governo, com amplos poderes, como o de chefe das Forças Armadas.

Nas eleições parlamentares de maio de 1849, graças ao apoio dos votos provinciais, influenciados pelo clero católico, os monarquistas obtiveram ampla maioria (cerca de 500 deputados). Os socialistas foram vitoriosos apenas em Paris. Empossada a nova Assembleia, majoritariamente conservadora, ela restringiu o voto universal ao excluir das listas eleitorais os desempregados e os condenados por rebelião. O número de eleitores caiu de 9,6 milhões para 6,8 milhões. A nova Assembleia proibiu as greves e substituiu o direito ao trabalho (assegurado pela Constituição de 1848) por uma política assistencial (eliminação dos alojamentos insalubres, criação de caixas de aposentadoria nas cidades).

18 Brumário: a volta do Império

Nesse ambiente, com o apoio das Forças Armadas e das forças policiais, Luís Napoleão deu um golpe de Estado, em dezembro de 1851: mandou prender deputados, dissolveu a Assembleia e se proclamou chefe supremo do poder Executivo. Um plebiscito, realizado em 20 de dezembro, ratificou o golpe, com cerca de 7,4 milhões de votos favoráveis contra 640 mil desfavoráveis. O plebiscito aprovava a prorrogação dos poderes presidenciais por 10 anos. Assim, Luís Napoleão Bonaparte era, de fato, um verdadeiro ditador.

Em 1852, Luís Napoleão impôs uma nova Constituição, que restabelecia o Império e lhe conferia enormes poderes, incluindo o de nomear os senadores. O funcionamento da Câmara dos Deputados foi limitado a três meses – sem o direito de propor leis, apenas de votar os projetos de lei de iniciativa do Executivo. Luís Bonaparte assumiu o título de Napoleão III. Começava o Segundo Império na França.

Nesse momento, a economia francesa estava em franca expansão, com um aumento significativo das linhas de trem, a fundação de grandes instituições de crédito e saldo no comércio exterior. A reforma de Paris e a realização de uma exposição internacional, em 1855, marcaram a entrada da França na era industrial.

Napoleão III aproximou-se da Inglaterra, apoiando-a na Guerra da Crimeia (1854-1856) contra a Rússia, como veremos adiante. A vitória contra a Rússia fortaleceu a imagem do imperador no cenário internacional, a ponto de Paris ter sediado o congresso que pôs fim à guerra.

Mas a intromissão no processo de unificação italiana custou caro a Napoleão III. Por apoiar a unificação da Itália, entrou em conflito com a Áustria, que dominava parte do norte da península Itálica. Além disso, declarou guerra à Prússia em 1870. Com a derrota dos exércitos franceses e a ocupação prussiana de Paris, em setembro de 1870, ele perdeu completamente o prestígio na França e na Europa. A Assembleia francesa o depôs de seu cargo e refundou a República, chamada de Terceira República.

ROGER VIOLLET/AFP

Caricatura ridicularizando Napoleão III, como uma figura minúscula diante do mito Napoleão I, o "verdadeiro Bonaparte". Gravura publicada no jornal *Puppet show*, século XIX. Biblioteca Nacional da França, Paris, França.

CONVERSA DE HISTORIADOR

Paris: do inferno ao esplendor

Em meados do século XIX, a cidade de Paris mantinha-se com seus muros, ruelas e casas amontoadas, típicos de uma cidade medieval. Em 1849, um observador descreveu a cidade: "um amontoado de casas desalinhadas encimado por um céu sempre nebuloso, mesmo nos dias mais belos. Somos tomados de um medo súbito, hesitamos em penetrar neste vasto dédalo onde já se acotovelam mais de um milhão de homens, onde o ar viciado de exalações insalubres eleva-se, formando uma nuvem infecta que basta para obscurecer o sol quase por completo. A maioria das ruas desta maravilhosa Paris são na verdade tão somente condutos sujos e sempre úmidos de água pestilenta."

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX*: o espetáculo da pobreza. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 75-76.

Em 1853, assumiu a prefeitura Georges-Eugène Haussmann, incumbido pelo imperador de reformar a malha urbana da cidade. O plano era construir prédios e bulevares públicos, introduzir um sistema de água, de esgoto e de iluminação e instaurar um serviço de transporte público eficiente. A partir do Arco do Triunfo, criou uma estrela de 12 largas pontas das quais saíam retas e arborizadas avenidas, demolindo-se tudo à sua volta, com exceção dos grandes monumentos, que deveriam permanecer destacados na paisagem urbana. Um dos principais objetivos, além de deslocar os bairros operários para a periferia da cidade, era permitir, nas novas ruas retas e largas, o deslocamento de tropas em caso de levantes populares, como os que ocorreram em 1830 e 1848, inclusive com o uso do canhão, impossível nas antigas vielas. A *Île de la Cité* (uma das duas ilhas do rio Sena, onde a cidade de Paris foi fundada) se transformou no coração da cidade, com funções administrativas e militares. Criou ainda grandes parques e jardins públicos, novos bairros e prédios com fachadas padronizadas. Foi uma obra impressionante, que modificou um terço da cidade.

A reforma de Paris foi um marco urbanístico no mundo ocidental. Conhecido como "plano Haussmann", influenciou as reformas urbanas de várias cidades do mundo ocidental, a exemplo de Roma, Viena, Madri, Chicago, Rio de Janeiro etc.

MARCEL MARCERON. 1890.

Vista aérea de Paris depois das reformas de Haussmann. Fotografia tirada de um balão, em 1890. Museu das Civilizações da Europa e do Mediterrâneo, Marselha, França.

- Em grupo, pesquisem sobre as cidades que foram reformadas com base no "plano Haussmann". Façam uma apresentação para a turma com *slides* ou fotos de pelo menos duas dessas cidades antes e depois da reforma.

3 Uma nova potência: Alemanha

Como vimos no capítulo 2, o **Congresso de Viena**, em 1815, redesenhou o mapa político europeu na era pós-napoleônica, com base no **princípio das compensações**. A Áustria teve de admitir a **Confederação Germânica**, formada por 38 Estados e 4 cidades livres, dos quais destacavam-se os reinos da Prússia, Saxônia, Hannover, Baviera e Wurttemberg. O órgão máximo da Confederação era a assembleia dos representantes dos Estados, com sede em Frankfurt.

Em comparação com os demais países europeus, a população dos Estados alemães foi a que mais cresceu no século XIX, o que favoreceu a oferta de mão de obra e a formação de um mercado consumidor. A Prússia era, de longe, o principal estado da Confederação, e já tinha provado sua vocação de potência militar durante as guerras napoleônicas.

Dentro da Confederação Germânica, os Estados gozavam de grande autonomia política e econômica. As tarifas alfandegárias cobradas em cada um dos Estados confederados eram o principal entrave à circulação de mercadorias e, por conseguinte, à formação de um mercado para a indústria nascente. Nesse contexto ocorreu o passo decisivo para a unificação alemã: a criação, sob a liderança da Prússia, do *Zollverein* (a Liga Aduaneira dos Estados Germânicos, uma união alfandegária), em 1834. O sucesso do *Zollverein* foi enorme, pois ampliou o mercado e estimulou a exploração de minas de carvão e de ferro, tão importantes para a industrialização.

Os Estados germânicos assumiram a tarefa de criar a infraestrutura para construir ferrovias, facilitando a circulação de mercadorias e colocando em contato as regiões produtoras de matérias-primas, as indústrias que delas necessitavam e o crescente mercado consumidor. Estava dada a largada para a unificação dos Estados germânicos, sob a liderança da Prússia, em oposição à Áustria – que tentou fazer parte da Liga, mas foi barrada pela Prússia.

O movimento de 1848, irrompido em Paris, logo chegou aos Estados germânicos, onde assumiu forte tendência liberal e reafirmou as perspectivas de unificação.

Esse movimento se estendeu por diversos Estados, chegando a Berlim, capital da Prússia. O rei Frederico Guilherme IV declarou-se favorável à unificação, chegando a eleger uma assembleia para elaborar uma constituição dos Estados unificados.

Em Viena, deu-se a renúncia do chanceler austríaco Metternich, partidário convicto do absolutismo monárquico e mentor da Santa Aliança, nos idos do Congresso de Viena (1815). Em Frankfurt, reuniu-se uma nova assembleia geral encarregada de elaborar o projeto de constituição da Alemanha unificada, mas a falta de um órgão executor e problemas relacionados com a inclusão ou não da Áustria abortaram a iniciativa. Naufragava, assim, a primeira tentativa efetiva de unificação.

A charge ironiza as barreiras alfandegárias entre os Estados alemães antes de 1834, quando foi criado o *Zollverein*. Alguns Estados eram tão pequenos que os negociantes tinham de parar e pagar impostos de comércio várias vezes, em pequenas distâncias.

ARCHIV GERSTENBERG/ULLSTEIN BILD/EASYPIX

Fique de olho!

- KENT, George. *Bismarck e seu tempo*. Brasília: UnB, 2007. O livro faz uma síntese e uma breve biografia de Otto von Bismarck, chanceler da Prússia e um dos responsáveis pelo sucesso da unificação da Alemanha.

Prússia: cabeça da unificação alemã

A integração econômica dos Estados germânicos favorecia a unificação, viabilizada por uma aliança entre a aristocracia rural (*Junkers*) e a alta burguesia (financeira, industrial e comercial) com o apoio do exército, cujo quadro de oficiais era originário da aristocracia. O progressivo sentimento de identidade cultural entre os habitantes dos diversos Estados foi decisivo para a ideia de um único país.

Na Prússia, com a morte do rei Frederico Guilherme IV, subiu ao trono seu irmão, Guilherme I, em 1861. Como primeiro-ministro foi nomeado Otto von Bismarck, líder conservador francamente originário da nobreza tradicional alemã e favorável à unificação sem a Áustria. Bismarck criou novos impostos para fortalecer o exército e estimular a indústria bélica, armando os prussianos para uma política expansionista. Aos opositores liberais, respondeu com restrições à liberdade de imprensa e de reuniões, inaugurando uma política autoritária.

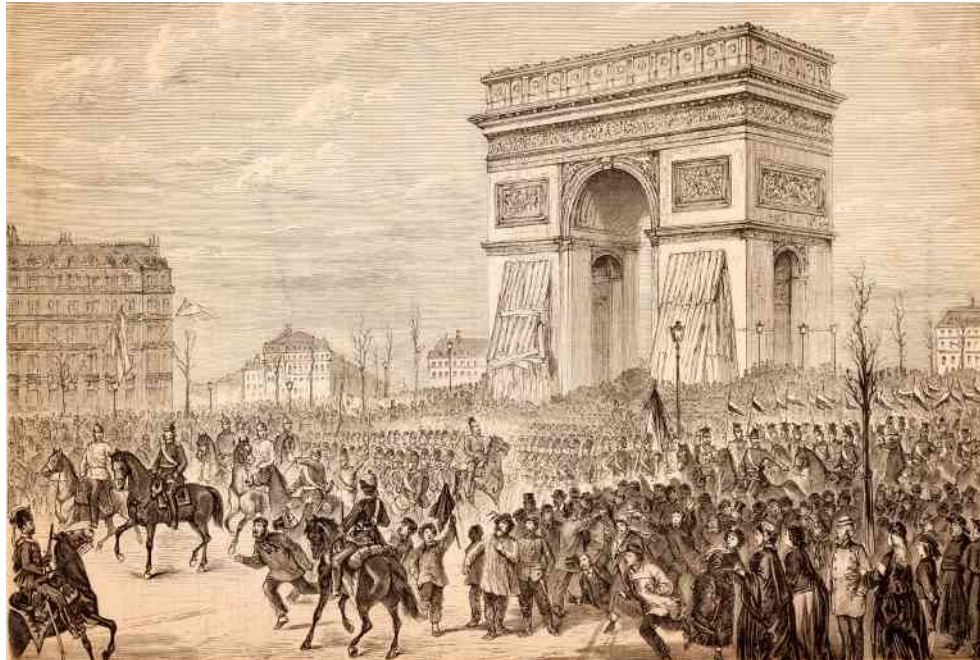
O maior inimigo era a Áustria, sede do antigo Sacro Império Romano-Germânico, que mantinha influência sobre os estados católicos do sul, como a Baviera, e sobre a Saxônia, a leste, além de governar várias regiões da Europa oriental, como a Sérvia. O conflito entre Áustria e Prússia parecia, assim, uma questão de tempo.

A Dinamarca não estava disposta a ceder o domínio sobre os ducados de Schleswig e Holstein, cuja população era predominantemente germânica – cobiçados, respectivamente, pela Prússia e pela Áustria. Diante da situação, Bismarck aliciou a Áustria para uma guerra contra os dinamarqueses, em 1864, vencida rapidamente pelos germânicos. Embora cada aliado tenha obtido o ducado que desejava, a Prússia se intrometeu na administração de Holstein, com o propósito de provocar os austríacos. Em 1866, o governo austríaco "mordeu a isca": declarou guerra à Prússia. Em poucas semanas, o exército prussiano esmagou o inimigo.

Fonte: OVERY, Richard. *A História completa do mundo*. Rio de Janeiro: Reader's Digest, 2009. p. 239.

A fundação do Império Alemão

A vitória prussiana abriu caminho para a incorporação de vários Estados germânicos. Bismarck deu, então, o último passo para a formação da Alemanha, ao gerar uma crise com um poderoso Estado que fazia fronteira a oeste: a França.

Em 1871, com a vitória sobre os franceses, completou-se a unificação, com a anexação da Alsácia e da Lorena, territórios disputados por alemães e franceses desde o século XVI. Surgia, assim, o Império Alemão – o II *Reich* –, que se tornaria uma das maiores potências do Ocidente.

Fique de olho!

- *Ludwig, a paixão de um rei*. Direção: Luchino Visconti. Alemanha/Itália, 1972.
Ludwig, rei da Baviera, é o personagem principal desse filme clássico sobre a unificação alemã.

AKG-IMAGES/LATINSTOCK

Tropas germânicas invadem Paris, em 1871. Coleção particular.

4 Um novo país: Itália

No século XIX, o dinamismo das cidades comerciais da península Itálica, como Veneza e Gênova, era só uma lembrança. Predominavam as atividades agrárias em praticamente toda a península. Além disso, ali não existiam minas de ferro ou de carvão em quantidade suficiente para o desenvolvimento da indústria. A produção têxtil das cidades locais, quando não era doméstica, mal ultrapassava o estágio da manufatura.

O quadro político era ainda mais desanimador. A Itália estava toda dividida em pequenos reinos e principados, e boa parte da região norte pertencia à Áustria.

Nesse contexto, o pensamento liberal se difundiu entre uma diminuta e atuante intelectualidade burguesa. Muitos consideravam que a fragmentação política e o domínio austríaco sobre a região do Vêneto e da Lombardia eram os principais obstáculos à formação de um país forte e industrializado.

Dois reinos se destacavam na península: o da Sardenha-Piemonte, governado pela dinastia de Savoia, e o das Duas Sicílias, antigo reino de Nápoles. O primeiro era governado por Vítor Emanuel I, e o segundo, por Fernando I de Bourbon. Havia muitos outros pequenos Estados, como os territórios pontifícios governados pelo papa.

Em busca da unidade italiana

O processo de unificação da península Itálica tem origem no chamado *Risorgimento* (ressurreição), movimento de tendência liberal e nacionalista emergente a partir de 1815 em várias cidades da península Itálica. A primeira fase, idealista e romântica, perdurou até 1848; na segunda, mais pragmática, construíram-se alianças que resultaram na unificação alcançada em 1870-1871.

Nas primeiras décadas do século XIX, coube às sociedades secretas um papel de grande importância na construção de um nacionalismo italiano. A mais famosa dessas sociedades foi a dos Carbonários (nome derivado do italiano *carbonaro*, isto é, carvoeiro), fundada em Nápoles. Algumas eram adeptas da república; outras, da monarquia constitucional.

Giuseppe Mazzini, um dos principais líderes da unificação, ingressou na Carbonária em 1830 e fundou duas sociedades secretas, a Jovem Itália, em 1831, e a Jovem Europa, em 1834. Em 1836, assumiu a direção do movimento liberal italiano, aproximando-se da França, inimiga da Áustria (que controlava boa parte do norte da península), para conseguir seu maior objetivo: a unificação da Itália sob um governo republicano.

A agitação também se estendeu pelo reino lombardo-veneziano, porém foi reprimida pela Áustria. Contudo, o movimento rebelde não se enfraqueceu. Pelo contrário, desembocou na Revolução de 1848, quando o reino da Sardenha-Piemonte entrou em guerra contra a Áustria – ação considerada por todos, monarquistas ou republicanos, um passo essencial para a unificação do país. Quase todos os Estados italianos formaram um heterogêneo exército de 85 mil homens para combater 50 mil austríacos.

Mas logo vieram os problemas. O papa mostrou-se contrário ao conflito, convencido de que as revoluções liberais ameaçavam o Estado pontifício. Em Nápoles, o exército foi desmobilizado e os Estados do sul abandonaram a luta. Isolado, o reino da Sardenha-Piemonte foi derrotado pela Áustria, e o rei Carlos Alberto, da dinastia Savoia, foi forçado a renunciar em favor de seu filho, Vítor Emanuel II, em 1849.

Fique de olho!

- MARQUES, Luís. A difícil trajetória da unificação italiana. *Revista História Viva*. Disponível em: <www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_dificil_trajetoria_da_unificacao_italiana.html>. Acesso em: 18 jan. 2016. Artigo sobre a transformação dos territórios da península em nação durante o processo de unificação dos reinos, conhecido como *Risorgimento*.

O *Risorgimento* teve importante papel no processo de unificação italiana. Na pintura, representação do episódio conhecido como "Os cinco dias de Milão", ocorrido em março de 1848, que mostra a revolta popular contra a ocupação austríaca. Museu do Ressurgimento, Milão, Itália.

GIULIO GORRA. EPISODES FROM THE CINQUE GIORNATE: THE INSURGENTS ASSAULT PORTA TOSA. SÉCULO XIX.

A situação, assim, permanecia igual a 1848: fragmentação política, dominação austríaca no norte-nordeste, regimes absolutistas em quase todos os reinos da península. O movimento nacionalista, entretanto, não retrocedeu. Ao contrário, ampliou-se, dessa vez sob a liderança da região norte.

Fundação da Monarquia italiana

Na reta final da unificação italiana, teve papel de destaque o Conde de Cavour, ministro do rei Vítor Emanuel II desde 1850. Ele se esforçou para modernizar o reino e integrá-lo ao comércio europeu: firmou tratados com diversos países, contratou empréstimos junto à Inglaterra para a construção de ferrovias, investiu no aparelhamento e treinamento do exército, modernizou as instituições financeiras, as cooperativas e a educação. Colocou-se ainda contra os interesses da Igreja católica.

A participação do reino da Sardenha-Piemonte na Guerra da Crimeia (1854-1856), ao lado da França e de outras potências ocidentais, rendeu grandes frutos a Cavour. A essa altura, ele negociou um acordo com Napoleão III, que se comprometia a apoiar a Sardenha-Piemonte na guerra contra a Áustria em troca de algumas concessões territoriais aos franceses (a cidade de Nice e a Alta Savoia).

O imperador austríaco, Francisco José, logo percebeu a trama e exigiu o desarmamento imediato do reino da Sardenha-Piemonte. Diante da negativa de Vítor Emanuel II, os austríacos invadiram o Piemonte em 1859, provocando a intervenção da França. Foi o início da segunda guerra para a unificação, que culminou na vitória franco-piemontesa em junho daquele ano.

O Piemonte anexou a região da Lombardia, onde se localiza a cidade de Milão.

Plebiscitos realizados em diversos pequenos Estados (Toscana, Parma, Módena e Romagna) consagraram por larga maioria sua anexação à Itália.

A capital do novo reino, o da Itália, foi estabelecida em Florença.

O novo Estado foi batizado de Reino da Itália Setentrional e Central, com o parlamento instaurado em 1860.

Vítor Emanuel II, coroado em 1861, empenhou-se em anexar o restante da península ao novo reino. O primeiro passo foi a campanha no sul, em que o exército comandado por Garibaldi (o Exército dos Mil, cujos soldados usavam uma camisa vermelha) conquistou o reino das Duas Sicílias. Em seguida deu-se a conquista do Vêneto, ao norte, episódio em que Vítor Emanuel juntou suas tropas ao exército prussiano na guerra de 1866 contra a Áustria, com a intenção de tirar vantagem de uma previsível derrota austríaca.

A unificação italiana estava quase completa. Mas faltava Roma, e a ocasião se apresentou em 1870, quando as tropas francesas tiveram de deixar a cidade, onde protegiam o papa, para lutar na já mencionada guerra franco-prussiana, cujo desfecho foi desastroso para Napoleão III.

O exército de Vítor Emanuel aproveitou a brecha para invadir Roma, em 1871, e pouco tempo depois a cidade foi transformada em capital do Estado italiano. Um plebiscito ratificou a anexação.

O papa Pio IX, adversário ferrenho da anexação, recusou qualquer conciliação. Trancou-se nas dependências do Vaticano e considerou-se prisioneiro do Estado italiano.

Em 1871, com a anexação de Roma, a unificação italiana estava praticamente concluída.

Fique de olho!

- NEUBERGER, Lotario. *Garibaldi*: realidade e mito. São Paulo: Ediplat, 2007. Estudos sobre a vida de Giuseppe Garibaldi.

A História no seu lugar

As guerras para a unificação da Alemanha e da Itália foram responsáveis por mudanças na composição populacional de vários países, entre eles o Brasil, que recebeu milhares de homens, mulheres e crianças que fugiram das guerras na Europa. Esse é um dos motivos de termos tantos descendentes de alemães e italianos em muitos cantos do país.

Faça uma pesquisa e descubra se o seu município:

a) executou alguma política imigrantista;
b) recebeu alemães ou italianos;
c) formou colônias de povoamento;
d) teve imigrantes direcionados para a lavoura ou a indústria.

Início da guerra franco-prussiana. O exército de Vítor Emanuel II invade Roma. Roma é anexada à Itália unificada.

1870

Deposição de Napoleão III e fundação da Terceira República na França. Promulgação da Constituição alemã.

1871

OUTRA DIMENSÃO **PERSONAGEM**

Giuseppe Garibaldi e a unificação italiana

Patriota italiano nascido em 4 de julho de 1807, Giuseppe Garibaldi era filho de um pequeno armador genovês que vivia em Nice (que pertencia, então, ao reino da Sardenha, mas hoje é território francês). Aliado do republicano Giuseppe Mazzini, participou do movimento Jovem Itália, criado por Mazzini, voltado para a unificação italiana. Tendo participado de uma rebelião republicana, foi preso e condenado à morte, mas conseguiu fugir para o Brasil, em 1835, onde se juntou à Revolta da Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Em 1842, uniu-se, em Santa Catarina, a Ana Maria Ribeiro da Silva, celebrizada como Anita Garibaldi. Terminada a Guerra dos Farrapos e informado das revoltas contra os austríacos na Itália, voltou a Nice, em 1848, e participou da primeira guerra de unificação italiana. Com o fim dos conflitos, foi eleito deputado da Assembleia Constituinte, em 1849, colaborando na implantação da República.

Em 1859, Garibaldi lutou na segunda guerra pela unificação italiana. Mesmo indignado com a cessão de Nice à França, aceitou Vítor Emanuel como rei da Itália, pois se dizia mais italiano do que republicano. Manteve, entretanto, o sonho de fazer de Roma a capital da Itália, apoiando o rei quando este invadiu a cidade. Na guerra franco-prussiana de 1870-1871, participou como voluntário das forças prussianas à frente do seu exército de "camisas vermelhas".

Garibaldi tornou-se um símbolo internacional pela luta nacionalista, sendo considerado herói em dois continentes. Em 1864, quando visitou a Inglaterra, foi recebido com festa. Morreu na ilha de Caprera, ao norte da Sardenha, em 1882.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Charge inglesa de 1860 que mostra Giuseppe Garibaldi calçando o rei Vítor Emanuel II com uma bota representando a Itália unificada. Autor desconhecido. Coleção particular.

- Observe a charge acima e, com base nos seus conhecimentos a respeito dos processos de unificação da Itália e da biografia de Garibaldi, faça o que se pede.
  - **a)** Descreva a charge e formule hipóteses que expliquem a maneira como Garibaldi foi representado.
  - **b)** O processo histórico representado na charge estava de acordo com os ideais de Garibaldi?

5 Uma velha monarquia: a Rússia

A partir das primeiras décadas do século XIX, o contraste entre a Rússia e os principais países da Europa ocidental se ampliou enormemente. Enquanto no Ocidente o processo de industrialização favoreceu o avanço do liberalismo, na Rússia o quadro continuou praticamente inalterado. A monarquia era absolutista e a base econômica permanecia agrária, apoiada na servidão camponesa.

A classe dirigente era composta da nobreza proprietária de terras, que tinha sobre os servos o poder de vendê-los, doá-los, apostá-los em jogo e até matá-los. Os demais camponeses serviam em terras pertencentes ao Estado, à família imperial ou à Igreja ortodoxa russa. Era reduzido o número de mercadores e donos de manufaturas.

Nessa Rússia, os chamados **ocidentalistas** propunham reformas radicais, convencidos de que a mudança econômica e social era o único caminho para a industrialização.

Como em outras partes da Europa oriental, desenvolveu-se uma identidade cultural entre os povos eslavos, mais tarde chamada de **pan-eslavismo**. A maior parte da população, entretanto, era contra a unificação política dos povos eslavos.

No plano externo, havia décadas as fronteiras do império dos czares estavam se expandindo: a oeste, sobre o antigo reino polonês e, ao sul, sobre o Império Otomano. Nesta última frente, o objetivo era buscar uma saída para o mar Negro e daí ao Mediterrâneo, alternativa marítima à difícil navegação no Báltico. Com a maior população da Europa, a Rússia tinha a vantagem de mobilizar exércitos numerosos, apesar de as tropas serem lentas e mal-armadas.

Em 1854, estourou a Guerra da Crimeia, península localizada no mar Negro, na qual uma coligação envolvendo a Inglaterra, a França, o reino italiano do Piemonte e o Império Turco Otomano barrou o avanço russo para o mar Negro. O exército do czar foi destroçado em 1855 e, no ano seguinte, o Tratado de Paris enterrou as pretensões russas de alcançar o Mediterrâneo.

Com a derrota, ficou evidente a necessidade de renovação da estrutura econômica e social russa. O principal feito do czar Alexandre II foi convencer a nobreza a abolir a servidão, o que de fato ocorreu em 1861. Na prática, a situação permaneceu quase imutável, pois a emancipação dos 50 milhões de servos só seria alcançada se eles indenizassem seus senhores. A monarquia absolutista e o poder da nobreza e do clero ortodoxo se mantiveram inabalados até 1905, quando nova derrota russa, dessa vez para os japoneses, resultou em séria revolta contra o czar.

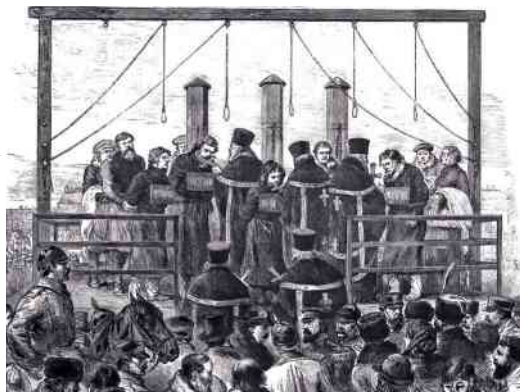
Do ponto de vista econômico, entre os anos de 1860 e 1890 ocorreram mudanças importantes, sobretudo com a entrada de capital estrangeiro, responsável pela implantação de novas e grandes empresas. Como em outros países, coube ao Estado a construção de ferrovias, ligando Moscou a várias cidades provinciais. O governo também estimulou as indústrias de base, formando polos industriais – como o da cidade de São Petersburgo, capital do Império Russo.

Lutas sociais no reino do czar

A importação de máquinas pela Rússia permitiu maior contato com o mercado mundial. Para fazer frente às despesas do Estado com a construção de ferrovias, o governo russo investiu na produção e exportação de cereais, tornando-se um dos maiores fornecedores de grãos do mundo (em especial, de trigo).

As mudanças geraram a necessidade de profissionais especializados. Fundaram-se, então, universidades e apareceram grupos de intelectuais ligados às novas ideias ocidentais, sobretudo as socialistas. Porém, alguns dos chamados ***Narodiniks*** (**populismo**, em tradução literal) tendiam a considerar que a renovação ocorreria a partir de ideais tipicamente eslavos. Consideravam que o ***mir***, a comunidade aldeã russa, poderia ser a base de uma sociedade socialista. Outros defendiam a mudança pela adoção dos padrões ocidentais: industrialização e liberalismo. Influenciados pelo pensamento marxista, imaginavam que somente o desenvolvimento do capitalismo e a destruição da ordem tradicional poderiam criar as condições para uma revolução socialista.

Organizados em grupos terroristas e sociedades secretas, estudantes e intelectuais radicais passaram a atemorizar o imperador. Como em outras partes do mundo, clamavam por uma Constituição, maior liberdade e participação política.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

A insatisfação dos grupos radicais contra o absolutismo e o arcaísmo da sociedade russa culminou no assassinato do czar Alexandre por um grupo revolucionário que lançou uma bomba contra a carruagem real em 1881. O projeto de Constituição que o czar elaborava para mudar o Estado russo findou ali. Em consequência, nas décadas seguintes o czarismo foi reforçado ao extremo.

Execução de membros do grupo revolucionário anarquista em São Petersburgo, Rússia, em 15 de abril de 1881. Gravura em madeira inglesa do século XIX, de autor desconhecido. Coleção particular.

OUTRA DIMENSÃO — CONFLITOS SOCIAIS

A posição da Igreja católica

O ultramontanismo foi uma corrente de reação do pensamento católico às transformações por que passava a Europa no século XIX.

A ideia central era que todos os católicos, independentemente de suas origens e de suas nações, deviam obediência antes de tudo ao papa, mantendo-se fiéis aos preceitos de Roma (localizada além dos Alpes, daí o nome ultramontano), sede do papado.

Outra face do ultramontanismo foi chamada "romanização" da Igreja, ou seja, o esforço para a unificação das liturgias em todo o mundo católico.

O papado buscou afirmar-se como instituição decisiva no plano espiritual e político, numa época de fortes nacionalismos, aspirações republicanas e diversos movimentos laicos.

Eleito pelos cardeais em 1846, Pio IX retomou a linha de seu antecessor, Gregório XVI, que condenava as "liberdades modernas". Pio IX foi cogitado por Luís Napoleão para tornar-se o rei da Itália unificada e apoiar a guerra contra a Áustria. Não só se recusou a apoiar uma guerra contra um reino católico, como condenou a unificação italiana, incentivando os católicos a manterem fidelidade a seus reis e príncipes.

Com o crescimento dos movimentos de 1848 em Roma, Pio IX refugiou-se em território napolitano, no sul, enquanto os revolucionários fundavam a República Italiana – uma república anticlerical que previa até o confisco dos bens da Igreja.

A República Italiana teve vida curta, pois, com o apoio da França, Pio IX pôde voltar a Roma em abril de 1850. Durante os 20 anos seguintes, o papa se manteve à frente de seus domínios territoriais, graças ao apoio militar francês ou austríaco.

Foi nesse contexto que os revolucionários se voltaram para o rei da Sardenha, Vítor Emanuel II, partidário da unificação. E foi sob sua liderança que os **patriotas** conseguiram unificar quase toda a Itália, processo concluído com a anexação de Roma em 1870.

Nesse sentido, o ultramontanismo pode ser considerado um movimento retrógrado da Igreja católica em relação aos novos rumos da Europa, onde os governos constitucionais, o movimento operário, a participação popular na política e a industrialização não podiam mais ser detidos.

Na encíclica *Quanta Cura*, de 8 de dezembro de 1864, o papa apresentou 80 erros lesivos aos dogmas católicos, incluindo o socialismo e o comunismo, numa demonstração clara de rejeição ao pensamento de esquerda.

Em 1868 foi convocado o Concílio Vaticano I, que, entre outras decisões, reafirmou a infalibilidade do papa, em 18 de julho de 1870.

Depois da derrocada do absolutismo por quase toda a Europa, a Igreja parecia caminhar na contramão da história ocidental.

TOPHAM PICTUREPOINT/KEYSTONE BRASIL

Nesta imagem, a mulher representa Roma; o homem que a segura, Vítor Emanuel II; e o clérigo, ao chão, o papa Pio IX. Desenho do século XIX, de autoria desconhecida. Coleção particular.

- Com base nas informações do capítulo, interprete a gravura.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

A Prússia e a unificação

Na charge a seguir, publicada no jornal francês *Le Charivari*, em setembro de 1866, um soldado prussiano costura dois lençóis. No lençol da esquerda está escrito Prússia; no da direita, Saxônia, Hanôver, Nassau e Frankfurt. A legenda da charge tem os seguintes dizeres: "É um talento saber usar uma agulha... mas um talento do qual não se deve abusar".

CHAM (AMÉDÉE C. H. DE NOE). 1866.

Charge publicada no jornal francês *Le Charivari*, em 1866, satirizando a postura da Prússia na guerra de 1866 contra a Áustria. Arquivo Prussiano.

Com base nas informações do capítulo, responda:

1. Em 1866, quando a charge foi publicada, a Áustria declarou guerra à Prússia. Qual foi a mensagem transmitida pelo autor da charge?
2. O que pode significar a legenda, sabendo-se que foi um jornal francês que publicou a imagem?
3. Em sua opinião, nos anos seguintes os prussianos abusaram do talento com a agulha?

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. Defina a Primavera dos Povos no contexto europeu do século XIX.
2. Indique três fatos que comprovem a expansão capitalista na França do século XIX.
3. Caracterize o processo político que resultou na fundação do Segundo Império francês.
4. É possível afirmar que a unificação alfandegária da Alemanha foi a condição necessária para a unidade política alcançada em 1870-1871? Justifique.
5. Indique três diferenças entre os processos de unificação italiana e alemã.
6. Como as relações internacionais influíram na política interna da França e nas unificações italiana e alemã? Mencione um exemplo para cada um dos três processos.
7. Caracterize a política do regime czarista em relação à estrutura agrária e à modernização da Rússia na segunda metade do século XIX.

Reflexões

Tragédia e farsa na história

Em seu livro *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852, Karl Marx afirmou que os fatos e as personagens de grande importância na história do mundo aparecem duas vezes: "a primeira como tragédia, a segunda como farsa". E justificou:

Camile Desmoulins, Danton, Robespierre, Saint-Just, Napoleão, os heróis, os partidos e as massas da velha Revolução Francesa desempenharam a tarefa de sua época, a tarefa de libertar e instaurar a moderna sociedade burguesa, em trajes romanos e com frases romanas. Os primeiros reduziram a pedaços a base feudal e deceparam as cabeças feudais que sobre ela haviam crescido. Napoleão, por seu lado, criou na França as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas [...].

Luís Napoleão Bonaparte, por sua vez,

impelido pelas exigências contraditórias de sua situação e estando ao mesmo tempo, [...], ante a necessidade de manter os olhares do público fixados sobre ele, como substituto de Napoleão [...], isto é, ante a necessidade de executar diariamente um golpe de Estado em miniatura, lança a confusão em toda a economia burguesa, viola tudo que parecia inviolável à Revolução de 1848 [...] e produz uma verdadeira anarquia em nome da ordem [...].

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap01.htm> e <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap07.htm>. Acesso em: 18 jan. 2016.

1. Considerando-se as características do Segundo Império na França, é possível afirmar que a interpretação de Marx sobre a ascensão de Luís Napoleão Bonaparte ao governo foi precipitada? Justifique.
2. Quais as possíveis semelhanças entre o governo de Napoleão I, no início do século XIX, e o de Napoleão III, a partir da década de 1850, em relação à formação do capitalismo na França?

Vamos testar?

1. **(Enem)**

Otto von Bismarck "foi o mais importante estadista germânico do século XIX. (...) O velho militar e aristocrata prussiano, a despeito de sua decadência política, conservou imensa popularidade. Não é exagero dizer que ele foi uma das primeiras celebridades da era moderna".

(RODRIGUES JR., O. L. "Do príncipe Bismarck à princesa Carolina de Mônaco: vida privada de pessoas célebres e as liberdades comunicativas no Direito Civil". In: CASSETTARI, C. (Coord.). *10 anos de vigência do Código Civil Brasileiro de 2002*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 115.)

O caminho para a explosão do mal-estar da sociedade alemã que se traduziria no apoio irresistível ao nazismo começou a ser traçado no momento da Unificação da Alemanha, em 1871. Lagarde, o pensador volkisch [movimento conservador alemão] (...) apontava a perda da fé, a desunião do povo, a corrupção da educação e, principalmente, o declínio moral como fatores-chave. Com Bismarck, a austeridade moral do Reich experimentou, em sua visão, um constante desmoronamento. Essa opinião era compartilhada pela alta aristocracia prussiana, junker

como Bismarck, mas absolutamente crítica a respeito da sua decisão de ampliar o direito de voto para todos os homens e de permitir a união entre a Prússia protestante e a Alemanha católica. "Ultraje! Atrevimento! (...)", bradou Reck-Malleczewen em seu diário. Em sua opinião, não havia nada tão "não prussiano" como os alemães integrados ao Reich unificado: "Polacos! Papistas! Escória proletária!".

(GUTERMAN, Marcos. *A Moral Nazista*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP 2013. p. 83-84.)

Sobre os textos, podemos afirmar:

I. Expressam o mesmo ponto de vista, ao enaltecer a figura popular de Otto von Bismarck, o chanceler alemão responsável pela unificação do país.

II. Os textos apresentam visões diferentes sobre Otto von Bismarck: no primeiro, uma visão popular; no segundo, a visão da aristocracia junker.

III. Os textos podem ser considerados complementares, pois apresentam as duas únicas interpretações sobre Bismarck, que unificou a Alemanha com o apoio dos papistas, dos polacos e da escória proletária.

Assinale a alternativa correta:

a) Se somente III estiver correta.

b) Se somente I estiver correta.

c) Se somente II estiver correta.

d) Se todas estiverem erradas.

e) Se todas estiverem corretas.

2. (Enem)

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer "isto é meu" e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém.

(ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: ROUSSEAU, J. J. *Obras Escolhidas*. Trad. Lourdes Santos Machado. Porto Alegre: Globo, 1958. v. I, p. 189.)

As críticas à propriedade privada fazem parte do repertório de várias correntes de pensamento do século XIX, muitas delas tendo essas considerações de Rousseau como base. Assinale a afirmativa correta:

a) A propriedade privada foi considerada nociva à sociedade até mesmo pela teologia católica do século XIX.

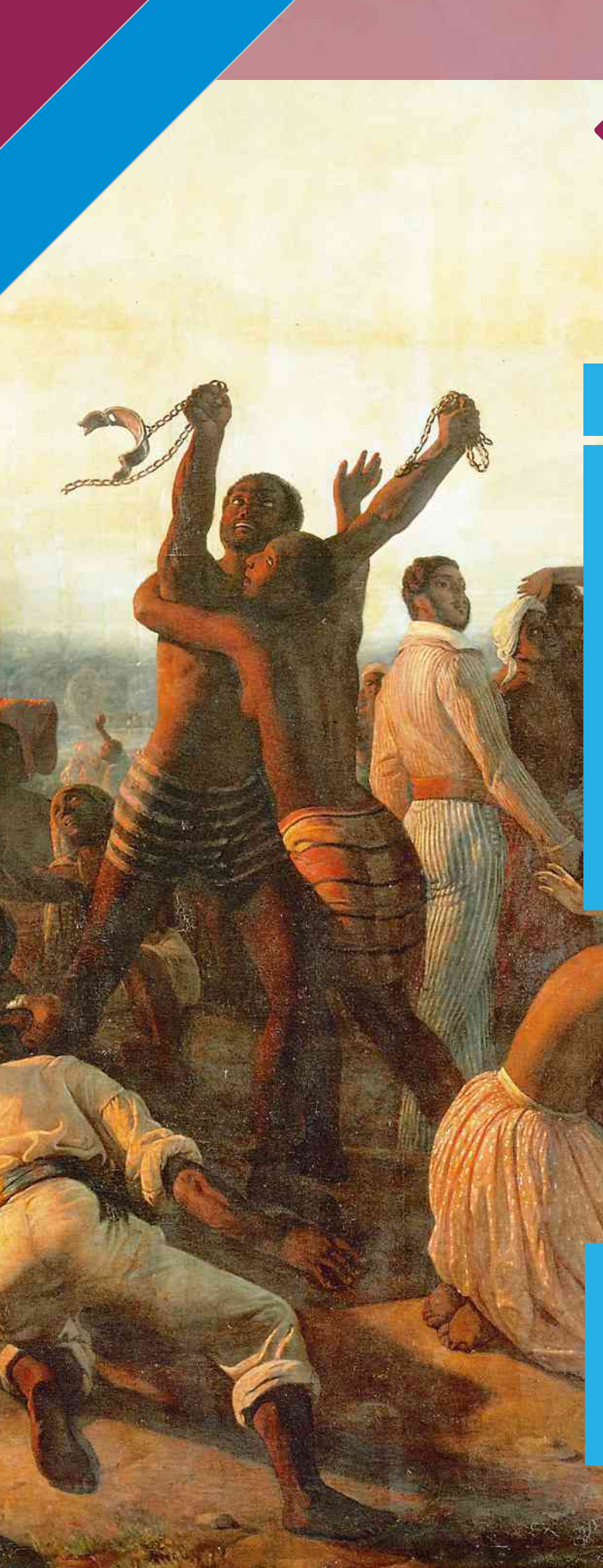
b) Na contramão dos movimentos socialistas, a defesa da propriedade privada era a base do pensamento anarquista.

c) O socialismo científico foi assim definido por reconhecer que a propriedade privada era um roubo.

d) As teorias anarquistas e comunistas pressupunham o fim da propriedade privada da terra e de recursos naturais.

e) Somente os comunistas defendiam o fim da propriedade privada da terra.

Conexões — História e Geografia (geopolítica)

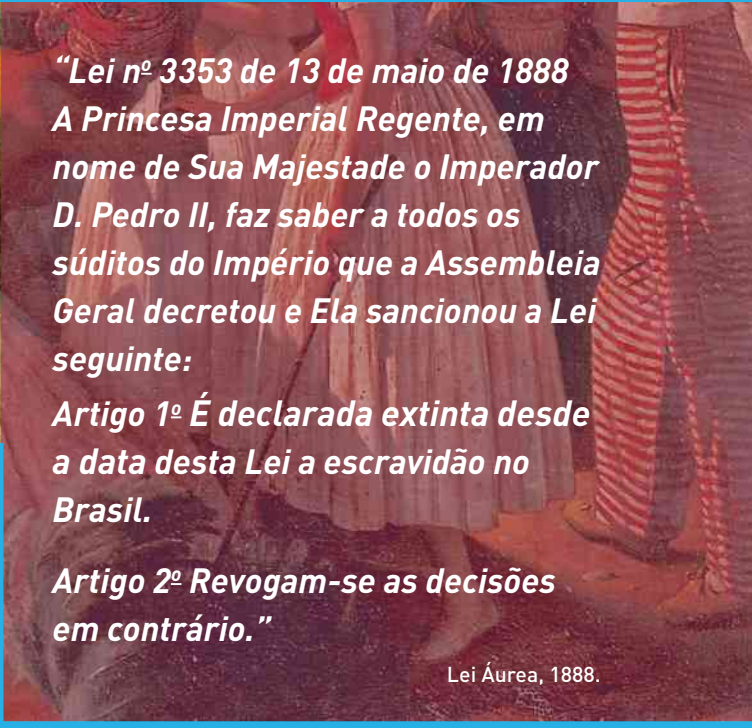
Hoje, as pessoas se dizem inglesas, francesas, italianas ou alemãs como se fosse natural esse sentimento de pertencer a uma nação, com território delimitado, sob um governo estabelecido. Na verdade, a ideia de **nacionalidade** ou de **pertencimento a uma nação** é bastante recente na história do mundo ocidental.

De maneira geral, até o século XIX, os indivíduos se identificavam, antes de tudo, com a cidade ou a região em que haviam nascido ou onde criaram raízes, usando o termo **pátria** nesse sentido bem restrito. Reconheciam-se também como súditos de algum rei ou príncipe. Identificavam-se, ainda, pelo uso de uma língua comum, sempre regional, muito diferente de um idioma nacional.

O termo **nacionalismo**, tal como o entendemos hoje, começou a ser utilizado na França nos anos 1830. Resultou, sem dúvida, da Revolução Francesa, que criou um sentimento de pátria vinculado à ideia de um grupo de cidadãos com uma língua comum e direitos civis e políticos reconhecidos por um Estado soberano.

Nesse sentido, os movimentos revolucionários da primeira metade do século XIX consolidaram a ideia de nacionalismo. Depois, a participação cada vez maior do povo nas eleições ampliou a acepção do termo, relacionando-o cada vez mais à cidadania política e não só aos direitos civis.

- Que relação existe entre o sentimento de nacionalidade do século XIX e o espaço geográfico?

Unidade 3 Américas independentes

ERICH LESSING AKG-IMAGES/ FOTOARENA

O fim da legitimidade da escravidão no mundo ocidental foi resultado das lutas de vários segmentos da população. A abolição da escravidão nas colônias francesas, no ano de 1848, retratada pelo pintor François-Auguste Biard, foi somente uma entre várias que ocorreram em boa parte do mundo durante o século XIX. Museu Nacional, Palácio de Versalhes, Versalhes, França.

NESTA UNIDADE

- O Império do Brasil
- O Brasil no tempo da Regência
- Revoltas escravas no Brasil
- Consolidação das Repúblicas das Américas
- Guerra de Secessão nos Estados Unidos
- O Brasil na crise da escravidão
- A proclamação da República no Brasil

"Lei nº 3353 de 13 de maio de 1888
A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e Ela sancionou a Lei seguinte:

Artigo 1º É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Artigo 2º Revogam-se as decisões em contrário."

Lei Áurea, 1888.

Capítulo 9

Brasil: a construção do Império

JOHANN MORITZ RUGENDAS; THIERRY FRÈRES (LITOGR.). SAN-SALVADOR. C.1835. COLEÇÃO PARTICULAR.

Vista da cidade de Salvador. Litografia de Johann Moritz Rugendas publicada no livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de 1835.

Puxando pela memória

COLEÇÃO PARTICULAR

Essa bandeira se parece com alguma que você conhece?

Atualmente, o Brasil, que é um país de proporções continentais, tem governo republicano e regime presidencialista, com voto universal para os principais cargos dos poderes Executivo e Legislativo. Homens e mulheres, a partir dos 16 anos, analfabetos ou doutores, pobres ou ricos, de qualquer etnia ou religião, têm o mesmo direito ao voto.

Mas esse direito ao voto universal foi uma conquista da população que aconteceu lentamente. Nos primeiros tempos do Brasil como país independente – que, de colônia de Portugal, se transformou em uma monarquia constitucional –, pouco havia mudado em relação à cidadania: o voto era censitário e exclusivamente masculino para os poucos cargos eletivos. Além disso, a escravidão foi mantida, em um mundo liberal cada vez mais partidário da abolição.

Cronologia deste capítulo	1822	1823
	Em 7 de setembro ocorre o marco simbólico da Independência no Brasil.	Em 3 de maio, início dos trabalhos da Assembleia Constituinte.

1 Cidadania e exclusão na constituição imperial

O “Grito do Ipiranga”, em 7 de setembro de 1822, foi um ato simbólico do momento em que o príncipe regente d. Pedro declarou o Brasil independente de Portugal, como resposta às pressões exercidas pelas Cortes portuguesas para recolonizar o Brasil.

E em 10 de dezembro de 1822, d. Pedro foi coroado imperador do Brasil. Logo eclodiram revoltas contrárias à independência em várias províncias ocupadas por tropas portuguesas que se mantiveram fiéis às Cortes de Lisboa, em especial no norte (Grão-Pará, Maranhão e Bahia) e no sul (Cisplatina).

Somente no final de 1823 o impasse estava superado, com todas as províncias incorporadas ao novo Império do Brasil. A maior resistência ocorreu na Bahia, onde os partidários das Cortes portuguesas dominavam a política local desde 1821. A rica área agrícola de Cachoeira, na região do Recôncavo baiano, entretanto, aliou-se ao príncipe em meados de 1822. Sobre o processo de independência, ver capítulo 5.

Começaram então as lutas entre as tropas portuguesas, lideradas pelo Governador das Armas, Inácio Luís Madeira de Melo, e parte da população, incluindo os escravos. Para enfrentar os portugueses, foram contratados mercenários estrangeiros, como o almirante inglês Thomas Cochrane, que bloqueou o porto de Salvador. Tropas terrestres, lideradas pelo francês Pedro Labatut e depois por José Joaquim de Lima e Silva, derrotaram as tropas portuguesas em julho de 1823.

Fique de olho!

- Museu Paulista – Universidade de São Paulo. Disponível em: <www.mp.usp.br>. Acesso em: 12 fev. 2016.

  Conhecido como Museu do Ipiranga, os acervos permanentes e temporários desse museu apresentam diferentes aspectos da cultura material, como Cotidiano e Sociedade; Universo do Trabalho; História do Imaginário, objetos e iconografia, documentos textuais.

Detalhe de *Aclamação de d. Pedro I como Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, em 12 de outubro de 1822*. A cerimônia de coroação ocorreu em 1º de dezembro, seguida de manifestações de revolta em várias províncias ligadas a Portugal. Gravura colorizada de Thierry, a partir de um desenho de Jean-Baptiste Debret. Publicada no livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, Paris, 1834-1839. Essa obra está no Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, RJ.

JEAN-BAPTISTE DEBRET. THIERRY (LITOGR.). ACLAMAÇÃO DE D. PEDRO I. SÉCULO XIX.

Em 2 de julho, as tropas portuguesas, derrotadas, deixam definitivamente a Bahia.
1823

Em 26 de julho, o Maranhão é subjugado; em 11 de agosto, o Pará. A Cisplatina é derrotada em novembro. Em 12 de novembro, a Assembleia Constituinte é dissolvida.
1823

OUTRA DIMENSÃO **PERSONAGEM**

Maria Quitéria

Disfarçada de homem, alistou-se para combater os portugueses nas guerras de independência na Bahia. Apesar de desmascarada, ela continuou a lutar como soldado. Usava uma saia sobre o uniforme, como mostra a tela. Foi promovida a cadete durante a guerra e recebeu a insígnia da Imperial Ordem do Cruzeiro do imperador d. Pedro I, que também lhe concedeu um soldo (salário) **vitalício**. Por ser mulher, foi impedida de servir como militar de carreira após a guerra, então voltou à casa do pai, que lhe perdoou a pedido do imperador; casou-se e teve uma filha. Morreu em 1853. Em 1996, foi proclamada Patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro.

- Que transformação na composição do Exército brasileiro, e na sociedade em geral, pode explicar o fato de Maria Quitéria ter se tornado patrona de um quadro do Exército brasileiro apenas em 1996?

Vitalício ▸ enquanto durar a vida.

DOMENICO FAILUTTI. MARIA QUITÉRIA. 1920.

Maria Quitéria, a Joana d'Arc brasileira, óleo sobre tela do italiano Domenico Failutti, 1920. Esta obra está no Museu Paulista da USP, São Paulo, SP.

Fique de olho!

- BAGNO, Marcos. *O processo de independência no Brasil*. São Paulo: Ática, 2003.

  O livro é uma adaptação de um relato de viagem da britânica Maria Graham, que esteve no Brasil no período da independência.

A dissolução da Assembleia Constituinte

Enquanto as lutas ocorriam, ganhava intensidade um novo conflito, que tinha como cenário a Assembleia Constituinte, convocada para elaborar a Carta Magna do novo país.

Essa Assembleia era composta de quase uma centena de deputados provinciais, que representavam a elite ilustrada e intelectual do império em construção. Mais da metade era formada em Coimbra, e muitos tinham atuado no governo de d. João VI.

Tão logo iniciaram os trabalhos na Assembleia, em 3 de maio de 1823, dois grupos se configuraram: de um lado, o chamado Partido Brasileiro, que propunha uma monarquia constitucional em que o imperador devia se submeter às leis; de outro, o Partido Português, que defendia o fortalecimento do poder do imperador. Não eram partidos políticos como os que conhecemos hoje, mas correntes de opinião.

Outra grande disputa entre os dois grupos ocorria em relação ao governo das províncias. Os "brasileiros" pretendiam que fosse eleita uma junta governativa local, que daria maior autonomia às províncias. Já os "portugueses" desejavam que o imperador indicasse um presidente que poderia ser removido quando julgasse necessário; ou seja, defendiam a centralização do poder na figura imperial.

D. Pedro e seus partidários defendiam a restrição do poder de decisão das províncias com o argumento de que havia o risco de algumas imprimirem um movimento de independência em relação ao recém-criado Império do Brasil, alimentando o que consideravam uma anarquia. Já os "brasileiros", por sua vez, viam com desconfiança a centralização do poder, suspeitando de uma continuidade do despotismo português. Os grupos políticos concordavam quanto à manutenção da escravidão e à unidade territorial.

Um esboço do projeto da Constituição foi apresentado em setembro de 1823. Esse projeto recebeu o apelido de "Constituição da Mandioca", porque poderiam ser votantes nas eleições primárias os homens que tivessem renda anual equivalente a 150 alqueires de farinha de mandioca. Os ânimos estavam alterados há tempos. Os "brasileiros", representados principalmente pelos irmãos Antônio Carlos de Andrada e Silva e José Bonifácio, defendiam um poder limitado do imperador, que não poderia: ser governante de outro reino; dissolver o Parlamento; comandar as Forças Armadas. Também seria obrigado a acatar as decisões do Poder Legislativo. Além disso, José Bonifácio havia apresentado à Assembleia um projeto que previa a extinção gradual da escravidão.

Alqueire ▸ antiga medida de volume que variava entre 13 e 14 litros. Segundo o dicionário de Antônio Moraes e Silva, de 1789, significa medida de grãos: seis alqueires fazem um saco.

Comentar que o sistema métrico decimal, adotado em todo o mundo para facilitar as trocas, foi criado apenas no século XIX e que as medidas antigas não eram homogêneas, variando de acordo com a região.

Nem bem os artigos começaram a ser votados, d. Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte, na madrugada de 12 de novembro daquele ano, por considerar inaceitável a possibilidade de o poder do império ser dividido entre vários organismos. O episódio ficou conhecido como "Noite da Agonia". Os irmãos Andrada foram presos e deportados.

No mesmo decreto que dissolveu a Assembleia Constituinte, d. Pedro convocou um grupo para elaborar uma carta constitucional a seu modo: o Conselho de Estado, composto de seis ministros e mais quatro membros, todos nascidos no Brasil. Ele mesmo presidia o Conselho. Em março de 1824, a população do Brasil recebeu pela primeira vez uma Constituição. Ela foi outorgada (imposta) por d. Pedro I, que instituía quatro poderes: o Executivo (exercido pelo imperador e pelos seus ministros de Estado), o Legislativo (composto de senadores e deputados gerais e provinciais), o Judiciário (formado pelos juízes e pelos tribunais) e o Moderador (exercido exclusivamente pelo imperador). As províncias seriam governadas por um presidente nomeado pelo imperador.

Os atos centralizadores de d. Pedro I não passaram sem reação. Em diversos lugares surgiram atitudes contra os portugueses que ocupavam cargos da administração, que eram proprietários de grandes unidades produtoras e dominavam o comércio de escravos e de gêneros alimentícios. Qualquer atitude de proteção a portugueses em detrimento dos brasileiros era vista com desconfiança. O português era identificado pelos brasileiros como o antigo domínio metropolitano. E o imperador estava no centro dessa tensão, por não ter nascido em terras brasileiras e ser visto como defensor dos interesses portugueses.

BENEDITO CALIXTO. JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA. 1902.

A maçonaria é uma associação voluntária e secreta que se difundiu na primeira metade do século XVIII, a partir da Inglaterra para a Europa e a América. No Brasil, a loja mais destacada no período da independência foi a Grande Oriente Brasileiro, da qual José Bonifácio de Andrada e Silva foi grão-mestre (presidente). Nela ocorreram os debates políticos que influenciaram a separação de Brasil e Portugal. Nessa pintura, feita por Benedito Calixto em 1902, Bonifácio foi retratado com o símbolo da sociedade secreta maçônica Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, mais conhecida como Apostolado. Esta obra se encontra no Museu Paulista da USP, em São Paulo, SP.

Fique de olho!

- CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello. *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. Companhia das Letras, 2012.

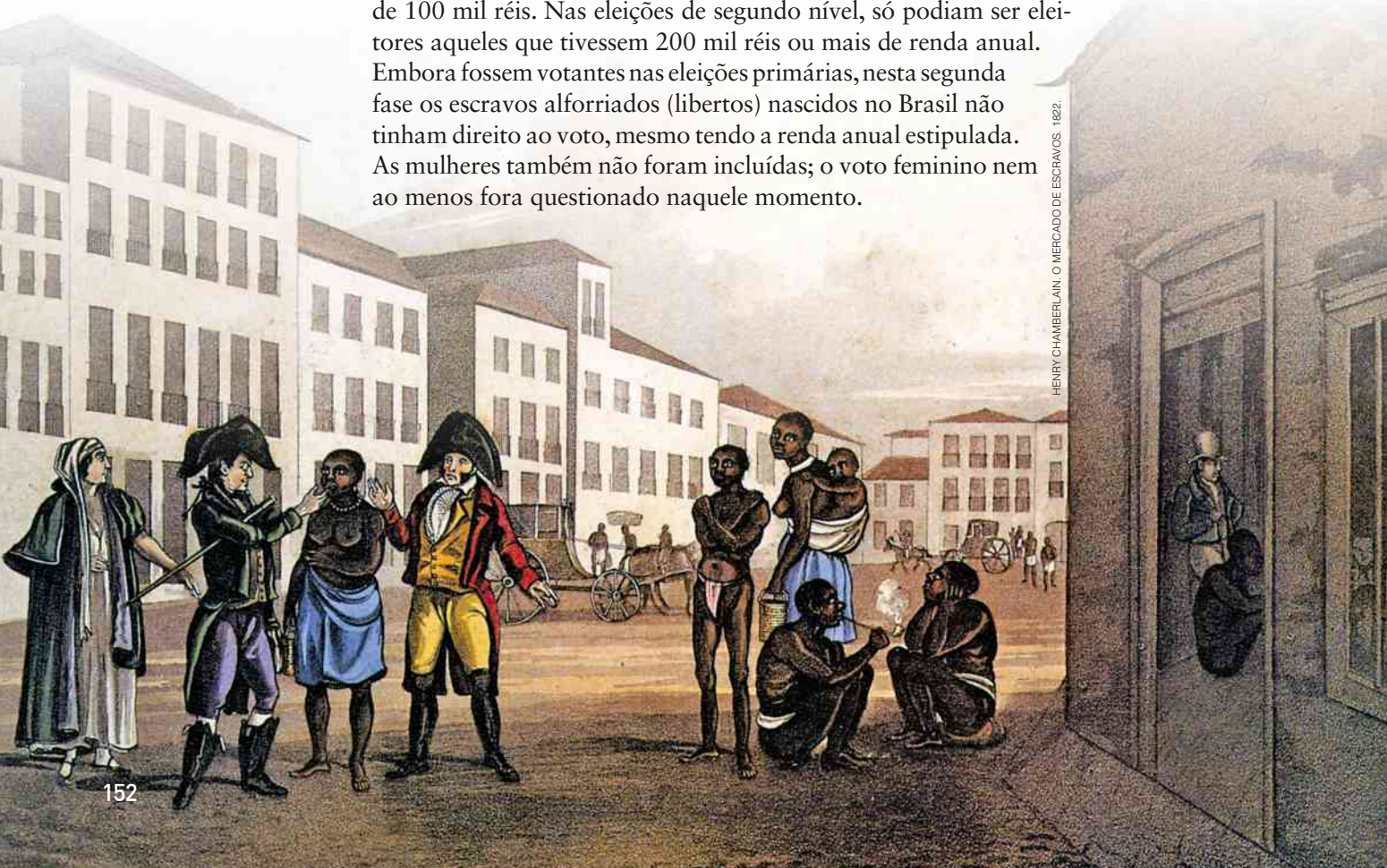
  O livro fornece subsídios para a compreensão da formação do Brasil moderno. Inclui uma introdução ao contexto político dos panfletos, além de notas explicativas e uma cronologia dos acontecimentos.

A Constituição de 1824

Outorgada por d. Pedro I em 25 de março de 1824, a Constituição imperial definia a forma de governo como uma monarquia hereditária, constitucional e representativa. Vários pontos eram iguais aos do projeto elaborado pela Assembleia Constituinte de 1823; mas havia importantes diferenças, como a divisão do poder político incluindo o Moderador, cuja finalidade, segundo seus defensores, era zelar pelo equilíbrio entre os outros poderes. Na prática, era um instrumento para permitir que o imperador interferisse nos demais poderes.

A Constituição instituía ainda o catolicismo como religião do Estado e permitia os cultos privados de outras religiões, desde que seus templos não ostentassem seus símbolos. Eram considerados cidadãos brasileiros todos os homens livres e libertos (ex-escravos) nascidos no Brasil. Quanto aos nascidos em Portugal – diferentemente do projeto de 1823, que os excluía da cidadania –, foram reconhecidos como cidadãos todos aqueles nascidos no reino ou em outras colônias que, residentes no Brasil, tivessem aderido à independência. Os libertos nascidos na África foram excluídos da cidadania.

O Legislativo era dividido entre Senado (vitalício) e Câmara de Deputados (eleita por um período de quatro anos). Os eleitores das províncias votavam em nomes para o Senado, formando uma lista tríplice, encaminhada ao imperador – cabia a ele a escolha final. Os deputados eram eleitos pelo maior número de votos. Em ambos os casos, a eleição era indireta: em eleições primárias, era escolhido um corpo eleitoral (os eleitores), que depois elegeria os deputados e os senadores.

Nas eleições primárias, estavam excluídos do direito de voto os criados de servir, os menores de 25 anos (a não ser os casados), os religiosos regulares, os criminosos e os que não tivessem renda mínima anual de 100 mil réis. Nas eleições de segundo nível, só podiam ser eleitores aqueles que tivessem 200 mil réis ou mais de renda anual. Embora fossem votantes nas eleições primárias, nesta segunda fase os escravos alforriados (libertos) nascidos no Brasil não tinham direito ao voto, mesmo tendo a renda anual estipulada. As mulheres também não foram incluídas; o voto feminino nem ao menos fora questionado naquele momento.

HENRY CHAMBERLAIN. O MERCADO DE ESCRAVOS. 1822.

Chegavam escravos a todo momento ao Brasil. Eles eram comprados em mercados especificamente montados para esse fim ou eram apresentados nas ruas aos interessados. Um dos debates mais inflamados na Assembleia Constituinte de 1823 questionou se esses africanos, depois de libertos, poderiam ou não se tornar cidadãos brasileiros. Na Constituição de 1824, os africanos libertos foram excluídos de qualquer participação política, mesmo que muitos deles tivessem renda suficiente para isso. Na imagem, *O mercado de escravos*, do inglês Henry Chamberlain. Gravura publicada no livro *Views & Costumes of Rio de Janeiro,* em Londres, 1822. Museu da Chácara do Céu, Museus Castro Maya, Rio de Janeiro.

Só podiam ser candidatos aos cargos de deputado e senador (três por província), além das exigências anteriores, homens católicos que possuíssem uma renda entre 400 mil e 800 mil réis, respectivamente. Essas determinações acabaram por criar uma divisão entre **cidadãos passivos** (os excluídos do direito ao voto) e **cidadãos ativos** (subdivididos em cidadãos ativos votantes e cidadãos ativos eleitores e elegíveis). Não havia necessidade de ser alfabetizado.

A Constituição não alterou o regime escravista vigente. Os políticos, de maneira geral, sabiam ser esse o ponto mais delicado. Era consenso entre as elites intelectuais que o Brasil não sobreviveria sem a mão de obra escrava. Assim, a Constituição de 1824 foi omissa em relação à escravidão. Isso significava que o regime escravista seria regido pelo direito de propriedade sem interferência do Estado na relação entre senhores e escravos.

Império em construção

Durante a construção do Império, dois importantes pontos se impunham nesse processo: a unidade territorial em torno do governo do Rio de Janeiro e o reconhecimento internacional de sua independência. Ambos foram conquistados a duras penas.

A Confederação do Equador

A dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da Carta de 1824 acirraram os ânimos no Brasil, principalmente em Pernambuco. O que incomodava os pernambucanos, assim como os membros da elite de outras províncias das atuais regiões Nordeste e Norte, era a falta de autonomia em decorrência da opção de d. Pedro por manter um regime centralizado com sede no Rio de Janeiro.

D. Pedro I havia nomeado um presidente de província indesejado pelas elites regionais. Foi o pretexto para o surgimento, em julho de 1824, da **Confederação do Equador**, movimento que tinha como objetivo tornar independente a província de Pernambuco e reunir as províncias do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e, talvez, Piauí e Pará. Os rebeldes pretendiam criar um governo confederado e republicano, com ampla autonomia das províncias. Várias lideranças que haviam participado da Revolução de 1817 estavam presentes na nova rebelião, entre elas Frei Caneca.

Essa conspiração foi reprimida violentamente pelas tropas do governo, lideradas por Francisco Alves de Lima e Silva. Em novembro foram executados os principais líderes, incluindo Frei Caneca. O Império Brasileiro saiu ileso desse combate, mas o prestígio do imperador ficou ainda mais abalado.

LEANDRO MARTINS. CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR. S/D.

Imagem das forças do Exército imperial atacando os confederados do Recife em 1824. A Confederação do Equador foi um entre vários problemas enfrentados por d. Pedro I para consolidar a independência do Brasil e construir o Império. *Passagem da ponte dos Afogados: episódio da 2ª Revolução Pernambucana*, 1824, aquarela de Leandro Martins. A obra se encontra no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro.

O reconhecimento da Independência

Para que um país se torne independente, é necessário que haja um reconhecimento diplomático por parte de outros países. No caso do Brasil, como nos das outras ex-colônias da América, era necessário que a antiga metrópole reconhecesse a independência, pois isso abriria caminho para que países aliados a ela fizessem o mesmo.

D. Pedro I enviou embaixadores a alguns países, mas encontrou muita resistência. O governo dos Estados Unidos não via com bons olhos o regime monárquico de governo, mas foi o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil, em 1824. Afinal, a defesa do princípio de independência das colônias da América falou mais alto. Por outro lado, países com governos tradicionais viam com desconfiança os movimentos constitucionais e inspirados no ideário liberal, além de nenhum deles querer tomar a decisão antes do reconhecimento de Portugal. Somente os Estados Unidos e o México o fizeram sem depender da aceitação portuguesa.

O imperador ainda teve de buscar o apoio diplomático britânico para obter o reconhecimento externo, principalmente de Portugal. Mas a Grã-Bretanha temia que, caso aceitasse a independência do Brasil à revelia de Portugal, pudesse perder o domínio que exercia há séculos sobre a monarquia lusa, além dos privilégios alfandegários nos portos brasileiros conquistados com os Tratados de 1810.

Os ingleses propuseram, então, uma solução negociada entre os países. A proposta da Grã-Bretanha foi aceita e, em 1825, Portugal reconheceu a independência do Brasil em troca de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas paga pelo governo brasileiro (a maior parte emprestada da Grã-Bretanha) e da concessão do título, meramente honorífico, de Imperador do Brasil a d. João VI. Por sua vez, os ingleses exigiram do Brasil, ainda, a renovação dos Tratados de 1810.

Desse jogo diplomático, os britânicos saíram com enormes vantagens. Portugal teve suas compensações. O Brasil saiu independente, mas tornou-se um grande devedor da Grã-Bretanha, além de ter sido obrigado a reconhecer a prioridade britânica em seu comércio internacional. Mesmo assim, o governo achou o tratado vantajoso.

O desgaste do imperador

Em 1824, foi a vez de os habitantes da província Cisplatina iniciarem um movimento com o objetivo de se separar do Brasil. Eles pretendiam adotar um regime republicano e se anexar às Províncias Unidas do Reino do Prata (atual Argentina). A antiga disputa da região entre portugueses e espanhóis ganhou nova versão no confronto entre Brasil e Argentina, em particular Buenos Aires, dando início à guerra em 1825.

A localização da Província era estratégica para o contato com as províncias brasileiras do interior. Caso a Cisplatina fosse anexada a Buenos Aires, ambas as margens do Prata seriam por ela controladas, situação totalmente indesejável para o Brasil.

D. Pedro I deu grande importância ao fato, iniciando uma reação que levou à falência os cofres públicos. Imaginava que, derrotando os revoltosos, acabaria com as aspirações republicanas na Cisplatina e mostraria a superioridade do regime monárquico. Não teve êxito.

Em 1828, com a mediação britânica, a Cisplatina não ficou com nenhum dos lados: transformou-se em um Estado independente, com o nome de República Oriental do Uruguai.

O desgaste de d. Pedro I em decorrência da derrota na guerra aumentou com os acontecimentos em Portugal. Com a morte de d. João VI, em 1826, o imperador do Brasil, herdeiro legítimo do trono português, teve de optar por uma das duas Coroas. Escolheu a do Brasil, abdicando ao trono do reino europeu em favor de sua filha mais velha, nascida no Rio de Janeiro, d. Maria da Glória – ainda criança, mas prometida como esposa ao irmão do imperador, d. Miguel.

Dois anos depois, d. Miguel deu um golpe de Estado e assumiu o poder, com o apoio de sua mãe, d. Carlota Joaquina. D. Miguel era o escolhido das elites portuguesas como representante da ordem absolutista anterior a 1820.

Cada vez mais preocupado com os problemas políticos de Portugal e em defender os interesses da filha, d. Pedro I desagradava a diversos setores da sociedade brasileira.

O tesouro encontrava-se falido: os gastos para enfrentar a Confederação do Equador e a Guerra da Cisplatina eram superiores à arrecadação. Em 1829, o Banco do Brasil decretou falência. Além disso, na esfera pessoal, era público que d. Pedro I mantinha diversas relações fora do casamento, a mais conhecida com d. Domitila de Castro, que chegou a ser agraciada com o título de Marquesa de Santos.

Após a morte da imperatriz d. Leopoldina, em 1826, d. Pedro I casou-se com d. Amélia de Leuchtenberg, princesa nascida em Munique, e a Marquesa de Santos afastou-se da Corte. Os rumores diminuíram, mas a imagem de d. Pedro I já estava muito desgastada aos olhos dos políticos e da população.

D. Pedro abdica

O descontentamento com o imperador chegou ao auge no final da década de 1820. Ele enfrentava desde uma oposição moderada – como a do jornal *Aurora Fluminense*, defensor do sistema representativo contra o autoritarismo do imperador – até uma oposição radical, como a dos jornais *O Repúblico*, que defendia a república, e o *Malagueta*, que defendia a autonomia provincial.

A situação de d. Pedro I tornou-se insustentável com a mudança do ministério, em 1830. O imperador foi acusado de escolher ministros ligados diretamente a sua posição política, desconsiderando os interesses de boa parte dos brasileiros. Foi de grande impacto o assassinato do imigrante italiano Líbero Badaró, em fins de 1830, que se identificava como um jornalista liberal, criticava a monarquia e era editor do jornal *O Observador Constitucional*; o fato aumentou a atmosfera de insegurança. Em 15 de março de 1831, no Rio de Janeiro, os conflitos entre brasileiros e portugueses culminaram na chamada **Noite das Garrafadas**, em que brasileiros atacaram com pedras e garrafas os portugueses que organizavam uma grande festa para recepcionar o imperador, que voltava de uma viagem feita a Minas Gerais.

Derrotado, d. Pedro I não resistiu. Em 7 de abril, optou por abdicar do trono brasileiro em favor de seu filho, d. Pedro de Alcântara, então com 5 anos, nomeando José Bonifácio como tutor. Como o herdeiro era menor de idade, o governo do Império foi exercido por uma Regência.

2 Monarquia sem imperador

Quando d. Pedro I abdicou do trono do Brasil, em 1831, seu filho, d. Pedro de Alcântara, foi aclamado "Imperador Constitucional Pedro II em sua menoridade", tendo como tutor José Bonifácio de Andrada e Silva.

Nenhum parente do jovem imperador tinha condições de assumir a regência, como era comum nas monarquias europeias. Com a Assembleia Legislativa em recesso, alguns senadores e deputados que estavam no Rio de Janeiro indicaram uma **Regência Trina Provisória**.

Dois meses depois, em junho, essa regência foi substituída por uma **Regência Trina Permanente**, eleita pela Assembleia Geral. Foi determinado o que a regência não poderia fazer: declarar guerra, conceder títulos de nobreza, vetar leis e dissolver a Câmara. Isso significava que, pela primeira vez, o Brasil teria uma Assembleia Legislativa com poder decisório, algo próximo do que ocorria no sistema parlamentar.

Nesse momento, a situação política se polarizou: de um lado estavam os **restauradores** ou **caramurus**, centralistas, que pretendiam trazer de volta d. Pedro I; de outro, os **liberais radicais**, conhecidos como **exaltados** ou **jurujubas**, que pretendiam acabar com o Poder Moderador, o Senado Vitalício e o Conselho de Estado, instrumentos próximos aos ideais absolutistas. Defendiam ainda maior autonomia para as províncias e, alguns, até mesmo o federalismo e a República.

Entre os dois lados, havia os **moderados** ou **chimangos**, grupo bastante diversificado, que tinha como objetivo manter a integridade do território e a ordem interna. Então à frente do governo, os moderados consideravam a abdicação uma vitória da união do povo e das tropas, no sentido de consolidar a real independência do país. Todavia, era um período tenso.

Decisões da Regência

O ministro da Justiça, padre Diogo Antônio Feijó – a grande figura política daquele momento –, reorganizou as forças militares com a intenção de conter os inúmeros levantes de tropas e as manifestações populares que explodiam por todo canto, principalmente no Rio de Janeiro. Em 18 de agosto de 1831, criou a **Guarda Nacional**, uma das mais importantes instituições do Império.

AUTORIA DESCONHECIDA. 1840.

Criada pela Lei de 18 de agosto de 1831, a Guarda Nacional – o cidadão armado – inspirava-se na reformulação da Guarda Nacional da França, realizada meses antes. A corporação representava a resistência das elites políticas imperiais ao Exército, que consideravam inadequado para preservar a ordem. A Guarda Nacional realizou seu primeiro desfile no dia do sétimo aniversário do pequeno imperador, que compareceu à cerimônia vestindo a farda da corporação. Na imagem, de 1840, uniformes de coronel e major. Os postos mais baixos eram eletivos e tinham vigência de quatro anos, mas os oficiais graduados eram indicados pelos presidentes de província ou pelo governo central e ficavam no cargo segundo o interesse da autoridade que os havia indicado. A obra se encontra na Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Ao contrário das milícias coloniais, a Guarda Nacional não era uma força de reserva do Exército. Era uma corporação paramilitar, composta de cidadãos eleitores das grandes cidades (ou seja, com renda anual de pelo menos 200 mil réis) entre 25 e 60 anos e cidadãos votantes dos demais municípios (com renda mínima anual de 100 mil réis). O que definia a Guarda Nacional era, portanto, a cidadania, pois participavam dela os cidadãos ativos. Era, em resumo, o controle dos cidadãos ativos, proprietários, sobre os despossuídos e os escravos.

Em novembro de 1832, foi finalizado o **Código de Processo Criminal**, que estabeleceu novas regras para o exercício da justiça. Uma medida de destaque foi a ampliação do poder dos juízes de paz, que tiveram permissão para prender, julgar e, em caso de emergência, convocar a polícia ou a Guarda Nacional.

Em 1834, um Ato Adicional à Constituição de 1824 aumentou a autonomia das províncias ao transformar os conselhos gerais de província em assembleias legislativas provinciais. Com isso, cada província passava a ter o poder de criar leis específicas, desde que não ferissem a Constituição, o que satisfazia os liberais. O Ato Adicional também transformou o Rio de Janeiro em município neutro, capital do Império. Além disso, estabeleceu a **Regência Una**, instituindo um só regente, que deveria ser escolhido por meio de eleição, medida que agradava aos moderados.

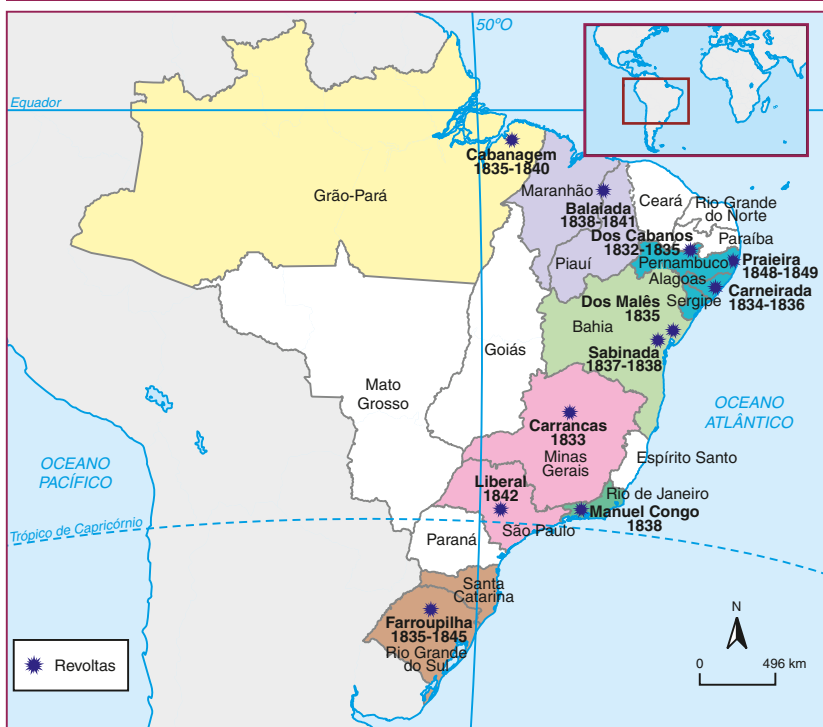
Clima de rebelião

Em 1835, a Regência Una foi assumida por Diogo Feijó, eleito em votação apertada, com pouco mais da metade dos votos, numa demonstração clara de que enfrentaria grande oposição em seu governo. Logo explodiram rebeliões em várias províncias, algumas reivindicando mais poder, outras com objetivos separatistas e até mesmo tendência republicana. Todas com maior ou menor mobilização popular.

Muitos avaliavam que a menoridade de d. Pedro de Alcântara, então um menino com nove anos, fragilizava o poder central – julgava-se que um Império sem imperador era um convite às dissidências de todo tipo. Diversas revoltas eclodiram.

As tropas imperiais e a Guarda Nacional reprimiram violentamente as revoltas – com exceção da Farroupilha, que teve desfecho negociado, mais favorável aos revoltosos por ter sido liderada pela elite, formada pelos grandes estancieiros gaúchos.

Estancieiro ▸ proprietário de fazenda de gado.

REVOLTAS REGENCIAIS E DO SEGUNDO REINADO

Fontes: ARRUDA, J. J. *Atlas histórico básico*. São Paulo: Ática, 1993; CAMPOS, F.; DOLHNIKOFF, M. *Atlas História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1994.

3 Elites rebeldes, revoltas populares

Cabanagem

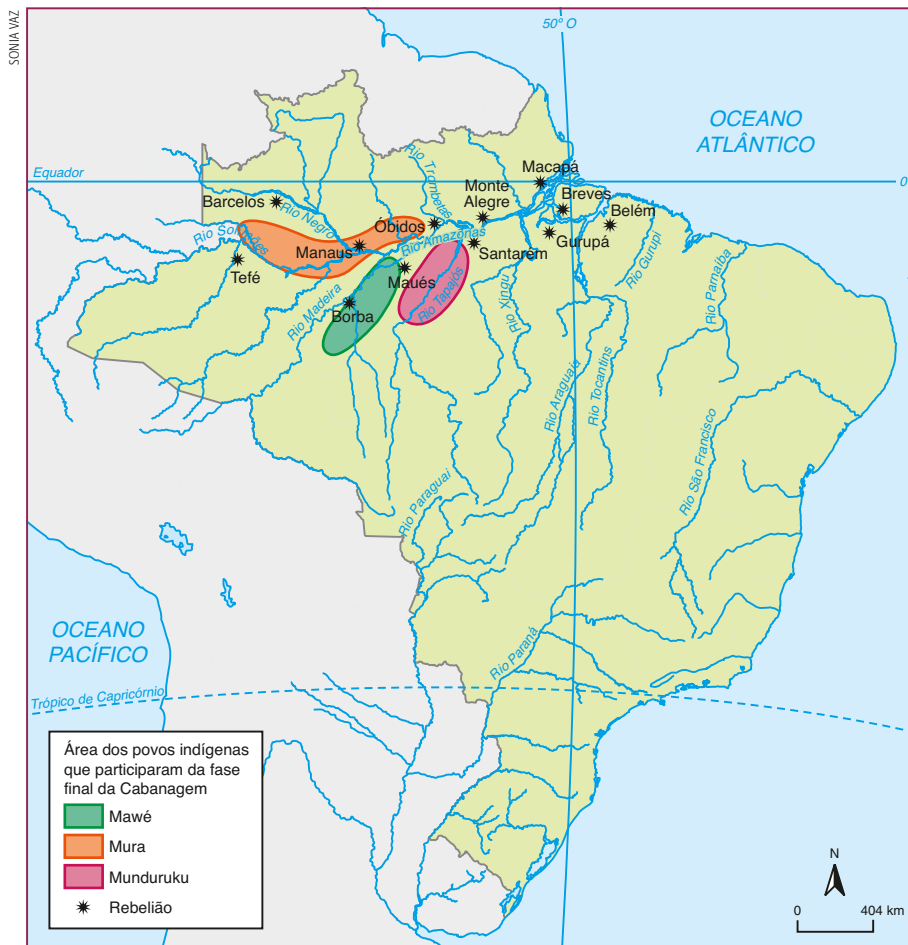
No Grão-Pará eclodiam conflitos desde a independência do Brasil. Grupos ligados aos interesses portugueses se mantinham fiéis à ideia de um império luso-brasileiro. Havia também um ressentimento com o excessivo poder exercido pelo governo central sobre as províncias. O clima explosivo se completava com as divergências internas das elites locais, além das péssimas condições de vida dos mais pobres.

Nesse contexto ocorreu a **Cabanagem** (1835-1840), nome derivado de cabana, tipo de habitação usada pela população pobre, às margens dos rios. Essa população, formada por indígenas, negros e mestiços, participou ativamente do movimento. Mas a revolta foi provocada por divergências ocorridas entre as elites locais, que aspiravam ao direito de escolher os presidentes de província.

Em 1832, o desembargador José Mariani, presidente indicado pela Regência, foi impedido de tomar posse. O novo presidente indicado, Lobo de Souza, tentou uma política conciliatória, sem êxito. Sofria séria oposição de fazendeiros e pequenos proprietários, como Félix Malcher, Manuel Vinagre e Eduardo Angelim, que contavam com o apoio tanto da população miserável quanto do bispo da cidade de Belém.

Em novembro de 1834, as tropas provinciais assassinaram Manuel Vinagre. Foi a gota-d'água para que, em 1835, os rebeldes atacassem e tomassem a cidade de Belém. Assassinaram então Lobo de Souza e seu comandante de armas. Formaram um governo e espalharam o movimento pelo interior da província.

Os cabanos governaram Belém por dez meses. Mas o novo presidente de província, Félix Malcher, recusava-se a romper de forma radical com o Império. Mandou prender seu antigo aliado, Angelim, e destituir o comandante de armas fiel aos mais radicais.

ÁREAS DA CABANAGEM

Fontes: *Atlas Histórico* – Brasil 500 anos. São Paulo: Três, 1998; CALDINI, V.; ÍSOLA, L. *Atlas Geográfico Saraiva*. São Paulo: Saraiva, 2009.

ADALBERT HEINRICH WILHELM. 1842.

Representação de cabana à beira do rio no município de Breves, no Pará, em 1842. Por conta desse tipo de construção, os revoltosos foram chamados de cabanos. Litografia de Adalbert Heinrich Wilhelm, príncipe da Prússia. Coleção particular.

Aproveitando-se da fragilidade gerada pelo conflito entre as lideranças cabanas, as tropas imperiais recuperaram a capital. O movimento permaneceu pelo interior numa luta de guerrilha que só foi encerrada em 1840.

Estima-se que a revolta, caracterizada pela ampla participação popular, resultou na morte de quase 30% dos habitantes da província.

Sabinada

A **Sabinada** ocorreu em Salvador, entre novembro de 1837 e março de 1838. Envolveu pessoas ligadas ao meio urbano, como profissionais liberais (médicos, advogados e jornalistas), pequenos comerciantes, funcionários públicos, artesãos e militares, muitos deles ex-escravos ou seus descendentes. Ela representou, basicamente, uma reação dos grupos liberais exaltados ao domínio do governo central sobre as províncias, ou seja, ao processo de centralização na regência de Araújo Lima, que sucedeu padre Feijó em 1837.

O movimento, liderado pelo médico Francisco Sabino (daí o nome da rebelião), começou com a revolta das tropas do forte de São Pedro. O projeto inicial era separar a Bahia do restante do país, mas logo os rebeldes admitiram manter a separação somente até d. Pedro completar 18 anos e assumir o trono. Não havia consenso entre os líderes sobre a escolha de um regime republicano, por isso a ideia conciliatória de lealdade ao monarca. Em relação à escravidão, os líderes acenavam com a possibilidade de alforriar (libertar) os cativos nascidos no Brasil (o que excluía os africanos) que pegassem em armas para combater as tropas oficiais, alistando-se no batalhão dos "Libertos da Pátria". Seus proprietários seriam indenizados pelo governo de Sabino. Todavia, não havia um projeto de abolição.

A rebelião teve um fim rápido. Uma violenta repressão foi articulada pelo governo imperial, cujas tropas tomaram Salvador em março de 1838. Mais de 1 200 pessoas morreram e quase 3 mil foram presas. Os líderes foram presos e condenados à morte por fuzilamento ou forca. Em agosto de 1840, entretanto, beneficiando-se do decreto imperial de 22 de agosto, que anistiava todos os envolvidos em crimes políticos, foram anistiados ou degredados para outras províncias do Brasil.

Balaiada

Em 1838, estourou no Maranhão e no Piauí a revolta conhecida como **Balaiada**, que envolveu os mais variados grupos sociais. Originou-se das divergências políticas entre as elites conservadoras e liberais, mas acabou fora de controle, com a adesão de pobres e escravos. Os liberais, conhecidos como "bem-te-vis" – nome do jornal que publicavam, *Bem-te-Vi* –, tinham o apoio de grandes proprietários rurais e dos segmentos médios urbanos. Opunham-se aos grupos conservadores da região, ironicamente chamados por eles de cabanos, compostos de negociantes portugueses, produtores de algodão e grandes criadores de gado.

A Balaiada começou como uma reação dos liberais ao governo conservador do presidente da província, o cabano Vicente Camargo. O conflito teve início quando a assembleia provincial votou uma lei que criava os cargos de prefeito para cada comarca, de subprefeito e de comissários de polícia para cada distrito, nomeados pelo presidente de província. Como os cabanos monopolizaram os cargos, muitos deles, de origem portuguesa, passaram a perseguir os bem-te-vis.

A crise tomou proporções maiores quando outros grupos entraram em cena. A primeira adesão foi a de vaqueiros, pequenos agricultores e artesãos, que, estimulados pelos discursos liberais, colocaram-se ao lado dos bem-te-vis.

Um dos focos do conflito eclodiu como reação ao recrutamento forçado de pequenos agricultores ou criadores, que eram obrigados a servir nas tropas oficiais. A ausência desses homens desarranjava a organização familiar de trabalho.

Por isso, a situação tornou-se explosiva quando Raimundo Gomes, um vaqueiro e administrador da fazenda do padre liberal Inácio Mendes, conduzia uma boiada já vendida a outro pecuarista. No meio da viagem, seus homens foram recrutados à força, incluindo seu irmão. Inconformado, invadiu a cadeia e soltou seus companheiros, dirigindo-se para o interior e organizando uma coluna contra as forças conservadoras.

Logo a seguir, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, pequeno agricultor e fabricante de cestos, teve seus filhos recrutados e, muito pior, as filhas estupradas por um oficial das tropas provinciais. Manuel acabou se tornando um dos líderes mais populares da rebelião contra o governo cabano do Maranhão. Inclusive, o nome Balaiada deriva de seu ofício: produzir balaios (cestos) para o transporte de mercadorias.

A revolta ainda teve um terceiro foco: uma insurreição de escravos, liderada pelo liberto Cosme Bento das Chagas, o Preto Cosme, que chegou a arregimentar quase 3 mil negros, entre escravos e libertos. A região contava com uma proporção expressiva de escravos e de quilombos desde a segunda metade do século XVIII, sobretudo nas plantações de algodão, exportado para a Inglaterra.

J. LAURENS E CHARLES RIBEYROLLES. C. 1859-1861

Na imagem, artesãos confeccionando balaios (cestos), profissão de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, líder e inspirador do termo Balaiada para designar a revolta do Maranhão. Litografia de J. Laurens publicada no livro *Brazil Pitoresco*, de Charles Ribeyrolles e Victor Frond, em 1859. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Cosme articulou os quilombolas e planejou um levante de escravos, o que inquietou os líderes bem-te-vis, que não tinham a menor intenção de abolir a escravidão.

No momento em que o movimento havia assumido um caráter de revolta popular, com a participação de lavradores pobres, quilombolas e escravos, o governo regencial reprimiu a rebelião com máxima violência.

O general Luís Alves de Lima e Silva, nomeado presidente da província, logo tratou de recompor as forças na região. Em 1840, prometeu anistia aos líderes balaios e bem-te-vis que auxiliassem o exército no combate aos rebeldes liderados por Preto Cosme, o que foi prontamente aceito. Raimundo Gomes foi um dos balaios que aceitou a anistia. Manoel dos Anjos morreu em combate. O saldo da repressão foi a morte de mais de 3 mil rebeldes e a prisão de outros milhares.

Por conta do seu desempenho, Luís Alves de Lima e Silva recebeu o título de barão de Caxias, em referência à cidade conquistada aos rebeldes no Maranhão. Depois, foi intitulado conde (1845), marquês (1852) e duque de Caxias (1869).

OUTRA DIMENSÃO **PERSONAGEM**

Preto Cosme: tutor e imperador da liberdade

Cosme Bento das Chagas nasceu em Sobral, no Ceará, como escravo. Não se sabe a data de sua alforria, mas já vivia como liberto na comarca de Itapecuru-Mirim, no Maranhão, em 1830, quando foi preso, acusado de homicídio, e enviado para a prisão de São Luís, de onde fugiu.

Em 1839, em meio a inúmeras insurreições escravas nas fazendas de Itapecuru-Mirim, reuniu sob o seu comando cerca de 3 mil negros, muitos deles escravos das fazendas locais e quilombolas.

Cosme era alfabetizado, numa época em que poucos membros da elite o eram.

A Fazenda da Lagoa Amarela tornou-se a sede do movimento, onde foi criada até mesmo uma escola de primeiras letras. Tinha fama de feiticeiro, daí sua imensa popularidade, além de ter grande visão política. Intitulava-se "Tutor e Imperador da Liberdade".

Cosme conseguia a adesão de escravos obrigando, sob coação física, os proprietários a dar-lhes carta de alforria. Durante a Balaiada, enviou cartas aos líderes bem-te-vis, propondo a união dos movimentos. Mas, nesse momento, já em 1840, Caxias havia convencido líderes balaios e bem-te-vis a lutar contra os rebeldes de Preto Cosme, que foram derrotados em fevereiro de 1841.

SILVIO ARY

Imagem idealizada de Preto Cosme ou Cosme Bento das Chagas, ex-escravo e líder de revolta escrava no Maranhão, no contexto da Balaiada (1838-1841). A ilustração, de 2013, representa a construção da imagem do Preto Cosme como herói e mártir, como símbolo da liberdade dos escravos e do povo brasileiro.

Cosme não pôde se beneficiar do decreto imperial de 22 de agosto de 1840, que anistiava ou comutava a pena dos rebeldes políticos. Foi-lhe negado o reconhecimento de aliado dos balaios. Condenado pelo crime de insurreição escrava, foi enforcado em 1842.

- Que motivos podem ter levado as autoridades a não conceder anistia política a Cosme Bento das Chagas?

Rebelião de elite: Farroupilha

No Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul) irrompeu a revolta mais longa do período regencial, de 1835 a 1845. Foi a única que buscou separar radicalmente a província do Império e implantar um regime republicano. A revolta ficou conhecida como **Guerra dos Farrapos** ou **Farroupilha**, porque os insurgentes – proprietários rurais e grandes criadores do Rio Grande – foram chamados de farrapos, em tom pejorativo, pelos oficiais das tropas imperiais.

No século XVIII, o sul do Brasil era uma importante área de criação de gado, tanto bovino, para a produção de charque e couros, quanto muar, para o transporte de mercadorias pelo interior do Brasil. Por ser uma região de fronteira entre a América portuguesa e a espanhola, sua ocupação, ainda no início do século XVIII, resultou na criação de uma elite militarizada. Os estancieiros e os charqueadores escravistas eram os grupos mais poderosos do lugar, e também os mais incomodados com o centralismo político do governo imperial. Tanto liberais como conservadores do sul consideravam que o governo da Corte privilegiava as províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo.

Charqueador ▸ proprietário de charqueada, fazenda de criação de gado utilizado para fazer charque (carne-seca).

Muar ▸ relativo a mula.

BENEDITO CALIXTO. RANCHO GRANDE DOS TROPEIROS. S/D.

As atividades nos campos do sul do Brasil não se restringiam ao charque e ao couro: havia a criação de mulas, que resistiam ao transporte de carga e eram fundamentais para enfrentar as estradas e as trilhas do interior do Brasil. Na imagem, condutores de tropas – os tropeiros. *Rancho Grande dos Tropeiros*, obra de Benedito Calixto (1853-1927), data desconhecida. Esta obra está localizada na Pinacoteca Benedito Calixto, Santos, SP.

O presidente da província do Rio Grande tomou medidas que desagradaram a esses grupos. Aumentou os impostos, em particular os que taxavam o gado na fronteira com o Uruguai, onde muitos criadores do Brasil possuíam terras e rebanhos. Já os charqueadores queixavam-se da ausência de taxas sobre a carne salgada proveniente de proprietários do Uruguai e da Argentina. A política alfandegária do governo central favorecia os grandes fazendeiros escravistas da região do Vale do Paraíba; eles estavam interessados em manter baixos os preços do charque importado, pois era a base da alimentação, incluindo escravos. A produção dos campos gaúchos era totalmente direcionada para o mercado interno, por isso, para concorrer com o charque importado, os charqueadores tinham de abaixar os seus preços.

Também causou insatisfação o fato de o governo regencial ter estabelecido um corpo militar no sul, sustentado com o dinheiro dos impostos, diretamente subordinado ao governo central no Rio de Janeiro, instituindo a figura do comandante de armas. Isso desafiava a tradição regional das milícias ou exércitos particulares controlados pelos estancieiros gaúchos.

Considerando essas medidas uma afronta, os rebeldes chefiados por Bento Gonçalves tomaram a capital, a cidade de Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835.

O vice-presidente da província, Marciano Pereira Ribeiro, favorável aos farroupilhas, assumiu o poder e foi acompanhado por vários oficiais do Exército.

Após intensos combates, em 1836, proclamaram a República Rio-Grandense, derrotada logo no ano seguinte pelas tropas imperiais. Bento Gonçalves foi capturado em combate e levado preso para a Bahia. Fugiu em 1837, retomando o comando dos rebeldes.

As vitórias farroupilhas levaram à proclamação da República de Piratini, em 1838, sob a presidência de Bento Gonçalves, tornando a província autônoma.

A influência do republicanismo do Uruguai e da Argentina contribuiu para a solução republicana do governo rebelde.

Fique de olho!

- *A casa das sete mulheres*. Direção: Jayme Monjardim; Marcos Schechtman. Brasil, 2003.

  Minissérie que retrata a Guerra dos Farrapos, ocorrida nos atuais estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, entre 1835 e 1845.

Repressão e negociação

O governo central não deu trégua, mantendo a pressão contra os revoltosos.

Durante os conflitos, novos nomes se incorporaram aos farroupilhas e se destacaram entre eles, como o estancieiro David Canabarro, o revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi e sua mulher, Anita Garibaldi. Os rebeldes avançaram por Santa Catarina, tomando a cidade de Laguna, onde instalaram a República Juliana (assim chamada em razão do mês de criação), derrotada pelas tropas imperiais pouco depois.

Em função do golpe da maioridade, em 1840, que tornou o jovem d. Pedro imperador, o governo propôs a anistia a todos os revoltosos. Mas os farrapos não aceitaram a rendição.

Como nas revoltas ocorridas em outras províncias, a Farroupilha também se enfraqueceu com as divergências entre seus líderes. Alguns, como David Canabarro, passaram a defender a autonomia provincial, sem romper com o Império; outros, como Bento Gonçalves, mantinham-se convictos na ideia de separação definitiva do Rio Grande e de criação de uma república federativa no sul.

Nos últimos anos, o governo farroupilha foi liderado pelos moderados e monarquistas mais favoráveis ao acordo com o governo imperial. O governo do jovem imperador prometera atender a algumas das principais reivindicações do movimento, como a taxação sobre o charque importado da região do Prata em 25%. Sem dúvida, a solução para a revolta dos farrapos caminhava mais para a negociação do que para a repressão violenta.

Em 1842, Luís Alves de Lima e Silva foi nomeado presidente da província e comandante de armas. Combinando medidas repressivas e negociação, conseguiu, após sucessivas vitórias das tropas imperiais, a rendição dos farrapos. David Canabarro assinou o acordo em 1845; em troca, solicitou a anistia a todos os revoltosos, a incorporação dos oficiais farroupilhas ao Exército e a transferência de todas as dívidas da República de Piratini para o governo. Assim terminou a revolta que, entre todas as outras, representou o maior risco para a unidade territorial do Império.

4 Rebeliões escravas

A rebelião dos quilombolas de Preto Cosme, no Maranhão, foi uma entre várias revoltas de escravos ocorridas no período regencial.

O aumento do tráfico de africanos escravizados, sobretudo a partir da década de 1830, contribuía para a tendência às revoltas e a formação de quilombos. Além disso, havia grandes dissidências nas elites do país. As classes senhoriais estavam divididas, e isso favoreceu rebeliões escravas em toda parte.

Algumas revoltas escravas desafiavam frontalmente os senhores e as autoridades.

CONVERSA DE HISTORIADOR

As revoltas escravas

Durante o período regencial, as revoltas escravas tiveram diferenças fundamentais em relação às outras. Elas eram temidas pela população livre, principalmente pelas elites. Deve-se considerar que a população escrava do Brasil era enorme – em alguns lugares chegava até mesmo a ser mais da metade da população. As elites temiam uma rebelião em massa, a exemplo do que aconteceu no Haiti no século XVIII.

As revoltas envolvendo negros – fossem escravos ou libertos – não foram divulgadas em jornais, e muitas tiveram resultado dramático, com a eliminação sumária de líderes e seguidores nos próprios locais dos confrontos.

Outras foram objeto de processos, quase sempre com a condenação à morte dos principais líderes. Por esse motivo, apenas recentemente os historiadores tomaram contato com dezenas de levantes escravos, por meio de consulta a processos criminais.

O interessante, entretanto, é que tanto nas revoltas das elites (proprietários de escravos) quanto nas revoltas escravas do período regencial não havia a intenção de acabar com a escravidão.

Tampouco havia um sentimento de ser "africano" ou uma solidariedade por ser "escravo". As escravarias eram compostas de homens e mulheres de variadas origens étnicas, motivo que dificultava a criação de identidades culturais. Quase todas tiveram como líderes escravos ou libertos vindos de regiões da África onde a escravidão também existia, motivo pelo qual muitos tinham a escravidão como uma situação costumeira. Já os crioulos, nome dado aos escravos que nasciam no Brasil, poucas vezes participaram desses movimentos.

EDUARD HILDEBRANDT. NEGROS NA BAHIA. 1844.

Negros na Bahia, 1844, obra de Eduard Hildebrandt. Coleção particular.

Os escravos lutaram, na maioria dos casos, para ter melhores condições de cativeiro, para se libertar e conseguir até mesmo ter seus próprios escravos. Apenas na segunda metade do século XIX, em particular na década de 1880, é que a escravidão realmente perdeu legitimidade no Brasil.

- Alguns escravos alforriados (libertados), quando conseguiam enriquecer, compravam seus próprios escravos. Essa evidência histórica pode comprovar qual argumento do texto acima?

Carrancas

A revolta do município de Carrancas, província de Minas Gerais, em 1833, foi um movimento liderado pelo escravo Ventura Mina, nascido na África e propriedade do deputado Gabriel Francisco Junqueira. Ventura e dezenas de escravos mataram o filho do deputado e outras nove pessoas, sendo três crianças.

O péssimo tratamento dado aos escravos da família Junqueira foi o argumento usado pelos líderes para amotinar os escravos e fugir para o interior. Parte do grupo permaneceu na fazenda, enquanto alguns foram para outra propriedade da família, provavelmente com a intenção de conseguir o apoio de mais escravos. Lá, encontraram forte resistência não só do proprietário como de seus escravos, que mataram Ventura Mina e outros membros do levante.

Essa rebelião acabou por difundir terror na região. Até então, o assassinato de senhores de escravos e seus familiares era uma iniciativa individual, resultado do desagrado de um ou mais escravos pelo tratamento recebido. Não eram rebeliões coletivas, como essa liderada por Ventura.

Na **Revolta de Carrancas**, o castigo foi exemplar, com demonstração clara de que sublevações desse tipo não seriam toleradas: 17 escravos foram sentenciados à pena de morte por enforcamento. Acredita-se que a revolta motivou o decreto de 10 de junho de 1835, que previa pena de morte para qualquer escravo rebelde.

Os Malês

Na cidade de Salvador, na Bahia, uma tentativa de sublevação foi severamente reprimida: a **Revolta dos Malês**, em 1835. Dela participaram os malês, nome dado aos muçulmanos nascidos na África, muito numerosos em Salvador naquele momento, fossem escravos ou libertos. Nenhum escravo ou alforriado nascido no Brasil tomou parte da rebelião, o que demonstra uma divisão por origem entre os escravizados da cidade.

Tudo indica que a origem da insatisfação desses muçulmanos foi a repressão das autoridades locais a suas manifestações religiosas, como a destruição de uma mesquita na freguesia de Vitória e a interrupção de uma festa islâmica em novembro de 1834.

A partir daí, prepararam um levante, que deveria ocorrer às cinco horas da manhã do dia 25 de janeiro de 1835. Três libertos, entretanto, denunciaram o projeto, precipitando os acontecimentos. Antes do horário previsto para o motim, forças policiais invadiram uma casa onde cerca de 60 africanos se reuniam. Eles resistiram à invasão e saíram pelas ruas, usando armas cortantes, mas acabaram derrotados pelas forças oficiais, que utilizavam armas de fogo.

Os revoltosos não atacaram os senhores nem invadiram ou incendiaram casas, como na Revolta de Carrancas, em Minas. O projeto era transformar os brancos e os cativos nascidos no Brasil em escravos. Cerca de 600 africanos, entre escravos e libertos, aderiram ao levante. Centenas foram presos, sendo quatro deles condenados à morte.

Fique de olho!

- Revolta dos Malês. Disponível em: <www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/rev_males.html>. Acesso em: 12 fev. 2016.

  Breve síntese sobre a revolta dos negros muçulmanos na cidade de Salvador, na Bahia, em 1835.

JOHANN MORITZ RUGENDAS. HOSPICE DE N. S. DA PIEDADE À BAHIA (HOSPÍCIO DE N. S. DA PIEDADE NA BAHIA). 1835.

Gravura de Johann M. Rugendas (século XIX) retratando a praça da Piedade, na cidade da Bahia (Salvador), ocupada por personagens de variados grupos sociais, em suas atividades cotidianas. Muitos eram os escravos de ganho, que faziam todo tipo de serviços pelas ruas e levavam uma certa quantia ao senhor como resultado de seu trabalho. Foi comum os escravos de ganho e os libertos (que faziam os mesmos trabalhos) se organizarem segundo suas origens étnicas em um local à espera de fregueses. Esses locais eram chamados cantos. Os malês da Bahia criaram cantos específicos, onde se reuniam escravos e libertos muçulmanos vindos da África Ocidental. Coleção particular.

Manuel Congo

A **Revolta de Manuel Congo**, em 1838, no município de Paty do Alferes, Rio de Janeiro, foi planejada para reunir escravos de diferentes senhores e criar um quilombo nas matas do município, situação comum durante todo o período em que houve escravidão no Brasil. O levante reuniu cerca de 200 cativos.

Assim como outras rebeliões escravas, essa também foi reprimida pela Guarda Nacional e pelo Exército, sob o comando de Luís Alves de Lima e Silva. Os rebeldes foram caçados e capturados, sendo 16 acusados de crime de insurreição e, portanto, sujeitos à pena de morte. Levados a julgamento, o único enforcado foi Manuel Congo, líder da rebelião. Os demais foram condenados a receber açoites e a andar com gonzos no pescoço por três anos.

WILLIAM SMYTH. DESENHO DO MERCADO, RIO DE JANEIRO. 1832.

JOHANN MORITZ RUGENDAS. LITOGRAFIA DE ENGELMANN. RUA DIREITA, RIO DE JANEIRO. SÉCULO XIX.

Os espaços públicos das maiores cidades do Brasil sempre foram retratados e descritos pelos viajantes como abarrotados de escravos, como pode ser observado nas imagens de autoria de estrangeiros em visita ao Brasil. Esses estrangeiros, na verdade, não podiam saber se todos eram realmente escravos, pois muitos dos negros e de seus descendentes eram libertos. As elites proprietárias e políticas temiam a possibilidade de uma revolta escrava que colocasse em risco a estabilidade da ordem escravista e a própria vida das pessoas dessas elites. À esquerda, *Vista do mercado no largo do Paço*, de William Smyth, aquarela produzida em 1832; à direita, *Rua Direita no Rio de Janeiro*, de Johann Moritz Rugendas, litografia colorida à mão, século XIX. Coleção particular.

5 A consolidação do Império

Em 1835, como vimos, a Regência Trina foi substituída pela Regência Una, assumida pelo padre Diogo Antônio Feijó. Por todo o país estouravam rebeliões, que colocavam em risco a unidade do Império.

Os opositores de Feijó viam em suas concessões às províncias o motivo da desorganização e da anarquia que se propagavam no país. Sem apoio nem mesmo dos antigos aliados e enfermo, Feijó renunciou ao cargo em 19 de setembro de 1837, indicando para substituí-lo um de seus ministros, o político conservador Araújo Lima.

No ano seguinte, Araújo Lima foi eleito regente e inaugurou o período denominado **Regresso** – uma política de fortalecimento do poder central, como nos tempos de d. Pedro I. Contava com o apoio de parte significativa das elites, que nesse momento temia a eclosão de novos levantes populares, principalmente os de escravos.

O ministério conservador nomeado pelo regente restringiu os poderes das províncias. Entre outros atos, retirou as atribuições de polícia dos juízes de paz, transferindo-as para juízes municipais indicados pelo poder central, e retirou das

Assembleias provinciais o direito de nomear magistrados e superiores da Guarda Nacional. Essas decisões foram resumidas, em 1840, na **Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834**, que na prática anulava os efeitos do próprio Ato Adicional. A elite política do Império estava convencida, nessa altura, de que "era preciso parar o carro da revolução".

Maioridade antecipada

Para valorizar o trono e a figura do futuro monarca, Araújo Lima mandou espalhar retratos do jovem imperador pelas diversas repartições públicas do Brasil. De acordo com a Constituição, d. Pedro só assumiria o governo em 1843, ao completar 18 anos. Mas a situação tornava urgente, aos olhos do governo, uma medida que reforçasse o poder do Império.

Os liberais propuseram, então, antecipar a maioridade de d. Pedro, na época com 14 anos de idade. Foram, por isso, identificados como progressistas, em contraste com os regressistas. Assim, em 15 de abril de 1840, os liberais criaram o Clube da Maioridade.

Logo depois, um requerimento assinado por 18 senadores e 40 deputados foi entregue ao jovem d. Pedro pedindo que assumisse o governo. Perguntado se preferia assumir o trono em dezembro, para quando estava sendo preparada a aclamação, ou imediatamente, d. Pedro respondeu: "Quero já". Então, no dia seguinte, 23 de julho de 1840, foi aclamado imperador do Brasil. Começava o Segundo Reinado.

FÉLIX EMÍLIO TAUNAY. RETRATO DE SUA MAJESTADE O IMPERADOR D. PEDRO II. 1835.

D. Pedro II aos 12 anos de idade. Em 1840, com 14 anos, foi aclamado Imperador do Brasil. Óleo sobre tela de Félix Emílio Taunay, de 1835. A obra está no Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, RJ.

Decisões do novo imperador

Uma das primeiras iniciativas do imperador d. Pedro II foi nomear os liberais que o apoiaram para o Gabinete da Maioridade. Logo depois, convocou eleições para a Câmara dos Deputados, nas quais os liberais, segundo acusação dos conservadores, utilizaram meios fraudulentos para vencer. Essas eleições foram chamadas de "eleições do cacete".

Em março de 1841, d. Pedro II destituiu o gabinete liberal e formou um ministério conservador. Os regressistas voltaram ao poder e restabeleceram o Conselho de Estado, reforçaram as instituições policiais e cercearam as liberdades individuais. Aceitando a alegação de que a vitória dos liberais fora obtida mediante coação, d. Pedro II, usando a prerrogativa do Poder Moderador, dissolveu a Câmara e convocou novas eleições, realizadas em 1842.

A política centralizadora, entretanto, não impediu o acordo com as elites regionais adversas. Uma das medidas para acabar com a revolta nas províncias foi o decreto imperial de 1840 que anistiava todos aqueles que tivessem participado das revoltas regenciais.

Apesar da anistia, o governo de d. Pedro II ainda teve de enfrentar as revoltas liberais de 1842, em São Paulo e Minas Gerais (lideradas por Feijó e Teófilo Otoni, respectivamente), que reagiram à anulação das "eleições do cacete". Tratava-se de um movimento de oposição aos ministros e aos conselheiros regressistas do imperador. Mas as rebeliões não foram adiante, e os revoltosos receberam a anistia imperial em 1844.

A História no seu lugar

Ocorreu alguma rebelião contra o Império no estado onde você vive? Pesquise um nome de lugar público, de alguma rua ou de algum monumento que seja relacionado às revoltas que aconteceram durante o Império.

CONVERSA DE HISTORIADOR

Para entender o vocabulário político da Regência e do Segundo Reinado

Caramurus: Defensores do retorno de d. Pedro I ao poder, depois da abdicação de 1831. Assim chamados em função do nome do jornal que publicavam no Rio de Janeiro. Após a morte de d. Pedro I, em 1834, deixaram de existir.

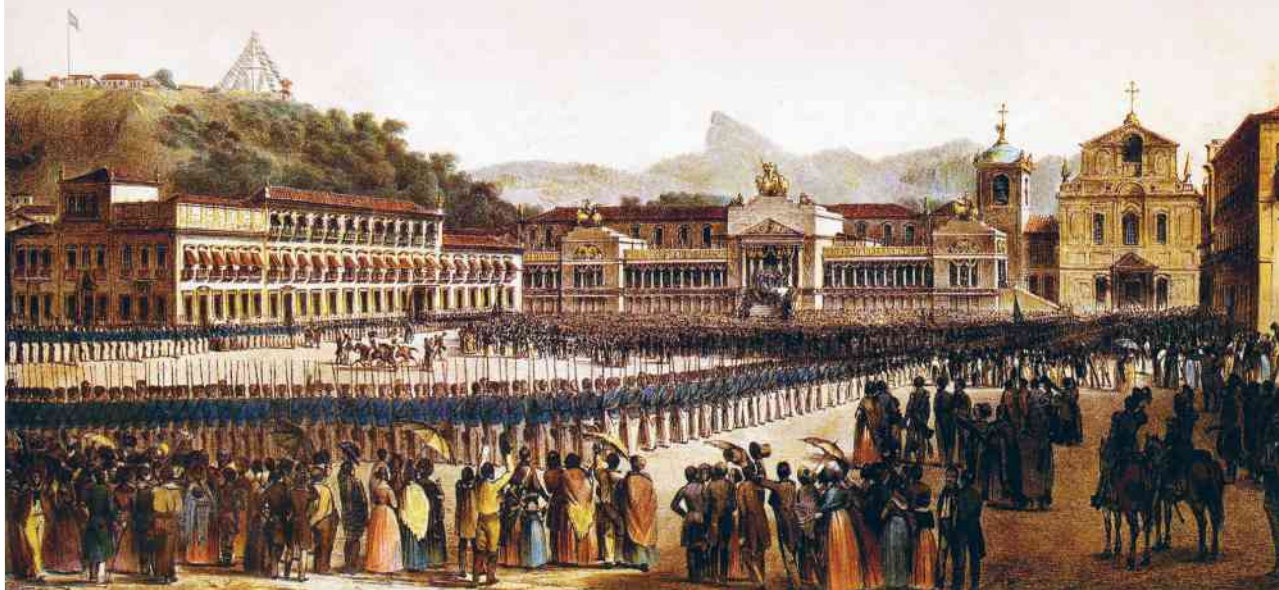
Chimangos ou **ximangos:** Políticos moderados, que se posicionavam entre os extremistas caramurus e os jurujubas, do período regencial. O nome teve origem no Rio Grande do Sul, onde os moderados não tinham expressão política, e significa uma caça com a qual não vale a pena gastar chumbo.

Farroupilhas ou **farrapos:** Designação pejorativa criada pelos restauradores e liberais moderados para insultar os liberais exaltados. Foi inspirada nos trajes considerados maltrapilhos de Cipriano Barata, deputado de tendência liberal, representante da Bahia nas Cortes de Lisboa, em 1821. O nome foi dado aos rebeldes do Rio Grande de São Pedro na mais longa revolta do Império.

Jurujubas: Liberais exaltados do período regencial. O nome é uma referência à praia de Jurujuba, na cidade de Niterói, de onde partiram populares em direção ao Campo de Santana, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 7 de abril de 1831, exigindo a volta do ministério deposto pelo imperador. O episódio, que contou com o apoio do Exército, foi o estopim para a abdicação de d. Pedro I.

Luzias: Liberais do Segundo Reinado. O termo é uma alusão aos liberais exaltados que foram derrotados pelo barão de Caxias na cidade de Santa Luzia, em Minas Gerais, na revolta liberal de 1842.

Saquaremas: Membros do Partido Conservador no Segundo Reinado. Era uma alusão à fazenda de Monte Alegre, de propriedade do Visconde de Itaboraí (um dos principais líderes do partido), localizada no município de Saquarema, onde se reuniam muitos políticos conservadores.

HEATON E RENSBURG. 1841.

A coroação e sagração de sua Majestade Imperial o Senhor d. Pedro II. Litografia realizada por Heaton e Rensburg. Rio de Janeiro, 1841. Esta obra se encontra no Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

- Analise as denominações acima e indique quais grupos eram a favor da centralização política na figura do imperador e quais defendiam a descentralização e maior poder decisório das províncias.

Praieira: a última rebelião provincial

As rebeliões das elites, as revoltas populares e as rebeliões escravas foram movimentos regionais que abalaram a integridade territorial do Brasil. Todas foram controladas pelos governos regencial e imperial. Uma outra, entretanto, ocorreu em 1848 em Pernambuco. É considerada pelos historiadores como a última rebelião provincial e sua derrota representou a consolidação do Império do Brasil. Trata-se de uma versão brasileira da Primavera dos Povos, liderada pelos liberais radicais que tinham um programa definido de governo.

Sobre a Primavera dos Povos, ver capítulo 8.

Como em outras províncias, havia o choque entre as elites políticas liberais e as conservadoras. Mas os praieiros apelaram diretamente às massas, embora em nenhum momento tenham colocado em dúvida a manutenção da ordem escravista. As "massas" que queriam aliciar eram os homens livres não proprietários.

Em fins de 1842, ocorreu uma divisão entre os membros do Partido Liberal, com a fundação, pelos liberais radicais, do Partido Nacional de Pernambuco. As reivindicações dos radicais eram veiculadas pelo periódico *Diário Novo*, impresso em uma tipografia localizada na rua da Praia, no Recife – daí o nome **Rebelião Praieira**, dado ao movimento. Os membros do novo partido conseguiram controlar a política local, contrariando os interesses das elites tradicionais, principalmente os do Partido Conservador.

Nas áreas rurais, os pequenos proprietários, lavradores e arrendatários se opunham aos grandes proprietários de engenho. Nas cidades, havia enorme descontentamento com o encarecimento do custo de vida, o que era atribuído aos privilégios e aos monopólios dados às casas mercantis, controladas por portugueses e

JOÃO FERREIRA VILELA. 1865.

Vista do casario do bairro do Recife no Cais do Arsenal da Marinha. Fotografia de 1865. Coleção particular.

ingleses. As hostilidades, especialmente contra os portugueses, vinham ocorrendo desde a revolução de 1817.

Herculano Ferreira Pena, político conservador de Minas Gerais, foi nomeado presidente da província de Pernambuco. Foi o estopim para a luta armada, em 7 de novembro de 1848, iniciada em Olinda. As lideranças praieiras arregimentaram vaqueiros, pequenos lavradores e grupos populares do interior.

Em um documento escrito no início de 1849, denominado "Manifesto ao Mundo", os praieiros reivindicavam, além da expulsão dos portugueses e da exclusividade do exercício do comércio varejista (a retalho) só para os cidadãos brasileiros, a extinção do Poder Moderador, a instituição do voto universal, a abolição do recrutamento militar obrigatório e a adoção de um sistema federativo que garantisse a autonomia provincial. Chegaram a esboçar um projeto de distribuição de terras, e alguns defenderam o separatismo pernambucano e a implantação da República.

A reação do Império foi rápida, com o envio de tropas ainda em 1848. Os revoltosos se estabeleceram na fronteira da província de Alagoas, planejando atacar e ocupar Recife. Em fevereiro de 1849, cerca de 1500 homens, liderados pelo capitão de artilharia Pedro Ivo Veloso da Silveira, investiram contra a capital, chegando perto do palácio do governo. Mas o apoio esperado por parte da população urbana não ocorreu; os rebeldes foram derrotados e obrigados a abandonar Recife. Vários líderes foram mortos ou presos. Em 1851, todos os presos foram anistiados, incluindo os que haviam fugido do Brasil. A derrota do movimento marcou a vitória total do Império sobre o regionalismo.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO

Liberais e regressistas no período regencial

Em 1836, o regente Diogo Feijó referiu-se ao momento conturbado pelo qual passava o país como o "vulcão da anarquia". Dois anos depois, um dos maiores opositores de Feijó, o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, destacado na legislatura de 1826 pela defesa dos princípios liberais, passou a desconfiar de que a excessiva autonomia das províncias era um dos principais motivos que levava às revoltas. Fez uma opção, justificando-a com as seguintes palavras:

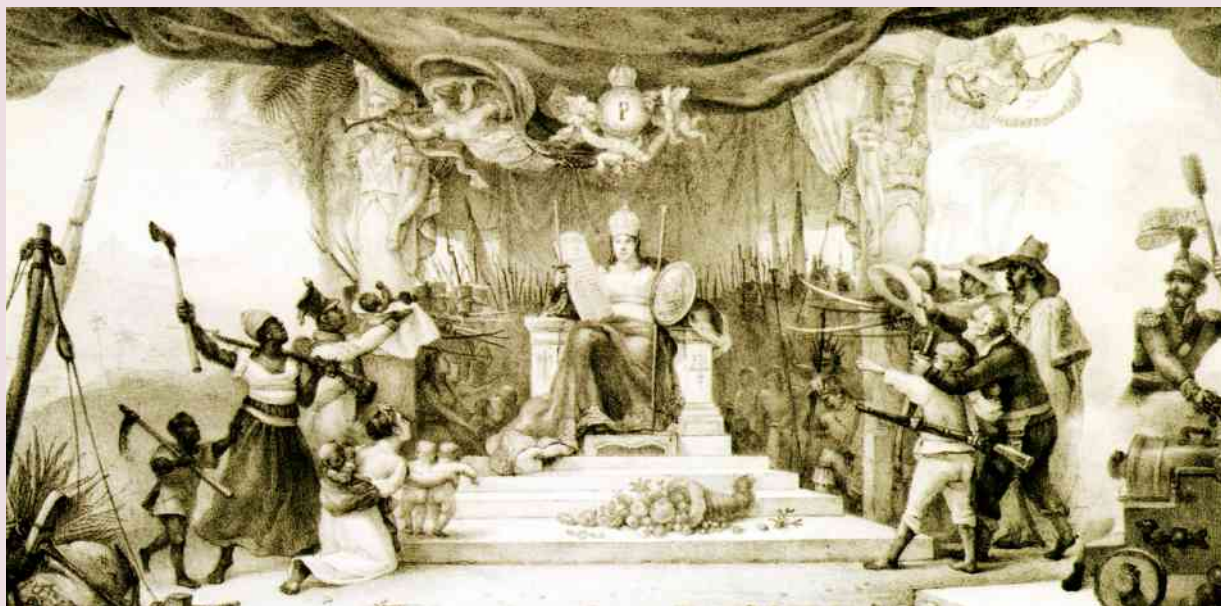
Fui liberal; então, a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e tudo comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República* – Momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 1998. p. 148.

- Apesar de opositores políticos, Diogo Feijó e Vasconcelos tiveram impressão semelhante e usaram o mesmo termo sobre a situação do Brasil no período regencial. Com base nos depoimentos, discutam e respondam, em grupo, às questões.
  - **a)** A que situação os políticos Feijó e Vasconcelos se referiam como "anarquia"?
  - **b)** O que foi o movimento político denominado Regresso? A que conjunto de medidas ele se opunha?
  - **c)** As revoltas do período regencial do Brasil foram consideradas por muito tempo, pelos historiadores do século XIX, como sedições ou rebeliões, movimentos de traição ao Império. De que outra maneira essas rebeliões podem ser interpretadas?

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

Homenagem à Liberdade

JEAN BAPTISTE-DEBRET E THIERRY FRÈRES (LITOGR.). PANO DE BOCA EXECUTADO PARA REPRESENTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO TEATRO DA CÔRTE, POR OCASIÃO DA COROAÇÃO DO IMPERADOR D. PEDRO I. 1839.

Homenagem à Liberdade, Jean Baptiste-Debret, século XIX. Essa gravura foi aplicada em pano de boca (cortina de palco), para a representação extraordinária no Teatro da Corte por ocasião da coroação do imperador do Brasil. A obra está localizada no Museu da Cidade de Paris, Museu Carnavalet, Paris, França.

A imagem reproduzida acima foi usada durante uma representação em comemoração à coroação do imperador do Brasil, ocorrida em 1º de dezembro de 1822, na Capela Imperial. O capelão-mor d. José Caetano da Silva Coutinho sagrou o imperador e o coroou com óleo santo.

D. Pedro projetou a cerimônia religiosa influenciado pela sagração e coroação de Napoleão como imperador da França, em 1804.

Essa obra foi elaborada pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, que havia sido o responsável pelas imagens oficiais desde a regência de d. João.

Na pintura, o autor inseriu elementos que entendia como formadores da nova identidade do país, a exemplo da vegetação e das frutas tropicais.

No centro da obra aparece o trono onde reina a Liberdade, simbolizada por uma mulher, como nas imagens da Revolução Francesa.

A Liberdade usa uma coroa que representa a liberdade imperial, mas carrega a Constituição, que ela protege com uma espada que representa a monarquia constitucional.

O pintor ainda compôs os negros, que empunham armas para defender o trono, e os indígenas, que são representados por uma mulher com seus filhos e outros que seguram flechas. Brancos e mestiços saúdam a Liberdade com armas empunhadas.

1. Identifique, na imagem, os personagens descritos no texto.
2. Liste os objetos usados pelos personagens e explique por que eles foram escolhidos pelo autor para representar a formação da identidade do Brasil?
3. Em sua opinião, qual é a principal mensagem que a representação quer passar para o observador?

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. O barão de Mareschal, agente diplomático da Áustria no Rio de Janeiro, escreveu em 1822 sobre a situação do Brasil em ofício ao seu governo: "Tudo está por fazer. Não há Constituição, códigos legais, sistema de educação; nada existe exceto uma soberania reconhecida e coroada". Explique a frase do agente diplomático.

2. Durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, dissolvida em 1823:
   a) que grupos se destacaram?
   b) quais foram as suas principais divergências?
   c) em quais questões esses grupos convergiam?

3. Na Constituição de 1824, que diferenças existiam entre cidadãos ativos e cidadãos passivos?

4. Justifique a seguinte afirmação: no período regencial, a integridade territorial do Brasil independente foi posta em risco.

5. Em sua opinião, por que muitas províncias do Império do Brasil se consideravam "colônias" do Rio de Janeiro?

6. Interprete os problemas pelos quais passou a Sabinada com base na declaração de um oficial do exército que, inicialmente, dela tomou parte, mas depois a renegou.

   Na verdade, a revolução não foi iniciada pela plebe, porém, no fim, a canalha ditava a Lei e os negros com seus batalhões a todos amedrontavam.

   KRAAY, Hendrik. Sangue na Bahia. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 3, n. 29, fev. 2008. p. 58-61.

7. A Lei do Império do Brasil de 10 de junho de 1835 previa pena de morte para os escravos que assassinassem ou ferissem gravemente seus senhores, feitores, administradores e familiares, sem recurso algum. Explique as condições históricas que levaram a essa lei repressora.

8. As medidas tomadas pelos regressistas desagradaram a algumas regiões, entre elas a província de Pernambuco, palco da última revolta contra o centralismo do governo imperial. Que motivos podem ser apontados para o insucesso dessa revolta?

9. Para o historiador Marco Morel, o período regencial é de importância vital para o entendimento da construção da nação brasileira, às custas de muitas vidas e despesas:

   O período das Regências (1831-1840) foi considerado como "o mais interessante, dramático e instrutivo da História do Brasil [...]. Entretanto, não é exagero afirmar tratar-se também de um dos momentos históricos menos conhecidos, talvez justamente pela complexidade e variedade de sinais que nos transmite. Além de parecerem labirinto, as Regências encontram-se enquadradas em determinadas abordagens que dificultam ainda mais a compreensão.

   Em primeiro lugar, o período em questão foi tachado de caótico, desordenado, anárquico, turbulento e outros adjetivos conexos. Este era o discurso de parte dos grupos dirigentes da época, envolvidos nos embates de construção do Estado nacional brasileiro e buscando formas de legitimar o exercício de poder e de coerção. Tal postura fixou-se na pena dos historiadores monarquistas do século XIX, perpetuou-se em ramos da historiografia e ainda hoje pode ser lida e ouvida com certa frequência. [...]

   Quem ainda lembra os nomes dos sete regentes provisórios, trinos e unos? [...]

   Penso que o período regencial pode ser visto como um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos na história do Brasil. Nele foram colocados em discussão (ou pelo menos trazidos à tona): monarquia constitucional, absolutismo, republicanismo, separatismo, federalismo, liberalismos em várias vertentes, democracia, militarismo, catolicismo, islamismo, messianismo, xenofobia, afirmação de nacionalidade, diferentes fórmulas de organização de Estado (centralização, descentralização, posições intermediárias), conflitos étnicos multifacetados, expressões de identidades regionais antagônicas, formas de associação até então inexistentes, vigorosas retóricas impressas ou faladas, táticas de lutas as mais ousadas... A lista é interminável.

   MOREL, Marco. *O período das Regências* (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 7-9.

   Relacione pelo menos duas das questões referidas pelo autor no contexto da História do Brasil.

Reflexões

O cidadão do Império

Na Assembleia Constituinte de 1823 aconteceram os primeiros debates para definir a cidadania no Brasil. A principal questão era decidir quem, de fato, poderia fazer parte dessa sociedade política. Os maiores debates se concentravam, sobretudo, em relação a dois grupos: os nascidos em outros lugares do mundo (principalmente Portugal e África), mas residentes no país, e os nascidos no Brasil, mas tradicionalmente excluídos, como as pessoas pobres, os escravos e os indígenas.

Quase todos os deputados concordavam que, mesmo libertos, aqueles que tinham vindo da África para o Brasil como escravos não podiam ser considerados cidadãos. Alguns, entretanto, argumentavam que os nascidos no Brasil que tivessem conquistado a liberdade, a alforria, deveriam ter esse direito.

Essa foi a opção daqueles que redigiram a Constituição de 1824, ao estabelecer um critério de condição social, mas não racial, para definir o cidadão brasileiro: tornavam-se cidadãos todos os escravos nascidos no país que tivessem "adquirido sua liberdade por qualquer título legítimo" – mas estavam excluídos do direito de serem eleitores e elegíveis.

Os seus filhos, já nascidos com liberdade, estavam no gozo pleno da cidadania, desde que tivessem a renda anual necessária para votarem e serem eleitos.

Com os critérios escolhidos para definir a cidadania brasileira, cerca de 50% dos homens livres poderiam votar – porcentagem grande se comparada a outros países (em 1870, somente 7% dos ingleses, 9% dos portugueses, 2% dos italianos e 2,5% dos holandeses votavam). Nessa época, somente na França e na Suíça adotava-se o voto universal masculino. No Brasil ele foi adotado somente com a Constituição republicana de 1891.

1. Em 1823, quais eram os dilemas para definir quem podia fazer parte da sociedade política brasileira?
2. Como o impasse foi resolvido?

Vamos testar?

1. Leia texto e assinale, abaixo, a alternativa que melhor o define:

O período em questão (Regencial) foi tachado de caótico, desordenado, anárquico, turbulento e outros adjetivos conexos. Este era o discurso de parte dos grupos dirigentes da época, envolvidos nos embates de construção do Estado nacional brasileiro e buscando formas de legitimar o exercício de poder e de coerção. Tal postura fixou-se na pena dos historiadores monarquistas do século XIX, perpetuou-se em ramos da historiografia e ainda hoje pode ser lida e ouvida com certa frequência.

MOREL, Marco. *O período das Regências* (1831-1840). Rio de janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 7.

a) Os moderados, responsáveis por impor a d. Pedro I a abdicação, conseguiram manter o poder a muito custo, considerando que, entre eles, estavam políticos com tendências democráticas, que questionavam a forma monárquica de governo.

b) Os historiadores monarquistas estavam corretos ao interpretar as rebeliões regenciais como movimentos anárquicos, pois o anarquismo, enquanto teoria, predominava no pensamento de esquerda do período, no Brasil.

c) A maioria dos políticos do Brasil era monarquista, mas com diferentes enfoques sobre como essa monarquia deveria funcionar, principalmente em relação à maior ou à menor centralização do poder nas mãos do Executivo.

d) Os exaltados eram o grupo que mais defendia uma monarquia centralizada e forte, alguns até mesmo partidários da Restauração, ou seja, que d. Pedro I voltasse a ser imperador do Brasil.

e) A construção do Estado Nacional brasileiro foi retardada pelas revoltas do período regencial, pois as rivalidades entre os elementos da elite política romperam o equilíbrio que o imperador d. Pedro I representava.

2. **(Enem-2010)**

Após a abdicação de d. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder e as reivindicações

populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos "barões do café", para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro.

O contexto do Período regencial foi marcado:

a) por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia.

b) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.

c) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.

d) pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos "barões do café".

e) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.

Conexões História e Língua Portuguesa (Literatura)

Leia o texto do escritor Erico Verissimo, a seguir. Apesar de fictício, o relato marcou um momento específico da História do Brasil. O período em que viveu a personagem dona Picucha foi bastante conturbado.

D. Picucha Terra Fagundes, conte alguma coisa [...]. Onde está seu marido?

Enterrado em chão castelhano. Morreu na Cisplatina. [...]

Dei tudo que tinha pros farrapos. Meus sete filhos. Meus sete cavalos. Minhas sete vacas. Fiquei sozinha nesta casa com um gato. [...]

Foi uma guerra tremenda. Durou dez anos.

Bem dizia o meu compadre Quinzote. Em todo o Continente não podia haver ninguém de lado, só os urubus, que pra eles carne de farroupilha era o mesmo que carne de caramuru. [...]

Um dia um capitão farrapo, de espada na cinta, lenço republicano no pescoço, bateu na minha porta, tirou o chapéu e entrou.

Venho da parte do Gen. Canabarro. Tenho o pesar de lhe comunicar que seu filho o Tte. Crescêncio morreu em ação como um bravo. O general me pediu que lhe desse os seus pêsames.

Fiquei tonta, meio cega, mas fiz força pra não chorar. [...]

E o tempo continuava a andar num tranco lento de boi lerdo. Entrava inverno, saía inverno. E a guerra nada de acabar.

Notícias foram chegando.

Batalha do Taquari. Nessa perdi dois filhos.

Cerro dos Porongos. O Gen. Canabarro foi pegado de surpresa: mais três filhos meus que se foram.

O sétimo morreu no Poncho Verde. [...]

Ah! Ia me esquecendo de lhe dizer que tenho sete netos, todos homens.

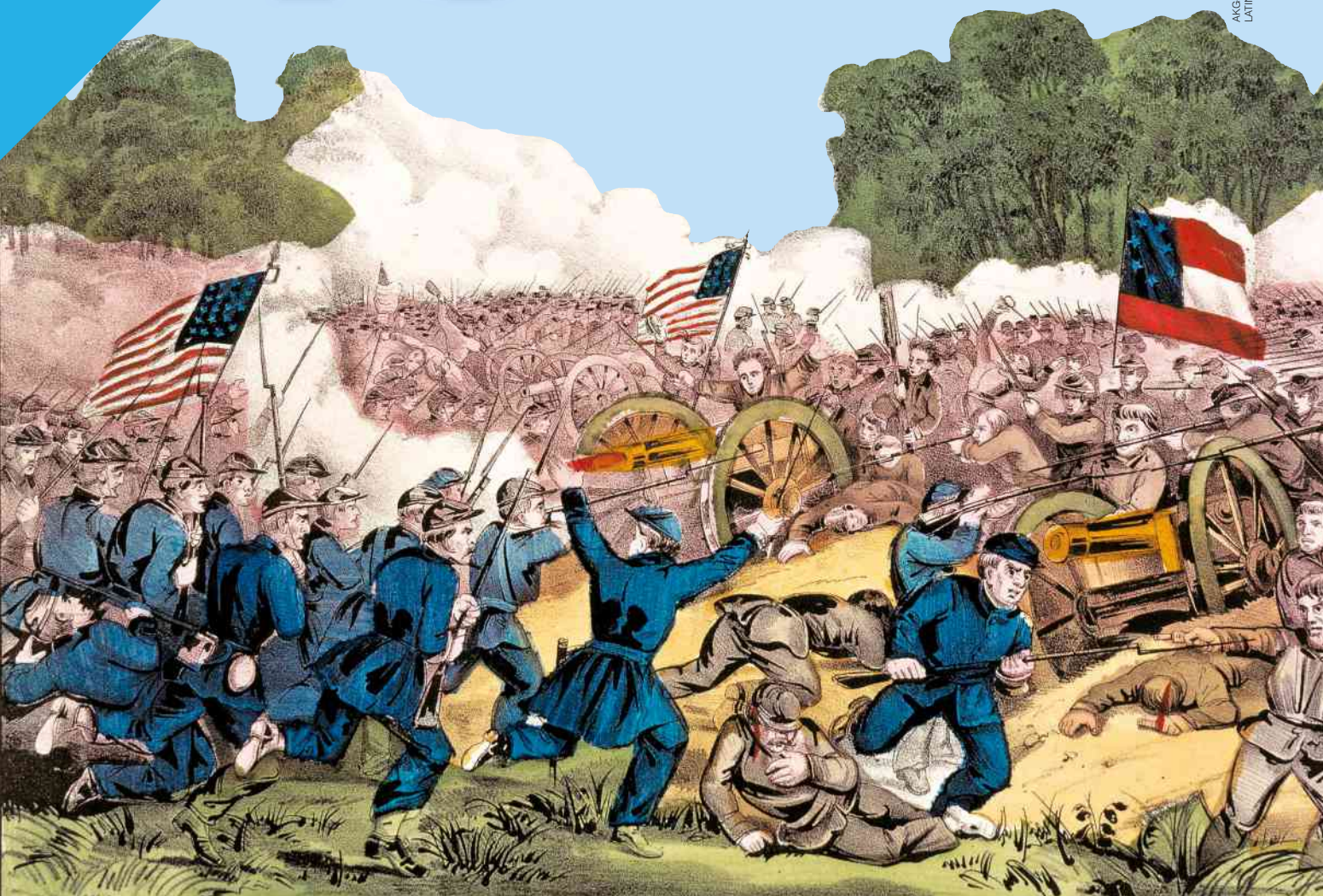
Quando vejo eles, que já estão grandotes, sinto um calafrio pensando noutra guerra.

VERISSIMO, Erico. *O tempo e o vento.* O continente. v. 1, ed. 14. Porto Alegre: Globo, 1977. p. 310-315.

- Com base na narrativa de Erico Verissimo, responda:
  a) A que período político da História do Brasil o texto se refere?
  b) Que província do Império do Brasil é tratada no texto?
  c) No contexto, o que significa "continente"?
  d) Em que guerra deve ter morrido o marido de d. Picucha? E os filhos?
  e) Pesquise quem foram os seguintes personagens desse momento da História do Brasil:
  – Bento Gonçalves;
  – David Canabarro (citado por d. Picucha);
  – Antônio Neto;
  – Lima e Silva.
  f) O que d. Picucha temia em relação aos netos pode ter se realizado? Justifique.
  g) Com a ajuda do professor de Literatura, identifique o lugar ocupado pelo autor Erico Verissimo e sua obra na literatura brasileira.

Capítulo 10

Repúblicas na América independente

AKG-IMAGES/ALBUM/LATINSTOCK

A Batalha de Gettysburg, de James Ives e Nathaniel Courrier, cerca de 1863. A batalha retratada ocorreu em 1º de julho de 1863 e mudou o curso da guerra civil estadunidense. Coleção particular.

A guerra civil nos Estados Unidos da América foi a mais sangrenta do século XIX. Colocou em lados opostos uma sociedade liberal e capitalista e outra aristocrática e escravista.

Quem venceu a guerra e por quê?

Este capítulo vai explicar. E vai tratar também dos conflitos latino-americanos que ocorreram na mesma época – e não foram poucos.

O século XIX foi um tempo difícil: o da criação ou redefinição dos Estados nacionais nas Américas.

Puxando pela memória

Você sabe quais foram, na ordem, os três últimos países da América a abolir a escravidão?

Cronologia deste capítulo	Os Estados Unidos compram a Louisiana da França.	Gaspar Rodríguez de Francia assume o poder no Paraguai, tornando-se Ditador Supremo no ano seguinte.
	1803	1814

1 A herança colonial

Sobre Simón Bolívar, ver capítulo 3.

Os movimentos de independência na América espanhola resultaram na fragmentação dos antigos vice-reinados e na formação de diversas repúblicas. As tentativas de união das antigas colônias, ainda que parciais, a exemplo do pan-americanismo idealizado por Simón Bolívar, fracassaram.

A tarefa com que deparavam as elites dirigentes das jovens repúblicas não era fácil. Era preciso honrar o ideário liberal que motivara as revoluções e remover muitas das heranças coloniais.

Mas essas elites se apoiavam em várias das antigas estruturas, como o regime latifundiário e o trabalho compulsório imposto a índios e mestiços.

Dos movimentos de independência surgiram elites muito diferentes entre si. Em certos casos, predominavam grupos conservadores, que pretendiam manter os antigos privilégios; em outros, políticos de orientação liberal, que propunham reformas profundas.

As desavenças entre esses grupos, não raro, levaram a guerras civis, principalmente durante a primeira metade do século XIX.

O historiador argentino Tulio Halperin Donghi caracterizou as primeiras décadas pós-independência na América espanhola como um *período de longa espera*. Era um tempo de construção dos Estados Nacionais, processo conturbado em todos os países recém-criados.

Conservar ou mudar?

Se for necessário retomar a definição de elite *criolla*, ver capítulo 3.

No final da década de 1820, em todos os países independentes na América espanhola, prevaleciam dois grandes projetos: o dos **conservadores** e o dos **liberais**. Entre eles existia um objetivo em comum: manter as hierarquias sociais, o que significava conservar o poder político da elite *criolla* sobre os camponeses e os trabalhadores indígenas, mestiços e negros.

O projeto dos **conservadores** se baseava na defesa da Igreja e na força do Exército – mantendo as isenções fiscais desfrutadas pelos eclesiásticos –, além da obrigatoriedade do ensino religioso como meio fundamental de formar cidadãos.

Os conservadores acreditavam que uma Igreja enfraquecida traria o caos e a anarquia às sociedades que então se organizavam, sobretudo porque as camadas mais humildes da sociedade, compostas em sua maioria de indígenas e mestiços, tinham se mobilizado nas lutas de independência. Os conservadores do México, por exemplo, costumavam chamar as classes populares de “classes perigosas”.

Já os **liberais**, sob a influência do Iluminismo e dos ideais da Revolução Francesa, tinham por objetivo a laicização do Estado – separar o Estado da Igreja – e a defesa do ensino laico.

Eles defendiam ainda um regime republicano federalista, descentralizado, embora nem todos os liberais fossem contrários a uma monarquia constitucional.

Em dois países, México e Colômbia, o embate entre conservadores e liberais teve na Igreja o pomo da discórdia. Mas os resultados da disputa foram muito diferentes. No México, a Igreja perdeu; na Colômbia, venceu.

2 México: liberalismo e proletarização indígena

No México, a Igreja reunia grande poder – concentrava metade dos padres de toda a América espanhola. Com o Exército e os grandes proprietários rurais, o clero integrava o grupo conservador, defendendo como forma de governo uma monarquia forte e coesa, capaz de manter o controle da população, ainda influenciada pelas ideias de Hidalgo e Morelos.

Sobre o processo de independência no México, ver capítulo 3.

Em oposição aos conservadores, os liberais, em cuja base social se destacavam os comerciantes e grupos ligados à mineração –, defendiam um Estado republicano, federativo e laico (sem interferência da Igreja).

Após a independência, organizou-se um Congresso Constituinte, que estabeleceu um governo monárquico. O general *criollo* Agustín de Iturbide foi escolhido imperador pelo Congresso em 1822, mas seu governo durou somente dez meses, tendo sido deposto pela sublevação de António Lopez de Santa Anna. Proclamada a República, elaborou-se uma Constituição inspirada no federalismo estadunidense, adotada em 1824.

Os conservadores se mantiveram no poder até 1854, período dominado pelo general Antonio López de Santa Anna, que se dizia conservador ou liberal, conforme as circunstâncias.

Nesses trinta anos, a fragilidade política mexicana era evidente, perceptível inclusive na guerra contra os Estados Unidos (1846-1848), na qual o México acabou perdendo boa parte de seu território, como o Texas e a Califórnia.

Em 1854, os liberais assumiram o governo, acabando com mais de 30 anos de domínio conservador. Eles fizeram algumas mudanças na estrutura do país: aboliram os direitos de os eclesiásticos e os militares cobrarem pelo uso da terra; por sua vez, as terras comuns dos aldeamentos indígenas foram abolidas.

Essa mudança, porém, não resultou em nenhuma melhoria para os trabalhadores indígenas e mestiços. Os liberais pretendiam transformar as terras coletivas indígenas em pequenas propriedades individuais – um projeto de reforma agrária. O período de predomínio liberal é chamado de **Reforma**. Uma nova Constituição foi aprovada em 1857 (durou até 1917). Entre os principais líderes da reforma estava Benito Juarez, mestiço de origem indígena que, na infância, trabalhou como peão de fazenda e pastor de ovelhas. Estudou no seminário de Santa Cruz e, mais tarde, formou-se em Direito. Exerceu várias vezes a presidência, entre 1858 e 1872.

Os historiadores consideram o caso mexicano como um exemplo típico de reforma liberal na América Latina durante o século XIX.

Comentar com os estudantes que a reforma agrária liberal foi perniciosa aos camponeses e aos indígenas, pois as terras passaram a ser compradas por latifundiários, levando à concentração fundiária e à necessidade de os trabalhadores se submeterem aos proprietários.

Fique de olho!

- *O último combatente*. Direção: Lance Hool. Estados Unidos, 1999.

  Filme épico sobre a guerra entre os EUA e o México (1846--1848), que terminou com a anexação de vários territórios mexicanos pelos EUA. No filme, o a batalhão estadunidense de São Patrício, composto por irlandeses, deserta e adere à luta mexicana.

Peão ▸ trabalhador rural; amansador de animais.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Mesmo em vilas do interior mexicano, como em vários países da América espanhola independente, a igreja se destacava na paisagem: um centro de referência para todos os grupos sociais. Pintura de Leonard Sanchez, século XIX. Coleção particular.

Acordo de Missouri nos Estados Unidos, estabelecendo a fronteira entre os estados livres e os escravistas.

1820

Independência do México. O Panamá se une à Gran Colombia. Início da ocupação do Texas por norte-americanos.

1821

Fique de olho!

- *Cinco de Maio*: a batallha. Direção: Rafael Lara. México, 2013.

  Épico sobre a batalha de 1862, na qual os mexicanos conseguiram vencer a primeira tentativa de invasão do país por tropas franceses.

Guerra civil mexicana

A oposição dos conservadores às reformas liberais levou o país a uma guerra civil. Em 1859, os bens da Igreja foram nacionalizados, e as ordens religiosas, extintas. A reação conservadora chegou a restabelecer a monarquia, em 1864, com o apoio de Napoleão III, da França. O trono foi assumido pelo arquiduque austríaco Maximiliano de Habsburgo, primo do imperador francês.

Longe de atenuar a crise, um imperador estrangeiro acirrou as disputas. A corrente liberal, contando com o apoio popular, derrotou os conservadores; Maximiliano I foi fuzilado em 1867, por ordem de Benito Juarez, então na presidência da República. Consolidava-se um Estado republicano e federativo, com a Igreja perdendo seu poder. Os Estados Unidos não puderam evitar a interferência europeia – com base na doutrina Monroe –, por estarem envolvidos na sua própria guerra civil.

Doutrina Monroe ▸ política estadunidense que tinha como *slogan* “A América para os americanos”. Foi anunciada pelo presidente dos Estados Unidos em 1823.

Uma reforma agrária contra os camponeses

A reforma agrária liberal, que buscava criar um sistema de pequenas unidades produtoras, foi um fracasso. Camponeses e indígenas não conseguiram comprar as terras, que, assim, foram parar nas mãos dos grandes proprietários. Com isso, muitos tiveram de vender sua força de trabalho para os grandes latifundiários (*hacendados*), formando uma espécie de proletariado rural. A situação do Estado também era difícil, com a aquisição de empréstimos no exterior, principalmente junto aos Estados Unidos.

Nessa conjuntura, crescia a insatisfação popular, com levantes camponeses, sublevações urbanas e o crescimento do número de desocupados. Esse clima conturbado marcou os 50 anos que se seguiram à independência do México.

Porfiriato e modernização

Apesar dos conflitos, o Estado Nacional estava consolidado no México. As reformas liberais seriam apronfundadas por Porfírio Diaz. Formado em Direito, era militar veterano e exerceu a presidência, por via eleitoral, de 1876 até 1911 (com breve intervalo entre 1880 e 1884). Seu longo governo, chamado de **Porfiriato**, foi composto de intelectuais conhecidos como **científicos**.

Nessa época, foi implantada no México uma extensa malha ferroviária, com tecnologia e

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Após a independência, o campesinato mexicano, basicamente mestiço, permaneceu submetido ao trabalho compulsório, uma herança colonial. Litografia colorida manualmente sobre desenho do alemão Carl Nebel, século XIX. Coleção particular.

empréstimos estrangeiros, sobretudo britânicos. O país entrava na era industrial. Ao mesmo tempo, a concentração de terras e a proletarização do campesinato mexicano se intensificavam.

Porfírio Diaz estava convencido de que os mexicanos deviam valorizar a herança hispânica. Quando recebia comitivas estrangeiras, mandava remover os índios que circulavam na Cidade do México, pois achava que causariam má impressão. Mas se manteve reticente aos Estados Unidos, apesar das parcerias comerciais. Atribui-se a Diaz a frase: "*Pobre México! Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos...*".

3 Colômbia: uma república conservadora

A Gran Colombia tornou-se independente em 1819, sob a liderança de Simón Bolívar. Tinha, então, um território semelhante ao antigo vice-reinado de Nova Granada.

Bolívar queria fazer do país o berço de um Estado unificado na América do Sul de língua espanhola. Mas seu sonho pan-americanista não saiu do papel: Gran Colombia se fragmentou e Equador e Venezuela acabaram por formar repúblicas independentes.

Apesar desse cenário, a Colômbia não passou por experiências ditatoriais ao longo do século XIX. Mas a instabilidade política esteve presente, por meio de rebeliões locais, guerras civis e dois conflitos contra o Equador por problemas de fronteira. Parte dos problemas estava relacionada à manutenção da escravidão de origem africana e à tributação indígena. As terras comunais indígenas, denominadas **resguardos**, foram extintas. Havia terras livres para o assentamento da população rural, o que trazia dificuldade para os grandes proprietários em conseguir mão de obra.

Para garantir o trabalho nas fazendas, os proprietários endividavam os camponeses, mediante o adiantamento de salários em forma de gêneros vendidos no armazém da fazenda. Mantinham os trabalhadores em dívida permanente, impedidos de deixar as terras. Muito usado nas *haciendas* coloniais, esse método era conhecido como *peonaje*.

Avanços liberais, reação conservadora

A partir da década de 1840, as divergências políticas resultaram na criação dos partidos Liberal e Conservador. O Partido Liberal era formado por grupos urbanos ligados ao comércio e à produção artesanal. Propunha a abolição da escravidão, a liberdade de imprensa, o fim dos privilégios da Igreja católica, a diminuição do poder Executivo e a abolição dos monopólios. Compunham o Partido Conservador os altos burocratas, os grandes proprietários rurais escravistas e os membros do Exército e da Igreja católica.

A principal questão entre os dois partidos dizia respeito à Igreja. Os liberais pretendiam retirar da instituição o monopólio do ensino e abolir os dízimos eclesiásticos, além de tornar propriedade do Estado as terras da Igreja. Os proprietários rurais e as classes populares, extremamente católicos, opunham-se a essas propostas.

Até meados do século XIX, nenhum dos grupos exercia de fato a hegemonia política. Em 1849, com a eleição de José Hilário Lopez, os liberais alcançaram o

poder (mantido até 1885). Diversificaram a economia e as exportações, incentivando a expansão econômica. Aboliram a escravidão em 1851, libertando cerca de 26 mil escravos. Suprimiram os entraves ao comércio do tabaco e os impostos de importação. Extinguiram o dízimo eclesiástico e expulsaram os jesuítas, que haviam retornado ao país em 1844. Em 1853, o ensino religioso deixou de ser obrigatório e foi suprimido o regime do **padroado** (no qual cabia ao governo indicar os arcebispos e os bispos), separando a Igreja do Estado, e instituído o casamento civil, bem como a legalidade do divórcio. Como no México, nacionalizaram os bens da Igreja.

Em 1854, ocorreu uma tentativa de golpe militar, estimulada por grupos contrários às reformas. Na década de 1870, o governo liberal perdeu força. Despontavam os grupos ligados ao café, que elegeram como presidente Rafael Núñez, ex-liberal que pretendia "regenerar" a Colômbia. Em seu terceiro mandato, a Constituição conservadora de 1886 foi jurada, restituindo à Igreja católica suas propriedades e a direção da educação. Até os dias de hoje, a influência da Igreja católica é fortíssima na Colômbia.

4 Argentina, nação de caudilhos

O antigo Vice-reinado do rio da Prata era composto de regiões que hoje englobam Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai. A independência formal ocorreu em 1816. Mas durante toda a primeira metade do século XIX travaram-se intensas lutas internas, comandadas pelos chamados caudilhos.

Caudilho ▸ líder político com interesses regionais e, geralmente, com forte apelo popular. Era, em geral, um grande proprietário rural com exército particular, formado por seus peões.

No caso da Argentina, o processo de constituição de um Estado Nacional foi lento. Depois da independência, existiam no país três grandes áreas, com interesses diferentes, entre as quais ocorreram intensos conflitos. A primeira era a província de Buenos Aires, pecuarista, vinculada à cidade de mesmo nome, capital federal e principal porto exportador de toda a região. A segunda se compunha de províncias do interior, também pecuaristas, como Santa Fé, Entre-Rios e Corrientes, situadas às margens do rio Paraná, cujos governantes pretendiam preservar o caminho fluvial para chegar ao estuário do Prata. Por último, a área dedicada à produção de alimentos: Córdoba, La Rioja e Tucumán, no interior do país.

Exército caudilhista descansa, comendo churrasco e bebendo chá de erva-mate, enquanto aguarda outra batalha. Gravura de Carlos Morel, publicada no livro *Usos y costumbres del Rio del Plata*, 1845. Coleção particular.

THE ART ARCHIVE/NATIONAL LIBRARY BUENOS AIRES/GIANNI DAGLI ORTI/AFP

Unitarismo ou federalismo?

No plano político, o grande conflito ocorreu entre Buenos Aires e diversas províncias do interior. Os comerciantes ligados ao comércio externo de Buenos Aires, apostando num governo centralizado, desejavam estender seu domínio sobre as demais províncias. Defendiam, ainda, o livre-comércio e a aproximação com a Grã-Bretanha. Desse grupo surgiu o **Partido Unitário**.

Fazendeiros e pecuaristas (estancieiros) do interior se recusavam a seguir essas ideias. A maior parte dos caudilhos das províncias do interior não apoiava o unitarismo: defendiam um regime federativo, capaz de assegurar sua autonomia política. A defesa de um regime federativo, em oposição aos comerciantes de Buenos Aires, deu origem ao **Partido Federal**.

As rivalidades duraram décadas. Entre 1830 e 1852, não existia de fato um governo nacional. De um lado, estava a Confederação Argentina, com ampla autonomia provincial. De outro, o governo de Buenos Aires, cuja única função centralizadora dizia respeito às relações internacionais, atribuída ao governador da província portenha.

Portenho ▸ habitante de Buenos Aires ou assunto relacionado a essa cidade.

Protagonismo de Buenos Aires

Nesse período, destacou-se o caudilho Juan Manuel de Rosas, grande estancieiro na região do Pampa, militar e governador da província de Buenos Aires. No seu longo governo, que se estendeu de 1829 até 1852 (com breve interrupção entre 1832 e 1835), defendeu o federalismo e, ao mesmo tempo, reforçou o poder da cidade de Buenos Aires, preparando-a para exercer a hegemonia política sobre todo o país. Estabeleceu diversos acordos com as províncias, sobretudo Corrientes e Entre-Rios. Combateu os índios do Pampa, ao sul, numa autêntica campanha de extermínio, tarefa depois concluída pelo general Roca, em 1879.

Rosas pretendia fazer da Argentina a principal potência na região platina. Contrariou, assim, os interesses brasileiros, discretamente apoiados pela Inglaterra. Auxiliou os rio-grandenses nos anos finais da Farroupilha (1835-1845), chegando a oferecer recursos financeiros. No Uruguai, apoiou os políticos contrários ao Brasil. Finalmente, declarou guerra ao Brasil, em 1851. Derrotado em Monte Caseros, em 1852, fugiu para a Inglaterra, onde obteve asilo político.

Em 1853, uma nova Constituição adotou o modelo federativo de governo. Mas o governo de Buenos Aires rejeitou a Carta e afastou-se da Confederação Argentina. Embora os portenhos tenham sido derrotados militarmente em 1859, Buenos Aires se manteve administrativamente independente.

A Argentina somente foi unificada em 1862. Até então prevaleceram os políticos com tendência a defender o federalismo, mas que, na verdade, desejavam mesmo ver ampliado o seu poder pessoal e militar. A confusão entre o interesse público e os interesses particulares era total, em prejuízo das instituições e da construção de um Estado Nacional, com base em uma Constituição.

Representação de Carlos Pellegrini da Plaza de la Victoria (atual Plaza de Mayo), em Buenos Aires, em 1829. Coleção particular.

Anexação do Texas aos Estados Unidos.
1845

Início da guerra entre México e Estados Unidos.
1846

5 Os Estados Unidos entre o liberalismo e o escravismo

Fique de olho!

- A saga dos EUA. *The History Channel*, 2010.
  Série que trata da História dos Estados Unidos. Confira os episódios que tratam da colonização do oeste e dos impactos da Marcha para o Oeste sobre as populações indígenas, como o declínio da caça aos búfalos, provocado pelas ferrovias, e o confinamento de grupos indígenas em reservas.

Durante a primeira metade do século XIX, o governo dos Estados Unidos tratou de consolidar a independência e a unidade do país, assim como de expandir seu território, sobretudo para o oeste.

A Doutrina do Destino Manifesto – a crença de que o povo dos Estados Unidos seria eleito por Deus para comandar o mundo – entendia como tarefa divina e necessária espalhar pelo mundo as concepções da sociedade norte-americana. Isso logo se traduziu na ideia de expansão territorial. Entendia-se que a primeira grande tarefa dos estadunidenses era avançar para o oeste, unindo o Atlântico ao Pacífico, e para o sul.

Mas a primeira etapa da expansão territorial foi concluída com a compra da Louisiana da França, em 1803. Napoleão Bonaparte, necessitando de dinheiro para custear seu "Grande Exército", vendeu o território por 11,25 milhões de dólares. Depois, foi a vez da Flórida, comprada da Espanha em 1819.

Quando a expansão se orientou para os territórios do oeste, o resultado foi trágico para os povos indígenas, considerados um obstáculo para o tipo de povoamento e a expansão agrícola que se pretendia implantar.

No momento em que os colonos se deslocaram para as terras indígenas, erguendo casas, arando os campos, fundando fortes e cidades, com o apoio de tropas federais, os conflitos se tornaram inevitáveis.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO

Destino Manifesto

O Destino Manifesto era uma doutrina na qual os estadunidenses se viam, sob o ponto de vista bíblico, como o "povo eleito" a tomar posse da "terra prometida". Essa ideia foi expressa pela primeira vez pelo presidente Thomas Jefferson, que, no início do século XIX, declarou ser o destino dos Estados Unidos se estender pelo continente, pois seria a "ordem natural das coisas e o curso manifesto dos acontecimentos". Em seu governo, a Louisiana foi comprada da França napoleônica, mais que duplicando o território do país.

A ideologia do Destino Manifesto é uma forma radical do nacionalismo estadunidense. Ganhou força com a anexação do Texas, em 1845, e a tomada de grande parte do território do México, na guerra de 1846-1848.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Progresso americano, óleo sobre tela de John Gast, 1872. A luminosa figura feminina personifica a Doutrina do Destino Manifesto dos Estados Unidos e foi pintada por encomenda do governo. Coleção particular.

- Descreva a imagem e identifique os elementos representados nela que justificam a ideologia do Destino Manifesto.

A remoção dos indígenas

O governo promulgou leis implacáveis contra os povos indígenas, como a Lei de Remoção dos Índios (*Indian Removal Act*), em 1830, que obrigava diversos desses povos a migrar para reservas localizadas a oeste do rio Mississipi. Assim ocorreu com os Cherokees, na Geórgia, e os Seminoles, na Flórida, entre outros grupos. É claro que os indígenas reagiram a essa invasão, atacando caravanas de colonos, casas e fortes.

O governo garantiu aos povos indígenas que os limites de suas novas terras seriam respeitados. Porém, isso não ocorreu: os colonos também passaram a ocupar as reservas. Em razão disso, muitos povos se rebelaram, com intensos conflitos que resultaram em inúmeras mortes, em ambos os lados, mas sobretudo entre os indígenas.

A ocupação do oeste estadunidense se intensificou com a construção da malha ferroviária, iniciada na década de 1840, recortando terras de leste a oeste. Duas décadas depois, o país já contava com mais de 50 mil quilômetros de trilhos. A ferrovia funcionou como desbravadora, ao viabilizar a exploração agrícola de terras até então inacessíveis.

Diante da situação, o chefe Cauda Pintada, dos Sioux, fez um depoimento dramático, em setembro de 1867:

> *O Pai Grande tem feito estradas que alcançam leste e oeste. Essas estradas são a causa de todos os nossos problemas... O território onde vivemos está cheio de brancos. Toda nossa caça foi embora. Tenho sido amigo dos brancos e sou agora... Se pararem com suas estradas poderemos pegar nossa caça. Esse território do rio Powder pertence aos Sioux... Meus amigos, ajudem-nos; tenham piedade de nós.*

Chefe Cauda Pintada. In: BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio*. Porto Alegre: LP&M.

Fique de olho!

- *Dança com lobos*. Direção: Kevin Costner. Estados Unidos, 1990.

  Filme sobre os dilemas de um oficial estadunidense num posto avançado da fronteira, nos anos 1860. Contextualiza o avanço dos EUA sobre as terras indígenas no século XIX.

Alargamento territorial dos Estados Unidos

Em 1845, o Texas, república independente do México desde 1836, foi anexado aos Estados Unidos (como 28º estado). Os interesses se voltaram, então, para a área compreendida entre as montanhas rochosas e o Pacífico.

O governo tentou comprar do México a Alta Califórnia e o Novo México. A recusa dos mexicanos motivou uma guerra entre os dois países. Vitoriosos, os Estados Unidos, em 1848, incorporaram ao seu território cerca de 2,4 milhões de quilômetros quadrados de áreas de domínio mexicano: Califórnia, Novo México, Arizona, Utah, Nevada, Wyoming e parte do Colorado.

Ao norte, em 1867, os Estados Unidos compraram o Alasca da Rússia, por 7,2 milhões de dólares. A aquisição foi muito discutida no Congresso: muitos consideravam a região uma "caixa de gelo", que não traria nenhum benefício ao país. Posteriormente, diversos recursos naturais foram encontrados no Alasca, estimulando o povoamento do território.

A anexação dessas áreas foi decisiva para a deterioração das relações entre o norte industrial e o sul escravista dos Estados Unidos.

Os representantes dos interesses nortistas no Congresso, sobretudo após a fundação do Partido Republicano (1854), defendiam a proibição da escravidão nos novos territórios. Vislumbravam o oeste como um grande celeiro e um grande mercado para a indústria do norte.

Os representantes dos estados do sul, aglutinados em torno do Partido Democrata, pretendiam ampliar as plantações escravistas de algodão, incorporando terras no sudoeste. As discordâncias se estendiam, ainda, à política tarifária: os estados do norte defendiam tarifas protecionistas em defesa de sua indústria nascente; os estados sulistas – exportadores de algodão e importadores de manufaturados – preferiam o livre-cambismo, com tarifas baixas sobre os produtos importados. Os impasses se agravaram na década de 1850 e culminaram em uma guerra civil, a **Guerra de Secessão**.

ESTADOS UNIDOS – EXPANSÃO PARA O OESTE (SÉCULO XIX)

Fonte: CHALIAUD, Gerard; RAGEAU, Jean-Pierre. *Atlas estratégico e geopolítico*. Madri: Alianza Editorial, 1986.

O sul contra o norte

O conflito entre o norte e o sul assumiu caráter fortemente ideológico. O impasse provocou polêmicas radicais entre as duas partes. De um lado, um norte mais industrializado, voltado para o mercado interno, com mão de obra livre assalariada, proprietários rurais de pequeno porte e uma classe média cada vez mais atuante. De outro, um sul também rico, porém comandado por senhores escravistas, que vendiam algodão para as fábricas inglesas.

Em meados do século XIX, o sul tinha maior força política no governo federal. Em 1854, foi aprovada a Lei Kansas-Nebraska, proposta por um representante sulista, que facultava à população dos territórios anexados o direito de escolher se a escravidão seria ou não admitida.

Essa lei foi aplicada à administração dos novos territórios do Kansas e de Nebraska e provocou sério atrito com os nortistas, que acusaram o governo e o Congresso de terem se curvado aos escravistas.

O Kansas se tornou, então, palco de lutas armadas entre abolicionistas e escravistas, que para lá se dirigiram e disputaram o poder – um antecedente da guerra que estava por vir.

CONVERSA DE HISTORIADOR

Propaganda escravista no sul dos Estados Unidos

A escravidão no sul estadunidense apresentou uma característica especial no século XIX. Ao contrário de outras regiões escravistas, cuja população escrava declinou com o fim do tráfico e o aumento das alforrias, nos Estados Unidos ela cresceu, mesmo com o fim do tráfico, entre 1807 e 1810. Isto se deveu a uma política senhorial de estímulo à formação de famílias escravas, elevando a taxa de natalidade na população cativa.

O historiador Eugene Genovese analisou diversos livros e panfletos de escritores sulistas em defesa da escravidão. Foi o caso de George Fitzhugh, autor de *Sociologia do Sul* (1854), no qual sustentou que a escravidão não era um "mal necessário", como antes diziam os liberais escravistas, a exemplo de Thomas Jefferson. Fitzhugh afirmou que a **escravidão era um bem**, em especial porque os senhores zelavam pela saúde e pela família de seus escravos.

O capitalismo, sim, era para ele um **mal**, e o liberalismo era hipócrita, pois deixava os trabalhadores da indústria vivendo em condições miseráveis.

- Considerando o texto acima, discuta, em grupos, as seguintes questões:
  a) Em que medida o crescimento da população escrava no sul dos Estados Unidos justifica a opinião de que a escravidão era boa na região?
  b) Qual a diferença essencial entre as ideias de Jefferson e Fitzhugh em relação à escravidão?
  c) Qual era o peso do preconceito racial na defesa sulista da escravidão nos Estados Unidos?

O sul abandona os EUA

No conflito de interesses entre os estados escravistas e os abolicionistas estadunidenses, entrou em cena a atuação política de Abraham Lincoln. Nascido em Kentucky, no oeste, filho de lavradores, foi um autodidata que se formou advogado.

Batalhões negros, em geral formados de escravos fugidos do sul, engrossaram o Exército da União durante a guerra civil. Banda da infantaria do Forte Corcoran, na Virgínia. Fotografia de 1865. Coleção particular.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Em relação à escravidão, seu discurso era ambíguo: condenava-a do ponto de vista moral, mas defendia o direito de os estados escravistas a conservarem. Afinal, a Constituição garantia a soberania das unidades federadas.

Lincoln filiou-se ao Partido Republicano em 1854. Quatro anos depois disputou uma cadeira no Senado, em uma campanha marcada por acirrados debates sobre a escravidão. Perdeu as eleições, mas ganhou projeção nacional, embora ficasse identificado no sul como "abolicionista radical". Em 1860, foi indicado pelo Partido Republicano para disputar a presidência dos Estados Unidos. Venceu com cerca de 39% dos votos, e tomou posse em março de 1861.

O processo eleitoral tornou a guerra civil iminente. Antes mesmo da posse, diversos estados sulistas se retiraram da União, fundando a Confederação dos Estados da América: Mississipi, Flórida, Alabama, Geórgia, Louisiana e Texas, liderados pela Carolina do Sul. Jefferson Davis, candidato derrotado à presidência, foi eleito presidente da Confederação, reforçada nos meses seguintes com o ingresso do Arkansas, da Carolina do Norte, da Virgínia e do Tennessee.

O presidente James Buchanan, em fim de mandato, e Lincoln, presidente eleito, recusaram-se a reconhecer a Confederação. Lincoln tentou em vão convencer os sulistas de que não aboliria a escravidão, se esse fosse o preço a pagar para manter intactos os Estados Unidos. Mas já era tarde. A ruptura política entre o sul e o norte estava consumada.

Guerra civil

Em abril de 1861, os sulistas atacaram e tomaram o Forte Sumter, na baía de Charleston (Carolina do Sul), dando início à guerra. A convicção que ambos os lados tinham de que a guerra seria rápida logo se desfez. O exército confederado, embora menor e menos equipado que o da União, colheu sucessivas vitórias entre 1861 e 1862. O objetivo militar dos confederados era, então, evitar a invasão do exército inimigo e manter um impasse que levasse a negociações, buscando forçar Lincoln a reconhecer o novo Estado confederado.

Imagem de escravos fugidos cruzando um rio no estado da Virgínia. Óleo sobre tela de autoria desconhecida, sobre fotografia de Timothy H. O'Sullivan, 1862. Coleção particular.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Em 1861, o Congresso aprovou a Lei do Confisco, determinando a expropriação de qualquer propriedade usada em favor dos confederados. No ano seguinte, aprovou a segunda Lei do Confisco, que declarava livre todo escravo capturado ou fugido para o território da União. Lincoln propôs a emancipação dos escravos de forma lenta e gradual, mediante indenização. Tudo isso contrariava frontalmente os interesses dos escravocratas sulistas. A guerra transformou-se, então, em um conflito contra a escravidão.

Para firmar a aliança com os estados do oeste e incentivar os colonos, aprovou-se, em 1862, uma lei (*Homestead Act*) que facilitava o acesso à propriedade da terra, no oeste, para todo colono chefe de família maior de 21 anos que não tivesse lutado contra o governo dos Estados Unidos. Foi um grande estímulo aos pioneiros, à pequena propriedade, à vinda de imigrantes e ao trabalho livre.

Em 1863, por meio da **Proclamação da Emancipação**, Lincoln aboliu a escravidão nos Estados Unidos, exceto nos estados que haviam recusado a secessão (separação), como Delaware, parte da Virgínia e do Kentucky. A Proclamação de 1863 também aprovou o recrutamento de negros livres nos exércitos da União.

Fique de olho!

- AMEUR, Farid. *Guerra da Secessão*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

  Uma síntese sobre as principais questões e fases da guerra civil nos Estados Unidos.

A vitória do norte

O resultado da guerra permaneceu incerto até 1863, com sucessivos triunfos do exército do sul, comandado pelo general Lee. O êxito animou os confederados, que, em julho daquele ano, ousaram invadir o território da União, na Pensilvânia. Foi uma das batalhas mais sangrentas da guerra, que resultou na derrota completa dos confederados. A partir daí, o sul limitou-se a defender seu território.

GUERRA DE SECESSÃO ESTADUNIDENSE (1861-1865)

Fontes: *Atlas da história do mundo*. National Geographic, 2005; *Enciclopédia das guerras*. São Paulo: M. Books, 2005; *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p 246; 248.

A História no seu lugar

O racismo talvez tenha sido o principal legado negativo da Guerra de Secessão, quando os negros se tornaram cidadãos, com direitos iguais aos dos brancos.

No Brasil, com o fim da escravidão, o racismo também se fez presente. Hoje, há medidas que preveem penas aos acusados de racismo, como a Lei nº 7437, de 20 de dezembro de 1985.

Pesquise, em jornais de seu município ou estado, se houve algum processo contra pessoas acusadas de racismo. Apresente o caso em sala e o discuta com seus colegas.

As forças da União conquistaram, uma a uma, as cidades sulistas e o território confederado, principalmente ao longo de 1864.

Lincoln proibiu o comércio com os confederados e bloqueou seus portos, o que levou ao total desabastecimento da população sulista, incluindo as tropas confederadas. Famintos, mal armados e maltrapilhos, muitos soldados desertaram, e até mesmo escravos foram convocados para formar o exército. O final da guerra foi melancólico para o sul; em abril de 1865, o General Lee se rendeu ao General Ulysses Grant, em Appomatox, na Virgínia.

O conflito foi desastroso para o sul dos Estados Unidos: a região sofreu com o com colapso de sua economia, a desestruturação social e baixas populacionais. Estima-se que tenham morrido, de ambos os lados, cerca de 970 mil pessoas (3% da população), sendo 625 mil soldados. Morreram mais soldados estadunidenses na Guerra de Secessão do que em todos os demais conflitos em que os Estados Unidos se envolveram até hoje. O sul perdeu a guerra, mas as baixas militares do norte foram maiores. Morreram em combate cerca de 140 mil soldados e oficiais da União, contra cerca de 72 mil confederados. O esforço de guerra da União para dobrar o sul escravista foi imenso, e o custo, altíssimo.

Fim da escravidão, início da guerra racial

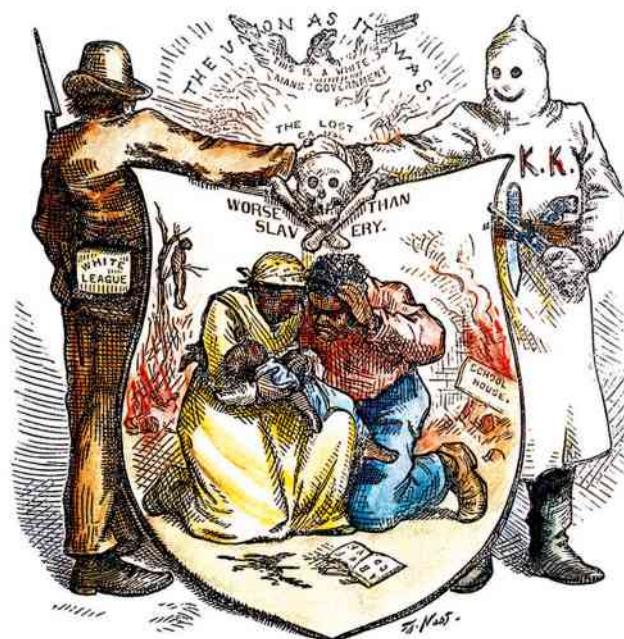
A imagem dos Estados Unidos após a guerra era positiva. Os estados do norte eram vistos como hegemônicos, abolicionistas, industrializados, democráticos, vencedores de um sistema escravista ultrapassado e violento.

O presidente Lincoln é hoje celebrado como grande estadista e defensor da liberdade. É considerado um mártir, pois morreu assassinado por um extremista do sul em 15 de abril de 1865, poucos dias depois do fim da guerra.

A Lei que aboliu definitivamente a escravidão nos Estados Unidos foi promulgada em 1865 (13ª Emenda da Constituição). Os direitos constitucionais foram estendidos aos ex-escravos pela 15ª Emenda, de 1870, concedendo o direito a voto a todos os cidadãos estadunidenses, independentemente de raça, cor ou condição prévia de servidão. Ao mesmo tempo, iniciou-se a "Reconstrução

Fique de olho!

- BLANRUE, Paul--Eric. As muitas vidas da Ku Klux Klan. *História Viva*, ano II, n. 21. São Paulo: Duetto, 2005. Disponível em: <www2.uol.com.br/historia viva/reportagens/as_muitas_vidas_da_ku_klux_klan.html>. Acesso em: 22 jan. 2016.

  Panorama e reflexão sobre a história da Ku Klux Klan, principal organização racista dos EUA, desde a sua fundação, em 1865, até o século XX.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Cartum de 1874 que representa a situação do negro após a guerra civil como pior do que era na época da escravidão, destacando os grupos White League e Ku Klux Klan, a falta de moradia e de escolas e o analfabetismo, que abatiam a população negra. Reproduzido na *Harper Magazine*, periódico fundado em Nova York em 1850. Coleção particular.

Radical” do sul, na qual políticos aventureiros do norte se elegeram com base no voto dos ex-escravos.

A ascensão de milhões de negros à condição de cidadãos provocou outro tipo de guerra: a guerra racial. Ex-confederados criaram, no Sul, a Ku Klux Klan (KKK), organização racista de brancos que se recusava a compartilhar direitos constitucionais com os negros, em plano de igualdade. Foi uma reação à chamada “Reconstrução Radical”, que a União impôs aos derrotados.

A KKK matou muitos negros, espancou e mutilou vários outros, sempre com um discurso preconceituoso e discriminatório. Agiam na clandestinidade, mas com a tolerância das autoridades, uniformizados com um manto e uma máscara brancos. Suas vítimas eram, muitas vezes, enforcadas, mortas na fogueira ou ainda pregadas em uma cruz. Declarada ilegal, a KKK perdeu sua força, mas seria revigorada após a Primeira Guerra Mundial, quando se espalhou por todo o país.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

Touro Sentado

Nascido em 1831, **Touro Sentado** (ou Tatanka Iyotake, na língua lakota dos indígenas Sioux) foi o principal chefe da resistência indígena contra o avanço do governo estadunidense no Missouri, centro-oeste dos EUA. Em 1876, conseguiu reunir os grupos Sioux e Cheyennes e derrotou, na batalha de Little Big Horn, o Sétimo Regimento da Cavalaria estadunidense, então comandado pelo general George Custer, famoso pelos massacres de indígenas no oeste do país.

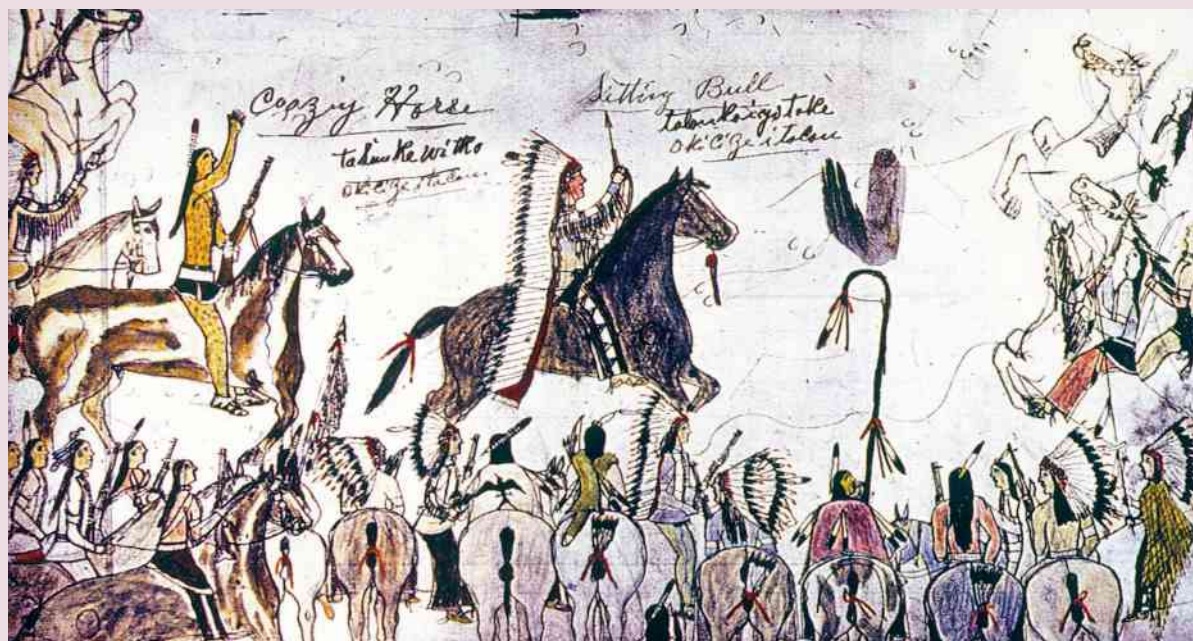



Imagem feita pelo Sioux Amos Bad Heart Bull, da Reserva Pine Ridge, mostra Cavalo Louco e Touro Sentado, líderes do povo Sioux, cavalgando à frente dos guerreiros indígenas, em 1876, às margens do rio Little Bighorn. Coleção particular.

- Em grupos, comparem a ilustração de Amos Bad Heart Bull, indígena Sioux, à pintura *Progresso americano*, de John Gast, reproduzida na página 182.

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. Leia o quadro a seguir e faça o que se pede.

ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NAS AMÉRICAS	
Equador	1821
Chile	1823
México	1829
Bolívia	1831
Uruguai	1842
Argentina	1843
Estados Unidos	1865
Cuba	1886
Brasil	1888

O quadro acima mostra as datas de abolição da escravidão nas Américas. Elabore uma ou mais hipóteses para explicar a grande diferença entre as datas, partindo da seguinte questão: qual seria a razão para alguns países abolirem a escravidão mais cedo e outros mais tarde ao longo do século XIX? Se possível, comente alguns casos entre os indicados no quadro.

2. Como se poderia definir a "longa espera" no processo histórico latino-americano do século XIX e qual conflito político e ideológico se destacou nesse contexto? Justifique.
3. Relacione a expansão para o oeste às políticas indígenas estadunidenses do século XIX.
4. Estabeleça relações entre a expansão territorial para o oeste dos Estados Unidos e a eclosão da Guerra de Secessão em 1861.
5. A abolição da escravidão em 1863, assinada pelo presidente Abraham Lincoln, representou o fim da escravidão nos Estados Unidos?

Lembrar os estudantes que, no caso do sul dos Estados Unidos, em particular, onde quase não havia alforria, a população de escravos chegava a cerca de 4 milhões de indivíduos no início da guerra civil. Era esse quadro que os sulistas apresentavam para justificar a manutenção da escravidão, sob risco de a economia entrar em colapso. O mesmo ocorreu no Brasil, mas as pressões externas e até mesmo a deslegitimização da escravidão como sistema fora e dentro do Brasil forçaram o país a encontrar outra solução para manter a economia em funcionamento.

Reflexões

O caudilhismo latino-americano

O termo **caudilhismo** provém da palavra castelhana *caudillo*, isto é, chefe. É geralmente utilizado, no vocabulário político, para designar um tipo de poder personalizado, autoritário, carismático e muitas vezes apoiado na força militar.

Esse significado geral da palavra implica, porém, o esvaziamento de seu conteúdo histórico.

O risco maior é o de se aplicar o termo **caudilho** a todo e qualquer líder político latino-americano que se destaque pelo poder pessoal, independentemente do tempo histórico, das ideias políticas ou dos regimes por eles comandados.

Fidel Castro, líder político da Revolução Cubana (1959), que se tornou socialista, ainda hoje é por muitos caracterizado como caudilho.

O mesmo ocorreu com Hugo Chávez, ex-presidente venezuelano, aspirante a uma liderança continental oposta aos interesses estadunidenses. O líder gaúcho Leonel Brizola, um dos expoentes do trabalhismo brasileiro no século XX, ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, foi muitas vezes chamado de caudilho por seus adversários.

Os exemplos desse uso indiscriminado do termo caudilhismo são muitos. O mais correto seria contextualizar o caudilhismo no tempo histórico, reservando o conceito para o tipo de poder emergente em diversos países latino-americanos na primeira metade do século XIX.

Na historiografia latino-americana, o termo caudilhismo se aplica mais corretamente às lideranças políticas que resultaram das independências ocorridas na América do Sul.

No entanto, o México, na América do Norte, contou com vários líderes que exerceram papel semelhante.

- Com base nas informações do capítulo, discuta com os colegas, em grupos, se o conceito de caudilhismo pode ser aplicado à história mexicana no século XIX.

Vamos testar?

1. (Enem-2009)

Antes de se tornar presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln opunha-se à escravidão, mas desaprovava o direito a voto para o negro e os casamentos birraciais. Em 1861, ele assumiu a presidência. Vários estados escravistas do Sul deixaram a União e formaram a sua Confederação independente. Nos anos 1861-5, teve lugar uma Guerra Civil entre a União e a Confederação. Em 1863, por decreto e emenda constitucional, Lincoln aboliu a escravidão. Cerca de 200.000 soldados negros lutaram ao lado da União e tornaram-se eleitores. Lincoln planejava assegurar escolaridade aos ex-escravos, e também alguns direitos civis, mas foi assassinado por um racista na Sexta-Feira Santa de 1865. Ele tornou-se uma figura controversa. Para alguns, foi um mártir, sacrificado pela sua causa. Para outros, um racista, que aboliu a escravidão apenas para ganhar soldados.

Segundo o texto, Lincoln tinha a intenção de apresentar uma proposta para o problema do relacionamento de ex-escravos com o resto da sociedade. Caso essa proposta tivesse entrado em vigor, sua implantação teria sido útil a outras sociedades, pois:

a) neutralizaria quem fosse racista, e os condenados por crimes raciais seriam deportados.

b) incentivaria casamentos birraciais, o que transformaria os EUA na primeira grande nação mestiça.

c) garantiria os direitos civis dos ex-escravos, o que serviria de exemplo de aliança política a ser copiado por nações escravistas.

d) permitiria que os escravos pudessem votar, o que tornaria viável, naquele contexto, a eleição de um presidente negro.

e) garantiria aos soldados negros acesso à educação e, assim, modernizaria o exército norte-americano.

2. O general e político argentino Juan Facundo Quiroga elaborou a seguinte frase, representando o caudilhismo na época de consolidação do Estado argentino: "Veja, se eu sair à rua e disser ao primeiro homem que encontrar 'siga-me', ele me seguirá".

Como definição do caudilhismo, podemos considerar que a afirmação de Facundo:

a) não possui nenhum valor histórico, podendo ser aplicada a qualquer situação onde há lideres e liderados.

b) exprime os dilemas da Argentina entre o unitarismo centralista de Buenos Aires e o federalismo das províncias do interior.

c) somente possui valor histórico se inserida no contexto da Argentina da primeira metade do XIX, no qual o poder pessoal dos caudilhos prevalecia sobre as instituições.

d) confirma que o general Facundo era um caudilho que desprezava as normas legais.

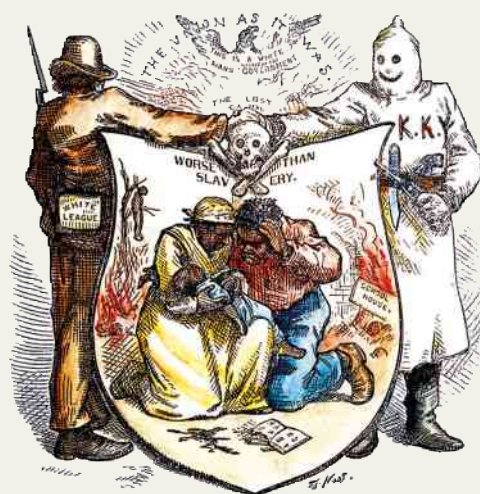
e) exemplifica o projeto federalista das províncias rio-platenses, favoráveis ao caudilhismo.

Conexões — História e Sociologia

Esta imagem, que também aparece na página 188, é uma ilustração da *Harper Magazine*, periódico criado em Nova York em 1850.

Ela retrata o clima de tensão nos estados do sul no pós-guerra civil, em particular a ação da Ku Klux Klan, fundada em 1866.

Analise a imagem e responda:

- Relacione a gravura com a chamada Reconstrução Radical, posta em prática pelo governo estadunidense nos estados do sul após 1865.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA. COLEÇÃO PARTICULAR.

Capítulo 11

Império escravista, Brasil africano

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTORENA

Gravura inglesa de 1860 representando a captura de um navio negreiro brasileiro pela marinha britânica, ocorrida em 30 de novembro de 1859. Autor desconhecido. Coleção particular.

Puxando pela memória

Entre as inúmeras mudanças ocorridas no Brasil durante o século XIX, qual transformou a estrutura social e econômica da sociedade brasileira?

No navio dessa imagem, capturado pelos britânicos, estavam 847 africanos vindos de Cabinda, no litoral da África centro-ocidental, para abastecer de escravos a economia do Brasil, em especial a cafeicultura em expansão.

Décadas antes, cenas como essa seriam impossíveis, afinal os próprios ingleses traficavam escravos africanos.

Como explicar essa mudança? É o que vamos estudar neste capítulo.

	Inglaterra abole o tráfico negreiro em suas possessões coloniais.	Abolido o sistema de doação de sesmarias pelo governo de d. Pedro I.
Cronologia deste capítulo	1807	1822

1 Procedência dos africanos escravizados

Nascidos na África, muitas mulheres e homens foram parar nas feitorias europeias localizadas em pontos específicos da costa da África e nos navios de comerciantes que cruzaram o oceano Atlântico durante mais de 300 anos, para serem escravizados na América. Calcula-se que mais de 12 milhões de pessoas foram transformadas em mercadoria nesse comércio transatlântico.

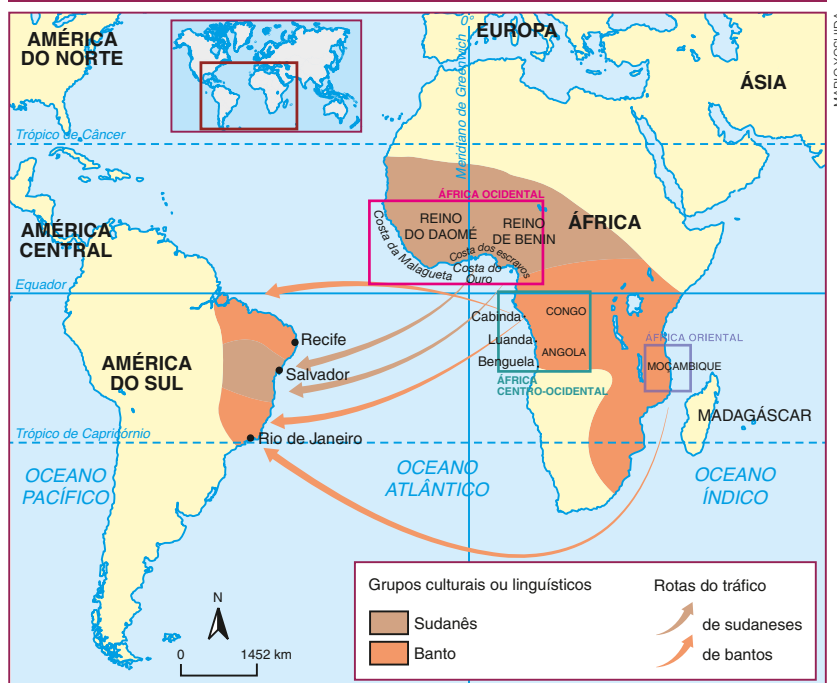
O número exato de africanos escravizados trazidos para o Brasil é impossível de ser calculado, pois não existem registros precisos, apenas estimativas. O único consenso entre os estudiosos é que, nos primeiros 50 anos do século XIX, houve, proporcionalmente, o maior número de escravos que chegou da África a terras brasileiras. De modo geral, calcula-se que mais de 4 milhões de africanos escravizados entraram no Brasil entre os séculos XVII e XIX.

Nessa época, vieram para o Brasil escravos de três grandes áreas africanas: da África centro-ocidental, em maior número, onde se situavam os reinos do Congo e de Angola (hoje países com os mesmos nomes); depois, da África ocidental, no golfo de Benin (hoje ocupado por países como Nigéria, Togo e Benin); por último, da África oriental (hoje Moçambique).

Os escravos eram comprados pelos europeus junto aos comerciantes da África, que eram muitas vezes representantes dos reis ou chefes locais. Guerras entre grupos, aldeias, cidades e reinos africanos sustentavam o tráfico de escravos. Alguns reinos africanos foram formados e se fortaleceram justamente por estimular a guerra com a intenção de vender escravos para o tráfico atlântico, como foi o caso do reino do Daomé. Era um círculo vicioso: mais guerras, mais prisioneiros, mais escravos, mais poder, mais guerras... assim, sucessivamente.

Fique de olho!

- Imagens da África. Fundação Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=5839>. Acesso em: 17 fev. 2016.
Sequência de imagens do Senegal que mostram cenas das cidades de Dakar, Saint Louis e Ilha de Gorée, cujas histórias se dividem entre alegria e tristeza, mas que prenunciam extraordinárias e benéficas transformações.

ÁREAS DE PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS NO TRÁFICO ATLÂNTICO PARA O BRASIL (FINAL SÉC. XVIII – 1ª METADE SÉC. XIX)

Fontes: ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 250; *Atlas da História do Mundo*. São Paulo: Folha da Manhã, 1995. p. 194.

Sobre a escravidão na África e o tráfico de escravos, ver capítulo 18 do volume 1, desta coleção.

Bantos e sudaneses no Brasil

Em quase todas as regiões do Brasil, predominavam, na primeira metade do século XIX, escravos originários da África centro-ocidental (reinos do Congo e de Angola). A exceção foi a Bahia, onde mais de 90% dos escravos vieram da África ocidental (na época conhecida como Costa da Mina), habitada por povos de línguas e etnias variadas.

Em toda a África ocidental existiam povos islamizados. Ao longo da primeira metade do século XIX, ocorreu grande agitação religiosa, com a expectativa de que em breve apareceria um enviado (*mahid*) por Alá para liderar o fim dos tempos. Em vários lugares onde o islamismo avançava ocorreram guerras, que resultaram em um volume ainda maior de prisioneiros para o tráfico atlântico realizado nos portos do golfo do Benin, principalmente nos de Lagos (hoje na Nigéria) e de Ajudá (hoje no Benin).

Os traficantes de escravos do Atlântico souberam tirar proveito dessa agitação. Os cativos eram vendidos pelos chefes locais aos grandes comerciantes sediados na cidade de Salvador (Bahia), que utilizavam como moeda de troca principalmente o fumo – especialidade baiana muito apreciada pelos africanos. Assim, concentrou-se na Bahia uma população de mais de 60% de escravos nascidos na África ocidental, de etnias muito variadas, e um número expressivo de muçulmanos.

Africanos do Congo e de Angola também eram de etnias variadas e guerreavam entre si. Mas, como tinham o mesmo tronco linguístico – o banto –, comunicavam-se mais facilmente (várias palavras tinham o mesmo significado em suas línguas de origem).

OUTRA DIMENSÃO **PERSONAGEM**

Retornados e traficantes: o caso de Francisco Félix de Souza

Depois de libertados, inúmeros homens e mulheres voltaram à África. São chamados hoje de "retornados". Alguns permaneceram anônimos, outros conseguiram fortuna, poder e fama, como Francisco Félix de Souza, o "chachá" (significa agente do rei) no reino do Daomé, no século XIX.

Nascido no Brasil, ele fincou raízes em Ajudá e formou uma enorme família. O rei Gezo concedeu a Francisco Félix a prioridade na exportação de escravos – os outros mercadores só podiam vender seus escravos depois que ele tivesse negociado os do rei e os seus.

Os ex-escravos que retornaram à África, nascidos no Brasil ou na África, ficaram conhecidos como brasileiros. Assim como Francisco Félix de Souza, eles recriaram cultos, práticas e costumes inspirados na vida que tinham no Brasil, inclusive utilizando, na África, a língua portuguesa. Ainda hoje, em Porto-Novo, Ajudá e Lagos, os "brasileiros" celebram a festa da confraria do Senhor do Bonfim. No terceiro domingo seguinte ao Dia de Reis, membros da confraria assistem à missa e reúnem-se para uma refeição com pratos típicos do Brasil, como feijão-de-leite, moqueca de peixe, pirão, feijoada etc., dançam sambas ao som de pandeiros e palmas e entoam cantigas em português.

FUNDAÇÃO PIERRE VERGER

Francisco Félix de Souza, nascido no Brasil, foi um dos mais poderosos comerciantes de escravos do Daomé. Pintura a óleo, século XIX, autoria desconhecida. Fundação Pierre Verger, Salvador, BA.

- Estabeleça alguns pontos que podem explicar os motivos de um ex-escravo se tornar um traficante de escravos, seja após retornar à África ou como liberto no Brasil.

2 Identidades afro-brasileiras

Esclarecer aos estudantes que as designações dadas aos escravos, no Brasil, às vezes eram originadas pela forma como um grupo étnico se referia a outro.

No Brasil, homens e mulheres nascidos na África poucas vezes eram designados pelos grupos étnicos a que pertenciam. Eles eram identificados de diferentes formas, como com o nome do porto onde embarcaram, de acordo com denominações mais genéricas e criadas no Brasil ou ainda com o nome de suas línguas. Mas nunca eram chamados de **africanos**. Portanto, no Brasil, os que vinham da África centro-ocidental eram chamados de angolas, congos, monjolos, cassanges, benguelas, entre outros. Os que embarcaram na África ocidental ficaram conhecidos como minas, haussás, calabares, jejes, iorubás, nagôs etc.

Algumas vezes, esses nomes foram dados pelos traficantes. Muitos acabaram incorporados pelos escravos, de modo que puderam recriar identidades para melhor sobreviver na sociedade que lhes foi imposta. Eles não se sentiam "africanos" – a construção de uma identidade africana foi bem posterior e é muito debatida hoje –, eles se sentiam, com evidente orgulho, pertencentes a suas próprias nações. Nações essas que, muitas vezes, eram tradicionalmente inimigas.

Alguns estudiosos afirmam que os senhores de escravos souberam usar as rivalidades entre africanos em proveito próprio: enquanto as diferenças entre eles permanecessem, dificilmente se uniriam para enfrentar os senhores.

Essas diferenças e rivalidades entre os nascidos na África ficavam evidentes até mesmo em termos geográficos, como nos espaços urbanos das grandes cidades. Na cidade de Salvador, por exemplo, os escravos de ganho e os libertos reuniam-se em **cantos**, os locais onde os grupos de trabalho esperavam os fregueses. Cada local tinha um capitão de canto, que carregava um bastão como símbolo de autoridade. Em geral, os cantos eram ocupados por grupos de uma mesma origem. Outros se organizavam em irmandades religiosas, formando grupos que, muitas vezes, rivalizavam entre si. Em algumas irmandades, pessoas de certas origens não eram aceitas.

Essas organizações foram espaços importantes para a socialização dos escravos, principalmente daqueles recém-chegados da África. Reuniam-se em festas, assembleias e eleições. Para ajuda mútua, criaram estratégias de solidariedade: era compromisso de todas as irmandades prestar auxílio nas doenças, na invalidez e na morte.

Fique de olho!

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do Negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
  Em linguagem didática, o livro resume a história da escravidão no mundo, na África e na América, em especial no Brasil, até o fim da legitimidade do sistema escravista e a abolição no Brasil.

Escravos de ganho ▶ escravos que ofereciam seus serviços nas cidades, dando, ao final do dia, o valor obtido ao proprietário.

F.H. CARLS; LUIZ SCHLAPPRIZ (GRAVADOR). VISTA DO PATEO DA PENHA (MERCADO DE VERDURAS). C.1863/ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

A escravidão podia ser vista também nos espaços públicos, como nas ruas e nas praças das grandes cidades. A imagem representa o Pátio da Penha (mercado de verduras), em Recife, Pernambuco, em 1863. Os pintores, quase sempre estrangeiros, não tinham como saber se as pessoas que trabalhavam nas ruas eram escravas ou libertas (alforriadas); quase sempre eles as identificavam como escravas. Muitos trabalhadores eram escravos de ganho, realmente, mas uma grande parte era liberta e trabalhava nas mesmas atividades dos escravos, em áreas urbanas, como na venda a varejo de alimentos, lenha, piaçaba etc. Acervo Instituto Moreira Salles.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO

O Brasil africano

Leia, a seguir, um texto de Charles de Ribeyrolles, um cidadão francês que esteve no Rio de Janeiro durante o século XIX:

Gostais da África? Ide, pela manhã, ao mercado próximo do porto [do Rio de Janeiro]. Lá está ela, sentada, acocorada, ondulosa e tagarela, com o seu turbante de casimira, ou vestida de trapos, arrastando as rendas ou os andrajos. É uma curiosa e estranha galeria, onde a graça e o grotesco se misturam. Povo de Cam, debaixo da sua tenda. Há também as negras vendedoras, matronas do lugar, patrícias da manga e da banana, com o seu rosário de chaves. Essas damas mercadoras têm seus escravos que lhes arrumam as quitandas, vigiam, vendem ou vão colocar seus grandes cestos nas esquinas das ruas frequentadas, tentando a curiosidade do passante. Não acrediteis que essa aristocracia do comércio negro, que tem prerrogativas e patentes, se deixe arrastar pelas suaves e santas piedades a ponto de socorrer os pés descalços da África, seus irmãos ou irmãs. Ela é avara e implacável. Só ama e compreende o dinheiro, e os próprios portugueses a respeitam em negócios.

RIBEYROLLES, Charles de. *Brasil pitoresco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. v. 1. p. 203.

1. Explique por que o autor afirma que para se conhecer a África era suficiente ir a um mercado?
2. As "damas mercadoras", para o autor, eram avaras e implacáveis. Por quê?
3. Por que o autor denomina os demais escravos como "irmãos e irmãs" das "damas mercadoras"? As "damas mercadoras" os consideravam dessa forma?

A História no seu lugar

Os termos **negro**, **preto**, **crioulo**, **pardo** e **mulato** foram utilizados no período escravista brasileiro com sentidos diferenciados, dependendo da época e da região. Também são bem diferentes do sentido em que hoje os entendemos.

Faça uma pesquisa sobre o que esses termos significavam na época da escravidão e qual é o sentido que possuem hoje, na região em que você vive.

Alguns são considerados ofensivos? Justifique sua resposta.

A população escrava no Brasil

Enquanto durou o tráfico, escravos crioulos (como eram chamados os nascidos no Brasil) eram minoria nas áreas mais dinâmicas da economia. Como aprendiam o português desde pequenos e conheciam as normas do cativeiro, eram, segundo alguns autores, preferidos como escravos domésticos. Além disso, uma quantidade significativa de crianças nascia da relação entre homens livres e mulheres escravas. Quando isso acontecia, essas crianças eram também escravas, porque em termos legais a escravidão seguia o ventre, ou seja, dependia da condição da mãe, e não da do pai. Centenas dessas crianças foram libertadas, engrossando o contingente de população livre mestiça do Brasil. A mestiçagem da população era, e ainda é, muito grande. Até hoje, a miscigenação entre pessoas de diversas origens étnicas é uma das características do povo brasileiro.

A ampla oferta de escravos na primeira metade do século XIX permitiu que os fazendeiros do café reunissem uma mão de obra muito mais numerosa do que a dos senhores de engenho. Muitos fazendeiros do café possuíam centenas de cativos – raros senhores de engenho tinham mais de cem.

O fim do tráfico africano de escravos, em 1850, fez com que o preço do cativo aumentasse, resultando na concentração da propriedade escrava nas mãos de poucos que tinham condições de os comprar. Por outro lado, provocou a crioulização da população escrava, ou seja, aumentou o número de cativos nascidos no Brasil em relação ao de nascidos na África. A partir desse momento, o termo "escravo de nação" começou a designar aqueles nascidos na África, cada vez em menor número. No final do século XIX, esses últimos passaram a ser chamados genericamente de africanos.

Abolição da escravidão no Brasil, pela princesa Isabel, que regia o trono na ausência de seu pai, d. Pedro II.

1888

BENJAMIN ROBERT MULOCK, C. 1860.

Cais das Amarras, na cidade de Salvador, Bahia, c. 1860. Nos casarios se instalavam as principais casas comerciais baianas desse período. Nesse bairro portuário reunia-se a maioria dos cantos, onde os escravos de ganho e os libertos esperavam fregueses para contratar seus serviços. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

3 Combate ao tráfico negreiro pelo Atlântico

Utilizando muitos argumentos sobre a crueldade e a desumanidade do regime escravista, os ingleses centraram esforços para abolir o tráfico negreiro realizado por seu principal aliado, Portugal.

Em 1807, a Inglaterra proibiu o tráfico em suas possessões coloniais na América e tomou como questão de Estado a repressão a todo tráfico negreiro.

Nos tratados estabelecidos com Portugal em 1810, foram delimitadas as áreas, na África, de onde ainda se poderiam resgatar escravos. Em 1815, no Congresso de Viena, foi decidido que não poderia mais haver tráfico ao norte da linha do Equador.

Razões inglesas

Os motivos que levaram os ingleses a repudiar tão duramente o tráfico de escravos são difíceis de desvendar. Afinal, durante muito tempo foram traficantes negreiros poderosos. O certo é que os ingleses combateram o tráfico durante toda a primeira metade do século XIX. A condenação moral ao tráfico e à própria escravidão só cresceu ao longo desse período.

No início do século XIX, a Inglaterra era um país de industrialização recente e crescente. A opinião pública britânica estava totalmente convencida da imoralidade da escravidão pelas associações abolicionistas e pelas sociedades filantrópicas.

Tinham enorme repercussão os discursos de parlamentares antiescravistas. No Parlamento, a luta contra o tráfico de escravos, além de motivada por razões éticas e religiosas, integrava a agenda política dos liberais contra o predomínio dos conservadores – agenda que, aliás, não tardou em incluir a defesa dos direitos dos operários.

Ao longo do século XIX, a condenação moral ao tráfico e à escravidão ganhou um poderoso aliado: os interesses dos capitalistas britânicos em expandir-se pelo mundo. Para fortalecer sua economia, os vultosos capitais envolvidos no tráfico entre Brasil e Angola, por exemplo, deviam se deslocar para outros empreendimentos, a exemplo das ferrovias que a Inglaterra oferecia ao mundo.

CONVERSA DE HISTORIADOR

Os interesses do abolicionismo britânico

Alguns historiadores sugerem que o empenho britânico em abolir o tráfico de escravos para o Brasil tinha por objetivo proteger o açúcar das colônias britânicas das Antilhas. Afinal, o açúcar brasileiro produzido por mão de obra escrava seria mais barato. Também afirmam que os escravos não eram mercado consumidor dos produtos britânicos, daí o empenho em acabar com o tráfico e com a própria escravidão, de modo a introduzir mão de obra assalariada.

Nenhuma dessas explicações foi confirmada. Primeiro, havia os que consideravam a mão de obra assalariada mais rentável do que a escrava. Segundo, nem escravos nem assalariados rurais se constituiriam em mercado consumidor dos caros produtos britânicos.

Independentemente dessas constatações, esse tipo de explicação reduz o grande debate britânico sobre a defesa da abolição a interesses estritamente econômicos, o que não deixa de ser uma simplificação pouco adequada para entender as situações históricas.

Em resumo, as razões para tal empenho britânico podem ser encontradas na industrialização crescente do país, nas primeiras décadas do século XIX; no sucesso da campanha abolicionista baseada na defesa da liberdade; na disputa entre liberais e conservadores, justamente na época em que a questão operária na Grã-Bretanha ganhava importância.

Nesta imagem (1791), publicada na Inglaterra por James Gilbray, um senhor joga uma escrava em um tacho fervendo com caldo de cana-de-açúcar. Outras caricaturas do mesmo autor funcionaram como propaganda antiescravista. New College, Universidade de Oxford, Oxford, Grã-Bretanha.

- Desde o século XVIII, intelectuais como os franceses Jean-Jacques Rousseau e François Quesnay, o estadunidense Benjamin Franklin e o escocês Adam Smith mostravam repúdio à escravidão. Em 1807, a campanha parlamentar contra o comércio britânico de escravos conseguiu, após vinte anos, a aprovação da lei que proibiu o tráfico atlântico de escravos. A abolição da escravidão só foi aprovada em 1834. Com base nessas informações, no texto desta seção e no que você aprendeu no capítulo, responda: que relações podemos estabelecer entre o movimento abolicionista britânico, os interesses econômicos desse país e a ilustração?

Escravidão e independência

Para reconhecer a independência do Brasil, a Grã-Bretanha estipulou como condição a ratificação dos tratados de 1810 e de demais acordos de restrição ao tráfico negreiro. O governo brasileiro aceitou todas as exigências em 1827, prometendo que em três anos aboliria o tráfico. D. Pedro I cedeu porque o Brasil precisava do reconhecimento britânico, embora soubesse que isso lhe traria problemas. Porém, boa parte da sociedade brasileira era contrária ao fim do tráfico, pois estava direta ou indiretamente envolvida com a escravidão. A classe senhorial e mercantil, em especial, temia que a produção entrasse em colapso.

D. Pedro I abdicou do trono em 1831, já depois de expirado o prazo dado pela Grã-Bretanha para extinguir o tráfico negreiro no Brasil. Os britânicos, mais uma vez, acionaram a diplomacia para garantir o cumprimento do acordo, forçando o Brasil a extinguir o tráfico negreiro em 7 de novembro de 1831, nos primeiros meses do governo regencial, sob pena de severos castigos aos infratores, fossem traficantes, transportadores ou compradores de escravos.

De nada valeram as ameaças. O tráfico continuou, mesmo na ilegalidade. O contrabando foi acobertado por todos, desde os diretamente envolvidos no negócio até os incumbidos de fiscalizá-lo. Os africanos, que antes entravam abertamente pelos portos, passaram a ser desembarcados clandestinamente em praias isoladas. Nos raros casos em que os navios foram capturados, os acusados acabaram absolvidos. Com o tempo, e constatando que não havia fiscalização ou punição, houve desembarques até nos grandes portos. A lei de 1831 foi apelidada, com razão, de "lei para inglês ver".

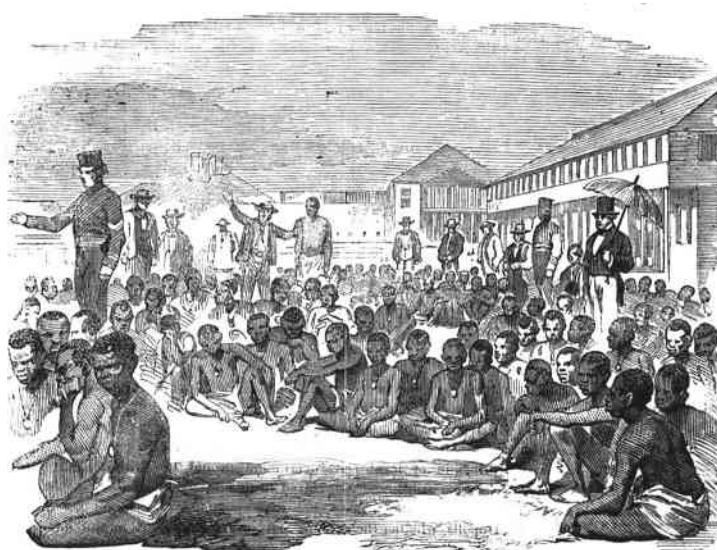
É certo que muitos, no Brasil, estavam convencidos de que o tráfico e a própria escravidão eram moralmente condenáveis, em especial os homens de formação liberal e ilustrada. Mas, naquele momento, consideravam impossível abolir o tráfico, quanto mais a escravidão, sob o risco de arruinar a economia agroexportadora do país. A posição assumida por José Bonifácio, o "patriarca da Independência", era um bom exemplo desse dilema: declarava que a escravidão era um mal necessário à economia brasileira, mas que devia ser extirpado de maneira lenta e gradual.

O fim do tráfico no Brasil

Embora ilegal, o tráfico de escravos continuou a todo vapor. Os britânicos pouco podiam fazer: limitavam-se a capturar navios negreiros no Atlântico, em águas internacionais.

Mudaram-se os portos de embarque de escravos, criando-se novos pontos ao norte e ao sul de Luanda, onde ficava o porto mais concorrido durante o período de legalidade do tráfico em Angola. Navios de guerra ingleses e franceses patrulhavam a costa africana, em particular em torno de Luanda.

Em 1845, acabou o prazo fixado pelo acordo de 1826 entre Brasil e Grã-Bretanha que permitia o patrulhamento inglês de navios brasileiros. Os traficantes brasileiros se julgaram, então, livres dessa ameaça.

Na imagem, os 370 sobreviventes dos cerca de 500 escravos que estavam a bordo do navio Zeldina, em 1857, capturado pela marinha britânica perto de Cuba. Os escravos vinham de Cabinda, porto de Angola. Gravura publicada no *The Illustrated London News*, em 20 de junho de 1857. Universidade da Virgínia, Charlottesville, Estados Unidos.

AUTORIA DESCONHECIDA. C. 1857.

Nesse mesmo ano, foi aprovado um projeto no parlamento britânico – submetido pelo ministro de assuntos estrangeiros, lorde Aberdeen – que considerava o tráfico um ato de pirataria, passível de ser julgado como crime a ser reprimido por qualquer nação, independentemente de acordo internacional. A aprovação desse projeto provocou verdadeiro pânico entre os brasileiros envolvidos com o tráfico, ao transferir à Justiça britânica o direito de julgar os infratores. Para alguns, tal intromissão era uma “ofensa à soberania e à independência da nação brasileira”.

OUTRA DIMENSÃO **PERSONAGEM**

Um muçulmano escravizado escreve suas memórias

A autobiografia de Mahommah Gardo Baquaqua é um documento raro. Foi um dos poucos homens que deixou registro escrito de sua vida como escravo e de como se libertou.

Nessas memórias, declara ter nascido na cidade de Djougou, interior do Benin, importante mercado de escravos na África ocidental. Em 1845, capturado pelo exército Ashanti, foi vendido a traficantes brasileiros. Chegou a Pernambuco, onde foi batizado com o nome de José e vendido a um padeiro, que o descrevia como um "patife com feições humanas". Segundo seu relato, depois de muitas surras e chicotadas, tornou-se insubordinado e fujão, além de sempre andar embriagado. Pensou em matar seu senhor, e uma vez tentou o suicídio. O padeiro, descontente, vendeu-o a um traficante que o enviou ao Rio de Janeiro, onde foi comprado por um comandante de navio mercante.

Fez várias viagens com seu novo senhor, sempre relatando as pancadas e as chicotadas que recebia. Em 1847, chegou a Nova York, nos Estados Unidos, em um navio carregado de café. Acreditou que, como ia para uma terra onde não havia escravidão, seria declarado imediatamente livre. Membros de uma sociedade abolicionista norte-americana acusaram a existência de escravos ilegais no navio e entraram com um processo contra o comandante. Os escravos ficaram presos, mas acabaram por fugir com a ajuda dos abolicionistas.

Como fugitivo, foi para Boston e, depois, para o Haiti, onde a escravidão fora abolida décadas antes. Ali se converteu ao protestantismo e permaneceu por dois anos. Não se adaptou. Retornou a Nova York e ingressou como estudante no Central College, em 1850, com o nome muçulmano de Mahommah Gardo Baquaqua. Sofreu com o racismo na universidade estadunidense e acabou no Canadá, onde se naturalizou cidadão canadense. É provável que tenha escrito sua autobiografia, publicada em 1854, nessa nova etapa de seu exílio.

Tentou voltar para a África várias vezes, mas não conseguiu. Sua trajetória é exemplo de pessoas traficadas para o Brasil que tiveram como sonho retornar a sua terra de origem.

BIBLIOTECA DO CONGRESSO, WASHINGTON D.C., ESTADOS UNIDOS

Página de rosto do livro de Mahommah Gardo Baquaqua, publicado em 1854, pelo editor Samuel Moore, em Detroit, Estados Unidos. Suspeita-se que muitas passagens podem ter sido acrescentadas ou modificadas, atendendo aos interesses missionários e abolicionistas do editor. Biblioteca do Congresso, Washington, D.C. Estados Unidos.

- Identifique em um mapa a localização do golfo do Benin, na África. Em seguida, mensure a distância em relação à linha do Equador. Depois, responda: a comercialização de Baquaqua para negociantes brasileiros estava legalizada pelas leis do Brasil? Justifique.

Lei Eusébio de Queiroz

Em 1850 o Parlamento britânico decidiu aumentar a repressão ao tráfico atlântico de escravos – dessa vez, de maneira violenta, perseguindo e capturando navios brasileiros suspeitos de carregar escravos, mesmo em águas territoriais brasileiras. Entre a opção de declarar guerra contra os britânicos ou abolir o tráfico, o ministério conservador, liderado por Eusébio de Queiroz, preferiu aprovar, em 4 de setembro de 1850, a lei que extinguiu de vez o tráfico de escravos africanos para o Brasil, prevendo castigos severos para os infratores e a apreensão das pessoas traficadas ilegalmente.

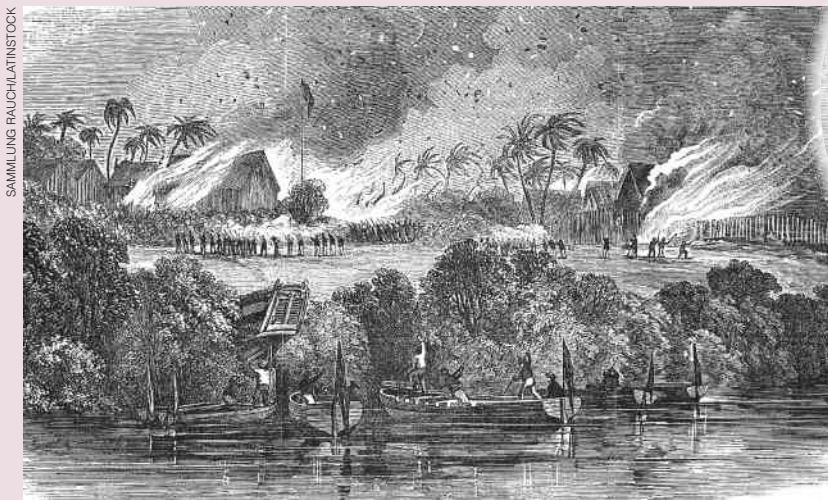
Porém, somente os africanos traficados depois dessa lei foram considerados ilegais, o que legitimava a escravidão dos desembarcados e negociados entre 1831 e 1850. Eusébio de Queiroz satisfazia, assim, aos britânicos e aos proprietários brasileiros, sobretudo aos "barões do café". A Lei de 1850 ficou conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, em homenagem a seu autor. Estima-se que apenas entre 1831 e 1850 entraram mais de um milhão de escravos no Brasil.

Houve desembarques ilegais por mais cerca de cinco anos, mas, dessa vez, as autoridades brasileiras foram inflexíveis, punindo os envolvidos. O tráfico foi extinto.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Fim do tráfico atlântico?

SAMMLUNG RAUCH/LATINSTOCK

Membros da marinha britânica queimam, em 1850, um depósito de escravos, no território de Kionga, ao norte de Moçambique. Publicado em *The Illustrated London News* (janeiro de 1851), v. 18, p. 44. Coleção particular.

Tripulantes de um navio de guerra inglês capturam um navio negreiro na região costeira de Angola. Gravura em madeira, de 1845, de autoria desconhecida. Coleção particular.

Localize, em um mapa atual, Moçambique e Angola. Em seguida, observe as duas imagens acima e responda às questões:

1. O que as imagens têm em comum, em termos históricos?
2. O que esses países tinham em comum, em relação à Grã-Bretanha, na época da criação dessas imagens?
3. Pesquise quais são as atuais línguas oficiais de Moçambique e de Angola. Por que elas são semelhantes?

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. Justifique a afirmação: O sentimento antibritânico no Brasil chegou ao auge em 1850.
2. Como se originou a expressão "para inglês ver", usada até hoje?
3. Os capitalistas ingleses apoiaram a luta contra o tráfico negreiro no Parlamento britânico. Que interesse principal os movia?
4. Homens e mulheres trazidos à força para o Brasil eram de origens étnicas diversas, mas eram comprados em duas amplas regiões da África. Que regiões eram essas e qual foi a que mais abasteceu o Brasil com mão de obra escrava?
5. Relacione a composição étnica dos escravos da Bahia com a Revolta dos Malês, ocorrida em 1835.
6. A abolição efetiva do tráfico negreiro, em 1850, provocou mudanças importantes na economia do Brasil.
   a) Cite, ao menos, duas dessas mudanças.
   b) Aplicada a Lei Eusébio de Queiroz, como os fazendeiros que montavam novas lavouras de café na região sudeste obtinham escravos?

Reflexões

O fim da legitimidade do sistema escravista

Durante séculos a escravidão foi considerada uma instituição perfeitamente legítima entre os povos do mundo.

A principal fonte de escravização foi a captura de prisioneiros nas guerras, o que, na Antiguidade Clássica, fez a glória do Império Romano.

Voltaire chegou a dizer que a escravidão é "tão antiga quanto a guerra, e a guerra tão antiga quanto a natureza humana".

Na Antiguidade, a escravidão era justificada, em geral, pelo fato de os cativos serem de origem bárbara.

No século IV a.C., o filósofo grego Aristóteles considerou a escravidão compatível com o potencial dos indivíduos:

Uns eram nascidos para mandar; outros, para obedecer.

São Tomás de Aquino retomou essa ideia no século XIII, para justificar a servidão dos camponeses medievais.

Já na época moderna, a Igreja católica usou vários argumentos para legitimar moralmente a escravidão, em especial a dos africanos. Alegava, por exemplo, que os africanos eram descendentes de Cam, filho de Noé, condenado por Deus à escravidão em razão de seus pecados.

Dizia também que a escravidão era o único meio de retirar os africanos de seu "paganismo diabólico", por meio da conversão.

No século XVIII, os iluministas passaram a defender o direito natural de todos à liberdade.

O pensamento ilustrado, assim, deu base à crítica da escravidão, em particular na América.

Iniciou-se, então, o movimento abolicionista. Daí em diante, a escravidão perdeu sua legitimidade.

Vários Estados europeus e algumas ex-colônias da América aboliram o tráfico de escravos, que passou a ser considerado prática infame no início do século XIX.

---

1. Em grupos, discutam e estabeleçam os principais motivos históricos que levaram à perda da legitimidade da escravidão no Brasil, principalmente na segunda metade do século XIX.
2. Explique a afirmação: a partir de meados do século XIX, a população escrava do Brasil "crioulizou-se". Justifique sua resposta.

Vamos testar?

1. (Enem-2009)

O tráfico de escravos em direção à Bahia pode ser dividido em quatro períodos:

1º O ciclo da Guiné durante a segunda metade do século XVI;

2º O ciclo de Angola e do Congo no século XVII;

3º O ciclo da Costa da Mina durante os três primeiros quartos do século XVIII;

4º O ciclo da Baía de Benin entre 1770 e 1850, estando incluído aí o período do tráfico clandestino.

A chegada dos daomeanos (jejes) ocorreu nos dois últimos períodos. A dos nagô-iorubás corresponde, sobretudo, ao último. A forte predominância dos iorubás na Bahia, de seus usos e costumes, seria explicável pela vinda maciça desse povo no último dos ciclos.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos:* dos séculos XVII a XIX. Tradução de Tasso Gadzanis. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 9. (com adaptações).

Os diferentes ciclos do tráfico de escravos da costa africana para a Bahia, no Brasil, indicam que:

a) o início da escravidão no Brasil data do século XVI, quando foram trazidos para o Nordeste os chamados "negros da Guiné", especialistas na extração de ouro.

b) a diversidade das origens e dos costumes de cada nação africana é impossível de ser identificada, uma vez que a escravidão moldou os grupos envolvidos em um processo cultural comum.

c) os ciclos correspondentes a cada período do tráfico de diferentes nações africanas para a Bahia estão relacionados aos distintos portos de comercialização de escravos.

d) o tráfico de escravos jejes para a Bahia, durante o ciclo da Baía de Benin, ocorreu de forma mais intensa a partir do final do século XVII até a segunda metade do século XVIII.

e) a escravidão nessa província se estendeu do século XVI até o início do século XVIII, diferentemente do que ocorreu em outras regiões do País.

Conexões — História, Biologia e Antropologia

Abolicionismo e teorias raciais

Tanto na Europa quanto na América, constata-se que nem todos os abolicionistas eram partidários da igualdade racial. Na verdade, poucos o eram. Muitos eram partidários da ideia de poligenismo, ou seja, de que a humanidade não era una, mas formada por diferentes espécies, tendo havido mais de uma criação divina. Outros ainda acreditavam no degeneracionismo, teoria que defendia que a mestiçagem biológica gerava indivíduos malformados e inferiores. Muitos defensores dessas ideias eram abolicionistas, como o professor da Universidade de Harvard, Louis Agassiz.

Agassiz visitou o Brasil na década de 1860, e o relato dessa viagem foi publicado em 1868 por sua mulher, Elizabeth Agassiz. Esse autor defendeu a teoria das províncias zoológicas, ou seja, a de que cada raça tinha uma área geográfica e climática adequada. Para ele e seu grupo de intelectuais nortistas, a raça negra havia sido criada para ocupar os trópicos, e por isso seriam totalmente inadequados para a sobrevivência e o trabalho em clima temperado, como conseguia a raça branca. Em cartas a seus colegas, durante a permanência no Brasil, propôs que seria possível transferir os negros estadunidenses para a Amazônia brasileira, região que visitou com especial interesse. O plano não deu certo, e os afrodescendentes permaneceram nos Estados Unidos.

Agassiz foi um dos principais ideólogos das teorias racistas: nada de igualdade entre as pessoas, nada de direito ao voto, nada de cidadania e nada de convivência entre as raças. Ele era um abolicionista defensor da segregação.

1. Faça uma reflexão livre sobre o racismo nos EUA, comparando-o com o racismo no Brasil.
2. A separação da humanidade em raças é uma construção social, e o termo "raça" até hoje é utilizado. Como as Ciências Humanas consideram hoje a questão das raças?

Capítulo

12 Apogeu e crise da economia escravista

PAUL HARRO-HARRING. C. 1840/ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES.

Cenas como essa – negros carregando sacas de café – passaram a ser comuns nos dois principais portos: o do Rio de Janeiro e o de Santos, na província de São Paulo. Foi o trabalho do negro escravizado que permitiu ao Brasil se tornar o principal exportador de café do mundo no século XIX. *Cena da rua Direita*, pintura do artista dinamarquês Paul Harro-Harring, c. 1840.

Puxando pela memória

No Brasil colonial, a composição étnica da população incluía africanos escravizados e seus filhos nascidos na colônia, indígenas de vários povos, portugueses e seus descendentes, e sobretudo uma variada gama de mestiços.

Hoje, nossa população apresenta um mosaico populacional ainda mais diversificado. Você sabe por quê?

No final do século XVIII, o açúcar predominava como principal produto de exportação do Brasil. Nunca se deixou de produzir açúcar, nem sua exportação diminuiu, mas, no século XIX, um produto ainda mais rentável tomou seu lugar no valor das exportações: o café.

O café enriqueceu e enobreceu seus produtores, devorando vorazmente terras e pessoas para aumentar seus rendimentos. É o que vamos estudar neste capítulo.

1 Expansão da cafeicultura escravista

O açúcar reinou absoluto em todo o período colonial do Brasil. Era produzido em um sistema denomidado grande lavoura ou *plantation:* propriedade agrícola com mão de obra escrava cuja produção era direcionada para o mercado externo. O senhor de engenho – proprietário de terras e escravos – ocupava a posição mais elevada da hierarquia social da colônia.

Esse quadro começou a mudar no final do século XVIII, quando o café apareceu como um novo hábito de consumo dos europeus. A França inaugurou, ainda no século XVII, cafeterias para a venda de café turco. No século seguinte, esses estabelecimentos transformaram-se em salões literários, frequentados por intelectuais e artistas, como Voltaire, Rousseau e Diderot. Foi um sucesso, embora o preço do café ainda fosse inacessível à maioria da população. As modas francesas tinham seus seguidores, e o café passou a ser consumido em praticamente todos os países europeus. Posteriormente, os Estados Unidos passaram a ser grandes consumidores da bebida.

A crescente procura pelo café fez com que novas áreas de cultivo surgissem em várias partes do mundo. Com o aumento da oferta, o preço caiu e o consumo foi ampliado. Os países europeus estimularam a produção em suas colônias, e essas regiões, depois de independentes, não ficaram atrás. Os cafezais, assim, espalharam-se rapidamente por várias áreas do Brasil e sua produção se ampliou de maneira espetacular. A partir da década de 1830, o valor do café ultrapassou o do açúcar na pauta da exportação do Brasil. Ainda hoje o Brasil é o maior exportador de café do mundo.

Café Tortoni, em Paris, fundado em final do século XVIII. No século seguinte, tornou-se famoso e frequentado por diversos artistas, sendo referido, inclusive, em romances franceses, como os de Honoré de Balzac. Cafés como esse, espalhados por toda a Europa, foram fundamentais para divulgar o consumo da bebida. *Le café Tortoni*, gravura colorida de Eugène Charles François Guérard, século XIX. Museu da Cidade de Paris, Museu Carnavalet, Paris, França.

EUGENE CHARLES FRANÇOIS GUERARD. BULEVAR DOS ITALIANOS. 1856.

Sobre o sistema de sesmaria, ver capítulo 18 do volume 1 desta coleção.

O café do vale

A lavoura de café precisa de solo adequado e clima favorável, condições que existiam no vale do Paraíba, localizado nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os municípios fluminenses de Vassouras, São João Marcos, Resende, Valença, Paraíba do Sul e Cantagalo se cobriram de cafezais. Na parte paulista, destacaram-se, inicialmente, os municípios de Areias e Guaratinguetá, depois Lorena, Taubaté, Jacareí e Mogi das Cruzes.

No início do século XIX, o vale do Paraíba era uma região de passagem entre Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – os chamados "caminhos do ouro" –, parcialmente ocupada por vários povos indígenas e por sítios de produção de alimentos, muitos deles conhecidos como ranchos ou pousos, que abasteciam de feijão, milho e mandioca os viajantes e suas tropas. Também enviavam parte da produção para o consumo da cidade do Rio de Janeiro. Esses produtores eram, em grande parte, posseiros, que não tinham o título legal das terras que ocupavam.

Rancho ▸ casa de sitiante com lavoura e alimentos para viajantes.

Pouso ▸ lugar coberto para repouso de viajantes e pasto para animais.

Desde a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, as terras do vale do Paraíba fluminense foram concedidas aos novos produtores cafeeiros pelo sistema de sesmaria. Muitos comerciantes e personagens da burocracia portuguesa do Rio de Janeiro foram beneficiados com as concessões, assim como produtores e comerciantes de Minas Gerais, que para lá se dirigiram, todos solicitando porções de terras.

Detendo o título legal da propriedade da terra – a sesmaria –, esses novos cafeicultores investiram contra os antigos posseiros. Para tanto, solicitavam a demarcação judicial dos limites de suas novas terras, onde muitas vezes já havia pequenos lavradores. As disputas judiciais foram frequentes, na maior parte das vezes com a vitória dos novos proprietários. Grupos indígenas que lá estavam foram expulsos. Formaram-se, dessa maneira, grandes unidades cafeicultoras destinadas à exportação.

A mão de obra ficou por conta de milhares de escravos, vindos do tráfico atlântico, conforme vimos no capítulo anterior. Era, portanto, uma agricultura extensiva, que consumia vorazmente terras e trabalhadores escravos.

Vista da cidade de Vassouras, um dos principais centros cafeeiros escravistas do vale do rio Paraíba. Fotografia de Victor Frond, 1859, que está localizada na Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

VICTOR FROND E EUGÈNE CICÉRI (GRAV.). VASSOURAS. C. 1858-1861.

Professor, o Estatuto do Índio, lei brasileira que regula a relação entre os povos indígenas e o Estado, ainda prevê alguma forma de assimilação dos povos indígenas. Problematize o texto da lei atual em relação à forma como se referiam aos indígenas no século XIX.

"Art. 1º Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional."

BRASIL. Estatuto do Índio. Lei nº 6.001/73. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

CONVERSA DE HISTORIADOR

Indígenas do Brasil

Legalmente, desde o Diretório pombalino de 1755, a escravidão indígena estava proibida, mas os indígenas eram explorados sob várias formas de servidão. Após a independência, uma "política civilizatória" planejava integrar os indígenas ao mercado de trabalho.

Em 1845, foi aprovado o Regulamento das Missões, herdeiro do Diretório Pombalino de 1755, que previa o aldeamento dos indígenas como transição para sua "completa assimilação". Nas regiões onde a presença indígena era maior, como no Amazonas e no Maranhão, foram criados internatos para os meninos, com o intuito de transformar "selvagens brutos em cidadãos polidos".

As famílias locais, entretanto, consideravam que levá-los à caça e à pesca era a verdadeira escola. O governo percebeu que só educando as crianças longe da família é que poderia impor-lhes novos hábitos. Porém, não tiveram grande resultado.

Enquanto na esfera política os indígenas eram considerados "selvagens" e "brutos", nos meios letrados eles ganhavam cada vez mais espaço. Acompanhando o romantismo de origem europeia na literatura, o indígena foi cultuado como o primeiro habitante do Brasil, início da história do país. Mas era um indígena idealizado, romântico, "amigo" e "parceiro" dos brancos. Não era um indígena real.

A figura do indígena ganhou grande espaço em novelas, romances, óperas e pinturas do século XIX. Entre várias representações, destacam-se os romances de José de Alencar, como *Iracema* e *O Guarani*; os poemas de Gonçalves Dias (*Os Timbiras*, por exemplo); a ópera de Carlos Gomes, *O guarani*; e a pintura *O último tamoio*, de Rodolfo Amoedo.

Ao mesmo tempo, apesar da idealização e da romantização dos indígenas, ocorridas principalmente no Rio de Janeiro, nas regiões de fronteira do Brasil, como no Amazonas, onde eles ainda eram numerosos, continuavam a ser escravizados clandestinamente, além de terem suas terras expropriadas paulatina e constantemente, terras que foram a eles atribuídas durante o sistema de sesmaria do período colonial.

DIOCESE DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Aula no internato de Taracuá, rio Uapés, Alto Rio Negro, em 1914. As tentativas do governo federal de transformar as diversas culturas indígenas de acordo com a sociedade ocidental permaneceram pelo século XX adentro. Fotografia da Diocese de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.

- Formem grupos, discutam e apresentem para a turma suas conclusões sobre:
  - **a)** o tipo de educação mais adequado para as crianças indígenas: educação formal, nos moldes ocidentais, ou a educação de suas comunidades de origem.
  - **b)** objetivos dos governantes em "civilizar" os indígenas.
  - **c)** como pode ser avaliada a atribuição de tantas qualidades aos indígenas pela literatura, pela música e pela pintura românticas do Brasil, levando-se em conta a pouca importância dada a suas culturas pela política imperial.

2 Cafeicultura e concentração da riqueza

Ao contrário da cana-de-açúcar, que pode ser replantada por vários anos, sem descanso, os cafezais esgotavam os nutrientes da terra. O cafeeiro demora cerca de quatro anos para dar os primeiros frutos. Durante 20 a 30 anos, apresenta alta produtividade. Depois desse tempo, fica velho, dando cada vez menos frutos, tornando-se improdutivo. Mesmo retirando-se os arbustos, a terra permanecia desgastada: nada nascia nela, a não ser capim. Os cafezais, portanto, não podiam ser replantados no mesmo solo.

Tratava-se de uma lavoura que necessitava de muitas terras virgens para se expandir. Era comum que os cafeicultores tivessem cafezais de várias idades e abandonassem os mais velhos. Por esse motivo, os proprietários tentavam conseguir a maior extensão possível de terras, como reserva para novos cafezais.

O regime de sesmaria foi abolido por d. Pedro I durante o processo de independência, em 1822, e nenhuma legislação foi criada para regulamentar o acesso à terra até 1850, quando foi promulgada a Lei de Terras. A única forma de se ter acesso à terra era a ocupação pura e simples, de que se beneficiaram os maiores e mais poderosos cafeicultores do vale do Paraíba. Sem as restrições dos limites e da burocracia do sistema de sesmaria, puderam incorporar enormes áreas para novas plantações. Pequenos lavradores não podiam competir com os poderosos cafeicultores na disputa pela posse da terra. Essa decisão estava de acordo com o interesse do Estado Imperial em estimular o aumento da produção cafeeira para exportação, pois ampliava sua arrecadação fiscal.

A década de 1860 registrou o auge da produção do café do vale do Paraíba fluminense. A partir daí, os cafezais foram envelhecendo e as terras virgens aptas a novos plantios diminuíram. Mas a produção continuou aumentando na parte paulista do vale, que tomou a frente do Rio de Janeiro como a maior produtora de café.

Da década de 1830 até a de 1880, o café produzido no vale do Paraíba fluminense e paulista foi o responsável pela maior parte das riquezas do Império. Os proprietários substituíram em poder e prestígio o "senhor de engenho". Formou-se uma nova aristocracia rural: foi a época dos "barões do café". Cunhou-se, então, a expressão "O Brasil é o vale".

A mão de obra escrava estava presente em todas as etapas da produção do café. Na fotografia de Marc Ferrez, de cerca de 1885, escravos são mostrados voltando da colheita e espalhando os grãos para a secagem no terreiro. Era comum crianças acompanharem os pais tanto na colheita, ajudando a colher o café dos galhos mais baixos dos arbustos, quanto na secagem, como se vê na fotografia que está localizada no Instituto Moreira Salles, na cidade de São Paulo.

MARC FERREZ. C. 1885/ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

Revolta de Ibicaba, liderada pelo colono suíço Thomas Davatz.

1856

O CAFÉ NO VALE DO PARAÍBA (SÉCULO XIX)

Fonte: CALDINI, Vera; ÍSOLA, Leda. *Atlas geográfico Saraiva*. São Paulo: Saraiva, 2009.

A História no seu lugar

No município onde você vive, ocorrem ou já ocorreram conflitos pela propriedade da terra? Pesquise.

CONVERSA DE HISTORIADOR

A Lei de Terras e a política imigrantista

Em 18 de setembro de 1850, 14 dias após a votação da Lei Eusébio de Queiroz, que aboliu o tráfico negreiro, foi promulgada a Lei de Terras. A lei determinava que a ocupação de terras públicas – **devolutas**, sem cultivo – só poderia ocorrer, dali em diante, por meio da compra, em **hasta pública**, do Estado. As terras doadas em sesmarias e as posses sem títulos legais seriam legalizadas por meio dos Registros Paroquiais de Terras, desde que se comprovasse estarem cultivadas e não com simples roçados.

Historiadores interpretaram essa determinação do pagamento pela terra devoluta como uma estratégia do Estado para dificultar a ocupação de terras por parte de trabalhadores livres, principalmente imigrantes.

Caso a terra fosse livre, ou seja, passível de ser ocupada pela simples posse, os imigrantes poderiam se tornar pequenos lavradores com mão de obra familiar e não se submeter ao trabalho para o grande produtor. Precisando pagar pela terra, eles teriam de trabalhar para os grandes produtores, para que conseguissem juntar dinheiro suficiente para comprar sua própria terra. Segundo expressão consagrada do sociólogo José de Souza Martins, substituía-se o cativeiro do trabalhador pelo cativeiro da terra.

A regulamentação da Lei de Terras ocorreu em 30 de janeiro de 1854, com a obrigatoriedade de cadastramento de todas as terras ocupadas por meio do Registro Paroquial de Terras, então realizado em todo o Império entre 1855 e 1860. Os conflitos, entretanto, estavam longe de cessar. As lutas pelas demarcações dos limites das terras registradas eram frequentes assim como têm sido nos dias de hoje.

Hasta pública ▸ leilão.

Terra devoluta ▸ área sem proprietário particular, sem cultivos; terras públicas, do Estado.

- Explique, com suas palavras, o significado da expressão: "cativeiro da terra".

As novas terras do café

A marcha do café, entretanto, não parou. Na segunda metade do século XIX, novas fazendas foram instaladas no Oeste Paulista, onde existia a fertilíssima "terra roxa", e no final do século a região superou todas as outras em produtividade. O chamado Oeste Paulista se estendia, em leque, a partir da cidade de Campinas, em direção às atuais cidades de Rio Claro, Bauru e Ribeirão Preto. Todas foram grandes centros cafeicultores.

Congada. Grupo de escravos reunidos em uma fazenda na província de Minas Gerais, 1876, uma das manifestações culturais frequentes nas zonas rurais do Brasil até os dias de hoje. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

RUI SANTOS 1876.

Os cafezais também chegaram a Minas Gerais e ao Espírito Santo, mas nenhuma área foi mais rica e rentável do que a do Oeste Paulista.

Essa nova onda de ocupação teve características bem diferentes daquelas que marcaram a do vale do Paraíba: ocorreu depois do fim do tráfico atlântico de escravos e da Lei de Terras, em áreas ainda pouco exploradas, sem vias de comunicação, com algumas exceções, como Campinas (que conheceu um surto açucareiro na segunda metade do século XVIII). Isso estimulou a construção de ferrovias na província de São Paulo, que, em fins do século XIX, era uma das mais bem servidas pela rede ferroviária no país.

3 O problema da mão de obra: imigrantismo

A proibição definitiva do tráfico atlântico de escravos, em 1850, gerou o tráfico inter e intraprovincial: proprietários de áreas menos dinâmicas e pequenos senhores escravistas passaram a vender seus escravos para os grandes cafeicultores, por preços muito altos.

A expansão do Oeste Paulista, portanto, ocorreu num momento bem diferente da cafeicultura do Vale: com escravos crioulos (nascidos no Brasil), em vez de originados da África, e a existência de um mercado de terras, em substituição à ocupação pacífica. Mas a rentabilidade do café justificava esses grandes investimentos, maiores do que quando o escravo vinha do tráfico e a terra era ocupada sem ônus.

MARC FERREZ. C.1882.

Alguns fotógrafos registraram situações cotidianas de escravos trabalhando nas fazendas de café das províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nesta imagem de Marc Ferrez, c. 1882, grupos de mulheres e homens colhem café em propriedade no Rio de Janeiro. Acervo Instituto Moreira Salles.

Os projetos de imigração

A mão de obra que seria utilizada na lavoura cafeeira tornou-se a principal preocupação de todos os envolvidos, fossem produtores ou membros do governo, desde a década de 1830. As pressões inglesas para abolir o tráfico deixavam clara a necessidade de buscar uma opção para substituir os escravos.

Uma das principais experiências foi a das colônias de parceria, mais conhecida pelo retumbante fracasso. Na década de 1840, por iniciativa do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, centenas de imigrantes europeus foram trabalhar nas lavouras cafeeiras do Oeste Paulista.

A experiência de trazer imigrantes para o país não era nova. Fora esboçada pelo Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII, e muito estimulada nos governos de d. João VI e de d. Pedro I. A intenção era ocupar áreas de conflito do sul do Brasil, por meio da doação de pequenos lotes para serem trabalhados com mão de obra familiar, enobrecer o trabalho manual e produzir alimentos para o mercado interno.

Colônias de parceria

Não era esse tipo de trabalhador que desejavam os cafeicultores em meados do século XIX. Eles precisavam de imigrantes que não tivessem condições de obter a propriedade da terra e, assim, fossem obrigados a trabalhar na grande lavoura.

O senador Vergueiro propôs uma situação de transição: os imigrantes deveriam trabalhar na grande lavoura, preparando-se para assumir a condição de pequenos proprietários futuramente. Reconhecia-se, dessa maneira, o sonho dos imigrantes de ter sua própria terra. As **colônias de parceria** seriam, em seu projeto, os "viveiros ou escolas normais agrícolas", onde os colonos se adaptariam ao clima e aos costumes locais, aprenderiam as técnicas usadas e se mesclariam com a população, por meio do casamento. Só então estariam aptos a comprar terras com recursos de seu trabalho.

O senador obteve permissão para trazer, na década de 1840, famílias de imigrantes para trabalhar em sua fazenda de Ibicaba, no atual município de Limeira, na então província de São Paulo. A firma Vergueiro & Cia., que também tinha por objetivo fornecer imigrantes a outros fazendeiros, conseguiu até mesmo um empréstimo sem juros, junto ao governo, para cobrir as despesas com o transporte dos trabalhadores.

No contrato, os imigrantes teriam custeadas as passagens, a hospedagem e a instalação na fazenda. Mas esses valores funcionariam como um empréstimo, com juros de 6% ao ano. Ou seja, a viagem e a manutenção dos imigrantes e de suas famílias deveriam ser pagas por eles próprios.

Cada família de imigrante era responsável por um certo número de pés de café, sendo permitido plantar lavouras de alimentos, como milho e feijão, para sua subsistência e venda eventual do excedente. O lucro com o café colhido seria dividido igualmente entre colonos e fazendeiros, descontando o custo do transporte, os impostos e as comissões, que deveriam ser pagos pelos trabalhadores. No final, os colonos recebiam bem menos que os proprietários.

Transporte de sacas de café em carroças, no final do século XIX, em fazenda de café do Oeste Paulista. A mão de obra de imigrantes tomou o lugar dos antigos escravos. Coleção particular.

J. MARQUES PEREIRA. S/D.

A experiência fracassa

Vergueiro já contava com centenas de famílias de colonos em sua fazenda de Ibicaba, em 1847, e já havia repassado grande número de famílias para outros fazendeiros. Mas conservou na sua fazenda de Ibicaba cerca de 250 escravos para lidar com o café. Em meados de 1850, já existiam na província de São Paulo mais de 60 colônias de parceria, e Vergueiro, otimista, informava que tinha condições de trazer cerca de 10 mil imigrantes por ano.

A experiência, entretanto, não demorou a desandar. Os contratos se mostraram, com o tempo, muito desvantajosos aos colonos. Eram descontadas dos imigrantes até as comissões dos agentes europeus que os recrutavam, além de despesas com o transporte do porto de desembarque até as fazendas do interior.

A divisão dos lucros entre colonos e fazendeiros, em princípio fixada em 50% para cada parte, também costumava não ser cumprida. Os proprietários descontavam do colono o peso do café perdido após a secagem, de modo que a tal "parceria" rendia mais de 60% para os fazendeiros.

Houve também problemas de convivência. Os colonos eram obrigados contratualmente a seguir certos regulamentos; tinham, por exemplo, de obter a permissão do fazendeiro para se ausentar da fazenda ou receber convidados. Também podiam ser punidos por embriaguez ou vadiagem. Os juízes responsáveis para resolver os litígios eram os próprios fazendeiros da região, seus parentes ou aliados, que quase sempre davam ganho de causa ao proprietário, jamais aos colonos.

Acostumados a lidar com os escravos, os proprietários ou capatazes chegaram a castigar colonos. Estes eram obrigados a comprar mercadorias nas vendas dentro das fazendas, a preços elevados, de modo que, com o tempo, tornavam-se muito endividados. Além do mais, não tinham acesso aos livros de contabilidade. Tudo ficava por conta da consciência dos proprietários.

O crescimento das tensões tornou a revolta inevitável. Um grupo de imigrantes suíços elegeu o mestre-escola (professor) suíço Thomas Davatz para liderar a comissão que levaria ao senador Vergueiro, em 1856, uma lista de reivindicações dos colonos e a solicitação de abertura de uma investigação oficial para apurar irregularidades nas contas apresentadas. No encontro, bastante conturbado, Davatz foi considerado um rebelde e ficou confinado na fazenda, incomunicável.

Fotografia da fazenda de Ibicaba, do senador Vergueiro, no município de Limeira, São Paulo. Coleção particular.

AUTORIA DESCONHECIDA. C. 1941

Os imigrantes, julgando que Davatz corria risco de vida, foram logo socorrê-lo, armados com foices e enxadas, e conseguiram resgatá-lo da sede da fazenda. Vergueiro convocou de imediato as tropas da província, que foram recebidas com festa pelos colonos, julgando que os soldados vinham em seu socorro. De todo modo, o comandante das tropas, não deparando com nenhum motim, enviou um relatório favorável aos colonos para o presidente da província de São Paulo.

O malogro do sistema de parceria

O fracasso das colônias de parceria não se deveu, porém, apenas à Revolta de Ibicaba. O endividamento dos colonos fazia com que se vinculassem a um único fazendeiro por anos a fio, até saldar suas dívidas. Os fazendeiros, por sua vez, não tinham o mínimo preparo para lidar com trabalhadores livres, e os imigrantes se sentiam tratados como escravos.

O fim das colônias de parceria acarretou a ideia de que os imigrantes eram inadequados a esse trabalho; os fazendeiros os julgavam indisciplinados, desordeiros, bêbados, violentos e preguiçosos. Mas os colonos não eram os delinquentes de que se queixavam os fazendeiros. As famílias que imigraram para o Brasil eram compostas de gente pobre, saída do campo ou das cidades em busca de melhores condições de vida em uma terra distante e promissora.

Apesar do fracasso, as colônias de parceria foram importantes como experiência para o sucesso do sistema de colonato introduzido nas últimas décadas do Império e que alcançou seu apogeu durante a Primeira República. O novo sistema buscou adequar os interesses de trabalhadores imigrantes e de proprietários.

Cidades mortas, livro de Monteiro Lobato, publicado em 1919, trata justamente dos antigos municípios cafeeiros do vale do Paraíba. Seria interessante realizar um trabalho interdisciplinar com o professor de Língua Portuguesa, utilizando um dos contos da obra.

Decadência do vale

A partir de 1870, com a acelerada diminuição da oferta de escravos, os cafeicultores, principalmente os das novas fazendas de café do Oeste Paulista, passaram a pressionar o governo imperial para instaurar uma política eficaz de imigração de trabalhadores livres subvencionada pelo Estado.

A relutância de d. Pedro II em atender aos cafeicultores, em especial os que formavam novas fazendas no oeste de São Paulo, ajudou a fragilizar o Império. Esse poderoso grupo econômico passou a apoiar uma solução republicana de governo.

No final do século XIX, o aumento do preço do escravo e a diminuição da produtividade dos cafezais reduziu a importância econômica do vale do Paraíba. Pouco restava da antiga opulência da região, que se tornou um lugar de "cidades mortas", de decadentes cafezais, de esplêndidas casas rurais em ruínas e de nobres falidos. O declínio do vale e de seus cafeicultores simbolizou o próprio declínio do Império.

Fazenda Água Quente, antiga propriedade cafeicultora localizada na freguesia de Santa Rita (atual Euclidelândia), no município fluminense de Cantagalo. Foi propriedade do Barão de Nova Friburgo, o português Antônio Clemente Pinto, e, segundo seu inventário, de 1873, tinha 137 escravos. Hoje está abandonada, como pode ser visto na fotografia abaixo.

SHEILA DE CASTRO FARIA

A exportação do Brasil no século XIX

PORCENTAGEM DO VALOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS BRASILEIROS PARA EXPORTAÇÃO – SÉCULO XIX							
Anos/ Produtos	**1821-30**	**1831-40**	**1841-50**	**1851-60**	**1861-70**	**1871-80**	**1881-90**
Café	18,4	43,8	41,4	48,8	45,5	56,6	61,5
Açúcar	30,1	24,0	26,7	21,2	12,3	11,8	9,9
Algodão	20,6	10,8	7,5	6,2	18,3	9,5	4,2
Fumo	2,5	1,9	1,8	2,6	3,0	3,4	2,7
Cacau	0,5	0,6	1,0	1,0	0,9	1,2	1,6
Couro	13,6	7,9	8,5	7,2	6,0	5,6	3,2
Borracha natural	0,1	0,3	0,4	2,3	3,1	5,5	8,0
Outros	14,2	10,7	12,7	10,7	10,9	6,4	8,9

Fonte: EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

1. Em que período o açúcar foi suplantado pelo café na pauta do valor das exportações do Brasil?
2. Pesquise as demais produções e localize as principais regiões produtoras de fumo, cacau, couro e borracha natural no Brasil do século XIX.
3. Pesquise sobre o aumento da importância da borracha no final do século XIX.

4 Capitalismo em sociedade escravista: a Era Mauá

O fim do tráfico atlântico estimulou o investimento de capitais em diversas atividades econômicas – o que, de certo modo, sinalizava a entrada do país na era industrial. Começaram a ser construídas as ferrovias, o que também fazia crescer a influência do capitalismo britânico no Brasil escravista.

A primeira ferrovia foi inaugurada em 30 de abril de 1854, no Rio de Janeiro, com 14 quilômetros de extensão, ligando o porto de Estrela, na Baía da Guanabara, à raiz da serra onde se localiza a cidade de Petrópolis.

Construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí. Fotografia de Militão Augusto de Azevedo, c. 1864.

Daí em diante, as vias férreas proliferaram: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, regiões produtoras de café, foram cortadas por uma expressiva malha ferroviária. A maioria das ferrovias foi construída com empréstimos tomados na Inglaterra ou com o investimento direto de ingleses.

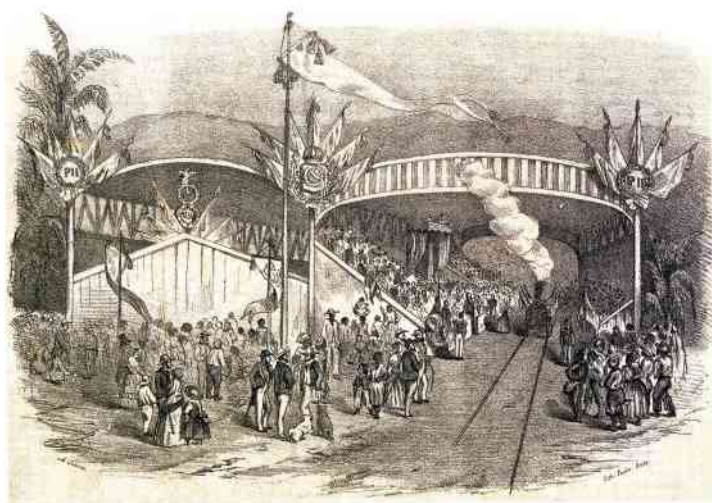
As ferrovias brasileiras favoreciam a economia cafeeira escravista, facilitando e barateando o transporte do café do interior para os portos. As províncias açucareiras do nordeste, sobretudo Pernambuco e Bahia, também entraram na era das ferrovias, mas em menor escala.

Os novos investimentos não se limitavam às ferrovias. Um pequeno trecho de telégrafo elétrico foi inaugurado em 1852; já em 1873, começou a funcionar a transmissão por cabo submarino, permitindo a comunicação entre Brasil e Europa e também entre diversas províncias. O Brasil entrava na era da informação rápida e a distância.

Um sistema de gás canalizado para iluminação pública foi inaugurado no Rio de Janeiro em 1854; quase duas décadas depois, 10 mil residências, 5 mil estabelecimentos públicos e 6 mil lampiões de rua utilizavam esse gás.

Essas mudanças no Brasil seriam impensáveis sem a atuação do empresário Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Na década de 1840, ele passou a se dedicar a vários empreendimentos. Depois de uma viagem à Inglaterra em 1846, por exemplo, adquiriu uma pequena fundição (a de Porto da Areia, em Niterói, Rio de Janeiro) e a transformou em um grande estaleiro, responsável pela construção de 70 navios em apenas uma década.

Mauá inaugurou a primeira estrada de ferro do Brasil e investiu em outras ferrovias, como a São Paulo Railway. Entre 1850 e 1860, investiu em companhia de navegação, no Amazonas; instalou companhia de gás e criou a Companhia de Carris Jardim Botânico (bondes sobre trilhos puxados por animais), no Rio de Janeiro.

Não por acaso, os anos 1850-1860 ficaram conhecidos como **Era Mauá**.

SÉBASTIEN AUGUSTE SISSON. SÉCULO XIX.

Cerimônia de inauguração da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, por Irineu Evangelista de Souza (futuro Barão de Mauá), em 30 de abril de 1854. Desenho de Sisson, em *O Brasil illustrado*. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

Uma fazenda de café do século XIX

J. J. STEINMANN. FAZENDA DE CAFÉ ENTRE MAGÉ E A SERRA DOS ÓRGÃOS, RJ. C.1832. COLEÇÃO PARTICULAR.

Litografia de J.J. Steinmann, c. 1832. Fazenda de café entre Magé e a Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro.

1. Identifique pelo menos três espaços da fazenda de café.

2. Na pintura é possível notar pelo menos um fator que desencadeou a decadência do café no vale do Paraíba. Identifique-o.

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. Contextualize, no tempo e no espaço, a frase "O Brasil é o vale".
2. Que motivos podem ser apontados para o declínio da lavoura do café no vale do Paraíba?
3. No livro do mestre-escola Thomas Davatz, publicado em 1858 na Suíça, há a seguinte afirmação:

Aqui poderia eu concluir este livro, se não tivesse dado o propósito de contribuir, na medida do possível, para aplacar a febre de emigração. [...] Eu vos peço, meus amigos, peço-vos encarecidamente e para vosso bem: meditai um momento, escutai a voz da razão, deixai que abrande a febre de partir para mundos remotos e considerai o passo que ides dar, antes que seja tarde.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850).* São Paulo: Martins Fontes/Edusp, 1972. p. 188.

Que experiência teve Davatz, a ponto de fazer esse apelo no final de sua obra? Que consequências teve a publicação de seu livro?

4. Leia o seguinte trecho:

Já ouvi dizer que em Bananal o verbo ser se conjuga somente no passado: "Tudo isso aqui já foi café", exclama o neto pobre, num gesto largo que abrange a paisagem nua [...]. Do passado, ele herdou apenas o nome de família e as recordações – por ouvir dizer – de uma riqueza tão fugaz que começou com seus bisavós, mas nem chegou a ele.

PORTO, Luiz de Almeida Nogueira. Tudo isto aqui já foi café! São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1985. apud MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP/ Annablume, 1999. p. 63.

a) Onde está localizada a cidade de Bananal?
b) Como as expressões: "Tudo isso já foi café" e "paisagem nua" podem ser explicadas?
c) Por que o neto citado é "pobre"?
d) Cite pelo menos dois motivos para que a riqueza dos bisavós não tenha chegado ao neto.

5. Estabeleça as diferenças entre a cafeicultura do vale do Paraíba e a do Oeste Paulista.
6. O que significa a expressão "Era Mauá"?

Reflexões

A origem da riqueza do café

Muitos historiadores afirmam que, para ser instalada, a lavoura cafeeira era menos custosa que a do açúcar. Ao necessitar de um setor de beneficiamento relativamente barato, a ampliação da lavoura dependia da disponibilidade de terras e de mão de obra, condições existentes na primeira metade do século XIX.

Para o economista Celso Furtado, a origem do capital da primeira fase de expansão da cafeicultura veio de comerciantes do Rio de Janeiro ligados à venda de alimentos e animais do sul de Minas Gerais.

A historiadora Emília Viotti da Costa, por sua vez, afirma que as maiores fortunas se originaram de proprietários da mineração decadente de Minas Gerais.

O historiador norte-americano Stanley Stein, por sua vez, aposta que os grandes cafeicultores tinham "poucas raízes aristocráticas": eram lavradores pobres, que acumularam fortunas com o próprio café, e negociantes.

Pesquisas mais recentes indicam terem sido o comércio e o tropeirismo as atividades iniciais dos cafeicultores.

- Leia a seguir a biografia de um grande cafeicultor e responda: quais explicações para a origem dos cafeicultores estariam corretas?

José de Aguiar Toledo nasceu em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, arquipélago dos Açores, pertencente a Portugal. Foi para o Brasil em meados do século XVIII, para São João Del Rey, minerar ouro. Em fins do século XVIII, estabeleceu-se nas proximidades do Rio Bananal. Segundo dados dos mapeamentos populacionais de 1817, [...] produções de milho, feijão, arroz e toucinho. Em 1822, entretanto, mudou sua produção, pois exportou 1.000 arrobas de café. Em 1836, era proprietário de 101 escravos e havia exportado 12.000 arrobas de café. Quando faleceu, em 1838, era possuidor de 285 escravos, duas fazendas (Resgate e Pinheiro) e 321.500 pés de café só na Fazenda Resgate. Seu enriquecimento, no espaço de 18 anos, realmente impressiona. Mas ele não foi o único.

Vários cafeicultores do Vale do Paraíba tiveram trajetória parecida, oriundos de Minas Gerais, mesmo lá não tendo nascido, investindo em cafezais que possibilitaram comprar mais escravos e ocupar mais terras.

Vamos testar?

1. (Enem-2009)

O suíço Thomas Davatz chegou a São Paulo em 1855 para trabalhar como colono na fazenda de café Ibicaba, [na região de] Campinas. A perspectiva de prosperidade que o atraiu para o Brasil deu lugar a insatisfação e revolta, que ele registrou em livro. Sobre o percurso entre o porto de Santos e o planalto paulista, escreveu Davatz:

As estradas do Brasil, salvo em alguns trechos, são péssimas. Em quase toda parte, falta qualquer espécie de calçamento ou mesmo de saibro. Constam apenas de terra simples, sem nenhum benefício. [...]

É fácil prever que nessas estradas não se encontram estalagens e hospedarias como as da Europa. Nas cidades maiores o viajante pode naturalmente encontrar um aposento sofrível; nunca, porém, qualquer coisa de comparável à comodidade que proporciona aqui [na Europa] qualquer estalagem rural. Tais cidades são, porém, muito poucas na distância que vai de Santos a Ibicaba e que se percorre em cinquenta horas no mínimo.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1941. p. 54-55.

Em 1867 foi inaugurada a ferrovia ligando Santos a Jundiaí, o que abreviou o tempo de viagem entre o litoral e o planalto para menos de um dia. Nos anos seguintes, foram construídos outros ramais ferroviários que articularam o interior cafeeiro ao porto de exportação, Santos.

O impacto das ferrovias na promoção de projetos de colonização com base em imigrantes europeus foi importante, porque:

a) o percurso dos imigrantes até o interior, antes das ferrovias, era feito a pé ou em muares; no entanto, o tempo de viagem era aceitável, uma vez que o café era plantado nas proximidades da capital, São Paulo.

b) a expansão da malha ferroviária pelo interior de São Paulo permitiu que mão de obra estrangeira fosse contratada para trabalhar em cafezais de regiões cada vez mais distantes do porto de Santos.

c) o escoamento da produção de café se viu beneficiado pelos aportes de capital, principalmente de colonos italianos, que desejavam melhorar sua situação econômica.

d) os fazendeiros puderam prescindir da mão de obra europeia e contrataram trabalhadores brasileiros provenientes de outras regiões para trabalhar em suas plantações.

e) as notícias de terras acessíveis atraíram para São Paulo grande quantidade de imigrantes, que adquiriram vastas propriedades produtivas.

Conexões História, Sociologia e Geografia

Uma fazenda de café no século XIX

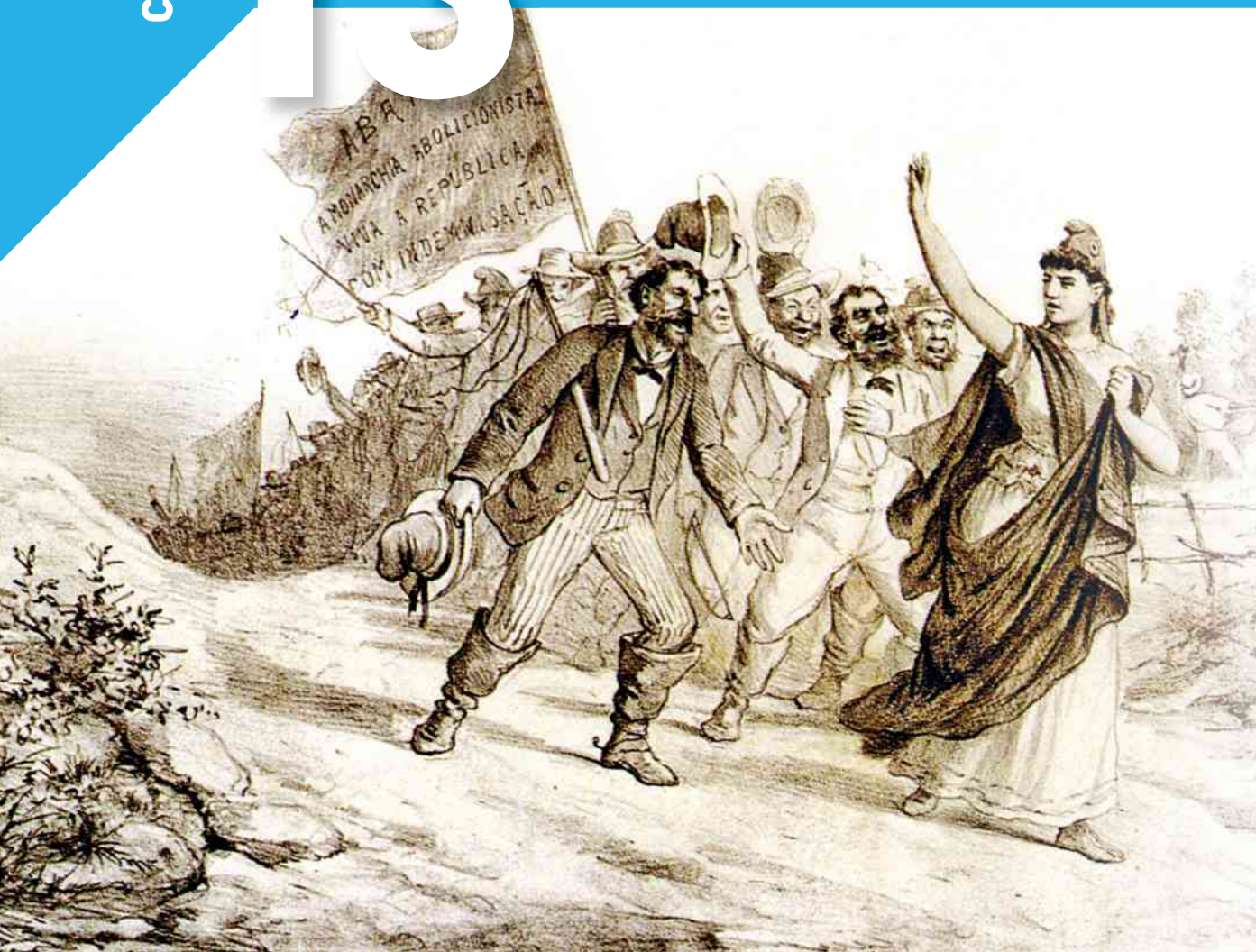
A fotografia, como a pintura ou obra de arte, é subjetiva, ou seja, representa algo que o autor – no caso, o fotógrafo suíço Georges Leuzinger – quer transmitir. É um meio de comunicação. A fotografia aqui reproduzida tem, em primeiro plano, o terreiro de secagem de café da fazenda Quititi, na freguesia (bairro) de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, em torno de 1870, com a casa do proprietário logo atrás.

GEORGES LEUZINGER. 1870

Fazenda Quititi, fotografia de Georges Leuzinger, Rio de Janeiro, RJ, 1870. Coleção particular.

1. Descreva a condição social e a faixa etária – se criança, adulto ou idoso – das pessoas da cena.
2. Em que aspectos da imagem você se baseou para estabelecer o lugar social desses indivíduos?
3. Na sua opinião, qual é o maior contraste social entre os tipos apresentados?
4. Por que a freguesia de Jacarepaguá não era uma região com condições climáticas, solo e relevo adequados ao plantio do café, em comparação com a região do vale do Paraíba e, principalmente, a do Oeste Paulista?
5. Observe as condições materiais dessa fazenda. Eram de prosperidade ou decadência? Justifique.

Capítulo 13

O colapso da monarquia brasileira

A Pátria repele os escravocratas, litografia atribuída a Angelo Agostini, de cerca de 1880-1888. Publicada na *Revista Ilustrada*. Na bandeira da multidão que segue a Pátria, está escrito: "Abaixo a monarchia abolicionista! Viva a república com indemnisação!". Originalmente, a imagem estava acompanhada da seguinte legenda:"Não vos aproximeis de mim! Vossas mãos, ainda tintas do sangue dos escravos, manchariam as minhas vestes! Retirei-vos, eu não vos quero". Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Puxando pela memória

O escritor Machado de Assis assim definiu o que viu no dia 13 de maio de 1888: "Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembro ter visto". A que ele se referia?

Após a abolição do tráfico de escravos no Brasil, em 1850, a escravidão, como um sistema legítimo que naturalizava as diferentes condições sociais, passou a ser seriamente questionada, assim como o regime monárquico de governo. O movimento abolicionista, a criação de partidos republicanos, o questionamento da relação entre Estado e Igreja, as ideias positivistas, a questão militar e a abolição da escravidão, em 1888, abalaram a sustentação do Império. Em meio aos festejos de comemoração do centenário da Revolução Francesa, os jacobinos republicanos brasileiros idealizavam um início de República com o povo lutando pelas ruas. Mas a realidade foi bem outra. É o que vamos ver neste capítulo.

1 A Guerra do Paraguai

As guerras foram uma constante na região do rio da Prata, em decorrência dos conflitos de limites entre Portugal e Espanha, quando o Brasil ainda era uma colônia. A Banda Oriental do Rio da Prata, atual Uruguai, por exemplo, mudou várias vezes de posse, por conflito armado e também por acordo diplomático.

Em 1821, a Banda Oriental acabou incorporada ao território luso-brasileiro com o nome de Província Cisplatina, sendo integrada ao Império do Brasil em 1822.

Mas os conflitos não cessaram. Em 1825, a Cisplatina foi incorporada à Argentina, o que levou d. Pedro I a declarar guerra às Províncias Unidas do Prata.

A guerra chegou ao fim em 1828, com mediação britânica. A Cisplatina tornou-se, então, independente, com o nome de República Oriental do Uruguai. A derrota foi desastrosa para o Brasil, desestabilizando ainda mais o já fragilizado governo de d. Pedro I.

A paz na região, entretanto, estava longe de ser selada. No Uruguai, surgiram dois partidos: o Colorado e o Blanco.

A região platina era importante rota de ligação entre a Europa e as regiões produtoras de prata no interior da América espanhola. Lá estavam, por exemplo, as minas do Potosí, no Alto Peru (atual Bolívia), que tinham no rio Paraguai a principal via de comunicação. Boa parte da prata era contrabandeada para o porto de Buenos Aires, que se tornou o núcleo de escoamento de couros e minérios. A fundação da Colônia do Sacramento visava permitir aos portugueses o acesso a parte desse contrabando (prata). Na região do Prata também floresceram as missões jesuíticas, os Sete Povos das Missões.

A Guerra Grande

Em 1864, teve início o principal, mais sangrento e duradouro conflito da América do Sul: a **Guerra do Paraguai**. Para entender o início desse conflito, é muito importante contextualizar a situação política do Uruguai.

O presidente do Uruguai, general Bernardo Berro, do Partido Blanco, enfrentou uma revolta do Partido Colorado, conhecida como Cruzada Libertadora – apoiada pelo Brasil, em retribuição ao fato de os colorados sempre terem apoiado os interesses gaúchos, permitindo a expansão da pecuária escravista na região, mesmo após o fim da escravidão no Uruguai, em 1843.

Naquele momento, brasileiros constituíam mais de 10% da população e controlavam cerca de 30% das terras do Uruguai; transportavam seu gado livremente, sem impostos, para as estâncias e as charqueadas do Rio Grande do Sul. Ao assumir o governo, em 1860, Berro adotou uma linha mais dura: tentou dificultar o estabelecimento de brasileiros no Uruguai, impediu o uso de mão de obra escrava e taxou o comércio do gado feito através da fronteira.

O apoio do Brasil à revolta do Partido Colorado contra o presidente Berro contou com a adesão da Argentina, unificada desde 1862 pelo general Bartolomeu Mitre. Para consolidar a República, encabeçada pela província de Buenos Aires, Mitre tentava neutralizar as pretensões federalistas das províncias de Corrientes e Entre Rios, que atualmente fazem parte do território argentino, impedindo que buscassem apoio externo.

Com o apoio do governo blanco uruguaio, Corrientes e Entre Rios utilizavam o porto de Montevidéu para escapar do controle alfandegário de Buenos Aires. Nesse contexto, o presidente Mitre permitiu que o Partido Colorado, liderado por Venâncio Flores, se organizasse militarmente na Argentina, preparando a invasão do Uruguai em 1863, início da guerra civil. Pela primeira vez, Brasil e Argentina passaram de rivais a aliados.

O Brasil também apoiou as forças coloradas de Venâncio Flores e declarou guerra ao blancos, que governavam o Uruguai, invadindo o país em 1864. Era presidente do Uruguai nesse momento o blanco Atanásio Aguirre, que havia substituído Berro, afastado do poder. Quando Flores tornou-se presidente da República Oriental do Uruguai, Aguirre voltou-se para o Paraguai como um possível aliado contra os colorados, apoiados agora não só pelo Brasil como pela Argentina.

Fique de olho!

- *Netto perde sua alma.* Direção: Tabajara Ruas. Brasil, 2001. Baseado no romance homônimo do diretor, o filme conta a história de um oficial brasileiro, ferido em combate na Guerra do Paraguai, e suas relações com um sargento negro, veterano da Farroupilha, e com Milonga, escravo alistado no Corpo de Lanceiros Negros.

O ultimato do Paraguai

O Paraguai havia se libertado da Espanha e do domínio de Buenos Aires, mas mantinha-se muito desconfiado em relação aos dois vizinhos, Brasil e Argentina. Havia problemas de fronteiras com o Brasil e de navegação hidroviária com esses dois países, e as rotas fluviais eram o único meio de o Paraguai ter acesso ao mar. A província de Mato Grosso assim como o Paraguai só tinham nos rios Paraná e Paraguai, a ligação com o Prata. O Paraguai, que tentava ampliar sua inserção no mercado internacional, exportando produtos primários, via como única saída o porto de Montevidéu, no Uruguai.

Francisco Solano López era presidente do Paraguai desde 1862. Em defesa dos interesses de seu país, seu governo intrometeu-se na questão uruguaia, apoiando o Partido Blanco, recém-derrubado, com o intuito de ter um aliado na região do Prata. Os paraguaios receavam que Brasil e Argentina adotassem medidas restritivas à livre navegação no Prata e, até mesmo, à integridade e independência do país.

López enviou um ultimato ao Brasil para que não interferisse no Uruguai. Quando o governo brasileiro o ignorou e invadiu o Uruguai, López rompeu relações diplomáticas com o Brasil. Em dezembro, declarou guerra e invadiu o Mato Grosso. Foi o início da chamada Guerra do Paraguai – entre os paraguaios, o conflito é chamado de **Guerra Grande** ou de **Guerra da Tríplice Aliança**.

A Guerra Grande estendeu-se de 1864 a 1870. Reuniu o Brasil, a Argentina e o Uruguai, na **Tríplice Aliança**, contra o Paraguai. Foi uma guerra sem precedentes na América Latina, com o Paraguai disposto a se afirmar como potência regional, e fortalecido no governo de Solano López. O conflito militar foi sangrento: estima-se que morreram entre 150 mil e 300 mil soldados, principalmente paraguaios.

Zuavos ▸ eram soldados muçulmanos da Argélia (colônia africana da França), que serviam na infantaria francesa, nos séculos XIX e XX.

No campo de batalha

Em janeiro de 1865, os paraguaios tiveram negada pelo governo de Bartolomeu Mitre a permissão para cruzar o território argentino e chegar ao Uruguai, com a intenção de apoiar militarmente os blancos. O Paraguai declarou, então, guerra à Argentina, invadindo a província de Corrientes. O Uruguai, aliado ao colorado Flores, aliou-se também ao Brasil e à Argentina, formando-se a Tríplice Aliança em maio de 1865.

No início, a guerra foi favorável aos paraguaios, que tomavam as iniciativas. Mas, em 11 de junho de 1865, eles sofreram a primeira derrota, na batalha naval do Riachuelo, no rio Paraná, contra a Armada brasileira. A partir desse momento, os rumos da guerra se refaziam. E de invasor o Paraguai transformou-se em invadido, com várias vitórias brasileiras.

Apesar das derrotas, os paraguaios demonstraram grande resistência; saíram vitoriosos de algumas batalhas, como a de Curupaiti, em 1866. Defendiam com empenho a fortaleza de Humaitá, ponto estratégico para a defesa da capital, Assunção.

Imagem do 24º Corpo de Voluntários da Pátria da Bahia, ao centro da cena, de bombachas vermelhas, no interior da fortaleza de Curuzu, em 20 de setembro de 1866. O regimento era formado por soldados e oficiais negros, ex-escravos ou livres, que ficaram conhecidos como zuavos. Obra de Cândido López. Museu Nacional de Belas-Artes, Buenos Aires, Argentina.

CÂNDIDO LÓPEZ. VISTA DO INTERIOR DE CURUZU, 20 DE SETEMBRO DE 1866. 1891

Em 1868, ocorreu a queda de Humaitá e, em 10 de janeiro de 1869, Assunção foi ocupada, quando as tropas aliadas já estavam sob o comando de Caxias. Mesmo assim, Solano López manteve a guerra, com táticas de guerrilha, até a derrota final em Cerro-Corá, em março de 1870, quando foi morto.

A guerra foi um desastre para o Paraguai. Embora tenha se mantido como Estado independente, o país perdeu quase 40% de seu território para o Brasil e para a Argentina, sua economia foi arruinada e suas fortificações fluviais e seus armamentos foram completamente destruídos.

OUTRA DIMENSÃO **PERSONAGENS**

As mulheres da Guerra do Paraguai

Muitas mulheres acompanharam as tropas nas batalhas da Guerra do Paraguai. Conhecidas como vivandeiras, participaram algumas vezes por opção, para acompanhar maridos, filhos ou parentes, outras, por necessidade. Elas representaram uma presença anônima nos combates e foram pouco referidas pelos historiadores.

AUTORIA DESCONHECIDA. IN: REVISTA SEMANA ILLUSTRADA, 3/9/1865

Mulheres se inscrevem como voluntárias para a Guerra do Paraguai, em gravura publicada no periódico *Semana Illustrada*, do Rio de Janeiro, em 1865. Coleção particular.

Em geral, cuidavam do abastecimento, preparando ou vendendo comida, da lavagem das roupas, do enterro dos mortos e do tratamento dos feridos e dos doentes. Algumas acabaram por se destacar, como a gaúcha Florisbela, que se envolveu na luta e ajudou nos hospitais, e a pernambucana Maria Curupaiti, mulher de um cabo de esquadra, que lutava ao lado dos homens vestida de soldado. Mais ousada foi Jovita Alvez Feitosa, conhecida como "sargenta Jovita", que, aos 17 anos de idade, vestida de homem, apresentou-se como "voluntário da pátria". Seu caso acabou veiculado nos periódicos do Império.

Amplo destaque foi dado a Ana Néri, baiana, viúva do capitão de fragata Isidoro Antônio Néri, que decidiu acompanhar três filhos e um sobrinho convocados para a guerra. Serviu como enfermeira em hospitais de Corrientes, Salto, Humaitá, Curupaiti e Assunção. Talvez por sua posição social, ficou conhecida como a "mãe dos brasileiros", foi condecorada por d. Pedro II e tornou-se patrona da escola oficial de enfermagem fundada por Carlos Chagas, batizada de Escola de Enfermeiras Dona Ana Néri, em 1926.

Do lado paraguaio, muitas mulheres participaram das campanhas militares e ajudaram voluntariamente. Outras, as chamadas "residentas", eram obrigadas a participar dos esforços de guerra, cuidando das tarefas domésticas, do transporte de material bélico e ajudando na construção das defesas militares. Consta que várias delas pegaram realmente em armas. Havia ainda as "destinadas", mulheres da elite confinadas pelo governo paraguaio por terem seus maridos ou filhos acusados de traição ou conspiração. A divulgação dos maus-tratos a elas impingidos ajudou a criar a imagem do presidente Solano López como um ditador bárbaro.

A versão dos historiadores e da literatura paraguaia sobre a guerra atribuiu às "residentas" a tarefa de reconstrução do Paraguai após o fim do conflito, muitas vezes com feições de heroínas. Hoje, no entanto, se considera essa interpretação romântica, idealizada. O fato é que muitas agiram com coragem e bravura.

1. Relacione o papel da mulher na sociedade brasileira do século XIX e sua atuação nas campanhas militares.
2. Pesquise: atualmente, a atuação das mulheres nas campanhas militares mudou?

ANGELO AGOSTINI. DE VOLTA DO PARAGUAI. IN: VIDA FLUMINENSE, JUNHO 1870.

Soldado negro lamenta a existência da escravidão, após retornar da Guerra do Paraguai. Imagem de Angelo Agostini representando o impacto social da guerra na sociedade escravocrata brasileira. Publicada na Revista *Vida Fluminense*, em 1870. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

O Brasil na guerra

Para o Brasil, a quem coube a principal contribuição para o esforço de guerra, a vitória foi amarga. A Guerra do Paraguai demonstrou que o Império se encontrava despreparado militarmente para enfrentar um grande conflito. No início da guerra, para minimizar o problema, foram criados, por um decreto imperial de 1865, os **Voluntários da Pátria** – corpo de soldados voluntários criado pelo governo brasileiro. Aos cidadãos alistados era assegurado um soldo e, quando voltassem, teriam terras, empregos públicos ou até mesmo pensões.

No início, acreditando que a guerra seria breve, muitos se inscreveram, incluindo libertos (ex-escravos). Vários senhores libertaram seus escravos para irem à guerra, para que eles os substituíssem ou aos seus parentes convocados. Mas o maior número de ex-escravos que participou da guerra foi libertado apenas após indenização paga pelo governo aos seus donos.

A batalha do Avaí, óleo sobre tela do pintor brasileiro Pedro Américo, em 1872-1879, anos após o conflito. A obra, realizada em Florença, mostra a vitória brasileira nessa batalha, travada em território paraguaio. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, RJ.

PEDRO AMÉRICO DE FIGUEIREDO E MELO. A BATALHA DO AVAÍ. C. 1872-1879

A GUERRA GRANDE (1864-1870)

Fontes: CAMPOS, Flávio de e DOLHNIKOFF, Miriam. *Atlas*: História do Brasil. São Paulo: Scipione, 1994; *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: MEC, 1960; CALDINI, Vera e ÍSOLA, Leda. *Atlas geográfico Saraiva*. São Paulo: Saraiva, 2009.

Como a guerra se estendeu por muito mais tempo do que as previsões iniciais, até mesmo os membros da Guarda Nacional foram convocados e obrigados a lutar, subordinados ao Exército de linha. Além disso, criminosos, pessoas sem trabalho e pobres foram obrigados a se alistar como “voluntários”.

O esforço de guerra foi imenso, e mobilizou entre 150 e 200 mil homens. Os prêmios prometidos pelo governo aos voluntários nunca foram pagos.

O fim da guerra representou, para os oficiais militares do Exército (com exceção dos da Marinha), a certeza de que a Monarquia não lhes apoiava.

CONVERSA DE HISTORIADOR

Os motivos da Guerra do Paraguai

Desde o final da Guerra do Paraguai e durante boa parte do século XX, a historiografia e consequentemente os materiais didáticos brasileiros apresentaram a guerra sob o ponto de vista dos vencedores, explicando-a como reação do Império à agressão paraguaia e como uma luta da civilização contra a barbárie representada pelo “tirano” López. Muitos textos foram produzidos e quadros foram pintados louvando a bravura dos brasileiros no conflito.

Na década de 1970, uma interpretação atribuía a guerra aos interesses imperialistas britânicos. Diversos historiadores sustentaram que a Guerra do Paraguai foi uma operação tramada pelos ingleses para sufocar o emergente Paraguai, dono de uma indústria têxtil e de uma metalurgia de certa importância, e que não se constituía em um mercado consumidor dos produtos britânicos. Sua posição de autonomia incomodaria os ingleses.

Essas duas versões se encontram, hoje, totalmente superadas.

A ideia de que os britânicos provocaram a guerra e lucraram com ela nunca se confirmou, segundo o historiador inglês Leslie Bethell, nas pesquisas em fontes britânicas. O Paraguai era um tipo de mercado consumidor comum aos interesses britânicos. Ele afirma que as causas do conflito estavam relacionadas com as motivações específicas de cada um dos países envolvidos, de modo que a Guerra do Paraguai foi “uma guerra civil regional”.

Na realidade, apesar de alguma modernização, a economia do Paraguai se baseava em uma agricultura pouco mecanizada, principalmente de erva-mate, e buscava se inserir no mercado externo.

Hoje os estudiosos consideram que o conflito foi resultado direto do processo de consolidação dos Estados nacionais e de um movimento de equilíbrio de forças no rio da Prata.

- Com base nessas informações, discuta com os colegas a posição da Grã-Bretanha na Guerra do Paraguai e reflitam: há dados que indiquem o interesse econômico dos britânicos no conflito?

A Tríplice Aliança vence a batalha de Tuiuti.
O Paraguai vence a batalha de Curupaiti.
1866

Em 1º de janeiro, os aliados ocupam a capital do Paraguai, Assunção.
1869

2 Abolicionismo e abolição

Durante toda a vigência do tráfico atlântico de escravos, chegaram ao Brasil mais de 4 milhões de cativos, o que representava mais ou menos 40% de todo o tráfico atlântico. Para Cuba foram 30%. Os Estados Unidos receberam somente cerca de 5% dos africanos. Contudo, um comparativo sobre as populações escravas mostra que nos últimos anos da escravidão nos Estados Unidos, estes tinham mais escravos do que o Brasil: cerca de 4 milhões, concentrados nos estados do Sul, em 1861, contra cerca de 1,5 milhão no Brasil, concentrados no sudeste, em 1872.

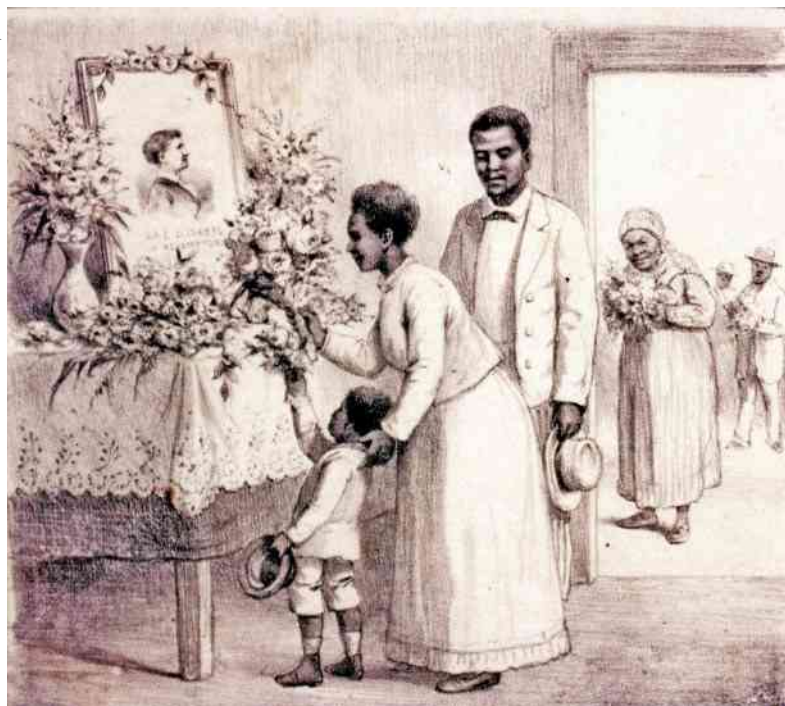
As diferenças se explicam. No caso dos Estados Unidos, no Sul escravista se estimulava a formação de famílias escravas porque o tráfico tinha sido abolido em 1807. Assim, a quantidade de homens e mulheres escravos se tornou, com o tempo, cada vez mais equilibrada. Além disso, poucos estados aceitavam a alforria e, após a abolição do tráfico, no início do século XIX, praticamente nenhum estado permitiu que escravos conquistassem a liberdade. Dessa forma, a população escrava aumentou consideravelmente.

Já no Brasil, a situação era bem diferente. A maior parte dos escravos era nascida na África, e a quantidade de homens traficados era muito maior do que a de mulheres. Esse desequilíbrio dificultava o aumento da população escrava. Como não houve estímulo específico para a formação de famílias escravas, era necessário recorrer ao tráfico atlântico para manter ou ampliar o número de pessoas escravizadas.

A extinção do tráfico atlântico, em 1850, fez aumentar o preço dos cativos e consolidou de vez a concentração da propriedade escrava nas mãos de poucas pessoas. Assim, a maioria da população livre, antes envolvida com a escravidão, desvinculou-se desse sistema. Uma das razões para esse processo foi a prática da alforria, que era corriqueira no Brasil. Eram considerados escravos os que nasciam de mulheres escravas. Se a mulher fosse alforriada, o filho era livre, mesmo se o pai fosse escravo. Como no Brasil a alforria era concedida principalmente às mulheres, a população escrava diminuía consideravelmente.

Foi nesse cenário de diminuição da quantidade de cativos que o abolicionismo ganhou força. As dificuldades enfrentadas durante a Guerra do Paraguai aguçaram ainda mais as críticas à escravidão. A partir de 1870, o regime de trabalho escravo foi perdendo legitimidade e passou a ser combatido cada vez mais pelos abolicionistas. No Brasil, o cativeiro estava com os dias contados.

ANGELO AGOSTINI. IN: REVISTA ILLUSTRADA, 1888

Libertos depositam camélias em volta do retrato da princesa Isabel, que aderiu abertamente ao abolicionismo, ousando, inclusive, aparecer em público com uma camélia (símbolo do abolicionismo radical) adornando seu vestido. Ela própria acobertava escravos fugidos no palácio de Petrópolis. Realizou, nessa cidade, "batalhas de flores", que tinham como objetivo conseguir fundos para a libertação de escravos.
A própria princesa percorria a cidade em carro aberto e enfeitado com flores, seguida de abolicionistas batendo tambor e parando de casa em casa para conseguir donativos. Imagem de Angelo Agostini, publicada na *Revista Illustrada*, em 1888. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Processo abolicionista

Na América, na década de 1860, apenas o Brasil, os Estados Unidos e as colônias espanholas de Cuba e Porto Rico ainda mantinham a escravidão. Logo após a Guerra de Secessão, a escravidão foi abolida nos Estados Unidos (1865); em seguida, em Porto Rico (1873) e Cuba (1886). O Brasil era, então, a única nação escravista do continente americano.

Em 1871, o Parlamento brasileiro aprovou a Lei do Ventre Livre, declarando livres todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data, apesar da oposição dos parlamentares ligados às províncias cafeeiras (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Era mais um passo no projeto de abolir gradualmente a escravidão no Brasil.

Em agosto de 1880, o deputado pernambucano Joaquim Nabuco apresentou à Câmara um projeto de lei propondo que a escravidão fosse abolida em 1890. Previa, ainda, indenização aos proprietários de escravos.

Diversos jornais assumiram a causa abolicionista, como o carioca *Gazeta de Notícias*, no qual se destacava José do Patrocínio, um dos principais jornalistas da época.

Rumo à abolição

O momento exigia prudência, uma vez que os escravos eram propriedade privada dos senhores e, portanto, não poderiam ser confiscados sem compensação pelo Estado, conforme garantia a Constituição imperial. Mas ganhava força entre os abolicionistas a proposta de abolição sem indenização.

Algumas lideranças abolicionistas chegaram a estimular publicamente a fuga de escravos e a formação de quilombos – o quilombo de Jabaquara, em Santos, e o do Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, formaram-se com o incentivo de grupos abolicionistas.

Sobre esse assunto, ver o texto Os quilombos abolicionistas, na página 226.

Depois de muita discussão parlamentar, foi votada e aprovada a Lei dos Sexagenários, em 28 de setembro de 1885, que libertava todos os escravos com mais de 60 anos. Mas, em vez de minimizar os conflitos, a Lei estimulou ainda mais o movimento, aumentando as fugas em massa e levando muitos senhores a alforriar coletivamente seus escravos, com a condição de continuarem a trabalhar em suas terras. Em 1887, o levantamento populacional do Império registrou pouco mais de 700 mil escravos no Brasil, menos de 5% da população do país.

A pressão abolicionista no Parlamento prosseguiu intensa, isolando os obstinados defensores da escravidão. O projeto de lei que previa a abolição, encaminhado pelo Ministro da Agricultura Antônio da Silva Prado, fazendeiro paulista favorável ao trabalho dos imigrantes, não previa qualquer indenização aos proprietários de escravos.

A Câmara e o Senado aprovaram a lei de abolição por ampla maioria. Em maio de 1888, d. Pedro II se encontrava fora do Brasil, e sua filha, a princesa Isabel, ocupava a regência.

Na tarde de 13 de maio, ela desceu do palácio imperial, em Petrópolis, para o Paço da cidade, onde assinou a lei que extinguiu a escravidão no Brasil, celebrizada como **Lei Áurea**.

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão.

CONVERSA DE HISTORIADOR

Os quilombos abolicionistas

O abolicionismo em São Paulo ficou muito associado ao movimento dos **Caifazes**, liderado pelo advogado paulista Antônio Bento, um abolicionista radical, membro da confraria negra de Nossa Senhora dos Remédios. Esse movimento tinha como marca peculiar a força dos símbolos religiosos, tanto no nome de seu jornal, *A Redenção* (um dos mais lidos da província de São Paulo), quanto na própria escolha do nome, pois o termo caifaz designa o sacerdote que entregou Jesus a Pôncio Pilatos, profetizando que seria o redentor do povo.

Os caifazes contavam com representantes de todas as classes sociais, profissões e partidos políticos, de intelectuais, como Raul Pompeia, e até ex-escravos. Até 1886, manifestavam-se em comícios e desfiles e organizavam fundos de emancipação. Depois passaram a atuar de forma mais radical.

Em meados de 1887, escravos fugidos de várias partes da província, estimulados pelos caifazes, organizaram no monte Serrat, em Santos, no litoral paulista, o Quilombo do Jabaquara – uma verdadeira cidade, de onde seus ocupantes saíam para trabalhar nas minas de carvão ou como carregadores de café no porto. Foi a maior colônia de escravos fugidos do período.

O Quilombo do Jabaquara fazia parte de uma rede de quilombos muito mais ampla, ligada à Confederação Abolicionista – criada em 1883 na sede do jornal *Gazeta da Tarde*, na cidade do Rio de Janeiro, por José do Patrocínio, João Clapp, André Rebouças, Aristides Lobo e muitos outros intelectuais, jornalistas, empresários etc.

Existiam ainda, entre vários outros, os quilombos Clube do Cupim, em Recife (PE), Carlos Lacerda, em Campos dos Goytacazes (RJ), Clapp, na praia de São Domingos, em Niterói (RJ), e um dos mais emblemáticos, o do Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, na mesma cidade sede do Império escravista do Brasil.

José de Seixas Magalhães era um imigrante português fabricante de malas e objetos de viagem. Comprou uma chácara na zona sul do Rio de Janeiro e, com o auxílio de escravos fugidos, cultivava camélias. Seixas era ligado aos grupos abolicionistas e contava com a proteção até mesmo da princesa Isabel, para quem fornecia as melhores flores.

Os quilombos abolicionistas foram alguns dos vários movimentos (incluindo as fugas espontâneas dos escravos) que contribuíram para a forma como a questão escravista foi resolvida no Brasil: a abolição total e sem indenização aos proprietários.

ANGELO AGOSTINI. IN: REVISTA ILLUSTRADA, 1888.

Capa da *Revista Illustrada*, de Angelo Agostini, comemorando a Lei Áurea, em 1888. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

- Interprete a imagem, analisando o que representam as datas, os nomes e as flores.

AUGUSTO ELIAS. 1888

Festejos pela assinatura da Lei Áurea. Imagem de Augusto Elias, 1888. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

3 O triunfo da República federalista

Nesse contexto de crise da mão de obra, surgiu no Rio de Janeiro o Clube Republicano e o jornal *A República*. Importantes personalidades assinaram o Manifesto Republicano naquele ano. Redigido por Quintino Bocaiuva, o Manifesto afirmava: "Somos da América e queremos ser americanos". O Partido Republicano, como passou a ser chamado, era formado por liberais radicais que estavam convencidos de que não era possível realizar as reformas de modernização do país dentro do regime monárquico.

Um dos principais núcleos do Partido Republicano foi o do Rio de Janeiro, mas foi o Partido Republicano de São Paulo que se formou como um verdadeiro partido organizado, com disciplina para competir eleitoralmente. Também surgiram núcleos e jornais republicanos nas províncias do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, de Pernambuco e do Pará.

Um dos principais objetivos da proposta republicana era instaurar o regime de federação, baseado na independência de cada província:

[...] O regime da federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira. [...]

TEIXEIRA, José Cândido. *A República brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 56.

Lei dos Sexagenários. | Abolição da escravidão em Cuba.
1885 | 1886

Fique de olho!

- *O Xangô de Baker Street.* Direção: Miguel Faria Jr. Brasil/Portugal, 2001.
Comédia baseada no livro homônimo de Jô Soares. Apesar do enredo fantasioso, no qual o detetive Sherlock Holmes investiga crimes do futuro Jack, o Estripador, em pleno Rio de Janeiro, o filme faz boa reconstituição da vida na Corte nos últimos anos do Império.

O federalismo era a grande bandeira dos republicanos, questão, aliás, presente desde os debates da Assembleia Constituinte de 1823 e que perpassou todo o período imperial do Brasil. Os federalistas também reivindicavam: a extinção do Poder Moderador, do Senado Vitalício e do Conselho de Estado. Queriam liberdade de ensino, da palavra, de reunião, de associação e de propriedade. Em momento algum o Partido Republicano, nem mesmo o Paulista, defendeu abertamente a abolição da escravidão. Eles defendiam que a questão do sistema escravista deveria ser decidida pelas províncias, e não nacionalmente.

Na Convenção Republicana de Itu, um dos mais destacados municípios cafeicultores da província de São Paulo, foi criado o Partido Republicano Paulista, o PRP, em 18 de abril de 1873.

Até 1887 o Partido Republicano, tanto o Nacional como os regionais e o mais importante deles, o PRP, se recusou a tocar no tema escravidão. Esse foi o motivo de abolicionistas republicanos, como Antônio Bento e Luiz Gama, em São Paulo, e de José do Patrocínio, no Rio de Janeiro, se afastarem do partido, pois eles acreditavam que os republicanos tinham de tomar uma posição. Ela foi tomada no último Congresso Republicano, ocorrido no Rio de Janeiro, entre 30 de junho e 5 de julho de 1887: nesse congresso, foi apoiada a abolição da escravidão com indenização aos proprietários de escravos. Durante o ano seguinte, Patrocínio combateu essa decisão dos republicanos.

A ideia de República

Fotografia de Marc Ferrez retratando a rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, no final do século XIX.

MARC FERREZ. C.1890/ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

Durante toda a década de 1880, a população que vivia ou circulava no centro da cidade do Rio de Janeiro presenciava os comícios em defesa da implantação da República. Eram comuns, inclusive, conflitos com a polícia durante esses eventos. A população também participava de palestras e encontros com líderes republicanos.

A campanha abolicionista também mobilizou a população do Rio de Janeiro contra a Monarquia. Revistas e jornais discutiam política e criticavam o Império e a escravidão. Os militares recorreram ao positivismo para combater o regime monárquico. As instituições do Império, naquela década, começaram a sofrer muitas críticas.

Na capital do Império, a rua do Ouvidor era o lugar onde as coisas aconteciam. Naquela rua estreita havia redações de jornais, hotéis, cafés e restaurantes, todos frequentados por políticos, escritores, intelectuais e jornalistas. Mas também havia lojas elegantes e alfaiatarias frequentadas pelas elites, assim como charutarias e armarinhos. Por lá também circulavam homens e mulheres do povo, capitalistas, operários e boêmios.

Era comum discutir política e as ideias dos intelectuais que ficaram conhecidos como "Geração 70". Eles falavam do atraso brasileiro e da letargia da sociedade, ambos resultados da monarquia e da escravidão. Conhecedores das teorias debatidas na Europa – como o evolucionismo e o cientificismo –, esses intelectuais defendiam o desenvolvimento econômico por meio do trabalho com mão de obra livre. Falavam, também, do federalismo, da democracia e da instrução pública, práticas que, para eles, eram republicanas.

Também na literatura e na imprensa discutiam-se livremente os rumos do país, sobretudo a "evolução" para a República, interpretada como um estágio superior da humanidade – algo que seria alcançado naturalmente. A ideia de República, portanto, não era estranha ao debate político da época.

Nesses debates da década de 1880, os republicanos começaram a impor suas ideias e argumentos. As imagens positivas da República, tidas como "progresso", se contrapunham às representações negativas do Império, vistas como o "atraso". O discurso republicano conseguia se impor porque recorria a conceitos em voga na época, como a ciência, defendida nas teorias positivistas do francês Augusto Comte. A monarquia, por sua vez, perdia sua capacidade de convencimento. Seus valores, símbolos e ritos estavam cada vez mais desacreditados.

Questão militar

O Exército teve suas funções diminuídas em meio à crise do Período Regencial, e a Guarda Nacional, criada em 1831, tornou-se a principal força militar do Brasil. Os oficiais eram arregimentados entre os proprietários rurais, os comerciantes e os políticos, encarregados de manter a ordem interna.

A Academia Real Militar, responsável por formar oficiais do exército e engenheiros civis e militares, foi dividida, em 1855, em duas escolas: uma para formar profissionais de matemática, ciências físicas e engenharia; outra, destinada a preparar militares – a Escola Militar da Praia Vermelha. Nela se difundiram ideias positivistas e republicanas, principalmente depois da Guerra do Paraguai, quando o sentimento de orgulho cresceu entre os oficiais. Estes passaram a fazer várias reivindicações, como o direito de reunião e de livre manifestação política.

Ainda na década de 1880, ocorreram os incidentes mais graves entre os militares e o governo imperial, conhecidos como **Questão Militar**.

O primeiro incidente envolveu o tenente-coronel Antônio de Sena Madureira, oficial condecorado na Guerra do Paraguai. Em 1883, ele liderou com sucesso a luta contra um projeto de reforma no montepio militar. Mas acabou taxado de revolucionário e republicano por vários políticos do Império. O governo proibiu os militares de se manifestarem na imprensa, a menos que tivessem autorização do ministro da Guerra.

Montepio ▸ instituição que permite ao participante – cotista – deixar uma pensão, após a morte, a alguém por ele escolhido.

MARC FERREZ. C.1885

Festa militar em fotografia de Marc Ferrez, de cerca de 1885. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

ANGELO AGOSTINI. IN: REVISTA ILLUSTRADA, C.1876-1898

Imagem satírica da Questão Militar, de Angelo Agostini, publicada na *Revista Illustrada* (1876-1898). Instituto de Estudos Brasileiros da USP, São Paulo, SP.

No ano seguinte, o abolicionista Francisco do Nascimento (um jangadeiro cearense que ficou conhecido, posteriormente, como "Dragão do Mar") foi homenageado por sua atuação destacada na abolição da escravidão no Ceará (1884) pela Escola de Tiro de Campo Grande, no Rio de Janeiro, comandada por Sena Madureira. Questionado pelo Ministério da Guerra sobre o ocorrido, o oficial recusou-se a prestar esclarecimentos, só aceitando fazê-lo ao Conde d'Eu, que era o comandante-geral da artilharia, a quem era subordinado. Foi punido com a transferência para o Rio Grande do Sul.

O segundo incidente ocorreu em 1885, entre o coronel Cunha Matos, também veterano da Guerra do Paraguai, e o ministro da Guerra, Alfredo Chaves. O coronel reclamou publicamente do ministro, por não tê-lo defendido de uma série de injúrias recebidas no Senado, motivo pelo qual foi repreendido e punido. O conflito repercutiu no Senado: membros do Partido Liberal saíram em defesa de Cunha Matos, acusando o ministro de menosprezar os militares. Ambos os casos tiveram grande repercussão na imprensa, com a opinião pública apoiando os oficiais.

Ao mesmo tempo, jovens estudantes da Escola Militar e oficiais de baixa patente tomavam atitudes cada vez mais radicais, a favor de um governo republicano. Atribuíam os males do país à Monarquia e ao regime escravista. Em 1887, foi fundado o **Clube Militar**, presidido pelo Marechal Deodoro, em que os militares se organizaram politicamente pela primeira vez. Uma das decisões foi a recusa em capturar escravos fugidos.

A principal vitória dos oficiais, nessa altura, resultou de um manifesto escrito pelo deputado Rui Barbosa, que não só conseguiu de d. Pedro II a permissão para os militares se manifestarem publicamente como provocou a queda do ministro da Guerra. A atitude do imperador não foi suficiente, porém, para reaproximar o Exército da Monarquia.

A Questão Religiosa

O governo imperial manteve o regime do padroado herdado dos tempos coloniais, no qual cabia ao monarca indicar os arcebispos e os bispos do Império, além de prover o sustento do clero secular.

Desde a década de 1850, uma nova geração de eclesiásticos, influenciada pela presença de missionários estrangeiros, passou a questionar essa prática, considerando que deveriam prestar obediência somente ao papa, e não mais ao imperador. Essa era uma atitude inserida no processo de romanização da Igreja, que incluía a defesa da liturgia romana e buscava reforçar o poder pontifício no mundo católico, contra o anticlericalismo liberal difundido no século XIX. Assim, o clero católico entrou em conflito com a Monarquia, no que ficou conhecido como **Questão Religiosa**.

O início da crise começou com um discurso do padre Almeida Martins em uma loja maçônica no Rio de Janeiro, em 1872, homenageando o visconde do Rio Branco, então presidente do Conselho de Ministros e grão-mestre da maçonaria, pela Lei do Ventre Livre. Na Europa, a maçonaria era marcadamente anticlerical.

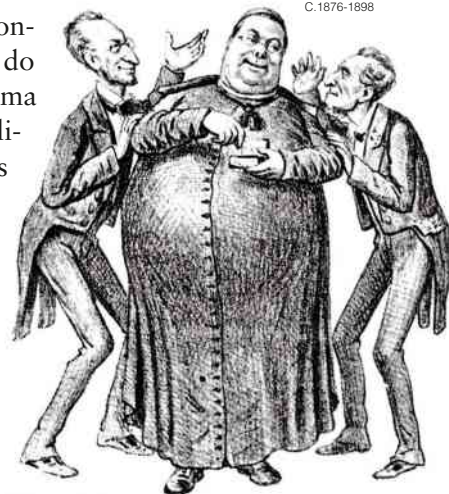
Mas, no Brasil, os eclesiásticos faziam parte dessa organização, apesar de condenada pelo papa Pio IX desde 1865 como a responsável pela "impiedade do mundo". Além disso, o Concílio Vaticano I (1869) decidiu desencadear uma grande campanha contra a maçonaria, proibindo a participação dos católicos, particularmente os eclesiásticos. O problema é que, no Brasil, diversos padres e governantes pertenciam à maçonaria.

O discurso, publicado na imprensa, repercutiu profundamente entre os altos membros da Igreja católica no Brasil. O padre acabou suspenso pelo bispo do Rio de Janeiro, d. Pedro de Lacerda. A maçonaria reagiu com dureza ao que considerou uma interferência da Igreja de Roma nessa instituição por meio do bispo.

Logo depois, ainda em 1872, outro conflito marcaria a Questão Religiosa. O jovem bispo d. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, da cidade de Olinda, seguindo orientação de Roma, também proibiu a participação de eclesiásticos em lojas maçônicas. Criou um jornal, *A União*, para combater a maçonaria no Brasil, interditou duas paróquias que se recusavam a expulsar os maçons e suspendeu o deão da catedral, simpatizante da maçonaria e líder do Partido Liberal em Pernambuco. Em reação, a tipografia do jornal *A União* foi saqueada e um sacerdote, morto a facadas.

As bulas papais a respeito da maçonaria não haviam recebido a aprovação do imperador d. Pedro II. Portanto, sua aplicação era ilegal.

A Coroa tentou em vão acalmar os ânimos, pedindo a d. Vital que revogasse suas interdições. O bispo manteve-se irredutível, alegando que somente devia obediência ao papa. Foi preso e condenado a quatro anos de trabalhos forçados, em 1874. O mesmo destino foi dado ao bispo do Pará, d. Antônio de Macedo Costa, solidário ao colega de Olinda e também empenhado em combater os maçons. Ambos foram anistiados em 1875, graças a pressões de Roma e à intervenção do duque de Caxias, então chefe do gabinete conservador que governava o Império. Mas as relações entre o Império e a Igreja católica estavam definitivamente comprometidas. Ao sair da prisão, d. Antônio resumiu as consequências da crise dizendo que a Questão Religiosa abalara o trono, mas deixara o altar de pé. O bispo estava certo.

ANGELO AGOSTINI. IN: REVISTA ILLUSTRADA, C.1876-1898

Caricatura de Angelo Agostini sobre a Questão Religiosa, publicada na *Revista Illustrada* (1876-1898). Instituto de Estudos Brasileiros da USP, São Paulo, SP.

Deão ▸ membro do clero que dirigia a vida doméstica.

A queda do Império

No dia 9 de novembro de 1889, o governo brasileiro resolveu, por questões diplomáticas, realizar um grande baile em homenagem à missão militar chilena que chegara ao Rio de Janeiro em outubro. O evento seria no imponente palacete da Ilha Fiscal, em estilo gótico, construído para servir de Alfândega.

O baile colocou a cidade em polvorosa. No dia da festa, coches faziam filas intermináveis no cais para que seus ocupantes chegassem às embarcações que os levariam à Ilha Fiscal, toda iluminada, em cujos salões cerca de 4 mil convidados dançaram valsas. Consta que d. Pedro II, ao chegar ao baile, trajando sua farda de almirante, teria tropeçado em um tapete e dito: "Como veem, a Monarquia escorregou, mas não caiu". Ainda não havia caído: seis dias depois, em 15 de novembro, um golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República do Brasil.

De fato, o regime monárquico no Brasil estava esgotado. Desagradava aos cafeicultores do Oeste Paulista e a parte significativa do clero católico e dos militares. Havia perdido até mesmo o apoio dos cafeicultores do vale do Paraíba, pois o parlamento imperial havia aprovado a Lei Áurea sem indenização aos proprietários de escravos.

A História no seu lugar

Como você viu no capítulo 9 deste livro, a maçonaria é uma associação voluntária e secreta que se difundiu na primeira metade do século XVIII, a partir da Inglaterra para a Europa e a América. As lojas maçônicas (locais de reunião dos maçons) existem até hoje. Pesquise se em seu município existe esse tipo de associação. Se possível, descubra o nome, a época de fundação e se, hoje, padres participam da maçonaria.

A proclamação da República

Sobre esse assunto, veja o quadro **Reflexões**, na seção **Roteiro de Estudos** deste capítulo.

ANTÔNIO BERNARDES PEREIRA NETO. IN: REVISTA ILLUSTRADA, 1889

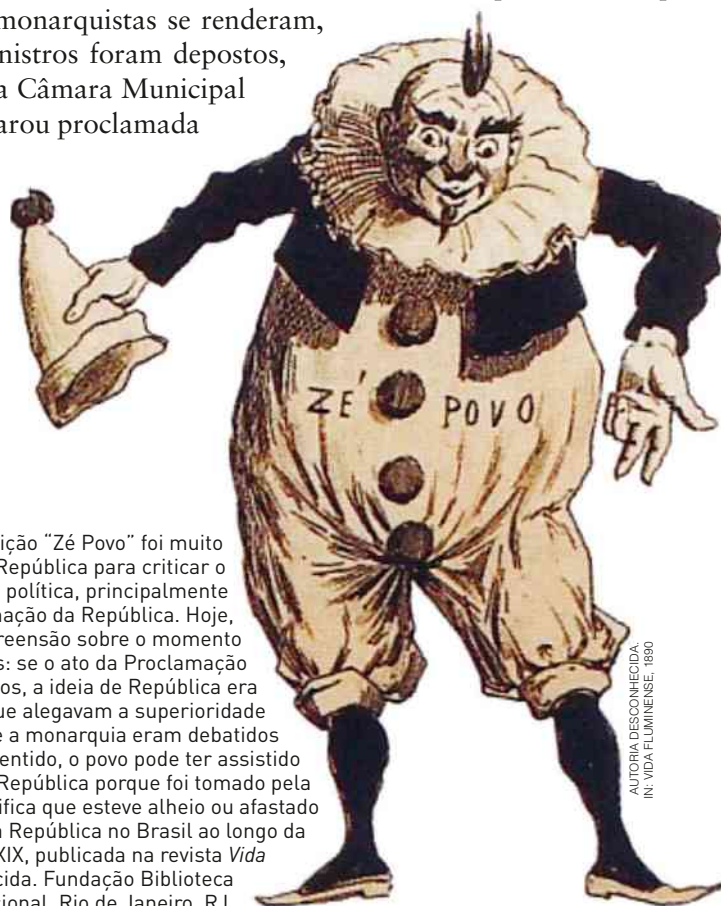
Homenagem da *Revista Illustrada* à Proclamação da República do Brasil: "Gloria à Pátria! Honra aos Heroes do Dia 15 de Novembro de 1889", de Antônio Bernardes Pereira Neto, em 1889. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Entre os dias 8 e 9 de novembro, os membros do Clube Militar reuniram-se sob o comando do tenente-coronel Benjamin Constant, professor da Escola Militar e principal divulgador do positivismo entre os militares.

O objetivo da reunião era articular com lideranças civis um golpe para instituir a República. No dia 11 de novembro, o marechal Deodoro da Fonseca, então comandante de armas de Mato Grosso, aceitou a chefia da conspiração, marcada para o dia 20.

Para preparar o momento, os próprios republicanos divulgaram o boato de que o Exército seria substituído, no Rio de Janeiro, pela Guarda Nacional, e que Deodoro e Benjamin Constant seriam presos. Isso fez com que o movimento fosse antecipado.

Na manhã de 15 de novembro, o marechal Deodoro, um pouco a contragosto, conduziu a tropa para o Ministério da Guerra e comunicou que a Monarquia estava derrubada. Os monarquistas se renderam, sem resistência. Os ministros foram depostos, e José do Patrocínio, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, declarou proclamada a República. Dois dias depois, a população assistia ao embarque de d. Pedro II, com a Família Real, para o exílio em Paris.

AUTORIA DESCONHECIDA. IN: VIDA FLUMINENSE, 1890

A imagem do palhaço com a inscrição "Zé Povo" foi muito usada nos períodos do início da República para criticar o povo brasileiro e sua passividade política, principalmente no movimento que levou à proclamação da República. Hoje, a participação do povo e sua compreensão sobre o momento político têm outras interpretações: se o ato da Proclamação da República surpreendeu a todos, a ideia de República era bastante conhecida. Os argumentos que alegavam a superioridade do regime republicano sobre a monarquia eram debatidos abertamente nas ruas. Nesse sentido, o povo pode ter assistido "bestializado" à Proclamação da República porque foi tomado pela surpresa do evento. Mas isso não significa que esteve alheio ou afastado dos debates sobre a implantação da República no Brasil ao longo da década de 1880. Caricatura do século XIX, publicada na revista *Vida Fluminense*, 1890. Autoria desconhecida. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

Patrocínio e Isabel

O abolicionista José do Patrocínio, em 1874, escreveu uma carta a um amigo em que dizia: "a forma republicana é o 'sistema único' capaz de 'salvar o povo' das garras da ignorância perpetuada através dos séculos pela tirania revestida de monarquia — que pela pátria 'nada fez, nada faz e nada fará'". (PATROCÍNIO, José. O gênio brasileiro – cartas a Dermeval da Fonseca. *Lábaro Acadêmico*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1874.)

Era um abolicionista radical. Defendia a abolição sem indenização aos proprietários, educação e participação política para todos e criação de oportunidades econômica para os mais pobres.

Após a aprovação da Lei que aboliu a escravidão, em 13 de maio de 1888, contam que José do Patrocínio atirou-se aos pés da princesa Isabel, em sinal de agradecimento. Ele já havia declarado antes que ela era

> *a santa, a meiga Mãe dos cativos, dava à propaganda abolicionista tudo o quanto podia: as abundâncias de piedade do seu coração. Seus filhos, os pequenos príncipes, nos seus jornaizinhos glorificam a propaganda abolicionista*

MATTOS, Augusto. Sempre na berlinda. Revista de História da Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/sempre-na-berlinda>. Acesso em: 10 fev. 2016.

O MEQUETREFE, N. 453, MAIO DE 1888.

Ilustração do século XIX representando o abolicionista José do Patrocínio ajoelhado segurando a mão da princesa Isabel. Publicada no jornal *O Mequetrefe*, em maio 1888. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

- A imagem acima, publicada no jornal *O Mequetrefe* de maio de 1888, mostra o jornalista e abolicionista radical José do Patrocínio em posição de adoração aos pés da princesa Isabel. Em grupo, discutam e façam o que se pede:
  - **a)** Que mensagem a caricatura do jornal *O Mequetrefe* quis passar?
  - **b)** O republicano Silva Jardim acusou José do Patrocínio de ser um "traidor da raça, do partido e da pátria". Relacione essa declaração com a imagem.
  - **c)** Avaliem, com base nas informações do texto acima: José do Patrocínio foi um traidor dos republicanos?
  - **d)** Que outro personagem histórico estudado anteriormente pode ser comparado a Patrocínio, no que se refere a apoiar um sistema de governo com o qual não concordava em função de um ideal maior?

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. Observe o texto de um anúncio publicado em um periódico em 1865:

Atenção: Quem precisa de uma pessoa para marchar para o sul em seu lugar, e quiser libertar um escravo robusto, de vinte anos, que deseja incorporar-se ao exército, declare por este jornal seu nome e morada onde possa ser procurado, e por preço cômodo achará quem lhe substitua nos contingentes destinados à guerra.

Diário da Bahia, 14 de outubro de 1865.

Responda às questões.

a) A que guerra o artigo se refere?

b) A que tipo de pessoa se destina o anúncio?

c) Por que o anúncio se refere a um escravo "que deseja incorporar-se ao exército"? Que ganho esse escravo teria?

d) O que ganharia seu proprietário?

2. Veja a afirmação do historiador Leslie Bethell:

A Grã-Bretanha – e as suas supostas ambições imperialistas – não pode mais ser utilizada como bode expiatório para a Guerra do Paraguai. A responsabilidade primordial dessa guerra cabe à Argentina, ao Brasil e, em escala menor, ao Uruguai e, naturalmente, ao próprio Paraguai. A Guerra do Paraguai foi uma guerra civil regional, muito embora com uma dimensão internacional muito interessante e digna de nota.

BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. In: BETHELL et al. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 147.

a) O que o historiador quis dizer com "A Guerra do Paraguai foi uma guerra civil regional"?

b) Explique por que a situação política do Uruguai foi fundamental para o início do conflito.

3. Além dos cafeicultores paulistas, que outros grupos se indispuseram com o Império, propiciando um contexto favorável à Proclamação da República?

4. Sabendo que as flores representadas na imagem da página 224 são camélias, analise o significado da data e das flores.

Reflexões

Positivismo no Brasil

Embora em graus diferentes de aceitação, as ideias positivistas, assim como o evolucionismo de Charles Darwin, tiveram adeptos nas décadas finais do século XIX no Brasil, nas escolas de engenharia, de direito e, principalmente, militares. Em 1876, foi fundada a primeira sociedade positivista no Brasil e, dois anos depois, a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, um dos principais redutos contra a escravidão e em defesa de um regime republicano.

DÉIO VILARES

Bandeira da República. Igreja Positivista do Brasil, Rio de Janeiro, RJ.

Benjamin Constant, professor da Escola Militar, foi um dos mais destacados divulgadores do positivismo no Brasil e um dos fundadores da primeira sociedade, mas acabou se desligando quando ela mudou de rumo e tornou-se a Igreja positivista do Brasil. Preferia as ideias de ciência e de evolução, ou seja, de ordem e progresso.

1. A bandeira do Brasil republicano foi adotada somente quatro dias depois da Proclamação da República (19 de novembro). Pesquise sobre as pessoas que a elaboraram. Que princípios as palavras inscritas representam e quais são os seus significados?

2. Compare a bandeira da República com a bandeira do Império do Brasil (capítulo 9, p. 148) e analise as semelhanças e as diferenças. Depois, responda: a bandeira republicana representa continuidade ou descontinuidade em relação ao período anterior? Justifique sua resposta.

Vamos testar?

1. **(Enem-2011)**

É difícil encontrar um texto sobre a Proclamação da República no Brasil que não cite a afirmação de Aristides Lobo, no Diário Popular de São Paulo, de que "o povo assistiu àquilo bestializado". Essa versão foi relida pelos enaltecedores da Revolução de 1930, que não descuidaram da forma republicana, mas realçaram a exclusão social, o militarismo e o estrangeirismo da fórmula implantada em 1889. Isto porque o Brasil brasileiro teria nascido em 1930.

MELLO, M. T. C. *A república consentida*: cultura democrática e científica no final do Império. Rio de Janeiro: FGV, 2007 (adaptado).

O texto defende que a consolidação de uma determinada memória sobre a Proclamação da República no Brasil teve, na Revolução de 1930, um de seus momentos mais importantes. Os defensores da Revolução de 1930 procuraram construir uma visão negativa para os eventos de 1889, porque esta era uma maneira de:

a) valorizar as propostas políticas democráticas e liberais vitoriosas.

b) resgatar simbolicamente as figuras políticas ligadas à Monarquia.

c) criticar a política educacional adotada durante a República Velha.

d) legitimar a ordem política inaugurada com a chegada desse grupo ao poder.

e) destacar a ampla participação popular obtida no processo da Proclamação.

Conexões História e Geografia

A bacia do rio da Prata

Observe neste mapa a região da bacia do Prata:

O rio Paraguai faz parte da divisa entre Brasil e Paraguai e da fronteira entre Argentina e Paraguai. Ele deságua no rio Paraná, que, por sua vez, entra totalmente em território argentino e desemboca na bacia do Prata.

A BACIA DO RIO DA PRATA

Fonte: IBGE. *Atlas geográfico escolar.* Rio de Janeiro: IBGE. p. 105.

- Por que, então, se considera que o Paraguai não tem saída para o mar e, consequentemente, encontra dificuldade de exportar seus produtos, se o seu território é banhado por dois grandes rios, sendo que um deles tem saída para o oceano pela bacia do Prata?

Unidade 4

A expansão do mundo burguês

Imagem irônica de britânicos e norte-americanos tentando converter os chineses ao cristianismo. Texto que a acompanhava: "De acordo com os nossos loucos missionários, o chinês deve ser convertido, mesmo que, para tanto, seja necessário mobilizar todas as forças militares e navais das duas maiores nações do mundo". A China resistiu durante décadas à ocidentalização. Litografia de Louis Dalrymple, 1895. Coleção particular.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

NESTA UNIDADE

- O imperialismo em questão
- Ásia e África partilhadas
- A América na mira dos Estados Unidos
- Charles Darwin e o evolucionismo
- Saneamento e vacinação
- Ciência e modernização
- Mudanças nos costumes ocidentais

"Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o Império Britânico era extremamente rico e poderoso. Ele se estendia sobre um quarto da população do planeta e dominava a produção mundial de arroz, cacau, chá, lã, borracha, estanho, manganês, ouro, níquel, juta, açúcar, carvão, cobre e, ainda, o petróleo do Oriente Médio. Controlava 15% da produção mundial de trigo, carne, manteiga, algodão, ferro e aço. Parecia imbatível e imperecível."

LINHARES, M. Yedda. *A luta contra a metrópole*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 41.

Capítulo 14

O imperialismo ataca o mundo

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Os esforços de ocidentalização: a gravura, feita originalmente na Alemanha, mostra como deveria ser a vida animal antes e depois da conquista alemã na África, ao final do século XIX. Do ponto de vista ocidental, a "selvageria" estava sendo controlada por meio da ordem e da disciplina. Cartum de autoria desconhecida, 1896. Coleção particular.

Colonizar significa fixar homens e mulheres em certas áreas ou regiões, geralmente mantendo relações políticas, administrativas e econômicas com a cidade, o reino, o império ou o país de origem. Isso pode ocorrer de maneira pacífica ou violenta.

A colonização é uma prática muito antiga e fez parte da história de vários povos, por diferentes razões. Os países da América, por exemplo, tiveram suas origens na colonização europeia do Período Moderno, no contexto de formação dos Estados absolutistas e de economias mercantilistas.

Já a colonização nas últimas décadas do século XIX foi resultado do desenvolvimento espetacular do mundo industrial, com a consequente expansão demográfica e a busca por mercados consumidores, matérias-primas, bases estratégicas e áreas para investimento de capitais. Situa-se em um momento de exacerbação dos nacionalismos burgueses e de competição entre países industrializados. Essa política expansionista foi levada a cabo por países capitalistas com o objetivo claro de formar impérios.

É esse processo que vamos conhecer neste capítulo.

Puxando pela memória

Qual (Quais) o(s) significado(s) de Império? E o(s) de imperialismo? Qual é a diferença entre esses conceitos?

Cronologia deste capítulo

1813	1839
A Companhia das Índias Orientais inglesa perde o monopólio do comércio com a Índia.	Início da Primeira Guerra do Ópio, na China, encerrada em 1842.

1 O colonialismo

A partir de 1880, a disputa entre as grandes potências industriais, principalmente na Europa, se tornou frenética. Ao contrário dos séculos anteriores, a colonização não ocorreu somente para vender manufaturados por preços mais elevados e comprar, a preços baixos, produtos agrícolas (como o açúcar) ou metais preciosos, como ocorria no sistema mercantilista.

Nesse novo momento, os países europeus também buscavam áreas ricas em matérias-primas, como ferro, carvão, cobre e outros minerais necessários para as indústrias. Buscava-se, ainda, áreas de investimento, onde fosse possível instalar ferrovias e conceder empréstimos a juros altos. Tudo com o alegado objetivo de levar a outros povos os benefícios da civilização ocidental. Portanto, o colonialismo não era um fenômeno historicamente novo. Em diversos casos, dava continuidade à experiência colonialista dos séculos anteriores, embora de modo diferente.

A expansão econômica dos países industrializados é inseparável das intensas disputas entre os países europeus no século XIX e do surgimento desse novo colonialismo. As áreas cobiçadas pelos países industrializados sofreram pressões e ataques, transformando-se em colônias, protetorados, domínios, ou áreas de influência. Muitos historiadores denominam esse fenômeno de **corrida imperialista**.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

A França levará civilização, riqueza e paz ao Marrocos, litografia que representa a França como uma bela e rica mulher que distribui ouro ao povo do Marrocos, no norte da África. Simboliza a França oferecendo a civilização aos habitantes. Publicada na capa do *Le Petit Journal*, em 19 de novembro de 1911. Coleção particular.

A Inglaterra, maior potência industrial da época, foi a principal beneficiária da corrida imperialista. No final do século XIX, os ingleses chegaram a ter o controle direto sobre um quarto da superfície do globo terrestre. Incluídas as chamadas "áreas de influência britânica", cujo domínio era mediado por autoridades locais, quase um terço do planeta estava inserido no poderoso império britânico – o império onde "o sol nunca se punha".

Sobre as unificações alemã e italiana, ver capítulo 8.

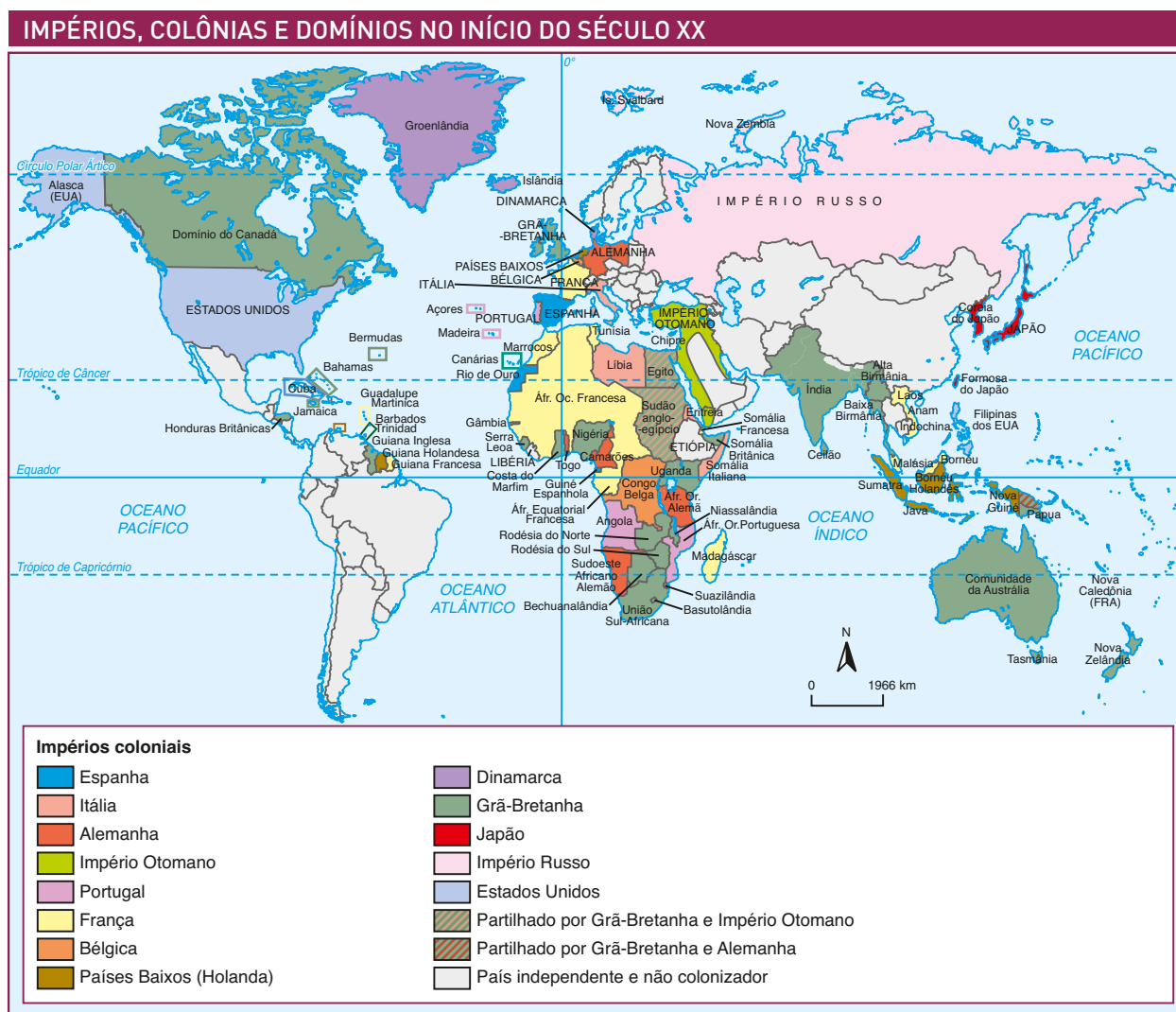
Em segundo lugar na corrida imperialista, bem abaixo dos britânicos, destacava-se a França, seguida pela Bélgica e pela Holanda. A Alemanha saiu muito atrás dos outros, assim como a Itália, por conta dos processos tardios de unificação, finalizados por volta de 1870. Portugal expandiu-se nas áreas da África que já dominava. Fora da Europa, dois países entraram nessa disputa: os Estados Unidos, que direcionou sua atenção principalmente para o Caribe, e o Japão, recém-industrializado, que ocupou partes da Ásia.

O colonialismo imperialista do século XIX foi resultado, sem dúvida, dos interesses capitalistas, sobretudo europeus, justificados por razões civilizatórias de ordem moral ou religiosa, misturadas com preconceitos raciais inspirados na ciência genética. Mas foi mais longe: ocidentalizou grande parte do mundo, destruindo, modificando ou inferiorizando a cultura de muitos povos.

Fique de olho!

- *Legionário*. Direção: Peter MacDonald. EUA, 1998.

  Um lutador de boxe se alista na Legião Estrangeira da França para lutar no Marrocos. Filme que mostra a disciplina dos legionários e a enorme resistência muçulmana à colonização francesa.

1857	1858
Revolta dos Sipaios, derrotada pelos ingleses, que passam a controlar militarmente a Índia.	Segunda Guerra do Ópio, na China, vencida pelos ingleses em 1860.

IMPÉRIOS, COLÔNIAS E DOMÍNIOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

MÁRIO YOSHIDA

Fonte: OVERY, Richard. *A História Completa do Mundo*. Rio de Janeiro: Reader's Digest, 2009. p. 270-271; CALDINI, V; ÍSOLA, L. *Atlas geográfico Saraiva*. São Paulo: Saraiva, 2009.

Raça e evolução

A teoria evolucionista de Darwin foi utilizada ideologicamente pelos imperialistas, ajudando a dar base científica ao que ficou conhecido como **darwinismo social**. Segundo seus defensores, as raças humanas seriam desiguais: algumas superiores às outras, sobretudo quanto à inteligência. O darwinismo social desdobrava-se, portanto, na chamada antropologia física ou biológica, característica do século XIX.

É importante ressaltar que houve apropriação seletiva ou inadequada das teorias de Darwin, pois ele próprio nunca defendeu tais argumentos. A teoria evolucionista sobre as sociedades não foi o motivo do imperialismo, mas os europeus a usaram como justificativa para impor seu domínio.

Em 1853, pouco antes de Darwin publicar seu livro, o conde francês Arthur de Gobineau (1816-1882) lançou uma obra que teve grande repercussão, com o expressivo título *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*. Gobineau condenava a mistura das raças, vendo nisso um fator de degeneração da espécie humana.

O inglês Francis Galton (1822-1911), primo de Darwin, por sua vez, relacionou a evolução dos povos à desigualdade das raças humanas. Criou o conceito de **eugenia** – estudo do aprimoramento da raça humana. Defendia a ideia de que a inteligência é herdada, e não fruto do meio ambiente. Outras características também seriam hereditárias, podendo melhorar ou piorar a qualidade das futuras gerações. Seu livro *Gênio hereditário* (1869) transformou-se em uma espécie de "bíblia" da antropologia evolucionista.

Aos poucos, assim, surgia uma classificação das raças, cujos principais tipos eram a **caucasoide** ou **caucasiana** (brancos), a **mongoloide** (povos da Ásia e ameríndios) e a **negroide** (africanos). Os caucasianos foram considerados modelo de superioridade, ao passo que os negros foram classificados no grau mais baixo da evolução humana.

Em resumo, a Antropologia do século XIX era tremendamente racista e influenciou, em grande medida, as doutrinas imperialistas concebidas na Europa Ocidental.

Indústria pesada ▸ indústria ligada à fabricação de bens de produção, como ferro, aço, carvão, eletricidade, ferrovias, entre outros.

CONVERSA DE HISTORIADOR

Conceito de imperialismo

No século XIX, a palavra **imperialismo** era usada para identificar a política de colonização ou tutela da Grã-Bretanha sobre regiões ou países de outros continentes. Os que defendiam o Império Britânico se autodenominavam, com orgulho, **imperialistas**.

Para os imperialistas, a expansão britânica era benéfica para os povos colonizados. A justificativa – ideológica – era de que os ingleses tinham a obrigação moral de levar a "civilização" às partes do mundo que a desconheciam. Muitos interpretavam isso como um sublime e generoso dever.

Com o tempo, o termo imperialismo foi utilizado pelos intelectuais, críticos do capitalismo, para designar não só a expansão colonialista britânica mas também a dos outros estados europeus. Entre eles, destacou-se o revolucionário russo Vladimir Lênin, autor do livro *O imperialismo: fase superior do capitalismo* (1916).

Essa fase superior do capitalismo, que Lênin chamou de **capitalismo monopolista** ou **imperialista**, implicava dominar áreas fornecedoras de matérias-primas, sobretudo aquelas usadas na indústria pesada. Para isso, era preciso investir diretamente na economia dos territórios coloniais, segundo os interesses do grande capital das metrópoles europeias.

Os historiadores e os cientistas sociais, de modo geral, utilizam a expressão política imperialista para designar a partilha da África e da Ásia. Por isso, a expressão possui um sentido muito negativo: é sinônimo de saque e exploração causados pelas grandes potências.

Reúnam-se em grupos e discutam as seguintes questões:

1. Relacionem o conceito de imperialismo ao de darwinismo social, teoria dominante na Antropologia do século XIX.
2. Os ideólogos do darwinismo social estabeleceram três estágios de evolução da humanidade: selvageria, barbárie e civilização. Estabeleçam hipóteses sobre como os povos dos continentes que sofreram a dominação se sentiam em relação a essa classificação.
3. Os imperialistas, ao se considerarem seres superiores, destruíram em parte ou totalmente as culturas dos povos que dominaram. Discutam e apresentem comprovações desse processo de ocidentalização em regiões que sofreram o imperialismo. Apresentem cartazes, fotografias ou depoimentos que mostrem a ocidentalização dos costumes.

2 Passagem para a Índia

Desde o início do século XVII, a Companhia das Índias Orientais inglesa atuava no comércio da Índia e da China. O chá chinês e os tecidos de algodão indianos eram muito apreciados entre os ingleses e era a Companhia que supria esse mercado.

Quando Napoleão Bonaparte lançou-se sobre o Egito, em fins do século XVIII, os britânicos sentiram-se ameaçados em suas possessões comerciais na Ásia e reforçaram ainda mais a ocupação militar. Os Estados da Índia foram pouco a pouco sendo subjugados e obrigados a aceitar o poder britânico.

No início do século XIX, a política de domínio inglês tomou uma forma mais agressiva. Em 1813, a Coroa inglesa aboliu o monopólio que a Companhia possuía nas Índias, e um número cada vez maior de negociantes teve acesso à região. Com o apoio da Coroa e do Exército, os britânicos derrotaram os ainda livres Estados da Índia Central, que acabaram por sucumbir. Uma administração estruturada e um exército bem equipado consolidaram a presença inglesa.

O domínio britânico baseava-se no poder do **exército de sipaios** – soldados indianos treinados por métodos ingleses – e no apoio de príncipes e de grandes proprietários rurais nativos, que mantinham seu poder sobre a população. Enfim, a população indiana estava nas mãos de um duplo poder, local e estrangeiro.

A Revolução Industrial inglesa, por sua vez, inverteu a rota de comércio: o algodão indiano (cru ou em fibra), antes base de várias empresas artesanais locais, passou a ser exportado para a Inglaterra, e os tecidos de algodão ingleses – produzidos em larga escala e, portanto, mais baratos – tiveram grande aceitação entre os indianos, o que acabou por destruir a produção local. A cidade de Dacca, principal centro têxtil indiano, reduziu sua população de 150 mil habitantes, em 1815, para 20 mil, em 1837.

HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Oficial britânico, na Índia de 1900, servido por criados indianos. A imagem simboliza a dominação, em todos os aspectos, dos europeus sobre os povos nativos. Uma rigorosa segregação impedia que até mesmo indianos das castas privilegiadas frequentassem clubes britânicos.

A Revolta dos Sipaios e o vice-reino britânico da Índia

A partir da década de 1830, a Coroa britânica permitiu a ida de missionários para a Índia, sem autorização prévia. Foi o início da ocidentalização da Índia. Em 1835, o ensino de inglês passou a ser obrigatório em todas as escolas, e as elites indianas se ressentiram com as mudanças. Para agravar a situação, a política expansionista culminou com a chamada **doutrina da prescrição** ou **doutrina da vacância**, de 1848: todo Estado indiano cujo soberano morresse sem sucessor seria anexado às possessões britânicas.

Essa ocidentalização e a doutrina da prescrição levaram, em 1857, à revolta do exército profissional dos sipaios, chefiados por poderosos proprietários rurais. O exército britânico na Índia tinha um efetivo de 280 mil homens, sendo britânicos 6 mil oficiais e 40 mil soldados. Os demais eram sipaios. O estopim da revolta foi a obrigatoriedade do uso, pelo exército, de cartuchos que continham em seu exterior gordura de vaca ou de porco. Para carregar o fuzil, tinham de rasgar o invólucro com a boca. Era um choque cultural, tanto para os de religião hindu, que consideravam a vaca sagrada, quanto para os muçulmanos, que não comiam carne de porco por considerá-la impura.

Em algumas regiões, a revolta envolveu camponeses contra seus senhorios e coletores de impostos. Mas o movimento se dividiu e enfraqueceu com a tentativa de restabelecer a autoridade de um imperador mogol muçulmano, o que descontentava os líderes hindus. A repressão britânica foi extrema, com massacres em várias regiões, resultando em milhares de mortos.

Fique de olho!

- *Passagem para a Índia*. Direção: David Lean. Grã-Bretanha, 1984.

  Filme sobre o conflito entre as culturas inglesa e hindu no século XIX, a partir de um enredo romântico.

Na Índia, sipaios dividem o butim (saque dos bens dos derrotados) depois da Revolta dos Sipaios, em 1857. Gravura inglesa contemporânea de autoria desconhecida. Coleção particular.

A joia do Império

A revolta fez com que os ingleses mudassem sua política em relação à Índia. As forças inglesas se reorganizaram com a fixação de mais de 65 mil soldados britânicos no território e com sensível diminuição do número de sipaios. A doutrina da prescrição foi abolida, e os príncipes locais receberam apoio militar e financeiro para explorar como quisessem as populações sob seu controle. Para manter seu poder, os governantes tornaram-se dependentes do Império Britânico, em prejuízo da grande massa da população. No seu conjunto, as novas medidas administrativas resultaram no "Ato para Melhor Governo da Índia".

Os ingleses compravam dos indianos algodão, chá, trigo, ópio e outras matérias-primas. A existência de minas de carvão e ferro na Índia aumentava sua importância para a economia britânica. A Índia tornou-se um vice-reino da Grã-Bretanha e assim permaneceu até meados do século XX.

Foram construídas estradas de ferro e de rodagem, que serviram para o comércio e a movimentação das tropas. A dominação econômica inglesa consolidava-se por meio de empréstimos a investidores locais para a construção de ferrovias, para a exploração de minas de carvão e de ferro e para financiar a compra de mercadorias inglesas. Os juros desses empréstimos rendiam, anualmente, dezenas de milhões de libras aos cofres britânicos.

A Índia se tornou o centro econômico do Império Britânico. Com razão, batizaram-na de "a joia do Império". Assim, antes da corrida imperialista do final do século XIX, a Inglaterra já possuía uma extensa colônia da Ásia, controlava um grande mercado consumidor e tinha vasta experiência sobre como se apossar de outras regiões.

3 A África partilhada

Durante o período moderno, mais de 14 milhões de africanos foram escravizados e enviados à América e à Ásia. Em várias partes do mundo, desde as primeiras décadas do século XIX, o tráfico e o sistema escravista passaram a ser duramente criticados pelos movimentos abolicionistas, inspirados no pensamento ilustrado do século anterior, liberal e filantrópico. A escravidão foi moralmente colocada em xeque, e o tráfico atlântico, na metade do século XIX, estava abolido em todos os países da América.

Mas isso não representou o fim das interferências estrangeiras no continente africano. As Igrejas cristãs europeias intensificaram ações missionárias, e numerosos religiosos se embrenharam pelo interior africano para converter e doutrinar as populações. Inúmeras expedições de pesquisa científica se realizaram na África com o intuito de recolher informações sobre a fauna, a flora e os povos africanos.

Essa presença facilitou a concretização dos interesses econômicos estrangeiros, decisivos para a partilha da África – com vantagem, uma vez mais, para a Grã-Bretanha. Como estratégia de dominação, as potências imperialistas estabeleciam contratos monopolistas com os reis ou chefes locais – que, se negassem, tinham seus territórios atacados sob qualquer pretexto. Algumas vezes, as chefias resistentes eram substituídas por outras, mais dóceis aos estrangeiros, que contavam com a ajuda da população conquistada para ocupar a região vizinha.

A forma de colonizar variava. A França, por exemplo, usava o próprio governo como articulador da ocupação. Já os ingleses penetravam na África por meio das companhias comerciais privilegiadas. Algumas regiões foram incorporadas como colônias e administradas diretamente pelos Estados europeus. Outras tornaram-se protetorados, ou seja, conservavam-se as chefias locais aliadas ao governo estrangeiro.

Fique de olho!

- *Memória entre duas imagens*. Direção: Cecil Moller. África do Sul/Namíbia, 2001.

  Documentário sobre a memória africana em Lobi, sudoeste de Burkina Faso, colonizada pelos franceses.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO

África sob dominação colonial

Em 1895, Wogobo, o Moro Naba, ou rei dos Mossi (na República do Alto Volta, posteriormente Burkina Faso), declarou ao oficial francês, capitão Destenave:

Sei que os brancos querem me matar para tomar o meu país, e, ainda assim, você insiste em que eles me ajudarão a organizá-lo. Por mim, acho que meu país está muito bem como está. Não preciso deles. Sei o que me falta e o que desejo: tenho meus próprios mercadores; considere-se feliz por não mandar cortar-lhe a cabeça. Parta agora mesmo e, principalmente, não volte nunca mais.

BOAHEN, Albert Adu (Ed.). *História Geral da África VII*. África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: Unesco, MEC, 2010. p. 4.

Respostas de chefes ou reis africanos como essa foram ouvidas ou lidas por diversos governantes ou embaixadores europeus. Eles, de modo geral, não viam necessidade de modificar seus costumes políticos ou culturais. Muitos acreditaram, no entanto, que, se os europeus quisessem invadir seus territórios à força, poderiam impedir. Os estados e os reinos litorâneos ligados ao tráfico atlântico vinham fazendo isso há séculos – mantendo os europeus subordinados a eles em seus territórios.

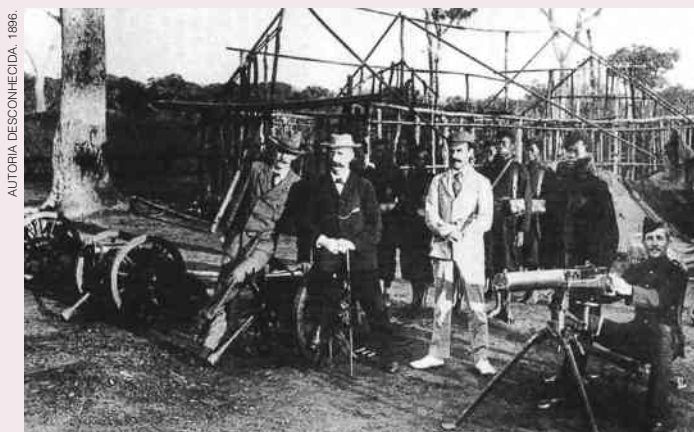
Só que dessa vez havia diferenças significativas: os europeus não queriam mais somente os produtos dessas regiões, queriam o controle político sobre elas. Era um momento histórico diferente, no qual os europeus tinham novas necessidades econômicas e tecnologia de ponta. Além disso, os dirigentes africanos não sabiam que as espingardas que eles usavam e armazenavam até então (os franceses tomaram 21 365 espingardas dos Baule da Costa do Marfim em 1911) já estavam ultrapassadas, não podendo ser comparadas aos novos fuzis dos europeus, com cadência de tiro quase dez vezes superior e carga seis vezes mais forte, nem às novas metralhadoras Maxim, ultrarrápidas.

O poeta inglês Hilaire Belloc resume bem a situação: *"Aconteça o que acontecer, nós temos a metralhadora, e eles não."* (idem, p. 7-8).

Os Estados africanos não tiveram como enfrentar essas novas condições e, com pouquíssimas exceções, foram subjugados.

Até bem pouco tempo atrás, as pesquisas de História só traziam a versão dos europeus sobre a África, mesmo que muitas vezes criticando a interferência de outros países no vasto continente. Hoje, historiadores africanos fazem sua própria história e têm uma versão muito diferente dos contatos entre europeus e nativos.

- Formem grupos e façam o que se pede:
  - **a)** Pesquisem sobre o impacto da presença europeia na África e escolham os pontos mais importantes;
  - **b)** Em seguida, façam um painel com as conclusões do grupo e o apresentem para a turma.

AUTORIA DESCONHECIDA. 1896.

A guerra dos Ashanti, fotografia de 1896 (Costa do Ouro): o invasor britânico equipado com metralhadora Maxim, a primeira metralhadora automática. Museu do Homem, Paris, França.

O caso do Egito

Fique de olho!

- *Zulu*. Direção: Cy Endfield. Inglaterra, 1964.
  Épico sobre a batalha de Rouke's Drift, na África do Sul, travada em 1879, em que 4 mil guerreiros zulus sitiaram 150 soldados britânicos.

A ocupação do Egito é especial por conter todos os elementos utilizados pelos ingleses na expansão imperialista.

Na década de 1850, os europeus – particularmente os franceses – e os governantes do Egito projetaram a construção do canal de Suez, para ligar o mar Mediterrâneo ao mar Vermelho. Inaugurada em 1869, a obra tornou o Egito o lugar de uma das mais importantes rotas navegáveis do mundo, suplantando o antigo **caminho marítimo para as Índias** do século XVI, que contornava o sul da África.

Além do canal, interessava aos ingleses o algodão egípcio, cujo cultivo foi estimulado durante a Guerra Civil estadunidense (1861-1865). Os Estados Unidos eram os principais fornecedores de algodão para a Inglaterra.

Em pouco mais de dez anos, foram construídos no Egito, com capital britânico, cerca de 1400 quilômetros de ferrovias, centenas de pontes, docas, canais e implantou-se o telégrafo. Isso gerou uma enorme dívida do país com a Inglaterra. Em finais da década de 1870, o Egito já dava mostras de estagnação, com crises de fome. Nesse contexto, a Inglaterra interveio militarmente, alegando hostilidade do governo e da população contra os súditos britânicos residentes no país.

Em 1882, os ingleses conquistaram o Egito, prometendo que a ocupação seria temporária. Mas o domínio britânico se prolongou até meados do século XX. Nesse período, os ingleses projetaram a ligação por ferrovia entre as cidades do Cairo (no Egito) e do Cabo (na África do Sul).

O projeto ficou a meio caminho. Afinal, outras nações também se intrometiam no continente africano, como a França, a Bélgica, a Alemanha e a Itália. Era uma verdadeira corrida para a África.

A História no seu lugar

O imperialismo ocidental do final do século XIX e início do XX veiculou um forte discurso racista, sublinhando a inferioridade dos povos asiáticos e africanos. Você conhece algum livro da época, de autor brasileiro, que tenha defendido posições racistas? Pesquise na biblioteca da sua cidade ou escola. Pergunte a alguém que possa ajudá-lo nessa investigação.

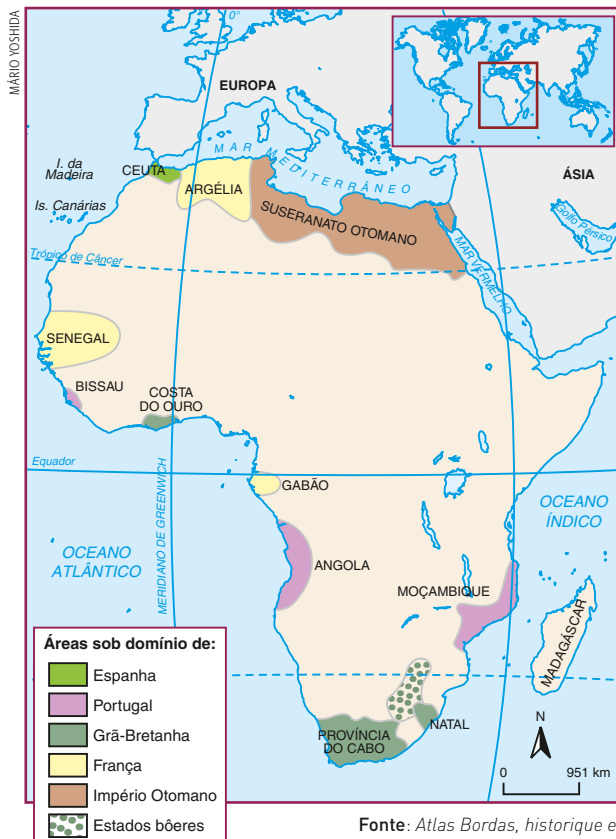
Cada qual com seu quinhão

Na década de 1880, vários países europeus estavam convencidos de que a colonização – e a civilização – era o único meio de salvar a África da barbárie. Para tanto, era necessário criar uma série de regras que organizassem a presença europeia. Entre os anos de 1884 e 1885, organizou-se a Conferência de Berlim, da qual participaram 15 países, sendo 13 europeus, os Estados Unidos (uma potência emergente) e a Turquia, cabeça do Império Otomano.

Uma das principais decisões foi franquear aos países presentes na Conferência a livre navegação nas bacias dos rios Congo e Níger, os dois principais rios navegáveis da costa ocidental da África.

Se antes da Conferência de Berlim a ocupação europeia na África se restringia ao litoral, no final da década de 1880 quase todo o continente achava-se dominado. Poucas regiões haviam resistido à invasão, como a antiga Abissínia, atual Etiópia, que se livrou dos ataques da Itália, o país mais fraco na corrida imperialista. Também a Libéria não foi anexada ao domínio europeu.

A França ocupou enorme parte do continente, denominada África Ocidental Francesa. Na parte oriental, a Inglaterra dominou o Sudão e o Quênia. A Eritreia e a Somália ficaram com a Itália, enquanto a Alemanha formou a África Oriental Alemã, incluindo a ilha de Madagáscar.

Os portugueses permaneceram com Angola, Moçambique e Guiné Bissau. Já na África do Sul, os ingleses criaram a colônia do Cabo e anexaram as colônias bôeres de Natal, Transvaal e Orange (antiga colonização holandesa), formando a União Sul-Africana, depois da Guerra dos Bôeres.

Fonte: *Atlas Bordas, historique et géographique*. Paris: Bordas, 1998.

Fontes: *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Folha da Manhã, 2005; CALDINI, V.; ÍSOLA, L. *Atlas geográfico Saraiva*. São Paulo: Saraiva, 2009.

A Guerra dos Bôeres

O que hoje é a República da África do Sul foi objeto de interesse de diversos povos. Em 1652, no Cabo da Boa Esperança, a Companhia holandesa das Índias Orientais criou um forte para o abastecimento dos navios que viajavam para as Índias. Em seguida, fugindo de perseguições religiosas, colonos holandeses calvinistas para lá se dirigiram e passaram a se dedicar à agricultura e à pecuária. Os descendentes dessa população ficaram conhecidos como bôeres.

Em fins do século XVIII, os ingleses passaram a se interessar pelo sul da África, iniciando conflitos com os nativos africanos e os bôeres. No início do século XIX, o governo holandês, mais fraco, cedeu a colônia bôer para os ingleses. Descontentes, 10 mil bôeres migraram para o norte e o leste, a partir de 1835, criando os estados de Orange e de Natal e a República do Transvaal. Os ingleses permaneceram no sul.

Em meados da década de 1860, a surpreendente descoberta de minas de ouro e diamantes (as mais ricas do mundo) nas terras bôeres mudou os rumos desses novos estados e fez com que muitos ingleses migrassem para a região.

Tentaram, em 1880, dominar os estados de Transvaal e Orange, mas os bôeres resistiram e os venceram, em 1881. Os ingleses insistiram, porém, em controlar as ricas regiões mineradoras, ação que culminou na Guerra dos Bôeres, entre 1899 e 1902.

Ajudados pela Alemanha com armamentos e técnicos, os bôeres resistiram algum tempo, mas, ao perceber que não venceriam a guerra em campo aberto, apelaram para as guerrilhas. Em 1902 foram obrigados a assinar um tratado de paz, e suas terras tornaram-se colônias britânicas.

Vladimir Lênin publica o livro *O imperialismo: fase superior do capitalismo*.

1916

INVESTIGANDO O DOCUMENTO

Polêmica sobre o Imperialismo

Em 1895, o inglês Mr. Cécil Rhodes (1853-1902), defensor ferrenho do imperialismo e rico empresário na África do Sul, proferiu o seguinte discurso:

Ontem estive no East-End (bairro operário de Londres) e assisti a uma assembleia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados, cuja nota dominante era: "pão! pão!", e ao refletir, de regresso a casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo... A ideia que acalento representa a solução do problema social: para salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios; para eles enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas.

RHODES, Cécil. In: CATANI, Afrânio Mendes. *O que é Imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 36.

O dramaturgo irlandês Bernard Shaw (1856-1950), no entanto, exprimiu outra opinião, num texto publicado em 1897:

O inglês nasce com um certo poder milagroso que o torna senhor do mundo. Quando deseja alguma coisa, ele nunca diz a si próprio que a deseja. Espera pacientemente até que lhe venha à cabeça, ninguém sabe como, a ***insopitável*** *convicção de que é seu dever moral e religioso conquistar aqueles que têm a coisa que ele deseja possuir. Torna-se, então, irresistível. Como grande campeão da liberdade e da independência, conquista a metade do mundo e chama a isso de Colonização. Quando deseja um novo mercado para seus produtos adulterados de Manchester, envia um missionário para ensinar aos nativos o evangelho da paz. Os nativos matam o missionário; ele recorre às armas em defesa da Cristandade; luta por ela, conquista por ela; e toma o mercado como uma recompensa do céu...*

SHAW, Bernard. The man of destiny. In: LINHARES, M. Yedda. *A luta contra a metrópole*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 36.

- Os dois textos acima são duas interpretações totalmente diferentes sobre o mesmo fenômeno. Em grupo, avaliem os discursos e respondam:

a) A que fenômeno os textos se referem?

b) Que preocupação, decorrente do desenvolvimento industrial britânico, está presente no discurso de Cécil Rhodes? Em suas palavras nota-se algum tipo de interesse pelo bem-estar das sociedades colonizadas?

c) Compare os dois discursos. O que Bernard Shaw critica e denuncia no procedimento britânico em relação às colônias?

Insopitável ▸ que não pode ser controlado.

4 Ásia explorada: China e Japão

Há séculos era intensa a presença estrangeira na China. Em 1517, os portugueses chegaram a Macau. Depois, vieram os holandeses e os espanhóis, que comercializavam com os chineses a partir das Filipinas.

No século XVIII, o comércio da China com o Ocidente cresceu bastante, em especial pela presença da Companhia das Índias Orientais inglesa, que dominava as trocas comerciais com a cidade de Cantão e mais três portos ao sul.

Mas foi no decorrer do século XIX que os chineses tiveram as suas fronteiras invadidas por diversos países, em especial europeus. Não tiveram possibilidade de resistir ao maior poderio bélico dos estrangeiros, que muitas vezes uniam forças militares para manter as conquistas.

Os imperadores chineses viam os estrangeiros com desprezo. Embaixadores ingleses, por exemplo, foram expulsos de Pequim (Beijing) em 1816, por se recusarem a aceitar o protocolo do governo chinês que obrigava qualquer pessoa a inclinar-se diante do imperador até que sua testa tocasse o chão.

Lembrar aos estudantes que desde meados do século XVII a dinastia Qing governava a China, tendo derrotado a dinastia Ming.

THE STAPLETON COLLECTION/THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Plantação de chá na China, no século XIX – principal produto exportado para a Inglaterra. Guache sobre papel da Escola Chinesa, de autoria desconhecida, século XIX. Coleção particular.

O avanço do imperialismo na China

No começo do século XIX, a Companhia das Índias Orientais inglesa tinha o monopólio do comércio do chá da China. Comprado em Cantão, o produto era revendido na Inglaterra pelo dobro do preço. Em oitenta anos, esse negócio saltou de 12 mil toneladas anuais, em 1800, para quase 90 mil toneladas na década de 1880.

O intercâmbio anglo-chinês, porém, era muito desigual. Os chineses não tinham interesse nos produtos ocidentais, que costumavam ver com estranhamento e, por vezes, com curiosidade. Eram grandes consumidores, entretanto, de ópio, droga produzida na Índia e vendida pela Companhia das Índias Orientais inglesa desde o século XVIII. Tratava-se de um comércio lucrativo e ilegal: o consumo tinha sido proibido pelo governo chinês desde 1800. Mesmo ilegal, o ópio era utilizado por setores da elite, inclusive altos governantes. Em 1839, medidas enérgicas foram tomadas pelo imperador chinês para pôr fim ao tráfico do ópio, com o confisco do produto e a intimação para os ingleses acabarem com o negócio. Começava um conflito que ficou conhecido como a **Primeira Guerra do Ópio** (1839-1842).

O resultado foi péssimo para a China, obrigada a assinar o Tratado de Nanquim (1842), pelo qual cedia a ilha de Hong Kong aos ingleses e abria cinco portos ao comércio estrangeiro, incluindo o de Cantão. Nesses portos, a Inglaterra instalou missões diplomáticas e legalizou o comércio do ópio. Dois anos depois, os mesmos direitos foram concedidos à França e aos Estados Unidos. Outros países europeus e missões religiosas ocidentais também foram beneficiados.

Um pequeno incidente reacendeu o conflito: a captura pelos chineses de uma embarcação comandada por ingleses. Começava a **Segunda Guerra do Ópio** (1858). A Inglaterra ocupou Cantão e tomou com facilidade a cidade de Tientsin. A China teve de assinar o Tratado de Tientsin, que legalizava o consumo do ópio em seu território e permitia o trânsito de comerciantes por mais onze portos chineses.

Fique de olho!

- *55 dias em Pequim*. Direção: Nicolas Ray. EUA, 1963.

  Filme clássico sobre a Guerra dos Boxers, centrado num dramático episódio, no qual um grupo de estrangeiros é encurralado na Cidade Proibida por uma multidão em fúria.

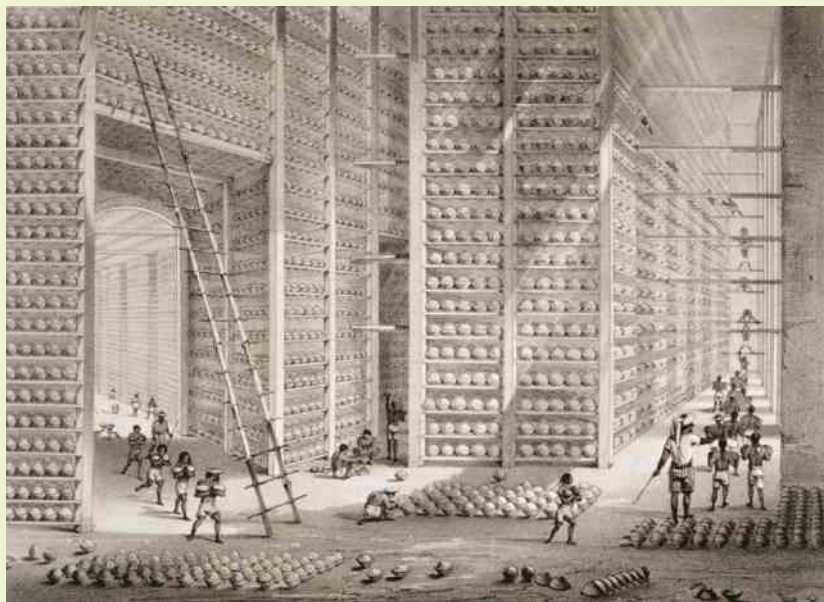
No ano seguinte, os chineses se recusaram a confirmar o tratado. Ingleses e franceses, então, ocuparam Pequim (Beijing) e incendiaram o Palácio de Verão, onde residia o imperador. A rendição do governo chinês foi ainda mais humilhante: teve de assinar um novo tratado em que se comprometia a cumprir todas as cláusulas do acordo anterior; a pagar indenizações ao governo inglês pelas perdas econômicas de seus comerciantes; e a ceder à França a posse da Indochina, que era controlada pelos chineses. Estava garantido aos europeus, assim, o livre acesso ao mercado chinês.

OUTRA DIMENSÃO CULTURA

Substâncias de cura e prazer

O chá é bebida popular na China há centenas de anos, pelo menos desde o século VII. Na Inglaterra, os primeiros registros de consumo de chá datam do século XVII, para fins medicinais, como prevenir a gota, ajudar na digestão, curar a gripe e melhorar o funcionamento dos brônquios. Naquela época, o consumo na Europa ainda era muito reduzido. Em 1678, a Companhia das Índias Orientais inglesa importou somente cerca de 2 mil quilos. No século seguinte, entretanto, o consumo se popularizou entre os ingleses. Entre 1760 e 1797, o produto alcançou 81% de todo o volume de mercadorias chinesas transportadas pela Companhia inglesa, seguido da seda e da porcelana. Isso se deveu a várias razões, entre elas a publicidade da companhia de comércio na Inglaterra e a queda nos preços do produto. Em contrapartida, a China comprava um produto comercializado pelos ingleses, mas originário da Índia: o ópio, extraído de uma planta conhecida popularmente como "papoula do oriente". A palavra **ópio**, em grego, quer dizer suco; assim como o chá, era usado para curar ou minimizar algumas doenças, como epilepsia, doenças respiratórias, gota, disenteria, pedra nos rins etc., além de ser usado como sedativo. O consumo na China foi tão grande que, em torno de 1900, estima-se que cerca da metade dos adultos era consumidora de ópio. Derivam do ópio várias drogas, como a morfina (nome derivado de Morfeu, deus grego do sono), isolada no início do século XIX, e a heroína, que se tornou popular no ocidente em meados do século XX. O ópio e seus derivados causam extrema dependência e seu uso é proibido ou restrito, hoje, em quase todas as partes do mundo.

W. S. SHERWILL. C.1850

A cidade de Patna, localizada às margens do rio Ganges, na Índia, era um conhecido centro de armazenamento e distribuição de ópio. Na década de 1880, vários países europeus, especialmente a Grã-Bretanha, tinham armazéns na cidade. A litografia mostra o trabalho no interior de uma fábrica de ópio. Cerca de 1850. Coleção particular.

1. Pesquise sobre os artistas Janis Joplin (1943-1970), Jimi Hendrix (1942-1970), Jim Morrison (1943--1971) e Kurt Cobain (1967-1994) e relacione-os ao que você estudou nesta seção.
2. Compare a comercialização de ópio pelos ingleses, no século XIX, com o tráfico de heroína no século XX.

O avanço japonês sobre a China

O vizinho Japão também lançou-se nessa conquista, começando pela península da Coreia, então ligada à China. O objetivo era se apossar das minas de ferro e carvão ali existentes. Em agosto de 1894, a marinha chinesa bombardeou barcos japoneses, dando início à **Guerra Sino-Japonesa**. O Japão, com frota e exército mais poderosos, tomou Formosa, hoje Taiwan, que se tornou domínio japonês. O conflito, vencido pelo Japão em 1895, rendeu ao país vários territórios e postos comerciais.

A expansão japonesa foi vista com desconfiança pelas potências europeias. A Rússia, por exemplo, cobiçava a Coreia e a Manchúria. Nesse caso, era um colonialismo tradicional, sobretudo preocupado com a conquista territorial e as rendas do Estado.

Fique de olho!

- *A Guerra do Ópio*. Direção: Xie Jiro. China, 1997.
  Ponto de vista chinês sobre a entrega de Hong Kong aos ingleses, em 1840.

Resistência derrotada

A entrada intensa de estrangeiros provocou várias mudanças na China. Com a **Reforma dos Cem Dias**, em 1898, inspirada nas medidas aplicadas pelo governo japonês (Revolução Meiji), o governo de Pequim (Beijing) reorganizou as regras de comércio, a agricultura e a administração, tanto militar quanto civil.

Internamente, essas mudanças modernizantes receberam forte resistência. Apoiada pelos conservadores, a rainha-mãe Tzu-hsi assumiu o trono, aprisionou o imperador, seu filho, e anulou vários de seus decretos, voltando-se contra os estrangeiros. Aliou-se a várias sociedades secretas, entre elas a I Ho T'uan ou I Ho Or'uan (Punhos da Justiça), chamada pelos ocidentais de Boxers (boxeadores).

A sociedade tinha como lema "Proteger o país e destruir o estrangeiro". Em 1900, inspirada nesse ideal, a rainha declarou ao Grande Conselho que os estrangeiros deveriam ser expulsos ou eliminados. A população, atendendo à conclamação, matou vários missionários europeus, assassinou o ministro da Alemanha e impediu a entrada de missões diplomáticas e tropas estrangeiras.

ÁSIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Fontes: OVERY, Richard. *A História completa do mundo.* Rio de Janeiro: Reader's Digest, 2009. p. 270-271; CALDINI, V.; ÍSOLA, L. *Atlas geográfico Saraiva.* São Paulo: Saraiva, 2009.

A China foi novamente invadida por uma coligação de exércitos europeus, com apoio de um numeroso contingente japonês.

Era a **Guerra dos Boxers**, que terminou com a derrota chinesa; a Corte imperial refugiou-se no Sião.

O império do Japão

Xogunato ▸ o governo do xogum, chefe militar com poderes não raro superiores aos do imperador.

O Japão, como várias regiões do Oriente, foi alvo do interesse de europeus e estadunidenses no século XIX. Era governado pelos chefes militares da família Tokugawa, detentores do poder desde o século XVII, no regime conhecido como Xogunato.

Eram grandes senhores rurais que sujeitavam os camponeses à servidão, razão pela qual vários historiadores costumam chamar esse período de **feudalismo Tokugawa**. Havia, ainda, um imperador e uma Corte imperial.

Na década de 1840, o rei holandês Guilherme II solicitou ao xogum que abrisse o comércio do país aos ocidentais. Em vão.

Foram os estadunidenses, interessados em barrar a influência britânica na Ásia, que conseguiram mudar essa posição.

Em 1854, sob ameaça de bombardear sua capital, Tóquio, estabeleceram com os japoneses um acordo de cooperação para reabastecimento de navios, auxílio aos náufragos e aceitação de um cônsul estadunidense em seu território.

Dois anos depois, o acordo foi ampliado, permitindo a residência e o culto religioso de estadunidenses em seis portos do país.

Outros países europeus conseguiram acordos semelhantes, principalmente a Inglaterra, que superava os Estados Unidos em volume de mercadorias vendidas ao Japão.

Convenção de Kanagawa, em 1854. A obra representa a abertura do Japão aos países ocidentais. Coleção particular.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

A abertura comercial do Japão

A abertura do Japão ao comércio exterior criou uma crise interna entre o imperador e o xogum. Em 1862, em meio à crise, um édito imperial determinou que o xogum expulsasse os estrangeiros de suas terras. A resposta imperialista foi arrasadora: ingleses, estadunidenses, franceses e holandeses impuseram a retomada do comércio, atacando cidades e reabrindo o estreito de Shimonoseki à navegação. Os japoneses perceberam que seria impossível resistir às forças ocidentais.

Nesse contexto, em 1867, subiu ao trono, aos 15 anos, o imperador Mutsuhito, conhecido como o "imperador iluminado". Nos 45 anos em que esteve no poder (Era Meiji), ocorreu uma significativa transformação da sociedade e da economia japonesas.

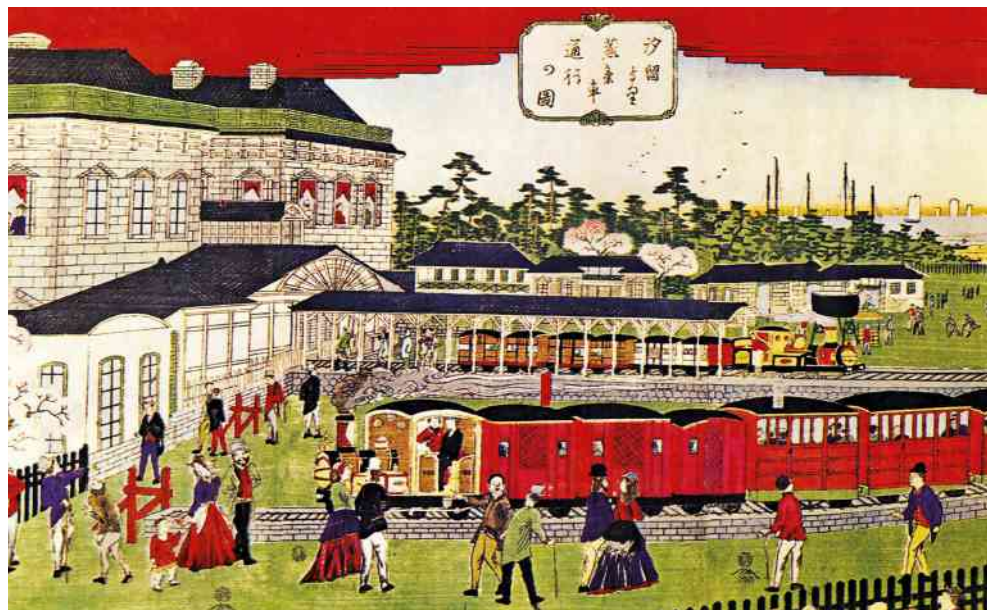
O imperador construiu escolas nos moldes ocidentais, tornou obrigatório o serviço militar e adotou o calendário cristão gregoriano. Um representante do governo foi enviado à Europa para estudar as Constituições de vários países. Acabaram por adotar, em 1889, o modelo germânico, combinando as características tradicionais do império nipônico com as formas de governo ocidentais.

O projeto governamental de ocidentalização do Japão incluía, entre outras iniciativas, o envio de estudantes para a Europa e os Estados Unidos para a formação de um corpo profissional e de técnicos, além da contratação de especialistas estrangeiros. Nas últimas décadas do século XIX, o país já estava em condições de se industrializar. O Estado foi o grande investidor, com fundos provenientes do aumento dos impostos. Somente no século XX o governo japonês transferiu para a iniciativa privada o controle das indústrias.

Outras medidas foram fundamentais para o êxito do processo de modernização: a reforma agrária e o declínio do poder dos samurais.

Com todas essas mudanças, o Japão, em vez de se transformar numa colônia – como ocorreu com seus vizinhos do Extremo Oriente –, tornou-se um país industrial e concorrente dos países ocidentais na corrida imperialista na Ásia. A Era Meiji terminou em 1912, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. O conflito, entretanto, permitiu aos japoneses ampliar suas conquistas asiáticas, despertando rivalidades que só cresceriam nas décadas seguintes.

Fique de olho!

- *O último samurai.* Direção: Edward Zwick. Japão/EUA/Nova Zelândia, 2003.
  Filme sobre o choque entre a cultura tradicional japonesa e a ocidental, centrado na figura de um oficial estadunidense que se integra ao exército samurai resistente à ocidentalização.

TOPFOTO/KEYSTONE BRASIL

A modernização do Japão incluiu a instalação de uma expressiva rede ferroviária. Na imagem, a primeira estrada de ferro no Japão, ligando as cidades de Tóquio e Yokohama, inaugurada em 1872. Xilogravura japonesa (*moku hanga*) de autoria desconhecida, século XIX. Coleção particular.

5 Os Estados Unidos na corrida imperialista

Na última década do século XIX, grande parte da América era formada por um conjunto de Estados independentes, quase todos com regimes republicanos. A exceção era o Canadá e alguns lugares do Caribe.

Após a independência dos Estados Unidos, o Canadá, parcialmente povoado por franceses, recebeu muitos estadunidenses e ingleses (interessados principalmente no trigo e no comércio de peles com os povos indígenas – comércio há muito explorado pelos colonos franceses). Dividiu-se, assim, em dois: o Alto Canadá, inglês, e o Baixo Canadá ou Quebec, francês. As ilhas e o litoral do Caribe, por sua vez, permaneciam nas mãos das potências europeias (ver o mapa a seguir).

Em fins do século XIX, graças ao rápido processo de industrialização, os Estados Unidos haviam se tornado uma grande força econômica, apesar dos vários problemas enfrentados nas décadas anteriores. A situação dificultava a participação dos estadunidenses nas disputas imperialistas travadas na África e na Ásia, embora o país estivesse presente no Extremo Oriente. O mesmo, entretanto, não se repetia na América, onde a expansão para oeste resultou na dilapidação do México, com a anexação do Texas e da Califórnia entre 1848 e 1850.

TERRITÓRIOS AMERICANOS SOB DOMÍNIO COLONIAL (1880)

MARIO YOSHIDA

País colonizador:
- Grã-Bretanha
- França
- Países Baixos (Holanda)
- Dinamarca
- País independente

Fonte: *Atlas Encyclopédique Mondial*. Paris: Nathan, 1998.

De Cuba ao Pacífico

Até o fim do século XIX, os Estados Unidos não tentaram qualquer anexação formal de territórios americanos, limitando-se a exercer discreta influência econômica. A exceção foi Cuba. Apesar de a ilha ser colônia da Espanha, os estadunidenses mantinham investimentos na produção de açúcar e tabaco. Em 1898, estourou uma guerra entre Estados Unidos e Espanha. O motivo foi a explosão do couraçado estadunidense Maine, no porto de Havana, em Cuba, atribuída aos espanhóis. A guerra se estendeu do Caribe às ilhas do Pacífico, onde havia possessões espanholas, em particular às Filipinas.

O saldo final da guerra foi favorável aos Estados Unidos. O Tratado de Paris (1898) acabou com o domínio espanhol sobre Cuba, Porto Rico

(ambas no Caribe) e as Filipinas (Pacífico). Em compensação, os estadunidenses indenizaram a Espanha. Porto Rico e Filipinas acabaram se transformando em domínios estadunidenses. Cuba, por sua vez, conquistou sua independência política, mas a economia continuou dominada pelos Estados Unidos. Esse domínio foi consolidado em 1901, com a **Emenda Platt**, que permitia aos estadunidenses intervir militarmente em Cuba quando sentissem seus interesses ameaçados. Essa emenda foi inserida, sob pressão dos Estados Unidos, na Constituição cubana.

BOYER/ROGER-VIOLLET/AFP

Passagem do primeiro barco rebocador pelo Canal do Panamá, fotografia de 1913.

Nessa época os Estados Unidos formularam sua versão de imperialismo, com a política do **Big Stick** (grande bastão) ou o Corolário **Roosevelt da Doutrina Monroe**. Se a Doutrina Monroe (1823) limitava-se a defender a soberania dos países americanos, a intenção agora era óbvia: expandir os Estados Unidos pelo mundo, a começar pelo vizinho Caribe.

No Pacífico, os Estados Unidos anexaram o Havaí e as ilhas de Guam.

Durante o governo de Theodore Roosevelt (1901-1909), houve a ação expansionista mais expressiva, com a interferência no Panamá, separado da Colômbia em 1903 com apoio tácito dos Estados Unidos. Havia fortes interesses econômicos e militares na região, como a finalização do canal que ligaria o Atlântico ao Pacífico. As obras do canal terminaram em 1914, e a sua construção e controle foram passados para os Estados Unidos. O Canal do Panamá retornou ao domínio panamenho somente em 1999.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

John Bull

A imagem retrata o imperador chinês e homenzinhos a serrar os pés da cadeira em que ele está sentado. Abaixo, está a figura de John Bull, representação dos ingleses em charges políticas (ele é, geralmente, desenhado como um homem de meia-idade, com cartola e colete com a bandeira da União Britânica). Na legenda está escrito: "John Bull preso em sua própria armadilha. Só pode observar a cena e ranger os dentes".

- Observe a caricatura e responda.
  - **a)** O que prende John Bull? Por quê?
  - **b)** O que significam os homenzinhos?

THE ART ARCHIVE/KHARBINE-TAPABOR/COLLECTION IM/AGB

Caricatura francesa do século XIX representando as potências ocidentais serrando a cadeira do imperador chinês. Coleção particular.

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. Um jurista, professor da Universidade de Toulouse (França), em 1912, afirmava:

Colonizar é relacionar-se com os países novos para tirar benefícios dos recursos de qualquer natureza destes países, aproveitá-los no interesse nacional e, ao mesmo tempo, levar às populações primitivas, que delas se encontram privadas, as vantagens da cultura intelectual, social, científica, moral, artística, literária, comercial e industrial, apanágio das raças superiores. A colonização é, pois, um estabelecimento fundado em país novo por uma raça de civilização avançada, para realizar o duplo fim que acabamos de indicar.

MÉRIGNHAC, A. Précis de législation et d'économie coloniales. In: LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole* (Ásia e África). 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 35-36.

a) A principal ideia do texto se refere a uma concepção que hierarquiza as sociedades humanas. Que sociedades estariam no topo? E quais seriam as inferiores? Que críticas existem hoje sobre essa hierarquização?

b) Pelo texto, é possível perceber qual "raça" o autor considera "superior"? Em que teoria da época o autor se baseava para chegar a essa conclusão?

c) O jurista afirma que as áreas colonizadas também seriam beneficiadas com o contato com as "sociedades avançadas". De que forma?

2. Que motivos econômicos podem ser apontados para a expansão colonizadora do século XIX?

3. Explique as condições que permitiram à Grã-Bretanha ser pioneira na corrida imperialista.

4. Em 1960, o líder revolucionário cubano Fidel Castro declarou:

O povo de Cuba condena energicamente o imperialismo da América do Norte por sua dominação grosseira e criminosa, que dura há mais de um século, de todos os povos da América Latina, que mais de uma vez viram ser invadido o solo do México, da Nicarágua, do Haiti, de Santo Domingo e de Cuba; povos estes que perderam, para um imperialismo ganancioso, terras amplas e ricas como o Texas, áreas tão vitalmente estratégicas como o Canal do Panamá, e mesmo, como no caso de Porto Rico, países inteiros foram transformados em territórios de ocupação. Essa dominação, construída sobre superioridade militar, sobre tratados injustos, e sobre a colaboração vergonhosa de governos traidores, há mais de cem anos fez da Nossa América (...) uma zona de exploração, um quintal do império financeiro e político dos Estados Unidos (...).

Discurso de Fidel Castro de 2 de setembro de 1960 conhecido como "A Primeira Declaração de Havana". In: GOTT, Richard. Cuba. *Uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 212.

Relacione o discurso de Fidel Castro à Doutrina Monroe e à política do Big Stick dos Estados Unidos.

5. O mapa da África após a Conferência de Berlim (veja o mapa na página 247), apresenta a divisão dos territórios africanos entre as potências europeias com fronteiras bem delimitadas. As sociedades ou os povos africanos sabiam disso?

Reflexões

Metáfora da colonização da África

Em entrevista cedida à *Revista de História da Biblioteca Nacional*, o embaixador e historiador africanista Alberto da Costa e Silva afirmou:

Na verdade, a África, como unidade, não existe, é uma invenção nossa. O que existe são numerosos povos de culturas diferentes, que, da mesma maneira que os europeus, possuem alguns elementos culturais básicos comuns. [...] No século XVI começaram a ser trazidas para a América grandes massas de escravos, na maior migração forçada da história da humanidade. [...] A África era como uma laranja, e os europeus foram picando a casca. Só a partir do século XVIII eles começaram a entrar na polpa branca da laranja. E foi somente no fim do século XIX que eles entraram nos gomos da fruta.

Alberto da Costa e Silva: sem a África, o Brasil não existiria. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1, n. 1, jul. 2005, p. 52-57.

- Explique, historicamente, a metáfora utilizada pelo autor.

Vamos testar?

1. (Enem-2008)

William James Herschel, coletor do governo inglês, iniciou na Índia seus estudos sobre as impressões digitais ao tomar as impressões digitais dos nativos nos contratos que firmavam com o governo. Essas impressões serviam de assinatura. Aplicou-as, então, aos registros de falecimentos e usou esse processo nas prisões inglesas, na Índia, para reconhecimento dos fugitivos. Henry Faulds, outro inglês, médico de hospital em Tóquio, contribuiu para o estudo da datiloscopia. Examinando impressões digitais em peças de cerâmica pré-histórica japonesa, previu a possibilidade de se descobrir um criminoso pela identificação das linhas papilares e preconizou uma técnica para a tomada de impressões digitais, utilizando-se de uma placa de estanho e de tinta de imprensa.

Internet: www.fo.usp.br – com adaptações.

Que tipo de relação orientava os esforços que levaram à descoberta das impressões digitais pelos ingleses e, posteriormente, à sua utilização nos dois países asiáticos?

a) De fraternidade, já que ambos visavam aos mesmos fins, ou seja, autenticar contratos.

b) De dominação, já que os nativos puderam identificar os ingleses falecidos com mais facilidade.

c) De controle cultural, já que Faulds usou a técnica para libertar os detidos nas prisões japonesas.

d) De colonizador-colonizado, já que, na Índia, a invenção foi usada em favor dos interesses da Coroa inglesa.

e) De médico-paciente, já que Faulds trabalhava em um hospital de Tóquio.

Conexões — História e Geografia

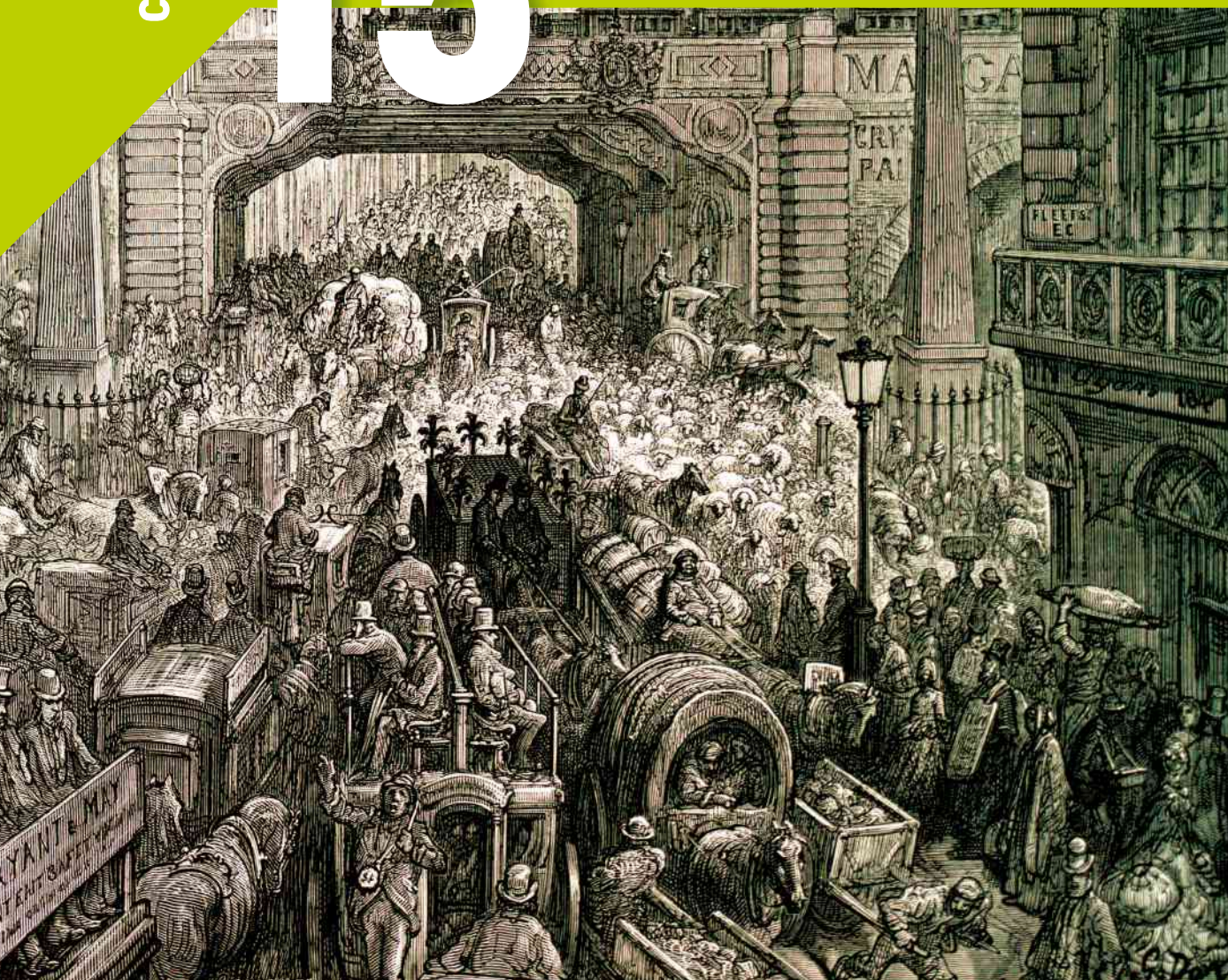
Dois grandes canais foram abertos durante a expansão imperialista: o Canal de Suez, na África, e o Canal do Panamá, na América. Os dois foram executados com capital estrangeiro e serviram para diminuir expressivamente distâncias de navegação.

1. Que pontos geográficos eles ligam?
2. Faça uma pesquisa sobre extensão e fluxo anual de navios nesses canais.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Cerimônia de inauguração do Canal de Suez, no porto Said, em 17 de novembro de 1869. Óleo sobre tela de Riou Edouard (1833-1900). A obra se encontra no Castelo de Compienha, Compienha, França.

Capítulo 15

Ciência e tecnologias no mundo capitalista

ALBUM/AKG-IMAGES/FOTOARENA

Trânsito no centro, próximo à catedral de St. Paul, em Londres, Inglaterra, 1872. *Ludgate Hill*, xilogravura do francês Gustave Doré, 1872. Publicada no livro *London: a pilgrimage*, de Doré e Blanchard Jerrold, em 1872. Coleção particular.

Gustave Doré, famoso ilustrador francês do século XIX, assim retratou as ruas do centro de Londres: apinhadas de gente e de veículos de tração humana e animal, em sintonia com as descrições desfavoráveis sobre as multidões feitas por inúmeros romancistas da época.

A superpopulação nas principais cidades do mundo ocidental resultou em sérios problemas de saúde urbana e pública. Com a valorização do discurso científico, o medo burguês da multidão teve na Biologia um meio de pôr ordem no aparente caos social. Assim, na Europa, e depois em todo o mundo ocidental, a palavra **higiene** tornou-se moda – em grego (*hygeinos*) significa "o que é são". O predomínio da medicina higienista influenciou as políticas públicas sanitárias urbanas, que drenou pântanos, canalizou águas e esgotos, alargou ruas para a melhor circulação do ar, transferiu os cemitérios para a periferia das cidades etc. como medidas para preservar a saúde. São essas informações que veremos neste capítulo.

Puxando pela memória

O século XIX foi uma época de mudanças radicais no mundo ocidental. Tudo se transformou. Você conhece alguma dessas inovações?

1 Charles Darwin e a origem das espécies

O século XIX caracterizou-se por uma verdadeira revolução no conhecimento humano. Na Biologia, a visão racional substituiu a interpretação religiosa e passou a explicar os mais diversos fenômenos, pelo menos para a elite letrada. Houve resistência à aceitação da explicação científica por parte da grande maioria das populações e das igrejas cristãs, tanto protestantes quanto católicas. Mesmo assim, vagarosamente, a ciência triunfou. Hoje, ainda há pessoas que atribuem os fenômenos naturais, como furacões, tempestades, seca etc., à vontade divina, mas elas são em cada vez menor número. Esses fenômenos têm explicações científicas.

O impacto decisivo da Biologia foi no campo dos estudos sobre os seres humanos, etnológico, reinventando o conceito de **raça**. O termo já existia e era empregado inclusive em documentos oficiais. Porém, até o século XVIII, em especial no Ocidente cristão, raça era uma noção associada à ascendência religiosa do indivíduo, ou ao "sangue de sua linhagem", ou seja, sua origem. Tinha pouco a ver com os aspectos físicos das pessoas.

O termo "raça" tinha sentido pejorativo e era usado para identificar os descendentes de povos considerados infiéis pelos cristãos, como judeus e muçulmanos, por exemplo, ou pagãos, como indígenas da América e povos africanos de religião animista. Mas o fundamental para a definição das raças era mesmo a linhagem em termos religiosos, sendo usada, em geral, para inferiorizar povos não cristãos.

Animismo ▸ em termos filosóficos, refere-se à crença que considera os seres da natureza – sejam animais, vegetais ou minerais – dotados de vida e capazes de agir conforme decisões próprias.

Entre o bem e o mal

No século XIX, o inglês Charles Darwin foi o grande expoente das ciências naturais, celebrizado por sua teoria ao defender a ideia de seleção natural. Seu livro *A origem das espécies* (1859) causou enorme alvoroço em várias partes do mundo. Segundo ele, a evolução dos seres vivos se dá a partir da sobrevivência dos mais capazes de se adaptar ao meio natural.

Para completar suas teorias, Darwin escreveu *A origem do homem* (1871), defendendo a ideia de que haveria um ancestral comum entre algumas espécies de macacos e os seres humanos. Ele foi criticado e ridicularizado no meio religioso por cientistas de formação cristã, que insistiam na versão bíblica da criação da humanidade – que ganhou ares de ciência, passando a chamar-se, em certos círculos acadêmicos, de teoria criacionista.

As teorias evolucionistas de Darwin repercutiram em todas as áreas de conhecimento. Em Sociologia, criou-se o **darwinismo social**, que inspirou inúmeros pensadores a analisar as sociedades segundo o modelo da evolução das espécies. Ou seja, o "evolucionismo" das espécies foi transplantado para as sociedades. De acordo com esse pensamento, as sociedades foram classificadas como mais ou menos evoluídas. Muitos cientistas, apoiados na teoria evolucionista, hierarquizaram os povos e deduziram haver povos mais evoluídos do que outros.

Em resumo, o evolucionismo darwinista trouxe enorme contribuição no campo das ciências naturais, mas resultou em teorias desastrosas e muito perigosas para a humanidade, sobretudo quando aplicadas ao campo etnológico e sociológico. Muitas pesquisas ligadas à eugenia, por exemplo, dedicavam-se ao estudo genético das raças com o objetivo de preservar a suposta pureza das mais evoluídas e justificar o seu domínio sobre aquelas consideradas inferiores. Assim, combatia-se a miscigenação (mestiçagem) entre os povos, considerando-a um passo para a degradação das raças ditas superiores.

Na primeira metade do século XX, o diagnóstico pessimista de que a civilização europeia se via ameaçada pela "mestiçagem racial" produziria efeitos políticos trágicos.

Sobre o darwinismo social e o desenvolvimento do imperialismo, ver capítulo 14.

BETTMANN/CORBIS/FOTOARENA

No texto da charge, se lê: "Sociedade para a Prevenção da Crueldade contra os Animais: O Gorila Inconformado: Este homem quer reivindicar meu *pedigree* [origem]. Ele diz que é um dos meus descendentes. Sr. Bergh: Agora, Sr. Darwin, como você pôde insultá-lo assim?". Charge de 1871, publicada no periódico *Harper's Weekly*, zomba da teoria da evolução. Gravura intitulada *O resgate do Sr. Bergh*, de Thomas Nast. Coleção particular.

Informar aos estudantes que teorias como a da eugenia, além de postular a esterilização da população considerada "inferior", também defendeu a segregação, a restrição de imigração e a estipulação de licenças para a realização de casamentos entre pessoas de "raças" diferentes, na tentativa – frustrada – de controlar a reprodução.

2 Pasteur e o fim dos miasmas

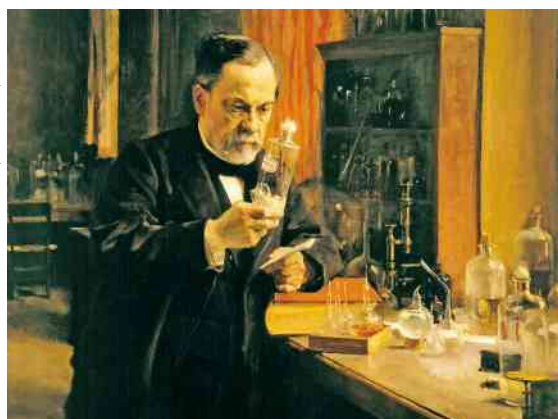
Fique de olho!

- *A vida de Louis Pasteur*. Direção: William Dieterle. EUA, 1936.
  Clássico sobre a biografia de Pasteur, mostrando os problemas que enfrentou no meio científico francês no ano de 1860.

No início do século XIX, a maioria dos médicos acreditava que as doenças eram provocadas por miasmas (palavra de origem grega que significa impureza ou mancha). Acreditavam que eram partículas invisíveis originárias da putrefação de animais e vegetais que contaminavam os seres humanos pelo ar. A infecção era entendida como resultado da ação desses miasmas aeróbicos, explicação usada até mesmo no caso das grandes epidemias de varíola, cólera e febre amarela, que flagelavam populações de vários continentes.

Porém, com o avanço científico do século XIX, em especial com as descobertas do químico e biólogo francês Louis Pasteur (1822-1895), a ciência médica mudou completamente. Em 1864, ele se dedicou a pesquisar as razões pelas quais alguns líquidos, como a cerveja e o vinagre, se alteravam, um processo que a química não explicava. Pasteur descobriu então que o motivo residia na ação de microrganismos anaeróbicos (que não precisam de ar para sobreviver e se reproduzir) e, ainda, que a elevação da temperatura de um líquido até certo grau, seguida de um rápido resfriamento, matava esses micróbios. Em homenagem a ele, tal sistema ficou conhecido como pasteurização.

Os estudos da microbiologia e da bacteriologia acabaram em definitivo com a teoria dos miasmas e definiram uma nova forma de entender a origem das doenças. Pasteur defendia que grande parte delas tinha origem em microrganismos anaeróbicos, no que estava absolutamente correto. O maior avanço para o combate da ação e transmissão de micróbios e bactérias se deu com o desenvolvimento de técnicas antissépticas e de esterilização, derivadas das pesquisas de Pasteur.

ALBUM/AKG-IMAGES/FOTOARENA

Pasteur no laboratório, pintura de Albert Edelfelt, de 1885, representando o químico e biólogo francês, em seu gabinete de estudos. A obra se encontra no Museu de Orsay, Paris, França.

OUTRA DIMENSÃO — CULTURA

Outras descobertas

O banho, na Europa medieval e moderna, já foi considerado um grande vilão, um risco, porque se acreditava que limpava os poros e permitia a livre entrada de odores pestilentos e de miasmas, até então considerados os responsáveis pela propagação das doenças.

Os estudos do médico alemão Robert Koch (1843-1910), contemporâneo de Pasteur, ampliaram os conhecimentos sobre microbiologia. Koch descobriu o bacilo da tuberculose e o agente do cólera-morbo, doenças que provocavam muitas mortes em todo o mundo. Suas descobertas abriram também um vasto campo para o diagnóstico e o tratamento de diversas doenças.

Além disso, antes da descoberta dos microrganismos anaeróbicos, o tratamento dos pacientes era feito sem a devida limpeza dos instrumentos. Após a descoberta de Pasteur, os médicos começaram a cuidar da esterilização de instrumentos e aparelhos, procedimento aparentemente banal, mas que acabou por salvar milhares de vidas.

- Com as descobertas desses cientistas, alguns problemas urbanos das grandes cidades industriais daquele período poderiam ter sido diminuídos. Que soluções você sugeriria para os poderes públicos?

3 Saneamento e vacinação

Com base na teoria dos miasmas, criou-se o conceito de **higiene**, para designar um conjunto de medidas preventivas contra as doenças. Como era consenso que as doenças transmitidas pelo ar provinham dos miasmas, os governos passaram a se preocupar com os locais onde se acumulavam materiais suspeitos: a sujeira das ruas, os pântanos, os brejos e as lagoas, os animais que apodreciam em locais públicos, os defuntos e os bairros em que moravam as pessoas mais pobres. Assim, a partir do início do século XIX, vários governos criaram órgãos de saúde pública – as Comissões de Salubridade – para combater esses perigos, em especial nas cidades mais populosas, onde se concentravam as indústrias. Fazia-se de tudo para afastar o que se pensava ser a origem das doenças: plantas e animais em estado de putrefação.

As autoridades determinaram a secagem de pântanos e brejos, o aterro de lagoas, a limpeza das ruas, o afastamento dos abatedouros de animais dos centros populosos. Cemitérios até então localizados dentro e em torno das igrejas, nas áreas centrais das cidades, foram transferidos para os arredores, para evitar que os miasmas exalados pelos mortos contaminassem os vivos.

OUTRA DIMENSÃO CULTURA

As necessidades fisiológicas

A construção de espaços exclusivos para as necessidades fisiológicas, como temos hoje em dia, estava mais relacionada com o pudor do que com a higiene. Até o início do século XVIII, era comum defecar em lugares hoje considerados impróprios, como escadarias, corredores e armários, além de lugares públicos, como ruas, becos, praias e bosques.

Os manuais de civilidade do século XVI ou XVII descreviam sem rodeios a maneira correta de defecar, urinar, arrotar, enquanto os do século XIX evitavam tratar diretamente do assunto.

Disseminou-se a prática de construir nas residências um lugar específico para as necessidades fisiológicas, ligado a um sistema de esgoto e de encanamento de água. Nas casas dos mais ricos, surgiram os vasos sanitários ou latrinas, confinados em cubículos. Os que não contavam com essas áreas usavam urinóis nos quartos de dormir.

RÔMULO FIALDINI/TEMPO COMPOSTO

Urinol de louça do século XIX. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.

O banho também era tomado dentro do quarto de dormir, embora nas casas mais ricas fosse comum uma "sala de banhos", onde eram colocadas bacias ou grandes banheiras de flandres. Ainda assim, o banho não era uma prática diária entre os europeus, que em alguns casos julgavam o banho de imersão perigoso para a saúde. Recomendava-se passar um pano perfumado nas partes íntimas e banhar-se uma ou duas vezes por semana. Custou muito para que o espaço reservado à latrina fosse incorporado à sala de banhos, o que não é de se espantar. Afinal, em uma civilização apreciadora do pudor, da decência e da limpeza, misturar no mesmo espaço a latrina reservada às necessidades fisiológicas e a banheira destinada à limpeza do corpo era algo contraditório e desconcertante.

- Um decreto real, em 1780, proibia os habitantes de Paris de lançar água, urina, fezes e lixo de suas janelas para as ruas. Utilizando essa informação como um dado histórico, o que você pode deduzir sobre esse decreto?

Outra medida fundamental foi a construção de redes de esgoto para jogar em córregos e rios os dejetos domésticos, como fezes e urina. Antes, como vimos, os excrementos humanos eram jogados nas ruas ou em cursos de água, sem nenhuma preocupação.

Apesar das descobertas de Louis Pasteur, que puseram abaixo a teoria dos miasmas, as medidas preventivas dos órgãos públicos foram mantidas e ampliadas, com o tratamento dos esgotos e a instalação de redes de abastecimento de água em várias cidades, diminuindo de maneira significativa os surtos epidêmicos e as mortes, segundo o que se entende hoje como higiene.

As vacinas

Outra frente de ação dos órgãos públicos foi a vacinação, em particular contra a varíola – uma das doenças mais devastadoras da história da humanidade. Essa vacina foi descoberta pelo médico inglês Edward Jenner, no início do século XIX. Ele descobriu que a secreção das erupções de vacas infectadas pela varíola bovina era capaz de imunizar os humanos, ao constatar que os indivíduos que ordenhavam vacas não contraíam a doença.

O sistema criado por Jenner era tão simples quanto repugnante, em nossa concepção atual, embora necessário e aceito na época. Consistia em fazer um corte no braço de uma pessoa sadia e introduzir nele a secreção da vaca infectada. Depois de alguns dias, aparecia no local uma erupção, de onde se retirava a secreção para inocular em outra pessoa.

CONVERSA DE HISTORIADOR

A variolização em outros continentes

A prática de inocular pessoas sãs com o pus da varíola é bastante antiga e existia em várias sociedades.

A história do combate à varíola é a história da inoculação e, posteriormente, da vacina, e suas origens se perdem na noite dos tempos. A ideia da inoculação do pus variólico originou-se provavelmente da crença, presente em tradições da medicina popular em várias partes do mundo desde a mais remota antiguidade, de que certas doenças poderiam ser evitadas através da aplicação de material similar à moléstia que se queria prevenir — tal aplicação poderia ser natural, ritualística, ou uma combinação de ambas (...). Sabe-se qual a técnica pelos hindus. Eles guardavam durante certo tempo as roupas contaminadas pelos variolosos para depois aplicar pedacinhos do seu pano sobre escarificações [feridas] feitas intencionalmente na pele dos indivíduos sãos. (...) Por volta do ano 1000, práticos chineses coletavam as crostas dos variolosos, reduziam-nas a pó, e então sopravam alguns grãos, às vezes com o auxílio de um tubo de bambu, nas narinas de pessoas em busca de proteção.

Em Boston, nos Estados Unidos, escravos originários da África foram inquiridos pelo reverendo Cotton Mather sobre se haviam contraído varíola. Um deles (...) disse que sim, e que não, e explicou (...) que entre os seus era comum a prática de extrair o líquido das pústulas dos variolosos e colocar uma gota do material assim obtido em cortes feitos na pele. (...) Seus informantes deram-lhe a impressão de que a prática de inoculação era quase universal na África (...).

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 102-104.

- Com base nas informações do texto, pode-se considerar que os europeus foram os primeiros a descobrirem os métodos de combate à varíola?

Apesar das reações populares, os poderes públicos assumiram o encargo de difundir a vacinação e conseguiram vacinar grande número de pessoas, com resultados satisfatórios. Na França, a varíola matava entre 50 e 80 mil pessoas por ano, mas depois da vacinação não chegava a matar nem 100 pessoas. O sistema de vacinação foi estendido a outros países, diminuindo bastante o índice de mortalidade.

Mas outros problemas apareceram. Apesar de a "inoculação de braço em braço" imunizar contra a varíola, acabava transmitindo outras doenças, como a sífilis. Além disso, muitos resistiam ao procedimento e impediam a retirada de secreção para ser inoculada em outro paciente. Desse modo, vários fatores contribuíram para que essa forma de vacinação fosse interrompida.

HERITAGE IMAGES/DIOMEDIA

Vacinação contra a varíola nas instalações de um jornal francês. Um homem retira secreção do flanco de uma vaca infectada com *cowpox* (como era chamada a varíola bovina), para aplicá-la no braço de uma mulher. Gravura de autoria desconhecida, intitulada *O trabalho filantrópico do Petit Journal, vacinação gratuita contra a varíola no grande salão do Petit Journal*. Publicada no *Le Petit Journal*, Paris, 1905. Coleção particular.

Como resultado, a varíola reapareceu com vigor na segunda metade do século XIX. Somente em 1865 foi descoberto um meio de vacinação mais eficaz, elaborado em laboratório e em doses individuais. Ainda assim, somente no início do século XX a varíola foi realmente controlada nos países europeus.

No final do século XIX, vários cientistas desenvolveram vacinas contra outras doenças, como a raiva canina – outro feito de Louis Pasteur –, além de melhorias no tratamento de pessoas mordidas por cães raivosos. Em vários países, os governos tomaram a iniciativa de vacinar os cães, diminuindo muito a incidência da doença em humanos.

Essas e outras experiências de vacinação somente seriam aprimoradas no século XX, mas foi a pesquisa científica do século XIX que abriu caminho para o desenvolvimento da medicina ocidental.

4 Transformações nos sentimentos e nos ritos de morte

No Ocidente cristão, durante séculos, a partir do período da queda do Império Romano, os seres humanos viam a morte como inevitável, um destino coletivo. Porém, essa visão não era aterradora, porque na interpretação cristã havia a possibilidade de uma segunda vida, no Paraíso.

Os rituais eram diferentes para os grupos sociais, embora houvesse aspectos comuns entre eles, como o corpo ser enterrado diretamente na terra, sem caixão, não havendo identificação do local de sepultura. Nada indicava que uma pessoa estava enterrada em determinado lugar, a não ser o registro de óbito nos livros paroquiais. Assim, muitos corpos eram enterrados na mesma cova, que era fechada quando se enchia. Tempos depois, as covas eram reabertas, os ossos eram encaminhados a ossários – espécie de galerias em que se dispunham os ossos já descarnados –, abrindo-se espaço para mais corpos.

O rito de morte era público: todos podiam e deviam tomar parte, incluindo crianças, que visitavam sem cerimônia os quartos dos doentes e presenciavam o falecimento. O momento da morte era importante, e o ideal era que fosse

Fique de olho!

- *A volta ao mundo em 80 dias*. Direção: Michael Anderson. EUA, 1956.

  Clássico baseado na obra homônima do escritor francês Julio Verne. Importante como reconstituição do meio científico britânico no século XIX.

Charge crítica às condições sanitárias da cidade de Nova York, no final do século XIX. No centro, aparece um esqueleto, semelhante a algumas representações da morte, sobre um monte de lixo, tendo como fundo um cenário urbano. Na legenda da imagem: "Em total acordo. O monstro cruel: O conselho de saúde e eu estamos trabalhando em perfeita harmonia". Autoria desconhecida, 1885. Coleção particular.

preparado desde cedo: cada pessoa deveria fazer um testamento, que não se destinava a dividir os bens, como hoje em dia, mas consistia em um conjunto de instruções sobre o que deveria ser feito após sua morte. Tudo para morrer "em paz com minha consciência e colocar minha alma no caminho da salvação". Essa orientação de se preparar para a morte durou séculos.

Somente no final do século XVIII e, principalmente, no decorrer do século XIX, a morte e o corpo morto se individualizaram. Isso foi resultado de variados fatores, incluindo a formação de uma sociedade burguesa e industrial que passou a valorizar as conquistas individuais independentemente das origens familiares. Esse processo resultou em uma nova sensibilidade, romântica. A sociedade passou a dramatizar, a lamentar a ausência e a manter a lembrança dos seus mortos, sinal de que não tolerava mais a indiferença e o anonimato da morte e dos mortos.

Também nesse momento uma grande transformação ocorreu com a redação dos testamentos, ou últimas vontades. Antes recheados de cláusulas piedosas, recomendações aos santos, especificações sobre o sepultamento, passaram a constituir o ato legal de distribuição de bens, como é feito até hoje. Foi a laicização do testamento.

A medicina foi, aos poucos, ganhando importância no momento da morte, substituindo, vagarosamente, a família e a Igreja nesse momento. Se antes o padre era o primeiro a ser chamado, o médico passou a ocupar seu lugar: foi a "medicalização" da morte. Por influência dos médicos higienistas, os defuntos foram destinados a cemitérios "extramuros", ou seja, fora dos limites urbanos e distantes das igrejas. Certamente muitos cemitérios extramuros construídos a partir do final do século XVIII e por todo o XIX foram englobados pela malha urbana por conta do aumento das grandes cidades. Mas, originariamente, a ideia era deixá-los distantes.

As mudanças demoraram a acontecer, mas constata-se que, nos dias de hoje, o tema é incômodo para ser analisado. Em geral, as pessoas ficam espantadas por alguém se interessar por seu estudo.

Atualmente, nas cidades, é comum a morte ocorrer afastada da família, quase sempre em hospitais, com a assistência de médicos. A grande maioria dos mortos é enterrada em cemitérios assépticos, de preferência longe dos aglomerados humanos. Caixões de madeira acondicionam o corpo, ou ele é cremado. A cerimônia do velório é realizada em capelas exclusivas para esse fim, e não mais em casa. A morte deixou de ser familiar. Não se misturam mais morte e vida.

Laico ▸ de origem etimológica do grego *laikós*, "do povo", significa o que é da vida mundana, comum, sem ligação com aspectos religiosos.

OUTRA DIMENSÃO CULTURA

Os cemitérios extramuros no Brasil

O Brasil não ficou de fora das grandes mudanças nos ritos funerários do Ocidente cristão. Mas, em especial, as mudanças dos cemitérios para longe da cidade não foram aceitas sem problemas.

De acordo com a pesquisa de João Reis, publicada no livro *A morte é uma festa*, uma grande revolta popular tomou conta de Salvador, na Bahia, em 1836, quando foi criado o Campo Santo, cemitério arquitetado de acordo com as premissas médicas da época. Uma lei proibia o enterramento nas igrejas e obrigava o sepultamento no Campo Santo – longe da cidade, fora dos limites sagrados da igreja e organizado por empreiteiros particulares. Nada podia ser mais distante do que seria uma "boa morte". A população, revoltada, quebrou todo o cemitério.

Com o tempo, e depois de algumas epidemias flagelarem a população de várias cidades do Brasil durante o século XIX, como a febre amarela e o cólera, principalmente, muitos passaram a concordar com a ideia de que os miasmas, as emanações produzidas pelos corpos putrefeitos, podiam corromper o ar e provocar doenças e mortes. Foram criados – e aceitos – os cemitérios extramuros. Hoje, as cidades cresceram e acabaram por envolver os cemitérios que ficavam na periferia. Poucos gostam de sua proximidade.

1. Em grupo, façam uma pesquisa com algumas pessoas mais velhas para ver se os ritos funerários de hoje são iguais aos do passado. Façam uma pequena lista de perguntas, como:
   a) Como seus pais/parentes/amigos morreram?
   b) Onde foram velados?
   c) Onde foram enterrados?
   d) Crianças assistiram ao enterro?
2. Amplie o número de perguntas, segundo a escolha do grupo. Não se esqueçam de perguntar o ano da morte da pessoa descrita. Com as respostas, redijam uma avaliação das principais diferenças entre os ritos de morte do passado e os atuais.

5 Novos meios de transporte

O século XIX foi o momento das transformações tecnológicas mais revolucionárias do mundo ocidental, mesmo que muitos inventos ou descobertas só tenham sido aplicados plenamente no século XX. Além da ferrovia, é possível citar o telefone, o automóvel, o navio a vapor, o uso da eletricidade e do petróleo como fontes energéticas. Há uma lista imensa.

O ser humano sempre fabricou e modificou instrumentos. Mas no século XIX a busca por objetos e técnicas revolucionárias tornou-se intensa. Esse interesse estava ligado diretamente à economia industrial, à descoberta de novas fontes de energia, instrumentos e máquinas mais eficientes para a produção e o transporte. O impacto da revolução tecnológica do século XIX só pode ser comparado com o da informática já no final do século XX.

Pela água e pelos trilhos

O transporte ferroviário foi a maior inovação tecnológica do século XIX. As estradas de ferro foram as grandes responsáveis por encurtar as distâncias.

Em 1830, com a inauguração da estrada de ferro Liverpool-Manchester, iniciou-se realmente o período ferroviário inglês.

Sobre a expansão ferroviária britânica, ver capítulo 6.

O transporte marítimo pelos oceanos, por sua vez, permanecia dependente das variações climáticas, pois era realizado por barcos ou navios à vela, construídos de madeira. Pouco duráveis, necessitavam de manutenção frequente e onerosa. Desde o início do século XIX, nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na França eram feitos experimentos com o vapor para impulsionar embarcações, ficando a cargo do estadunidense Robert Fulton realizar a primeira experiência bem-sucedida.

Utilizando a máquina a vapor de James Watt em um barco (o Clermont), ele navegou pelo rio Hudson, em 1807. Em 1819, foi realizada a primeira viagem transatlântica, entre a Geórgia (Estados Unidos) e Liverpool (Inglaterra), mas o navio utilizou mais suas velas que a energia do vapor e demorou quase um mês para completar o percurso.

Coube aos ingleses o aprimoramento da navegação oceânica a vapor, no final da década de 1830, quando substituíram as rodas por hélices.

Porém, os navios continuavam a ser feitos de madeira. O primeiro barco de ferro foi construído em meados do século XIX, logo substituído pelo aço, em 1863. Aí, sim, as viagens tornaram-se bem mais rápidas. No início da década de 1880, já havia cerca de 22 mil navios a vapor no mundo. Foi utilizado o vapor também nos barcos destinados a navegar em rios e canais, encurtando distâncias e interligando regiões. O mundo parecia ficar menor, permitindo a circulação de quantidades cada vez maiores de mercadorias e de pessoas.

As estradas de MacAdam

As carroças e as carruagens trafegavam por estradas de terra sempre muito precárias, constantemente destruídas pelas chuvas. Somente em meados do século XVIII ocorreram algumas melhorias inspiradas nas técnicas romanas de calçamento – uma sólida fundação de blocos de pedra coberta por várias camadas de lascas de pedras socadas, com traçado levemente arqueado para escoar as águas para as laterais. Embora tenham sido um avanço, as dificuldades de execução desses melhoramentos eram o alto custo e o tempo necessário para sua construção.

Na década de 1820, o escocês John Loudon MacAdam criou uma técnica mais barata: várias camadas de pedras britadas cobertas por cascalhos, que, comprimidos por um grande rolo, produziam uma superfície consistente e macia. Em homenagem a seu inventor, essa estrada foi batizada de macadame. Diversos países europeus, além dos Estados Unidos, investiram nessas estradas. Entre 1830 e 1847, o Império Austríaco construiu cerca de 48 mil quilômetros delas; no mesmo período, a Bélgica duplicou a sua rede viária; e o desempenho dos Estados Unidos foi espetacular: na década de 1820, construíram 34 mil quilômetros, que atingiram os 272 mil quilômetros em 1850.

Ponte na estrada União Indústria, toda macadamizada, ligando as cidades de Petrópolis, no Rio de Janeiro, a de Juiz de Fora, em Minas Gerais, com 144 km. Foi inaugurada em 1861. Coleção particular.

REVERT HENRY KLUMB. 1861

OUTRA DIMENSÃO COTIDIANO

Origens da bicicleta

A bicicleta, veículo tão simples e popular, teve de esperar mais de 100 anos para ter uma tecnologia eficiente. Apesar da origem bastante discutível, ainda no século XVIII apareceu um veículo de duas rodas movido sem a ajuda de animais, denominado celerífero. Era um engenho rudimentar, todo feito de madeira, com duas rodas e direção fixa, movimentado pelo impulso das pernas. Andava somente em linha reta e exigia grande esforço do usuário. Na segunda década do século XIX, o celerífero passou por um aprimoramento, feito pelo barão alemão Karl Drais von Sauerbronn, com a adaptação de uma direção, embora seu funcionamento continuasse sendo feito com os pés, sem pedais. Essa nova bicicleta se chamava draisiana. Na década de 1860 foram acrescentados pedais e freios, mas o veículo se tornou eficiente somente no final do século, com a utilização de pneus de borracha. Inicialmente muito cara, acessível apenas aos ricos, a bicicleta tornou-se moda no início do século XX, quando havia mais de meio milhão delas circulando pela Inglaterra.

ALINARI/TOPFOTO/KEYSTONE BRASIL

Celerífero, de 1795, precursor da bicicleta. Coleção Gabialti de Brughiero. Coleção particular.

THE ART ARCHIVE/GIANNI DAGLI ORTI/AFP

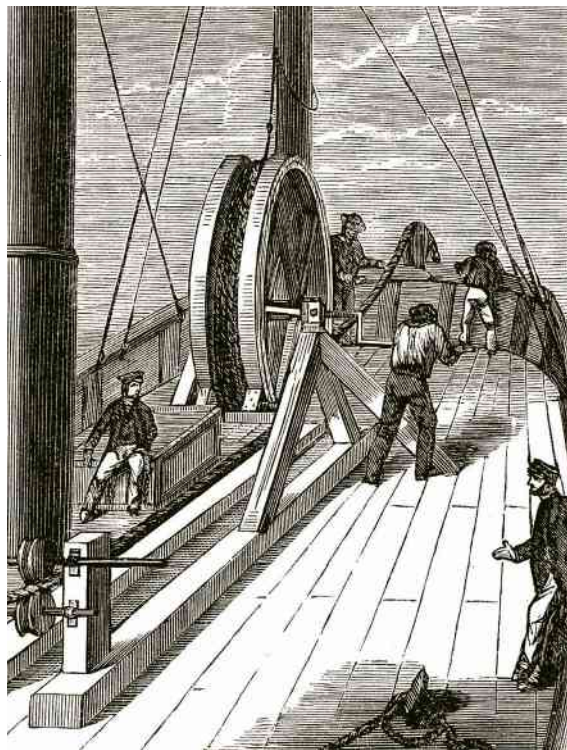
Draisiana ou *dandy horse* (cavalo elegante), de 1815. Alcançava 84 km. Gravura do século XIX. Museu da Cidade de Paris, Museu Carnavalet, Paris, França.

- Faça uma pesquisa sobre a popularização da bicicleta e o início da febre das provas de ciclismo no mundo ocidental.

6 A eletricidade revoluciona o mundo

Ao longo da história, as sociedades humanas desenvolveram inúmeras técnicas de iluminação. A mais comum, sem dúvida, era a que usava como combustível algum tipo de óleo vegetal ou animal, como o óleo de baleia, colocado em recipientes (de barro, cobre, ferro ou outro material), que se mantinha aceso por meio de um pavio. Era o ancestral da vela, um pavio revestido de sebo de animais ou de cera, que iluminou por séculos as noites das populações. Hoje a vela é revestida de parafina, um derivado do petróleo. Comparada com os métodos atuais, qualquer uma dessas formas iluminava pouco, produzia muita fumaça e exalava forte cheiro.

No início do século XIX, tornou-se possível obter gás com a destilação do carvão, o que foi uma verdadeira revolução. Foram construídas inúmeras companhias ou fábricas de gás, que era distribuído por meio de extensos tubos subterrâneos. Primeiro iluminaram-se as fábricas, depois, as cidades, como Londres (1807), Dublin (1818) e Paris (1819).

Como cada bico de gás devia ser aceso individualmente, essa técnica não funcionava com fortes ventos, além de ser perigosa, com sérios riscos de incêndio. Porém, o gás do carvão foi a primeira fonte de energia a produzir iluminação em grande escala e acabou impulsionando a indústria ao permitir que se realizassem trabalhos noturnos.

Instalação de cabos telegráficos no estreito de Dover, Inglaterra, no século XIX. Gravura inglesa em madeira, de autoria desconhecida. Coleção particular.

Inovações

Desde a Antiguidade, eram conhecidas as propriedades do âmbar de atrair partículas após atrito. De seu nome grego, *elektron*, deriva o termo **eletricidade**. A partir do século XVIII, apareceram estudos sistemáticos sobre a eletricidade, que distinguiam os condutores dos isolantes elétricos. Em 1752, o inventor e estadista estadunidense Benjamin Franklin descobriu pela primeira vez um uso prático para a eletricidade: o para-raios. Depois disso, inúmeros inventos utilizaram a eletricidade, inclusive para a iluminação, como a **lâmpada elétrica** – embora nesse caso ainda fosse pouco eficaz. Aprimorada no decorrer do século XIX, a lâmpada elétrica teve melhor desempenho nos experimentos do estadunidense Thomas Edison, inventor da lâmpada incandescente de corrente contínua (de 1878).

Apesar de as companhias utilizarem todos os meios para desvalorizar o invento, a iluminação elétrica desbancou a iluminação a gás e foi um sucesso total. Em pouco tempo, a eletricidade era utilizada em vários setores da produção industrial, além de ser adaptada a novos usos, como na área de comunicação. Nesse contexto, em 1838, o estadunidense Samuel Morse desenvolveu um sistema de códigos transmitidos por um fio condutor, conhecido como **código Morse**. Surgiu, assim, o **telégrafo**, instrumento capaz de colocar em contato várias partes do mundo interligadas por milhares de quilômetros de cabos, inclusive submarinos.

As notícias, que antes demoravam dias ou até meses para serem estampadas nos jornais, passaram a ser transmitidas em questão de horas com a difusão do telégrafo. Em todos os setores da administração pública e da vida particular, o telegrama passou a substituir a carta, sobretudo nos casos urgentes.

O **telefone** foi outro invento revolucionário ligado à eletricidade cujo sucesso foi extraordinário. Embora haja controvérsias sobre seu inventor, a patente foi registrada em nome do também estadunidense Alexander Graham Bell, em 1876.

Dez anos depois, já havia nos Estados Unidos cerca de 750 centrais telefônicas, com 450 mesas de ligação e cerca de 150 mil assinantes, transformação que ocorreu também em outros países. Em 1887, havia mais de 26 mil aparelhos na Inglaterra, 22 mil na Alemanha e mais outros milhares na França, na Itália e em diversos países.

Ainda no final do século XIX, outro invento ligado à eletricidade veio facilitar ainda mais as comunicações: o telégrafo sem fio, precursor do **rádio**, atribuído ao italiano Guglielmo Marconi (1896). Ele conseguiu transmitir o som sem a necessidade de fios, com os sinais atravessando o oceano Atlântico. Somente em 1920, devidamente aprimorado, o rádio conseguiu transmitir a voz humana.

A História no seu lugar

A eletricidade revolucionou o mundo, principalmente o urbano. Demorou a chegar nas áreas rurais, em particular nos países mais pobres. No Brasil, a primeira cidade a receber luz elétrica foi Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Em relação à sua cidade, pesquise:

1. a época em que recebeu luz elétrica;
2. se ainda há áreas sem energia elétrica.

Mudanças no cotidiano

Essas inovações resultaram em mudanças radicais no cotidiano das pessoas. Estabeleceu-se uma vida noturna e surgiram novos espaços de convívio graças à multiplicação de teatros, hotéis, cafés e espaços públicos, com iluminação a gás ou eletricidade. A agitada e concorrida vida boêmia do século XIX seria impossível sem a nova iluminação.

Guglielmo Marconi registra a patente do telégrafo sem fio.

1896

As conversas do dia a dia, por sua vez, enriqueceram-se com a massa de informações de todo o mundo que eram trazidas pelos jornais, alimentados por notícias divulgadas rapidamente, por meio do telégrafo.

O século XIX trouxe o sucesso da ciência, dos experimentos, das invenções, dos mecanismos revolucionários – tudo isso somado à vontade de ganhar dinheiro. No começo, prevaleciam iniciativas individuais, com investimento de tempo e dinheiro para criar um engenho eficiente e então buscar financiamento para sua fabricação.

A partir das últimas décadas do século XIX, em particular na Alemanha, esse processo se inverteu: a ciência e a técnica foram incorporadas ao cotidiano dos empresários, das corporações, das universidades do Estado. Grandes empresários e o próprio Estado passaram a financiar pesquisas para descobrir novas tecnologias, criando institutos e centros de pesquisa. O objetivo era aumentar a produtividade industrial e fortalecer a economia de forma geral.

O século XX, no qual os avanços tecnológicos foram ainda mais extraordinários – a começar pelo avião –, foi herdeiro direto da revolução científica iniciada no século XIX e do capitalismo industrial.

OSVALDO TOFANI. LES BOULEVARDS LE SOIR DES ELECTIONS TERRASSE DE CAFE. 1885.

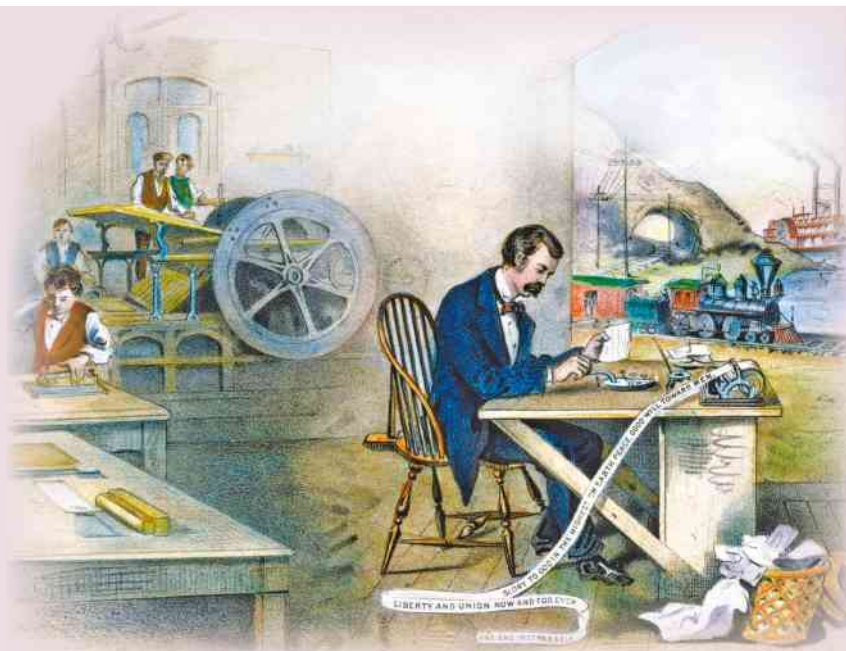
A iluminação pública nas cidades estimulou a vida noturna, com destaque para a cidade de Paris, centro por excelência da vida boêmia. Obra de Osvaldo Tofani, de 1885. Museu de Artes Decorativas, Paris, França.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

Os avanços tecnológicos

Esta litografia representa uma alegoria que mostra diversos avanços tecnológicos do século XIX.

Diversos elementos foram posicionados lado a lado para valorizar as inovações. Esta obra se chama *O progresso do século*.

THE GRANGER COLLECTION, NOVA YORK/FOTOARENA

Gravura de 1876, de Currier & Ives. Coleção particular.

1. Identifique pelo menos duas dessas novidades e localize-as na imagem.

2. Que energia motor está evidente na imagem?

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. Compare estas recomendações e analise o que mudou no decorrer do tempo em relação à interpretação sobre a transmissão de doenças, sob o ponto de vista da medicina ocidental:

A – A. Paré, 1585, em tempos de peste negra:

Eles devem proibir as estufas e os banhos porque, depois que se sai deles, a carne e o hábito do corpo estão amolecidos e os poros abertos e, em consequência, o vapor pestilento pode entrar (...) no corpo e levar à morte subitamente (...).

B – A. Vigoura, 1895:

O banho diminui de maneira acentuada o número de micróbios da pele.

Trechos citados por: VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 9-10 e 225.

2. Os médicos higienistas passaram a ser ouvidos na organização das cidades, no traçado das ruas, nos procedimentos a serem adotados com os materiais putrefeitos, na canalização de água e esgoto, no alargamento de ruas etc. Em nome da higiene, criaram-se instituições ligadas ao controle da salubridade, encarregadas de inspecionar as novas fábricas, oficinas e moradias populares, que se avolumavam com o crescimento industrial das maiores cidades. O que foi a medicina higienista?

3. A política da medicina higienista, baseada inicialmente na teoria dos miasmas, teve um importante papel. Porém, o desenvolvimento da Química e da Biologia, principalmente com as descobertas de Louis Pasteur, transformaram os miasmas em mito. No final do século XIX, outros fatores passaram a ser responsáveis pelas doenças. Utilize seus conhecimentos de Biologia e aponte pelo menos cinco fatores que causam doenças.

4. Ao longo do século XIX, as distâncias foram encurtadas com o uso de novos meios de transporte. Houve aumento da quantidade de alimentos com as novas tecnologias agrícolas e pecuárias, a iluminação pública revirou costumes e introduziu novos hábitos de sociabilidade noturna. Era um mundo em transformação profunda, que resultou na sociedade em que vivemos: cientificista e tecnológica.

a) Em sua opinião, quais descobertas ou inventos produziram mais impacto no modo de vida das populações ocidentais no século XIX?

b) Que inventos dessa época são ainda hoje amplamente utilizados?

5. A difusão do uso do garfo foi particularmente difícil, pois muitos o viam como desnecessário e até incômodo. Durante séculos, era costume comer com as mãos ou, no caso de sopa, no máximo usando uma colher. O garfo tornou-se usual na mesa das cortes do século XVIII, mas somente se popularizou no século XIX. Um autor anônimo assim escreveu, em 1859, sobre os garfos:

Os garfos foram indubitavelmente uma invenção posterior aos dedos, mas uma vez que não somos canibais, sinto-me inclinado a pensar que os garfos foram uma boa invenção.

The habits of good society. 2. ed. Londres: Verbatim, 1889. p. 257. Apud: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. 2. ed. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1. p. 108.

O que representa a afirmação que relaciona comer com os dedos e canibalismo? Comer usando um garfo simboliza que processo social? Contextualize-o historicamente.

6. Analise as principais causas que levaram cidades como Londres e Paris, entre outras, a conhecer um aumento vertiginoso de sua população ao longo do século XIX.

Reflexões

Consequências do evolucionismo racista

O evolucionismo aplicado à noção de raça – evidentemente racista – alcançou *status* de ciência na segunda metade do século XIX, irrigando a antropologia física e etnológica da época. Os brancos, segundo essa teoria, foram considerados a raça humana mais evoluída.

O uso político do evolucionismo racista foi problemático e perigoso, e representou em várias partes do mundo, nos últimos 150 anos, a base do colonialismo na África e na Ásia, do nazismo, da segregação estadunidense e do *apartheid* da África do Sul. Esse uso é apenas político e social, não tendo nenhuma relação com o que se considera raça nos estudos científicos atuais.

As descobertas dos estudos genéticos destruíram as bases sobre as quais repousava a concepção de que os humanos se subdividiam em raças, e muito menos que fossem divididas em inferiores e superiores. Nas novas abordagens, as inúmeras diferenças entre as sociedades humanas, inclusive genéticas, são analisadas através de conceitos que se referem a unidades culturais e sociais – cultura, grupo étnico, nacionalidade, comunidade etc. Todos são biologicamente iguais, embora façam parte de grupos culturais diferentes.

- Com base nas informações do capítulo, descreva pelo menos uma teoria do século XIX que influenciou movimentos em que ocorreu segregação racial, como o imperialismo e o nazismo.

Vamos testar?

1. (Enem-2015)

Dominar a luz implica tanto um avanço tecnológico quanto uma certa liberação dos ritmos cíclicos da natureza, com a passagem das estações e as alternâncias de dia e noite. Com a iluminação noturna, a escuridão vai cedendo lugar à claridade, e a percepção temporal começa a se pautar pela marcação do relógio. Se a luz invade a noite, perde sentido a separação tradicional entre trabalho e descanso — todas as partes do dia podem ser aproveitadas produtivamente.

SILVA FILHO, A. L. M. *Fortaleza*: imagens da cidade. Museu do Ceará; Secult-CE, 2001 (adaptado).

Em relação ao mundo do trabalho, a transformação apontada no texto teve como consequência a:

a) melhoria da qualidade da produção industrial.

b) redução da oferta de emprego nas zonas rurais.

c) permissão ao trabalhador para controlar seus próprios horários.

d) diminuição das exigências de esforço no trabalho com máquinas.

e) ampliação do período disponível para a jornada de trabalho.

2. (Unesp-2006)

É difícil acreditar na guerra terrível, mas silenciosa, que os seres orgânicos travam em meio aos bosques serenos e campos risonhos.

(C. Darwin, anotação no Diário de 1839.)

Na segunda metade do século XIX, a doutrina sobre a seleção natural das espécies, elaborada pelo naturalista inglês Charles Darwin, foi transferida para as relações humanas, numa situação histórica marcada:

a) pela concórdia universal entre povos de diferentes continentes.

b) pela noção de domínio, supremacia e hierarquia racial.

c) pelos tratados favoráveis aos povos colonizados.

d) pelas concepções de unificação europeia e de paz armada.

e) pela fundação de instituições destinadas a promover a paz.

Conexões — História, Antropologia e Biologia

Joseph-Antenor Firmin, jornalista, escritor, advogado e ministro das relações exteriores do Governo do Haiti, publicou em Paris, em 1885, o livro *L'Égalité des races humaines* (*A igualdade das raças humanas*). Tratava das conquistas dos povos negros desde o Egito Antigo até a República negra do Haiti. Além disso, esse livro respondia às teorias racistas do século XIX, como a do darwinismo social e a do francês conde de Gobineau, que defendia que a miscigenação entre raças levaria à degeneração da espécie humana.

1. Por que o título *A igualdade das raças humanas*? Justifique.
2. As teorias de Gobineau tinham fundamentos que consideravam a hereditariedade. Discuta uma das teorias criadas no século XIX, a eugenia, e sua relação com as manipulações genéticas de seres vivos, inclusive humanos, nos dias atuais, e as questões éticas e morais que elas representam.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1988.
ASTHON, T.S. *A Revolução Industrial*. 4. ed. Lisboa: Europa-América, 1995.
BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. In: BETHELL et al. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
BOAHEN, Albert Adu (Ed.). *História Geral da África VII*. África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: Unesco, MEC, 2010.
BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX*: o espetáculo da pobreza. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio*. Porto Alegre: LP&M.
CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
CHAUNU, Pierre. *A civilização da Europa das luzes*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1995, 2 v.
COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 1999.
______. *Da senzala à colônia*. São Paulo: DIFEL, 1966.
DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). São Paulo: Martins Fontes/Edusp, 1972.
DRIVER, S. Schwartz. *A Declaração de Independência dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
ELEY, Geoff. *Forjando a democracia*. A história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. 2. ed. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.
FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Itatiaia: Belo Horizonte, 1975.
GENOVESE, Eugene. *O mundo dos senhores de escravos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
GOTT, Richard. *Cuba*. Uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. Visita à história contemporânea. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.
HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções* (1789-1848). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
______. *A era do capital*: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
______. *Ecos da Marselhesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
______. *Mundo do trabalho*: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
______. *Nações e nacionalismos desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
KANT, Immanuel. "Resposta à pergunta: O que é 'Esclarecimento'?". In: *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1974.
KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos*: *das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2008.
KRAAY, Hendrik. Sangue na Bahia. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 3, n. 29, fev. 2008.
LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum Novarum*. Sobre a condição dos operários. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
LINHARES, M. Yedda. *A luta contra a metrópole*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
MARX, K.; ENGELS, F. Carta de 7 de outubro de 1858. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. 3 v.
______. Prefácio. In: *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.
MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
MAXWELL, K. *A devassa da devassa*: a inconfidência mineira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
MÉRIGNHAC, A. *Précis de législation et d'économie coloniales*. In: LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole* (Ásia e África). 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Cosmos, 1975.
MOREL, Marco. *O período das Regências* (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
NERUDA, Pablo. *Canto geral*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
NEVES, Lúcia Bastos P. & MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.
PAMPLONA, Marco A. & MADER, M. Elisa (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
PORTO, Luiz de Almeida Nogueira. *Tudo isto aqui já foi café!* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1985. *Apud* MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Fapesp/Annablume, 1999.
PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX*: tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp, 1999.
REIS, João. *Rebelião escrava no Brasil*: A história do levante dos malês. Ed. rev. e amp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
RHODES, Cécil. In: CATANI, Afrânio Mendes. *O que é Imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
RIBEYROLLES, Charles de. *Brasil pitoresco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. v. 1.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. In: *Rousseau*. São Paulo: Abril, 1973. (Coleção Os Pensadores.)
RUDÉ, George. *A multidão na história*: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
SALE, Kirkpatrick. *Inimigos do futuro*. A guerra ludista contra a Revolução Industrial e o desemprego. Rio de Janeiro: Record, 1999.
SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai*: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
SHAW, Bernard. The man of destiny. In: LINHARES, M. Yedda. *A luta contra a metrópole*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
SILVA, Alberto da Costa. Sem a África, o Brasil não existiria. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1, n. 1, jul. 2005.
TEIXEIRA, José Cândido. *A República brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.
THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.
VERISSIMO, Erico. *O tempo e o vento*. O continente. v. 1, 14. ed. Porto Alegre: Globo, 1977.
VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MANUAL DO PROFESSOR

Orientações didáticas

APRESENTAÇÃO

Caro Professor

A grande ambição desta obra é estimular nos estudantes o gosto pela História. Mas, antes de tudo, o que pretendemos é despertar nos estudantes a curiosidade pelo passado, o interesse pelos sofrimentos, lutas, crenças, modos de viver e sentir de outras épocas e sociedades. Sem estímulo, o encontro entre os estudantes e o estudo do passado e quaisquer outros objetivos de um livro de História ficam prejudicados.

Assim, nesta coleção evitou-se, deliberadamente, adotar esquemas preestabelecidos, leis gerais que se possam aplicar a toda a História. A convicção é a de que uma História construída com base em abstrações desumaniza a própria História, reduzindo-a a um elenco de conceitos incapazes de produzir a necessária empatia do estudante em relação ao componente curricular. Como disse o historiador italiano Carlo Ginzburg, a História é uma "ciência do particular". O historiador é como um detetive, que busca nos indícios reconstituir a cena de um crime. Ou seja, cada sociedade, cada época, possui particularidades, dinâmicas próprias, valores específicos que merecem estudo particularizado.

Isso não significa dizer que esta coleção renuncia à reflexão conceitual em favor de narrativa meramente factual. A obra que ora apresentamos abre diversos espaços e propõe vários meios para a reflexão conceitual. Não só para os conceitos que os historiadores formularam para entender o passado, como também para os conceitos que os próprios agentes históricos construíram, em diferentes épocas, para justificar ou contestar a sociedade em que viviam.

Por meio de textos, imagens, documentos, exposição de polêmicas, comentários de filmes e livros, buscamos estimular o diálogo, a reflexão dos estudantes e, no limite, a reconstrução do passado. Afinal, a História é tanto uma reconstituição quanto uma reconstrução. A obra procura, portanto, estabelecer uma relação dialógica entre os conteúdos apresentados e os estudantes, estimulando-os a fazer um exercício permanente de reconstrução do passado.

A coleção em três volumes aborda desde o processo de hominização até a atualidade. As crises contemporâneas não ficam de fora, de modo que uma parte da obra é dedicada ao que hoje se chama de "história do tempo presente". A História do Brasil encontra-se em todos os volumes da coleção e mereceu diversos capítulos exclusivos. Assim como a História do Brasil, também a História da África mereceu capítulos exclusivos, em razão de a África fazer parte da formação do Brasil e do mundo. A história indígena também foi posta em cena em vários capítulos dedicados ao Brasil e demais regiões americanas, pela enorme importância dos grupos nativos na história do continente.

A obra não hierarquiza, de nenhum modo, *a priori*, os domínios da História mais ou menos importantes. Tudo interessa: a cultura, a economia, as lutas sociais, as ideologias, a política. A maior ou menor ênfase que algumas dessas dimensões recebem na coleção depende da importância que cada qual assumiu em determinada sociedade. Não por acaso, essas dimensões sobressaem porque são mais documentadas e, por conseguinte, mais estudadas pela historiografia.

A coleção busca, enfim, articular a grande história — a dos grandes processos, dos grandes conflitos — à história dos hábitos, dos costumes, das experiências de vida. É nesse ponto que a obra ensaia rastrear as subjetividades dos agentes históricos coletivos ou individuais, valoriza a memória na reconstrução histórica, mergulha nas diferenças culturais no tempo e no espaço, refletindo sobre identidades e alteridades. A perspectiva antropológica, por vezes adotada, ajuda nesse percurso microanalítico.

No conjunto da coleção buscou-se, assim, humanizar o ensino de História. Dar vida aos que viveram em outros tempos. Compreendê-los, sem necessariamente justificar seus atos. Estamos convencidos de que os estudantes poderão, por meio dessa viagem no tempo, gostar ainda mais da disciplina.

Os autores

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PEGAGÓGICA

[...] afirmamos que, por meio de uma aula, também se conta uma história; que, ao se contar uma história por meio de aula, também se faz História; e que somente ao se fazer história por meio de uma aula nos tornamos professores de História (Ilmar Mattos, 2007).

Como pensar uma obra didática em História: pontos de partida

Nos últimos anos, o ensino de História se tornou uma grande preocupação dos mais variados setores da sociedade. Esse interesse pela formação histórica se soma à curiosidade natural dos estudantes pelos acontecimentos do passado.

Diante de tal situação, a proposta que elaboramos para esta coleção é auxiliar o professor a pôr em prática a vivência do ensino de uma História plural, livre de ortodoxias, atenta às diversidades regionais e sociais do país. Lembremos a extensão continental, as desigualdades sociais e a complexidade cultural do Brasil, o que implica considerar estudantes com perfis muito diferentes, e concluiremos que não se trata de tarefa simples.

Por isso, procuramos, nesta coleção, multiplicar as sugestões de textos, documentos, mapas e imagens e incluir propostas de utilização de variados recursos didáticos passíveis de serem acionados nas várias regiões do país.

Em termos mais gerais, outro fator a ser considerado é que vivemos em uma época na qual a leitura de livros rivaliza com a leitura fragmentária de textos em páginas da internet, acessados pelos computadores, *tablets* e telefones celulares. Essa evidência não pode ser desconsiderada tanto em sala de aula quanto na elaboração de um livro didático de História. Os livros não devem, é claro, desmerecer outros recursos midiáticos[1], senão dialogar com as novas mídias, incorporá-las ao texto impresso por meio de indicações articuladas à matéria escrita.

As inovações na abordagem não devem implicar, porém, o abandono de certas tradições do componente curricular. E, decerto, a coleção foi elaborada na observância dos documentos oficiais (como as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação), sobretudo pelo fato de a História ser de conhecimento essencial à construção da cidadania.

Reelaboração do saber histórico: o papel criativo da sala de aula

O livro didático de História, *per se*, tem pouca importância se ficar limitado a receitar conteúdos, sem imaginar meios e modos de envolver os atores do processo de ensino-aprendizagem (estudantes e professores): trazê-los para o tempo histórico de cada aula, capítulo ou unidade. Motivá-los para que se assumam como sujeitos do conhecimento histórico.

Nesse sentido, a sala de aula é o *locus* de referência para a elaboração de uma obra didática. Se formos aplicar o conceitual de Roger Chartier (pensado para a história do livro) ao papel do livro didático de História no sistema escolar, diríamos que a sala de aula

[1] O historiador italiano Carlo Ginzburg adverte sobre os perigos tanto de ignorar como de se submeter qualquer conhecimento aos novos recursos midiáticos. Veja a conferência feita por ele em Porto Alegre. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=wSSHNqAbd7E>. Acesso em: 28 mar. 2016.

é, ao mesmo tempo, o lugar de **representação** (onde os conteúdos produzem algum sentido para os atores) e o lugar de **apropriação** (onde tais sentidos são recebidos e reelaborados)[2]. Aliás, melhor falar em apropriações, no plural, do que em apropriação, no singular, na medida em que admitir a variedade de leituras e possibilidades de interpretação afasta qualquer tentação voluntarista presente em diversas tradições do ensino de História.

Nesse ponto, vale a pena observar o texto clássico publicado por Tania Regina de Luca e Sonia Regina Miranda na *Revista Brasileira de História*, em 2004. Baseadas em um balanço das principais tendências do livro didático em História naquele momento, as autoras sugerem que as possibilidades de utilização do livro didático são valiosas e abrangentes:

> Contrariamente à apreensão predominante no âmbito do senso comum, o livro didático é um produto cultural dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contém sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização pode ensejar práticas de leitura muito diversas.[3]

Ilmar Mattos reforça essa ideia ao propor um conceito de aula como espaço produtor de conhecimento histórico, e o livro didático é um elemento importante nessa reconstrução:

> Uma leitura singular que revela o fato de nós (os professores de História) estarmos imprimindo à nossa prática cotidiana um significado diverso, provocando talvez uma surpresa e rejeitando uma inferioridade.[4]

André Chervel, em seu clássico *História das disciplinas escolares*, faz uma advertência que cabe como uma luva nesta reflexão sobre o papel do livro didático de História no ensino escolar, sobretudo quando afirma que componentes curriculares ou disciplinas (incluindo a História) "são criações espontâneas e originais do sistema escolar", e não uma transposição do conhecimento científico.[5]

Se Chervel está correto, o livro didático de História é um produto inseparável da experiência em sala de aula, da capacidade dos autores/atores na exposição dos fatos e na interpretação dos processos e, sobretudo, da criatividade e da sensibilidade de estudantes e professores na vivência pedagógica do componente curricular.

Impasses e avanços nas coleções de História para o Ensino Médio

Elaborar uma obra didática implica, pois, fazer escolhas acerca de como apresentar (didatizar) os conteúdos, levando em conta o público a que se destina. Os livros didáticos de História, como qualquer produto cultural, são fruto de seu tempo e, assim, exprimem

---

[2] CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. p. 23.

[3] LUCA, Tania Regina de; MIRANDA, Sonia Regina. "O livro didático de História hoje: um panorama a partir do PNLD". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004. p. 124.

[4] MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História". *Tempo*. Niterói, v. 1, n. 21, 2007. p. 11.

[5] CHERVEL, André. "História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa". *Teoria e educação*, n. 2, 1990. p. 184.

o ponto de vista de seus autores quanto aos conteúdos a serem contemplados no livro, bem como sobre o modo de apresentá-los.

Na história dos livros didáticos brasileiros, muitos endossaram os valores dominantes da sociedade, enquanto outros os criticaram frontalmente. Atualmente, essa questão se afigura mais complexa, na medida em que visões consideradas críticas, com razão, nos anos 1970-1980, hoje são consideradas, também com razão, dogmáticas, apresentando de forma unilateral os processos históricos.

Desde então, houve avanços sobretudo quanto à valorização dos grupos oprimidos em nossa história, como os afrodescendentes, os indígenas e os trabalhadores em geral.[6] Mas o perigo da monumentalização dos oprimidos também conspira contra a história, se não houver cuidado, do mesmo modo que a celebração das elites opressoras.

Existe hoje uma convicção, entre os agentes envolvidos com nosso componente curricular, de que a "história oficial", seja ela qual for, conduz a resultados empobrecedores: os verdadeiros atores do processo pedagógico (professores e estudantes) são reificados, transformados em "sujeitos passivos" do aprendizado.

Outro impasse a ser levado em consideração decorre da função das coleções didáticas de transmitir conhecimentos/valores afinados com as mudanças da historiografia, sem desconsiderar a importantíssima e imprescindível mediação dos professores. Algumas novas interpretações, temas pesquisados e, sobretudo, metodologias podem ser reelaborados com proveito para os estudantes e professores desta etapa do ensino. Mas se trata, na realidade, de reelaboração, jamais de transposição. Contudo, para que essa reelaboração seja efetiva, alguns cuidados devem ser tomados.

Em artigo publicado em 2010, a historiadora Crislaine Barbosa Azevedo chamou de "três pecados capitais" os seguintes procedimentos quanto à aprendizagem de História[7]: o anacronismo, o voluntarismo teórico e o descritivismo nominalista.

Os documentos oficiais elaborados pelo Ministério da Educação rejeitam explicitamente os dois primeiros problemas conceituais em sua avaliação de livros didáticos, os quais, infelizmente, marcaram por muito tempo o ensino de História em nosso país.

No caso do **anacronismo**, trata-se de aplicar,

> aos agentes históricos do passado, razões ou sentimentos gerados no presente, interpretando-se, assim, a história em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas.[8]

No caso do **voluntarismo teórico**, trata-se de aplicar

> a documentos e textos uma teoria *a priori*, utilizando a narrativa dos fatos passados, ou presentes, apenas para confirmar as explicações já existentes na mente do autor, oriundas de convicções estabelecidas por motivos ideológicos, religiosos, acríticos ou pseudocientíficos.[9]

Somos da opinião de que a maioria das coleções de História para o Ensino Médio superou os "pecados capitais" indicados tanto por Crislaine Barbosa, no texto citado, quanto pelo Edital do PNLD.

---

6 GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*. 2004, vol. 2, n. 34, p. 157-186.

7 AZEVEDO, Crislaine Barbosa. A renovação dos conteúdos e métodos da História ensinada. *Revista Percursos*. Florianópolis, v. 11, n. 2, 2010.

8 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Edital PNLD 2018*. Critérios eliminatórios específicos para o componente curricular História, item 3.2.4, letra *n*, p. 47.

9 Idem, letra *o*, p. 47.

Perspectivas pedagógicas para o ensino de História

O artigo de Tania Regina de Luca e Sônia Regina Miranda, citado anteriormente, oferece um excelente modelo de possibilidade de enquadramento das coleções didáticas de História segundo quatro critérios:

1 – Tipo de abordagem;
2 – Perspectiva pedagógica;
3 – Relações com o desenvolvimento da historiografia;
4 – Perspectiva programática.

Não sendo o caso de detalhar as grades classificatórias do citado modelo para cada um dos critérios sugeridos pelas autoras, matéria já muito frequentada e conhecida pelos especialistas, a nossa opção à luz deste modelo é a **Perspectiva Integrada**, que procura articular a História do Brasil com a História da Europa, a História da América, a História da África e a História da Ásia. Mas uma perspectiva integrada que busca neutralizar o potencial eurocêntrico que tal perspectiva contém.

Temporalidades e espacialidades renovadas

A perspectiva de estruturação cronológica tradicional se manteve parcialmente nesta edição. A história do mundo ocidental ficou mais circunscrita e, mesmo assim, de modo mais implícito do que classificatório. Esse distanciamento se mostra na atribuição dos nomes das unidades, capítulos e itens relacionados à história ocidental, particularmente europeia, que muito raramente operam com as temporalidades convencionais, preferindo indicar os conteúdos por meio de conceitos-chave.

Um exemplo é o da Unidade 5, intitulada *Velho Mundo, novos conceitos,* nome que evita a cronologia tradicional em favor de uma enunciação mais problematizadora. O título apresenta uma questão-guia que destaca os contatos entre Europa e América e coloca em segundo plano a baliza cronológica que separa a História Medieval da História Moderna.

Outro passo no afastamento da perspectiva eurocêntrica está no agrupamento dos temas ligados à expansão marítima dos europeus, com o título de *Encontro e confronto de mundos,* na Unidade 4. Com tal agrupamento, busca-se atribuir aos "outros mundos" não um protagonismo, que seria discutível, senão a condição de sujeitos históricos em condição paritária, e numa interação dinâmica, conectados à história global. Vale acrescentar que o tema convencional da expansão marítima europeia foi alocado no final da unidade, e foram inseridos capítulos específicos sobre a a história do Extremo-Oriente, sobre história africana e outro sobre a história ameríndia.

Tais escolhas para a coleção visaram, antes de tudo, relativizar o eurocentrismo que tanto marca o ensino de História em nosso país, sem, contudo, eliminar, muito menos "demonizar", os processos históricos que tiveram sua origem na Europa. Mas a crítica à temporalidade canônica na estruturação da obra assumiu, para nós, um papel estratégico. Estimulou, em vários momentos, a repensar as temporalidades históricas de modo a explicitar outras cronologias que nada tem a ver com a da história ocidental, a exemplo da cronologia chinesa, cuja História Antiga abrange o longo período entre o III milênio a.C. e o século III a.C.[10], ao passo que a história imperial se prolonga dali até o início do século XX.

[10] A simples utilização da divisão cronológica a.C., no entanto, confirma a força do eurocentrismo como substrato do pensamento histórico no Ocidente. Temos consciência disso, mas trata-se de fenômeno inevitável. Já dizia o semiólogo e historiador russo Mikhail Bakhtin: "a palavra é o fenômeno ideológico por excelência". BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem.* 2ª. Edição. São Paulo: Hucitec, 1981.

A nossa preocupação com a problematização das temporalidades avançou a ponto de incluirmos como um dos desdobramentos da seção **Outra dimensão** a categoria **Representações do tempo**. Neste caso, menos do que relativizar a cronologia eurocênrica do ensino de História, buscamos esboçar um tratamento histórico-antropológico das temporalidades. Buscamos sensibilizar o estudante para os modos e meios como outras sociedades – ou mesmo aquelas do mundo ocidental – concebiam o tempo do cotidiano no trabalho, no ciclo da vida dos indivíduos, nas mitologias e religiões.

Neste último tópico, fizemos algumas inserções sobre diferentes calendários nos monoteísmos judaico, cristão e islâmico – para usar a ordem cronológica que marcou a construção histórica dessas religiões –, além de trabalhar com o tempo das cosmogonias presentes nas sociedades tradicionais, ágrafas ou não. Incursionamos, ainda, nas temporalidades cotidianas, como as ligadas à comunicação entre indivíduos, sociedades ou impérios, a exemplo do tempo de duração das viagens oceânicas, que dependiam muito da geografia, em geral, e das condições climáticas, em particular.

Nesta edição, como se poderá constatar pelo exame do conteúdo dos capítulos e das seções, a problematização do espaço e do tempo em perspectiva histórica tem por objetivo principal tentar fazer da História o estudo de um mundo sensível, adotando uma perspectiva geral humanista, porém atenta às diversidades socioculturais.

Importância de conteúdos convencionais

Nesta altura, interessa-nos explicitar o que entendemos como a informação histórica necessária para um livro didático de história para estudantes do Ensino Médio.

A inserção ou exclusão de um fato depende tanto do objeto estudado quanto do sujeito historiador. Logo, depende do olhar que o autor lança sobre a matéria estudada, suas opções teóricas, enfim, sua subjetividade. O que é desnecessário para uns pode ser essencial para outros na exposição dos processos históricos. Isso vale para os pesquisadores, historiadores, autores de livros didáticos e, certamente, para os professores de História.

Em todo caso, Carlo Ginzburg, em texto clássico, chamava a atenção para o fato de que a História é "uma ciência do particular", devendo renunciar por vocação às explicações muito gerais. Exatamente por esta circunstância da História como forma de conhecimento, o autor considera fundamental que os envolvidos com a produção do conhecimento histórico (e incluiríamos, de nossa parte, com a divulgação e o ensino de História) façam esforço máximo para controlar as subjetividades.

Uma boa estratégia para alcançar tal controle residiria na fidelidade à informação factual, contraposta à imaginação ou a derivações, carentes de comprovação documental. Isso nos faz retornar à questão central deste item: qual é a informação histórica que merece constar de um livro didático para os anos do Ensino Médio?

A coleção deve mostrar a importância da História como conhecimento humanista e contribuir para a formação do estudante enquanto cidadão. Se o ensino de História conseguir alcançar tais objetivos, já terá feito muito.

Na "arquitetura da informação do livro didático", consideramos que a factualidade necessária deve, de um lado, incluir personagens e episódios suficientes para ambientar os estudantes no contexto histórico trabalhado; de outro lado, tais elementos (personagens e fatos) devem estar articulados a uma questão central do período e/ou tema. Isso vale para o texto-base, é claro, mas vale também para as seções – embora estas possuam, por vocação, a liberdade de extravasar os conteúdos fundamentais.

Nosso esforço no enfrentamento dessa questão foi, portanto, o de evitar o "conteudismo" absoluto, por sua impertinência, sem desmerecer, longe disso, a factualidade histórica. Trata-se de uma questão de dosagem e de critério.

Tratamento dos conteúdos

O dilema dos atores de livros didáticos em História resulta, em última análise, dos cânones da disciplina. Muito antes de a História alcançar sua autonomia como disciplina acadêmica, a lembrança dos fatos passados surgiu como uma marca de sua narrativa.

No mundo ocidental, Heródoto e Tucídides, historiadores gregos da Antiguidade, escreveram obras nessa linha, o que remete à etimologia da palavra: testemunho. Para eles, história (ou historiar) era relatar o que havia acontecido, seja por se presenciar o fato, seja por saber de terceiros.

A permanência desse cânone nos leva a uma constatação que nos aproxima dos colegas autores de livros didáticos em História. A narrativa e o ensino de História precisam de fatos. Fatos reconhecidos como centrais para o estudo de temas essenciais; fatos emblemáticos de mudanças cruciais.

O **historicismo** ou a escola metódica do século XIX – de início alemã, e logo europeia – defendeu que o estatuto científico da História residia na exposição de fatos **verdadeiros** e **documentados**. Exageraram, é certo, nesse condicionamento, mas realçaram um aspecto essencial do nosso componente curricular, além de criarem métodos para analisar criticamente os documentos. Quais fatos são verdadeiros ou falsos, quais documentos são autênticos ou falsificados? Essas são polêmicas pertinentes que, no entanto, não invalidam a importância dos fatos na narrativa histórica.

O historiador Marcos Napolitano observou muito bem que “a herança dos historiadores metódicos pode ser criticada não pelo fato de enfatizar as informações factuais detalhadas, mas por não irem além dela”. Endossando esse juízo, a historiadora Crislaine Barbosa Azevedo afirmou:

> [...] a História, sendo um campo de conhecimento ligado [...] à erudição, não pode prescindir de uma base informativa sólida, em que os processos, configurações, estruturas e temporalidades devem ser percebidos criticamente[11].

Isto posto, em observância aos critérios definidos pelas autoridades educacionais e pelo público – e por convicção intelectual e ética –, as histórias africana e indígena estão integrados à coleção. O mesmo vale para temas ligados à história de gênero e das sexualidades, neste caso uma história combativa de preconceitos e opressões.

O lugar da História do Brasil

A nossa opção pela **Perspectiva Integrada** segue a tendência predominante entre os livros didáticos em História produzidos no país desde o início do atual século. Essa perspectiva enfatiza a conexão, à luz de processos históricos globais, entre sociedades distintas não só na dimensão geográfica (dos continentes, regiões etc.), mas também do ponto de vista sociocultural. Deve-se notar, contudo, que a organização dos conteúdos didáticos se encontra na ordem do dia, a propósito das discussões acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) travadas entre 2015 e 2016.

Nos últimos anos, pode-se verificar um forte estímulo do MEC, por meio de comissões *ad hoc* de especialistas, à ênfase no estudo da História do Brasil – o que é positivo, ao nosso ver, uma vez que o ensino desse componente curricular em causa é dedicado a estudantes brasileiros.

Vale a pena registrar o quase desaparecimento dos livros didáticos que tratam exclusivamente da História do Brasil – um fato inegável –, o que não implicou o abandono completo da história brasileira, senão, quando muito, a sua diluição na chamada História Geral. O que ocorreu, por assim dizer, foi que ela perdeu espaço enquanto tema de estudo à parte.

---

[11] AZEVEDO, Crislaine Barbosa. A renovação dos conteúdos e métodos da História ensinada. R*evista Percursos*. Florianópolis, v. 11, n. 2, 2010, p. 11.

Em nosso país, a História do Brasil chegou a constituir, no passado, uma cátedra autônoma no Colégio Pedro II, durante alguns anos do século XIX. O reconhecimento da especificidade da história brasileira e, por conseguinte, a convicção de que o seu estudo em particular é ou era legítimo sempre foi um problema para as autoridades educacionais. Capistrano de Abreu, com razão celebrado como um dos principais historiadores brasileiros, catedrático do colégio de Pedro II desde 1883, demitiu-se, em 1899, exatamente por causa da extinção da cadeira de História do Brasil, cujos conteúdos passaram à cátedra de História Geral.

No século XX, sobretudo depois da chamada Reforma Capanema (1942), reintroduziu-se a História do Brasil separada da História Geral, criando-se uma tradição que certamente irrigou a produção dos livros didáticos por mais de meio século. Nos dois momentos citados, quer na extinção, quer na recriação da História do Brasil, cada qual a seu modo e por motivos diferentes, prevaleceu o estímulo a uma **História pátria**, tendência, aliás, predominante também na historiografia europeia entre os séculos XIX e XX.

Na Europa, até hoje, as histórias nacionais possuem manuais específicos, embora, nos últimos anos, o predomínio do ensino da História pátria esteja em xeque, por vezes com exagero. Na França, em particular, com sua tradição libertária e contemporaneidade multicultural, há quem defenda a supressão do ensino da história nacional.[12]

O ensino de História, em nosso país, parece ter avançado muito, na medida em que assumiu, com algum pioneirismo, no final do século XX, a Perspectiva Integrada. Um avanço cuja vanguarda, vale destacar, se aliou às mudanças propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), consequentemente adotadas pelas coleções didáticas. Vale a pena acrescentar que esse fenômeno é fundamentalmente nacional no contexto do ensino de História na América Latina, onde a tradição do ensino da história de cada país permanece vigorosa, embora renovada, em muitos casos.[13]

Saindo do isolamento da história pátria de caráter nacionalista, a história integrada ajudou a contextualizar os processos históricos ocorridos no Brasil nas dinâmicas europeia e africana. Sem o conhecimento da história dos povos desses continentes, a compreensão da história do Brasil fica comprometida. Ao mesmo tempo, o conhecimento da história de países como a China, o Japão e a Índia instrumentaliza o estudante a compreender melhor o mundo globalizado de nossos dias.

No entanto, se a Perspectiva Integrada teve o mérito de repensar a história brasileira em chave diferente da tradicional história pátria – ufanista, elitista, não raro "centrada nos acontecimentos" –, é forçoso reconhecer que ela provocou um dano colateral: a subestimação ou pulverização da história brasileira entre a história geral.

Porém, como avaliar o deslocamento do ensino de História do Brasil para uma posição periférica, no Ensino Médio, em contraste com o seu prestígio e espaço nos cursos

---

[12] O ensino de história na França, até 2008, se dividia em: os grandes períodos históricos e a geografia francesa (curso primário); história do Ocidente desde a Antiguidade até o século XX (*College*, equivalente, grosso modo, ao nosso Fundamental II), com incursão, a cada ano, na história de "mundos exteriores" (China ou Índia, algum império africano, o tráfico negreiro etc.); repetição do mesmo programa no secundário (*Lycée*), mas com destaque para temas-guia em cada grande período, a exemplo de "A invenção da cidadania no mundo antigo", no caso da Antiguidade, ou "Crescimento econômico e mundialização", para o período de expansão europeia. Não resta dúvida de que, no que seria o programa de história para a etapa equivalente ao Ensino Médio na França, busca-se algum tipo de história integrada, ainda que muito tímida, em relação ao ensino da história nacional no Brasil, além de muito apegada à centralidade francesa. Sobre o questionamento do currículo de História na França, ver: Qui veut casser l´histoire de France? *Le Figaro*, 27-08-2012. Disponível em: <www.lefigaro.fr/actualite-france/2012/08/24/01016-20120824ARTFIG00298-qui-veut-casser-l-histoire-de-france.php>. Acesso em: 28 mar. 2016.

[13] A historiadora Vitória Rodrigues Silva já observava essa situação singular da historiografia didática brasileira, em tese defendida em 2006, ao comparar livros didáticos brasileiros com argentinos e mexicanos. No caso dos livros brasileiros, não obstante a presença de capítulos ou itens dedicados à história nacional em várias coleções, o triunfo da Perspectiva Integrada tendeu a priorizar os conteúdos de História Geral. Ver SILVA, Vitória Rodrigues. Concepções de História e de ensino em manuais para o Ensino Médio brasileiros e mexicanos. Tese de doutorado em História Social defendida na USP, São Paulo, 2006, p. 12.

universitários? Ao nosso ver, esse deslocamento da História do Brasil para a posição que ocupa nos livros didáticos possui (ou possuiu) aspectos positivos e inovadores. Ela traz mais benefício ao conhecimento histórico do que a autonomização da nossa história no ensino escolar. O destaque crescente à História do Brasil será positivo desde que esta não seja banalizada, em prejuízo não apenas do ensino do componente curricular, de seus conceitos e de suas práticas, senão – e sobretudo – da construção da cidadania, para os estudantes.

A tradição do ensino de História do Brasil revelou-se persistente em determinados aspectos, apesar do desaparecimento dos livros didáticos sobre a história brasileira e do tipo de inserção que ela tem merecido nas coleções de História do século XXI. Nas obras didáticas de História, os tópicos tradicionais da História do Brasil, ao menos nas coleções com Perspectiva Integrada, continuaram fortes, por vezes intactos. Já era assim há mais de dez anos, segundo Tania de Luca e Sonia Miranda, para as quais a Perspectiva Integrada

> [...] acabou por se vincular, ainda que sob diferentes recortes temáticos, a uma abordagem programática marcada pela valorização da identidade nacional, por intermédio da introdução dos conteúdos de História do Brasil no início da escolarização ou, mais precisamente, a partir do segundo segmento do ensino fundamental. De certo modo, a cultura instituída a partir da Reforma Capanema, que consagrou a separação entre a História Geral e a do Brasil, deixou marcas bastante notáveis sobre um modo específico de pensar a articulação das temáticas históricas.[14]

Ainda assim, autores, editoras e professores elaboraram maneiras novas de tratar de assuntos tradicionais, por vezes canônicos, da *Nossa História* – utilizando, aqui, o título de uma revista publicada pela Biblioteca Nacional a partir de 2004 exatamente com o objetivo de divulgar a pesquisa atual no campo da História brasileira.

Exemplo da vitalidade da história do Brasil na maioria das coleções didáticas pode ser visto na crescente valorização da história africana e da história indígena – assunto de que trataremos nos textos das páginas 285 a 289 – exatamente pelo protagonismo desses grupos em nossa formação histórica e pela importância de seus descendentes na sociedade atual.

Essa valorização se deu, em parte, por indução de políticas governamentais no campo da Pedagogia, em parte por uma demanda de pesquisadores e professores brasileiros, inconformados com o apagamento de africanos e indígenas nas grades curriculares da disciplina, desde o Ensino Fundamental ao Superior. Objetiva-se, nesse caso, incentivar um ensino da História que ofereça a construção da cidadania em uma sociedade democrática, tolerante e plural.

Por isso, nesse período em que o ensino de História passa por transformações, entendemos que a Perspectiva Integrada, adotada nesta coleção, deve, na medida do possível e desejável, dialogar com as perspectivas temáticas – o que não é recomendação de hoje, vem de longe. Entendemos tal diálogo como um estímulo à história-problema, aberta à discussão, em contraposição às lições fechadas. Nesse sentido, a convenção da cronologia deve se articular com temáticas-chave da História: a mudança das tecnologias; as estruturas sociais; o peso do racismo nas estratificações sociais do mundo, em particular do Brasil; os conflitos sociais em conexão com as guerras da história ocidental e oriental; as estruturas e práticas de poder; as construções ideológicas, as mentalidades coletivas, as culturas populares e das elites.

A perspectiva integrada deve ceder, neste ponto, à revalorização da história brasileira, não como exaltação da história pátria, senão como história social do país em que nascemos e vivemos.

---

[14] LUCA, Tania Regina de; MIRANDA, Sônia Regina, *Op. cit.* p. 139-140.

Pelo engajamento do ensino de História

A legislação educacional brasileira reitera, com máxima razão, o compromisso que deve existir entre o ensino escolar e da História, em particular, e a construção da cidadania em uma sociedade democrática. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio:

> Art. 9º A legislação nacional determina componentes obrigatórios que devem ser tratados em uma ou mais das áreas de conhecimento para compor o currículo:
>
> I – são definidos pela LDB:
>
> [...]
>
> c) o ensino da História do Brasil, que leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;
>
> d) o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras;
>
> [...]
>
> II – Com tratamento transversal e integradamente, permeando todo o currículo, no âmbito dos demais componentes curriculares:
>
> a) educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica);
>
> b) processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso);
>
> c) Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental);
>
> d) Educação para o Trânsito (Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro);
>
> e) Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3).[15]

Nesse sentido, recomenda **promover positivamente** a imagem e a cultura dos africanos e afrodescendentes, dos povos indígenas, dos povos do campo; a imagem da mulher e a temática de gênero; a educação e a cultura em direitos humanos, realçando, aqui, os direitos das crianças, dos adolescentes e dos idosos.

Estamos de pleno acordo com esse pressuposto, uma vez que a História, talvez a mais humanista das Ciências Humanas, deve se engajar no combate aos preconceitos de todo tipo que marcaram (e marcam) não só a sociedade brasileira, como a sociedade global (ressalvadas as diversidades de cada caso): preconceitos raciais, misoginia, transfobia, homofobia, intolerância religiosa, discriminações sociais. É, por assim dizer, uma vocação da História empenhar-se em tais combates em uma **sociedade democrática**.

Exatamente por isso, aderimos às recomendações de promover positivamente e de **dar visibilidade** a esses grupos, considerando que vários deles ficaram por muito tempo ausentes do ensino desse componente curricular, quando não tratados de forma estereotipada e preconceituosa. Isso implica, portanto, abrir espaço, nas coleções, para tais grupos ou problemáticas em uma perspectiva crítica, sem prejuízo, porém, da ética profissional dos historiadores e professores, evitando, portanto, celebrações e idealizações.

Nossa opção reside em adotar uma perspectiva histórica ampla, não restrita à história do Brasil ou à sociedade brasileira atual. A comparação é sempre um procedimento valioso para o conhecimento histórico, e isso vale também para uma concepção do ensino do componente curricular enquanto instrumento de formação da cidadania. Abordar situações históricas de preconceito racial de outras sociedades em comparação com as presentes na nossa história pode produzir bons resultados nesse sentido.

---

[15] BRASIL, Diretrizes curriculares para o Ensino Médio. In: BRASIL, *Diretrizes curriculares nacionais*. Brasília: Ministério da Educação, 2013. p. 196.

O ensino de História africana e afro-brasileira

A História da África assume importância crucial nesta atitude engajada que o ensino da História deve assumir, considerando que, até meados da década de 1990, a inclusão de temas africanos no currículo do componente curricular era diminuta. É injustificável que, em um país como o Brasil, tenha sido excluído ou marginalizado durante tanto tempo o ensino da história africana e da recriação das africanidades na diáspora durante os períodos colonial e imperial.

A LDB, promulgada em 1996, complementada pelos PCNs de 1998, deu um primeiro passo importante para a reversão desse quadro. O avanço significativo veio mais tarde, com a Lei 10.639/03 e, sobretudo, com a aprovação, pelo Conselho Nacional da Educação, em 2004, das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*.

A valorização da história africana e afro-brasileira pela legislação educacional nos últimos vinte anos resultou em conquistas de valor inestimável, chegando a impulsionar, no âmbito das universidades públicas, a criação de disciplinas e setores exclusivamente dedicados à história africana no continente e na diáspora. Há hoje muitos africanistas entre os pesquisadores brasileiros, vários deles lecionando nas universidades, o que sem dúvida resulta dessa mudança de perspectiva no ensino da História em nosso país.

Anderson Ribeiro Oliva realizou um balanço crítico circunstanciado da legislação produzida em âmbito federal entre 1995 e 2006, constatando que, de início, a valorização das dinâmicas próprias da história africana por vezes se explicitava por meio de temáticas “tradicionais” como o tráfico negreiro, a mercantilização do continente, a escravidão de populações.

A ideia, segundo o texto oficial (1998), era alcançar, por meio do ensino, “um dimensionamento correto do absurdo, do ponto de vista ético, da escravidão”[16]. É desnecessário dizer que a rejeição da escravidão, do ponto de vista ético, não precisaria de recomendações oficiais.

A tentativa de descortinar o véu que cobria a história africana esbarrou, durante décadas, no desconhecimento dos historiadores brasileiros. A própria dificuldade em identificar grupos e civilizações do continente deu prova do referido desconhecimento, sobretudo quando culturas étnicas aparecem confundidas com Estados africanos e, ainda por cima, denominadas de acordo com portos africanos de embarque ou, quando menos, com troncos linguísticos genéricos (a exemplo do Banto).

Hebe Mattos resumiu o problema, em texto de 2003 sobre os PCNs de 1998:

> Ainda mais grave, há alguns conteúdos fundamentais – especialmente a ênfase na história da África – que, infelizmente, ainda engatinham como área de discussão e pesquisa nas nossas universidades, impondo-se como limite ainda maior ao esforço pedagógico que pode ser feito para uma abordagem que rompa com o europocentrismo que ainda estrutura os programas de ensino das escolas. Esses limites e distorções refletem-se, necessariamente, na própria produção dos melhores livros didáticos[17].

É claro que houve avanços específicos no conhecimento da história africana, sobretudo nas últimas duas décadas, mas, em contrapartida, reforçou-se uma justificativa ideologizante.

Nas *Diretrizes* aprovadas pelo CNE, em 2004, recomenda-se, entre outros tópicos, que:

> Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra[18].

---

[16] OLIVA. Anderon Ribeiro A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). *História* [online]. 2009, vol. 28, n. 2, p. 148. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742009000200007>. Acesso em: 28 mar. 2016.

[17] MATTOS, Hebe Maria. O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de História:* conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003, p. 131.

[18] *Apud* MATTOS, Hebe Mattos e ABREU, Martha. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 21, n. 41, 2008, p. 11.

Hebe Mattos e Martha Abreu colocaram em xeque tal recomendação, lembrando que:

"Não é possível no Brasil, em termos históricos, separar de forma rígida negros e brancos como se fossem, respectivamente, descendentes de africanos e de senhores de escravos. Muitos africanos e descendentes de africanos tornaram-se senhores de escravos; as relações interétnicas e a chamada ideologia do branqueamento tornaram brancos muitos descendentes de cativos. Por sobre eles, uma prática de silenciar a respeito das cores, ou de multiplicá-las num quase arco-íris descritivo, procurou também desconstruir o *continuum* hierárquico branco/preto, herdado da experiência colonial".[19]

No comentário acima temos uma interpretação lúcida da questão racial em termos historiográficos e pedagógicos. De um lado, admissão de que o racismo, herdado do passado escravista, é uma realidade brasileira a ser combatida; de outro, a consciência de que tal combate não deve resvalar para simplificações a-históricas como a naturalização de conceitos como brancos e negros. Tais categorias não são operacionais nem para o estudo da África, em si mesma, nem para o entendimento do processo de formação histórica brasileira.

O impasse fundamental do ensino da História da África nas escolas talvez resida na disputa entre dois paradigmas: de um lado, o que concebe o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira como um instrumento para combater as desigualdades raciais no Brasil; de outro, o que, sem desmerecer o combate às desigualdades, aposta no aprofundamento da pesquisa e do conhecimento das **histórias africanas** (no plural), mas não silencia sobre a complexidade multifacetada da formação histórica e da cultura brasileira.

Concordamos com esse segundo paradigma, convencidos de que o reconhecimento de nossa diversidade sociorracial não equivale a adotar o malsinado conceito de "democracia racial".

Em todo caso, como enunciamos anteriormente, a nossa opção em tratar os temas ligados a racismos e preconceitos sociais reside na ampliação dos horizontes histórico-geográficos. Tal procedimento implicou a distribuição dos temas tratados na coleção por três conjuntos:

- a **história africana;**
- a **história afro-brasileira;**
- a **história dos africanos ou afrodescendentes em outros continentes.**

Isso equivale a dizer que tratamos a questão com horizontes mais largos do que os da História do Brasil.

No caso da valorização da **história africana**, em si mesma e como combate a preconceitos arraigados, podemos citar tópicos importantes trabalhados na coleção, como: a crítica ao eurocentrismo nas descobertas dos primeiros hominídeos; a África magrebina e o processo de islamização dessa região; a África subsaariana, reinos e alianças; a especificidade da escravidão e do tráfico própria na África; as resistências e mesclas culturais na África ocidental e na África centro-ocidental; a trajetória da rainha Nzinga entre os jagas e os portugueses; as relações afro-europeias na tessitura do tráfico atlântico; a partilha imperialista do continente africano; as revoltas africanas contra a dominação imperialista; a brutalidade da invasão da Etiópia pela Itália fascista; as lutas pela independência na África; os líderes e pensadores africanos do século XX; o *apartheid* sul-africano e a luta de Nelson Mandela; os regimes autoritários do continente; os conflitos entre grupos e culturas rivais na história africana; a importância da África na Primavera Árabe; as populações africanas na Europa ocidental.

Na **história afro-brasileira**, entre os tópicos trabalhados na coleção, podemos citar: a procedência multiétnica dos africanos traficados para o Brasil; as relações sociais escravistas; os quilombos de Palmares como resistência à escravidão colonial; o exemplo de aliança afro-portuguesa na atuação de Henrique Dias; o contraste entre as lideranças de Ganga Zumba e Zumbi nas guerras palmarinas; as religiões afro-brasileiras na mira da Inquisição portuguesa; as revoltas dos Malês, das Carrancas, de Manoel Congo e outras rebeliões do século XIX; o estigma lançado pelo racialismo oitocentista e novecentista sobre os africanos e afrodescendentes negros; a participação dos afrodescendentes no movimento abolicionista; o Movimento Negro durante o Estado Novo; as diversas correntes dos movimentos negros nos séculos XX e

[19] Idem, p. 11.

XXI; as ações afirmativas; a criminalização do racismo; o reconhecimento dos direitos dos quilombolas; o resgate da história africana e da cultura afro-brasileira no ensino da História.

Na **história dos africanos e afrodescendentes em outros continentes**, a coleção aborda: as justificativas religiosas para a escravização dos povos africanos nas Américas; os quilombos afro-americanos no Caribe; cultura e religiosidades afroamericanas; a situação-limite da revolução haitiana no século XVIII; a difamação dos povos africanos no discurso pseudocientífico ocidental; a participação dos afrodescendentes na Guerra Civil estadunidense; as motivações e as brutalidades da Ku Klux Klan contra os afro-americanos; a inferiorização dos povos africanos no discurso dos Estados nazista e fascista; a vitalidade e diversidade das **culturas negras** na diáspora ocidental; a luta dos povos afro-americanos por direitos civis no século XX; os discursos e as práticas racistas da ultradireita europeia contra os imigrantes africanos nas últimas décadas.

A nossa opção, vale repetir, objetiva dar a maior visibilidade possível ao protagonismo dos povos africanos na história mundial, da qual o Brasil é apenas uma parte.

Os indígenas no ensino de História

A incorporação da história indígena à educação básica de nosso país guarda semelhanças e diferenças em relação ao que vimos sobre ensino de história africana.

Ela também se relaciona a decisões de governo no campo educacional, desde a LDB de 1998. Posteriormente, a lei 11.645/08 estendeu à história indígena as disposições da lei 10.639/03, então restrita ao ensino da história africana e afro-brasileira. O ensino da história indígena tornou-se, então, obrigatório.

Também neste caso há conexões importantes entre os movimentos sociais e a renovação do ensino, como se pode constatar no **Projeto Pindorama**, criado em 2001 e voltado para a inclusão de indígenas na universidade brasileira. Uma iniciativa bem-sucedida que envolveu a PUC de São Paulo, lideranças xavantes, a Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo, a Associação SOS Pankararu e a Comunidade Guarani do Pico do Jaraguá.[20]

Voltando à educação básica, já faz tempo que especialistas em história indígena criticam a nossa historiografia e as obras didáticas do componente curricular História pelo longo silêncio a que vitimou a história dos povos nativos, exceto em suas relações com os europeus. Trata-se, a nosso ver, de uma crítica correta a uma posição que vem de longe – desde, no mínimo, a obra de Francisco Adolpho de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, publicada entre 1854 e 1857 em cinco volumes, para quem a História do Brasil só começava em 1500, com a chegada dos portugueses. “Para os povos na infância” – escreveu Varnhagen – “não há história: há só etnografia”.[21]

Não resta dúvida de que o juízo de Varnhagen, embora muito combatido na época por colegas indianistas do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, foi consagrado nas obras didáticos desde o século XIX, a começar por *Lições de História do Brasil para os alunos do Colégio de Pedro II*, obra de Joaquim Manuel de Macedo (1861).

Diversos textos contemporâneos[22] apontam omissões e estereótipos na tradição de livros didáticos brasileiros, que podemos resumir em seis pontos:

---

[20] Sobre o Projeto Pindorama, ver o *site* Ensino Superior Indígena. Disponível em: <https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/nao-humanos/projeto-pindorama/>. Acesso em: 28 mar. 2016.

[21] VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *História Geral do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, tomo I, p. 42.

[22] Vale citar: ROCHA, Aristeu Castilhos. Desafios para o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. XVI *Jornada Nacional da Educação*. Santa Maria, 2013. Disponível em: <http://jne.unifra.br/artigos/4811.pdf>; SILVA, Edson. Povos indígenas e ensino de História: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula. *Revista História & Ensino*. Londrina, vol. 8: 45-62, 2002; GUIMARÃES, Francisco Alfredo Morais. A temática indígena na escola: onde está o espelho? *Revista Forum Identidades*. Aracajú (UFS). Ano 2, vol. 3: 57-65, 2008; PÁTARO, Ricardo Fernandes e PÁTARO, Cristina Satiê. Ensino de história e cultura indígena: reflexões a partir da estratégia de projetos em uma perspectiva transversal. In *Atas do IX ANPED Sul* (2012). Disponível em: <www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2028/413>; Pablo Lima (Org.). *Fontes e reflexões para o ensino da história indígena e afro-brasileira*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Datas de acesso dos artigos eletrônicos: 28 mar. 2016.

- adoção de um conceito genérico de índio sem problematizar as diversas culturas e sua distribuição no espaço geográfico do território;
- endosso de vocabulário preconceituoso em referências a grupos indígenas, a exemplo de **selvagens**, **silvícolas**, **ferozes**, **feras** etc., reiterando discursos colonizadores e eurocêntricos;
- valorização da obra missionária jesuítica no tocante à extirpação dos "vícios" indígenas por meio da cristianização, o que implica negar as identidades culturais indígenas;
- valorização da expansão territorial promovida pelos bandeirantes, sem qualquer alusão aos massacres e ao tráfico de indígenas por eles realizados desde o século XVI;
- omissão sobre eliminação de povos indígenas no Brasil desde o século XVI, seja por ação de epidemias, seja por massacres;
- omissão da história indígena nos capítulos sobre a história brasileira nos séculos XIX e XX.

Nos últimos dez ou quinze anos, esse quadro mudou, como se pode constatar nas coleções didáticas em História publicadas no país. Persistem, porém, como no caso da história africana e afro-brasileira, problemas de abordagem, segundo indicam os especialistas. Destacaríamos três problemas neste tópico:

- insistência em uma leitura da história indígena como expressão de um genocídio deliberado perpetrado pelos colonizadores ou pelos "brancos", da qual resulta uma visão vitimizadora dos grupos indígenas, simplificadora da crise demográfica que afetou tais grupos;
- dificuldades em lidar com identidades culturais muitas vezes construídas pelo discurso colonizador, em especial quanto à ramificação dos grupos em "nações" ou grupos étnicos;
- atenuação ou omissão das estratégias movidas por diversos grupos indígenas no sentido de eliminar grupos rivais e/ou obter benefícios do sistema colonial (terras e títulos, por exemplo), uma questão central para a compreensão de identidades em processo de recriação diante de adversidades concretas.

Além disso, como se pode constatar em alguns artigos citados em nota, há quem situe a importância da história indígena e afro-brasileira (ou africana) no mesmo patamar. É verdade que o ensino obrigatório das histórias indígena e afro-brasileira apresentam similitudes, seja quanto à fonte legal que o estimulou/estimula, seja quanto à opressão histórica que se abateu sobre essas populações. Mas são histórias muito diferentes sob diversos outros pontos de vista, o que não cabe aqui aprofundar.

Bastaria citar, porém, a diferença histórica no tratamento que os povos indígenas e os africanos receberam da historiografia – e do pensamento social brasileiro, em geral, com a exceção honrosa da nossa Antropologia – desde o século XIX. Há 150 anos, por exemplo, os africanos sequer eram mencionados nos compêndios, exceto como escravos. Eram considerados um "problema nacional" nos debates sobre a "questão da mão de obra". Eram objeto de uma projeção **racialista** que apostava no desaparecimento dos negros através da miscigenação e do branqueamento.

Tratamento muito diferente foi dado aos indígenas, ainda que por razões ideológicas relacionadas à construção da brasilidade pelas elites imperiais no século XIX. Em todo caso, os indígenas foram objeto de verdadeira celebração na literatura romântica, na ópera, na pintura, até na historiografia do IHGB do século XIX (com exceção de Varnhagen), através de sua facção indianista.

A profusão de títulos de nobreza concedidos pelo imperador com nomes indígenas ou pseudo-indígenas confirma o prestígio que a origem nativa alcançou na *intelligentsia* brasileira daquele tempo. É certo que a referida celebração nada tinha a ver com **políticas indigenistas**, nem partiu de alguma perspectiva etnológica. Mas essa diferença de tratamento a africanos e indígenas não é questão de menos importância.

Atentos à diferença entre história indígena e história africana (e/ou afro-brasileira), a nossa opção recaiu sobre uma visão ampla, na qual a história indígena no Brasil foi relacio-

nada, implícita ou explicitamente, à história das populações nativas das Américas. Nesse caso, poderíamos ilustrar as temáticas trabalhadas por meio de dois conjuntos:

- **a história indígena no Brasil;**
- **a história indígena em outras regiões do continente americano.**

Na **história indígena do país**, a coleção deu atenção, entre outros temas: aos sítios arqueológicos brasileiros; à cultura dos nativos do tronco linguístico Tupi, com destaque para o papel inclusivo da "maloca"; ao significado da guerra em conexão com a antropofagia na cultura Tupi; à antropologização do "grupo tapuia" nos textos coloniais e na etnografia brasileira oitocentista; às mitologias heroicas dos nativos Tupi, com destaque para o mito da terra sem mal"; ao protagonismo e aos significados indígenas no escambo com os europeus e nas guerras coloniais; à hecatombe demográfica que marcou as populações nativas na situação colonial; à ressignificação das tradições indígenas submetidas à catequese; à valorização ideológica dos indígenas, em contraste com as políticas públicas ou ações particulares no Brasil imperial; aos processos de etnogênese de grupos indígenas no século XX; à política indigenista na Primeira República e à valorização da cultura indígena nos anos 1930; às relações entre a questão fundiária e a questão indígena no Brasil contemporâneo; às pastorais indigenistas e à luta por direitos das populações nativas do país.

Quanto à **história indígena em outras regiões do continente americano**, a coleção abordou: as polêmicas tradicionais e atuais sobre o povoamento do continente; o eurocentrismo vocabular, inclusive historiográfico, no tratamento da Geografia, da História e dos grupos nativos do continente (termos como América, índios, pré-colombiano etc.); densidade e distribuição das populações no continente; a ressignificação das tecnologias tradicionais indígenas na situação colonial; a economia, a sociedade e a cultura nos impérios indígenas das regiões mesoamericana e andina; as resistências e cumplicidades indígenas na conquista espanhola; a catástrofe demográfica da população indígena na América Espanhola do século XVI; o papel central das comunidades indígenas na economia colonial hispano-americana; as rebeliões indígenas entre o período colonial e as guerras de independência da América Espanhola; as lutas indígenas na América do Norte inglesa e nas disputas coloniais anglo-francesas; a opressão e o genocídio das populações indígenas estadunidenses na Marcha para o Oeste do século XIX; as políticas indigenistas nas Américas no séculos XIX e XX, entre a exclusão violenta e o reconhecimento de direitos; as relações entre movimentos indígenas e guerrilhas latino-americanas; o indigenismo e bolivarianismo na América Latina contemporânea.

Esses dois elencos temáticos permitem demonstrar o empenho de nossa coleção em dar visibilidade à história indígena, não apenas no caso brasileiro, senão em perspectiva continental e comparativa. Uma opção dedicada a realçar o protagonismo dos grupos indígenas ao longo da História das Américas, sem endossar, no entanto, discursos vitimizadores e ideologizantes.

Combate à discriminação das alteridades

No campo da historiografia existe uma massa crítica substantiva quanto à **história das relações de gênero** e à **história da sexualidade**, uma e outra engajadas no combate aos preconceitos misóginos e homofóbicos da nossa sociedade. Iniciado na década de 1980, esse campo de pesquisa cresceu e apurou suas metodologias nas últimas décadas, em especial nos cursos de pós-graduação do país. No caso da **história das relações de gênero**, as historiadoras Rachel Soihet e Joana Pedro – pioneiras nas pesquisas deste campo – publicaram um balanço sobre o estado-da-arte das pesquisas brasileiras em 2007[23], tempo em que a área já estava bem consolidada no país.

[23] SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

No caso da **história da sexualidade**, livro recente de Mary Del Priore[24] pode orientar sobre os percalços desse campo de estudos desde a década de 1980.

Novamente Mary Del Priore nos socorre em um campo de pesquisas ainda incipiente, se comparado aos dois campos citados anteriormente. Ela organizou, em 1991, uma obra clássica sobre a infância na história brasileira desde o período colonial [25].

Quanto aos adolescentes e aos idosos, as melhores referências se encontram na bibliografia francesa. A *História da velhice no Ocidente*[26] e a *História dos jovens*[27] podem orientar o professor sobre os dois campos de estudos na historiografia do século XX.

Realçar o feminismo, coletivo e individual, como tentamos fazer, é um passo importante no combate ao sexismo misógino até hoje presente, embora sob fogo cerrado.

O combate à homofobia também esteve presente no ânimo dos autores, ao menos em algumas passagens-chave, como na alusão ao homoerotismo dos grandes artistas do Renascimento italiano ou no destaque às perseguições de homossexuais pelo nazismo, estigmatizados com o triângulo rosa no uniforme de prisioneiros, milhares deles executados durante a Segunda Guerra Mundial.

A valorização dos grupos oprimidos na História foi, sob vários aspectos e nas mais diversas sociedades e períodos, matéria de atenção especial desta coleção. Antes de tudo porque a exclusão e opressão de minorias, bem com as lutas dos oprimidos e excluídos, é marca essencial da História em todos os períodos e sociedades. Mas, sobretudo, porque na história dos livros didáticos brasileiros passou-se de um silêncio ensurdecedor, entre meados do século XIX e o último quartel do século XX, para um grito voluntarista. Nos dois casos, os estudantes ficam longe de conhecer a História, nas suas sutilezas e ambiguidades – características humanas –, em prejuízo de uma educação cidadã, democrática e tolerante em face das diferenças.

Ensino de História e experiência cotidiana

Nossa coleção orientou-se com base em duas recomendações do Edital:

a. identificar, de modo significativo, as relações entre as experiências atuais dos jovens e as de outros sujeitos em tempos, lugares e culturas diversas das suas;

b. adotar estratégias que possibilitem transformar os acontecimentos contemporâneos e aqueles do passado em problemas históricos a serem estudados e investigados[28].

Com efeito, procuramos, assim, ao longo de toda a coleção, trabalhar conceitos que permitam estabelecer o nexo entre ensino de História e experiência social do estudante, explorando as variações nas temporalidades, o estatuto da narrativa histórica em relação a outros tipos de narrativa e a relação entre História e alteridade no passado e no presente.

Segundo o nosso entendimento da relação entre ensino da História e experiência social do estudante, a coleção investe muito no eixo histórico-social geográfico. Nesse sentido, apresenta uma seção especial, constante de quase todos os capítulos, chamada **A História no seu lugar**, título que tem como objetivo valorizar o estudante enquanto sujeito histórico, bem como o lugar de seu nascimento ou moradia, como elementos da experiência social para o aprendizado de História.

Nessa seção, procuramos articular o tema de cada capítulo a atividades de pesquisa em biblioteca, enquete na vizinhança, bairro ou cidade, conversas em família, registros da memória local etc., de modo a dar vida e sentido a todos os temas abordados na coleção.

Nesta altura, cabe apenas reiterar que pensamos a experiência social dos estudantes no sentido mais concreto possível, de modo a estimular, no cotidiano deles, a importância da indagação histórica e do componente curricular para construir a visão de mundo de cada um.

---

[24] PRIORE, Mary De. *Histórias íntimas:* sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

[25] PRIORE, Mary Del (Org.). *História da infância no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

[26] MINOIS, Georges (Org.). *História da velhice no Ocidente*. Lisboa: Teorema, 1991.

[27] LE GOFF, Jacques; SCHMIDT, Jean-Claude (Orgs.). *História dos Jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 2 v.

[28] MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Edital PNLD 2018*, item 3.2.1.1.3, p. 43.

Trabalho e experiência cotidiana

A presente coleção não ignora que o estudante do Ensino Médio pode estar próximo da entrada no mercado de trabalho. Por isso, esteve sempre atenta à história do trabalho e dos trabalhadores, não por qualquer adesão a determinismos históricos, senão por reconhecer o valor da História Social para os estudos de História.

Assim, os autores trabalharam com essa questão desde o processo de hominização até a atualidade, tempo em que a mecanização extrema dos processos produtivos gerou e gera desemprego e marginalização social.

Nas origens, tratamos do *Homo sapiens* na altura em que este percebeu ser capaz de criar e garantir a sua sobrevivência por meio da caça, como se pode constatar pela interpretação dada na obra à Caverna das Mãos. A mesma atenção com o fator trabalho encontra-se nas informações e análises sobre a servidão coletiva dos camponeses na Antiguidade oriental, na escravidão praticada no mundo greco-romano, na servidão individual dos camponeses medievais, na escravização dos africanos e na sujeição dos indígenas nas Américas coloniais. A valorização do tema trabalho atinge o apogeu nos capítulos sobre a formação do capitalismo na era industrial: o tempo do capitalismo selvagem nos primórdios da industrialização, o fordismo ou taylorismo dos primeiros anos do século XX, o toyotismo da contemporânea produção fabril. Assuntos retratados, em síntese premonitória, em *Tempos Modernos,* de 1936, um dos grandes filmes de Charles Chaplin.

Renovação teórico-metodológica na construção do hipertexto

Nesse título, gostaríamos de destacar, de início, duas palavras: renovação e hipertexto. Escolhemos aqui renovação porque vamos tratar de procedimentos que somente são novos se comparados aos compêndios didáticos antigos – meramente factuais – ou aos livros didáticos dos anos 1980-1990, marcados pelo voluntarismo teórico.

Os primeiros – por apego quase devocional à narrativa linear de fatos oficiais – e os segundos – por igual devoção a ideologias revolucionárias – deram pouca ou nenhuma importância à interdisciplinaridade, à amplitude da História como campo de conhecimento, à diversidade de fontes e metodologias de pesquisa específicas, algumas datadas do século XX, outras geradas ainda no século XIX. As coleções didáticas dos últimos anos têm se preocupado muito com essa renovação de temas históricos e de maneiras de contar a História, de sorte que, neste ponto, vamos seguir esta tendência salutar.

A segunda palavra que merece comentário é hipertexto. A palavra tem sido utilizada nas últimas décadas para designar o texto cuja leitura não precisa ser feita de forma linear.

No ensino de História, a persistência de certa tradição expositiva unilateral e demasiado factual, independentemente das convicções teóricas de autores das coleções, coloca em cena um problema central de todo discurso escrito: a questão da narrativa.

No nosso entendimento, deve-se abrir espaço para posições alternativas às do texto-base, bem como para as visões que grupos e indivíduos do passado formularam sobre suas próprias vivências. Trata-se de um grande desafio, pois implica articular narrativas diferentes que adotam pontos de vista diversos, quando não opostos.

Analisando uma coleção didática de História, Helenice Rocha levantou a questão das múltiplas narrativas que devem constar em uma obra desse tipo, não só por exigência institucional, senão por coerência com o tipo de conhecimento que o nosso componete curricular pode oferecer. Assim, ela utilizou o conceito de hipertexto para definir o conjunto de textos e imagens que acompanha o texto-base nos livros didáticos das últimas décadas.

A diversificação das narrativas deve ser, porém, dosada, evitando-se o risco de pulverizar o conteúdo histórico. A narrativa é um meio de apresentar o conteúdo didático do componente curricular, mas ela não é o próprio conhecimento histórico.

> [...] será pertinente a uma obra didática voltada ao ensino e aprendizagem de um público iniciante, que começa a estudar História, agregar tantas possibilidades e tão poucas certezas?[29]

Certamente não, pois, se qualquer narrativa for incorporada como versão explicativa possível para os fatos e processos históricos, sem a devida avaliação crítica e, por que não dizer, ética, o estudo da História seria inviabilizado.

A saída encontrada pelos autores tem sido a de agrupar e contrastar narrativas distintas no mesmo texto, a exemplo de boxes ou cronologias com dados factuais, imagens tratadas como documentos visuais, trechos de fontes escritas da época e, sobretudo, seções que resumem polêmicas ou explicam conceitos.

O desafio, uma vez mais, é evitar o adensamento e a multiplicação de informações, recorrendo a narrativas paralelas articuladas ao texto-base. Tais narrativas, se não forem bem concebidas, podem trazer mais prejuízo do que benefício para o processo didático.

> Este dilema permanece para os produtores de coleções didáticas de História. Considerando as possibilidades de abertura para narrativas concorrentes, onde havia "toda a História" passam a haver "todas as Histórias", o que inviabiliza pelo excesso a chance de ensinar e aprender com proveito uma massa incalculável de informações e perspectivas. A necessidade de estabelecer problematizações e, a partir delas, recortes sobre todo esse conteúdo programático está posta.[30]

A seguir, vamos comentar alguns aspectos do hipertexto que convivem e dialogam com o texto-base na nossa proposta. Outros aspectos serão explicitados, de forma tão somente descritiva, na parte dedicada à caracterização morfológica da coleção.

O contato com as fontes escritas

Não é novidade o recurso à citação de **documentos escritos**, seja em livros de pesquisa original, seja em livros didáticos. O que vale destacar, aqui, não é o uso de documentos, mas o modo pelo qual é possível utilizá-los para o ensino de História. Foram os historiadores metódicos do século XIX – os do historicismo – os que melhor prepararam a disciplina para o uso criterioso das fontes escritas, por meio da crítica externa e interna dos documentos.

É certo, a nosso ver, que os documentos escritos são de suma importância para se conhecer a História das sociedades no passado e no presente. A tópica, embora exagerada, faz todo o sentido: "A História só se faz com os documentos; sem documentos, não há História".

No caso dos livros didáticos tradicionais, o problema residia na inserção de documentos como comprovação de informações ou de interpretações já enunciadas no texto-base. O pressuposto, nesse caso, era o de que o documento é portador de verdade histórica a ser demonstrada pela simples citação. Felizmente, esse não é o pressuposto das coleções didáticas brasileiras nos últimos anos, de sorte que nossa proposta procura se alinhar com essa perspectiva. O documento histórico, seja ele qual for, deve ser questionado no teor da informação e na fórmula textual adotada. Ao longo dos volumes, essa preocupação se encontra presente no texto-base e no hipertexto, em especial na seção **Investigando o documento**.

No caso dos documentos citados na íntegra ou parcialmente, buscou-se estimular os estudantes a realizar um exercício de interpretação de fontes, seja relacionando o documento com o conteúdo do capítulo, seja analisando o discurso ou a mensagem emitida pelo autor do documento, considerando sua posição no contexto histórico.

Isso se fez, porém, com a devida cautela, sobretudo nas inserções documentais de textos antigos, produzidos por sociedades de épocas remotas. Muitas vezes, conforme o tema, período ou região, as traduções de fontes são discutíveis; outras vezes, aparecem

---

[29] ROCHA, Helenice. A narrativa histórica nos livros didáticos, entre a unidade e a dispersão. Revista *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 3: 54-66, dez. 2013.

[30] Idem, p. 58.

redigidas de forma estranha aos usos da língua, mesmo que dentro da norma culta da língua portuguesa. Traduções e transliterações à parte, o importante é destacar a nossa opção por problematizar o documento escrito: na linguagem, no fato narrado, na agência ou no autor que o emitiu, no receptor da mensagem, na memória da fonte, sobretudo no caso de "documentos monumentais".[31]

O contato com as fontes visuais

Não é de hoje que os livros didáticos utilizam imagens, em profusão cada vez maior, intercaladas ao texto-base. É possível dizer que, atualmente, texto e imagem disputam espaço nas coleções. A imagem é, sem dúvida, um dos elementos essenciais do hipertexto a que nos referimos anteriormente. Elas merecem seções exclusivas e ainda se fazem presentes em outras seções de corte mais textual.

A nossa coleção se insere nessa tendência valorizadora. Em certos temas, ela permite reforçar o nexo interdisciplinar entre História e Arte em vários domínios, sobretudo na pintura, na escultura, na arquitetura etc. Mas boa parte das imagens nada tem a ver com esse nexo interdisciplinar. É o caso de inúmeras fotografias largamente utilizadas, do século XIX em diante, em cartões-postais, propagandas e outras fontes históricas visuais. Pode haver arte em vários deles, mas não constituem, em si mesmos, obras de arte.

O critério mais importante, na utilização das imagens, é conceber a **imagem como documento histórico**, oferecendo condições para sua leitura e análise. E, de fato, as imagens são fontes históricas vitais. Fotografias, ilustrações, pinturas, charges, caricaturas, filmes, história em quadrinhos, publicidade, entre diversas outras, fazem parte do repertório de fontes documentais utilizadas pelos historiadores.

O trabalho com fontes visuais nesta coleção pressupõe que a imagem, em um livro didático de História, não deve ser tratada como simples ilustração do que está escrito, e muito menos como retrato fixo do passado, como se fosse o registro de uma verdade histórica. Tal procedimento seria completamente inadequado por trazer, entre outros riscos, o de reiterar estereótipos, construídos sobre os sujeitos e objetos sociais da História.

A utilização da imagem não se pauta, assim, por qualquer tentativa de alinhar a coleção com o padrão fortemente imagético da sociedade global na atualidade. "É necessário que o professor analise as imagens em sala de aula" – afirma Crislane Azevedo – "pois, imagem por imagem, nossos estudantes já as têm em excesso no cinema de ação e na televisão", ao que poderíamos acrescentar celulares, *tablets* e toda uma gama de aparatos eletrônicos contidos nesse excesso.

Algo importante deve ser observado para o trabalho com imagens: elas não têm um sentido em si mesmas. Somente adquirem sentido entre os agentes sociais que as produzem e as consomem. As imagens têm sentido no seu tempo, no espaço em que foram produzidas, na sociedade em que circularam e nas pessoas com as quais interagiram.

Por isso, neste Manual, esforçamo-nos por orientar o passo a passo das análises das imagens inseridas na coleção, inspirados, em boa medida, na orientação do alemão Erwin Panofsky (1892-1968), o chamado método iconológico. Evitamos, porém, aprofundar desnecessariamente em aspectos abstratos, teóricos metodológicos, restringindo a nossa orientação aos aspectos específicos que a análise de cada imagem pode evocar. Encarada como fonte, a imagem deve ser contextualizada, problematizada e analisada, como segue:

- **Contextualização –** Informações sobre a imagem propriamente dita, incluindo a sua autoria. Inserção em determinado gênero iconológico (pintura, escultura, caricatura, desenho, selo etc.) e estilo (no caso de obras de arte), data de produção, acervo depositário e, sobretudo, contexto histórico na qual está inserida.

---

[31] Referimo-nos aos documentos transformados pela memória coletiva ou oficial, de/sobre determinado histórico, em autênticos monumentos, como se fossem *lugares de memória*. LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e memória*. Lisboa: Casa da Moeda, 1984. p. 95-106. (Enciclopédia Einaudi.)

- **Problematização –** Questionamento sobre a procedência social da imagem, reflexão sobre grupos sociais emissores e receptores da imagem e sobre as motivações sociais da representação (celebração, idealização, crítica, estereotipação, satirização etc.).
- **Análise –** Verticalização da leitura histórica da imagem concentrada nos detalhes, posição das figuras ou indivíduos retratados, análise das cores (se for o caso), dos elementos caracterizadores de grupos sociais, étnicos, políticos, culturais etc.

Esta coleção contém uma seção exclusivamente dedicada a esse exercício: **Imagens contam a história**. Além dessa seção, diversas outras intercaladas no texto-base contêm atividades relacionadas à interpretação de imagens.

Na Abertura de cada capítulo, apresenta-se uma imagem alusiva ao respectivo tema, seguida de um breve comentário, de tipo motivacional, que, na maioria das vezes, evoca aspectos da imagem inaugural. Isso funciona, por assim dizer, como um prelúdio da análise iconológica que marcará o estudo do capítulo até o final.

O trabalho com mapas

No caso dos mapas, em boa parte dos capítulos desta coleção, buscou-se delimitar os espaços geográficos que servem de cenário aos processos, agregando legendas explicativas. Procurou-se, também, estimular os estudantes a relacionar a informação cartográfica com o conteúdo histórico do capítulo.

O professor, desse modo, tem condições de trabalhar a visualização dos processos históricos no espaço geográfico. Além disso, é importante ressaltar as diferenças de representação do espaço nas diversas épocas e sociedades. Para períodos mais contemporâneos, a conjugação de mapas de diferentes temporalidades permite compreender historicamente as alterações da geografia política, ou seja, as mudanças ao longo do tempo. Uma possibilidade: comparar a África antes e depois da Conferência de Berlim (1884-1885). O mesmo pode ser feito para as duas Guerras Mundiais, no século XX, com uma visualização das alterações das divisões políticas dos países europeus antes e depois dos conflitos.

Perspectiva interdisciplinar

A defesa da interdisciplinaridade é marca da historiografia ocidental desde, pelo menos, o surgimento dos *Annales,* a "revolução da historiografia" promovida pelos historiadores franceses na década de 1930, para usar as palavras de Peter Burke[32].

Basta ler os brilhantes ensaios de Lucien Febvre em *Combates pela História,* de 1956[33], para alcançar o significado da perspectiva interdisciplinar na história da historiografia: recusa de uma história fundamentalmente política, em menor escala militar, por uma história social, por vezes chamada de história total, porque é aberta às contribuições da Geografia, da Sociologia, da Psicologia, da Linguística, da Etnologia, da Economia e das Artes.

Vale lembrar, no entanto, que essa inovação – pois na época se tratou mesmo disso – custou muito a ser incorporada pelo ensino nos níveis primário e secundário da própria França. Somente no pós-Segunda Guerra Mundial, os compêndios didáticos franceses passaram a incorporar temas e enfoques que os *annalistes* propunham desde 1930, e mesmo assim tratou-se de uma incorporação lenta. O hiato entre a produção historiográfica e o ensino básico de História não é – nem nunca foi – exclusivo do Brasil.

O reconhecimento da interdisciplinaridade como essencial ao conhecimento e ao ensino de história parece ser hoje consensual, presente nas principais coleções, sobretudo nas interseções entre a história e a sociologia, a geografia, a economia, as artes (um pouco menos), a psicologia (raras vezes) e, sobretudo, a antropologia (antiga etnologia). Vem da antropologia, afinal, os *insights* dos historiadores para analisar as alteridades, compreender as diferenças, discutir as identidades socioculturais.

---

[32] BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1990.

[33] FEBVRE, Lucien Febvre. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1977, 2 v.

Seguimos essa tendência geral em nossa coleção, implícita ou explícita no texto-base, com destaque para a antropologia. No entanto, no hipertexto composto pelos boxes e mapas, demos especial atenção à Geografia. Não só porque a Geografia é componente curricular do Ensino Médio, senão porque espaço e tempo são coordenadas fundamentais para o conhecimento histórico desde sempre.

Por uma avaliação dialógica e interativa

Na bibliografia da área de Educação, é consensual a convicção de que o professor não deve ser aquele que impõe conteúdos aos estudantes para aplicar provas. Entendemos que o processo de avaliação deve ser contínuo, sem constrangimento, sugerindo uma parceria entre o professor e os estudantes para a construção do conhecimento em cada componente curricular.

Atualmente, os pesquisadores distinguem, no processo educativo, a avaliação chamada de tradicional daquela conhecida como integral. Na primeira situação, a avaliação, geralmente expressa em uma prova escrita, serve para medir o desempenho dos estudantes, verificar se eles adquiriram os conteúdos ministrados em sala de aula.

A avaliação integral, por sua vez, tem outros objetivos e práticas, pois visa a ajudar o estudante no seu próprio desenvolvimento pessoal e capacita o professor a conhecer o potencial e os limites de cada um. Três tipos de avaliação são bem conhecidos entre os especialistas em pedagogia: a **diagnóstica**, a **somativa** e a **contínua** ou **formativa**.

Ao aplicar uma **avaliação diagnóstica** ou **inicial**, o professor busca obter informações sobre o estágio de cada estudante e da turma. A partir daí, ele terá meios para planejar suas atividades e traçar suas estratégias para alcançar seus objetivos pedagógicos.

Na **avaliação contínua** ou **formativa**, o professor acompanha o processo de aprendizagem, mantendo-se atento ao desenvolvimento dos estudantes, acompanhando seus avanços e suas dificuldades ao longo do processo de aprendizado.

A **avaliação somativa** ocorre ao final de um processo de ensino e aprendizagem. Ela permite ao professor perceber se o estudante realizou as aprendizagens inicialmente propostas.

Nesta coleção, utilizamos as três modalidades, mas priorizamos, em larga medida, a chamada avaliação **contínua** ou **formativa**.

A avaliacão **diagóstica** está presente na abertura de cada capítulo, na seção **Puxando pela memória**, cujos objetivos são: 1) relacionar o tema do capítulo com conhecimentos que porventura o estudante traga em sua experiência pessoal; 2) motivar os estudantes para estudar o conteúdo histórico ali apresentado; 3) permitir ao professor averiguar o conhecimento prévio que os estudantes possuam sobre o tópico específico.

A avaliação **somativa** está presente em duas seções do **Roteiro de estudos**, no final de cada capítulo, a saber: **Para organizar**, composta de perguntas simples para respostas discursivas, e **Vamos testar?**, composta de duas a três questões do tipo Enem, cujo objetivo é avaliar o conhecimento adquirido pelos estudantes e, certamente, prepará-los para os exames de ingresso nas universidades.

As fórmulas de avaliação predominantes na coleção atendem, como se disse, à intenção de fazer dos estudantes **sujeitos ativos** do conhecimento histórico, e não **sujeitos passivos** de uma educação tradicional massificada. As referidas seções de inspiração construtivista no **Roteiro de Estudos** são: **Reflexões** (dedicada a uma operação conceitual relacionada ao tema do capítulo) e **Conexões** (dedicada a uma reflexão interdisciplinar entre a História e outras ciências humanas – sem excluir, em alguns casos, conexões com as linguagens e outras ciências).

No conjunto, a nossa proposta para as atividades de avaliação elegeu, portanto, de maneira preferencial, as opções integral e contínua, formativa, em todos os capítulos da coleção. Uma aposta no diálogo e na interação entre professores e estudantes, na sala de aula, mediada pela obra didática.

PLANO GERAL DA OBRA

Sumário da coleção

A coleção é composta de três volumes organizados com base em critérios simultaneamente cronológicos e temáticos. Cada **volume** está organizado em **unidades** (partes) que reúnem **capítulos** agrupados em função do tema ou do período abordado.

VOLUME 1	
UNIDADE	**CAPÍTULO**
1. A História antes da escrita	1. Formação da Humanidade 2. Continente ameríndio
2. Do Oriente Próximo ao Mediterrâneo: as sociedades antigas	3. Sociedades do Oriente Próximo 4. Sociedades da Grécia Antiga 5. Formação do Império Romano
3. A cristandade medieval em conflito com o Islã	6. O Ocidente cristão e a expansão muçulmana 7. Apogeu da sociedade feudal
4. Encontro e confronto dos mundos	8. Ao sul do Saara, reinos e impérios africanos 9. Sociedades e impérios ameríndios 10. Sociedades do Extremo Oriente: China, Japão e Índia 11. Expansão marítima: em busca de riquezas
5. Velho Mundo, novos conceitos	12. Renascimento e revolução científica 13. Reformas religiosas 14. Monarquias absolutistas 15. Inglaterra revolucionária
6. A colonização nos tempos do mercantilismo	16. Mecanismos de exploração colonial nas Américas 17. A colonização na América portuguesa 18. Os povos africanos e os europeus

VOLUME 2	
UNIDADE	**CAPÍTULO**
1. Colapso do absolutismo e do colonialismo mercantilista	1. Iluminismo, revoluções e reformas 2. França revolucionária 3. Revoluções nas Américas 4. O Brasil entre o ouro e a rebeldia 5. Brasil: independência de um império escravista
2. No tempo da indústria	6. O capitalismo industrial 7. Os trabalhadores vão à luta 8. Primavera dos povos e nacionalismos
3. Américas independentes	9. Brasil: a construção do Império 10. Repúblicas na América independente 11. Império escravista, Brasil africano 12. Apogeu e crise da economia escravista 13. O colapso da monarquia brasileira
4. A expansão do mundo burguês	14. O imperialismo ataca o mundo 15. Ciência e tecnologias no mundo capitalista

VOLUME 3	
UNIDADE	**CAPÍTULO**
1. Revoluções e guerras	1. Brasil: a Primeira República 2. A Primeira Guerra Mundial: crise da utopia liberal 3. Da Revolução Russa ao stalinismo 4. Os anos 1920, a crise de 1929 e o *New Deal* 5. Fascismo e nazismo contra a democracia e o socialismo 6. A Segunda Guerra Mundial 7. O Brasil na Era Vargas
2. Guerras frias, guerras quentes	8. O mundo na Guerra Fria: rivalidades, revoluções e guerras 9. O mundo na Guerra Fria: entre conflitos mundiais e a luta por direitos 10. África, Ásia e Oriente Médio: independências e guerras 11. América Latina: desenvolvimento, democracia e ditadura 12. O Brasil e a república democrática 13. O Brasil da ditadura militar
3. Os caminhos para o Terceiro Milênio	14. O retorno da Guerra Fria e a desagregação do mundo socialista 15. Dilemas da democracia brasileira 16. Crises do novo século

Descrição da coleção

Todos os volumes da coleção contêm seções e boxes que ajudam a abordar o tema ou o período apresentado nos capítulos.

Vale acrescentar que tais boxes e seções não se limitam a conteúdos agregados ou a informações sobre controvérsias historiográficas. Buscou-se estimular atividades interativas, seja com o texto, seja com a imagem que o acompanha, conforme o caso.

Os modelos de resposta ou possibilidades de tratamento das questões propostas nas atividades estão incluídos neste Manual do Professor, na parte específica de cada volume.

Veja, a seguir, a descrição das seções e dos boxes que fazem parte desta coleção:

Abertura de unidades

A abertura de cada unidade contém:

- uma epígrafe alusiva a algum dos temas-chave da unidade;
- uma imagem representativa do tema tratado na unidade;
- um breve elenco dos temas centrais da unidade.

Abertura de capítulos

Os procedimentos adotados na abertura de cada unidade são em parte retomados na abertura de cada capítulo, que contém:

- a reprodução de uma imagem relacionada a algum tema central do capítulo, que funciona como fator motivacional, podendo ser imagem de época ou não;
- um breve texto de introdução ao tema do capítulo, com frequência funcionando, ao mesmo tempo, como legenda da imagem reproduzida. Ele aponta os caminhos a serem percorridos e, por vezes, sugere desafios para a compreensão do processo histórico em foco;
- um boxe lateral, intitulado **Puxando pela memória**, cujo objetivo é suscitar conhecimentos prévios que o estudante eventualmente possua sobre o assunto do capítulo e, ao mesmo tempo, despertar sua curiosidade e interesse.

Seções e Boxes

A exposição dos conteúdos em cada capítulo, além do texto propriamente dito, é apresentada nas seguintes seções e boxes:

Conversa de historiador

Resume uma polêmica historiográfica ensejada por certos temas ou conceitos, em geral com alusão explícita a historiadores específicos ou autores de época.

Investigando o Documento

Transcrição de fonte documental escrita ou reprodução de fonte visual com o objetivo de desenvolver tanto a análise crítica quanto as habilidades de pesquisa do estudante na construção do conhecimento histórico.

Outra dimensão

Seção dedicada a complementar a temática central do capítulo, fornecendo informações paralelas ao núcleo de conteúdo ou buscando aprofundar com mais destaque um assunto mencionado no texto. Desdobra-se a em oito subtipos:

- **cidadania**
- **cotidiano**
- **cultura**
- **conflitos sociais**
- **economia**
- **linguagens**
- **personagem(ns)**
- **representações do tempo**

Imagens contam a História

Essa seção propõe a análise de uma fonte histórica iconográfica relacionada ao capítulo, dialogando com os procedimentos de interpretação de fontes da disciplina. É sempre apresentada antes da seção **Roteiro de estudos**.

Cronologia

Ao longo de cada capítulo, disposta de forma contínua no alto das páginas, e sem escala dos recortes temporais, está organizada uma **Cronologia** de fatos importantes referentes ao capítulo.

Em certos casos, a Cronologia está organizada em milênios – como na unidade 1 do primeiro volume, dedicada à formação da Humanidade e à ocupação do continente americano. Em outros casos, aparece indicada em séculos, combinada com a indicação de anos específicos – como ocorre nas unidades 2 e 3 do mesmo volume, dedicadas à História Antiga e Medieval. No caso das unidades 5 e 6 do primeiro volume, que tratam da História Moderna, bem como na maior parte do volume 2, que aborda o século XIX, prevalece a indicação de anos na Cronologia. No volume 3, dedicado ao século XX e ao início do atual, a Cronologia não raro particulariza a indicação de datas completas, considerando a velocidade e o maior grau de imprevisibilidade do processo histórico no mundo contemporâneo. Houve a necessidade de sublinhar fatos marcantes ou mudanças radicais ocorridas em meses ou datas específicas.

A Cronologia, portanto, permite visualização imediata dos processos históricos, porém sem a representação da medida de tempo. A intenção é que o estudante consiga perceber os acontecimentos como um processo em sua dimensão temporal.

Boxe simples

Dedicado a realçar ou complementar algum aspecto narrado no texto, por vezes acompanhado de iconografia.

Fique de olho!

Este boxe, que aparece ao longo dos capítulos, inclui sugestões de leituras, de filmes e de páginas da internet sobre temas tratados no capítulo, acompanhadas de breves sinopses.

A História no seu lugar

Associa a "experimentação" científica com a experiência de vida do estudante no seu local de nascimento ou residência, por vezes realizando pesquisas de campo para articular história e memória.

Glossário

Quando necessário, a explicação de uma palavra ou expressão aparece ao lado do parágrafo em que foi usada. Adotou-se tal tratamento para o glossário com a intenção de aprofundar o conhecimento e, ao mesmo tempo, tornar a abordagem mais ágil e facilitar a compreensão.

Roteiro de Estudos

Ao final de cada capítulo, esta seção apresenta atividades que funcionam como exercício de organização da aprendizagem e aprofundamento de aspectos conceituais, além de promover o estímulo à capacidade criativa dos estudantes em face dos temas abordados no capítulo. As sugestões de respostas e possibilidades de trabalho estão na parte específica deste manual.

São quatro as subseções do **Roteiro de Estudos**:

– Para organizar

Elenco de perguntas sobre tópicos centrais do capítulo, envolvendo informações factuais relevantes e interpretação de processos e questões.

– Reflexões

Proposta de uma ou mais questões, boa parte a ser realizada em grupo, que objetiva a reflexão sobre um assunto polêmico ou de ordem conceitual. Recorre por vezes a imagens, seja para introduzir o tema ou para servir de base para as reflexões dos estudantes.

– Vamos testar?

Algumas questões de vestibulares e de provas do Enem ou, ainda, formuladas pelos autores, com vista a preparar os estudantes para os exames de acesso à Universidade.

– Conexões

Proposta de exercício interdisciplinar. Explicita quais componentes curriculares estão relacionados às atividades, que contemplam algum aspecto especial do capítulo e/ou matéria que estimule a criatividade dos estudantes.

INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS

ABREU, Marta; MATTOS, Hebe Maria. Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana": uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, 2008.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. A renovação dos conteúdos e métodos da História ensinada. *Revista Percursos*, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2010.

BLOCH, Marc. Comparação [1930]. In: BLOCH, Étienne (Org.). *Marc Bloch*: história e historiadores. Lisboa: Teorema, 1998.

______. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales*: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1990.

COSTA, André Júlio Costa; MOTA, Veranilde. *Psicanálise e educação e a formação do pedagogo*. LEPSI, São Paulo: IP/FE – USP, 8, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, n. 2, 1990.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1977. 2 vols.

GEERTZ, Cliffford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 34, 2004.

GUIMARÃES, Francisco A. M. A temática indígena na escola: onde está o espelho? *Revista Forum Identidades*, Aracajú, Ano 2, v. 3, 2008.

LANGLOIS Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos [1898]*. São Paulo: Nova Jurisprudência, 1946.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e memória*. Lisboa: Casa da Moeda, 1984. (Enciclopedia Einaudi.)

______ ; SCHMIDT, Jean-Claude.(Orgs.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 2 vols.

LIMA, Pablo (Org.). *Fontes e reflexões para o ensino da história indígena e afrobrasileira*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

LUCA, Tania Regina de; MIRANDA, Sônia Regina. "O livro didático de História hoje: um panorama a partir do PNLD". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004.

MACEDO, Rivair. Repensando a Idade Média no ensino da História. In: KARNAL, Leandro (org). *História na sala de aula*: conceito, práticas e propostas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MATTOS, Hebe Maria. O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de História*: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Faperj, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. *Tempo*, Niterói, v. 1, n. 21, 2007.

MINOIS, Georges (Org.). *História da velhice no Ocidente*. Lisboa: Teorema, 1991.

MONTEIRO, Ana Maria. Entre o estranho e o familiar: o uso de analogias no ensino da História. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 25, n. 67, set./dez. 2005.

PANOFSKY, Erwin. *Estudos de iconologia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

PIAGET, Jean. *Seis estudos de Psicologia*. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PRIORE, Mary del (Org.). *História da infância no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

REVEL, Jacques (Org.). Microanálise e construção do social. In: *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 15-38.

ROCHA, Helenice. A narrativa histórica nos livros didáticos entre a unidade e a dispersão. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 3, 2013.

______. A escrita como condição para o ensino e a aprendizagem de história. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 60, 2010.

SILVA, Edson. Povos indígenas e ensino de História: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula. *Revista História & Ensino*, Londrina, v. 8, 2002.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista** *Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

WHITE, Hayden. *Meta-história:* a imaginação histórica no século XIX. São Paulo: EDUSP, 1995.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTE VOLUME

Apresentação do volume

Este segundo volume propõe uma temporalidade que se estende do século XVIII ao final do século XIX. Pretende-se destacar a questão fundamental da formação e expansão do capitalismo, da sociedade burguesa e do liberalismo.

Trata-se de uma problemática mais restrita do que a adotada no primeiro volume desta coleção e que parte, em sua formulação, da história europeia ocidental.

É importante destacar que, assim como no primeiro volume, se abre considerável espaço para a história da África, da Ásia e da América, com especial atenção para a história brasileira, tema exclusivo de 5 dos 15 capítulos do volume.

No volume 2 estudamos os nexos entre os processos históricos dos quatro continentes, mostrando não apenas os locais onde essas transformações iniciaram (Europa ocidental, EUA), mas particularizando as adaptações e reações à expansão capitalista em lugares mais afastados do sistema econômico mundial.

Os marcos cronológicos desse volume iniciam-se com a formação da sociedade mineradora no Brasil, no início do século XVIII, e o auge do absolutismo português, seguido do movimento conhecido como Iluminismo, por ter colocado em xeque as bases do Antigo Regime, abrindo caminho para as chamadas revoluções burguesas. Concluem-se no final do século XIX, com destaque para dois processos simultâneos e contraditórios: de um lado, o crescente protesto da classe trabalhadora na Europa ocidental, do que resulta a organização sindical e partidária do operariado; de outro lado, a expansão do capitalismo para o mundo extraeuropeu, cujo exemplo máximo são as partilhas da África e da Ásia pelas potências europeias e, secundariamente, pelos Estados Unidos.

O volume está dividido em quatro unidades, organizadas segundo a mesma metodologia adotada no primeiro volume quanto à determinação de focos para cada uma delas.

Sugestões e orientações para a prática na sala de aula

Segue uma breve exposição das unidades e de como o tema de cada capítulo foi abordado, seguido das respostas para as atividades e possibilidades de trabalho propostas no Livro do Estudante e de sugestões complementares de atividades e de leitura.

Colapso do absolutismo e do colonialismo mercantilista

Composta de cinco capítulos, orientados para o estudo das rupturas do Antigo Regime e do colonialismo mercantilista.

A questão central da unidade reside na relação entre a renovação das ideias provocada pelo pensamento iluminista e os processos revolucionários de inspiração liberal (de vários matizes), seja na Europa (Revolução Francesa), na América do Norte (Independência dos Estados Unidos) ou na América Latina e no Caribe (movimentos de independência nas Américas espanhola e portuguesa, bem como no caso especial do Haiti).

A história do Brasil é contemplada com dois capítulos, cujo foco recai sobre a construção de um império luso-brasileiro com sede no Rio de Janeiro (período joanino) e sua ruptura em 1822.

CAPÍTULO 1 – ILUMINISMO, REVOLUÇÕES E REFORMAS

Dedicado ao estudo das ideias dos pensamentos iluministas do século XVIII, este capítulo destaca as relações entre racionalismo, pensamento científico e filosofia política.

A ênfase recai sobre as novas ideias políticas que fundamentaram por meio de diferentes versões o aspecto contratualista e representativo do poder em oposição ao modelo absolutista.

Como contraponto desse movimento, apresentamos algumas experiências de despotismo esclarecido, típicas do século XVIII na periferia da Europa ocidental, nas quais alguns elementos do pensamento ilustrado foram colocados a serviço da monarquia absolutista.

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 10)

A frase é de Jean-Jacques Rousseau, o mais radical dos filósofos iluministas, cujo pensamento será estudado neste capítulo. A ideia da bondade natural do homem pode ser encontrada no tratado *Emílio, ou da educação*, publicado em 1762.

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 14)

Resposta livre e variável conforme o lugar. Pode ser um caso de grande repercussão ou um episódio pouco divulgado, seja doméstico, seja público. Trata-se de uma atividade voltada para uma discussão acerca da cidadania e dos direitos individuais.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 15)

Até o século XX, era comum utilizar a palavra “homem” para se referir a qualquer ser humano. Nesse caso, porém, apenas o homem poderia renunciar à própria liberdade, uma vez que a mulher, segundo Rousseau, já possuía um lugar predeterminado na sociedade a que não poderia renunciar ou contestar.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO (p. 16)

1. A opressão do povo pelos reis, que não estariam interessados na prosperidade dos seus súditos, mas em vê-los fracos e sem condições de resistir ao poder real.
2. Não, porque os reis eram opressores do povo mesmo que fossem bons governantes (mesmo os “melhores reis”).
3. Os reis preferiam governar um povo fraco e miserável para conservar o próprio poder, evitando revoltas populares.

4. O pregador político mencionado no texto não é explicitado, mas refere, em geral, aos filósofos do Iluminismo, adeptos de reformas que atenuassem o absolutismo e, em particular, se refere a ele mesmo, em sua crítica aberta ao estilo de goveno absolutista.
5. Na seção Outra dimensão: cidadania, na página 17 do Livro do Estudante, sobressai a crítica de Rosseau à propriedade privada como elemento corruptor do ser humano, o que não se explicita no documento sobre a "maldade dos reis".

OUTRA DIMENSÃO: CIDADANIA (p. 17)

Discussão livre. Os estudantes podem optar pelo viés político (Montesquieu), moral (Voltaire) ou social (Rousseau), ou mesmo pela combinação dos três.

OUTRA DIMENSÃO: PERSONAGEM (p. 19)

O objetivo da atividade é sublinhar a relação histórica entre a adoção de ideias modernizantes do Iluminismo com a opressão social, presente em alguns reinos. No caso da Rússia, o aspecto despótico reside na opressão do campesinato em favor da nobreza senhorial.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 20)

1. A gravura mostra o lançamento do balão como um evento popular, sobretudo porque a multidão aparece acotovelada na entrada do palácio, sem os protocolos que caracterizavam a corte do Antigo Regime. Pode ter sido realmente o caso, porque os reis da França por vezes permitiam que o povo entrasse nos jardins do palácio. Um exemplo de evento popular era o das curas milagrosas de escrófulas que o rei protagonizava.
2. A realização de um experimento científico no palácio de Versalhes mostra que a monarquia francesa incentivava a pesquisa científica. Porém, ao mesmo tempo, proibia a circulação de obras que difundiam ideias novas, como no caso da *Enciclopédia*.

ROTEIRO DE ESTUDOS (p. 21-22)

Para organizar

1. A razão dos iluministas é a razão humana, em contraste com a razão divina, entendida como o único instrumento para o ser humano lidar com a natureza e com a sociedade. O racionalismo iluminista tendeu a suplantar, assim, o pensamento religioso na Europa ocidental.
2. A organização dos assuntos em verbetes, que refletia a dedicação ao conhecimento laico da natureza e da sociedade em contraposição ao pensamento religioso.
3. No campo das ideias políticas, os iluministas questionaram os fundamentos do Antigo Regime, como o poder e a influência da Igreja católica, a sociedade estamental e o absolutismo monárquico. Enfatizavam que era preciso libertar a sociedade das trevas da corrupção e das injustiças. Assim, ao criticar os erros e os vícios do Antigo Regime, os iluministas prepararam o caminho de uma ampla revolução social.
4. Montesquieu era crítico radical do poder absoluto do monarca. Embora a favor de um poder central forte na sociedade, defendia que esse poder deveria ser dividido em três instâncias: o Executivo, o Judiciário e o Legislativo, cada qual com suas atribuições específicas, harmônicos e independentes entre si. Rousseau, em sua principal obra, *O contrato social*, defendia a ideia de que a soberania, ou seja, o fundamento do poder, deveria ter sua origem no povo. Dessa soberania nasceriam as leis a que governantes e governados estariam sujeitos. Rousseau defendia um governo representativo do povo – o soberano só seria legítimo como mandatário do povo; do contrário, seria tirano. Contrário à monarquia, considerava a república como a forma de governo mais perfeita.

5. A ruptura com os dogmas religiosos, combinada à prática da razão (duvidar, refletir, deduzir), do empirismo, da experimentação, da elaboração e da comprovação das hipóteses, abriu campo para que inúmeros pensadores investigassem a natureza dos fenômenos naturais. Disso resultou um crescente acúmulo de conhecimento, que impulsionou o desenvolvimento da ciência em todo o continente europeu e que abriu as portas para as invenções que marcaram o século XIX, considerado o "Século da Ciência".

6. Nos países europeus onde a economia era mais fragilizada, os ensinamentos iluministas foram usados para reforçar o absolutismo, não para destruí-lo. Países como Portugal, Espanha, Prússia e Rússia adotaram o despotismo esclarecido. A Espanha, por exemplo, que possuía um imenso império colonial na América, precisava restabelecer o poder que estava perdendo no contexto europeu. Nesses casos, o Estado adotou a ideia de que o propósito do soberano era criar condição para o progresso do reino. Os recursos provenientes das colônias minguavam, e na Espanha essas riquezas não frutificavam, mas migravam para os outros países. Por isso, Carlos III resolveu fazer uma série de reformas para fortalecer o reino, como a criação de um sistema de instrução pública, a abolição do sistema de porto único no comércio colonial, a criação de companhias de comércio, a extinção dos impostos que prejudicavam o mercado interno e a restrição de certos privilégios da nobreza. Várias dessas medidas também foram adotadas em Portugal pelo Marquês de Pombal, principal ministro de d. José I. Já na Prússia de Frederico II e na Rússia de Catarina II, influências iluministas são percebidas nas reformas no setor da burocracia, do ensino e das ciências naturais.

Reflexões

a) A tutela era autoimposta pelas pessoas, que, por falta de coragem ou de iniciativa, se deixavam levar pelos outros, pois não usavam o próprio intelecto a seu favor. Essa tutela se refletia nas instituições, uma vez que, renunciando à razão, os seres humanos deixavam-se levar pela Igreja e pelo Estado, sem questionamentos.

b) Ter a coragem de tomar a vida nas próprias mãos, fazendo uso da razão individual.

Vamos testar?

1. (Enem-2013)

   Alternativa **D**

   Comentário dos autores: Segundo Montesquieu, a divisão do poder do Estado entre três poderes, com as funções de legislar, executar e julgar, e que, embora unidos, permanecem independentes, é o caminho para o poder ser limitado pelo próprio poder, garantindo as condições para que haja liberdade.

2. (Enem-2013)

   Alternativa **C**

   Comentário dos autores: Kant afirmava que a humanidade alcançaria a maioridade quando a razão se libertasse completamente dos valores religiosos. O conceito de Esclarecimento usado na questão é sinônimo de Iluminismo.

Conexões (História e Arte)

Resposta pessoal. A imagem retrata aspectos fundamentais do Iluminismo: a escrita, a atividade intelectual, o gabinete de trabalho de um homem leigo dedicado à reflexão solitária. Diferentemente do homem religioso, que exercia o trabalho intelectual em mosteiros, Voltaire trabalhava diante de uma janela, como a indicar que estava aberto para o mundo. O lado tradicional da imagem reside na peruca usada por ele, um costume típico das cortes absolutistas.

CAPÍTULO 2 – FRANÇA REVOLUCIONÁRIA

Capítulo dedicado ao estudo da Revolução Francesa, iniciada em 1789, até a queda do Império Napoleônico.

A ênfase recai sobre os diversos projetos revolucionários emergentes no processo, seja do ponto de vista institucional (monarquia constitucional, república, império), seja do ponto de vista dos agentes sociais (burguesia, campesinato, *sans-culotterie*) — referidos aqui aos significados de igualdade, liberdade e fraternidade.

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 23)

O lema da Revolução Francesa é Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 25)

Resposta livre e variável conforme as pessoas entrevistadas, a região, o bairro etc. Ainda que a maioria possa desconhecer a relação entre aquele lema e a Revolução Francesa, as respostas podem ter interesse para uma discussão em sala sobre como aqueles valores se inserem na vida social da comunidade.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO (p. 27)

a) A Constituição de 1791 adotou o essencial do pensamento de Montesquieu quanto à divisão dos poderes. Atribuiu o Poder Legislativo à Assembleia, o Poder Executivo ao rei e seus ministros e o Poder Judiciário a juízes eleitos.

b) Apesar de estabelecer que os membros da Assembleia e os juízes seriam eleitos pelo povo, não se pode afirmar que essa constituição era democrática, como defendia Rousseau, porque o voto era censitário – apenas os cidadãos do sexo masculino, maiores de idade, e com renda ou propriedade foram dotados de direitos políticos.

c) O artigo 4 do título III limita a atuação da Coroa ao Poder Executivo, extinguindo o absolutismo, embora legitime o regime monárquico ao atribuir uma parcela de poder ao rei. O artigo 5 do Capítulo I estabelece que o rei não pode dissolver o Poder Legislativo.

d) O regime instituído pela Constituição de 1791 foi o da monarquia constitucional.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 30)

A questão proposta pode ser interpretada como um falso dilema, pois, servindo-se da guilhotina, a Revolução passou a executar, do mesmo modo, todos aqueles que considerava culpados de contrarrevolução, independentemente de sua condição social. Com essa penalidade revolucionária, buscava-se exprimir a igualdade entre os cidadãos, sem privilégios de qualquer tipo. Por outro lado, o uso e o abuso da guilhotina indicam a radicalização do processo revolucionário que, em nome da liberdade, ceifou a vida de milhares de pessoas.

OUTRA DIMENSÃO: REPRESENTAÇÕES DO TEMPO (p. 32)

O campesinato, sem dúvida, foi escolhido como símbolo da França revolucionária. No novo calendário, as semanas (ou decâmeros) recebiam nomes de plantas e animais, em uma valorização da agricultura. Na mesma linha, os meses foram agrupados conforme as estações do ano. Não deixa de ser uma aparente contradição o fato de uma revolução liderada pela burguesia urbana eleger o camponês como seu símbolo. Mas isso se explica pela efetiva aliança que houve entre os dois grupos em boa parte do processo. Além disso, a celebração do camponês e de seu mundo agrário (trabalho, costumes) invertia os valores do Antigo Regime, que valorizava o clero e a nobreza – os inimigos da revolução.

OUTRA DIMENSÃO: PERSONAGEM (p. 33)

O objetivo da atividade é dinamizar o estudo do processo revolucionário à luz de seus valores fundamentais. O professor deve conduzir o debate de modo a relativizar julgamentos definitivos e radicais. Robespierre estraçalhou o valor da **Liberdade**, em seu governo, porém inventou o conceito de "despotismo da liberdade", como etapa necessária para alcançar a liberdade total de todos os cidadãos. Preocupava-se, antes de tudo, com a **Igualdade**. A **Fraternidade** não foi considerada na fase jacobina da revolução. É mais importante contextualizar o personagem Robespierre e o momento em que exerceu o governo que emitir juízos de valor. O professor pode, ainda, comentar que o radicalismo jacobino da Revolução Francesa foi modelo para revoluções de esquerda no século XX.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 40)

a) As mulheres representadas são, na sua grande maioria, das classes populares e pertencentes ao Terceiro Estado. Em geral usam vestidos rústicos e portam uma touca branca muito usada pelas mulheres francesas trabalhadoras do campo ou da cidade naquele período.

b) A mulher representada no canto esquerdo da gravura que aparece trajando roupas mais sofisticadas, em especial o chapéu adornado, além de apresentar-se mais passiva, quase indiferente, comparada ao ânimo das demais mulheres. O professor pode acrescentar que especialistas no estudo das imagens produzidas identificam esta figura como a de Anne-Josèphe Théroigne de Méricourt, feminista letrada que redigiu documentos reivindicando direitos políticos para as mulheres no processo revolucionário. Uniu-se aos girondinos, apoiando Brissot. A postura de Anne Méricourt na imagem, bem como seu traje, pode ter exprimido a intenção do artista em demarcar distância social e política entre ela e as demais mulheres ativistas.

c) O atributo masculino presente na imagem das mulheres revolucionárias é o porte de armas, inclusive lanças, espadas e até o canhão, embora algumas portassem pilões de madeira.

ROTEIRO DE ESTUDOS (p. 41-42)

Para organizar

1. Em decorrência do enorme déficit público, o rei Luís XVI se viu obrigado a propor à Assembleia dos Notáveis uma reforma fiscal para o saneamento do tesouro. A aristocracia, isenta da maioria dos impostos, viu seus privilégios fiscais ameaçados pela proposta de reforma tributária. Como os representantes das ordens privilegiadas se recusaram a colaborar, o rei foi obrigado a convocar eleições para a escolha de representantes à Assembleia dos Estados-Gerais. Assim, a insatisfação da nobreza com as possíveis reformas acabou abrindo caminho para a Revolução.

2. Os girondinos, burgueses moderados, não desejavam radicalizar a Revolução. Queriam mantê-la nos limites das reformas implementadas pela Constituição de 1791, sem eliminar a monarquia constitucional. Os jacobinos, ao contrário, queriam expandir a Revolução, acabar com a Monarquia e instaurar a República, elaborar uma nova Constituição, que atacaria os privilégios dos ricos, e fazer concessões sociais mais profundas aos despossuídos.

3. Os *sans-culottes* representavam vários setores sociais médios e pobres da Paris revolucionária. Desde o início da Revolução Francesa, tiveram um papel de destaque na promoção e defesa desses setores. Tornaram-se a principal força política de apoio a Robespierre durante o período do Terror. Foram os motores de todas as transformações mais radicais no plano político e social da Revolução. Os camponeses, após terem apoiado a destruição do sistema senhorial no campo, abalando toda a estrutura do Antigo Regime, cumpriram um papel oscilante nas outras fases da Revolução. Muitas regiões do campo francês tiveram o apoio da aristocracia e do alto clero na revolta da Vendeia. Foram os camponeses que deram apoio ao regime encabeçado por Napoleão.

4. Para consolidar internamente o caráter burguês da Revolução Francesa, Napoleão atuou em três frentes: política, administrativa e econômica. Na política, agiu contra qualquer forma de ação que

permitisse aos trabalhadores promover manifestações ou agitações. Estabeleceu o Código Civil, que regulava a propriedade privada e a igualdade de todos perante a lei. Nas frentes administrativa e econômica, criou o Banco da França, regulamentou a emissão de moeda e incentivou a produção. Com Napoleão, a França deixou de ser revolucionária e tornou-se um Estado burguês. Para garantir a permanência desse novo Estado, Napoleão procurou exportar os ideais burgueses da Revolução a outras nações absolutistas, a fim de eliminar qualquer tentativa de restauração dos Bourbons no trono da França e, ao mesmo tempo, consolidar economicamente o país no contexto europeu.

5. Espera-se que os estudantes concordem com a ideia dominante entre os historiadores. Essa afirmação é correta, pois, ao findar o longo processo revolucionário, a burguesia tornava-se a camada social dominante politicamente. Afinal, o voto censitário, introduzido pela Constituição de 1791, foi restabelecido durante a reação termidoriana e confirmado no governo napoleônico. Ademais, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão institucionalizou o direito à propriedade privada. Finalmente, ao assumir o controle do Estado francês, a burguesia destruiu o Antigo Regime, eliminou os direitos e privilégios feudais, estabeleceu a igualdade das pessoas perante a lei e criou instituições e leis que impulsionaram a expansão do capitalismo.

Reflexões

Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes respondam tendo como base o pensamento iluminista: a **liberdade** social e política, decorrente do desaparecimento da sociedade estamental e do regime absolutista, e a aquisição do direito de ir e vir; a **igualdade** de todos perante a lei; e a **fraternidade**, direito inerente à pessoa humana, consubstanciada na solidariedade que deve nortear a ação dos governantes e das pessoas em geral, em busca do bem comum.

Vamos testar?

1. (Enem-2004)

   Alternativa **B**

   Comentário dos autores: A origem da palavra “restaurante” está ligada ao serviço de alimentação a trabalhadores e viajantes servidos pelas tavernas e albergues nas vilas e estradas. Tratava-se de um hábito popular, onde todos comiam à mesma mesa, não raro sem talheres, levando as tigelas com caldo forte diretamente à boca. No final do século XVIII, a palavra passou a indicar o requinte dos pratos da nobreza, com seus protocolos de boas maneiras. Ao longo do século XIX, a multiplicação de espaços públicos de refeição (popular) combinada aos pratos individuais, por vezes requintados (aristocrático), indicam a versão burguesa do restaurante.

2. (Enem-2010)

   Alternativa **E**

   Comentário dos autores: Maximiliano Robespierre foi o principal líder dos jacobinos e do governo revolucionário em sua fase radical (1792-1794), conhecida como “*Terror*”. Neste fragmento do discurso ele condena os valores da nobreza, da burguesia e de todos os poderosos da Nação, em favor de princípios moralmente superiores, no seu entender, adequados às expectativas da pequena burguesia e sobretudo das classes populares.

3. (UFPB-2009)

   Afirmativas **A** e **C**

   Comentário dos autores: A Revolução Francesa marca o início da era de revoltas que pôs fim ao absolutismo na Europa. Algumas monarquias foram depostas pela própria França, como a da Prússia e a da Espanha. Mesmo após o Congresso de Viena, em 1815, não se pode dizer que o domínio dos regimes absolutistas sobre a Europa havia sido restaurado completamente.

4. (Cesgranrio/RJ-2012)

   Alternativa **E**

   Comentário dos autores: As lideranças do Terceiro Estado reivindicaram o voto individual por cabeça, convencidas de que o voto por estado iria consagrar os interesses do alto clero e da nobreza unidos. No texto de Sieyès esta reivindicação aparece de forma mais moderada, pois exige uma representação com peso, no mínimo, equivalente ao dos outros estados ou ordens.

Conexões (História e Filosofia)

Hegel só desenvolveu sua filosofia idealista da História mais tarde, quando lecionou em Heidelberg e Berlim, a partir de 1816. Nunca esqueceu, porém, os anos turbulentos da era napoleônica, da qual foi testemunha. O Napoleão de Hegel era a expressão perfeita da mudança, da ruptura entre uma velha ordem feudal e uma nova ordem iluminista. Era a encarnação do essencial da história ocidental no início do século XIX.

As reflexões de Hegel sobre Napoleão exemplificam com exatidão a sua filosofia de que eram as grandes ideias, uma vez postas em ação, que faziam a história avançar. Concorde-se ou não com a filosofia hegeliana, o fato é que foi o exército napoleônico que sacudiu a Europa inspirado nos ideais da Revolução Francesa.

Leitura complementar

Um dos documentos mais importantes para o estudo da Revolução Francesa é a Marselhesa, não só por conta do contexto em que foi composta, as guerras revolucionárias contra os reinos absolutistas, como pelo simbolismo que atingiu ao longo dos anos.

A Marselhesa

Allons enfants de la Patrie,
Le jour de gloire est arrivé
Contre nous de la tyrannie
L'étendard sanglant est levé.
Entendez-vous dans les campagnes
Mugir ces féroces soldats?
Ils viennent jusque dans vos bras
Égorger vos fils et vos compagnes.
Aux armes citoyens!
Formez vos bataillons!
Marchons! Marchons!
Qu'un sang impur
Abreuve nos sillons.

LISLE, Claude Joseph Rouget de. *A Marselhesa*. Disponível em: <http://www.elysee.fr/la-presidence/la-marseillaise-de-rouget-de-lisle/>. Acesso em: 28 mar. 2016.

Avante, filhos da Pátria,
O dia da glória chegou
Contra nós, da tirania
O estandarte ensanguentado se ergueu.
Ouvis nos campos
Rugirem esses ferozes soldados?
Vêm eles até aos vossos braços
Degolar vossos filhos, vossas mulheres.

Às armas, cidadãos!
Formai vossos batalhões!
Marchemos! Marchemos!
Que um sangue impuro
Águe o nosso arado.

(Tradução livre dos autores.)

Sugestão de atividade complementar

Análise da imagem da p. 23 do Livro do Estudante

A Revolução Francesa estimulou vasta produção iconográfica desde 1789, que se estendeu nos séculos seguintes, sobretudo no XIX. Pinturas convencionais ou caricaturas populares, a iconografia revolucionária oferece excelente material para análise iconológica, isto é, o estudo da iconografia a partir dos detalhes. As alegorias, como essa de Regnault, foram muito utilizadas para simbolizar aspectos do processo revolucionário. Essa atividade pode ser feita em conjunto com o professor de Arte. Veja, a seguir, alguns elementos da imagem e de seu contexto e os explore em uma atividade oral em sala.

O autor da imagem é Jean-Baptiste Regnault (1754-1829), natural de Paris, homem de origem humilde que foi marinheiro na juventude. Logo aos 15 anos, senão antes, revelou sua vocação para a pintura. Foi encaminhado por um nobre para estudos acadêmicos na Itália e, voltando a Paris, ganhou o Grande Prêmio da Academia Francesa, em 1776. Dedicou-se a pintar temas mitológicos, retratos e alguns temas históricos. Foi laureado com o título de barão, passando a integrar a pequena nobreza francesa.

Regnault fez parte dos nobres que conseguiram sobreviver à Revolução Francesa, pintando telas em que celebrava as ideias revolucionárias até mesmo na fase do Terror jacobino. Incorporou-se, mais tarde, à corte de pintores napoleônicos, como um dos inúmeros artistas que retrataram o "triunfo de Napoleão Bonaparte".

A alegoria da *Declaração dos Direitos do Homem* é uma tela de 1790, na qual a Declaração é assinada por uma figura feminina que simboliza a Revolução, apoiada por outras mulheres, à direita na tela. O ato é abençoado por anjos e figuras celestiais que pairam no alto, em uma demonstração da chancela divina ao ato revolucionário. Também no alto à direita na tela, porém abaixo dos anjos, outra figura feminina simboliza a monarquia, devidamente coroada, que se apoia num busto masculino e lança olhar de esguelha sobre a assinatura da Declaração. Parece constrangida por uma figura celestial e teme a Revolução. O busto masculino faz alusão à parte da nobreza que ainda podia sustentar o Absolutismo.

Na imagem, a Revolução encara a monarquia sem medo, enquanto assina a Declaração. Ao lado da Revolução, à esquerda na tela, há homens discutindo. São revolucionários, embora estejam usando peruca, um adereço da aristocracia.

No canto esquerdo da tela, há um casal que fita a monarquia com ar apreensivo, representando gente da nobreza, a essa altura apavorada sem saber como seria o dia de amanhã.

CAPÍTULO 3 – REVOLUÇÕES NAS AMÉRICAS

Capítulo dedicado ao estudo dos movimentos de independência nas Américas, destacando a relação entre esses movimentos e a onda revolucionária que varreu a Europa ocidental, em fins do século XVIII e início do século XIX.

O objetivo é apresentar o tema a partir dos processos revolucionários, destacando a emancipação de tipo liberal (EUA); a revolução social (escravos e libertos do Haiti); a independência autonomista, mas conservadora e oligárquica (América espanhola).

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 43)

O termo "bolivarianismo" é uma referência a Simón Bolívar, um dos maiores líderes dos movimentos de emancipação da América Latina, no início do século XIX, considerado fundador do pan-americanismo em razão de seu projeto de construir um Estado unificado na América do Sul. As semelhanças entre Bolívar e Chávez são, porém, muito discutíveis.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO (p. 46)

Em ambas as declarações, influenciadas pelo pensamento iluminista, afirma-se que os povos têm o direito de resistir à opressão de um governo tirânico e substituí-lo por um governo que represente o povo, respeitando seus direitos. A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão pode ser consultada no *site* da Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos, no endereço eletrônico: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 25 mar. 2016.

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 49)

Resposta livre e variável conforme o lugar. Caso não exista, o professor deve discutir com os estudantes as razões da ausência.

OUTRA DIMENSÃO: PERSONAGEM (p. 50)

Aimé Césaire nasceu e morreu na Martinica (1913-2008), ilha caribenha de colonização francesa que, ao contrário do Haiti, permaneceu ligada à metrópole e hoje é considerada um departamento francês. Afrodescendente, dedicou a vida a produzir ensaios e textos literários sobre a africanidade nas Américas. Integrou a corrente valorizadora da cultura negra em países africanos surgida no meado do século XX, conhecida como negritude, protagonizada por africanos ou afrodescendentes francófonos, isto é, falantes de francês por serem naturais de ex-colônias francesas. Trata-se de uma corrente literária de grande importância no processo político das independências africanas nas décadas de 1950 e 1960.

OUTRA DIMENSÃO: CONFLITOS SOCIAIS (p. 51)

Tupac Amaru II pertencia a um grupo de indígenas privilegiados no sistema colonial espanhol – os caciques –, homens que organizavam o recrutamento de trabalhadores para as minas e outras atividades coloniais. Eles e suas famílias eram isentos de impostos e podiam se vestir como nobres espanhóis. Tupac Amaru II não defendeu, portanto, a sua posição social, senão a dos trabalhadores indígenas que ele "representava" junto às autoridades coloniais espanholas.

OUTRA DIMENSÃO: CONFLITOS SOCIAIS (p. 53)

Reside, sem dúvida, na mistura entre revolução e religião (catolicismo popular), considerando o apelo de Hidalgo à Virgem de Guadalupe como guia de sua rebelião contra a Espanha.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 54)

a) Se os letrados e as lideranças liberais tinham a expectativa de que o livre-comércio traria progresso e riqueza, a "ruína econômica e a devastação geral" provocadas pelas guerras de independência, como indica a historiadora, foram frustrantes.

b) A passagem do texto que caracteriza as lutas como guerras civis é: "os líderes políticos disputavam o poder, divididos em facções".

c) O principal resultado político-institucional do facciosismo presente nas guerras de independência foi a fragmentação do império hispano-americano em diversos países, em geral republicanos.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 55)

Com exceção de Toussaint aparecer retratado como um homem negro, nada há na gravura que aluda à importância dos quilombolas de Saint-Domingue, futuro Haiti, nas lutas da revolução haitiana. Toussaint é retratado como um oficial da cavalaria francesa, conforme um padrão iconográfico anterior à Revolução Francesa. Vários oficiais da cavalaria, inclusive o próprio Napoleão, foram representados desse modo: com espada desembainhada e montados em cavalo empinado. Antes da Revolução Francesa, em vários países, diversos reis e nobres também foram retratados assim. Era um padrão usado também nas estátuas equestres. Por outro lado, o capítulo informa que Toussaint assumiu posições ambíguas no tocante à abolição. Antes de tudo, procurou ser leal ao governo revolucionário francês. Nunca foi quilombola.

ROTEIRO DE ESTUDOS (p. 56-57)

Para organizar

1. Corretíssimo. Os britânicos defenderam o liberalismo econômico para minar os monopólios ibéricos na América, mas arrocharam sua política mercantilista nas Treze Colônias da América do Norte. O resultado foi a guerra de independência dos futuros Estados Unidos.
2. A Revolução Haitiana não se prendeu apenas à independência em relação à França, representando também o fim de um sistema político (colônia) e social (escravidão). Foi uma revolução étnica e popular, pois foi liderada pelos escravos e libertos.
3. As elites *criollas* peruanas tinham medo dos efeitos que um levante contra a Espanha poderia ter sobre *las clases peligrosas*, podendo estimular a revolta delas contra a própria elite independentista, em uma reação parecida com a liderada por Tupac Amaru II, pouco tempo antes.
4. No caso das Treze Colônias, a França chegou a enviar tropas para ajudar os rebeldes estadunidenses contra sua principal inimiga: a Inglaterra. No caso do Haiti, uma colônia da França, a eclosão da Revolução Francesa causou divisões na classe proprietária da ilha, facilitando a rebelião dos escravos e libertos. Na América espanhola, a invasão da metrópole pela França napoleônica criou um vazio de poder nas colônias, que facilitou o primeiro passo das independências.
5. Mesmo depois da consolidação da independência na América hispano-americana a **liberdade** não triunfou, pois a escravidão se manteve em vários países. A **igualdade** jurídica ficou restrita a algumas parcelas da população, mantidos os privilégios de classe. A **fraternidade** não ocorreu, pois não se criaram condições para que as pessoas tivessem acesso às oportunidades de desenvolvimento e melhoria de sua condição social.
6. Um fator não exclui o outro. As medidas restritivas comerciais impostas pelos ingleses às suas colônias, para cobrir o rombo do tesouro inglês, despertaram nos colonos a necessidade de se tornarem independentes e de pensar no modelo de sociedade que pretendiam construir. A insatisfação dos colonos crescia à medida que as restrições da Coroa se tornavam mais duras e punitivas, até chegar ao ponto de fazê-los entender que não era mais possível continuar a ser uma colônia inglesa se desejassem progredir.
7. Trata-se do projeto do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, que define como bolivarianismo o seu plano de união da América do Sul em termos de um projeto de esquerda e/ou antiestadunidense. Tal projeto é também conhecido como chavismo. É um caso típico de deturpação da memória de eventos passados em favor de determinada ideologia, dado que o pensamento de Bolívar era claramente elitista e nada tinha a ver com os Estados Unidos.

Reflexões

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compreendam que as rupturas históricas apresentam um quadro bastante heterogêneo. O único ponto em comum foi a libertação do sistema colonial mercantilista, o rompimento com a metrópole. O mais radical processo ocorreu no Haiti, onde o movimento de libertação foi desencadeado pelos negros, em sua maioria escravos, e teve por objetivo, além da libertação das imposições coloniais mercantilistas, o fim da escravidão. Nos Estados Unidos e no Brasil ocorreu a emancipação política, mas sem alterações na estrutura social. A escra-

vidão não só foi mantida, mas até mesmo expandida. Já nas antigas colônias espanholas, as elites *criollas* mantiveram-se como camada social dominante. A quase totalidade da população (indígenas aculturados, mestiços e negros) não gozava da igualdade jurídica.

2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compreendam que, no caso do processo de independência das colônias, o uso da palavra "revolução" pode ter levado a interpretações antagônicas. Se aplicada no sentido de uma ampla ruptura com dada situação histórica, ela cabe apenas em relação à independência do Haiti (desencadeada por negros livres e escravos em rompimento com a metrópole). Ainda assim, deve-se considerar que, no caso haitiano, não houve alteração na estrutura econômica. O país permaneceu essencialmente agrícola. Historiadores estadunidenses qualificam a independência de seu país como uma revolução (*American Revolution*). Se aplicada a palavra no sentido de rompimento com a metrópole, de construção político-jurídica de um Estado e seu subsequente desenvolvimento econômico, pode estar correta. Mas os críticos do uso desse vocábulo lembram que a emancipação política não foi acompanhada da libertação dos escravos. Guardadas algumas diferenças, as mesmas observações podem ser aplicadas ao processo de independência das colônias hispânicas.

Vamos testar?

1. (Enem-2007)

   Alternativa **C**

   Comentário dos autores: Nos dois casos, as ideias iluministas foram decisivas para a eclosão do movimento, embora na Revolução Francesa a preocupação com os direitos humanos tenha sido objeto de uma declaração específica, ao passo que nos EUA prevaleceu a defesa da autonomia política das colônias rebeldes.

2. (PUC/RJ-2005)

   Alternativa **D**

   Comentário dos autores: A independência dos EUA não tem nada a ver com a do Haiti. A primeira foi uma rebelião de colonos, em princípio, contra a política mercantilista da metrópole, e logo em favor da sua independência política. A revolução haitiana começou como uma grande rebelião de escravos que resultou na independência e na abolição do escravismo.

Conexões (História e Literatura)

a) Sim, Neruda lastimava a manutenção da opressão do povo. Ao lastimar "o rosto faminto" que "espia das ruas" em contraste com os senhores que dançam no palácio após as vitórias, o poeta denuncia a desigualdade social no país.

b) Sim, há contradição entre a orientação de Neruda e a celebração de Bernardo O'Higgins, um militar proveniente das elites hispano-americanas que assumiu o poder, no Chile, como Diretor Supremo, um ditador, um caudilho. Prevalece, aqui, o sentimento nacionalista do poeta sobre suas convicções ideológicas.

c) Hussardo é palavra de origem sérvia, alusiva a grandes cavaleiros, expressão usada por Neruda para celebrar a destreza militar de O'Higgins.

CAPÍTULO 4 – O BRASIL ENTRE O OURO E A REBELDIA

Capítulo dedicado ao estudo das relações entre Portugal e Brasil no século XVIII, com destaque para as reformas pombalinas, as conjurações e a repressão metropolitana.

A ideia central é analisar a economia mineradora do Brasil, seus efeitos na economia do império português e a reação dos colonos às medidas de controle metropolitano no contexto mais amplo das revoluções da época, em especial a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos.

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 58)

"Santo do pau oco", hoje, é uma expressão usada para se referir a uma pessoa dissimulada, falsa, ardilosa. Refere-se a várias imagens ocas de santos e santas do período colonial do Brasil que serviam, segundo o imaginário popular, para esconder ouro ou diamantes para burlar o imposto. Não há comprovação de que esse tipo de contrabando tenha ocorrido, mas o senso comum acredita que sim, como também o do ouro em pó salpicado no cabelo de mulheres e homens negros. Em geral, os documentos mencionam a fabricação de colares ou cordões como as formas mais comuns de contrabando; o ouro também era escondido nos botões dos uniformes de soldados e em moedas falsas, tudo para evitar o pagamento do quinto real. Todos contrabandeavam: brancos, negros, livres e libertos. Também os representantes do Estado português – governadores, ouvidores, provedores etc. – ajudaram a desviar a riqueza do reino em benefício próprio, fazendo vistas grossas aos descaminhos e cobrando a sua parte.

Luís Vahia Monteiro chegou ao Brasil no século XVIII a mando do rei para coibir os descaminhos do ouro. Severo, ele não estava disposto a muita conversa e contrariou o interesse de muitos poderosos locais. Um de seus projetos contra as ilegalidades incluía a remoção de toda população de Minas Gerais. O Conselho Ultramarino adjetivou o plano de insano. Desesperado com os desvios, Vahia escreveu uma carta ao rei com uma frase que o tornaria célebre: "Senhor, nesta terra todos roubam. Só eu não roubo".

OUTRA DIMENSÃO: PERSONAGEM (p. 61)

A maior parte da população do Brasil do período colonial era multiétnica, ou seja, composta por pessoas que nasciam de pais de diferentes origens. Em termos espaciais, elas eram: da África, da Europa e da América, cada uma delas inserida em complexos grupos sociais. Dessa forma, a população era basicamente mestiça, predominando mães índias e negras e pais portugueses, brancos.

OUTRA DIMENSÃO: ECONOMIA (p. 63)

Na exploração das datas mineradoras destinadas à Coroa e nas arrecadações dos impostos dos Registros.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 63)

1. Características da sociedade mineradora segundo o texto: economia extrativista de metal precioso; sociedade escravista; centralização administrativa; alto grau de urbanização; expressivo mercado interno; número maior de homens do que de mulheres e hierarquias mais fluidas, em comparação com a região rural do Brasil; migração frequente.
2.

a) Os motivos são: por ser o ouro de aluvião de fácil extração e, ao mesmo tempo, de rápido esgotamento, o historiador Sérgio Buarque de Holanda qualificou a sociedade mineira de "aluvial", pois suas hierarquias eram fluidas, havia grande migração e pouco enraizamento da população, que saía em busca de novos veios auríferos.

b) A sociedade mineradora era caracterizada por diversas atividades, como a lavoura de alimentos, a pecuária, o artesanato, o comércio, as profissões liberais e o tropeirismo, todas ligadas ao mercado interno.

OUTRA DIMENSÃO: CULTURA (p. 66)

A sociedade portuguesa possuía hierarquias baseadas na origem de seus membros, com a nobreza e o clero ocupando lugar de destaque. Para atrair investimentos dos ricos comerciantes, Pombal aboliu a distinção entre cristão-novo e cristão-velho e permitiu que eles detivessem títulos de nobreza, situação impossível anteriormente, quando os descendentes de judeus eram discriminados.

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 67)

Resposta pessoal. Podem ser citados casos de políticos locais que tiveram os bens sequestrados e/ou confiscados por malversação de dinheiro público, corrupção, peculato etc. Pode ser citado o “confisco” das poupanças e outras contas particulares no governo Collor etc.

OUTRA DIMENSÃO: CONFLITOS SOCIAIS (p. 69)

À independência e ao sistema republicano de governo dos Estados Unidos. Os estudantes poderão aprofundar seus conhecimentos a respeito do levante em Goa no artigo de Anita Correia Lima de Almeida, publicado na *Revista de História da Biblioteca Nacional,* disponível no endereço eletrônico <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/inconfidencia-em-circulos>. Acesso em: 25 mar. 2016.

OUTRA DIMENSÃO: CONFLITOS SOCIAIS (p. 70)

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compreendam que aquela época histórica específica permitiu uma conjugação de interesses e motivações – no plano coletivo, os “inconfidentes” ou “conjurados” poderiam considerar que estavam interessados em se livrar da direção metropolitana (e das dívidas contraídas), ao mesmo tempo em que tinham ao seu dispor um conjunto de ideais revolucionários que justificavam plenamente uma reação a esse domínio. Em termos individuais, entretanto, havia os que se encontravam mais endividados, conspirando mais por necessidade financeira, e os que agiram por idealismo revolucionário.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes relacionem inconfidência (infidelidade, deslealdade, especialmente para com o Estado ou um governante) à perspectiva da metrópole, e conjuração (associação, secreta ou clandestina, geralmente contra um governo) à perspectiva colonial. De todo modo, sejam inconfidências ou conjurações, os movimentos, do qual a Inconfidência Mineira é um dos maiores exemplos, estão relacionados com a crise do sistema colonial mercantilista.

OUTRA DIMENSÃO: CULTURA (p. 71)

Os estudantes devem discutir sobre se é mais importante a preservação física da obra artística ou o valor simbólico religioso nela presente; também devem questionar se a obra deve ser preservada para a posteridade a qualquer custo, seja ele social ou religioso; espera-se também que os estudantes discutam se é mais importante a renda para a comunidade advinda do turismo cultural ou a preservação de uma obra de arte.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 72)

a) A criação de muares no Rio Grande visava atender ao mercado das regiões mineradoras: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Na primeira, caracterizada pelo relevo acidentado e a falta de saídas para o mar, todo comércio só podia ser feito por mulas.

b) É uma tropa de transporte de mercadorias. Acompanhando uma grande tropa de mulas carregadas aparece um homem montado com um guarda-sol aberto sobre si. Ele pode ser o dono ou líder da tropa. Uma mulher o segue montada, usando um chapéu emplumado. Diante deles, montando um cavalo branco, parece ser um capataz que toma conta da tropa. Ele não usa paletó e seu chapéu é modesto. Observe-se também a presença da égua madrinha, paramentada com arreios e guizos no peitoral, animal que lidera e conduz os demais, e de homens a pé – provavelmente escravos – que evitavam a dispersão da tropa. Em primeiro plano, uma animal agonizante ou já morto, cercado de urubus, mostra como era árdua a tarefa das tropas.

c) A dieta dos condutores consistia em carne-seca, feijão, angu de milho, farinha de mandioca, café e açúcar, produtos transportados em sacos por mulas cargueiras. Ficaram famosos, entre os pratos criados pelos tropeiros, o “feijão tropeiro” e o “carreteiro de charque”.

Para organizar

1. A sociedade mineira era mais urbanizada do que as de outras capitanias do Brasil e girava em torno da extração do ouro. Tornara-se importante, portanto, suprir os mineradores com tudo de que necessitassem: instrumentos de trabalho, roupas, alimentos, moradia, móveis etc. Por isso, a atividade comercial nas cidades mineiras era grande (importavam-se produtos de Portugal e do resto da colônia) e nelas se desenvolveu um considerável setor de serviços, constituído por profissionais liberais, comerciantes, artífices e artistas.
2. O trecho se refere à chamada Guerra dos Emboabas, ocorrida em Minas Gerais entre os anos de 1707 e 1709, entre os paulistas e os "estrangeiros". Emboabas era o nome dado pelos paulistas aos reinóis ou colonos de outras regiões que chegavam às minas com intenção de também explorar os veios auríferos.
3. Pombal queria modernizar Portugal, fortalecer o tesouro português e dinamizar a produção manufatureira e o comércio. É considerado um déspota esclarecido, ou seja, um ministro, no caso, e não um rei, que administrou Portugal com mãos de ferro mas sob a influência das ideias ilustradas. Criou companhias de comércio, concedendo-lhes o monopólio do comércio em uma região ou de um produto por prazo determinado, beneficiando os grandes mercadores. Incentivou as manufaturas de tecidos, ferragens, vidros, louças e papel por meio de empréstimos e isenções fiscais. Criou escolas de comércio e reformulou o ensino da Universidade de Coimbra nos moldes da ilustração, principalmente após a expulsão dos jesuítas. Aboliu a diferença entre cristãos-velhos e cristãos-novos, fortalecendo, assim, a aproximação entre o Estado e os comerciantes e enfraquecendo a Inquisição. Elevou o Brasil à categoria de Vice-Reinado, acabou com as capitanias hereditárias e transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro.
4. D. Maria I sucedeu seu pai, d. José I. Esperava-se que o seu governo viraria pelo avesso a política adotada por Pombal (daí o nome Viradeira). Nesse sentido, libertou os que haviam sido presos por motivos políticos e aboliu as companhias de comércio. Entretanto, manteve a política de estímulo ao comércio e à indústria ao proibir a instalação de manufaturas no Brasil, com exceção dos panos grosseiros de algodão, e as atividades de ourives com o intuito de que os colonos comprassem manufaturados portugueses e não desviassem o ouro.
5. Interiorização do povoamento e alargamento dos domínios portugueses na América; incentivo à produção de gêneros agrícolas na própria região das minas e à criação de muares no sul do Brasil; dinamização da produção de alimentos nos caminhos – em torno dos pousos – que iam do Rio de Janeiro e de São Paulo para Minas Gerais; transformação do porto do Rio de Janeiro no principal da colônia, quando antes era o de Salvador, na Bahia; diversificação das atividades econômicas, com surgimento dos tropeiros; aumento das rendas da coroa portuguesa e dos gastos em obras suntuosas.
6. As imagens à esquerda – uma balança (sempre aferida por especialistas) e medidores de ouro – representam a forma como o ouro poderia circular dentro da capitania, em pó, e a balança servia para pesá-lo nas negociações internas; a imagem de barras quintadas representa o sistema de tributação: um quinto do ouro lavrado iria para o governo e só poderia sair de Minas Gerais dessa forma, em barras – as marcas comprovam que ele foi pesado e quintado, ou seja, que a parte do rei foi retirada.

Reflexões

Espera-se que os estudantes respondam afirmativamente, pois a Inconfidência Mineira pode ser inscrita na série de manifestações contra a Coroa. Quando a conjuração eclodiu, já havia um histórico de descontentamentos, e a memória deles na certa influenciou o movimento de 1789.

Vamos testar?

1. (Fuvest-2009)
   Alternativa **D**

Comentário dos autores: O jesuíta Antonil, ainda no início da extração aurífera, indicava o destino de parte do ouro: era contrabandeado para outros mercados, que não o português ou o brasileiro. Reinos da Europa, em particular o inglês, foram os beneficiados desse contrabando.

Conexões (História e Arte)

As pesquisas com documentos históricos comprovaram que Chica da Silva, mesmo sendo uma ex-escrava, não teve um comportamento diferente das mulheres de sua época, inserindo-se na sociedade mineira como uma senhora de escravos, reconhecida como membro da elite e tendo seus filhos reconhecidos legalmente pelo pai. Esse perfil, de mãe e senhora respeitada, contrasta totalmente com a imagem veiculada pelo filme de Cacá Diegues, em que ela é representada como uma mulher bela, extremamente sedutora, devassa, irreverente, debochada, ambiciosa, cruel e desafiadora da moral dominante na capitania de Minas Gerais do século XVIII.

CAPÍTULO 5 – BRASIL: INDEPENDÊNCIA DE UM IMPÉRIO ESCRAVISTA

Capítulo dedicado ao estudo do processo de independência do Brasil no contexto das independências nas Américas.

O objetivo primordial é analisar os fatores que contribuíram decisivamente para a especificidade do processo de independência do Brasil, com destaque para o antigo projeto de transformar a colônia em sede do Império Português, que resultou na manutenção da integridade territorial e na solução monárquica de governo.

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 75)

A grande diferença é que nas monarquias absolutistas o rei ou imperador tem poder de decisão acima da lei. Suas vontades e decisões não são restritas. Já em uma monarquia constitucional, o rei ou imperador tem de cumprir as leis previstas na Constituição.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO (p. 77)

Os estudantes podem elencar os seguintes motivos favoráveis: a dinastia de Bragança permanecia intacta; a Inglaterra continuava a ter acesso aos mercados portugueses e a proteger a família real; o Brasil era território de Portugal, por isso o governo continuava em território português; era do Brasil a origem da principal renda do erário régio. As razões contrárias à transferência eram: deslegitimidade do poder real aos olhos da população portuguesa, que provavelmente se sentiu abandonada; a possibilidade de o governo perder o território de Portugal para os franceses.

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 78)

Resposta livre e variável conforme o lugar. A pesquisa na internet é um dos meios mais fáceis para saber se houve comemoração na cidade da escola, mas uma proposta mais interessante seria levar os alunos a um arquivo público local ou a uma hemeroteca para pesquisar em periódicos pelas datas estipuladas pelo professor. Pode-se, inclusive, sugerir que pesquisem os principais acontecimentos desse período.

OUTRA DIMENSÃO: COTIDIANO (p. 78)

Certamente por causa da enorme quantidade de pessoas que tinha direito à aposentadoria, deixando inúmeros habitantes da cidade desabrigados. Provavelmente o volume de deslocamentos diferenciava a situação vivida no Rio de Janeiro da prática de outras localidades, em que eram poucas as casas solicitadas e por isso não provocavam tanta resistência.

OUTRA DIMENSÃO: ECONOMIA (p. 79)

Podem ser citados: ter moradia fora do centro da cidade; usar barba, suíças (costeletas) e/ou bigodes; a substituição da roupa colorida colonial, de influência asiática ou africana, pelos trajes mais sóbrios e cinzentos dos ingleses; o uso do chapéu redondo inglês (o chapéu-coco), em lugar do chapéu triangular; o uso do relógio; o hábito de fazer caminhadas; utilizar vidro e ferro na construção das casas etc.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO (p. 80)

Nas ruas, realmente, predominavam os negros – escravos ou libertos – ocupados no setor de serviços urbanos, principalmente como carregadores.

Figuras muito numerosas eram as "negras de tabuleiro", mulheres escravas ou forras que vendiam aos trabalhadores de serviços urbanos (escravos, inclusive) alimentos que os sustentavam durante o dia, entre eles o *manuê* (espécie de pastel recheado de carne) e sonhos (fatias de pão passadas no melado), cobertos por um pano. Homens também vendiam mercadorias, como animais para o abate, carvão, leite etc.

Havia também os mascates, figuras corriqueiras, com seus escravos carregando caixas com mercadorias variadas, como fazendas, fitas, rendas, espelhos, meias, sapatos, sabonetes etc. As famílias mais abastadas, em particular as mulheres, saíam muito pouco, normalmente só para funções religiosas, como missas e festas em homenagem a santos, e não eram figuras comuns nas ruas das cidades.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 85)

Podem ser listados: a chegada da Corte portuguesa ao Brasil; a abertura dos portos brasileiros ao comércio externo; a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarve; a permanência de d. Pedro no Brasil como príncipe regente; a convocação, em 3 de junho, de uma Assembleia Constituinte e a declaração de que as tropas enviadas por Portugal (decreto de agosto) eram inimigas.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 86)

Na pintura de François Moreaux, as pessoas e suas indumentárias não são as do Brasil daquele período. Parecem, segundo Lilia Schwarcz, personagens da população rural europeia. Além do mais, não há negros, nem indígenas, somente alguns personagens de tez mais amorenada. Quase nada indica ser uma cena ocorrida no Brasil, a não ser pelas palmeiras, ao fundo, à direita. A intenção do pintor era mostrar uma monarquia branca e civilizada, distante da realidade escravista. Parece que d. Pedro II, que encomendou o quadro, gostou do resultado, pois o pintor recebeu até mesmo condecorações do Império.

ROTEIRO DE ESTUDOS (p. 87-89)

Para organizar

1. Mesmo prevista como medida extrema em caso de problemas no Reino, a fuga para o Brasil não teria acontecido sem certa confusão. Afinal, transportar todo um governo para um local a milhares de quilômetros era (e ainda é) uma empreitada de grande monta. Mas os navios já estavam no porto, e a armada inglesa esperava em ponto mais distante. Portanto, a fuga não deve ter sido tão desordenada quanto as crônicas da época querem fazer parecer, tampouco foi uma decisão de última hora.
2. A primeira medida econômica tomada por d. João foi a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. O objetivo era melhorar a saúde financeira da Coroa, que vivia principalmente das tarifas alfandegárias. Como Portugal estava ocupado por tropas francesas, o tesouro tinha de conseguir rendimento por meio do comércio no Brasil.
3. Os argumentos eram de que os antigos acordos comerciais entre Portugal e Inglaterra levaram o Reino a uma posição de dependência em relação aos ingleses. A Corte, ao se instalar no Brasil, assi-

nando acordos ainda mais favoráveis à Inglaterra, estabeleceu um relacionamento comercial direto com os britânicos, que não precisavam mais da mediação portuguesa. Mesmo com a independência, outros acordos e empréstimos atrelaram ainda mais a economia do Brasil aos interesses ingleses. Mas é uma afirmação sem sentido histórico, pois a condição de colônia não se reduz a acordos alfandegários. Deve-se destacar que o Brasil nunca foi uma colônia da Inglaterra.

4. Sob o ponto de vista dos portugueses, os conservadores queriam manter o Brasil na condição de colônia de Portugal. Sob o ponto de vista das elites conservadoras do Brasil, a expectativa era manter o território unido a Portugal, mas sob condições mais favoráveis e independentes. Ambos os grupos, portanto, consideraram uma anarquia as propostas dos revolucionários pernambucanos de 1817, de instauração de uma república, do fim da escravidão, da realização de uma reforma agrária e do estabelecimento do princípio da igualdade entre os cidadãos.

5.

a) A abertura dos portos, em 1808, e os acordos assinados com a Inglaterra por d. João no Brasil, que concediam privilégios alfandegários aos produtos ingleses.

b) Pelo fato de o imposto estipulado sobre os produtos ingleses ser pouco menor que aquele praticado sobre os portugueses e muito mais baixo que sobre os produtos dos demais países.

   O professor pode complementar a resposta contando aos estudantes que a Inglaterra não tributava os produtos destinados à exportação.

6. Portugal tinha colônias nesses três continentes, sendo que, na América, o Brasil era a que mais fornecia renda aos cofres da Coroa. Ao ocupar Portugal, os franceses teriam acesso a esses mercados, tanto para vender seus produtos como para adquirir os que nesses lugares eram produzidos.

Reflexões

1. Há historiadores que consideram a Revolução Pernambucana um marco importante para a independência do Brasil, pois mostrou aos portugueses que os colonos estavam dispostos a lutar por sua liberdade e poderiam fazê-lo com sucesso, cedo ou tarde. Outros a veem apenas como mais um episódio da insatisfação dos colonos com a administração portuguesa, um movimento regional, sem contudo indicar uma disposição para a independência do Brasil.

2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes optem por uma das duas principais interpretações da historiografia brasileira, reproduzidas no texto.

Vamos testar?

1. (Enem-2014)

   Alternativa **B**

   Comentário dos autores: Ao tornar-se sede do reino português, o Brasil passou a ter as prerrogativas e vantagens comerciais de um país livre. Dessa forma, o sistema monopolista colonial foi extinto.

2. (Enem-2010)

   Alternativa: **C**

   Comentário dos autores: Após o Bloqueio Continental e a ocupação da Espanha pelos franceses, a Corte portuguesa, depois de chegar ao Brasil, considerou legítimo invadir os territórios espanhóis da América, como a região do Rio da Prata, fonte de disputa há séculos entre Portugal e uma Espanha, naquele momento, dominada pelos inimigos de Portugal, os franceses.

3. (Mackenzie/SP-2006)

   Alternativa: **E**

   Comentário dos autores: Todas as afirmativas descrevem, corretamente, acontecimentos ocorridos durante o período em que a Corte portuguesa esteve no Brasil.

Conexões (História e Sociologia)

a) Nitidamente o artigo oscila entre a manutenção da ligação com Portugal, mas mantendo a Constituição portuguesa de 1821, e o Brasil como Reino Unido, e a separação definitiva, por conta das pressões recolonizadoras das Cortes de Lisboa.

b) "Eu não quero constituição" significa a proposta de partidários da volta do Brasil à condição de colônia, principalmente dos componentes das Cortes de Lisboa. "Separemo-nos da Mãe Pátria" significa o rompimento definitivo com Portugal.

c) O conceito varia conforme a época, embora todos os seus significados estejam ligados à terra, ao local de nascimento. Em geral, pode-se considerar como pátria o país onde a pessoa nasceu, onde se reconhece e é identificado como cidadão.

Leitura complementar

Neste texto sobre as hierarquias da sociedade escravista do Brasil quando da chegada da Corte portuguesa, em 1808, o historiador e diplomata Alberto da Costa e Silva descreve os conflitos entre os diversos segmentos da população e destaca as rivalidades entre os nascidos no Brasil e os nascidos em Portugal.

As divisões da sociedade

O país era ao mesmo tempo multicultural e mestiço. Mas estava dividido em duas metades inimigas, atadas pela violência: os homens livres e os escravos. Mesmo quando as relações do dia a dia não se mostravam conflituosas, não se calavam no espírito de uns e de outros a hostilidade e o medo.

O homem livre era branco; era negro o escravo. Essa dualidade não se desmentia pelo fato de haver negros nascidos livres ou que tinham adquirido a liberdade, e nem mesmo pelo fato de alguns deles serem donos de outros homens. Até prova em contrário, um negro era visto como escravo.

Os mulatos não chegavam a alterar o desenho: se escuros, eram em geral tratados como negros; se claros, como brancos. Ou quase brancos. Traços de união ou de desunião entre uma metade e a outra, o mulato, o cafuzo e o mestiço indefinido funcionariam, porém, sem que disso tivessem consciência, como amortecedores do antagonismo entre elas, ainda que disfarçado ou esconso.

Os brancos não formavam um grupo coeso. Dividiam-se, primeiramente, entre os nascidos no Brasil e os provenientes de Portugal, ou reinóis. A rivalidade entre eles manifestava-se em todos os patamares sociais, entre os brancos pobres, remediados e ricos, mas tomara contornos politicamente mais nítidos, antes e depois da independência, na oposição entre os senhores rurais, preponderamente brasileiros, e os comerciantes urbanos, em geral portugueses.

Os senhores rurais julgavam-se uma "nobreza da terra" e olhavam com desprezo para os mercadores. Não eram, salvo contadas exceções, aristocratas pelo nascimento e sangue. Reivindicavam, contudo, uma ascendência de que muito se orgulhavam, com muitas gerações na terra brasileira, e se consideravam uma classe privilegiada, com foros próprios e direito de mando incontrastável dentro de suas propriedades. Já não eram, porém, economicamente o que tinham sido antes, e assistiam, inconformados e indignados, à riqueza ir resvalando para as mãos dos comerciantes citadinos, de muitos dos quais, sobretudo dos traficantes de escravos, eram grandes devedores.

Com a vinda da família real para o Rio de Janeiro, entrou em cena outro tipo de reinol, de comportamento que se tinha por requintado e que havia sido polido pela vida de corte. Os aristocratas que acompanharam d. João ou vieram logo depois para sua companhia passaram a ser invejados e imitados, tanto pelos proprietários rurais que tinham casa na cidade, quanto pelos negociantes. Até mesmo o comportamento de seus fâmulos passou a ser copiado.

Para decepção dos senhores rurais, os nobres chegados de Lisboa entenderam-se com os seus conterrâneos, os comerciantes. Foi, aliás, com estes que d. João contou para cobrir as necessidades financeiras da corte. Recompensou-os com o que até então lhes fora negado: reconhecimento de seus préstimos, prestígio e honras. A muitos concedeu a Ordem de Cristo e a vários nobilitou.

SILVA, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). *Crise colonial e independência:* 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. (História do Brasil Nação: 1808-2010). p. 57-58.

UNIDADE 2 No tempo da indústria

O foco desta unidade é o início do processo de industrialização e a formação da sociedade burguesa. Os três capítulos que a compõem são dedicados à expansão do capitalismo.

O trabalho aqui proposto parte da Revolução Industrial e aborda a formação da classe operária, o liberalismo, o nacionalismo, a unificação dos Estados nacionais da Itália e da Alemanha e os movimentos de contestação da nova ordem burguesa – a exemplo do sindicalismo, das ideias socialistas e das revoltas populares.

CAPÍTULO 6 – O CAPITALISMO INDUSTRIAL

Capítulo dedicado ao estudo dos primórdios da industrialização e da expansão e consolidação do capitalismo.

A ênfase recai sobre os fatores históricos e estruturais que explicam o pioneirismo inglês no processo de industrialização e adoção do liberalismo econômico, como os *enclosures*, a manufatura têxtil com mão de obra camponesa, um eficiente sistema de transporte fluvial, o aprimoramento das técnicas agrícolas e a exploração de minas de carvão e ferro.

Destacamos a exportação de tecnologia e de capitais ingleses para a construção de ferrovias em várias partes do mundo. Como contraponto, analisamos os processos de industrialização da França e da Alemanha, que completaram o trio das maiores potências capitalistas do século XIX. Discutimos também o conceito de capitalismo, contrastando as perspectivas de Max Weber e Karl Marx.

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 92)

As classes ou grupos sociais são: burguesia e proletariado ou capitalistas e operários.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 93)

O Império Britânico não existe mais. Em 1949, o rei Jorge VI acelerou o seu fim e sua transição para a Commonwealth of Nations, uma associação livre e igualitária de dezenas de países independentes, quase todos antigas possessões que compunham o Império Britânico. Esses países reconhecem a primazia da Coroa britânica.

OUTRA DIMENSÃO: COTIDIANO (p. 95)

a) Hoje, acredita-se que a nutrição baseada em um único tipo de alimento é prejudicial para o ser humano, pois ele não contém todos os nutrientes necessários à boa saúde. Para nutrir bem o corpo é necessário consumir alimentos diversificados.

b) A entrada de imigrantes irlandeses nas maiores cidades industriais da Inglaterra aumentava a oferta de trabalhadores para a indústria e, consequentemente, diminuía o valor do trabalho. Os irlandeses, pressionados pela fome, aceitavam trabalhar por salários mais baixos.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO (p. 100)

O estudante pode citar a) a forma de pagamento: no trabalho doméstico, o pagamento era por tarefa realizada; no trabalho da fábrica, era pelo tempo gasto para realizar o trabalho (salário); b) o necessário deslocamento do trabalhador para a fábrica, enquanto os camponeses trabalhavam em casa; c) o horário certo de entrar e sair do trabalho, regulado pelo relógio, quando, em casa, trabalhavam conforme suas conveniências; d) no trabalho na fábrica, não podiam consorciar outros afazeres, como faziam no espaço doméstico.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 102)

Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compreendam não existir uma verdade ou opinião única e absoluta na interpretação do passado. A diversidade de opiniões e concepções estimula o debate, enriquece o conhecimento e amplia a curiosidade sobre assuntos polêmicos. Assim, pode-se aceitar tanto a expressão revolução como a expressão evolução para as transformações das quais a Inglaterra era palco. Cabe ao estudante se posicionar: aceleração dos avanços tecnológicos, processo que ocorria há séculos, ou mudanças aceleradas e significativas, muito próximas umas das outras, com profundas e revolucionárias transformações nas estruturas?

INVESTIGANDO O DOCUMENTO (p. 103)

Resposta pessoal. Michelet provavelmente demonstrou estar deslumbrado ao passar com o trem por longas pontes ou viadutos, a uma velocidade considerada alta para os padrões da época. A questão pretende levar o estudante a ficar ciente do trabalho de construção de uma estrada de ferro, que passa por terrenos com os mais variados relevos, e perceber as pesquisas e os avanços tecnológicos que superaram essas barreiras naturais. Existem imagens de construção de pontes, viadutos, túneis, etc. no século XIX em várias partes do mundo.

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 104)

Respostas livres e variáveis conforme o lugar. Caso não exista uma ferrovia no município, o professor deve discutir com os estudantes as razões dessa ausência.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 110)

1. Nessa paisagem de Manchester, o artista destacou o contraste entre o ar poluído da cidade, resultado da fumaça lançada pelas centenas de chaminés, e o campo. Os estudantes podem responder que o artista quis denunciar a poluição das cidades industriais, em contraste com a atmosfera mais limpa do campo. Como ele era da escola romântica, o tom bucólico do campo está presente na imagem, que certamente não retrata a realidade.
2. A energia a vapor, obtida pela queima de carvão ou lenha.
3. As doenças respiratórias.

ROTEIRO DE ESTUDOS (p. 111-112)

Para organizar

1.

a) Os habitantes de Cheshunt rebelaram-se contra a política britânica, que permitiu aos proprietários cercar e até mesmo vender as terras que tradicionalmente eram de uso comum dos camponeses.

b) O grupo corresponde aos camponeses e lavradores que não possuíam terras, ou possuíam pequenos lotes de terra, mas que dependiam dos campos comuns para sua subsistência.

c) Os campos comuns, ou terras comunais, eram resquício do período feudal. Nessas terras – florestas e pastos –, era permitido aos camponeses criar seus animais, coletar lenha e frutos silvestres, bem como caçar pequenos animais. Também poderiam ter acesso a rios e lagoas.

2. O trabalho assalariado, ou seja, um indivíduo vende sua força de trabalho em troca de um salário.
3. Há uma conjunção de fatores que podem nos auxiliar a entender por que a Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra: a existência de um mercado interno e, principalmente, de um amplo mercado externo, graças à força do comércio internacional inglês; a disponibilidade de capitais; mão de obra disponível e barata; uma organização política e econômica que permitia a iniciativa privada e a livre atuação dos capitalistas no mercado.
4. As máquinas de fiar manuais podiam ser utilizadas no espaço doméstico. O mesmo não acontecia quando se passou a utilizar a energia hidráulica e a do vapor. As pessoas que trabalhavam nessas máquinas tinham de estar concentradas em um mesmo espaço.
5. Por meio de uma atividade repetitiva, cada operário podia se especializar em uma única etapa da produção. Essa divisão do trabalho visava aumentar a produtividade.
6. O mercantilismo pressupunha total interferência do Estado na economia e ligava-se sobretudo ao comércio – tarifas protecionistas visando uma balança comercial favorável e sistemas de monopólios. No liberalismo, ao contrário, enfatizava-se a produção e a defesa pela liberdade em vários setores: livre-comércio, livre iniciativa e liberdade de trabalho.
7. A frase remete diretamente às diferenças entre as manufaturas do período moderno – com equipamentos de madeira e movidos a água – e as indústrias do século XIX, com a força do vapor a impulsionar equipamentos de ferro. As indústrias se libertaram da proximidade de rios e quedas-d'água, mas, por outro lado, tornaram-se dependentes da exploração de minas de ferro e carvão.
8. Na Inglaterra, o desenvolvimento do capitalismo e da indústria esteve sempre em mãos de particulares. A iniciativa privada deu origem até mesmo ao estabelecimento das primeiras estradas de ferro. Já na França e nos Estados germânicos (em processo de unificação), a instalação da malha ferroviária foi uma necessidade para concorrer com os britânicos não só no mercado mundial, mas até mesmo em seu próprio território. Como não havia capital privado disponível, empresários e industriais tiveram de recorrer ao Estado para realizar um empreendimento dessa envergadura.
9. Principalmente na esfera das relações de produção. Para Max Weber, haveria capitalismo em economias mercantis, independentemente da forma como se organizava a produção, inclusive em regiões onde o trabalho fosse servil. Para Karl Marx, só haveria capitalismo em economias mercantis com predomínio ou hegemonia do trabalho assalariado, ou seja, em que o trabalhador fosse livre para vender sua força de trabalho ao proprietário do capital.

Reflexões

a) No caso alemão, o termo burguesia não é adequado para definir os que apoiavam a industrialização, pois foram os proprietários rurais e os militares, todos da aristocracia, que, no poder, impulsionaram a modernização alemã.

b) O termo proletariado, conforme o conceito marxista, pode ser plenamente aplicado à classe operária inglesa. Os trabalhadores vendiam sua força de trabalho em troca de um salário necessário à sua sobrevivência e não tinham acesso ao capital.

Vamos testar?

1. (Enem-2009)

   Alternativa **D**

   Comentário dos autores: O trabalho de fiação e tecelagem de tecidos era realizado por camponeses, que consorciavam essas atividades com o trabalho agrícola. Depois da mecanização, foi necessário mais tempo de trabalho do camponês, que não pôde mais arar os campos e cuidar de rebanhos. Ele se transformou em uma mão de obra assalariada.

Conexões (História e Sociologia)

O trabalho familiar é a base da organização camponesa e visa sobretudo à subsistência, com a venda de eventual excedente. As famílias tinham acesso a lotes de terras para uso próprio e aos campos comuns, assim como aos instrumentos de trabalho para nelas trabalhar ou explorar, em horários por elas definidos. A defesa das terras comunais, em especial, unia os aldeões e criava fortes laços de solidariedade. O cercamento dos campos, a concentração fundiária e a industrialização desarranjaram todo o sistema. O trabalho assalariado, no meio rural ou urbano, pressupõe um esforço individual, a ausência de acesso à terra, aos instrumentos de trabalho e à própria distribuição do tempo de trabalho. A individualização do trabalho representou o fim da família como base da produção e das solidariedades aldeãs. Certamente pode-se considerar que foi o fim tanto da cultura camponesa quanto do próprio camponês.

Sugestão de atividade complementar

A paisagem britânica

> *Em proporção à riqueza do país, quão poucos são os belos prédios na Grã-Bretanha...; que escasso o emprego de capital em museus, quadros, pérolas, objetos raros, palácios, teatros e outros objetos improdutivos! Isto que é o principal fundamento da grandeza do país, é constantemente verificado pelos viajantes estrangeiros e por alguns de nossos próprios jornalistas, como uma prova de nossa inferioridade.*

LAING, Samuel. Notas de um viajante sobre as condições políticas e sociais da França, Prússia, Suíça, Itália e outras partes da Europa, 1842. HOBSBAWM, Eric. J. *A Era das Revoluções* (1789-1848). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 275.

O texto é de um autor britânico, Samuel Laing, que, assim como inúmeros viajantes de sua época, visitou várias regiões (no seu caso, países da Europa) e publicou suas impressões em um livro, em 1842.

1. No trecho que você acabou de ler, o que o autor quis criticar?

   Os que consideravam a ausência de investimentos em obras ou objetos suntuosos como um sinal de inferioridade, isto é: viajantes estrangeiros e alguns jornalistas britânicos.

2. O que o autor quis dizer com “outros objetos improdutivos”?

   Ele pretendia identificar os monumentos, prédios e objetos de luxo como investimentos inadequados ao enriquecimento das nações. Para ele, os investimentos britânicos estavam no lugar certo – em empresas produtivas –, daí sua maior riqueza em relação aos outros países.

CAPÍTULO 7 – OS TRABALHADORES VÃO À LUTA

Capítulo dedicado ao estudo das condições de trabalho da Europa industrial em conexão com os primeiros movimentos de organização operária, incluindo protestos e lutas políticas — como o ludismo e o cartismo — e os projetos anarquistas e socialistas incorporados por certos setores do operariado. Neste último ponto, a ênfase recai sobre as divisões do movimento operário e as estratégias revolucionárias na Primeira Internacional e na Comuna de Paris.

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 113)

A história das leis trabalhistas está diretamente relacionada à reação dos trabalhadores às condições de trabalho impostas durante a Revolução Industrial. Essas leis foram resultado direto das lutas e conquistas dos trabalhadores.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO (p. 117)

É esperado que o estudante perceba que a carta menciona uma ação imediatista do movimento e não uma guerra contra o capitalismo. Os ludistas consideravam que as máquinas os estavam substituindo nas oficinas têxteis e era contra isso que lutavam.

OUTRA DIMENSÃO: CONFLITOS SOCIAIS (p. 119)

A primeira constatação é a de que, na Inglaterra, em meados do século XIX, a burguesia já havia se consolidado e seus interesses eram considerados no Parlamento. Além do mais, aumentou o número de empregos e, consequentemente, a qualidade de vida da população mais pobre e trabalhadora, o que desestimulava a adesão do trabalhador comum, não militante, a participar da luta política ou de uma revolução. Apesar das reivindicações dos cartistas e dos sindicatos que se organizavam não terem sido plenamente atendidas, os ganhos foram significativos, como a aprovação da jornada de trabalho de 10 horas, proibição do trabalho de crianças e mulheres na limpeza de máquinas em funcionamento, revogação da Lei dos Cereais e redução para meio período da jornada de trabalho de menores de 13 anos.

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 123)

Respostas livres e variáveis conforme o lugar. Caso não exista sindicato(s) em seu município, o professor deve discutir com os estudantes as razões dessa ausência.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 125)

1. Não, são movimentos independentes, embora relacionados. Espera-se que os estudantes percebam que os operários ou os trabalhadores, como um todo, foram o objeto principal das teorias socialistas, que defendiam sua participação para transformar a sociedade capitalista e burguesa em uma sociedade igualitária. As manifestações operárias, por outro lado, tinham objetivos e lutas específicos, podendo estar ou não vinculadas a alguma teoria socialista.
2. Os estudantes, caso tenham respondido “não” à questão anterior, podem argumentar que escolher uma das opções é uma posição política, e resolver por vias políticas um debate historiográfico seria falsear a História. Por outro lado, podem argumentar que a participação burguesa na Comuna foi mínima. Além disso, pode-se considerar que a apropriação feita por Karl Marx, e reproduzida por décadas, foi política. Ele queria que a Comuna fosse uma manifestação socialista, embora os envolvidos não se vissem assim.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 126)

1. Pretendiam conseguir a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias.
2. A maioria dos países ocidentais acabou criando leis que limitavam a jornada de trabalho, intrometendo-se, dessa forma, na relação entre patrão e empregado, cada um em uma época diferente.
3. No Brasil, a Constituição de 1934 estabeleceu“trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei” (Art. 121, §1º, c). Em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no artigo 58, estabeleceu: “A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite”. Essas leis estão disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.planalto.gov.br/>. (Acesso em: 25 mar. 2016.)

ROTEIRO DE ESTUDOS (p. 127-128)

Para organizar

1. Cartismo e ludismo não compunham um conjunto de ideias acabadas (doutrinas), mas ações para atingir determinado fim. Os ludistas acreditavam que a mecanização da indústria era a fonte dos males dos operários, como o desemprego. Os cartistas acreditavam na mobilização dos trabalhadores e do povo em geral para pressionar os parlamentares a atender as suas reinvidicações, por meio de cartas, de petições e abaixo-assinados. Ao contrário do ludismo, os cartistas acreditavam na legalidade institucional.

2. Um proletariado que aceitava e estava inserido na sociedade burguesa e capitalista. As condições de vida e de trabalho dos operários ingleses, através das conquistas de leis trabalhistas e de aumento de salários, os acomodava, impedindo que se rebelassem. Para Marx e Engels, o proletariado inglês não tinha interesse em mudar a situação política.
3. Os projetos socialistas eram diversificados, variando desde os que pretendiam humanizar o capitalismo, melhorar as condições de vida dos trabalhadores e a distribuição de renda, até os que postulavam a destruição do capitalismo e a tomada do poder pela classe operária – como no socialismo de Marx e Engels. Os projetos anarquistas também eram variados, mas tinham em comum a recusa do Estado e de qualquer tipo de governo, fosse operário ou burguês. Nisso os anarquistas se afastavam radicalmente dos projetos socialistas que se apresentavam como revolucionários.
4. Para os anarquistas, o Estado servia para manter muitos sob o domínio de poucos; para os liberais, o Estado era condição fundamental para manter a liberdade e os direitos individuais – sem ele, a sociedade seria destruída.
5. Ocorreu na França, em 1871, com a criação da Comuna de Paris. A Comuna surgiu quando os trabalhadores da cidade tomaram o poder da prefeitura e criaram um governo provisório de trabalhadores, que, por dois meses, administrou a cidade com base nos princípios socialistas. Foi o prelúdio do que viria a ser, mais tarde, a Revolução Russa de 1917.
6. A expansão inicial do capitalismo industrial foi muito contraditória. Ao mesmo tempo em que desenvolvia as forças produtivas da nação – aumentando o número de mercadorias disponíveis, o saldo comercial com o exterior, a quantidade de serviços etc. –, gerava muito desemprego, redução de salários e piora considerável do padrão de vida de artesãos e pequenos proprietários de negócios. Nos países onde houve uma remodelação do campo além do avanço industrial, a miséria se tornou ainda maior, graças aos milhares de camponeses que ficaram sem terras e se dirigiram para as cidades, reduzindo ainda mais os salários. A extensão da miséria entre as camadas mais pobres da população fez delas uma plateia atenta às propostas socialistas e anarquistas, que prometiam pôr fim a essa situação.
7. Porque, no entender dos socialistas científicos, os socialistas reformistas não consideravam a necessidade de organizar e mobilizar politicamente a classe trabalhadora para que ela lutasse pelo poder e, a partir daí, modificasse a sociedade. Condenavam os socialistas, que chamaram de utópicos, por eles não projetarem uma revolução social baseada em uma ampla interpretação da história da luta de classes. Como eles, Marx e Engels formularam uma teoria da história baseada no determinismo econômico e na luta de classes. Além de pregarem a conjugação entre teoria e *práxis* revolucionária, consideraram seu projeto socialista como científico e, portanto, realizável.
8. O fato de operários terem conseguido tomar uma capital e se manterem no poder por 72 dias. Resposta pessoal para a segunda pergunta: alguns podem dizer que sim, que foi realmente um governo proletário; outros, entretanto, podem dizer que não, porque 72 dias no poder não configuram um governo de fato. Além do mais, sua atuação ficou restrita a Paris, não englobando o resto do território francês.
9. Talvez a principal razão tenha sido a divergência interna, em particular entre os comunistas e os anarquistas, que discordavam da forma como a revolução operária deveria se dar.

Reflexões

1. Não. O texto mostra que, além de ser um guia para a ação, o *Manifesto Comunista* propõe um método de análise da realidade a partir de uma teoria da História que privilegia o determinismo econômico e a luta de classes como motor da História.
2. As mudanças ocorridas, como ressalta o texto com o exemplo da enorme expansão da industrialização, deveriam ser acompanhadas de novas análises, como o próprio método do *Manifesto* explica, e de ajustes no programa e nas avaliações conjunturais. Os autores admitem que muitas previsões do texto de 1848 ficaram invalidadas por mudanças nos próprios partidos operários provocadas pelo ritmo da industrialização. Considerado como documento de época e por sua mensagem revolucionária, Marx e Engels insistem na "atualidade" do *Manifesto*. Fazem clara opção pela dimensão doutrinária do documento, reconhecendo nas entrelinhas a fragilidade de sua dimensão interpretativa da história. Entre a revolução e a história, em 1872, Marx e Engels ficaram com a revolução.

Vamos testar?

1. (Enem-2010)

   Alternativa **E**

   Comentário dos autores: A crítica é à desigualdade social, seja ela dos senhores das terras em relação aos camponeses, seja à nascente burguesia industrial e ao operariado.

Conexões (História e Sociologia)

Espera-se que os estudantes percebam que o movimento socialista, reformista ou revolucionário propunha uma profunda modificação nas estruturas da sociedade, com o objetivo de diminuir as diferenças sociais. A solução mais radical seria a estatização dos meios de produção, da qual surgiria uma nova organização para a sociedade, sem as injustiças sociais que penalizavam as classes trabalhadoras. Porém, para a Igreja, as diferenças de inteligência, talento, habilidade, saúde e força são naturais, espontâneas, múltiplas, profundas e necessárias, das quais decorrem espontaneamente as desigualdades de condições sociais. Essas desigualdades, que revertem em benefício de todos, devem ser aceitas com paciência e resignação, pois são até uma necessidade, em decorrência da multiplicidade e da variedade de funções sociais. Enquanto os movimentos admitiam a existência de um antagonismo de classes, a encíclica papal o negava – pregava a concórdia e a conciliação.

Leitura complementar

Fragmento do romance *Germinal*, do escritor francês Émile Zola, que trata dos primórdios da organização dos operários de uma mina de carvão no norte da França. O trecho narra a greve dos mineiros e a tentativa frustrada dos militantes da Internacional do Trabalhadores em conseguir a adesão dos operários.

Etienne fora ao Rasseneur em busca de novidades. Corriam notícias alarmantes, dizia-se que a companhia andava cada vez mais descontente com o estaqueamento. Os operários viviam sendo multados, um conflito parecia fatal. Verdade é que aquela era apenas uma das faces da contenda, a visível; por baixo dela havia toda uma série de complicações, de causas graves e secretas.

No momento em que Etienne entrou, um companheiro, que bebia cerveja e estava voltando de Montsou, falava sobre um cartaz que vira pregado na baixa, só que não sabia muito bem o que estava escrito ali. Em seguida entrou um outro, e mais outro. Cada um deles contava uma história diferente, mas parecia certo que a companhia finalmente tomara uma resolução.

— O que dizes disto? — perguntou Etienne, sentando-se ao lado de Suvarin, que não tinha mais que um pacote de tabaco sobr a mesa que ocupava.

O mecânico não mostrou pressa em responder, continuou enrolando o seu cigarro.

— Digo que era fácil de prever. Eles vão puxar a corda até arrebentá-la.

Só ele tinha a inteligência bastante desenvolvida para analisar a situação. Explicava-se com seu ar tranquilo. A companhia, atingida pela crise, via-se forçada a reduzir seus gastos para não sucumbir. E naturalmente seriam os operários os primeiros a pagar pela situação: ela ia cercear os salários, inventando um pretexto qualquer. Havia dois meses que a hulha se amontoava no pátio das minas, quase todas as fábricas estavam fechando as portas. Como ela não ousava fazer o mesmo, temendo a inação, ruinosa para o material, planejava um meio-termo, talvez uma greve, da qual os mineiros sairiam domados, e com menor salário. Por fim, a nova caixa de previdência inquietava-a: tornava-se uma ameaça para o futuro. Com uma greve, ficaria livre dela, esvaziando-a, o que seria fácil, já que a caixa ainda não tinha grandes reservas.

Rasseneur sentara-se ao lado de Etienne e ambos escutavam, com um ar consternado, o que o outro dizia. Podiam falar em voz alta; lá só estava a mulher do taberneiro, sentada atrás do balcão.

— Que ideia! — murmurou Rasseneur. — Para que tudo isso? A companhia não tem nenhum interesse numa greve e os operários também não. O melhor é que cheguem a um acordo.

[...]

— Então tu és contra a greve? — gritou a Sra. Rasseneur sem sair do balcão.

Em como ele respondesse energicamente que sim, ela mandou-o calar.

— Desalmado! Fica quieto e deixa os outros falarem.

Etienne pensava, com os olhos postos na cerveja que ela lhe servira. Por fim levantou a cabeça.

— Tudo o que o camarada disse é bem possível. Se eles nos forçarem, seremos obrigados a fazer greve. A esse respeito Pluchart me escreveu com muito acerto. Ele também é contra a greve, porque nessas ocasiões o operário sofre tanto quanto o patrão e sem conseguir qualquer coisa de definitivo. No entanto, ele vê nela uma ocasião excelente, capaz de levar os nossos homens a entrarem na sua grande organização. Aqui está a carta dele...

Realmente, Pluchart, desolado com as desconfianças que a Internacional encontrava entre os mineiros de Montsou, esperava vê-los aderir em massa se um conflito os obrigasse a lutar contra a companhia. Apesar dos seus esforços, Etienne não conseguira colocar uma única carteira de membro em Montsou, mas também porque pusera todo o peso de sua influência na caixa de socorros, muito mais bem acolhida. A verdade, porém, é que a caixa ainda estava muito pobre, e deveria esvaziar-se rapidamente, como dizia Suvarin. Fatalmente, então, os grevistas voltar-se-iam para a Associação dos Trabalhadores, a fim de que seus irmãos de todos os países os auxiliassem.

ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Abril Cultural, 1981. p. 182-185.

Sugestão de atividade complementar

Análise da imagem da p. 119 do Livro do Estudante

Discuta a mensagem da gravura a partir da seguinte questão: propaganda operária ou expressão da realidade na Inglaterra industrial?

A gravura expressa, antes de tudo, uma propaganda operária, que procura agigantar as reivindicações cartistas diante de um Parlamento amedrontado. A realidade histórica foi bem diferente, pois o Parlamento custou muito a admitir um mínimo de reivindicações, contribuindo para o desgaste do movimento cartista.

CAPÍTULO 8 – PRIMAVERA DOS POVOS E NACIONALISMOS

Capítulo dedicado ao estudo da emergência dos nacionalismos na Europa do século XIX, relacionada ao fim dos governos absolutistas, à decadência da aristocracia, ao avanço do capitalismo, à ascensão da burguesia e aos movimentos revolucionários das massas populares. Priorizaram-se as análises dos casos da França e das unificações alemã e italiana, examinadas em perspectiva comparativa.

O capítulo trabalha com o conceito de modernização "pelo alto", típica do caso alemão e, em parte, do caso francês na fase bonapartista (Napoleão III). Como contraponto, analisamos a lenta modernização ocorrida na Rússia czarista.

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 129)

O Estado francês já se encontrava unificado havia muito tempo. Assim, um habitante de Paris certamente se considerava um francês. O mesmo não acontecia com os habitantes da Sardenha e da Prússia,

pois os Estados italiano e alemão ainda não se encontravam unificados. O processo de unificação desses dois países só ocorreu na segunda metade do século XIX.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 134)

Orientar os alunos a procurarem cidades que tenham realizado reformas urbanísticas com as seguintes características (denominada pelos arquitetos e engenheiros de influência "haussmanniana"): ruas largas e retas, inclusão de amplas áreas verdes, processo de elitização da cidade (separação entre moradias populares das de elite), substituição do "velho pelo novo" e saneamento urbano. Os estudantes podem mostrar imagens das cidades de Roma, Viena, Madri, Chicago ou Rio de Janeiro antes e depois das reformas.

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 139)

Respostas livres e variáveis conforme o município em que os estudantes vivem e mediante pesquisa. A expectativa é que os estudantes entendam os motivos das variadas origens da população brasileira, relacionando-os aos processos históricos mundiais e às políticas públicas do Brasil, quer seja a presença de uma enorme população indígena, a colonização por portugueses, a entrada de escravos provenientes da África e, no decorrer dos séculos XIX e XX, a entrada maciça de imigrantes europeus e asiáticos.

OUTRA DIMENSÃO: PERSONAGEM (p. 140)

a) Na caricatura, Garibaldi ajuda o rei Vítor Emanuel a calçar a bota, que representa a Itália. Trata-se de uma metáfora para a participação de Garibaldi na unificação italiana. A figura pode ter várias interpretações. Uma delas é a de que foram homens como Giuseppe Garibaldi que realmente conseguiram a unificação da Itália, ou seja, "calçaram" – deram seu apoio – o rei.
b) Não completamente. Garibaldi desejava a unificação italiana com a capital em Roma, mas teve de desistir do sonho de que o novo país adotasse a forma republicana de governo. Nesse sentido, Garibaldi pode representar, na figura, os republicanos convictos, que tiveram de se vergar de forma humilhante à solução monárquica em defesa da unificação, por isso sua posição ajoelhada. Segundo a biografia de Garibaldi, ele se considerava mais italiano do que republicano.

OUTRA DIMENSÃO: CONFLITOS SOCIAIS (p. 142)

Espera-se que o estudante relacione a posição do papa Pio IX, ao chão, como uma vitória do rei da Itália, Vítor Emanuel II, que conseguiu unificar o país e anexou Roma, em 1870.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 143)

1. O autor da charge satiriza os esforços da Prússia em usar a guerra contra a Áustria, em 1866, para unir os estados alemães ao seu território.
2. Pode significar que os franceses reconheciam o talento prussiano na guerra e na consequente anexação dos estados germânicos, mas que tinham de ter cautela para não tentar seguir adiante com as anexações, principalmente se envolvessem territórios de língua germânica sob domínio francês.
3. Certamente, pois na guerra franco-prussiana, em 1870-71, vitoriosos, obrigaram a França a entregar a rica região da Alsácia-Lorena.

ROTEIRO DE ESTUDOS (p. 144-145)

Para organizar

1. A Primavera dos Povos no contexto europeu do século XIX resultou da confluência de três fatores: a expansão do capitalismo e da classe trabalhadora urbana e industrial; a luta política contra os resquícios do Antigo Regime, organizada pelas diversas burguesias; o despertar das ideologias nacionalistas, do socialismo e do comunismo. Nesse contexto, a Europa enfrentava constantes confli-

tos provocados pelas lutas políticas entre os resíduos do absolutismo monárquico e o novo modelo de Estado liberal e burguês, entre os trabalhadores e as elites na busca por melhores condições de vida e de trabalho, além da ação dos movimentos nacionalistas – contra qualquer domínio estrangeiro e pela unificação nacional, como nos casos da Alemanha e da Itália.

2. O aumento significativo da rede ferroviária, a fundação de grandes instituições de crédito e o saldo positivo no comércio exterior.
3. Ao mesmo tempo em que a expansão capitalista na França trouxe melhorias econômicas para o país, não foi igualmente generosa com os trabalhadores e com os desempregados. Disso resultou uma crescente insatisfação dos trabalhadores, principalmente urbanos e, em particular, de Paris, o que gerou inúmeras revoltas, greves e rebeliões, violentamente reprimidas. A vitória dos conservadores na Assembleia Constituinte levantava a suspeita de que os benefícios alcançados pelos trabalhadores durante o governo provisório, como as oficinas nacionais, seriam suprimidos. A inquietude se expandiu entre a massa operária. Era latente o desencadeamento de uma ampla revolta em Paris. Uma nova Constituição, promulgada em 1848, estabeleceu uma República presidencialista. Nas eleições presidenciais foi eleito Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão I, mas o recrudescimento da luta entre monarquistas e republicanos, aliado à crescente insatisfação popular, abria espaço para um novo governo forte. Luís Bonaparte, com o prestígio herdado do tio e apoiado pelas Forças Armadas e policiais, deu um golpe de Estado em 1851.
4. Sim, pois a partir da unificação alfandegária de diversos Estados alemães foi possível estabelecer uma unificação econômica, tendo a Prússia como centro. A rede de interesses e de negócios foi um fator determinante para despertar a iniciativa empresarial da nascente burguesia alemã.
5. Na Alemanha, o Estado unificado foi obra da aristocracia rural – *Junkers* –, ao passo que na Itália o processo mesclou lideranças burguesas, intelectuais e mesmo aristocráticas, como a casa de Savoia. A unificação alemã foi o resultado político de um processo de unificação econômica que vinha desde a primeira metade do século XIX. No caso italiano, a unificação não eliminou o forte contraste entre o norte industrial e o sul agrário, e tradicional. Na Alemanha, a unificação se fez em meio a um processo de forte militarização do Estado, o que não se verificou no caso italiano.
6. Diversos elementos da política internacional influíram tanto na política interna da França como nos processos de unificação da Alemanha e da Itália. Consciente da oposição da Áustria ao processo de unificação dos Estados alemães, o chanceler prussiano Bismarck atraiu-a para um conflito contra a Dinamarca. O objetivo era dividir entre os vencedores os ducados de Schleswig e Holstein, cuja população era predominantemente germânica. Ao enfrentar obstáculos prussianos ao efetivo exercício de sua administração no ducado de Holstein, a Áustria declarou guerra à Prússia, porém foi rápida e fragorosamente derrotada. A Itália tirou proveito tanto do conflito entre Prússia e Áustria quanto da Guerra Franco-Prussiana para anexar territórios ao norte da península, bem como Roma.
7. Apesar de a nobreza russa ter admitido o fim da servidão camponesa, a vida no campo permaneceu a mesma, pois os servos só podiam se libertar mediante a indenização do senhor feudal. Contudo, na área industrial, o czar contraiu vários empréstimos para oferecer uma infraestrutura que permitisse ao capital estrangeiro abrir fábricas na Rússia e construiu polos industriais para desenvolver a indústria de base.

Reflexões

1. Resposta pessoal. Se o estudante observar que o livro de Marx data de 1852, poderá concluir que ele foi escrito no calor da hora, isto é, no momento imediatamente posterior ao golpe de Luís Bonaparte. É possível concluir que Marx se precipitou ao falar da anarquia na economia, pois a França não só manteve como consolidou o seu desenvolvimento industrial, comercial e financeiro nas décadas seguintes.
2. Ambos impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo, mas Napoleão I atendeu, por um lado, as reivindicações camponesas e, por outro, estimulou a formação de um mercado europeu a partir da expansão militar da França. Napoleão III governou, por sua vez, um país já bastante industrializado e seu governo estimulou ainda mais esse avanço, combinado à repressão dos movimentos sociais, sobretudo operários.

Vamos testar?

1. (Enem)
   Alternativa **C**
   Comentário dos autores: Expressam pontos de vista diferentes, pois o primeiro descreve Bismarck como figura célebre e popular na Alemanha unificada, e o segundo na interpretação da aristocracia rural (*Junker*) que o considerava responsável pela degeneração moral do prussiano – guerreiro e aristocrático – ao se unir a católicos e à burguesia, motivo da afirmativa I estar errada e a II, correta.
2. (Enem)
   Alternativa **D**
   Comentário dos autores: Tanto o anarquismo como o comunismo pressupunham a extinção da propriedade privada da terra e dos recursos naturais. Só divergiam na forma como se daria essa extinção: para os anarquistas, através de uma revolução direta para também extirpar o Estado; para os comunistas, primeiro teria de se passar pela ditadura do proletariado, para, então, extinguir a propriedade privada.

Conexões (História e Geografia – geopolítica)

Desde o século XIX, a nacionalidade está ligada à ideia de um território (espaço geográfico) demarcado, onde um grupo de cidadãos tem direitos civis e políticos reconhecidos por um Estado soberano.

Américas independentes

Esta unidade está composta de cinco capítulos dedicados ao estudo da formação dos Estados nacionais da América, com destaque para o Brasil.

O foco reside nos conflitos gerados pela formação de Estados independentes, muitos deles marcados por fortes heranças coloniais, a exemplo da escravidão no Brasil, no Caribe e no sul dos Estados Unidos e dos sistemas de trabalho compulsório nos países hispano-americanos.

Nesse contexto, iniciando a unidade, a história do Brasil é abordada em um capítulo dedicado ao Primeiro Reinado e sua tentação absolutista.

A história do Brasil é contemplada em outros capítulos dedicados ao período que abrange desde a consolidação monárquica até a crise do próprio império, articulando-se os processos políticos à crise do escravismo, ao movimento abolicionista e à relativa modernização econômica estimulada pelo capitalismo britânico.

CAPÍTULO 9 – BRASIL: A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO

Capítulo dedicado ao estudo do processo de construção do Estado monárquico do Brasil, desde as guerras de independência até a abdicação do imperador d. Pedro I.

Ênfase especial é dada às disputas relacionadas à elaboração da Constituição imperial e às condições da cidadania em uma sociedade escravista, além do confronto entre os partidários da centralização política e os defensores de maior autonomia para as províncias.

Após a abdicação de d. Pedro I, a problemática passa a centrar-se na instabilidade política do império. São analisados exemplos de sedição no interior das elites: a Farroupilha (Rio Grande do Sul), as revoltas populares, como a Balaiada e a Sabinada, e as revoltas escravas, como a Revolta dos Malês (Bahia) e a de Carrancas (Minas Gerais).

O capítulo também destaca os mecanismos institucionais da consolidação do Império, a exemplo do Código de Processo Criminal, do Ato Adicional de 1834, da criação da Guarda Nacional, bem como à solução que uniu as elites políticas: o chamado "Golpe da Maioridade".

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 148)

Embora seja parecida com a bandeira do Brasil atual, trata-se, na verdade, da bandeira do Império do Brasil: verde e amarela, com ramos de tabaco e de café em torno do globo inscrito na Cruz de Malta portuguesa. O verde representava a cor heráldica da Casa Real Portuguesa de Bragança, à qual pertencia o imperador; o amarelo, a cor da Casa Imperial Austríaca de Habsburgo, da imperatriz d. Leopoldina.

OUTRA DIMENSÃO: PERSONAGEM (p. 150)

Essa distinção se explica pela nova posição da mulher na sociedade ocidental e sua entrada em atividades antes a ela vetadas, como o combate nas Forças Armadas. A Marinha criou o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva, em 1980, mas foi só em1997 que as mulheres puderam se incorporar à estrutura oficial. Na Força Aérea e no Instituto Militar de Engenharia, o ingresso ocorreu em 1996 e 1997, respectivamente.

OUTRA DIMENSÃO: PERSONAGEM (p. 161)

Segundo explicação oficial, o motivo foi o fato de não o terem reconhecido como aliado dos balaios; mas, na realidade, foi o medo de insurreições escravas que movia as autoridades a tomar medidas extremas e implacáveis com escravos ou ex-escravos que delas participassem.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 164)

Pode comprovar o argumento de que era difícil escravos criarem identidades culturais tendo origens étnicas muito diferentes, e a constatação de que vieram de terras em que a escravidão era comum. Mantinham, portanto, suas práticas de origem em uma terra que também era escravista, o Brasil.

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 167)

Resposta livre e variável conforme o estado em que o estudante vive e mediante pesquisa. É importante que os estudantes entendam que a memória histórica local está registrada nos nomes dados às ruas, aos monumentos públicos, às praças, às rodoviárias, aos aeroportos etc. Caso não tenha existido revolta, selecione alguns dos principais logradouros da cidade e peça aos alunos para pesquisarem sobre quem são os homenageados.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 168)

Centralização: caramurus e saquaremas. Descentralização: chimangos, farroupilhas, jurujubas e luzias.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO (p. 170)

a) Ao conjunto de revoltas liberais e provinciais que ocorreram durante todo o período regencial e no início do Segundo Reinado, de d. Pedro II.

b) O movimento denominado Regresso corresponde à conquista do poder pelos conservadores e às medidas por eles implantadas durante a fase regencial. O ministério conservador nomeado pelo novo regente, Pedro de Araújo Lima, com o apoio da Assembleia imperial e das elites provinciais, restringiu os poderes das províncias ao retirar as atribuições de polícia dos juízes de paz, transferindo-as para juízes municipais indicados pelo poder central, e também ao retirar das Assembleias provinciais o direito de nomear magistrados e superiores da Guarda Nacional – direito transferido ao Ministério da Justiça. Em 1840, conseguiu a aprovação da Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834, que anulava os efeitos do próprio Ato Adicional. No seu conjunto, um “regresso” ao Primeiro Reinado, quando o poder se centralizava em d. Pedro I, dando origem à expressão “regressista”.

c) Para os historiadores do fim do século XIX e, principalmente, das primeiras décadas do XX, as revoltas foram consideradas como movimentos de participação do povo contra o domínio das elites políticas e econômicas e interpretadas como rebeliões precursoras do socialismo no Brasil.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 171)

1. Os negros estão à direita da Liberdade imperial. Brancos, mestiços e oficiais armados estão à esquerda. Os indígenas estão ao fundo. Notar que, na parte em que estão os negros, encontra-se uma mulher branca, talvez mulata, de joelhos, em homenagem ao trono. Ela ampara dois bebês brancos, postados à sua frente, e carrega nas costas um bebê negro.
2. Indígenas com suas flechas, negros com instrumentos de trabalho (foice e machado) e armas, homens brancos, inclusive um jovem, portando arma, militares com seus emblemas, espadas e canhão, mulheres e crianças. Foram escolhidos para demonstrar a multiplicidade de grupos sociais que apoiavam o novo monarca e a Constituição.
3. Imagens podem ter objetivos pedagógicos, propondo-se a divulgar determinada mensagem. No caso de *Homenagem à Liberdade* (imperial), ela foi encomendada para celebrar a coroação de d. Pedro I. Sua função política é evidente. A composição da tela oferece um projeto de nação: todos saúdam e se dispõem a defender o trono. O império representa uma ideia de "liberdade imperial" apoiada por brancos, negros, mulatos, mestiços e indígenas; homens, mulheres e crianças; jovens e velhos; civis e militares. A imagem sugere, sem dúvida, a construção de uma sociedade multirracial, o que não deixa de ser um modelo precoce para a época em que foi feita. Von Martius só propôs tal modelo na década de 1840, quando foi premiado no concurso do IHGB: Como se deve escrever a História do Brasil.

ROTEIRO DE ESTUDOS (p. 172-174)

Para organizar

1. Ele quis se referir à situação comum a qualquer colônia que tenha se tornado independente de sua metrópole: o processo de construção e organização do novo governo.
2.

a) Dois grupos se destacaram: o Partido Brasileiro e o Partido Português, os quais não eram propriamente partidos políticos, mas correntes de opinião.

b) O Partido Brasileiro propunha uma monarquia constitucional e mais autonomia para as províncias. O Partido Português defendia o fortalecimento do poder do imperador, cabendo a ele indicar um presidente para cada província.

c) Concordavam em manter a escravidão e a unidade territorial nacional.

3. Eram considerados cidadãos passivos aqueles que não tinham direito a voto: criados, menores de 25 anos (a não ser os casados), religiosos regulares, criminosos e os que não tivessem renda mínima anual de 100 mil réis, alforriados nascidos na África e mulheres. Os demais eram cidadãos com direito a voto, ativos, portanto.
4. As várias revoltas que eclodiram durante o período regencial, se triunfassem, poderiam provocar uma ruptura político-administrativa em relação ao Império do Brasil, o que poderia levar à constituição de diversos Estados independentes.
5. O excessivo poder central, que nesse caso recaía sobre a capital do Império – a cidade do Rio de Janeiro –, levava muitas províncias a considerarem essa centralização como um privilégio do Rio de Janeiro, cidade com a qual todas as demais províncias contribuíam por meio de tributos sem nada receber em troca. Viam nisso uma atuação que lembrava uma metrópole.
6. A Sabinada começou, como tantas outras revoltas liberais do período regencial, liderada inicialmente por grupos exaltados contra o autoritarismo do governo central. A adesão popular evidenciava como o conjunto de problemas era maior do que aqueles que perturbavam os liberais. Boa parte da população, ao ver nessa revolta a oportunidade para lutar por melhores condições de vida, assumiu a direção do movimento. Essa inversão de papéis assustou mais as elites do que as próprias mudanças regressistas, fazendo-as se voltar e lutar contra a rebelião liderada pela "canalha".
7. O clima de incertezas políticas no período regencial foi propício para a eclosão de inúmeros tipos de revoltas, não só da elite, como da população em geral e dos escravos. Entre elas está a revolta lide-

rada por Ventura Mina, que vitimou o filho do deputado Gabriel Junqueira. A morte de um proprietário de terras não era uma novidade na época, mas a visita de Ventura a outras fazendas para conseguir apoio à rebelião espalhou terror entre os fazendeiros, fazendo-os crer que o clima de incertezas na época regencial provocaria outras revoltas, que poderiam levar à morte de proprietários. A Lei de 10 de junho visava impedir que o temor se transformasse em realidade.

8. O caráter regionalista da revolta, a divisão entre as forças rebeldes que eram muito heterogêneas, e a dispersão de alvos da rebelião.
9. Resposta pessoal, mas os estudantes podem mencionar a pressão para a abdicação de d. Pedro, considerado um absolutista. Eles também podem citar as disputas pela elaboração da Constituição do Brasil entre 1823 e 1824, as revoltas separatistas do período regencial, em particular a Farroupilha, a Revolta dos Malês, de escravos muçulmanos etc.

Reflexões

1. O principal dilema estava em definir a situação dos nascidos em Portugal e dos ex-escravos, principalmente os nascidos na África. Muitos eram contra estes últimos se tornarem cidadãos.
2. A Constituição de 1824 considerou como cidadão ativo o ex-escravo nascido no Brasil (o liberto), caso tivesse renda suficiente para se tornar um votante, mas o excluiu totalmente do direito de ser eleitor ou elegível. Ao ex-escravo nascido na África nenhum direito foi concedido.

Vamos testar?

1. Alternativa **C**

   Comentário dos autores: A grande questão não era ser ou não uma monarquia, mas ser ou não centralizada. Os defensores da descentralização foram os que forçaram a abdicação de d. Pedro, principalmente os moderados, que tinham receio dos exaltados considerados republicanos. Entre os moderados não havia quem defendesse o republicanismo, todos eram monarquistas, mas com ideais divergentes no que se referia à questão centralização *versus* descentralização.
2. (Enem-2010)

   Alternativa **E**

   Comentário dos autores: O período regencial (1831-1840) foi de grande instabilidade política, com a eclosão de revoltas populares, de elite e escravas. A Regência, alternada entre liberais e conservadores, teve grande dificuldade para manter a paz e a integridade do território do Brasil. No campo econômico, a expansão da lavoura de café e o aumento das exportações do produto representavam a necessidade, para esse grupo, de manter a escravidão, considerada por muitos como uma velha instituição.

Conexões (História e Língua Portuguesa)

a) O texto se refere ao período regencial.

b) Trata-se da província do Rio Grande do Sul.

c) Nesse contexto, “continente” significa a província do Rio Grande do Sul.

d) O marido de dona Picucha deve ter morrido, provavelmente, na Guerra da Cisplatina, que terminou em 1828, com a província se transformando na República Oriental do Uruguai. Os filhos devem ter morrido na Revolução Farroupilha.

e) Bento Gonçalves: chefe dos farrapos e presidente da República Piratini; Antônio Neto: militar farrapo; Davi Canabarro: general farrapo; Lima e Silva: Duque de Caxias, comandante das tropas imperiais.

f) Provavelmente sim. Seu temor poderia ser real por causa da Guerra do Paraguai (1864-1870).

g) Erico Lopes Verissimo nasceu na cidade de Cruz Alta, em 1905, no estado do Rio Grande do Sul, e morreu em Porto Alegre, em 1975. Foi um dos mais populares escritores brasileiros e sua maior obra foi a trilogia *O tempo e o vento*, que conta a história do Rio Grande do Sul, tendo como personagem principal a família Cambará.

Leitura complementar

Este texto, retirado de um artigo da historiadora Patrícia Valim, conta a história da participação de mulheres nas guerras de independência do Brasil, na Bahia, com destaque para Maria Quitéria, a mais famosa, cuja atuação permanece na memória popular.

Quem passar por um terreiro de umbanda e candomblé na Bahia vai conhecer uma das mais importantes pombagiras atuando por lá, da falanda das baianas e boiadeiras guerreiras. O canto que faz sua saudação diz: "eu tenho um nome tão lindo/ mas eu só uso em tempo de guerra/ quer saber o meu nome/ eu sou Maria/ mas não vão se confundir por aí/ porque eu sou Maria Quitéria/ dizem que ela é faceira/ formosa e guerreira."

Até chegar a esse lugar no panteão de divindades conduzida pela cultura do povo, Maria Quitéria construiu uma das mais belas trajetórias de mulheres guerreiras que se conhece. Não foi a única, como mostram as lutas pela independência do Brasil que se passam na Bahia desde os primeiros meses de 1822. Ali foi decisiva a participação de mulheres. Quarenta delas integraram um destacamento comandado pela negra baiana Maria Felipa, que entrou para a História por surrar soldados portugueses e comandar o episódio no qual as mulheres de seu destacamento atearam fogo em 42 embarcações da metrópole. Outra líder do movimento foi Joana Angélica, até hoje um símbolo de resistência e bravura por ter sido assassinada à queima roupa ao se opor à invasão das tropas portuguesas comandadas pelo general Madeira no Convento da Lapa em busca de soldados baianos.

Mas nenhuma dessas mulheres ganhou tanta fama popular como Maria Quitéria, a heroína mais reverenciada até hoje não apenas como pombagira, mas também nas comemorações da Independência na Bahia, o chamado "2 de julho". Nesta data as tropas brasileiras libertadoras entraram na cidade de Salvador e foram recebidas pela população com toda pompa e circunstância.

[...]

Maria Quitéria teria papel de destaque nas batalhas ocorridas por toda a margem da Baía de Todos os Santos até Itapuã. Uma dessas lutas foi o episódio conhecido como "cerco de Pirajá" que definiu as lutas pela Independência na Bahia a favor dos brasileiros [...]. A 29 de outubro de 1822 Maria Quitéria participou com seu batalhão da defesa da ilha da Maré e, logo depois, destacou-se nos combates ocorridos nas regiões de Conceição, Pituba e Itapuã, integrando a Primeira Divisão de Direita.

No final daquele ano comandou ainda o pelotão de mulheres que impediu o desembarque de uma grande tropa de portugueses e, no começo de 1823, participou do chamado "combate da Pituba", atacando uma trincheira inimiga, aprisionando soldados portugueses e levando-os sozinha para o seu destacamento. Em abril, ao lado de outras mulheres e com água na altura dos seios, invadiu uma barca portuguesa que estava na barra do Paraguaçu, impedindo o desembarque dos inimigos em terras brasileiras.

Diante de tanta bravura, o general Labatut, enviado por D. Pedro I para o comando geral da resistência, conferiu a Maria Quitéria as honras de 1º Cadete. Após a entrada triunfal do exército libertador brasileiro na cidade de Salvador e a retirada das tropas portuguesas comandadas pelo general Madeira da capital, em 2 de julho de 1823, Maria Quitéria foi coroada com uma grinalda feita por uma freira do Convento da Lapa e designada a embarcar para a Corte, no Rio de Janeiro, para uma sessão com D. Pedro I.

[...]

Maria Quitéria também recebeu a graça imperial do soldo de Alferes até o fim de sua vida e foi muito solicitada a comparecer em eventos em sua homenagem na Corte. Em uma dessas ocasiões, Maria Graham fez dela uma descrição precisa: "ela é iletrada, mas inteligente. Sua compreensão é rápida e sua percepção aguda. Penso que, com educação, ela poderia ser uma pessoa notável. Não é particularmente masculina na aparência; seus modos são delicados e alegres. Não contraiu nada de rude ou vulgar na vida do campo e creio que nenhuma imputação se consubstanciou contra sua modéstia. Uma coisa é certa: seu sexo nunca foi sabido até que seu pai requereu a seu oficial comandante que a procurasse. Não há nada de muito peculiar em suas maneiras à mesa, exceto que ela come farinha com ovos ao almoço e peixe ao jantar, e fuma charuto após cada refeição, mas é muito sóbria."

VALIM, Patrícia. Maria Quitéria vai à guerra. In: FIGUEIREDO, Luciano. *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 393-397.

Sugestão de atividade complementar

D. Pedro: liberal ou absolutista?

D. Pedro foi uma figura carismática, embora contraditória, tendo inclusive abdicado de dois tronos. Foi considerado ao mesmo tempo um déspota e um liberal, dependendo da época e de que grupo o analisava.

Ao manter-se no Brasil, apesar das pressões das Cortes de Lisboa, e proclamar a independência, tinha uma posição liberal em relação ao Brasil e de déspota para Portugal, pois contrariava as ordens do regime constitucional português.

Na convocação da Assembleia Constituinte no Brasil, apresentou-se como um liberal, mas ao dissolvê-la foi visto como déspota, mesma acusação recebida ao outorgar a Constituição de 1824, que instaurou o Poder Moderador.

Ao abdicar do trono do Brasil em favor de seu filho, saiu do Império como um déspota, mas, ao se envolver nas lutas portuguesas pela restauração do trono de sua filha, d. Maria I, usurpado por d. Miguel, irmão de d. Pedro, mantendo o regime constitucional, tornou-se um liberal e herói português.

Em sua opinião, essa oscilação entre dois extremos tem a ver com uma instabilidade no caráter de d. Pedro ou faz parte de um movimento mais amplo?

Espera-se que os estudantes considerem que d. Pedro foi criado em um contexto de convicções absolutistas.

Mas as ideias ilustradas, a Revolução Francesa, a independência dos Estados Unidos e mais um conjunto significativo de transformações pelas quais passava o mundo ocidental da época não permitiam a manutenção desses regimes de governo.

Os governantes tiveram de ceder ou se adaptar aos novos tempos. Daí ser possível que as políticas oscilassem entre atos que se considerava relacionados ao Antigo Regime e outros considerados liberais e ligados a regimes constitucionais.

Era uma época de transição, que não se esgotou na primeira metade do século XIX. D. Pedro, portanto, pode realmente ser considerado um homem entre dois mundos e seus atos, de acordo com a situação, poderiam ser avaliados como liberais ou absolutistas.

CAPÍTULO 10 – REPÚBLICAS NA AMÉRICA INDEPENDENTE

Capítulo dedicado ao estudo da consolidação dos regimes republicanos das Américas no século XIX.

Analisa o perfil heterogêneo das elites surgidas após a fragmentação dos antigos vice-reinados e independências na América espanhola, o caudilhismo na região platina, as diferentes reformas liberais adotadas no México e outros países, sem descuidar das experiências singulares, como a do Paraguai.

Os tradicionais conflitos instaurados entre conservadores e liberais são analisados em função das tentativas de superação de certas heranças coloniais, como a propriedade coletiva das terras indígenas e do patrimônio fundiário da Igreja.

Como contraponto, analisamos a expansão e crise do escravismo, em contraste com a formação do capitalismo nos Estados Unidos, com foco nas motivações e desdobramentos da Guerra de Secessão.

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 175)

Estados Unidos (1865), Cuba (1886) e Brasil (1888).

INVESTIGANDO O DOCUMENTO (p. 182)

A resposta é aberta e pode conduzir a um exercício de análise iconológica. Datada de 1872, a obra foi pintada em uma época de franca expansão territorial dos Estados Unidos. Antes de tudo ela contém elementos que sugerem movimento, na terra e no céu, e não um quadro estático. Podem ser citados os veículos que se sucedem, como as carroças, as charretes e os trens. Há, portanto, uma sequência, que pode ser interpretada como uma evolução histórica, daí o nome do quadro *Progresso Americano*, como se este fosse inevitável. Os meios de transporte indicam etapas de um avanço não só territorial como tecnológico. Vale destacar a mulher que, como se flutuasse, parece guiar o movimento, não por acaso nomeada de "A estrela do Progresso". Ela carrega um livro e um cabo de telégrafo, sugerindo a união entre educação e avanço tecnológico. Pode ser destacado também o grupo de indígenas no canto esquerdo da imagem, que parece fugir do progresso ou é por ele afastado.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 185)

a) O crescimento da população escrava no Sul dos Estados Unidos apenas comprova que os senhores da região criaram mecanismos para reproduzir e expandir o sistema escravista após o fim do tráfico, ao contrário de outras regiões da América. A opinião de que a escravidão era boa exprime a ideologia escravista construída nos estados sulistas, totalmente contrária ao valor ético da liberdade como direito natural de todos os seres humanos.

b) A diferença essencial entre o pensamento escravista de Jefferson e Fitzhugh reside em que o primeiro, como liberal, reconhecia que a escravidão era eticamente reprovável e só poderia ser justificada por razões econômicas e pelo direito de propriedade dos senhores em relação aos escravos. O segundo era um antiliberal assumido, condenava a universalidade do direito individual à liberdade e criticava os liberais que a defendiam, porém relegavam a classe trabalhadora a uma situação de miséria.

c) A questão racial teve pouca importância no debate contido no texto, mas é fato que os defensores da escravidão, fossem liberais ou antiliberais, compartilhavam a convicção de que os africanos e seus descendentes eram, racial e culturalmente, inferiores aos brancos. Por outro lado, é também fato que o debate sobre a legitimidade ou ilegitimidade da escravidão nos Estados Unidos foi mais filosófico e ético do que racial. A questão racial só assumiu papel central na história estadunidense depois da abolição da escravatura.

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 188)

Resposta livre e variável conforme o lugar. Pode ser um caso de repercussão nacional ou local. Trata-se de uma atividade voltada para discussão acerca do racismo, da tolerância e da cidadania.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 189)

A imagem produzida pelos Sioux oferece excelente contraponto à imagem *Progresso Americano*, reproduzida na página 182 do Livro do Estudante, a começar pela inversão do protagonismo. Nela, são celebrados os chefes Sioux que derrotaram a cavalaria dos Estados Unidos em 1876, na batalha de Little Big Horn. O professor pode explorar a comparação como evidência de que o conflito entre EUA e grupos indígenas foi também uma guerra de imagens, cada um propagandeando seu posicionamento.

Para organizar

1. As economias da América ligadas diretamente à exportação, como as do Sul dos Estados Unidos, de Cuba e do Brasil, eram dependentes do trabalho escravo e não tiveram, por escolha política, solução para implementar o trabalho livre. Dessa forma, as elites defenderam ferrenhamente seu direito à propriedade, no caso, à propriedade de escravos. Os demais países ou tiveram escravos, embora não se constituíssem como a principal força de trabalho, ou tiveram outras opções de trabalho livre. Assim, foram as colônias e depois os países mais escravistas da América que aboliram, por último, esse sistema.
2. Podemos considerar o período da "longa espera" como correspondente a uma época de transição entre a velha estrutura colonial, que formava a base das jovens nações, e a construção das novas estruturas, principalmente da política, que permitiria às elites desses países se ajustarem em suas diferenças até atingirem um ponto de equilíbrio. Foi um tempo de construção dos Estados nacionais em condições adversas, no qual a própria ideia de nação era frágil.
3. Os grupos indígenas eram um problema para o governo, que foi resolvido com a adoção da Lei de Remoção dos Índios (*Indian Removal Act*), de 1830, que obrigava diversos povos nativos a migrar para reservas localizadas a oeste do rio Mississípi.
4. A principal relação que pode ser estabelecida entre a expansão territorial e a Guerra de Secessão é a da manutenção da escravidão. Os nortistas, em particular os membros do Partido Republicano, queriam proibir a escravidão nos novos estados que se criavam. Tentaram várias negociações: em uma delas (de 1846), ao sul do paralelo 36 os estados poderiam ser escravistas, ao norte, livres; em outra (de 1854), definia-se que cada novo estado escolheria ser ou não ser escravista. Essas negociações não funcionaram. Após conflitos armados em certas áreas, os sulistas fundaram os Estados Confederados da América, separando-se do Norte. Foi o estopim para a guerra civil, em 1861.
5. Não, já que era válida apenas nos Estados que haviam permanecido na União. Nos Estados Confederados, a escravidão só acabou em 1865, com sua derrota frente à União.

Reflexões

O objetivo da atividade é familiarizar o estudante com as especificidades dos processos emancipatórios na América Latina, em especial o caso mexicano, e estimular exercícios comparativos.

Espera-se que os estudantes percebam que o conceito de caudilhismo pode ser aplicado à história mexicana no século XIX, uma vez que diversos personagens citados no capítulo podem ser escolhidos como exemplos de caudilhos, a começar pelo general Iturbide, que se tornou imperador, em 1822. O general Santa Anna é outro, pois se dizia liberal ou conservador conforme as circunstâncias. Benito Juarez e Porfírio Diaz, embora encarnassem projetos institucionais, também podem ser indicados como caudilhos, pelo peso do poder pessoal de que desfrutaram.

Vamos testar?

1. (Enem-2009)

   Alternativa **E**

   Comentário dos autores: As medidas adotadas pelo governo Lincoln, em 1863, visavam, antes de tudo, incentivar a fuga dos escravos do Sul, enfraquecendo a economia dos escravistas e, em segundo lugar, recrutar afrodescendentes para o exército da União. A questão racial não esteve no cerne dessas medidas.
2. Alternativa **C**

   Comentário dos autores: A afirmação de Facundo exprime aspecto essencial do caudilhismo, um modo de exercer o poder no qual a liderança personalizada prevalece sobre as instituições normativas. O caudilhismo foi predominante na Argentina na primeira metade do século XIX. Não implica a defesa desse tipo de governo, somente o exemplifica. O professor pode acrescentar que, historicamente, Facundo era defensor de uma ordem institucional na Argentina, capaz de superar divisões e poderes caudilhistas.

Conexões (História e Sociologia)

A gravura mostra uma família negra sob uma caveira, que significa perseguição e morte, apoiada por um membro da Klu Klux Klan – KKK, e outro da Liga dos Brancos (*White League*). Na ilustração, há os seguintes escritos: "A União como ela era", "este é um governo de homens brancos", "a causa perdida" e "pior que a escravidão".

A imagem ilustra o fracasso da tentativa de Reconstrução Radical engendrada por políticos do Norte dos Estados Unidos com o objetivo de alcançar igualdade racial nos estados do Sul. Apesar de vários deles terem sido eleitos com os votos dos escravos libertos, foi uma tentativa fracassada, pois os políticos e a população branca, racista, não admitiam a cidadania do negro. A KKK – organização racista criada pelos veteranos da Confederação –, por exemplo, perseguia ferozmente os negros, quase sempre com linchamentos.

Leituras complementares

Texto 1

Da Província Cisplatina à República Oriental do Uruguai

Território cobiçado pelos portugueses desde o período colonial, o Uruguai foi conquistado em 1816 por tropas enviadas pelo príncipe d. João, futuro d. João VI, instalado no Brasil desde 1808. Em 1811, o caudilho José Artigas proclamou a independência, apoiado por Buenos Aires. Assim, a velha disputa da região entre portugueses e castelhanos ganhou nova versão no confronto entre brasileiros e argentinos, em particular de Buenos Aires, conhecidos como portenhos. O Uruguai se manteve como a Província Cisplatina do Brasil até 1828, quando terminou nova guerra envolvendo Buenos Aires e o Brasil imperial, iniciada em 1825. A mediação inglesa foi decisiva para o acordo, pois sua diplomacia estava empenhada em inibir o fortalecimento de qualquer potência na região, apostando na criação de um Estado-tampão. Surgiu, assim, a República Oriental do Uruguai, país independente, porém marcado pela influência ora brasileira, ora argentina ao longo do século XIX.

O isolacionismo do Paraguai

O Paraguai, integrante do Vice-Reinado do Rio da Prata, declarou sua independência em 1811, contrariando as pretensões hegemônicas de Buenos Aires. Foi o início do isolamento do país. Gaspar Rodrigues de Francia, com apoio militar, transformou-se em "Ditador Perpétuo" do país em 1814. O poder da Igreja foi diminuído, com a nacionalização de seus bens, em 1815, e a decretação do fim dos dízimos eclesiásticos, em 1830. Francia criou as "Estâncias da Pátria", terras do Estado arrendadas a camponeses.

Após a morte de Francia (1840), o poder passou a Carlos Antonio López, que iniciou a modernização do país, investindo na máquina administrativa e na instrução pública. Estimulou a marinha mercante e a instalação de uma fundição para o tratamento do carvão vegetal e a produção de ferro. Morreu em 1862 e foi sucedido por Francisco Solano López, seu filho, que inaugurou a política expansionista do Paraguai. Com a invasão do Mato Grosso, em 1864, Solano López provocou a ***Guerra Grande****, conhecida no Brasil como* ***Guerra do Paraguai*** *ou* ***Guerra da Tríplice Aliança****.*

Chile: uma exceção à regra

O Chile teve seu Estado Nacional formado com relativa rapidez, antes de tudo porque foi menos flagelado pelas guerras de independência do que a maioria dos novos países sul-americanos. Mas não ficou livre dos conflitos entre liberais e conservadores, típicos da América Latina naquela época.

Os conservadores eram chamados pelos adversários de pelucones *(perucões), por causa das perucas que usavam à moda aristocrática. Queriam manter intacta a herança colonial no país. Os liberais, chamados pelos conservadores de* pipiolos *(ingênuos, em castelhano coloquial), defendiam um Estado laico, a liberação das terras eclesiásticas e um regime federativo.*

As divergências políticas se limitaram, porém, à disputa partidária. Nada de golpes de Estado ou de caudilhos. Os conservadores se mantiveram no poder até a década de 1860; em 1833 aprovaram uma Constituição que fortalecia o Poder Executivo.

Os liberais ascenderam ao poder pelo voto em 1861. A estabilidade política favoreceu o crescimento econômico: exportação de trigo, incremento da indústria têxtil, construção de ferrovias e mineração. Além da exploração do salitre, importante fertilizante, o Chile se tornou o maior exportador de cobre no século XIX, recebendo consideráveis investimentos norte-americanos no início do século XX. O avanço da energia elétrica e a consequente demanda de fios de cobre foram a razão desse boom *econômico.*

Texto 2

Texto que mostra as variadas formas de participação de mulheres nas guerras de independência da América Latina.

A participação das mulheres nas campanhas de independência

[...] não apenas o gênero masculino marcou sua presença no período [das campanhas de independência]. A participação das mulheres foi significativa e se deu em diversos níveis: como acompanhantes dos exércitos, como soldados, como mensageiras ou como animadoras da causa da independência. Tomemos alguns poucos exemplos.

Nos campos de luta, as mulheres, às vezes com filhos, acompanhavam os soldados – maridos, amantes ou irmãos. Como não havia abastecimento regular das tropas, cozinhavam, lavavam, costuravam, em troca de algum dinheiro. Essas mulheres aguentavam as duras caminhadas e as agruras das batalhas sem qualquer reconhecimento positivo. Ao contrário, em geral, aguentavam a pecha de "mulheres fáceis" que se vendiam aos homens por qualquer preço.

Também participaram de batalhas como soldados. Uma delas foi Juana Azurduy de Padilla, que nasceu em Chuquisaca (hoje Sucre), em 1780. Junto com o marido, homem de posses, dono de fazendas, liderou um grupo de guerrilheiros, participando de 23 ações armadas, algumas sob seu comando. Ganhou fama por sua coragem e habilidade, chegando a obter a patente de tenente-coronel. Depois da morte do marido, Juana, que perdeu todos os seus bens, continuou participando da luta guerrilheira, ainda que com dificuldades crescentes. A seu lado, nos combates, havia um grupo de mulheres, chamadas "las amazonas".

Mulheres de famílias abastadas, demonstrando sua adesão à causa da independência, abriram seus salões para tertúlias em que se discutiam ideias e se propunham estratégias em favor do movimento.

Entre as mensageiras, um exemplo extraordinário foi o de Policarpa Salavarrieta, conhecida como Pola, nascida em Guaduas, na atual Colômbia, em 1795, numa família de regular fortuna ligada à agricultura e ao comércio. Pola trabalhava como costureira em casas de famílias defensoras dos realistas e, como tal, colhia informações para serem enviadas às tropas guerrilheiras, das quais fazia parte seu noivo, Alejo Sabaraín. Ao ser preso, foi encontrada com ele uma lista de nomes de realistas e de patriotas que Pola lhe havia entregue. Assim, ela foi capturada, julgada e condenada à morte por um Conselho de Guerra. No dia 14 de novembro de 1817, Policarpa Salavarrieta e Alejo Sabaraín e outros oito homens foram fuzilados na Praça Maior de Santa Fé de Bogotá. Sua morte causou grande comoção, provocando fortes reações. Imediatamente após seu fuzilamento, ela foi retratada, num célebre quadro, esperando pelo momento final. Poemas e peças teatrais surgiram cantando sua lealdade à causa independentista e sua coragem diante do cadafalso.

[...]

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 38-39.

CAPÍTULO 11 – IMPÉRIO ESCRAVISTA, BRASIL AFRICANO

Capítulo dedicado ao processo de fim do tráfico atlântico em meados do século XIX.

Um dos focos recai sobre as origens dos africanos da primeira metade do século e a influência de suas culturas na sociedade brasileira.

Desenvolve, por outro lado, a relação entre a pressão inglesa para acabar com o tráfico negreiro e a resistência dos políticos do Brasil.

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 192)

O fim da escravidão, mudança estrutural que transformou o Brasil em uma sociedade livre – ao menos no plano jurídico –, o que não é pouco.

OUTRA DIMENSÃO: PERSONAGEM (p. 194)

Respostas possíveis: a) Eles viviam em sociedades escravistas, fosse na África ou no Brasil, locais em que as atividades de comércio com escravos eram comuns; b) Na África, as guerras produziam prisioneiros, que eram vendidos para o tráfico atlântico; escravizar inimigos fazia parte de culturas africanas.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO (p. 196)

1. Porque as grandes cidades do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro, tinham africanos escravos e libertos de variadas origens étnicas circulando pelas ruas.
2. Porque, como ex-escravas, exploravam a mão de obra escrava sem se sensibilizar por serem seus "irmãos e irmãs".
3. Porque o autor vinha de uma cultura que idealizava os povos da África, considerando-os como um grupo único, o que provavelmente não era a percepção das "damas mercadoras", que tinham suas próprias etnias e consideravam outras etnias amigas ou inimigas. Elas não se viam como "africanas".

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 196)

Desde o início da colonização, a denominação **negro** era sinônimo de escravo, de qualquer origem ou cor, nunca de livre. Assim, havia os "negros da guiné" e os "negros da terra" – os primeiros, escravos oriundos da África; os segundos, escravos índios do Brasil (também denominados "negros brasis").

O termo "**preto**" era sinônimo de escravo nascido na África. "Filhos de pretos", ou seja, de nascidos na África, quando ainda escravos, eram "**crioulos**". Já os filhos de crioulos eram "**pardos**", não importando a cor da pele. Essas categorias, portanto, designam as diferenças de origem de nascimento mais do que as nuances da cor da pele dos indivíduos.

Já "**mulato**" indicava sempre uma mestiçagem, podendo ser branco com negro ou branco com índio. Seria interessante sugerir aos estudantes que anotassem os significados dos termos na atualidade. Ao final, podem se reunir em grupos para comparar os resultados e apresentar um relatório para toda a turma.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 198)

Os estudantes devem considerar que os interesses econômicos britânicos existiam, mas nada permite concluir que eram os únicos ou que foram determinantes para a abolição do tráfico e da escravidão. As manifestações dos grupos antiescravistas indicam que a legitimidade do sistema escravista, como um todo, estava sendo questionada pela sociedade civil, independentemente das razões econômicas. Esses movimentos se inspiraram no pensamento ilustrado do século XVIII, cujo principal representante era Jean-Jacques Rousseau.

OUTRA DIMENSÃO: PERSONAGEM (p. 200)

Não, a compra, o transporte e a venda de Baquaqua feriram tratados, convenções e leis nacionais e internacionais. Pela lei imperial de 7 de novembro de 1831, todos os escravos que entrassem no Brasil a partir daquela data seriam legalmente livres. Mas a lei não foi cumprida, daí Baquaqua ter sido traficado para o Brasil e, em seguida, para os Estados Unidos.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 201)

1. A pressão inglesa para acabar com o tráfico negreiro.
2. Tanto Angola quanto Moçambique continuavam a vender escravos para os traficantes, apesar das leis proibitivas impostas pela Inglaterra.
3. Em ambos a língua oficial é a portuguesa, pois foi Portugal a metrópole colonizadora. Mas em Angola outras línguas também são consideradas nacionais, a exemplo do umbundo, kimbundo, kitongo, todas do tronco linguístico bantu.

ROTEIRO DE ESTUDOS (p. 202-203)

Para organizar

1. Diversos fatos interligados levaram à exasperação do sentimento antibritânico no Brasil: a aprovação pelo Parlamento Britânico da Lei Aberdeen, que, ao considerar o tráfico negreiro um comércio ilegal, permitia a abordagem e a apreensão de qualquer navio suspeito e o julgamento dos traficantes segundo as leis inglesas; a ação de navios britânicos em águas territoriais e portos brasileiros, capturando e destruindo navios equipados para o tráfico.
2. A expressão tem origem no não cumprimento, pelas autoridades e pelo povo brasileiro, da lei que aboliu o tráfico de escravos africanos em 1831. O tráfico só foi realmente encerrado em 1850.
3. A intenção era que os volumosos capitais investidos no tráfico fossem direcionados para empreendimentos vendidos por eles, principalmente em estradas de ferro.
4. As regiões eram a África centro-ocidental, que hoje pertencem aos países do Congo e de Angola, e a África ocidental, território dos atuais Nigéria, Benin e Togo.
5. Malês era o nome dado aos muçulmanos nascidos na África (escravos ou libertos). Eles vieram principalmente da África ocidental, onde o islamismo se expandiu vigorosamente a partir do final do século XVIII. E era dessa parte da África a proveniência da maioria dos escravos da Bahia.
6.

a) Liberou um grande volume de capital investido no tráfico para outras atividades, como indústrias, ferrovias, serviços públicos etc. Incentivou a busca por soluções que visassem instaurar o trabalho livre, principalmente relacionadas à imigração.

b) Compravam escravos internamente, de províncias em que a economia não se baseava tanto na mão de obra escrava, e dos menores produtores, que vendiam seus escravos para os mais poderosos – era o tráfico inter e intraprovincial.

Reflexões

1. As principais razões são: o sucesso da ideia de que a liberdade é um direito natural, originada no Iluminismo; o fato de que cada vez menos pessoas poderiam se tornar proprietárias de escravos; o isolamento do Brasil e de mais dois países que mantinham a escravidão (Estados Unidos e Cuba). Dessa forma, há muito a escravidão perdera a legitimidade no exterior e também no Brasil.
2. O tráfico de escravos foi proibido em 1850, então aumentou o número proporcional de crioulos (como eram chamados os escravos nascidos no Brasil) em relação aos nascidos na África.

Vamos testar?

1. (Enem-2009)
   Alternativa **C**

Comentário dos autores: Os diferentes portos de embarque de homens e mulheres vendidos para o tráfico Atlântico indicam dinâmicas políticas e econômicas dentro da própria África. Os europeus pouco podiam fazer para interferir nesse processo, embora a dominação de feitorias tenha mudado no decorrer dos séculos entre os reinos europeus.

Conexões (História, Biologia e Antropologia)

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes comentem a divisão entre "raças" nos Estados Unidos – por ascendência – e no Brasil – por "cor" (fenótipo). Dessa forma, a mobilidade social no Brasil é mais uma questão cultural do que de origem, como nos Estados Unidos. Outra diferença que pode ser apontada é a menor miscigenação da população estadunidense em relação à brasileira, resultando em conflitos mais violentos e evidentes nos Estados Unidos. Espera-se que concluam que em ambos os países existe racismo, somente apresentado de formas diferentes.
2. De forma geral, há consenso de que entre os seres humanos só existe uma raça, a raça humana. Raça não é um conceito taxonômico válido, além disso, as diferenças de fenótipo são consequência de outros fatores.

Leituras complementares

Texto 1

José Murilo de Carvalho é cientista político e historiador, dedicando-se, sobretudo, ao tema da Formação do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX. Neste texto, que pode ajudar na compreensão dos processos abolicionistas e da situação dos negros no pós-abolição, o autor compara os papéis da religião nos contextos brasileiro e estadunidense.

O papel das religiões

Foi muito diferente o papel exercido pela religião e pelas igrejas nos movimentos abolicionistas dos Estados Unidos e do Brasil.

O mais forte componente abolicionista britânico e norte-americano foi justamente a convicção religiosa. Os quakers *foram pioneiros na luta contra a escravidão na Grã-Bretanha. Esse grupo religioso puritano, conhecido como Sociedade dos Amigos, engajou-se na luta desde o final do século XVII. Apesar de não haver condenação da escravidão na* Bíblia, *eles decidiram que sua prática era incompatível com o princípio da igualdade de todos os homens perante Deus. Aliados a outros religiosos, organizaram-se em sociedades abolicionistas, mobilizaram a opinião pública e pressionaram o Parlamento para aprovar medidas contra a escravidão. Em 1807, esses militantes conseguiram sua primeira grande vitória quando o Parlamento decretou o fim do tráfico de escravos.*

A atuação dos quakers *estendeu-se aos Estados Unidos, onde a luta foi muito mais dura, pois lá a escravidão estava dentro do país. Mesmo assim, na década de 1830, já funcionavam várias sociedades abolicionistas, todas movidas por valores puritanos e organizadas por* quakers, *metodistas e batistas. A mais importante foi a American Anti-Slavery Society, criada em 1833.*

No Brasil, nem o pensamento abolicionista se baseou na religião, nem a Igreja católica se empenhou na causa. Pelo contrário, padres e ordens religiosas eram coniventes e cúmplices da escravidão. A Bíblia, *argumentava-se, não proibia a escravidão, e, afinal, o que importava era a liberdade da*

alma livre do pecado, e não a liberdade civil. Além disso, padres eram empregados do Estado, cujos interesses tinham dificuldade em contrariar. Nosso abolicionismo baseou-se antes em razões políticas e humanistas.

Esse contraste ajuda a entender por que, nos Estados Unidos, a abolição foi seguida de forte ação a favor dos ex-escravos, sobretudo nos campos da educação, dos direitos políticos e do acesso à propriedade da terra. Entre nós, nada foi feito, nem pelo Estado, nem pela Igreja, nem pelos particulares.

CARVALHO, José Murilo de. O papel das religiões. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *A era da escravidão*. Coleção Revista de História no Bolso, n. 3. Rio de Janeiro: Sabin, 2009. p. 83-84.

Leia, a seguir, um texto que descreve algumas leis, tratados e convenções que abordam o tema da escravidão no Brasil:

Texto 2

A legislação contra o tráfico

Acabar com o tráfico de escravos no Brasil foi bastante demorado. Vários tratados, convenções e leis foram firmados, mas a importância dos negócios negreiros era tanta que os negociantes resistiram o quanto puderam para manter a lucrativa atividade. A Inglaterra aboliu o tráfico de escravos em seus domínios coloniais em 1807 e, daí em diante, centrou esforços em provocar o mesmo em outras regiões da América. Vejamos algumas das resoluções:

- *Tratado de Aliança e Amizade entre Portugal e Grã-Bretanha, de 1810, artigo 10: O príncipe regente D. João concordou em cooperar com a Grã-Bretanha, "adotando as medidas mais eficazes para propiciar a abolição gradual do tráfico de escravos em todos os seus domínios". O tráfico não seria permitido "em nenhuma parte da costa da África não pertencente aos domínios de Sua Alteza Real", sendo que os súditos portugueses poderiam continuar traficando com escravos "dentro dos domínios africanos da coroa de Portugal".*

- *Tratado de 22 de janeiro de 1815 entre Portugal e Grã-Bretanha: D. João se comprometia a declarar ilegal o tráfico de escravos ao norte do Equador, em troca do perdão de uma dívida contraída em 1809 com os britânicos. Uma convenção adicional ao Tratado, de 1817, definiu quais portos da África poderiam continuar legalmente com o tráfico, prometendo acabar com ele num futuro próximo, sem fixar data.*

- *Convenção de 23 de novembro de 1826 entre a Grã-Bretanha e o Império do Brasil, artigo 10: "Ao fim de três anos, a contar da troca de ratificações do presente tratado [ratificado pela Grã-Bretanha em 13 de março de 1827], será considerado ilegal, para os súditos do imperador do Brasil, dedicar-se ao tráfico de escravos africanos sob qualquer pretexto ou maneira, e o exercício desse tráfico por qualquer pessoa, súdito de Sua Majestade Imperial, após esse prazo, será julgado como pirataria" e garantia-se aos cruzadores britânicos o direito de visita e busca aos navios mercantes brasileiros em tempo de paz, com vigência de 15 anos.*

- *Lei de 7 de novembro de 1831 – artigo 10: Todos os escravos que dali por diante entrassem no Brasil seriam legalmente livres.*

- *Lei (Bill) Aberdeen, de 8 de agosto de 1845, da Grã-Bretanha: Considerava pirataria o tráfico negreiro e permitia buscas e detenções em alto-mar de navios brasileiros suspeitos de traficar escravos. O comandante e os membros da tripulação seriam julgados pelos tribunais britânicos.*

- *Lei Eusébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850: A importação de escravos para o Brasil foi declarada pirataria pelo governo brasileiro; os envolvidos seriam julgados e punidos segundo a lei de 1831 e o Código Criminal do Império.*

(Texto dos Autores.)

Sugestão de atividade complementar

Lei Aberdeen

A seguir, observe alguns atos da marinha britânica baseados nessa lei e responda:

- junho de 1850 – o vapor britânico Sharpshooter chegou ao Rio de Janeiro e capturou dois navios brasileiros, destruindo um deles no local;
- no mesmo mês, o contra-almirante Reynolds ordenou a navios ingleses sob seu comando que entrassem em águas territoriais e portos brasileiros e expulsassem todos os navios que estivessem aparelhados para o tráfico. Foram destruídos os bergantins *Polka*, em Macaé (RJ), e *Rival*, em Cabo Frio (RJ).

a) Enquanto a embarcação *Rival* era afundada, uma multidão furiosa se aglomerava na praia. Por que a multidão estava furiosa?

Provavelmente porque consideravam a intromissão dos ingleses um abuso. O sentimento antibritânico era comum na população que defendia o tráfico de escravos. Também deveriam estar descontentes com a violência empregada, pelo abuso de autoridade e pela arrogância de suas ações.

b) Que motivos levaram um homem como o brasileiro Joaquim Nabuco, radicalmente contra o tráfico negreiro e um dos futuros líderes abolicionistas, a afirmar que a Lei Aberdeen era “um insulto à nossa dignidade de povo independente”?

Joaquim Nabuco considerava que os ingleses eram arrogantes ao tentar impor pela violência o fim do tráfico no Brasil, entrando, inclusive, em águas pertencentes ao Império. Era uma afronta à soberania do Estado.

CAPÍTULO 12 – APOGEU E CRISE DA ECONOMIA ESCRAVISTA

Capítulo dedicado ao estudo da sociedade e da economia do Brasil no século XIX, com ênfase na expansão cafeeira durante a crise da escravidão.

Um dos focos recai sobre as políticas imigrantistas destinadas a substituir a mão de obra escrava, a exemplo das colônias de parceria e do colonato. Outro foco é o desenvolvimento de ferrovias e da indústria, com investimento privado nacional e britânico.

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 204)

Por causa das políticas imigrantistas para atender à necessidade de mão de obra para o café, em decorrência do fim do tráfico negreiro e da abolição da escravidão; também foram criadas colônias de povoamento compostas por imigrantes em áreas de fronteira, como no sul do Brasil.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 207)

a) Resposta livre. Os estudantes podem argumentar que a proximidade da sociedade ocidental, representada pelos governantes e suas políticas de controle, tornava necessário um aprendizado formal, para que as crianças tivessem mais condições de diálogo com os não indígenas; por outro lado, podem sugerir que o melhor era deixá-los livres, com suas tradições culturais, afastando-os, portanto, fisicamente da sociedade ocidental.

b) Espera-se que os estudantes percebam que o objetivo principal parece ter sido o de controlar melhor as populações indígenas, integrando-os a força na sociedade não indígena.

c) O romantismo se caracterizou pela nostalgia de um passado perfeito. O indígena era o fundador do Brasil, mas não podia ser qualquer indígena, tinha de ser o indígena “bom”, o “bom selvagem”. Mas a política imperial não se preocupava com essa herança, lançando sobre os indígenas regras que não faziam parte de sua cultura. Os esforços para transformá-los em cidadãos foram fracos e inconsistentes, principalmente porque a maior parte deles estava nas fronteiras do Império; assim, não ameaçavam diretamente a ordem que se queria impor.

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 209)

Resposta livre e variável conforme o lugar. O professor pode solicitar aos estudantes uma pesquisa em jornais ou na internet sobre os possíveis conflitos na cidade ou Estado onde se localiza a escola. Palavras-chave para a pesquisa são "posseiro" e "grileiro". Posseiro é a pessoa que ocupa uma terra sem título legal de propriedade; grileiro é o que falsifica o título de uma propriedade territorial. A discussão pode ser encaminhada para as questões sobre a legitimidade moral da propriedade fundiária sem atividade produtiva e para o problema dos desmatamentos de áreas preservadas.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 209)

É uma forma metafórica empregada por José de Souza Martins para indicar que a terra devoluta (sem dono), antes ocupada pela posse (ocupação pura e simples) ou pelo regime de sesmaria (doação), passou a ser conseguida somente através da compra. A terra, portanto, se tornou "cativa" do capital.

BOXE SIMPLES (p. 214)

1. No período entre 1831 e 1840.
2. Cacau e fumo, na Bahia; couro, no Rio Grande do Sul; borracha natural, na região amazônica.
3. Ao final do século XIX, a invenção do processo de vulcanização e a criação do pneumático (os pneus) foi uma revolução tecnológica que permitiu a utilização da borracha na fabricação de veículos.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 215)

1. Podem ser identificados na imagem o terreiro, as plantações de café, a casa do proprietário e as senzalas.
2. O café foi plantado em linhas nos morros, maneira inadequada, porque a erosão provocada pelas chuvas fazia enormes buracos, carregando os arbustos morro abaixo. E como um cafezal não podia ser replantado na mesma terra, toda ela estava perdida. Os temas da erosão e do aproveitamento de terras para a agricultura podem ser trabalhados em conjunto com o professor do componente curricular Geografia.

ROTEIRO DE ESTUDOS (p. 216-217)

Para organizar

1. O início da grande exploração da cultura do café ocorreu no vale do Paraíba, no início do século XIX. Na década de 1830, o café já era o principal produto de exportação do Brasil e gerava a maior receita para os cofres imperiais. Portanto, a frase exemplifica bem a posição do café e do vale nesse contexto histórico.

2. O esgotamento das terras dos cafezais, pois a lavoura cafeeira exaure o solo; a ausência de terras virgens para novos cultivos; a abolição do tráfico negreiro, em 1850; e, por fim, a abolição da escravidão, que deu o golpe fatal à economia cafeeira do vale do Paraíba.

3. Davatz, assim como inúmeros imigrantes europeus que vieram para o Brasil para integrar as colônias de parceria de iniciativa do senador Nicolau Vergueiro, na década de 1840, teve uma péssima experiência. A rígida rotina de trabalho imposta por Vergueiro era inaceitável para trabalhadores que vinham de outras relações de trabalho. Davatz voltou para a Suíça, publicou seu livro relatando os horrores que passou no Brasil e estimulou seus leitores a pensarem melhor antes de aceitar acordos de trabalho no exterior. Com isso, o governo suíço proibiu a saída de camponeses para o Brasil.

4.

a) Está localizada no atual Estado de São Paulo, antes Província de São Paulo, no vale do Paraíba.

b) Bananal foi um grande produtor de café do século XIX e, na época em que o neto viveu, os cafezais já não existiam.

c) Porque não havia mais produção de café no Vale do Paraíba, por conta do esgotamento do solo e da abolição da escravidão.

d) O motivo mais importante foi a abolição da escravidão, em 1888, que faliu muitos cafeicultores do vale do Paraíba, inclusive os de Bananal, que ainda necessitava de muitos escravos para a produção de café. O segundo motivo foi o cansaço das terras, pois a produção cafeeira esgotava o solo após alguns anos, não sendo mais possível replantar cafezais no mesmo local.

5. A implantação da cafeicultura no vale do Paraíba se deu na primeira metade do século XIX, em um momento de entrada maciça pelo tráfico Atlântico de escravos nascidos na África. As fazendas do Oeste Paulista foram formadas na segunda metade daquele século, também com escravos, mas nascidos no Brasil – crioulos – vindos de áreas menos dinâmicas ou comprados de pequenos produtores. Outra grande diferença diz respeito à necessidade de mão de obra. Os cafeicultores do vale estavam abarrotados de escravos; os do Oeste tinham de fazer grandes investimentos para obtê-los, dado o aumento de seu preço.

6. A expressão "Era Mauá" é um tributo aos feitos do empresário brasileiro Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, grande defensor da modernização do Brasil. Foi proprietário de estaleiros, criou a primeira estrada de ferro do Brasil e investiu em companhias de gás, de navegação e de carris.

Reflexões

Emília Viotti da Costa pode estar correta por considerar que parte dos grandes cafeicultores vieram de Minas Gerais, dado o progressivo esgotamento das jazidas, mas nada explica o fato de mineradores decadentes terem sucesso na produção de café no vale do Paraíba. O mais correto, entretanto, parece ser Stanley Stein, que argumenta ter sido o café rentável o suficiente para fazer fortuna, independentemente da origem do cafeicultor, como se corrobora pela história de José de Aguiar Toledo, que enriqueceu aos poucos, pela própria produção de café, que alcançava, na época, preços expressivos no mercado externo. Quanto aos negociantes, citados por Stein, devem ter tido mais facilidade para montar suas primeiras fazendas, pois tinham crédito, e devem ser negociantes de Minas Gerais, e não mineradores decadentes, os que foram para o vale cultivar café. Daí a origem mineira de grande parte dos principais cafeicultores do vale do Paraíba.

Vamos testar?

1. (Enem-2009)

   Alternativa **B**

   Comentário dos autores: A expansão da malha ferroviária permitiu aos imigrantes chegarem de forma mais rápida e segura às fazendas. Além disso, barateou o transporte do café produzido no Oeste Paulista, região que mais atraiu imigrantes nesse período.

Conexões (História, Sociologia e Geografia)

1. Há escravos e livres, de várias idades. No terreiro, dois escravos espalham o café, o da direita parecendo mais velho que o outro. Uma escrava carrega seu filho às costas enquanto crianças, provavelmente escravas, estão sentadas, talvez brincando. Uma menina, certamente escrava, toma conta de um menino branco sentado em um triciclo; pode ser o filho de seu proprietário.

Duas mulheres brancas livres estão ao fundo da cena, uma caminhando de costas enquanto a outra observa o trabalho dos escravos e, provavelmente, a criança branca e a menina que se ocupa dela.

2. Espera-se que o estudante tenha baseado sua resposta no tipo de trabalho realizado, no tipo de roupas usadas e na cor da pele dos indivíduos que aparecem na fotografia.
3. Resposta pessoal. O maior contraste pode ser o fato de uma criança branca ter uma menina para tomar conta exclusivamente dela. Outro contraste pode ser a roupa: peças desgastadas e grosseiras para os escravos e a escrava que carrega a criança, e roupas mais finas para as mulheres brancas. Mas o maior contraste em termos de indumentária são as roupas do menino branco e seu brinquedo, comparados aos camisolões das crianças escravas e a ausência de brinquedos ao redor delas.
4. As principais condições para o cultivo adequado do café são altitude elevada, terras férteis e clima estável, sem grandes variações de chuva e calor. Jacarepaguá localiza-se em baixa altitude, tem grandes variações climáticas, especialmente chuvas abundantes e calor excessivo, condições inadequadas para o plantio eficiente de cafezais.
5. Resposta pessoal. Nitidamente os sinais eram de decadência, pelas condições da casa, com vidraças quebradas, sujeira ou limo na fachada, pouco café no terreiro etc.

Leitura complementar

O texto a seguir foi escrito pelo historiador britânico Leslie Bethell e descreve os variados casos e formas de política imigrantista no Brasil do século XIX.

Imigração

O declínio da população escrava após o fim da migração forçada dos africanos para o Brasil em 1850/1851 e, sobretudo, após a Lei do Ventre Livre em 1871; a percepção cada vez mais clara de que agora era inevitável a abolição definitiva da escravatura; o aumento dos preços dos escravos e a "falta de braços" que se sentia nas áreas de cafeicultura de São Paulo (apesar da abundância de mão de obra livre brasileira) levaram os fazendeiros de café e seus representantes no governo e no Parlmento a pensar seriamente pela primeira vez, nos anos 1870 e 1880, numa alternativa à mão de obra escrava na agricultura brasileira.

Na primeira metade do século XIX, houve vários projetos de colonização no Brasil [...]. Esses projetos estavam basicamente restritos ao Sul e ao Sudeste, os colonos eram na maioria suíços e alemães, e os números, extremamente reduzidos. Entre 1822 e 1850, apenas 15 mil europeus emigraram para o Brasil. E foram raras as iniciativas de utilizar mão de obra livre europeia na cafeicultura [...]. Em sua maioria, os potenciais emigrantes se sentiam desencorajados com a distância, o clima e pelas doenças tropicais, a língua e a cultura, a inexistência de terras gratuitas ou pelo menos baratas, e, sobretudo, o sistema de trabalho basicamente fundado na mão de obra de escravos africanos.

Depois de 1850, várias outras colônias foram criadas pelo governo imperial, pelos governos provinciais, por empresas particulares e indivíduos. Aqui também os números eram reduzidos. Uma tentativa de assentar várias centenas de ex-confederados do sul dos Estados Unidos, após a derrota na Guerra Civil, redundou em fracasso. Mas, na segunda metade do século XIX, houve um fluxo constante de emigrantes vindos do centro e norte de Portugal, da Madeira e dos Açores. Por mais de trinta anos, entre 1855 e 1887, entraram no Brasil não menos de 4 mil, mas nunca mais de 10 mil emigrantes ao ano. Em 1888/1889, chegaram 18 mil imigrantes de Portugal. Mas os portugueses se estabeleceram principalmente no Rio de Janeiro, onde formaram "o outro Portugal", e em outras cidades como Salvador, Recife e Belém.

[...]

*Uma solução possível para o problema de fornecimento de mão de obra para a agricultura, especialmente para o café, quando a escravidão iniciou seu longo processo de declínio em 1871, era o uso de mão de obra chinesa, os cules, em sistema de engajamento (*indenture*), Mas a iniciativa não deu certo.*

[...] O governo chinês sempre relutava em aprovar a emigração para o Brasil, entre outras coisas pela notória dureza com que eram tratados os chineses em Cuba, no Peru e nas colônias tropicais britânicas. [...] A imprensa e o público no Brasil eram contrários, sobretudo por razões étnicas ou racistas (o medo de "degeneração" da população brasileira). Os abolicionistas eram contrários porque o engajamento de cules poderia se tornar, nas palavras de Joaquim Nabuco, "um novo tráfico escravo", prolongando a existência da escravidão no Brasil.

[...] Antonio de Queirós Teles, futuro visconde de Parnaíba, [...] considerou a Itália – que passava por um acelerado crescimento demográfico, com falta de terras e desemprego – como a fonte mais promissora de mão de obra para a cafeicultura em São Paulo, para substituir os escravos. Os italianos começaram a chegar em grandes contingentes desde meados dos anos 1880. [...]

Assim, os anos finais do Império presenciaram o início da imigração italiana em massa, somando uma nova dimensão aos vínculos do Brasil com a Europa.

BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). *A construção nacional*: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 150-153. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

Sugestões de atividades complementares

Atividade interdisciplinar com Matemática

A imagem da página 215 do Livro do Estudante mostra a cerimônia de inauguração da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, com a presença da Corte imperial. O trecho colocado em funcionamento era de somente 14,5 km, ligando o porto de Estrela, às margens da baía da Guanabara, a Fragoso, ao pé da serra de Estrela, na província do Rio de Janeiro. Somente 30 anos depois a estrada de ferro chegou a Petrópolis.

Veja a descrição que o jornalista Francisco Otaviano fez no *Jornal do Commercio*, em maio de 1854, sobre a festa de inauguração ocorrida dois dias antes:

Eis que o sibilo do vapor dá o sinal da primeira corrida. SS. MM. [Sua Majestade] e toda a sua Corte, as autoridades superiores da província do Rio de Janeiro, o presidente do Conselho, os ministros do Império, da Marinha, da Guerra, as senhoras dos convidados e muitas outras pessoas mais notáveis, embarcaram ao som de uma banda marcial e de repetidos aplausos. A locomotiva arranca-se do ponto da estação, arrasta o comboio, corre, voa, atravessa as 9 milhas e um quarto da estrada concluída e chega em 23 minutos ao Fragoso, ponto de parada.

Com base nas informações fornecidas no documento, calcule a velocidade, em quilômetros por hora, da primeira locomotiva a funcionar no Brasil.

A milha terrestre equivale, na escala métrica decimal, a cerca de 1,6 km; 9 milhas e um quarto são aproximadamente 14,8 km, transpostos pela locomotiva em 23 minutos, o que dá uma velocidade de 37,8 km/h. Essa locomotiva era bem vagarosa em relação aos parâmetros atuais, não é? Mas a inauguração desse pequeno trecho marcou a entrada do Brasil na modernidade.

CAPÍTULO 13 – O COLAPSO DA MONARQUIA BRASILEIRA

Capítulo dedicado ao estudo da crise do Império do Brasil vinculada ao processo abolicionista.

O foco do capítulo é o desgaste das bases de apoio da Monarquia, incluindo o Exército (após a Guerra do Paraguai), a Igreja e o segmento escravocrata da classe proprietária, sobretudo na década de 1880.

Em conexão com esse processo, o capítulo trabalha a gênese do movimento republicano, o papel do positivismo, a diversidade de projetos emergentes, convergindo para a análise do golpe militar de 1889.

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 218)

Machado de Assis se referia ao dia em que foi promulgada a abolição da escravidão com a assinatura da Lei Áurea.

OUTRA DIMENSÃO: PERSONAGENS (p. 221)

1. As mulheres, durante as campanhas militares, executavam tarefas comuns ao que se esperava delas em seu cotidiano: cuidar da alimentação, tratar de enfermos, cuidar da limpeza etc., todas tarefas relacionadas ao mundo doméstico.
2. Hoje, as mulheres fazem parte das Forças Armadas de muitos países, atuando em praticamente todos os níveis.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 223)

Segundo o historiador inglês Leslie Bethell, não há dados que confirmem os interesses ingleses na região. Além disso, as relações comerciais da Grã-Bretanha com o Paraguai não eram diferentes das que ocorriam com o Brasil, por exemplo. Hoje, portanto, a historiografia considera que não havia interesse econômico específico dos ingleses no conflito.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 226)

Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes possam ver nas camélias, representadas na capa da *Revista Illustrada* reproduzida na página 229, o símbolo da luta abolicionista. As datas representam o processo de abolição da escravidão no Brasil:

- a primeira proibição do tráfico negreiro (7 de novembro de 1831);
- a Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871);
- a Lei Áurea (13 de maio de 1888).

Os nomes são dos líderes abolicionistas: José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Senador Dantas (Manuel Pinto de Souza Dantas) e João Clapp.

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 231)

Resposta livre e variável conforme o lugar. Em milhares de cidades do Brasil há lojas maçônicas e o conhecimento sobre sua fundação, objetivo e membros possibilitam a percepção do estudante sobre o lugar histórico de sua região na História do Brasil.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 233)

a) A de que José do Patrocínio estava aos pés da Monarquia.
b) O jornal O *Mequetrefe* colocou Patrocínio em posição de adoração à Princesa Isabel. Os apoios e elogios dados por ele à princesa pareciam indicar que o jornalista apoiava um Terceiro Reinado, ou seja, uma monarquia, e não uma forma republicana de governo.
c) Espera-se que os estudantes percebam que o republicanismo de José do Patrocínio era menos importante do que a abolição da escravidão sem indenização. Quando os republicanos, em 1887, apoiaram a abolição com indenização, Patrocínio preferiu se aliar politicamente a um membro da monarquia que podia definir melhor a questão. Para ele, a abolição tinha de ser sem indenização para os antigos proprietários e proporcionando educação e participação política para todos, além da criação de oportunidades econômicas para os mais pobres. Era um abolicionista radical, e não admitia que houvesse problema maior do que o de lutar para acabar com a escravidão. E os membros dos partidos republicanos tinham outros interesses, por isso também não era bem aceito por eles.
d) O italiano Giuseppe Garibaldi, que apoiou a unificação da Itália mesmo sob uma monarquia, objetivo mais importante para ele do que a forma de governo.

Para organizar

1.

a) O artigo se refere à Guerra do Paraguai.

b) O anúncio é destinado a pessoas de posses, porque possuir escravo em 1865 estava restrito a elas. Ao serem recrutadas, poderiam enviar um escravo em seu lugar.

c) Participando da guerra, o escravo obteria a liberdade.

d) Ao enviar um escravo para a guerra, o senhor seria indenizado.

2.

a) O historiador quis demonstrar que a guerra teve como motivações interesses específicos desses países, não se constituindo em um conflito envolvendo pretensões internacionais. O termo "guerra civil", que em tese se refere a lutas entre cidadãos sob um mesmo governo, foi utilizado por ele para reforçar o regionalismo da guerra.

b) Muitos estancieiros e charqueadores do Rio Grande do Sul tinham terras e interesses econômicos no Uruguai, sendo apoiados pelo Partido Colorado.

A ascensão do Partido Blanco, sob a presidência do general Bernardo Berro, iniciou uma revolta do Partido Colorado – denominada Cruzada Libertadora – e passou a dificultar a permanência de gaúchos em terras uruguaias. Por outro lado, interessava ao governo recentemente unificado da Argentina consolidar o domínio de Buenos Aires sobre as províncias federalistas de Corrientes e Entre Rios, que tinham o apoio dos blancos e usavam o porto de Montevidéu para fugir do controle alfandegário de Buenos Aires.

Dessa forma, tanto o Brasil quanto a Argentina apoiaram o Partido Colorado e declararam, por sua vez, guerra aos blancos uruguaios. Era a primeira vez que argentinos e brasileiros se tornavam aliados. Ao Paraguai interessava a inserção no mercado internacional e, como não tinha porto marítimo, via como única solução utilizar o porto de Montevidéu, no Uruguai. Os paraguaios viam com desconfiança os interesses de argentinos e brasileiros no Uruguai, temendo que adotassem medidas para restringir a livre navegação no estuário do Prata.

Dessa forma, o Paraguai intrometeu-se na questão uruguaia, apoiando o Partido Blanco, e intimou o Brasil a não entrar no conflito. Porém, quando o Brasil invadiu o Uruguai, o presidente do Paraguai Solano López invadiu o Mato Grosso, dando início à Guerra do Paraguai.

3. Além dos cafeicultores do vale do Paraíba, os quais, com suas fazendas repletas de escravos, viram a abolição da escravidão sem receber a indenização pleiteada, também se indispuseram com a Monarquia a igreja Católica e os militares.

4. Segundo o historiador Eduardo Silva, a camélia era vista como um emblema do movimento abolicionista radical, que reivindicava o fim da escravidão de forma imediata e incondicional. Assim, as camélias representavam a vontade de ver a escravidão abolida no Brasil. A data da imagem é justamente o ano da abolição.

Reflexões

1. A bandeira do Brasil republicano foi criada por Raimundo Teixeira Mendes, Miguel Lemos e Décio Vilares em 1889. O lema "Ordem e Progresso" inscrito na bandeira representa o ideário positivista.

2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes concluam que a bandeira republicana representa a continuidade entre o passado e o presente do Brasil, ao manter a cor verde – representação da Casa de Bragança, da família de d. Pedro I – e a cor amarela – a casa de Habsburgo-Lorena, da família de d. Leopoldina, sua esposa.

   Também as estrelas, antes representando as províncias, na República tornaram-se símbolos dos estados, apontando para a manutenção da integridade territorial.

   A descontinuidade aparece na troca dos emblemas imperiais (a coroa, a cruz e a esfera armilar) por uma faixa branca que destaca a frase "Ordem e Progresso".

Vamos testar?

1. (Enem-2011)

   Alternativa **D**

   Comentário dos autores: A chegada do grupo da Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas, significou uma ruptura política profunda. A construção da legitimidade desse novo regime passou pela ressignificação do período anterior, que passou a ser chamado de República Velha. Esse regime também foi caracterizado como apartado da população e dominado por oligarquias.

Conexões (História e Geografia)

Esses rios não são totalmente navegáveis e, muitas vezes, o são somente para embarcações de pequeno calado (profundidade) e, portanto, não podem transportar muitas mercadorias. Era necessário um porto com saída para o oceano para abastecer os navios que tinham condições de fazer a travessia marítima.

Leitura complementar

O texto a seguir contextualiza o processo da queda da monarquia no Brasil, por meio da análise da forma de governo e das escolhas políticas do imperador d. Pedro II, que resultaram em sua deposição, em 1889.

D. Pedro II e o fim da monarquia

Nesse ambiente tenso dos últimos anos, o imperador pouco fizera para defender a monarquia. Governava o país há 49 anos, sem que tivesse havido uma única tentativa de derrubá-lo. O prestígio da monarquia, por ele representado, ajudara a manter a unidade do país. Sua obsessão pelo cumprimento das obrigações contitucionais e seu senso de justiça e equilíbrio permitira que o Brasil se transformasse em exemplo de estabilidade institucional, de regularidade de eleições, de liberdade de imprensa e de tranquilidade política, em vivo contraste com o que se passava nos países de origem hispânica. Fazendo uso das prerrogativas constitucionais, ele reinava, governava e administrava. Sua autoridade era tão grande que os políticos, com poucas exceções, não ousavam contrariá-lo, pois não tinham por trás de si a força da delegação de poderes de um eleitorado independente. Obedeciam ao imperador e o respeitavam, mas não o amavam e, em sua maioria, não estavam dispostos a lutar por ele.

D. Pedro era um cumpridor, escravo dos deveres, quase uma máquina de governar. Informava-se de tudo lendo os jornais da capital e das províncias, visitava as repartições públicas, acompanhava de perto as atividades dos ministros, cobrava deles as medidas que julgava necessárias e velava pela moralidade dos funcionários públicos. [...] Mas não tinha gosto pela política entendida como jogo de poder e entediava-se nos atos públicos. Mais de uma vez manifestou o desgosto pelas pompas do poder e a preferência pelo cultivo das letras e das artes que ele sistematicamente apoiava com recursos de sua dotação, fazendo doações e concedendo bolsas de estudo.

[...]

D. Pedro II nada fez para criar bases de sustentação para seu governo ou para a monarquia. Não formou ao seu redor uma corte, mesmo com uma nobreza só de títulos, como a brasileira. Não cultivou o apoio aos militares, como fizera seu pai. Também não buscou o apoio do clero, cioso que era das prerrogativas do poder do Estado. Não cortejou o povo, embora valorizasse o aplauso popular. O apoio às artes e ciências, sobretudo ao Intituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a principal instituição cultural do país, criada em 1838 sob sua proteção, granjeava-lhe respeito e gratidão, mas não sensibilizava as novas gerações positivistas e republicanas. Nem mesmo se preocupou em preservar a monarquia para sua filha. Parecia convicto de que a chegada da república era inevitável, duvidando apenas da oportunidade de sua proclamação.

[...] Quando, afinal, no dia 15 de novembro lhe comunicaram que a República fora proclamada, não acreditou nas notícias julgando que todos estavam loucos. Mas, confirmados os fatos, sua reação foi dizer que seria sua aposentadoria, já trabalhara muito e estava cansado.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). *A construção nacional*: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 125-127. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

UNIDADE 4 A expansão do mundo burguês

Composta de dois capítulos dedicados ao processo de modernização do mundo ocidental e, ao mesmo tempo, da expansão de seu modo de vida pelo planeta, através do colonialismo deflagrado na segunda metade do século XIX.

O foco da unidade reside nas profundas mudanças no cotidiano causadas pelas novas tecnologias, inventos e descobertas, moldando a estrutura da sociedade contemporânea sob a hegemonia da burguesia industrial.

Inseridas nesse processo, são analisadas as manifestações artísticas e culturais dos diversos grupos, assim como a laicização dos conhecimentos, que fez o século XIX europeu ficar conhecido como "o século da ciência".

CAPÍTULO 14 – O IMPERIALISMO ATACA O MUNDO

Capítulo dedicado ao estudo do colonialismo e das disputas europeias por áreas de influência na Índia, na China, no Japão e na África, com destaque para a Grã-Bretanha, principal potência capitalista no século XIX.

Além de apresentar um painel das ideologias utilizadas para justificar a expansão colonialista, em suas várias modalidades institucionais, o capítulo propõe uma discussão teórica sobre o conceito de imperialismo e sobre o eurocentrismo emergente no discurso imperialista.

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 238)

Império pode se referir a um território governado por um imperador ou uma imperatriz ou a um reino que domina um conjunto de Estados e/ou cidades. Imperialismo é a prática de exercer autoridade sobre outros povos ou Estados, com o objetivo de conseguir vantagens.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 241)

1. As sociedades humanas, segundo os imperialistas, apresentavam diferentes níveis de evolução – umas mais adiantadas, outras mais atrasadas –, cabendo aos povos evoluídos levar sua cultura aos mais primitivos. Essa doutrina se baseava em critérios científicos questionáveis do século XIX, sobretudo nas ideias de Charles Darwin, expostas no livro *A origem das espécies*, de 1859.
2. Para responder a esta questão, os estudantes podem levantar algumas hipóteses: insatisfação, revolta, adaptação etc. É importante que o professor esclareça para a turma que, na verdade, essa era uma classificação puramente europeia, baseada em dados pseudocientíficos. Os povos dominados não tinham ou não conheciam esse tipo de hierarquia. Tinham outras hierarquias, baseadas em outros valores, e não nesses, biológicos, do darwinismo social.
3. Resposta pessoal. É importante que o professor avalie se os estudantes sabem identificar o que é da cultura ocidental e o que é da cultura original em regiões que sofreram com a dominação. Entre as evidências de ocidentalização está o uso de utensílios industrializados, como roupas e adereços.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO (p. 245)

a) e b) Respostas pessoais. Os estudantes devem refletir a respeito do forte impacto negativo que a dominação europeia causou nos povos africanos. Após séculos de exportação de homens e mulheres para serem escravizados nos territórios ocidentais, em particular na América, os países europeus

passaram a explorar também as fontes de matérias-primas presentes no continente africano, utilizando, para isso, uma dominação que podia praticar violência física, manipulação política, com estratégias que ampliavam as históricas divergências entre reinos, sociedades ou etnias, aumentando a quantidade e a intensidade das guerras, ou da educação religiosa e da sua não aceitação como argumento para a colonização. Além disso, é importante ressaltar que os defensores da colonização aceitaram e usaram as teorias racistas surgidas durante o século XIX, como o darwinismo social, que defendiam a superioridade da "raça branca" com relação à "raça negra".

Seria interessante, também, lançar luz à visão dos africanos a respeito da colonização europeia contida no texto, uma vez que ele demonstra o impacto cultural contrário causado aos africanos pelos europeus. É importante notar que os povos africanos não foram passivamente dominados pelos países europeus – ao contrário, houve forte resistência armada (quase sempre desfavorável às sociedades africanas) e cultural, que pode ser discutida por meio do depoimento citado na seção.

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 246)

Resposta variável, de acordo com a pesquisa. O elenco de autores é amplo. Entre os brasileiros, podem ser indicados Nina Rodrigues, Silvio Romero, Oliveira Viana e Monteiro Lobato, entre muitos outros. O professor deve cuidar para que os estudantes não pensem que os autores, dependendo do caso, eram pessoal e necessariamente racistas, isto é, que discriminavam ou insultavam negros na vida cotidiana. O principal é sublinhar o modelo raciológico que prevalecia nas Ciências Humanas da época.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO (p. 248)

a) Os textos se referem à expansão imperialista da Grã-Bretanha no século XIX.

b) A preocupação presente no discurso de Cécil Rhodes está relacionada aos problemas sociais acarretados pelo desenvolvimento industrial britânico: a alta taxa de desemprego, geradora de miséria, incentivou ainda mais a organização operária, que pedia empregos e melhores condições de vida ("pão! pão!"). Devido a esse descontentamento social, Rhodes temia uma guerra civil. Não é possível notar nenhum tipo de interesse pelo bem-estar das sociedades colonizadas em seu discurso – pelo contrário, nota-se que seu objetivo é enviar a "população excedente" da Grã-Bretanha para outros territórios, ou seja, apenas transportar os problemas sociais que o desenvolvimento industrial havia criado, sem nenhuma reflexão a respeito das consequências que isso geraria à população e ao território colonizado.

c) Bernard Shaw, em um texto repleto de ironias, denuncia que o argumento missionário cristão é, na realidade, uma estratégia de dominação de povos ditos "bárbaros" ou "selvagens". O escritor afirma que, quando o governo britânico necessita de um novo território a fim de exportar suas mercadorias ("produtos adulterados de Manchester", nas palavras de Shaw) ele envia missionários cristãos para tal região como estratégia de argumentação a favor da futura colonização. Isso porque, uma vez que o povo a ser colonizado se manifesta contra a nova religião imposta, a Grã-Bretanha justifica a sua dominação violenta como uma "defesa da cristandade" e da substituição da selvageria pela civilização.

OUTRA DIMENSÃO: CULTURA (p. 250)

1. Jim Morrison (8 de dezembro de 1943 a 3 de julho de 1971); Kurt Cobain (20 de fevereiro de 1967 a 5 de abril de 1994); Jimi Hendrix (7 de novembro de 1942 a 18 de setembro de 1970); Janis Joplin (19 de janeiro de 1943 a 4 de outubro de 1970) eram estrelas do *rock*. Todos morreram aos 27 anos de idade por *overdose* (intoxicação) de uma droga derivada do ópio, a heroína.

2. O comércio de ópio foi responsável pela morte de milhões de chineses nos séculos XIX e XX. A comercialização dessa substância contrariava as leis imperiais chinesas e foi imposta pelos ingleses nas Guerras do Ópio. No século XX, a heroína, uma substância derivada do ópio, passou a ser comercializada ilegalmente no Ocidente, causando inúmeras mortes. O tráfico de heroína e de outras drogas não é mais apoiado por um governo, como já foi o comércio do ópio, e sim combatido na chamada "guerra às drogas".

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 255)

a) Uma armadilha em que está escrito Transvaal, porque, na mesma época da Guerra dos Boxers na China, os britânicos lutavam na África do Sul contra os bôeres, para controlar as jazidas de ouro e diamante da região do Transvaal. Eles não puderam impedir que outros países disputassem com os britânicos o mercado chinês.

b) Os vários países que se uniram para lutar contra os *boxers*, na China: Japão, Alemanha, Rússia, Estados Unidos, França etc.

ROTEIRO DE ESTUDOS (p. 256-257)

Para organizar

1.

a) As sociedades que estariam no topo seriam aquelas que possuem “cultura intelectual, social, científica, moral, artística, literária, comercial e industrial”, ou seja, as sociedades europeias colonizadoras, “caucasianas”, denominadas “civilizadas” pela antropologia evolucionista do século XIX. Já as sociedades inferiores seriam as ditas “primitivas”, “bárbaras”, que deveriam ser colonizadas por serem “países novos”, os quais provavelmente seriam aqueles localizados na Ásia e na África. Atualmente, essa hierarquização não é mais aceita, pois tais argumentos serviram para justificar uma dominação social, econômica e cultural, ligados aos interesses de países industrializados. Hoje, a ideia predominante é a de que a diversidade cultural existe e nenhuma sociedade é superior a outra.

b) É possível perceber que o autor considera a sua própria “raça” como superior, ou seja, a “raça caucasiana”. Baseia-se na teoria conhecida como darwinismo social, muito popular na época. Essa teoria defendia a ideia de que as raças humanas seriam desiguais, algumas superiores às outras, principalmente nas questões relacionadas aos níveis de inteligência.

c) Espera-se que o estudante perceba que, como a ideia básica afirmava ser o modelo civilizatório europeu superior aos demais, todo aquele que o “aceitasse” seria automaticamente beneficiado, pois alcançaria um patamar superior à sua condição de inferioridade.

2. Os motivos econômicos que incentivaram a expansão colonizadora do século XIX estão relacionados com a acumulação de capital e de produção das grandes potências europeias, que gerou a necessidade da exportação de capital, não mais apenas de mercadorias.
Tal capital financeiro (fusão do capital industrial com o bancário) passou a ser investido e emprestado a juros altos para as regiões colonizadas. Além disso, as novas áreas dominadas passaram a ser importantes fontes de matéria-prima e mercados consumidores, componentes fundamentais para a continuação do crescimento industrial das potências europeias.

3. Principalmente por ser a nação mais industrializada da época, ter o domínio dos mares e disponibilidade de capital para investir. Além do mais, a Grã-Bretanha já tinha experiência na ocupação de territórios, pois desde a metade do século XIX possuía uma vasta região do continente asiático: a Índia. Ela era conhecida como “joia do Império”, por ser o centro econômico do Império Britânico.

4. Apesar de os Estados Unidos não participarem da expansão imperialista no continente africano, desde o início do século XIX aprofundaram seus interesses na América Latina. Com a Doutrina Monroe, de 1823, “a América para os americanos”, deram um recado aos países componentes da Santa Aliança para que não tentassem recolonizar as áreas já independentes da América, que seriam apoiadas pelos Estados Unidos. A Doutrina Monroe foi levada às últimas consequência com a política do *Big stick*, do presidente Theodore Roosevelt, que colocava os Estados Unidos como uma espécie de polícia dentro do continente americano.

5. Os povos africanos não participaram e não sabiam dessa divisão. Ela só dizia respeito aos envolvidos na Conferência, mas brevemente eles sofreriam o impacto dessas decisões com a efetiva ocupação de seus territórios através do poder econômico ou das armas.

Reflexões

Entre os séculos XV e XVIII, os europeus se estabeleceram em certos pontos da costa africana (a casca) recorrendo a feitorias para negociar escravos e produtos africanos, pouco conhecendo o interior.

No fim do século XVIII, os interesses se intensificaram, em particular dos ingleses no Egito e no sul da África (a polpa).

No decorrer do século XIX, missões científicas e religiosas se multiplicaram, e, no final desse século, a partilha da África pelas potências imperialistas interiorizou a ocupação e o domínio ocidentais (os gomos).

Vamos testar?

1. (Enem-2008)

   Alternativa **D**

   Comentário dos autores: Os ingleses em questão eram súditos da Coroa a serviço do Império Britânico em suas possessões coloniais no século XIX. Assim, foi através de experiências de dominação e controle que o método de impressão digital se tornou um dos mais eficazes e simples para identificar uma pessoa.

Conexões (História e Geografia)

1. O canal de Suez, no Egito, liga as cidades de Port Said, no litoral do mar Mediterrâneo, a Suez, às margens do mar Vermelho. O canal do Panamá corta o istmo do Panamá, ligando o oceano Atlântico ao Pacífico.
2. Canal de Suez: 190 km de extensão, 170 metros de largura e 20 metros de profundidade, com o fluxo de 15 mil navios por ano; Canal do Panamá: 82 km de extensão, 152 metros de largura e 26 metros de profundidade, com o fluxo de 14 mil navios por ano.

Leituras complementares

Texto 1

Um retrato sem moldura

Mia Couto é um escritor nascido em Moçambique, em 1955, filho de pais portugueses. Seu texto refere-se à construção da história da África, que passa hoje por modificações profundas. Ao mesmo tempo, apresenta pontos que servem para a reflexão sobre a questão das identidades culturais de vários povos, em toda sua complexidade.

Aconteceu num debate, num país europeu. Da assistência, alguém me lançou a seguinte pergunta:

— Para si, o que é ser africano?

Falava-se, inevitavelmente, de identidade versus *globalização. Respondi com uma pergunta:*

— E para si, o que é ser europeu?

O homem gaguejou. Não sabia responder. Mas o interessante é que, para ele, a questão da definição de uma identidade se colocava naturalmente para os africanos. Nunca para os europeus. Ele nunca tinha colocado a questão ao espelho.

Recordo o episódio porque me parece que ele toca uma questão central: quando se fala de África, de que África estamos falando? Terá o continente africano uma essência facilmente capturável? Haverá uma substância exótica que os caçadores de identidades possam recolher como sendo a alma africana?

Leila Leite Hernandez conhece a resposta. Ou melhor, a impossibilidade da resposta. Afinal, é a própria pergunta que necessita ser interrogada. São os pressupostos que carecem ser abalados. E onde se enxergam essências devemos aprender a ver processos históricos, dinâmicas sociais e culturas em movimento.

A África vive uma tripla condição restritiva: prisioneira de um passado inventado por outros, amarrada a um presente imposto pelo exterior e, ainda, refém de metas construídas por instituições internacionais que comandam a economia.

A esses mal-entendidos somou-se uma outra armadilha: a assimilação da identidade por razões de raça. Alguns africanos morderam essa isca. A afirmação afrocentrista sofre, afinal, do mesmo erro básico do racismo branco: acreditar que os africanos são uma coisa simples, uma categoria uniforme, capaz de ser reduzida a uma cor de pele.

Ambos os racismos partilham o mesmo equívoco básico. Ambos se entreajudaram numa ação redutora e simplificadora da enorme diversidade e da complexidade do continente. Ambos sugerem que o "ser" africano não deriva da história, mas da genética. E no lugar da cultura tomou posse a biologia.

Outro lugar-comum nesses exercícios de dar rosto ao continente africano é o peso concedido à tradição. Como se outros povos, nos outros continentes, não tivessem tradições, como se o passado, nesses outros lugares, não marcasse o passo do presente. Os africanos tornam-se, assim, facilmente explicáveis. Basta invocar razões antropológicas, étnicas ou etnográficas. Os outros, europeus ou americanos, são entidades complexas, reservatório de relações sociais, históricas, econômicas e familiares.

Leila Leite Hernandez esteve atenta a todo este universo de equívocos. Seu texto percorre esse mar de enganos e constitui-se como um permanente alerta. Como ela escreve a dado passo: "[...] a África ao sul do Saara, até hoje conhecida como África negra, é identificada por um conjunto de imagens que resulta em um todo indiferenciado, exótico, primitivo, dominado, regido pelo caos e geograficamente impenetrável".

É esta a marca primeira e mais profunda dessa procura em Leila Hernandez: o desfazer permanente de estereótipos e o convite para um olhar aberto, disponível e crítico. Leila Leite Hernandez conhece bem os terrenos minados dessa procura de identidades. Todo seu percurso, ao longo deste texto, é um aviso aos falsos navegantes. O destino, aqui, é a própria viagem. São as dinâmicas próprias e os conflitos particulares que definem identidades plurais, complexas e contraditórias. O rosto do continente só existe em movimento, no conflito entre o retrato e a moldura. A sala de aula para a qual Leila está conduzindo a África não é um lugar fechado, mas uma proposta de uma relação nova com algo que se pensava, de antemão, já conhecer.

Prefácio de Mia Couto ao livro HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. Visita à história contemporânea. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

Texto 2

A escritora chinesa Xinran escreveu vários livros sobre a vida dos chineses, em particular das mulheres, hoje. Xinran é uma escritora atual que está também se referindo à abertura da China ao Ocidente após o fim do comunismo de Mao Tsé-Tung. Mas, segundo a interpretação de uma mulher chinesa, a dominação começou bem antes, desde as Guerras do Ópio. Entre diversos assuntos, escreveu:

Enquanto as lojas ocidentais estão cheias de produtos chineses, a China está cada vez mais obcecada por todas as coisas ocidentais – lojas, fast-food, *hotéis e até arte, literatura e arquitetura. [...] Uma outra amiga, uma jornalista, apontou para a etiqueta no seu vestido Tang chinês, que dizia "made in China". "Olhe", disse ela, "isto foi feito na China, mas a etiqueta está em inglês". Qualquer mulher chinesa que fosse incapaz de ler inglês assumiria que fora feito no Ocidente. "Não devíamos ter etiquetas também em chinês?"[...] Ela pareceu triste. "Você sabe, quase tudo o que é bom*

e é 'made in China' foi tirado de nós a partir de 1840 [começo das 'guerras do ópio'], e agora só estamos interessados em lixo feito no Ocidente."

XINRAN. O *que os chineses não comem*. Trad. Ricardo Gouveia.
São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 99.

Texto 3

Neste texto clássico, Leo Hubermann relaciona a formação de grandes empresas capitalistas ao processo de partilha do mundo entre as nações ricas e industrializadas do século XIX.

"Se procurar distração no rádio, quase necessariamente terá de usar um aparelho fabricado com permissão da Radio Corporation of America. Se for a um cinema, provavelmente verá um filme da Paramount, Fox, ou Warner Brothers (feito em filme Kodak Eastman) num cinema controlado por um desses grupos produtores. [...]"

Eis – em qualquer coisa, em toda parte – o monopólio. A mesma história é válida para as outras grandes nações industriais do mundo. Ora, o que acontece quando esses vários gigantes, controladores dos respectivos mercados nacionais, se chocam nos mercados internacionais? Fogo! Concorrência – longa, dura, amarga. E em seguida – conversações, associações, cartéis, em base internacional. Os monopólios "capitalistas dividem o mundo não por malícia pessoal, mas porque o grau de concentração a que chegaram os força a adotar esse método a fim de conseguir lucros. E a divisão é feita 'em proporção ao capital', 'em proporção à força'. ... Mas a força varia com o grau de desenvolvimento econômico e político".

Depois que os grupos internacionais dividiram o mercado mundial, pareceria que a competição devesse cessar e tivesse início um período de paz duradoura. Isso não acontece porque as relações de força estão sempre se modificando. Algumas companhias crescem e se tornam mais poderosas, ao passo que outras declinam. Assim, o que em dado momento era uma divisão justa, torna-se injusta mais tarde. Há descontentamento da parte do grupo mais forte, seguindo-se uma luta por uma quota maior. Frequentemente isso leva à guerra.

O mesmo ocorre no controle político das colônias. Há 70 anos [na década de 1860], havia ainda terras livres, não colonizadas. Hoje, isso não ocorre mais. Para que haja uma nova divisão, os que não têm devem tomar o que ambicionam – e dos que têm. A Alemanha, Itália, e Japão desejam colônias hoje [1936]. Itália e Japão estão agarrando o que encontram. A Alemanha está se armando – na preparação para agarrar alguma coisa. O imperialismo leva à guerra.

Mas a guerra não resolve nada de forma permanente. As hostilidades que já não podem ser resolvidas pelas negociações e concessões em torno de uma mesa de conferência não desaparecem quando os argumentos passam a ser os altos explosivos, o gás envenenado, os homens mortos e os cadáveres mutilados. Não. O capitalismo monopolista deve ter seu escoamento de mercadorias e capital excedente, e as hostilidades continuarão enquanto a situação perdurar. A caça de mercados terá de continuar.

Cecil Rhodes, o conhecido imperialista, sentia agudamente esse problema. A aquisição de novos mercados tornou-se parte dele; a anexação de novos territórios era parte de seu sangue. A ambição imperialista se ilustra melhor, talvez, numa declaração por ele feita, certa vez, a uma amigo: "O mundo está quase todo parcelado, e o que dele resta está sendo dividido, conquistado, colonizado. Pense nas estrelas que vemos à noite, esses vastos mundos que jamais poderemos atingir. Eu anexaria os planetas, se pudesse; penso sempre nisso. Entristece-me vê-los tão claramente, e ao mesmo tempo tão distantes."

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*.
Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p. 255-256.

Sugestões de atividades complementares

Análise da imagem das p. 236 e 237 do Livro do Estudante

A imagem que está na abertura desta unidade é uma charge de 1895 do norte-americano Louis Dalrymple mostrando os esforços de missionários britânicos e norte-americanos para cristianizar os chineses. A legenda, publicada originalmente com a charge, traz a seguinte frase: *According to the Ideas of Our Missionary Maniacs* (De acordo com as ideias de nossos missionários maníacos).

O trabalho com essa charge pode ser bastante interessante como consolidação do conhecimento do conteúdo do capítulo.

1. A intenção do autor, o artista norte-americano Louis Dalrymple, segundo sua interpretação, é de crítica ou de aprovação dos esforços missionários em cristianizar os chineses? Justifique.

   Nitidamente o autor é um crítico da ação dos missionários, tanto que os qualifica de "maníacos". Além do mais, aparecem canhões apontados em direção às terras chinesas, no fundo da cena, dando a ideia de que a cristianização nada tinha de pacífica.

2. O conceito de etnocentrismo pode ser aplicado à ação representada na imagem?

   Em certo sentido sim, pois a maior parte das ações missionárias, ao tentar cristianizar povos de outras culturas – seja de maneira pacífica ou violenta –, tem como pressuposto básico a ideia de que a sua religião é melhor do que qualquer outra. Mesmo relativizando a ação dos grupos missionários, pois muitos tinham realmente interesse em melhorar as condições de vida das sociedades onde se inseriam e não exclusivamente cristianizar, pode-se inferir que consideravam essas condições de vida ruins, tendo por base seus próprios padrões. Não deixava de ser, portanto, um etnocentrismo.

Análise de documento escrito

> *Existe algo de novo para um espírito inglês na notícia dessas violências atrozes cometidas contra a pessoa de homens e mulheres ingleses. Nós nos acreditávamos inacessíveis a um risco tão horrível, protegidos por nosso estatuto mais elevado que o de um cidadão romano, como se algum Paládio* impedisse que uma pessoa de sangue inglês pudesse sofrer os últimos ultrajes, mesmo em circunstâncias tão extremas quanto estas. Pois bem, estávamos enganados. E eis que homens que nos conhecem bem, que não ignoram nada do nosso poder, de nossa superioridade, de nossa disciplina, que se beneficiaram de nossa bondade, que nós até levamos a um nível que eles jamais alcançariam por si mesmos, ainda podem apesar de tudo [...] fazer o que eles fizeram aos corpos de pessoas inglesas, quebrando a inviolabilidade que parecia vinculada a todo inglês enquanto tal e precipitando-se de ponta-cabeça nesse abismo de crueldade inominável. [...] Não é porque nosso prestígio esteja aniquilado que esses miseráveis o insultam agora de maneira tão ultrajante; não, é porque ele continua inteiro no próprio espírito desses homens, porque ele está presente e eles não podem livrar-se disso, que se encarniçam em profaná-lo e, na medida do possível, em degradá-lo. Na verdade, temos apenas um furioso motim de soldados movidos por seu egoísmo, que segue seu curso lógico. Não vemos ali a mínima centelha daquele honesto patriotismo que com frequência anima as revoltas nacionais. [...] Contudo, cada hora que passa traz reforços da Inglaterra. A cada manhã e cada noite, eles sabem que o espaço entre as tropas inglesas e a Índia reduziu-se ainda mais. O futuro, para eles, não passa de trevas e horror, só o presente lhes pertence, e eles pretendem utilizá-lo à sua maneira. Eis-nos então na presença do verdadeiro hindu, entregue à sua verdadeira natureza, quando nenhum poder, civil ou militar, está perto para limitá-lo. Poucas pessoas poderiam sofrer semelhante prova sem qualquer desfalecimento, mas o hindu não tem sequer um átomo de força moral de que precisaria para chegar a isso. Sua religião é de pura forma, suas crenças, um tecido de idiotices e sua consciência, letra morta.*

Editorial do jornal *Times*, 31 ago. 1857, apud FERRO, Marc (Org.).
O livro negro do colonialismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 338-389.

* Paládio: Estátua de Pálas (Minerva), deusa greco-romana, que, acreditava-se, protegia a cidade de Troia contra o agressor.

1. Identifique, no texto, passagens que indiquem o que o redator pensava sobre os ingleses.

   "Nós nos acreditávamos inacessíveis a um risco tão horrível, protegidos por nosso estatuto mais elevado que o de um cidadão romano, como se algum Paládio impedisse que uma pessoa de sangue inglês pudesse sofrer os últimos ultrajes, mesmo em circunstâncias tão extremas quanto estas."; "do nosso poder, de nossa superioridade, de nossa disciplina".

2. Explique, com suas palavras, o que o redator quis dizer.

   Nitidamente indignado, o redator se refere à superioridade e à disciplina que os ingleses acham que têm mais do que qualquer povo do mundo.

3. A que episódio o redator do *Times* se refere?

   Refere-se à Revolta dos Sipaios, na Índia, em 1857.

4. O que o redator pensava sobre a sociedade indiana? Justifique.

   Ele desprezava a cultura indiana, achando-a um amontoado de bobagens, como é notável no trecho: "Poucas pessoas poderiam sofrer semelhante prova sem qualquer desfalecimento, mas o hindu não tem sequer um átomo de força moral de que precisaria para chegar a isso. Sua religião é de pura forma, suas crenças, um tecido de idiotices e suas consciência, letra morta".

5. Como pode ser caracterizada, hoje, essa avaliação do redator do editorial do jornal *Times*?

   Pode ser considerada preconceituosa e racista.

CAPÍTULO 15 – CIÊNCIA E TECNOLOGIAS NO MUNDO CAPITALISTA

Capítulo dedicado ao estudo dos processos de modernização tecnológica e científica das sociedades ocidentais contemporâneas no século XIX.

Um dos principais focos do capítulo recai sobre a ideia do século XIX como o "século da ciência", discutindo-se a biologização da humanidade como paradigma científico, sobretudo nos estudos de Charles Darwin, e seus desdobramentos no campo sociológico e etnológico: a raciologia como ciência e o racismo como política e ideologia.

Outro foco reside na discussão das políticas de modernização implementadas no Ocidente (com irradiação extraeuropeia), as políticas públicas de saneamento e vacinação inspiradas na medicina higienista e nas descobertas de Pasteur, da revolução nos meios de transporte e de comunicação, a disseminação da eletricidade, do telégrafo, do telefone, dos cabos submarinos etc., que transformaram radicalmente a vida cotidiana da população ocidental ou ocidentalizada.

PUXANDO PELA MEMÓRIA (p. 258)

Resposta livre e variável, conforme o lugar. Resposta pessoal, mas podem ser citadas ferrovia, eletricidade, telégrafo, telefone, navio a vapor, vacina etc. Destacar para os estudantes que muitas dessas inovações ainda estão presentes na vida deles, como a vacina.

OUTRA DIMENSÃO: CULTURA (p. 260)

Os estudantes podem mencionar como sugestão a instalação de sistema de esgoto e água encanada, a limpeza das ruas, a higiene pessoal etc.

OUTRA DIMENSÃO: CULTURA (p. 261)

Espera-se que os estudantes percebam que os habitantes jogavam dejetos habitualmente pelas janelas de suas residências. Estimule-os a imaginar como deveria ser o cotidiano dos habitantes nas ruas de Paris no período em que essa prática era comum.

CONVERSA DE HISTORIADOR (p. 262)

Espera-se que o estudante responda que não, que em várias partes do mundo usava-se algum mecanismo para conter ou controlar a doença. Alguns, bem antes dos europeus.

OUTRA DIMENSÃO: CULTURA (p. 265)

1. e 2. Respostas pessoais. O objetivo das questões é destacar as mudanças de comportamento em relação à morte e aos mortos, de modo que os estudantes percebam que sentimentos, ritos e atuações nesse aspecto são históricos, dependendo do lugar e da época. Em áreas onde não há hospitais, presenciar a morte ainda é comum – morre-se em casa, o velório também acontece em casa, os cortejos fúnebres são a pé etc.

OUTRA DIMENSÃO: COTIDIANO (p. 267)

Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes pesquisem sobre a popularização da bicicleta e das provas de ciclismo no mundo ocidental nos meios já indicados: livros, enciclopédias e internet. A seguir, alguns *sites* que podem ser consultados.

- www.escoladebicicleta.com.br/historia.html
- www.tudosobrerodas.pt/i.aspx?imc=2489&ic=5785&o=3919&f=5785
- www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/bicicleta/historia-da-bicicleta.php

Acessos em: 15 fev. 2016.

A HISTÓRIA NO SEU LUGAR (p. 268)

1 e 2. Respostas livres e variáveis conforme o lugar. O objetivo é que os estudantes tomem conhecimento de que a eletricidade é uma tecnologia relativamente recente e que mudou radicalmente o cotidiano da vida das pessoas de sua região.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA (p. 269)

1. A locomotiva, à direita, na parte superior do quadro; o navio a vapor, em um rio, à direita, na parte superior do quadro; o telégrafo, no centro da imagem; a impressora a vapor, à esquerda, na parte superior do quadro.
2. A energia do vapor.

ROTEIRO DE ESTUDOS (p. 270-271)

Para organizar

1. Em 1585, a ideia era a de que as doenças poderiam se propagar pelo ar, através de vapores pestilentos, futuramente denominados miasmas, que entrariam pelos poros dos indivíduos. Manter os poros fechados, portanto, era uma medida profilática. Já no final do século XIX, após as descobertas dos microrganismos anaeróbicos por Pasteur, a limpeza seria fundamental para prevenir doenças, impedindo que esses microrganismos se proliferassem.

2. A medicina higienista pressupunha que muitas doenças tinham origem nos miasmas, partículas microscópicas originadas da decomposição de vários materiais,vegetais ou animais. Assim, essas partículas estariam mais concentradas em lugares fechados (aglomerações urbanas, florestas etc.), alagados (brejos, pântanos e demais focos de água parada) ou pouco ventilados. O predomínio da medicina higienista influenciou a política pública sanitária, que drenou pântanos, canalizou águas e esgotos, alargou ruas para melhorar a circulação de ar, transferiu os cemitérios para a periferia das cidades, introduziu o banho e o sabão como medidas de prevenção da saúde etc. Entretanto, não houve a preocupação de esclarecer a opinião pública sobre as razões e a importância dessas políticas. A massa urbana era vista como a principal causadora dos males, a quem as regras de higiene foram impostas com força policial, visando mudar os hábitos, as moradias, as condições de vida das classes trabalhadoras durante a última metade do século XIX.
3. Resposta pessoal. Podem ser citados: falta de limpeza pessoal e do ambiente, contato com pessoas infectadas, ingestão de verduras e legumes mal lavados, uso de águas impróprias ou contaminadas, uso de produtos vencidos etc.
4.

a) Entre outros, a ampliação do uso do vapor em vários mecanismos, mas principalmente nos transportes terrestres e marítimos (ferrovias e navios a vapor), o uso do gás para iluminação particular e pública, e o telégrafo, que tornou a comunicaçãomuito rápida. As demais descobertas ou inventos do século XIX só tiveram impacto real no século XX, como a lâmpada elétrica, o telefone, o automóvel etc.

b) Os estudantes podem citar: automóvel, telefone, eletricidade etc. O professor pode considerar com a turma que os inventos se tornaram mais eficazes e eficientes, alguns até mudaram de nome, mas os princípios e os usos são os mesmos. No caso do telégrafo, por exemplo, invento supostamente ultrapassado, ainda há instalações prontas para uso em situações de pane dos demais sistemas.

5. A afirmação representa a relação direta entre uma sociedade civilizada e uma “selvagem”. Por meio da comparação, o autor quer demonstrar que sociedades que praticam o canibalismo são inferiores, usam as “mãos”. Nesse contexto, usar o garfo significaria um ato de superioridade, de civilização, que simboliza o “processo civilizador”.
6. As mudanças no sistema de produção no campo e a rápida industrialização, durante o século XIX, fizeram com que milhares de camponeses e lavradores abandonassem a área rural, criando um movimento interno de migração para as cidades. Londres e Paris, capitais de dois dos mais importantes países europeus industrializados, passaram por um intenso processo de urbanização.

Reflexões

Uma das principais teorias que inspiraram as ideologias racistas foi o darwinismo social, assim conhecido porque se tratava da aplicação errônea ao campo das Ciências Humanas da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin. De acordo com o darwinismo social, existiriam no planeta seres humanos inferiores e superiores e, da mesma forma como os seres humanos poderiam ser classificados dessa forma, a cultura também era hierarquizada em superiores e inferiores. Os europeus, conhecidos como caucasianos, ocupariam o topo da escala evolutiva racial e cultural.

Vamos testar?

1. (Enem-2015)

   Alternativa **E**

   Comentário dos autores: O uso de luz artificial foi mais um dos elementos capazes de ampliar o tempo de trabalho e, como consequência, a capacidade produtiva do trabalhador e o lucro dos proprietários.

2. (Unesp-2006)

   Alternativa **B**

   Comentário dos autores: A situação histórica é a do colonialismo do século XIX, que justificava com o darwinismo social a dominação de amplas regiões culturalmente diferentes da ocidental.

Conexões (História, Antropologia e Biologia)

1. Firmin, em seu livro, reagia às teorias racistas do século XIX, tanto à do darwinismo social quanto às de Gobineau. O conde Gobineau, que teve suas ideias muito bem aceitas pelos europeus, analisou diversas civilizações do passado e identificou que o sucesso delas foi devido à ação do ser humano branco ariano. Daí concluiu que esse ser humano era parte de uma raça humana superior às demais, dando origem ao mito do arianismo. Segundo Gobineau, a miscigenação entre raças era inevitável e isso levaria à degeneração da espécie humana. Não acreditava que o ser humano fosse proveniente do macaco, mas que estava no caminho de se tornar um. Gobineau esteve no Brasil, servindo como diplomata. Teria, então, observado a sociedade brasileira a partir de seu modelo sociológico e discriminatório. Suas conclusões sobre as "raças" existentes no Brasil foram bem pouco favoráveis.
2. As experiências com manipulações genéticas dos dias atuais têm relação direta com a eugenia, pois pressupõem que os organismos recebem heranças genéticas determinadas que moldam os seres humanos, sem levar em conta o ambiente.

Leitura complementar

O texto a seguir mostra como era difícil, na França do começo do século XX, o reconhecimento público das conquistas femininas no campo da ciência. O Nobel de Física de 1903, que celebrava a descoberta da radioatividade, quase foi atribuído somente aos dois homens envolvidos na pesquisa e não à principal cientista, Marie Curie. Na cerimônia de premiação, os discursos misóginos atribuíram a ela papel coadjuvante na descoberta.

Marie Curie conseguiu após cinco anos de pesquisa, em 1903, apresentar sua tese de doutoramento na Sorbonne, com o título Pesquisa de substâncias radioativas, aos professores Lippmann, Bouty e Moissam que compuseram sua banca, recebendo o título de doutora em Ciências Físicas com menção très honorable. *Alguns meses depois, em dezembro, recebe o prêmio Nobel em física em conjunto com Pierre [Curie] e [Henri] Becquerel. Madame Curie tornou-se a primeira mulher a receber essa condecoração, uma das mais respeitosas no meio científico, recebendo também vários outros prêmios e agremiações. A partir do Nobel, Marie passou a ser conhecida como cientista e como cidadã internacional, a famosa Madame Curie.*

No entanto, as coisas não se passaram naturalmente assim. Foram indicados, para o prêmio Nobel de física de 1903, Henri Becquerel e Pierre Curie; e a honraria destinava-se à descoberta da radioatividade. Uma descrição distorcida da descoberta foi apresentada por quatro conselheiros, sendo um deles Gabriel Lippmann, o antigo orientador de Marie. Lippmann afirmou anos depois que Marie era muito imatura para concorrer ao prêmio. A carta redigida e assinada pelos conselheiros afirmava que "aqueles dois homens, competindo com rivais estrangeiros, haviam trabalhado juntos e separadamente alguns decigramas do minério". Contudo, dias depois, a comissão julgadora do prêmio fez uma revisão e incluiu o nome de Marie Curie, que passou a constar entre os laureados. A comissão julgadora revisou a decisão diante da indignação de Pierre, que se recusou a receber o prêmio, já que as pesquisas originalmente eram de sua esposa.

Mais (ou melhor, menos) estranho ainda é que no discurso de entrega do prêmio, feito por um representante da Academia de Ciências sueca, a cientista foi tratada como uma mera assistente de pesquisa dos outros dois "vencedores". Ainda na cerimônia do prêmio, dr. Törnebladh, o representante da academia, continuou: "O grande sucesso do professor e Madame Curie [...] faz-nos ver na palavra de Deus que há uma luz totalmente nova: não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea."

O Nobel foi dividido em duas partes, metade para o professor Becquerel, da influente linhagem da Academia de Ciências de que proveio, e metade para o professor Curie e sua esposa ("o casal", visto

como um só). As resistências à inserção das mulheres na ciência também se tornam visíveis nas condecorações em que "a" radioatividade foi premiada. Todos sabiam que as pesquisas eram originalmente de Marie Curie, Pierre foi quem passou a auxiliá-la, mas ela, mesmo assim, era vista como uma "auxiliadora" de seu marido na produção científica. O poder que o gênero conferia à organização das relações era substancial, e não é à toa a invisibilidade das mulheres na história da ciência. Tal invisibilidade de que Marie foi uma das primeiras a se esquivar por ter tido a possibilidade de ser tratada como uma exceção, como uma mulher excepcional. Afinal de contas, ela recebeu o Nobel (que, diga-se de passagem, não tinha a mesma relevância que tem hoje, por ser um prêmio de três anos de existência), um grande feito diante das obliterações exercidas pelo poder naquele contexto.

[...]

Marie nunca foi considerada uma cientista como todos os outros, ela era uma exceção no duplo sentido: em relação às características concebidas como inerentes às mulheres no geral, mas, também, como a única mulher capaz de produzir ciência como homem [...]. Esse tratamento parece ser parte da relação de poder que a comunidade masculina exercia sobre ela – a única possibilidade de continuar...

PUGLIESE, Gabriel. Um sobrevoo no "Caso Marie Curie": um experimento de antropologia, gênero e ciência. *Revista de Antropologia*. v. 1, n. 1, São Paulo, jan.-jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012007000100009#tx01>. Acesso em: 9 maio 2016.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Capítulo 1

CHAUNU, Pierre. *A civilização da Europa das Luzes*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1995. 2 v.

DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. São Paulo: Edusc, 2003.

VOVELLE, Michel (Org.). *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

Capítulo 2

ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1988.

FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEFEBVRE, Georges. *O Grande Medo na Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOUBOL, Albert. *História da Revolução Francesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.

Capítulo 3

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*: da independência a 1870. São Paulo: Edusp, 2001. vol. 2.

DRIVER, S. Schwartz. *A declaração de independência dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FRANCO, J. Luciano. *Presença negra na América Latina*. Lisboa: Ed. Prelo, 1970.

Capítulo 4

BOXER, Charles. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAXWELL, K. *A devassa da devassa*: a inconfidência mineira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

________. *Marquês de Pombal*: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MILLIET, Maria Alice. *Tiradentes*: o corpo do herói. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Capítulo 5

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império*: a questão nacional e a questão colonial na crise do Antigo Regime. Porto: Afrontamento, 1993.

MOTA, Carlos G. (Org.). *1822*: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NEVES, Lúcia Bastos P. das. *Corcundas e constitucionais*: a cultura política da independência, 1820-1822. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

PINSKY, Carla Bassanezi; MESGRAVIS, Laima. *O Brasil que os europeus encontraram*. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Repensando a História).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *D. João Carioca*: a corte portuguesa no Brasil (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Capítulo 6

ASTHON, T. S. *A Revolução Industrial.* 4. ed. Lisboa: Europa-América, 1995.

CURY, Vânia. *História da industrialização no século XIX.* Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2006.

DEANE, Phyllis. *A Revolução Industrial.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

________. *A Era do Capital.* 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa.* A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

Capítulo 7

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia*. A história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

KONDER, Leandro. *Fourier, o socialismo do prazer.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

RUDÉ, George. *A multidão na história.* Estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848). Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SALE, Kirkpatrick. *Inimigos do futuro*: a guerra ludista contra a Revolução Industrial e o desemprego. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Capítulo 8

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia.* São Paulo: Brasiliense, 2000.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1870.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KENT, George. *Bismarck e seu tempo.* Brasília: UnB, 2007.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte.* São Paulo: Martin Claret, 2008.

MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia.* Lisboa: Cosmos, 1975.

VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia D. *História do mundo contemporâneo*: da *Pax Britânica* do século XVIII ao choque de civilizações do século XXI. Petrópolis: Vozes, 2008.

Capítulo 9

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LINHARES, Maria Yedda; CARDOSO, Ciro F. (Orgs.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MACAULAY, Neill. *Dom Pedro I*: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal (1798-1834). Rio de Janeiro: Record, 1993.

NEVES, Lúcia Bastos P.; MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi; MESGRAVIS, Laima. *O Brasil que os europeus encontraram*. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Repensando a História).

REIS, João. *Rebelião escrava no Brasil*: a história do levante dos malês. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Capítulo 10

GENOVESE, Eugene. *O mundo dos senhores de escravos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2008.

PAMPLONA, Marco A.; MADER, Maria Elisa (Orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas.* Região do Prata e Chile. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

SELLERS, Charles et al. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

Capítulo 11

HORNE, Gerald. *O sul mais distante.* Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania* no Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico*. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, Alberto da Costa e. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SOUZA, Marina de Mello E. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.

Capítulo 12

LINHARES, Maria Yedda; CARDOSO, Ciro F. (Orgs.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

NEVES, Lúcia Bastos P.; MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. D. Pedro II, a história de um monarca em quadrinhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Coleção Quadrinhos da Cia.).

Capítulo 13

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai*. Memórias & Imagens. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon*: uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Capítulo 14

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. *China*. Uma nova história. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FERRO, Marc. *História das colonizações.* Das conquistas às independências, séculos XII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra.* Viseu: Europa-América, 1972.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Capítulo 15

BOORSTIN, Daniel. *Os descobridores.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOBSBAWM, Eric. J. *A Era do Capital.* 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MOORE, James; DESMOND, Adrian. *Darwin*: a vida de um evolucionista atormentado. São Paulo: Geração, 2007.

PARKER, Steve. *Caminhos da ciência* – Pasteur e os microrganismos. São Paulo: Scipione, 1999.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. A América colonial. São Paulo: Edusp, 1999. v. 2.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX*: o espetáculo da pobreza. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. Col. Tudo é História.

CARVALHO, José Murilo de. (Coord.). *A construção nacional*: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

______. *Os bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

______. *D. Pedro II*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 1999.

______. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1966.

DENIS, Henry. *História do pensamento econômico*. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. *China*. Uma nova história. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FALCON, Francisco. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1974. 2 vols.

FERRO, Marc. *História das colonizações*. Das conquistas às independências, séculos XII a XX.
São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FIGUEIREDO, Luciano. *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FORTES, Luis R. Salinas. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FRANCO, M. S. de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.

FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*: o outro lado do mito. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GAY, Peter. *Guerras do prazer*: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GERARD, Alice. *A Revolução Francesa*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GUAZZELLI, Cesar B.; VASSERMAN, Cláudia. *História da América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1972. vol. 2.

HOBSBAWM, Eric. *As origens da Revolução Industrial*. Trad. Percy Galimbert. São Paulo: Global, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius. *História dos Estados Unidos das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACAULAY, Neill. *Dom Pedro I*: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal (1798-1834). Rio de Janeiro: Record, 1993.

MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MANCHESTER, Alan. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida*. Cultura democrática e científica no final do Império. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Cosmos, 1975.

MORSE, Richard. *O espelho do Próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

PUGLIESE, Gabriel. Um sobrevoo no "Caso Marie Curie": um experimento de antropologia, gênero e ciência. *Revista de Antropologi*a. v. 1, n. 1, São Paulo, jan.-jun. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012007000100009#tx01>. Acesso em: 9 maio 2016.

RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime*. São Paulo: Moderna, 1995.

ROMERO, José Luis. *América Latina*: as cidades e as ideias. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

RUDÉ, George. *A multidão na história*. Estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848). Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SALE, Kirkpatrick. *Inimigos do futuro*: a guerra ludista contra a Revolução Industrial e o desemprego. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARCZ, Lilia K. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SELLERS, Charles et al. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). *Crise colonial e independência*: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. (História do Brasil Nação: 1808-2010). p. 57-58.

STEIN, Stanley. *Vassouras*: um município brasileiro de café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TEIXEIRA, Francisco M. P. *As guerras de independência da América Latina*. São Paulo: Ática, 1996.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 vols.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. Uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia D. *História do Mundo Contemporâneo*: da *Pax Britânica* do século XVIII ao choque de civilizações do século XXI. Petrópolis: Vozes, 2008.

ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.